MANUEL ROLPH DE VIVEIROS CABECEIRAS

URBI ET ORBI, NÓS E OS OUTROS:

ROMANIDADE(S), FRONTEIRA ÉTNICA E A HISTÓRIA COMO ESCRITA DOS DILEMAS PÁTRIOS

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História Antiga e Medieval.

Orientador: Prof. Dr. CIRO FLAMARION SANTANA CARDOSO

Niterói

2013

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

C114 Cabeceiras, Manuel Rolph de Viveiros.
Urbi et Orbi, nós e os outros: romanidade(s), fronteira étnica e a História como escrita dos dilemas pátrios / Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras. – 2013.

259 f., Anexos

Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2013.

Bibliografia: f. 247-259.

1. História de Roma (Itália). 2. Historiografia. 3. Império romano. 4. Etnia. 5. Cultura. 6. Semiótica. I. Cardoso, Ciro Flamarion Santana. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 937.06

MANUEL ROLPH DE VIVEIROS CABECEIRAS

URBI ET ORBI, NÓS E OS OUTROS: ROMANIDADE(S), FRONTEIRA ÉTNICA E A HISTÓRIA COMO ESCRITA DOS DILEMAS PÁTRIOS

(Orientador: Prof. Dr. CIRO FLAMARION SANTANA CARDOSO)

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História Antiga e Medieval.

Aprovada em _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Drª. ANA MARIA MAUAD SOUSA ANDRADE ESSUS

Universidade Federal Fluminense (UFF) - Presidente

_____

Prof. Drª. LIVIA LINDÓIA PAES BARRETO

Universidade Federal Fluminense (UFF) - Arguidor

_____

Prof. Drª. NORMA MUSCO MENDES

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Arguidor

_____

Prof. Drª. REGINA MARIA DA CUNHA BUSTAMANTE

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Arguidor

_____

Prof. Dr. MARCOS JOSÉ DE ARAÚJO CALDAS

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Arguidor

_____

Prof. Drª. VÂNIA LEITE FRÓES

Universidade Federal Fluminense (UFF) - Suplente

_____

Prof. Dr. PAULO ANDRÉ LEIRA PARENTE

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - Suplente

Niterói

2013

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Ciro Flamarion Santana Cardoso, exemplo de pessoa humana e de profissional, generoso, sério, dedicado e competente, a inspirar-me desde a minha graduação quando pela primeira vez entrei em contato com a sua obra e, depois, no convívio aqui na Universidade Federal Fluminense como colega, amigo e orientador, sempre um mestre, por suas lições sempre precisas e orientações preciosas;

Aos membros da Banca, titulares e suplentes, por tão gentilmente acederem ao convite e se disporem a examinar esta tese, auxiliando-me na sempre necessária crítica ao crescimento do trabalho em tela e a mim mesmo, como pesquisador, profissional e pessoa,

Ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFF por proporcionar um espaço extraordinariamente frutífero para a pesquisa e a reflexão teórico-metodológica,

A todos os meus professores por quem passei, representados na excepcional Profª. Drª. Neyde Theml, pela contribuição única na minha formação, aos quais devo o que tenho de melhor como docente e pesquisador,

Ao Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade (CEIA-UFF), em particular o Grupo de Estudos de História Militar (GEHM), constituído em seu seio, representando todos os alunos e colegas com os quais travei contato nesses meus anos de docência, proporcionando sempre uma profícua troca de ideias e constante experiência de aprendizado,

À minha família, em especial os meus pais, pela orientação maior na vida e aos desafios a mim colocados como fonte de crescimento,

Aos meus filhos, Pedro Aquino, Melânia Maria e Maria Juliana, pelo carinho e pelo tempo que foi deles tomado, aos quais dedico esta tese,

Ao Deus Uno e Trino e sua Santíssima Mãe, pelo que de bom e verdadeiro me foi doado e espero estar fazendo jus.

A.M.D.G. C.S.S.M.L.

RESUMO

Investigação sobre a ideia de romanidade no contexto da expansão imperial romana (séculos I a.C. – II d.C.) compreendida no sentido de identidade étnica, na perspectiva da antropologia de Fredrik Barth, como construída na historiografia latina a partir dos textos de Salústio e Tácito e dos ensaios de Cícero neste terreno e temática. As respostas aos dilemas identitários decorrentes da inserção hegemônica de Roma em um Mediterrâneo mundializado (globalização?) e da anexação de terras no setentrião europeu se estribaram no modo dinâmico e flexível como se percebiam enquanto povo e na visão pragmática e aberta em relação ao instituto da cidadania. Tais práticas, porém, nunca foram pacíficas, esbarrando sempre em grupos sociais resistentes que lutaram por manter restritos a eles os benefícios de sua condição e *status*. A análise, assim desenvolvida, conduz a uma revisitação e reinterpretação da romanidade, e mesmo da noção de *mos maiorum*, concluindo-a como plural e conflituosa, inclusive entre as elites centrais, distante de qualquer canonicidade. A própria História como gênero, ou "constelação de gêneros" (tomando como base os estudos de Eugen Cizek), insere-se nesses dilemas político-culturais. O quadro maior interpretativo da investigação é dado pela passagem das estruturas cívicas (ou políades) de Roma para a cosmópolis. Na análise das passagens destacadas do *corpus* foi aplicada a metodologia do quadrado semiótico de Greimas e Courtès.

Palavras-chave: 1. História de Roma (Itália). 2. Historiografia. 3. Império romano. 4. Etnia. 5. Cultura. 6. Semiótica.

ABSTRACT

Research on the idea of Romanism in the context of Roman imperial expansion (I BC - II AD), understood in the sense of ethnic identity, from the perspective of anthropology of Fredrik Barth, as built in Latin historiography from the texts of Sallust and Tacitus and tests of Cicero in this area and thematic. The answers to the dilemmas of identity caused by inserting hegemonic Rome in a globalized Mediterranean (world-system?) and the annexation of land in norther European grounded, on one hand, in a flexible and dynamic to see themselves as a people and, second, in the pragmatic and open manner practiced in relation to citizenship. Such practices, however, have never been peaceful, always colliding into tough social groups who fought to keep them restricted to the benefits of their condition and status. The analysis thus developed, leading to a revisitation and reinterpretation of Romanism, and even the notion *mos maiorum*, concluding it as plural and conflictive, even among central elites, far from any canonicity. History itself as a genre, or "constellation of genres" (based on studies of Eugen Cizek) fits into these political-cultural dilemmas. The larger picture interpretative research is given by the passage of civic structures (or poliades) from Rome to the cosmopolis. In the analysis of the corpus passages detached the methodology was applied the semiotic square developed by Algirdas J. Greimas.

Keywords: 1. Roman History (Italy). 2. Historiography. 3. Roman Empire.
4. Ethny. 5. Culture. 6. Semiotics.

RÉSUMÉ

Recherche sur l'idée de la romanité dans le contexte de l'expansion impériale romaine (siècle I avant JC - II AD) compris dans le sens de l'identité ethnique en la perspective de l'anthropologie de Fredrik Barth, telle que construite dans l'historiographie latine des textes de Salluste et Tacite et les essais de Cicéron dans ce domaine et thématique. Les réponses aux dilemmes de l'identité provoquées par l'insertion hégémonique Rome en Méditerranée globalisé (mondialisation?) et l'annexion de terres dans Norther l'Europe étaient fondées sur une dynamique et flexible et l'annexion de terres dans Norther l'Europe étaient fondées sur une manière dynamique et flexible comme eux-mêmes perçus comme un peuple et pragmatique et ouverte en ce qui concerne les questions de citoyenneté. Ces pratiques, cependant, n'ont jamais été pacifique, cognant toujours avec les groupes sociaux contraires qui se sont battus pour les garder restreint aux avantages de leur condition et de statut. L'analyse a ainsi développé, conduisant à une revisitation et une réinterprétation de la romanité et même la notion que *mos maiorum*, concluant comme pluriel et conflictuel, même parmi les élites centrales, loin de toute canonicité. Histoire elle-même comme un genre, ou «constellation des genres» (s'appuyant sur les études d'Eugen Cizek) s'inscrit dans ces dilemmes politico-culturels. Le cadre interprétatif plus large de la recherche est donné par le passage de structures civiques (ou poliades) de Rome à Cosmopolis. Dans l'analyse des passages du corpus mis en évidence la méthodologie a été appliquée carré sémiotique, proposé pour Algirdas J.Greimas.

Mots-clés: 1. Histoire de Rome (Italie). 2. Historiographie. 3. Empire romaine.
4. Ethnie. 5. Culture. 6. Sémiotique

.

SUMÁRIO DA TESE

Introdução 01

1. "Romanização" e romanidades: aproximações conceituais **24**

1.1. ESTUDOS SOBRE ROMANIZAÇÃO 24

1.2. DE *URBS* A *ORBS*, O IMPÉRIO E A ROMANIDADE: DILEMAS E MUTAÇÕES DA *CIVITAS* ROMANA 46

1.3. ETNICIDADE E HIBRIDIZAÇÃO: UMA ENCRUZILHADA CONCEITUAL 61

1.4. FRONTEIRA ÉTNICA E ROMANIDADES: ROTEIRO DE ANÁLISE 71

2. Mito, memória e história: a vertente romana da historiografia clássica **86**

2.1. ENTRE GREGOS E ROMANOS, A HISTÓRIA COMO "FILHA" (INVENÇÃO) DA CIDADE 86

2.2. A HISTÓRIA COMO CONSTELAÇÃO DE GÊNEROS LITERÁRIOS NA ROMA ANTIGA 101

2.3. OS LUGARES DA CIDADANIA ROMANA E A VIVÊNCIA DA AUTORIA NA POÉTICA LATINA DA HISTORIOGRAFIA 113

3. A autoria e as romanidades: guerra, *mos maiorum* e império **127**

3.1. O *MOS MAIORVM* SE REINVENTA: O MODELO MENTAL PATRIÁRQUICO 127

3.2. CÍCERO 141

3.3. SALÚSTIO 165

3.4. TÁCITO 190

Conclusão **239**

Bibliografia **247**

Anexos **260**

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Q. 1	Significado convencional (isomórfico) da romanização	28
Fig. 1	*Togatus Barberini*	55
Fig. 2	Ruínas do *Milliarium Aureum* e do *Umbilicus Urbis*	59
Fig. 3	Panteão de Agripa (cúpula, óculo, vista aérea e fachada)	69
Fig. 4	Ísis helenisticorromana	70
Fig. 5	Os sentidos da escrita histórica em Roma	103
Q. 2	As constelações dos gêneros historiográficos romanos e a autoria	105
Fig. 6	*Fides* na numismática imperial: denário (69)	134
Fig. 7	*Fides* na numismática imperial: sestércio (192)	134
Q. 3	Mutações estruturais em Roma	136
Fig. 8	Arpino na atualidade	144
Tab. 1	Ocorrências de *barbarus* na *Perseus Digital Library*	219-220
Fig. 9	Imagem convencional da deusa *Concordia* na República	226
Fig. 10	Áureo (Cômodo) com a *Concordia* empunhando um cetro	227
Fig.11	Denários c/ a *Concordia* (Nerva) e a *Fides* (Vitélio) como mãos entrelaçadas	227
Fig. 12	Denário (69) com a *Fides* (anverso) e a *Concordia* (reverso)	227
Fig. 13	Denário com a *Pax* (Oto) e a legenda PAX ORBIS TERRARVM	232

LISTA DE MAPAS

1.	No *Forum Romanum*: o *Milliarium Aureum* e o *Umbilicus Urbis*	59
2.	Rede viária do Império Romano	59
3.	As Guerras Gálicas de César	82
4.	Expansão romana até os Antoninos (momento de sua máxima extensão)	85
5.	Povos do Centro-Oeste da Península Itálica Central (Arpino)	144
6.	Sabínia (Amiterno)	166
7.	Povos das Gálias à época do nascimento de Tácito	191
8.	Transalpina e as Grandes Áreas Culturais das Gálias	191
9.	Germânia nas *Historiae* de Tácito	197
10.	Monumentos augustanos na área do Campo de Marte em Roma	232
11.	*Orbis Terrarum* (reconstituição de Lendering)	233
12.	Romanidades e Barbárie: mapa de uma etnoleitura dos *Annales*	236

LISTA DE QUADRADOS PROPOSTOS AOS TEXTOS ANALISADOS

1.	Quadrado semiótico: estrutura e terminologia	22, 23
2.	Quadrado semiótico para a *Oratio Claudiana* (*Annales*, XI, 23-25)	120
3.	Quadrado semiótico para *De Re Publica*, II	153
4.	Quadrado semiótico para *De Re Publica*, IV	159
5.	Quadrado semiótico para *De Bellum Iugurthinum*	177
6.	Quadrado semiótico para a *Epistula Mithridatis* (*Historiae*, IV, 67)	187
7.	Quadrado semiótico para *Germania*, I-XLVII	208
8.	Quadrado semiótico para os *Annales*	228-229

ANEXOS

SOBRE O PROJETO "PERSEUS" 260

1. TITI LIVI AB VRBE CONDITA LIBER I, 58-59. 261

2. M. TVLLI CICERONIS DE RE PVBLICA LIBER II, 1-70. 262

3. M. TVLLI CICERONIS DE RE PVBLICA LIBER IV, 2-4. 273

4. C. SALLVSTI CRISPI DE CONIVRATIONE CATILINAE, 6-11. 274

5. C. SALLVSTI CRISPI DE BELLO IVGVRTHINO, 4-11; 85; 91; 96. 276

6. C. SALLVSTI CRISPI, HISTORIARVM FRAGMENTA LIBER IV, 67 (69). 282

7. P. CORNELII TACITI DE VITA AGRICOLAE, 30-34. 284

8. P. CORNELI TACITI ANNALIVM LIBER XI, 23-25 (ORATIO CLAVDII DE IVRE HONORVM GALLIS DANDO). 286

9. APIANNI HISTORIA ROMANA, PRAEFATIO, 7. 288

10. RESULTADO DA PESQUISA EM TÁCITO NA PERSEUS DIGITAL LIBRARY PARA *BARBARUS*: OCORRÊNCIAS (*IN* OPERA OMNIA), 290

11. RESULTADO DA PESQUISA EM TÁCITO NA PERSEUS DIGITAL LIBRARY PARA *IMPERIUM*: OCORRÊNCIAS (*IN* OPERA OMNIA). 300

LISTA DE ABREVIATURAS

a.C.	antes de Cristo
at.	atualmente
c.	*circa de* (aproximadamente)
cf.	confrontar
d.C.	depois de Cristo
e.g.	*exempli gratia* (por exemplo)
Fig.	Figura
gr.	grego
i.e.	*id est* (isto é, ou seja)
lat.	latim
orig.	original
p.	página
pp.	páginas
Q.	Quadro
Tab.	Tabela
tb.	também
u.g.	*uerbi gratia* (por exemplo)

Introdução

"*Quintus Ennius tria corda habere sese dicebat, quod loqui Graece et Osce et Latine sciret*"

Aulo GÉLIO[1]

Ênio não era mineiro "*uai*", mas segundo Aulo Gélio dizia-se tricordiano, ter três corações ou três almas: a grega, a osca e a latina. Isso por saber falar cada um desses idiomas. Aulo Gélio viveu no século II d.C. e nos conserva essa observação a respeito de Ênio, pertencente a um período entre meados do século III a outros tantos do século II a.C. Ênio, autor extremamente versátil, foi o responsável por introduzir em Roma o dístico elegíaco e o hexâmetro épico, tendo neste composto os *Annales* em dezoito livros, vindo das origens de Roma até os seus dias.

Da lavra de Ênio, além da epopeia citada, brotaram também tragédias (nos chegaram fragmentos de vinte), comédias (uma ou duas), um drama (*fabula praetexta*) sobre o rapto das sabinas, epigramas e as Saturae, conjunto variado de poemas didáticos, narrativos e humorísticos. Do conjunto de sua obra, muitos de seus poemas eram dedicados à glória de Roma. Por tudo isso, os romanos o consideravam pai de sua literatura, daí ao dizer-se de alma latina dizia-se romano também. Será? Ou não se veria romano justamente por ter as três almas? Assim são as identidades, superpostas. Nascido em Rúdias (*Rudiae*), na Calábria, um território em parte grego em parte osco. Tendo servido no exército romano, foi levado para Roma (início do século II a.C.) por Catão o Censor, ao voltar de sua pretura na Sardenha.

---

[1] Noctes Atticae, XVII, 17: "*Quinto Ênio dizia que tinha três almas, pois sabia falar grego, osco e latim*".

Incensado como pai da literatura romana, os anos vindouros o terão como referência maior para toda reação com propósitos arcaizantes, “volta e meia” promovida pelos grupos mais aferrados aos valores tradicionais com os quais se identificava a romanidade[2]. Mas o que viria a ser isso, romanidade?

Roma, romanidade, romanidades... Em latim, ***Romanitas***? Teriam, os próprios romanos, noção daquilo pelo qual designamos como “romanidade”, ainda no singular? Nós empregamos o termo para fazer referência ao conjunto de conceitos políticos e culturais e práticas que definiriam o ser romano, que fariam de determinada pessoa um romano. E os romanos, teriam a mesma ideia? Uma semântica aproximada?

Do designativo, a sua mais anterior referência pode ser achada em Tertuliano, datado próximo do início do século III[3], tido por muitos como tardio[4]. Nele o emprego do termo se faz de modo pejorativo e irônico para se referir, desde uma ótica cristã, àqueles que em sua Cartago nativa imitavam os costumes romanos, preferindo vestir-se com a toga característica dos romanos ao invés do pálio[5]: “*E agora, se toda salvação vem da Romanidade, não é honesta, contudo, a conduta dos gregos?*” (*De Pallio*, IV, 1)[6].

---

[2] Alertemos, mais adiante, veremos ter sido a sua obra utilizada para capitanear uma revisão aos autores lidos nas escolas (*infra* p. 128). Cícero, anos antes, o chamou de profeta no verso que enuncia o ***mos maiorum*** (p. 130n138), elegendo-o também como seu paradigma de poeta ao criticar os poetas neotéricos (p. 162/163).

[3] As propostas para a sua datação, ao longo dos anos, têm oscilado de 193 a 223. Cf. P. McKECHNIE, *Tertullian's De pallio and life in Roman Carthage,* Prudentia 24.2 (1992) pp.44-66 (acessível em http://www.tertullian.org/articles/mckechnie_pallio.htm#2), o qual remete para esta questão ao estudo histórico e literário empreendido por T. D. Barnes sobre a obra de Tertuliano (Oxford, 1971).

[4] Alguns estudiosos tomam como critério para julgá-lo excessivamente tardio o não constar do *Oxford Latin Dictionary*, cujo *terminus ad quem* para inclusão do vocábulo é 200 d.C., não lhe reconhecendo como um léxico do latim clássico. Devemos à Profª Drª Livia Lindóia Paes Barreto a observação, porém, de outros dicionários, dotados de tanta autoridade quanto, incluírem o termo sem qualquer dificuldade, a exemplo do *Gaffiot Dictionnaire latin-français* (vide a sua versão eletrônica acessível em http://www.lexilogos.com/latin/gaffiot.php?q=romanitas, traduzindo-o aqui, p. 1368, por costumes romanos, “*les coutumes romaines*”).

[5] O pálio, tido de início como exclusivamente grego e desprezado pelos romanos, acabou se difundindo entre a gente simples que habitava o mundo helenístico-romano, também sendo adotado pelos filósofos e pedagogos e com este significado o texto o aborda. Tertuliano o veste perante os seus conterrâneos e advoga o seu uso como sinal de modéstia e moralidade em contraposição à toga, a qual seria tão característica dos romanos quanto a sua decadência moral.

[6] *Quid nunc, si est* ***Romanitas*** *omni salus, nec honestis tamen modis ad Graios estis?*

Costumes, cultura, mentalidade, identidade romana. No mundo hodierno, cada vez mais globalizado, midiatizado e imediatizado, as identidades, vistas como ameaçadas estão na ordem do dia. Em todos os setores sociais. Os seus estudos proliferam, abrangendo os mais diferentes aspectos da realidade social.

Como são construídas, como são postas em questão, desconstruídas, quais as estratégias e táticas utilizadas visando a sua sobrevivência e revigoramento. Sejam identidades nacionais, culturais, étnicas, linguísticas, religiosas, políticas ou ideológicas. Sexuais, pessoais, de grupos ou coletivas com distinta abrangência. Superpostas, híbridas e alternativas, mais ou menos definidas. Identidades hierarquizadas, ou, de acordo com o contexto, relevantes. O eu, o nós, o tu e os outros, as alteridades.

Então, imagina-se, que ordem de fenômenos fazia de alguém um romano, como eles se percebiam e se diferenciavam dos demais, o que destacavam como próprio e específico. E uma peculiaridade, estamos a falar da maior experiência de globalização ou, se preferirem, de mundialização do mundo antigo. Serão precisos mais de dez séculos para que o mundo venha a experimentar novamente algo semelhante. Originalidade maior ainda, como houve momento diante dos gregos, nem sempre em posição de superioridade, como se espera diante do conquistado.

Preservando as especificidades entre nós e os antigos romanos, é nossa hipótese que os romanos se percebiam enquanto povo, independente do que se possa entender por “romano”, mas claramente um povo. Por isso entre tantos e incontáveis modos de abordar a identidade (ainda mais dada a importância assumida por esta questão nos dias atuais e a profusão de estudos desencadeada), o nosso recorte específico é o da etnicidade ou da identidade étnica e da contribuição que tal perspectiva pode trazer ao estudo da Roma Antiga.

Não, todavia, consideramos o povo ou a etnia no sentido que se está acostumado a reconhecer, uma entidade social exibindo uma unidade linguístico-cultural. Esta maneira com a qual nos acostumamos a entender o povo é uma proposição ideológica construída ao longo da formação dos Estados Nacionais. Pois bem, criticamo-la e dela nos afastamos, tomando como fundamento da abordagem

desenvolvida em nossa pesquisa a antropologia de Fredrik BARTH[7], seguindo os passos de Ciro CARDOSO que a introduziu em nosso país nos estudos da Antiguidade, em particular às sociedades próximo-orientais[8].

Para nos situarmos no contexto de nossas fontes, de cunho literário, Gregory WOOLF (2000, p. 120) nos alerta para o fato que, ao contrário dos gregos, os antigos romanos não viam a sua identidade comum como baseada na língua e na etnia herdada, mas no ser partícipe de uma comunidade política e religiosa, dotada de um modo de vida, valores e costumes comuns.

Há quem, a partir disso, conclua que os romanos não teriam nunca constituído efetivamente uma etnia, um povo. Para alguém estar habilitado a identificar-se como romano, um único fato seria o bastante, o da cidadania. Ora, tal conclusão (resumir a determinada relação jurídico-política a condição necessária e suficiente para que o sujeito se reconheça como romano) só pode ser feita quando ainda se paga tributo à visão de povo transmitida pelos movimentos nacionalistas modernos, os quais nos acostumaram a fazer pensar etnia (ou o povo) ter como fim a sua realização num Estado com o qual se identifique.

É bem verdade que ao se tornar cidadão esse alguém está justificado a se apresentar como romano e a usufruir de todos os benefícios advindos de tal condição. Ainda é verdade estar subjacente a esse ingresso o tê-lo tornado participante de uma comunidade a qual também é religiosa. Todavia entre o ideal pressuposto e a realidade social é inegável haver uma distância suficiente para fazer desta última um campo de disputa onde estão envolvidas questões de prestígio e poder. Um título pode ser condição necessária, mas não é condição suficiente. O

---

[7] A obra chave é Grupos étnicos e suas fronteiras (Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference, Bergen/Boston: Universitetsforlaget/Little Brown & co., 1969), atas de um simpósio ocorrido na Universidade de Bergen, 23–26 Fev. 1967 (novamente publicadas: Waveland Press, Prospect Heights, 1998), cuja introdução de quarenta páginas por ele redigida, ganhando vida própria, tornou-se um clássico. No Brasil, *u.g.*, a tradução deste texto veio com a publicação de POUTIGNAT & STREIFF-FENART (1998, ed. orig. fr. 1995) que o trouxe em apêndice. Mas também com Tomko LASK, a coletânea O guru o iniciador e outras variações antropológicas (Rio de Janeiro, ContraCapa, 2000) da qual também consta, entre outros artigos importantes de sua autoria, a clássica introdução. Vide tb. os artigos Global Cultural Global cultural diversity in a 'full world economy' (*in* Cultural Dimensions of Global Change, ed. L. ARIZPE, Paris, Unesco,1996), How is the self conceptualized? Variations among cultures (*in* The Conceptual Self in Context: Culture, Experience, SelfUnderstanding, ed. U. NEISSER & D. A. JOPLING, Cambridge, Cambridge University Press, 1997) e Boundaries and connections (*in* Signifying Identities, ed. A. P. COHEN, London, Routledge, 2000).

[8] Citemos, entre outros, Antiguidade Oriental: política e religião, São Paulo, Contexto, 1990 e Sete olhares sobre a Antiguidade, Brasília, UnB, 1994.

reconhecimento identitário resulta de uma relação social, onde está em jogo a minha autoimagem e como o outro me vê, o que faz da etnicidade uma organização social como propugna Barth[9].

Também a antropologia barthiana marca distância seja da ideia de povo quase como se fosse uma determinada cultura (um conjunto de traços como língua, costumes e tradições) ou da prática de fazê-la sinônimo de raça (ao tomar como ponto de partida o fenótipo e a reivindicação de uma ascendência comum), e nesta tomada de posição concilia uma constatação como a expressa acima por Gregory Woolf e a constituição da etnicidade[10].

No entanto, muito mais respostas podem ser dadas ao que é romano. Somos cônscios que trabalhamos no interior de um discurso literário, mais especificamente o da tradição historiográfica proveniente das elites centrais do império. Um entre outros discursos? Sim e não. Sim, pois existem outros para além dessa elite central. Não, porque não é único. Mesmo entre as elites centrais do império, há diversas respostas para essa questão, como é nossa pretensão demonstrar ao longo da tese.

A tradição literária clássica tem sido estudada pelos diversos pesquisadores como um todo coerente e orgânico daquilo que se tem denominado de romanidade. De tal posição também nos afastamos. Mas não cremos também suficiente o esforço desconstrucionista, o qual apenas demonstra os mecanismos de construção dessa pelas elites centrais e chama a atenção sobre outros discursos que se insinuam fora do centro do império. Ora, o problema está aí, em considerar a elite central como detentora de um único discurso a respeito. Será mesmo possível, *e.g.*, uma elite tão dilacerada, quanto a romana durante o final da República, exibir-se uníssona em sua autorrepresentação? É como se desconhecesse o fenômeno de tal crise.

Destarte, se em torno da ideia de ***mos maiorum*** (o costume dos grandes, compreendido como o dos ancestrais) se constituiu todo o discurso historiográfico latino e também se desenvolveu parte significativa dos estudos modernos sobre identidade romana, cumpre destacar, como não poderia deixar de ser, ao contrário

---

[9] Aqui passa a ser fundamental a noção empregada por Barth de “fronteira étnica”, a partir da qual a etnicidade se constitui no relacionar-se o “nós” com os “outros”, e deixa de ter sustentação o argumento que defende ser a diversidade cultural resultante do isolamento social e geográfico.

[10] Para o detalhamento da abordagem barthiana de etnia e a conceitualização de etnicidade e de fronteira étnica vide *infra* pp. 10 a 14.

da forma como a historiografia comumente no-lo apresenta, a existência de uma franca disputa em torno do seu significado.

As diferentes e conflituosas concepções identitárias da romanidade e do modo como foram percebidos os desafios impostos aos antigos romanos pela constituição do império se manifestam na forma como entender o ***mos maiorum*** e dele quais valores privilegiar. Conceituar de modo unívoco valores de grande relevância social e que, por isso mesmo, acabam envolvidos nas disputas travadas pelos grupos sociais é trabalho de Sísifo. Pode-se dizer, afinal, em face da polissemia conflitiva do ***mos maiorum***[11] e também da de alguns dos valores nele habitualmente arrolados serem marcados por um "caráter essencialmente controverso"[12].

Cumpre esclarecer serem as nossas reflexões aqui continuidade direta, um desdobramento, da pesquisa conduzida em nosso Mestrado: As "*Metamorphoses*" de Ovídio e as lutas de representação na Roma Antiga ([13]). O quadro interpretativo maior do processo histórico e dos fenômenos culturais e sociais, lá e cá, é o mesmo, por mais que o enfoque aqui possa ser distinto.

Antes a pesquisa pretendeu apresentar uma nova interpretação do Século de Augusto. A ideia era demonstrar como a categoria de lutas de representação, forjada por Norbert Elias e utilizada por Roger Chartier, poderia ser útil na delimitação e compreensão de um conflito cultural tantas vezes ocultado ou minimizado.

---

[11] Ou nas palavras de PEREIRA, 1984, p. 365: "*não escapou ao destino de quase todos os termos políticos que traduzem os mais altos ideais: o de ser apropriado por vários quadrantes para lhe vasarem conteúdos conformes aos seus desígnios*".

[12] Walter Bryce Gallie (1912-1998), filósofo e cientista político britânico, introduziu a expressão **conceitos essencialmente controversos** (*essentially contested concepts*) para se referir a noções como "arte", "liberdade" e "justiça social", os quais desempenham um papel chave em certos domínios de conhecimento e, em meio a uma grande variedade de interpretações, têm disputado seu entendimento. Excelente demonstração do caráter essencialmente controverso da ideia de liberdade no mundo greco-romano dá-nos GRIMAL (1990), cuja obra tem inicio com as considerações sobre a ***libertas*** romana no dramático episódio do Rubicão, instalando a guerra civil entre César e Pompeu e exibindo os diferentes argumentos dos defensores de um e de outro.

[13] Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ/ Departamento de História, 1999. Sendo a pesquisa atual um desenvolvimento e ampliação do estudo anterior, a conceitualização interpretativa ali estabelecida e a metodologia empregada são as mesmas, agora adequadas às exigências da problemática atual.

Tomavam-se por base, um evento intelectual, os quinze livros das *Metamorphoses* de Ovídio, estruturando-o.

O contexto: o processo de acirramento do conflito cultural, o qual vitimaria a obra e o seu autor. Ao longo dos últimos séculos da República, sobre as práticas sociais, antigas ou novas, então disseminadas em Roma, foram sendo (re)construídas representações culturais bastante distintas. É em torno dessas representações que os diferentes grupos da sociedade, cujo mapeamento foi por nós esboçado, passam a se confrontar. Ora, a nosso entender, como demonstramos, na era augustana a luta em torno de tais representações, muito ao contrário do enfatizado pela historiografia do período, é intensificada e, assim, uma releitura do período foi empreendida.

Agora no Doutorado, passa a ser o nosso propósito, o estudo da construção da identidade cultural dos romanos: unindo aos conceitos de "representações culturais" e “práticas sociais” os de "etnicidade" e de "fronteira étnica", temos a chance de melhor acompanhar e compreender um processo que trilhou por diversos caminhos, o da(s) identidade(s) romana(s), tomando por base um instrumental teórico e metodológico ainda não empregado em nosso campo de estudos.

Para tanto selecionamos três autores fundamentais na historiografia romana de matriz latina: Cícero, Salústio e Tácito. O primeiro, apesar de nunca ter escrito propriamente uma obra historiográfica, é nome obrigatório quando se cogita na reflexão que a Antiguidade desenvolveu sobre essa prática, além de ter promovido um importante ensaio narrativo em um de seus diálogos mais importantes[14]. Os outros dois são inquestionáveis pela importância adquirida, cada um de um momento diferente. Neles a nossa análise centrará tomando as passagens de suas obras nas quais as questões identitárias, como enfocadas por nós, tiverem lugar.

Centrar a análise na perspectiva que estamos a expor implica em partir da constatação que a inclusão ou exclusão (aqui está a fronteira, ela é, em seu fundamento, social e não territorial) de alguém na etnia romana se dá desde critérios não só historicamente mutáveis, mas também critérios que são motivos de disputa

[14] “[...] *e chegou a elaborar uma tentativa de história romana, desde a fundação da Urbe, mostrando como se formou um Estado real, no Livro II de ‘A República’*” (PEREIRA, 1984, p. 139).

numa sociedade conflitiva, recuperando o modo como os próprios romanos percebiam a sua etnia na Antiguidade.

Acrescente-se o fato do Império Romano não exigir que "*indivíduos ou mesmo comunidades adotassem uma identidade distintamente romana em exclusão de qualquer outra identidade. As identidades locais sobreviveram e floresceram sob o Império, em termos individuais, comunais, regionais e suprarregionais*"[15]. Sem contar que participar da cidadania romana e aceitar o culto imperial fazia o indivíduo, de algum modo e em algum grau, participar simultaneamente da identidade romana, pois não perdia aquela na qual havia nascido. Voltando ao exemplo de Ênio, comentado na epígrafe, uma mesma pessoa detendo diversas identidades superpostas (não necessariamente hierarquizadas e que são ativadas conforme as circunstâncias) torna a nossa questão mais complexa[16].

De tal sorte que, após o equacionamento da chamada "questão helenística", novas alteridades, antes secundarizadas no debate, ocupam o centro do palco, com destaque para a dos celtas (gauleses e bretões em particular) e a dos germanos (em geral), permitindo-nos dividir o período contemplado em nosso estudo em duas grandes conjunturas: a cícero-augustana e a flávio-antonina.

Na primeira, do ponto de vista social, se assiste a transição do Nobilitado[17] para o Principado, quando uma nova elite constituída em torno do ***princeps*** se constitui. É ele também um "capítulo" do grande processo de erradicação e monopolização da violência física nos povos habitantes da região mediterrânica, trazido, com as conquistas, para dentro da República Romana. A guerra civil, envolvendo o Nobilitado, a partir daí violentamente contestado, em uma dolorosa crise, é sua manifestação.

---

[15] David Braund *in*: Ray LAURENCE & Joanne BERRY, 1998, p. 22.

[16] O que não significa ausência de conflito e de tentativas de diferenciação dentro da *Romanitas* tendo como alvo, *e.g.*, se saber quem era "mais romano", até porque, como sói acontecer, tais questões não deixam de envolver a participação em mecanismos de poder e se prestam a ser exibidas como símbolos de *status*.

[17] Nobilitado é o governo da ***nobilitas***, ou seja, da oligarquia senatorial hegemonizadora da República Romana. Por *nobilitas* designamos o conjunto formado pelos *nobiles* (sing. *nobilis*), ou seja, daqueles que, mesmo empregando a si tal apelativo, buscavam omitir a base de constituição patrício-plebeia do grupo, a qual era bem marcada nos sécs. IV - III a.C., e empalidece do II - I a.C., quando passam a se considerar patrícios apenas, e consolida o seu caráter hereditário, quase dinástico do grupo, autorrestrito às famílias de quem exercera a magistratura consular.

Com a progressiva resolução desta crise a área de conflito é desfocada, substituída, na mesma proporção, por uma luta de representações, no bojo da qual se tornam essenciais as diferentes formas de arranjo dos mitos em Roma então difundidos. O influxo de bens culturais helenísticos, a maneira como são assimilados ou rejeitados, o como são partilhados pelos variados segmentos da sociedade romana, em cada momento de sua história faz, portanto, parte desse estudo.

O contexto flávio-antonino, segunda metade de nosso contexto, representa a consolidação dessa nova ordem configurativa, a qual denominamos Principado e que será responsável pela manutenção da ***Pax Romana*** na órbita do Mediterrâneo. Entretanto, o deslocamento do império para mais ao norte, interiorizando-se, em direção ao Reno-Danúbio, o defrontará de modo cada vez mais presente com a alteridade germânica e com necessidades que acarretarão uma nova reconfiguração, o Dominato, mas então já é outra história.

Quanto à documentação, se a primeira vista parece bastante distinta da trabalhada anteriormente, cumpre observar, também lá e cá, repercutir uma mesma preocupação com a memória. A Epopeia e a História, ambos são discursos sobre a memória e lugares de construção desta. Tanto antes como agora, a nossa atenção esteve voltada para fixar uma relação entre o texto e o gênero conforme a própria sociedade de então experimentava tal associação. Faz-se necessário resgatar e preservar a polêmica ocorrida quando se identificava determinado exemplar como pertencente ou não a determinado gênero, tomando as definições canônicas apenas como instrumentos de enquadramento das representações culturais nas lutas pelo poder e, por conseguinte, jamais poderiam ser definições pacíficas e indubitáveis.

A esta análise nos propomos: a da etnicidade, a de como os romanos entendiam caracterizar-se a sua identidade e as distinções por eles operadas e realçadas perante os “outros” com os quais mantiveram contato. Mais precisamente: como no período por nós abarcado se deu resposta a tal problema e que imbricações podem ser estabelecidas entre este ponto e as disputas políticas e culturais então decorridas.

Passemos ao detalhamento das nossas escolhas teóricas. A primeira, a categoria de "fronteira étnica" de Fredrik Barth[18], em relação a qual, visando nos resguardar de mal-entendidos, alertamos não incluir conotação territorial alguma em sua definição. Em Grupos étnicos e suas Fronteiras (1969) abordando o interesse que a questão dos limites tem no entendimento e na definição das “diferenças culturais”, argumentou não serem os grupos étnicos grupos dados formando a base de uma cultura compartilhada. É o inverso que acaba ocorrendo muito mais, estando a formação de tais grupos na base das diferenças culturais. Barth indica que são “*as ações, as escolhas, as situações e as circunstâncias diárias em que cada indivíduo se encontra ou ela mesma, e com qual escolhem identificar, que faz uma diferença em como os grupos étnicos são compostos*”.

Para enfrentar essas questões, Barth também criou um modelo no qual busca analisar situações diárias complexas, conectando níveis micro, mediano e macro da realidade e, assim, observando como um grupo interage com outro na comunidade do mundo. Neste estudo conclui que a etnicidade representa a organização social da diferença da cultura, pensada esta como um fluxo contínuo e não como a transmissão de algum patrimônio. O cerne, aqui, estaria no contraste entre "nós" e "outros", conduzindo para uma noção antropológico-histórica de etnia, e para a ideia de "fronteira étnica" ou ***ethnic boundary***, central em seu horizonte teórico e revolucionando os estudos nesse campo.

Como dizem POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998, p. 141:

> Há que convir, com Barth, que a etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores.

E, mais adiante (p. 152/3):

> Para que a noção de grupo étnico tenha um sentido, é preciso que os atores possam se dar conta das fronteiras que marcam o sistema social ao qual acham que pertencem e para além dos quais eles

[18] Thomas Fredrik Weybye Barth, nascido alemão (em Leipzig, dezembro de 1928), formado em universidades dos Estados Unidos (Chicago) e da Inglaterra (London School of Economics e Cambridge), iniciou sua carreira na Universidade de Bergen como professor de antropologia social, e nela tomou parte na criação, em 1963, do departamento de ciências sociais, tendo um papel destacado na transformação da universidade de Bergen em centro da antropologia social para toda a Escandinávia.

> identificam outros atores implicados em outro sistema social. Melhor dizendo, as identidades étnicas só se mobilizam com referência a uma alteridade, e a etnicidade implica sempre a organização de agrupamentos dicotômicos Nós/Eles. Ela não pode ser concebida senão na fronteira do 'Nós', em contato ou confrontação, ou por contraste com 'Eles'.

E como tais critérios são móveis (se constituem durante as interações sociais), historicamente definidos e manipuláveis pelos agentes envolvidos, a identidade étnica pode manter-se, mas não é sempre a mesma:

> Um grupo pode adotar os traços culturais de outro, como a língua e a religião, e, contudo continuar a ser percebido e a perceber-se como distintivo. A. D. Smith (1988) nota que a identidade dos persas não desapareceu com a queda do império sassânida. A conversão ao islamismo xiita revitalizou a identidade persa dando-lhe uma nova dimensão moral e a renovou por meio da islamização da cultura e dos mitos e lendas sassânidas (*Ibid.*, p. 156).

Adquire, assim, a ideia de etnicidade por ele propugnada, um caráter, não só relacional, mas também extremamente dinâmico. Um exemplo bastante recente é o do uso da barba nos países árabes: "*impôs-se em poucos anos como 'o' próprio símbolo do islamismo, a ponto de todo mundo ter esquecido de que até pouco tempo antes, nesses mesmos países, a barba era o signo de uma simpatia pró-guevarista*" (*Ibid*.: p. 167).

A rigor, portanto, não se poderia falar em construção de identidade, mas, bem mais, de (re)construção: a cada geração a identidade é (re)feita a partir desses critérios móveis, apesar da percepção que os atores envolvidos têm de algo fixo a ser transmitido, preservado e, sobre o qual, quando muito ver-se-ia um desdobramento contínuo.

Tal capacidade de redefinir a sua identidade se dá através do mecanismo do "realce" ou "saliência" (***saliency***), cujo emprego não se restringe ao campo da etnicidade. Ainda é de POUTIGNAT & STREIFF FENART (1998, p. 166) a observação de ser tal categoria, a do realce, central não só em Barth, mas em todas as abordagens não reificadoras da etnicidade:

> Ela exprime a ideia de que a etnicidade é um modo de identificação em meio a possíveis outros: ele não remete a uma essência que se possua, mas a um conjunto de recursos disponíveis para a ação social. De acordo com as situações nas quais ele se localiza e as pessoas com quem interage, um indivíduo poderá assumir uma ou outra das identidades que lhes são disponíveis, pois o contexto

> particular no qual ele se encontra determina as identidades e as fidelidades apropriadas num dado momento. [...] Em determinadas situações, a etnicidade é um fator pertinente que influencia a interação, em outras a interação é organizada de acordo com outros atributos, tais como a classe, a religião, o sexo etc. [...].
>
> A etnicidade pode igualmente ser realçada por meio de todos os signos visíveis (comportamentais, vestuário etc.) que podem ser mobilizados e selecionados para tipificar um grupo social ou utilizados para apresentar um Eu étnico específico.

E mais adiante:

> [...] os traços étnicos nunca são evocados, atribuídos ou exibidos por acaso, mas manipulados estrategicamente pelos atores, como elementos de estratagema, no decurso das interações sociais, por exemplo, para exprimir a solidariedade ou a distância social, ou para as vantagens imediatas que o ator espera obter pela apresentação de uma identidade étnica particular. Patterson (1975) mostra como determinados porto-riquenhos altamente americanizados manipulam nesse sentido as diferentes identidades étnicas de que dispõem: eles podem, por exemplo, alardear sua identidade racial para beneficiar-se dos programas reservados aos negros no quadro da *Affirmative Action*, ou em outras circunstâncias realçar sua cultura latina, exagerando seu sotaque espanhol (p. 168).

Assim, *e.g.*, um cidadão romano oriundo de Atenas pode se identificar como "romano" etnicamente e então ao se apresentar como tal, a depender das circunstâncias, a depender do outro com o qual esteja se relacionando, destacará aspectos que em outras situações não sublinharia, nem mesmo veria como fundamentais. Mas também, como as etnicidades se superpõem numa mesma pessoa, pode ser preferível apelar em dada situação para a sua condição étnica, ainda mantendo o mesmo exemplo, de "ateniense" ou de "grego". O mesmo vale, em outro exemplo, para um romano que, desejoso de realçar a sua ancestralidade em dado momento, resolva se apresentar como "sabino". Haverá situações que não será isso desejável, passando a ser interessante destacar algo que o inclua dentro da romanidade tanto ele próprio como aquele cidadão de Atenas.

Esse caráter manipulável e até certo ponto convencional da etnicidade, mal entendido, tem proporcionado aos seus críticos confundi-lo com um teórico da escolha racional[19]. É nessa direção, *u.g.*, sem deixar de reconhecer a importância e o impacto da teoria barthiana nas ciências humanas, que o argentino Diego VILLAR (2004) aponta as suas baterias.

---

[19] Esta é apenas uma das confusões difundidas em torno das ideias e da obra de Barth, todas elas sumariadas em POUTIGNAT & STREFF-FENART, 1998, p. 87.

Após assinalar (p. 166), em sua opinião, as duas as teorias capitais de Barth, a da “fronteira étnica” (chamada por Villar de “teoria formal ou relativista da identificação étnica”, e) e a da influência dos condicionantes materiais, em especial os fatores ecológicos e demográficos sobre a etnicidade, Villar introduz um terceiro elemento a precedê-las e a ambas subordinar sob o prisma conceitual e metodológico: a “teoria do ator racional” (p. 176). Neste ponto residiria toda a singularidade da abordagem de Barth (p. 173), o *quid* de sua obra (p. 173).

Ora, inserindo tal agente em Barth numa linhagem parsoniana (p. 175), Villar o faz tender ao voluntarismo, sem qualquer limitação, orientando toda a sua ação por um cálculo de meios e fins, custos e benefícios (*passim*, arrematando os seus argumentos na conclusão: pp. 184-185).

Não há nada mais equivocado. Não só pela presença de fatores emocionais presentes no realce (POUTIGNAT & STREFF-FENART, 1998, p. 98: “*o conflito étnico tem uma base tão racional quanto o conflito de classes, mas a mobilização suscitada por ele apela para emoções poderosas porque unidas a afeições primordiais e irracionais*”), mas também em virtude dos contextos desiguais nos quais esses atores interagem:

> A possibilidade de manipular sua própria identidade étnica e de escolher ou não realçá-la é certamente desigual segundo os contextos nos quais as interações se situam. Nas situações em que a etnicidade apresenta-se como um estatuto prescrito, os papéis étnicos são reificados sob a forma de uma sorte ou destino inevitável e os indivíduos têm mínimas possibilidades de estabelecer uma distância subjetiva entre eles mesmos e seu jogo de cena (*Ibid*., p. 167).

Por fim, além da percepção dos “outros” enquanto membros de uma ou mais comunidades étnicas distintas daquela que é percebida como a sua própria (a chamada autopercepção desenvolvida na fronteira étnica) e da existência de um etnônimo próprio, é preciso acrescentar como indicador da etnicidade, compondo, então sim, um conjunto necessário e suficiente para se definir, a existência de uma etnia, o da filiação a uma origem comum.

A etnicidade decididamente é um parentesco fictício, cujo recrutamento imagina-se fazer preferencialmente por nascimento (embora sejam importantes

também outros mecanismos[20]). Orientada para o passado, é através da memória social que se fixam os símbolos identitários (lembranças e mitos). Isto não significa sejam realçados sempre os mesmos símbolos, geração após geração, muito ao contrário. É em virtude de tal olhar, inclusive, que se pode distinguir a identidade étnica de outras identidades coletivas (religiosa ou política ou qualquer outra).

Pois bem, esses símbolos identitários fazem da etnicidade também uma "representação cultural", remetendo-nos aos domínios da história cultural e da "luta de representações":

> [...] sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p. 17).

Sob o viés dos conflitos sociopolíticos, e das apropriações que grupos diversos podem vir a fazer das representações através da formulação de diferentes leituras sobre as mesmas, somos remetidos à noção de PRÁTICA SOCIAL, terminando por compor a tríade conceptual da nova história cultural, conforme a teorização de CHARTIER: representação, prática e apropriação (1990, p. 27).

Por uma sociologia histórica das práticas culturais, com este subtítulo Roger CHARTIER (*op. cit.*) abre a introdução de suas reflexões teóricas sobre a história cultural, como a indicar, entre outras ideias, o especial papel desempenhado pelas práticas sociais no horizonte dessas pesquisas. As representações culturais (formas de apreensão e percepção da realidade social), se, de um lado, são construídas por essas práticas articuladas, por outro, veiculam uma determinada imagem dessas práticas, sendo também, e basicamente, representações de práticas sociais.

Mas, então, uma dúvida: não descartaram tais estudos de História Cultural as noções de "mental" e "mentalidades"? Sim, mas o fizeram para atender a uma necessidade programática:

---

[20] Tal como o da adoção da cidadania. É esse parentesco fictício (a presunção de fazer parte de uma história comum, remetendo a uma mesma origem mítica a partir da qual o povo se constituiu) que nos permite caracterizar a identidade romana como identidade étnica. Em contrapartida, a exclusão da cidadania expatria o indivíduo, o coloca para fora da comunidade, dele retirando esta história e os deuses tutelares, pois já não é mais participante dessa organização social.

> A primeira característica do que hoje se chama de história cultural reside, justamente, na sua rejeição ao conceito de mentalidades, considerado excessivamente vago, ambíguo e impreciso quanto às relações entre o mental e o social. Os 'historiadores da cultura' que, diga-se de passagem, parecem sentir-se mais à vontade em assumir este rótulo no lugar das mentalidades, não chegam propriamente a negar a relevância dos estudos sobre o mental. Não recusam, pelo contrário, a aproximação com a antropologia nem a longa duração. E longe estão de rejeitar os temas das mentalidades e a valorização do cotidiano, para não falar da micro-história, por muitos considerada legítima, desde que feitas as conexões entre microrrecortes e sociedade global. É lícito afirmar, portanto, que a história cultural é, neste sentido, um outro nome para aquilo que, nos anos '70, era chamado de história das mentalidades (VAINFAS, 1997: 148).

É uma das posturas, portanto, decisivas, entre os próceres da história social da cultura, a rejeição do termo "mentalidade" enquanto noção basal a influenciar a nova direção das pesquisas. Tal atitude justifica-se em virtude da maior atenção, concedida por esses novos pesquisadores, às especificidades sociais, cuja compreensão não ia muito além, na história das mentalidades, do ato de partilhar diversamente, segundo os níveis socioeconômicos, algo comum à sociedade[21]. Herdeiros dos historiadores das mentalidades, os historiadores culturais centram sua crítica aos antecessores no aspecto essencialmente indiferenciado, e não socialmente contraditório, do mental, o que o torna distante da realidade social.

> Os historiadores da quarta geração dos *Annales*, como Roger Chartier e Jacques Revel, rejeitam a caracterização de *mentalités* como parte do chamado terceiro nível de experiência histórica. Para eles, o terceiro nível não é de modo algum um nível, mas um determinante básico da realidade histórica. Como afirmou Chartier,
>
> 'a relação assim estabelecida não é de dependência das estruturas mentais quanto a suas estruturas materiais. As próprias representações do mundo social são os componentes da realidade social.' As relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais, nem as determinam; elas próprias são campos de prática cultural e produção cultural – o que não pode ser explicado por

[21] Para atender esse modo de resgatar as diferenças sociais acabou sendo forjada, no trato com as fontes documentais massivas, a *história serial de terceiro nível* (Chaunu, Vovelle). Mas nem sempre tal diferenciação, nesses estudos, foi acolhida. Em muitos a preocupação única era com o não indistinto próprio de uma determinada época, seja na vertente seguida por quem se interessava pelas categorias psicológicas essenciais (Meyerson, Vernant), ou no outro ramo, alimentado por essa perspectiva, de quem adotava como meta a recuperação dos sentimentos e das sensibilidades próprios aos homens da época (Febvre, Le Goff).

Todos esses autores se detêm na ideia das mentalidades como algo coletivo, não consciente, daí automático e comum: um conjunto de elementos incoerentes, ao modo da bricolagem, a todos os setores sociais no dia-a-dia de uma civilização. Daí também a preocupação com o imaginário que foi se constituindo como objeto histórico nos moldes do mental: *"imaginário de uma época, em todo o seu contexto mental, cultural e social"* (PATLAGEAN, 1990: 293). Como exemplo, os estudos sobre mito e mitologia, mais uma vez, da Escola de Paris (Vernant).

> referência a uma dimensão extra-cultural da experiência (HUNT, 1995: 9).

Todavia, passado o tempo da definição dos novos campos e do seu instrumental teórico, percebe-se ter sido descartado junto com as categorias de "mental" e "mentalidades", os fenômenos e os contextos de mais larga duração contemplados por tais categorias. Ora, prosseguem tais fenômenos existindo e sendo de interesse também o seu estudo. Por isso, corrigida a percepção das "mentalidades" como um nível a parte, o seu estudo, com legitimidade, pode e deve ser reconsiderado.

Em particular faremos uso do termo *mutação mental* que nos vem de Jean-Pierre Vernant[22] e é achado também em outros autores. O primeiro deles Michel VOVELLE, ao tratar do fenômeno das mentalidades, *u.g.*, em A história e a longa duração, pergunta-se se *"A mutação em história existe?"* e responde:

> *A essa altura da argumentação, não se pode evitar a objeção que F. Braudel previra, com nuanças, em seu artigo de referência: tudo bem quanto à mutação brusca, o acontecimento explosivo, mas será ele de fato criador? Não se contentará com sancionar e exprimir, se preciso em termos exacerbados, o balanço de uma evolução surda e de longa duração?* (1990: p. 90)

Outro a fazer eco às reiterações de Braudel, ao longo de suas obras, de ser a longa duração a chave da história, é Eugen CIZEK ao descrever o Dominato, mas não apenas, como uma *"mutation des mentalités"* (1990, p. 325). Por ser um trabalho desenvolvido no campo da história romana teremos ocasião de aplicá-lo no nossa própria investigação[23].

Noções como "mental", "mentalidades", "universo mental", "mutação mental" não precisam ser e não são eliminadas, são apenas tornadas mais dinâmicas, aproveitando as reflexões e o percurso da Nova História Cultural.

---

[22] Em VERNANT (1990) particularmente o Prefácio à edição de 1985, quando, abordando as transformações decisivas que contribuíram para constituir a ***pólis*** e suas realidades correlatas, fala de *"uma mudança de mentalidade tão profunda..."* (p. 17) e, de modo mais detalhado, no último estudo dessa coletânea, Do mito à razão, no qual afirma: *"Deve-se, por conseguinte, definir a mutação mental de que a primeira filosofia grega dá testemunho, precisar a sua natureza, a sua amplitude, os seus limites, as suas condições históricas"* (p. 354). E também, em várias passagens, no decorrer de todo o texto.

[23] Particularmente na seção 3.1. "O *mos maiorum* se reinventa: o modelo mental patriárquico".

Enfim, questões metodológicas. Para dar conta de um sentido próprio ao texto nos propomos a trabalhar no âmbito da Semiótica Narrativa e Textual de Greimas e Courtés. No caso aqui, mais especificamente com o chamado quadrado semiótico, com o intuito de ordenar e melhor visualizar as argumentações desenvolvidas em torno das passagens estudadas. Destarte, para melhor compreensão e eficácia de tal disposição gráfica a apresentaremos a seguir em suas linhas gerais e em sua dinâmica construtiva.

Segundo Algirdas GREIMAS, isotopia seria *"um conjunto redundante de categorias semânticas que torna possível a leitura uniforme do relato, tal como resulta das leituras parciais dos enunciados e da resolução de suas ambigüidades, guiada pela busca de uma leitura única"* (1970, p. 188, cf. citado em CARDOSO, 1997, p. 173). Portanto, tal método visa a detecção das estruturas profundas de significação e a determinação da coerência do texto narrativo ou do discurso.

Assim, para Greimas, primeiro a introduzir esse conceito na análise semiótica, a base da sua proposição está na existência, mesmo onde há contradições e ambiguidades, de regularidades, reiterações e insistências, constituindo uma estrutura elementar que subjaz e dá sentido ao conjunto do texto[24].

A esse respeito, COURTÉS (1979, p. 64) adverte-nos para o fato de o conceito tangenciar a teoria da comunicação:

> [...] o conceito de *isotopia*, assegurando a homogeneidade da mensagem, não é estranho à comunicação, em que um dos objetivos pretendidos é precisamente a eliminação das ambigüidades; ele excede, no entanto, este caso de espécie, para englobar outros modos de significação nos quais a ambigüidade é, por exemplo, uma riqueza.

Em seu próprio fundamento, pois, está o interesse da isotopia: disciplinar as ambiguidades do enunciado e definir as suas pertinências mais rigorosamente. São três as etapas, consideradas logicamente, previstas pelo método:

---

[24] GREIMAS (1970, p. 161) e também em COURTÈS (1979, p. 75): *"A isotopia dos termos da estrutura elementar garante e funda, de certa maneira, o micro-universo como unidade de sentido e permite considerar [...] o modelo constitucional como uma forma canônica, como uma instância de partida para uma semântica fundamental".*

1°) proceder ao exame comparativo das partes componentes do texto (frases, enunciados), tendo como meta descobrir as categorias sêmicas (de significação) que lhe subjazem;

2°) isolar as repetitivas ou recorrentes, nesta redundância está a isotopia, e tais categorias são ditas isotópicas;

3°) distribuir as categorias isotópicas por cada um dos três níveis semânticos: o figurativo (aquelas categorias que nos remetem a um dos cinco sentidos corporais), temático (referentes aos temas abordados no discurso em questão) e o axiológico (onde se faz presente os valores que qualificam o conteúdo do discurso, podem ser de ordem moral, cósmica ou estética).

Assim, temos categorias semânticas isotópicas de nível figurativo, temático e axiológico, e nenhuma dessas categorias se vincula aprioristicamente a um dado nível: são assim distribuídas conforme a estrutura do discurso, de tal maneira que um sema inserido como categoria isotópica em um dado nível de certo discurso, em outro poderá vir a ocupar um nível completamente distinto.

Uma vez fixada cada categoria a seu respectivo nível, passamos a dispor de uma grade de leitura uniformizante, onde podemos visualizar quais são os temas recorrentes no discurso em questão, as imagens que os transmitem e os valores que os balizam. Essas categorias isotópicas também estão sujeitas a um investimento afetivo ou emocional, o qual se denomina *investimento tímico*. Chamar-se-á *valorização disfórica* a toda desvalorização empreendida sobre um dado conjunto de elementos, *valorização eufórica* quando ocorrer valorização propriamente dita, emprestando prestígio a um conjunto de valores ou elementos, *aforia* ao se caracterizar a ausência de conotação tímica (ou empenho afetivo), configurando uma atitude neutra.

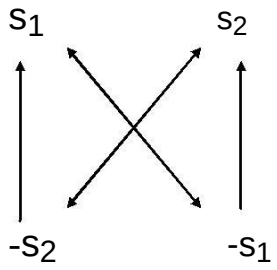
Muitas vezes a economia do texto permite-nos ver emergir o núcleo do sentido, através do recurso do *quadrado semiótico*, ao articular oposições e contradições do discurso, para isso bastando localizar os termos geradores da relação de contrariedade básica a esse texto. Aqui é o nosso ponto, este é o produto que nos interessa exibir como demonstrativo do sentido construído pelo texto.

Enfatizando as estruturas profundas, Greimas buscou dar uma apresentação gráfica do que seria uma descrição sintética do, por ele designado, *núcleo de*

sentido, ou seja, da estrutura elementar de significação. O resultado é o quadrado semiótico, também chamado de *modelo constitucional*, pois nele há como se dar conta da ordenação dos universos semânticos no seu conjunto (*Ibid*.: p. 70), estejam presentes esses universos no texto de forma manifesta ou elíptica, como teremos oportunidade de constatar.

Se remontarmos do texto aos termos básicos (*semas*), o modelo é possível de ser elaborado quando, e somente quando, localizarmos dois termos dispostos contrariamente, a exemplo de /branco/ e /preto/, em uma relação binária definida, nunca *a priori*, mas a partir da lógica específica do texto em questão. Tais termos devem ser tão básicos a ponto de fazer gravitar em torno de si os demais, de modo solidário, em sucessivos encadeamentos.

Baseando-se nos termos achados, faz-se o desenho do quadrado através da fixação na diagonal, a partir dos primeiros, de seus opostos. Daí chamar de "termos geradores" os primeiros, indicados como **s_1** e **s_2** ,e seus opositores de **$-s_1$** e **$-s_2$.**



Entre /s_1 e -s_1/ e /s_2 e -s_2/ a relação é de *contraditariedade* e se /s_1/ e /s_2/ são *contrários*, /-s_2 e -s_1/ são *subcontrários*. Nessas relações de oposição, ainda e sempre no interior do texto em questão, a negação do primeiro sema implica a afirmação do segundo. Diz-se de -s_2 em relação a s_1 (assim como de -s_1 em relação a s_2) definirem uma relação de *implicação* ou *complementaridade*, tendo em vista que um é desdobramento do outro.

A base deste procedimento metodológico está postulada no axioma segundo o qual só existiria sentido na diferença, afinal, segundo os defensores desse tipo de análise, a mente humana também funcionaria unicamente conforme padrões de uma lógica binária. Em outras palavras, um significante não tem sentido a não ser em relação ao significante oposto, mesmo quando este último não esteja expresso, ou seja ache-se em elipse, oculto.

Adentramos, pois, no terreno da lógica formal. Marie-Christine Escalle (*in*: CHARPENTIER, 1983, p. 21), ao retomar os diversos caminhos traçados na busca de um método capaz de melhor captar o sentido dos textos, situa Greimas na conjugação dos esforços de Propp e Lévi-Strauss, fazendo resultar o seu método da reunião de tais contribuições através da utilização de elementos lógicos. Ora, não há como deixar de perceber o quanto são tais elementos dependentes do estabelecido por Aristóteles.

O quadrado por nós formado recebe, em lógica, a denominação de *quadrado de opostos*, pois, como está representado graficamente no desenho anteriormente firmado, são dois os tipos de oposição presentes. A primeira, como foi apontado anteriormente, é a de contraditoriedade, e assim definida, no campo da lógica, quando a oposição entre os dois termos ou proposições é tal que não se pode dizer serem ambos ao mesmo tempo verdadeiros como também ao mesmo tempo falsos, tal como /branco/ e /não branco/. Se um é falso o outro será necessariamente verdadeiro. Em relação à segunda, a de contrariedade, diz-se quando não se pode afirmar de ambos serem ao mesmo tempo verdadeiros, mas já se pode ajuizar como igualmente falsos. Assim se algo é exclusivamente /branco/, não pode ser simultânea e unicamente /preto/, ou um ou outro. Entretanto, pode não ser nenhum dos dois.

Outro modo de entender tais oposições é perceber a radical oposição dos contraditórios. Enquanto os contrários (***enantiótés***) podem ser compatibilizados (uma camisa pode ter listras brancas e pretas), para os contraditórios (***antíphasis***) tal possibilidade inexiste, caracterizando uma insuperável incompatibilidade (uma camisa não pode ser branca e não branca simultaneamente).

Deve-se ter ainda em conta que Aristóteles chega à forma gráfica do quadrado ao reunir dois percursos silogísticos. Um silogismo corresponde a um raciocínio no qual, determinadas proposições sendo antecipadamente afirmadas, segue-se inevitavelmente outra afirmativa. Estipula, pois, o silogismo, o caráter inevitável destes encadeamentos lógicos. Imaginemos um quadrado formado pelos contrários /preto/ e /branco/ e pelos subcontrários /não branco/ e /não preto/. Um dos percursos seria /preto/ $\rightarrow$ /não preto/ $\rightarrow$ /branco/, e o segundo dos percursos /branco/ $\rightarrow$ /não branco/ $\rightarrow$ /preto/, estando fixada na economia do texto a necessidade semiótica entre os elementos em questão.

Esquematicamente os percursos acima podem ser resumidos em /ESTADO 1/ $\rightarrow$ /transformação/ $\rightarrow$ /ESTADO 2/, sendo esta a definição mais primária de um relato, da qual posteriormente podem ser derivadas as estruturas narrativas (CARDOSO, 1997, p. 14). De certo modo, em última instância, todo relato contaria, destarte, uma metamorfose.

Dos três termos no processo envolvidos, quando de um estado ou situação anterior muda-se para uma posterior, todo o mecanismo repousa no papel desempenhado pelo termo do meio, dito com propriedade *termo médio*. É este o responsável, ao negar o antecedente, por fornecer a razão do afirmado no consecutivo, conclusão do percurso.

Pode ocorrer, e não é pouco frequente, que a negação do primeiro desses termos encontrados seja "condição necessária, mas não suficiente" para que se obtenha a afirmação do último. O motivo disto acha-se no fato de não serem as oposições estabelecidas, em sua contraditoriedade, da classe das categoriais, mas sim das graduais, quando então se exige considerar possíveis posições intermediárias[25].

Necessário e suficiente ou necessário e não suficiente, os termos e suas relações acabam por impor ao texto a escolha apenas, voltando ao desenho do quadrado semiótico, entre dois caminhos admissíveis:

ou de s_1 a s_2 passando por $-s_1$, isto é /$s_1(-s_1)s_2$/;

ou de s_2 a s_1 passando por $-s_2$, isto é /$s_2(-s_2)s_1$/.

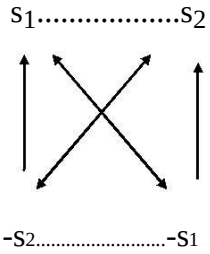
Quando se diz que nesses trajetos é registrada a ocorrência de uma mudança, de qualquer tipo que seja, onde o momento inicial, o momento intermediário e o momento final são todos componentes logicamente necessários, entenda-se bem: não precisam estar todos presentes no texto ou relato concreto. Pode suceder de até dois dentre esses momentos estarem ocultos ou elípticos sem que isso perturbe a lógica do esquema, *"posto que a elipse de um elemento posterior leve a que fique*

[25] Cumpre esclarecer existirem dois tipos de oposição: de um lado, a categorial (sem meio termo, tal como verdadeiro e falso ou legal e ilegal) e a gradual (como vimos dotada de escala de possibilidades, a exemplo da gradação quente-morno-frio, acrescentado-se ainda fervente e gelado); e, de outro, a oposição privativa, quando um dos termos se caracteriza por apresentar uma propriedade da qual o outro é carente: vida e morte, dinâmico e estático (CARDOSO, 1997, p. 15).

implicado e a elipse de algo anterior obriga a que seja pressuposto" (CARDOSO, 1997, p. 15).

Os termos sêmicos (s_1, $-s_1$, s_2, $-s_2$) podem ser agrupados dois a dois, conforme suas definições relacionais, compondo seis dimensões sistemáticas: dois eixos, quando são considerados aqueles que estão em relação de contrariedade; dois esquemas, os marcados pela contradição; duas dêixis, constituídas por cada uma das relações de implicação.

Essas são as propriedades formais do modelo e, uma vez dispostos todos esses elementos, assim fica o quadrado semiótico[26]:



⟷	representa uma relação de contradição
.....	representa uma relação de contrariedade recíproca
⟶	representa uma relação de complementaridade ou de implicação ou de consecução
s_1 - s_2 -	eixo dos contrários ou do complexo
s_2 - -s_1	eixo dos subcontrários ou do neutro (assim dito em relação ao eixo anterior, pois nega os dois termos geradores)
s_1 - -s_1	esquema positivo
s_2 - -s_2	esquema negativo
s_1 - -s_2	dêixis positiva
s_2 - -s_1	dêixis negativa

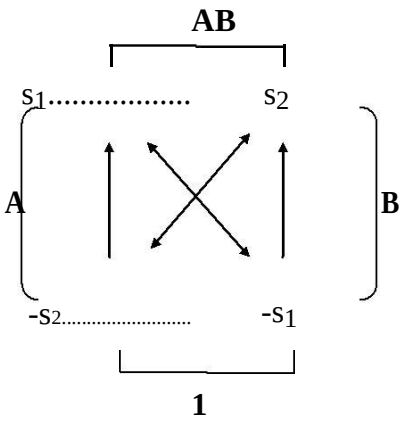
O positivo e o negativo dos esquemas e das dêixis são apenas formais como são os polos de uma pilha. Não devem ser previamente lidos de modo que o positivo ou o negativo remeta a alguma qualificação, tal como certo e errado, bem e mal ou belo e feio. Insistimos, a valorização semântica nunca é prévia: inexistem pressupostos universais anteriores ao contato com o texto. É sempre resultado de um investimento tímico na construção do texto, sendo seu único acesso o próprio

[26] As propriedades formais desse modelo ou quadro são sistematizadas em GREIMAS, 197O, p. 139-140, e reproduzidas em COURTÉS, 1979, p. 72-73.

texto. É na sua leitura, tomando-o por base, que se recuperará a euforização, a disforização ou a aforização das categorias mobilizadas.

Assim, *e.g.*, uma determinada dêixis ou esquema seria euforizada independente de se achar disposta no modelo formal como positiva e semas como beleza, bem e verdade podem ser euforizados em um texto e disforizados em outro.

Ainda é possível se formarem, conforme a estrutura constitutiva do texto, metatermos, os quais tanto podem reunir, aos pares, conectando-os, os termos complementares (S_1 e $-S_2$; S_2 e $-S_1$), como os contrários (S_1 e S_2) e também os subcontrários ($-S_2$ e $-S_1$). Neste caso, podem aparecer, nesses modelos, todos os metatermos possíveis formalmente em um determinado modelo constitucional ou apenas os metatermos complementares ou contrários.



Os metatermos formados pelos termos complementares estabelecem entre si uma relação de contrariedade (/a/ e /b/), já os metatermos (/ab/ e /1/) formados pelos pares de termos contrários, *i.e.*, pelos dois esquemas, firmam entre si uma relação de contraditoriedade.

O quadrado semiótico é uma estrutura formal, se prestando a diferentes investimentos tímicos. Se partindo de qualquer um dentre os termos acima disposto no quadrado, são obtidos os demais e o quadrado é formulado, afinal trata-se da expressão visível de relações lógicas, o mesmo não se pode dizer do investimento tímico. Não sendo *a priori* não há como inferir a sua leitura do quadrado. É preciso que seja dito no comentário que se fizer a ele.

1. “Romanização” e romanidades: aproximações conceituais

1.1. ESTUDOS SOBRE ROMANIZAÇÃO. **1.2. DE *URBS* A *ORBS*, O IMPÉRIO E A ROMANIDADE: DILEMAS E MUTAÇÕES DA *CIVITAS* ROMANA**. **1.3. ETNICIDADE E HIBRIDIZAÇÃO: UMA ENCRUZILHADA CONCEITUAL**. **1.4. FRONTEIRA ÉTNICA E ROMANIDADES: ROTEIRO DE ANÁLISE**.

1.1. ESTUDOS SOBRE ROMANIZAÇÃO[27]

Enfrentar a questão da identidade romana no contexto imperial é instalar-se no centro da polêmica travada hodiernamente sobre o fenômeno da romanização. Romanização, romanizar, romanizar-se... Ser como um romano, falar, vestir-se, comer, portar-se, tomar a feição de um, pensar, adquirir hábitos e gostos de um romano, sofrer a influência, assimilar, ver o mundo à maneira romana, tornar-se romano...

Ou seja, envolve responder a questão do que é ser romano e de como é possível tornar-se romano. A tais perguntas acostumamo-nos responder univocamente. Pensamos a romanidade (a *Romanitas*) de modo unitário, como uma

[27] Inesgotável a bibliografia sobre identidade romana, em virtude da sua imprecisão e abrangência conceitual, impunha-se um recorte nesta revisão, e tal não poderia ser outro que não aquele constituído pela problemática da pesquisa. Assim, por privilegiarmos a vertente étnica da identidade romana e o como ela se desenhou em um *corpus* de textos literários, entre os diversos caminhos, optamos por revê-la a partir da construção e desconstrução do paradigma da romanização. Além de enorme o seu impacto na historiografia, está tal paradigma associado a uma percepção isomórfica entre cultura, língua e etnia. Ambos, o paradigma e a percepção, no modo como são construídos e postos em xeque, à medida que são tributários do processo de consolidação dos Estados Nacionais, trazem para o centro do palco as noções de etnia e de etnicidade. O nosso interesse, portanto aqui, é repassar os autores mais significativos para o estudo do império romano segundo este ponto de vista.

só coisa, dotando-a com certo grau de homogeneidade e coerência. Aliás, assim nos habituamos a entender as identidades em geral e, de modo mais específico, aquelas que nos informam sobre o que é próprio a cada povo, o que lhe caracteriza e lhe dá uma determinada personalidade: uma série objetiva de características, semelhante a uma *checklist* a qual deveria ser preenchida para se saber, no nosso caso, se algo (ou alguém) é mais ou menos romano.

Neste campo, subjacente a essas definições, há a pressuposição dos termos [**povo (ou raça)**]↔[**língua**]↔[**cultura**][28] serem intercambiáveis, equivalentes na prática. Em decorrência dos processos de formação dos Estados Nacionais e dos discursos nacionalistas consolidados a partir do século XIX tais termos passam a compor uma expressão isomórfica tida como "naturalizada" pelo senso comum, nele enraizada como "óbvia". Com o avançar dos estudos, as propostas de uma definição coerente e eficaz de "raças humanas" (noção de forte tom biologizante) fracassaram todas, e, na busca de alternativas, prosperou a ideia de etnia no lugar de raça, embora não poucas vezes não seja além de uma mera troca de palavras, mantendo-se o tom biologizante.

Pois bem, há ainda a questão da cultura. Caracterizar um conjunto de vestígios como cultura é atribuir-lhe um sentido e um significado, uma identidade cultural, mormente pressupondo corresponder-lhe também uma identidade étnica. Acontece que essas identificações são menos claras do que nos parecem à primeira vista. O procedimento frequente é listar determinados traços ou vestígios culturais e neles reconhecer um determinado povo que os teria deixado.

A convicção de serem intercambiáveis povo (etnia) e cultura (identidade cultural = identidade étnica) não resiste a um exame mais apurado:

> [...] sumérios e acadianos, na Baixa Mesopotâmia do terceiro milênio a. C., falavam duas línguas diferentes mas compartilhavam a mesma cultura (vida urbana de um tipo determinado, estruturas econômico-sociais, religião, etc.). A Síria, por volta do século XVIII a. C., aparece aos arqueólogos dotada de uma notável unidade cultural, mas sabe-se que era então um mosaico complexo de povos e línguas. O aramaico, no primeiro milênio a. C., tornou-se uma língua difundida em todo o Oriente Próximo, sendo falado, portanto, por pessoas de diversos povos, pertencentes a culturas variadíssimas (CARDOSO, s.d.: 18).

[28] Vide a este respeito CARDOSO, s.d., p. 14.

O ponto fulcral, aqui, na assunção de um entendimento adequado de etnia é que, ao lado de critérios objetivos deveriam estar presentes outros também de ordem subjetiva. Citando, no dizer de CARDOSO (s.d.: 18), "*uma boa definição do que seria uma etnia, tomada de T. Dragadze (apud C. Renfrew):*

> [...] um agregado estável de pessoas, historicamente estabelecido num dado, possuindo em comum particularidades relativamente estáveis de língua e cultura, reconhecendo também sua unidade e sua diferença em relação a outras formações similares (autoconsciência) e expressando tudo isto em um nome auto-aplicado (etnônimo)."

Não se pode, por exemplo, dar "*lições aos antigos gregos acerca de não formarem, na verdade, uma etnia, por mais que achassem que fosse assim*" (CARDOSO, s.d.: 21). Admitir tais considerações implica em reconhecer (1) excluída a inoperante noção de raça, temos como resultado a quebra da expressão [**povo(etnia)]↔[língua]↔[cultura]**, distinguindo identidade étnica (ou etnicidade) de identidade cultural, recusando os *checklists* por seu caráter arbitrário e (2) ao problematizar, relativizando-as, aquelas duas formas de uma dada cultura se identificar, passa a não ser mais possível rastrear uma etnia através daqueles procedimentos.

Ao integrar elementos objetivos e subjetivos na definição de etnicidade, propostas unicamente objetivistas (a exemplo das elaboradas sem o concurso significativo de documentação escrita) deixam de ter validade por não serem capazes de captar uma manifestação clara de autoconsciência, de como um povo se vê. Ao mesmo tempo, propostas eminentemente subjetivistas, que desconsiderem dados objetivos nos quais se referenciar a identidade devem ser descartadas.

Mesmo contemplando aspectos objetivos, acolher a subjetividade na definição de etnicidade implica estar aberto para uma definição não unívoca da romanidade, em não desprezar quaisquer que sejam os modos desses atores-sujeitos se definirem como romanos, saber que o ser romano se define de variadas formas. Ser romano se diz de diversos modos, os mais diferentes[29].

---

[29] Acolher a subjetividade (o que não significa ser subjetivista) revela-se especialmente complicado no contexto arqueológico a partir do momento no qual se põe em xeque a ideia do isomorfismo etnocultural como pressuposto das análises, questionando-o na base. O idílio vivenciado pela arqueologia histórico-cultural (durante a hegemonia do modelo difundido por Gordon Childe) se desvaneceu. Vai longe o tempo no qual, sem maiores problematizações, a etnicidade era alvo de

E, em razão de não estarem isoladas as culturas, salvo raríssimas exceções, havendo constante intercâmbio, mesmo no passado mais remoto, há por bem admitir o hibridismo cultural como característica das culturas em geral, ampliando o campo de rearranjo das romanidades tal qual o de qualquer identidade respaldada de algum modo em elementos culturais.

Sublinhemos: a menção à cultura, tendo-a distinguido e declarado seu caráter heterogêneo em relação à etnicidade se explica por esta estar referida naquela, além do fato inequívoco da etnicidade também se constituir em uma manifestação histórico-cultural. E justamente a recusa ou aceitação de certo bem cultural deve-se ao fato de vê-lo como ameaça ou não à sua identidade. Todos esses aspectos serão desenvolvidos ao empreendermos a análise da noção barthiana, fulcral para nós, de fronteira étnica.

Ao largo dessas reflexões, sói ocorrer que, nos diversos usos empregados pelos pesquisadores da ideia de romanização, vigora ainda o pressuposto de estar tal noção associada a um substrato cultural que se pretende unívoco e homogêneo (uma romanidade comum ou uma cultura aonde se pudesse inequivocamente identificar tal assinatura). Romanização, pois, traduzir-se-ia como a expansão e difusão da língua (latim), do povo e da cultura romanos ao tempo e no contexto do seu império.

Em uma realidade imperial de hegemonia-conquista-domínio, além dos aspectos relacionados à identidade e à cultura, também devem ser mencionados os referentes ao poder nas abordagens sobre romanização. Há uma entidade política, o império, presente no Mediterrâneo pelo menos desde a vitória na Guerra Aníbálica (século III a.C.), estendido ao setentrião europeu com a Guerra Gálica de César

---

uma definição pretensamente objetiva, dada pelo pesquisador, e os grupos étnicos, tidos como homogêneos e estáticos, tinham nos seus traços culturais os demarcadores de sua extensão. Não é mais permitido, para um estudioso minimamente atualizado a respeito de seu campo, o desfrute da antiga inocência. Diante dessa situação, para quem não mais se sinta à vontade em adotar o antigo procedimento, duas respostas têm sido dadas pelos arqueólogos que têm o seu horizonte desde a chamada arqueologia processual ou *New Archaelogy*. Na primeira evitam essas questões, passando-se à margem do tema da etnicidade e se concentrando na explicação dos mecanismos de adaptação dos agrupamentos humanos em dado ambiente ou período. Na segunda, construída pelos arqueólogos pós-processuais que mergulham no problema da etnicidade, *work in progress*, se dedicam a desvendar o quanto e como os discursos sobre o passado são condicionados e marcados pelas ideias e realidade dos autores desses discursos, como teremos ocasião de abordar ao considerar as contribuições de Richard Hingley e, mais especialmente, Siân Jones sobre o tema da "romanização".

(séc. I a.C.), cujo colapso só terá lugar diante da *völkerwanderung*, a migração dos povos germânicos, nos séculos IV e V d.C.

São seis a sete séculos de poder imperial romano eficaz a favorecer os estudiosos que enfatizam a unidade político-administrativa, a integração imperial, inclusive econômica, e, por consequência, o sucesso da romanização, tornando-os bem mais numerosos que aqueles que negam o êxito de tal integração.

Desde a Renascença, passando pela sistematização dos iluministas, até meados do séc. XX, os estudos sobre o Império Romano, empreendidos pela historiografia moderna, acabaram por ser fortemente marcados pela própria visão que dele tinha a elite helenístico-romana imperial. Elevados esses autores à condição de clássicos, o juízo por eles expresso sobre o período no qual viveram tem decisivamente orientado a pesquisa.

A ideia de uma sociedade civilizada, herdeira dos gregos, contraposta a um mundo bárbaro, legitimava por si só a expansão e o domínio de Roma sobre os demais povos, os quais, ao assimilarem a cultura do dominador, romperiam o estágio de barbárie, adquirindo os benefícios da civilização, e transferia essa mesma missão civilizadora para os europeus, herdeiros diretos da romanidade. Assim uma identidade romana seria veiculada por suas elites e imposta aos nativos conquistados, os quais acabavam por aceitá-la dos romanos. A isso veio, por primeiro, a se chamar “romanização”.

Romanização = Roma (identidade ↔ cultura ↔ latim) + poder → *Gentes*[30](outros)

A interpretação que se consagrará como clássica da romanização, na qual, se assume do discurso emanado dos autores greco-romanos a missão civilizadora dos

[30] *Gentes*, nações, os outros, as outras nações em relação ao povo romano (*ciues Romani*). Entre um e outro o direito romano reconhecia a existência dos *latini*, divididos em *prisci* (ou *ueteres*, velhos, provenientes da área adjacente a Roma, o Lácio) e *coloniari* (integrantes das colônias fundadas por Roma), os quais, tanto em um como em outro caso, apenas não possuíam o *ius honorum* (direito de se eleger para as magistraturas romanas e, eventualmente, ingressar no Senado) e exerciam o *ius sufragii* (direito de votar nos *comitia* ou assembleias) apenas quando se achassem na cidade de Roma. Os latinos, portanto, nessa ótica jurídica, estariam numa zona fronteiriça entre o ser e não ser romano. Pela *Lex Iunia Norbona* de 19 d.C. os escravos manumitidos também eram equiparados aos latinos, passando a se chamarem *latini iuniani*.

herdeiros de Eneias, teve início com o erudito alemão **Theodor Mommsen** (1817-1903), cuja obra faz convergir um amplo domínio das fontes literárias, epigráficas e numismáticas[31].

Os três volumes da primeira edição de Römische Geschichte (História de Roma), pelos quais se distribuem cinco livros abrangendo a República Romana até as reformas de Júlio César, editados de modo sucessivo em 1854, 1855 e 1856, tornaram **Mommsen** famoso da noite para o dia. Pensados como os três primeiros de cinco volumes, o IV nunca chegou a sair em vida do autor, tendo sido postergado, em benefício de outra obra de maior fôlego[32], e depois desaparecido.

A seguir, em 1885, publicou-se na Alemanha outra obra como equivalente ao volume V, cujo subtítulo em alemão (Die Provinzen von Caesar bis Diokletian) seria promovido a título ao ser vertido para o inglês no ano seguinte: The Provinces of the Roman Empire. From Caesar to Diocletian (As províncias do Império Romano de César a Diocleciano) [33], abrangendo em seus treze capítulos a Itália do norte, Hispânia, Gália, Germânia, Britânia, Danúbio, Grécia, Ásia Menor, Eufrates e Pártia (*Parthia*), Síria e os Nabateus, Judeia, Egito, as províncias de África. Colonização, extensão da cidadania, língua, cunhagem de moedas são os elementos que permitiriam medir a penetração e o sucesso da civilização romana em cada uma das províncias.

Ainda em fins do séc. XIX, no ano de 1891 vem à luz a última versão[34] da Histoire des institutions politiques de l'ancienne France, cujo primeiro tomo é dedicado à La Gaule Romaine, do historiador francês **Numa Denis Fustel de Coulanges** (1830-1889), editados, prefaciados e anotados por seu discípulo

---

[31] Do argumento de *bellum iustum* (guerra justa) desenvolvido por esse mesmo conjunto de autores, Mommsen saberá também extrair a ideia de imperialismo defensivo, em torno da qual constitui a sua grande interpretação do Império Romano.

[32] O que estava a lhe consumir as energias era a organização e edição dos quinze volumes do monumental *Corpus Inscriptionem Latinarum*, o CIL.

[33] Traduzida em espanhol como El mundo de los Césares, Mexico, Espasa-Calpe, 1983 (cf. MOLINA 2007: p. 70).

[34] Este primeiro volume já tinha saído em duas edições anteriores (1875 e 1877), embora aqui, segundo o prefácio (pág. IV) escrito por Jullian, seja uma refundição completa da redação primitiva, citando o próprio Fustel de Coulanges em nota na mesma página, justifica-se esta reelaboração pela curiosidade surgida em torno da erudição. Quando da edição original, à época, não se requeria dar a público o aparato crítico mobilizado pelo autor (a ênfase era dada a uma escrita mais leve e direta), sendo tal aparato apenas para o autor reservado, resumindo-se a divulgação de tal conteúdo a umas pequenas indicações. Duas décadas passadas, os procedimentos habituais passaram a serem outros, exigindo-se dar ao leitor mais o aparato da erudição que os resultados. Todavia, garante, o texto que agora se dava a lume nada mais que subtexto da redação primitiva.

Camille Jullian (1859-1930). Roma não se caracteriza como poder opressor, mas antes como guardião da paz e da liberdade cotidiana (1891: p. 71), sumariando-se na conclusão as radicais transformações oriundas da conquista, todas vistas como vantagens (*Ibid*.: pp. 325-329).

Ainda nesta avaliação positiva da presença romana na Gália (que para ele começava em Bordéus), até mesmo por ter mantido os germânicos fora do solo pátrio, o erudito francês **Jullian** esteve, em 1883, em Berlim com o fito de se aperfeiçoar na escola de Mommsen, tendo sido por ele muito bem acolhido. A sua obra central foi La Civilisation gallo-romaine: était moral (volume VI de sua Histoire de la Gaule, publicado em 1929), a história da Gália romana.

Partindo das ideias de seu professor em Oxford, **Henri Pelham** (1846-1907), e em sintonia com as ideias de Theodor Mommsen[35], o historiador e arqueólogo inglês **Francis John Haverfield** (1860-1919), é tido como o primeiro a empreender um estudo científico da Britânia (a Bretanha Romana), em obras como The Romanization of Roman Britain (1905-06), Ancient Town Planning (1913) e The Roman Occupation of Britain (1924), é quem introduz efetivamente o termo romanização para explicar essa consolidação do domínio romano nos territórios conquistados.[36]

---

[35] No obituário de Mommsen por ele publicado na English Historical Review (Oxford) de 1904 saúda As províncias de César a Diocleciano como uma obra extraordinária na qual teria logrado reunir todo o vasto e variado conhecimento acumulado até então a respeito das províncias romanas, tornando fácil doravante apreciar o verdadeiro caráter do império romano. Para Haverfield, em cuja obra as referências a Mommsen são regulares, o erudito alemão fora o responsável por haver convertido a arqueologia em disciplina reconhecida e tornado a epigrafia como base para o estudo das províncias romanas. A sintonia entre ambas era tanta que Mommsen o convidara para ser o editor de um dos Additamenta ao Corpus Inscriptionum Latinarum (CIL), monumental obra iniciada pelo alemão com o intuito de exibir recolhidas as inscrições epigráficas oriundas do Império Romano (cf. MOLINA 2007: p. 70 n139 e 140).

[36] De fato, antes de Haverfield, o primeiro a usar o termo "romanização" foi sir Arthur John Evans (1851-1941), arqueólogo famoso pela descoberta da Creta Minoana e diretor do Ashmolean Museum. Segundo Richard Hingley em carta a Revista "British Archaeology" publicada no número de jul / ago 2007:
"In researching my forthcoming book, The Rediscovery of Roman Britain 1580 to 1910, I have found no uses of "Romanization" prior to 1885, when the term was adopted by Arthur Evans to explore the evidence for the passing on of Roman culture to the colonised population of Illyria. The idea was further developed by Francis Haverfield in his influential paper of 1906 ("The Romanization of Roman Britain")." Vide http://www.britarch.ac.uk/ba/ba95/letters.shtml, acesso em 10set2010. Mais exatamente, na publicação citada, Researches in Illyricum, I-IV, impressa em 1883, única menção, na pág. 127, no comentário de uma inscrição epigráfica (cf. http://pt.scribd.com/xhibi/d/10122858-Antiquarian-Researches-in-Illyricum-IIV-Sir-Arthur-John-Evans-18831885).

Aos poucos a ideia vai sendo associada ao conceito de “aculturação” desenvolvido pela antropologia de então, designando a forma de mudança cultural resultante da incorporação de uma cultura sobre a outra, no qual a identidade nativa é abandonada, por imitação, em prol da dominante.

Em 1925 surge Social and Economic History of the Roman Empire de **Mikhail Ivanovich Rostovtzeff** (1870-1952), a qual pretendia dar continuidade aos três volumes da magna obra de Mommsen concluída nos umbrais da era imperial. A obra, exibindo um amplo, minucioso e direto contato com as fontes literárias, arqueológicas, epigráficas, papirológicas e numismáticas, é a primeira tentativa de apresentar e interpretar o quadro econômico-social do Império Romano em seu conjunto, repassando província a província. Cabe destacar o emprego generoso de lâminas (imagens de material arqueológico), detalhadamente explicadas, e não com mero fito ilustrativo, por serem fundamentais à argumentação desenvolvida.

Embora não faça tão largo uso do termo romanização, a noção está presente em sua acepção clássica e surge explícita quase ao final[37]: “[...] *observamos una debilitación progresiva de las fuerzas asimiladoras de la civilización grecorromana. Las ciudades no consiguen ya absorver – helenizar o romanizar – a las masas de la población rural. Por el contrario, la barbarie comienza a sumergir a la población urbana*. (1962, v. II: p. 480)”.

Para além do fato de vários conceitos de **Rostovtzeff** sobre a economia antiga estarem muito próximos do moderno capitalismo, a respeito de nossa problemática cabe chamar a atenção, em particular, sobre dois elementos presentes em sua interpretação. Primeiro, o entendimento que a romanização é algo restrito à parte ocidental do império, tendo a parte oriental um território reservado para a helenização. Aliás, tanto romanização como helenização, ambas entendidas como processo civilizatório, parecem apenas se diferenciar por uma se aplicar ao Oriente (helenização) e outra ao Ocidente (romanização). Em momento algum há uma

[37] Assim, não é correto dizer, como o faz MOLINA (2007: p. 89), que Rostovtzeff se incline para o vocábulo assimilação ou aculturação ao invés de romanização.

distinção maior que esta e ambos seguem aplicados como sinônimos de urbanização[38].

Vista a cidade, portanto, como elemento civilizatório, o avanço da urbanização é então promovido pelo Estado, o qual assim também a compreendia. Desse modo procederam as monarquias helenísticas até tal desenvolvimento ser interrompido pelas conquistas romanas. De início, Roma deixa tudo como encontra, sem nada alterar, *e.g.*, no Norte da África, Síria e Ásia Menor (v. II, p. 203). Todavia, basta iniciarmos o Principado para os imperadores retomarem o ritmo de antes.

Com Augusto retomou-se o movimento de alguns dos soberanos helenísticos de transformar rapidamente os territórios sem cidades em Estados-cidades regulares. Em todo o Oriente, Augusto continuou fielmente a política esboçada por Pompeu, César e Antônio, contrariamente aos desejos do Senado (e da Itália), de transformar em cidades-Estado os povos, aldeias e territórios adstritos aos templos. O Império, exceto o Egito, teria estado em vias de converter-se em uma comunidade de cidades autônomas (v. I, p. 110-111).

No Ocidente, não contente em criar novas colônias de cidadãos romanos, Augusto procurou seguir a mesma política leva a efeito no Oriente: introduziu o urbanismo na Península Ibérica e na Gália e buscou reanimar o antigo Estado cartaginês. Na "monarquia constitucional ilustrada" (assim designa **Rostovzeff** o regime dos Antoninos) a cidade-Estado torna-se fundamento do império mundial (II, 448) [39]. Era este um processo plenamente natural. Os provinciais se sentiam atraídos pela vida urbana, de tal sorte que quando Sula, Pompeu ou César outorgam a cidadania romana o fazem para elementos plenamente urbanizados (v. I, p. 170).

O outro aspecto a destacar em sua análise, o segundo, diz respeito ao confronto que se vai instalando entre a cidade, insistentemente promovida e o campo. Augusto, Cláudio, Vespasiano (ou os Flávios), Trajano e Adriano são mencionados como os imperadores que mais contribuíram para urbanizar o Império (v. II, p. 188) e, após o último, poucas cidades teriam sido fundadas (v. II, p. 205).

---

[38] Em 1962: v. II, p. 188 identifica a urbanização continuada como a criação incessante de novos núcleos de civilização e progresso.

[39] Embora, a rigor, já não pudesse mais ser chamada de cidade-Estado, posto estar totalmente submetida a um outro poder, no caso Roma. O que temos aqui é a sobrevivência de algumas de suas instituições com autonomia para gerir a sua vida local, caracterizando o chamado ***municipium***.

Não obstante, com esse impulso aumenta-se o abismo entre a cidade e o campo (v. II, p. 204). Maior o número de cidades, maior o abismo entre dominantes (urbanos e civilizados) e dominados (residindo estes no campo).

De tal sorte, manifestar-se-ia aqui um aspecto negativo da romanização. Rostovtzeff é quem inaugura o juízo negativo sobre o fenômeno. A cultura teria permanecido reservada às cidades. As comunidades rurais viviam em condições inteiramente primitivas: sem escolas, ginásios, palestras ou bibliotecas próprias, acaso uns banhos, um ou outro anfiteatro e modestos santuários. Aprendiam naturalmente a falar e acaso também a ler e a escrever, um pouco de latim e de grego. Se apenas muito lentamente progrediam, tal fato decorria do Estado somente se ocupar da cidade, pois "não lhe sobrava dinheiro para atender os povos". Daí estaria a explicação para no campo se falar ainda ibérico, celta, ilírio, trácio, frígio, lídio, sírio, egípcio, fenício e berbere, enquanto nas cidades se falaria quase exclusivamente grego e latim (v. II, p. 104-105).

O campo não tardará ir à desforra. As legiões, cada vez mais recrutadas entre gente do meio rural, serão porta-voz desse mundo que, antes desprezado, se confrontará com a cidade e tomará posse do Estado. Apesar de gradual, o processo é visto como inexorável, constituindo o regime dos Severos em marco da passagem para um novo Estado apoiado no campo e na população rural que sentencia de morte o papel desempenhado pelas cidades no mundo antigo (v. II, p. 452).

É importante assinalar que tais formulações no campo da História e da Arqueologia têm como cenário, em fins do século XIX e início do XX, a expansão colonialista europeia, no bojo do imperialismo da 2ª Revolução Industrial, o surgimento do evolucionismo biológico (1859, A Origem das Espécies de Darwin[40]) com a sua transposição para o campo social e a afirmação da Antropologia como disciplina acadêmica.

A ideia de "seleção natural das espécies" com a naturalização cientificista da "lei do mais forte" (o progresso far-se-ia através da competição, conquista,

[40] Importante frisar que Darwin não teria sido possível sem Buffon, o primeiro a aplicar o vocábulo "raça" referindo ao homem, ao publicar em 1749 a sua Histoire naturelle genérale et particulière des animaux e listar como problemas a serem estudados de especial interesse antropológico a espécie, sua existência e variações, as relações entre os homens e os animais e as raças humanas. Buffon era contemporâneo de Lineu, o primeiro a inserir o homem como primata em sua classificação zoológica.

dominação e destruição do mais fraco e inferior) não demorou a inspirar metáforas sociológicas e reflexões racistas repercutindo numa nascente Antropologia, para a qual se cristalizam etapas sucessivas e progressivas da evolução cultural pelas quais todos os povos deveriam passar: selvageria→barbárie→civilização. Claro, vozes discordantes se faziam ouvir:

> [...] mesmo acreditando na pluralidade das culturas, recusavam o determinismo racial dos aspectos culturais: raça, cultura, língua e nacionalidade não tinham porque coincidir, argumentava por exemplo o mentor da Sociedade de Antropologia de Berlim, Rudolf Virchow (CARDOSO, 2003, p. 33).

Dentre tais vozes discordantes somam-se os nomes de Edward Burnet Tylor (1832-1917) e Franz Boas (1858-1942), nomes que deixaram um legado, contribuindo decisivamente para a constituição da moderna Antropologia. Tylor é tido como o primeiro a formular um conceito antropológico moderno de cultura (1871)[41], enquanto Boas seria o fundador da etnografia ao inaugurar as pesquisas *in situ* (ou pesquisas de campo) para observação direta e prolongada,.

Mesmo tais vozes, por terem como seu objeto de pesquisa as culturas ditas primitivas (elas as observadas no trabalho de campo), só puderam fazê-lo em decorrência do contexto colonialista: condição prévia ao tornar possíveis as pesquisas e reflexões antropológicas, mas também em estreita dependência dos interesses das metrópoles. Daí dizer-se da Antropologia ser “filha do colonialismo” (cf. CARDOSO, 2003, p. 35).

Nesse contexto ainda, os antropólogos forjam a noção de “áreas culturais” e o conceito de “aculturação” para designar as mudanças que podem acontecer em uma sociedade diante de sua fusão com elementos culturais externos, geralmente por meio de dominação política, militar e territorial. E os historiadores e arqueólogos clássicos, por seu turno, passaram a empregar o de “romanização”.

A partir de meados do séc. XX, no entanto, o cenário sofre profundas alterações com o despertar e a ascensão dos movimentos anticolonialistas, cuja vitória incorre na consequente desintegração do sistema colonial. Em decorrência do

---

[41] “*Cultura ou civilização, tomada em seu sentido etnológico mais vasto, é um todo complexo que compreende o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, as leis, os costumes e outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade.*” (em Primitive Culture, London, John Murray, 1871, p. 1 *apud* CARDOSO, 2003, p. 34).

novo momento, a interpretação subjacente à ideia clássica de “romanização”, então veiculada, sofre contestações e é posta em xeque.

A historiografia a respeito do Império Romano assiste ao surgimento de uma perspectiva pós-colonial caracterizada pela ênfase na resistência à romanização por parte dos dominados, compreendida de modo positivo enquanto luta pela preservação de sua identidade diante do domínio estrangeiro. A ideia de uma civilização única expressa nessa romanidade herdeira dos gregos é criticada como teleológica, portadora de um forte viés ideológico e, portanto, perniciosa como categoria explicativa. Para escapar do círculo fechado dos escritos produzidos pela elite cêntrica de Roma, buscou-se na cultura material um meio de dar voz aos setores populares e nativos.

Compreensível, pois, ao considerarmos os dados acima, afirmar que a “palavra ‘romanização’ não goza de boa aceitação nos dias que correm, especialmente entre os historiadores anglo-saxões” (LE ROUX, 2009, p. 103). Ora, vivemos em tempos pós-coloniais e, sendo mais vívidos na Europa das ex-metrópoles em razão da convivência diária com ex-colonizados, é lógico esperar serem fortes tais sentimentos no seio de um país que converteu o seu outrora poderoso império britânico em uma comunidade de nações, a *Commonwealth*.

Contudo, a obra que, digamos, inaugura tal movimento, negando a romanização como processo difusor da cultura, não vem da anglofonia, mas de um francês nascido no Marrocos, **Marcel Bénabou**[42] (1939-). Bénabou defende a ideia dos povos africanos terem oposto sistemática resistência ao poder romano em sua tese de doutorado La résistance africaine à la romanisation, publicada em 1976.

Pretendendo escrever “sobretudo uma história africana mais que uma história romana” (*apud* MOLINA 2007: p. 74), **Bénabou** conclui pela superficialidade ou fracasso da romanização.

No mesmo grupo, bem próximo a Bénabou, temos **David John Mattingly** (1958-), adepto convicto da atitude de rejeição da cultura romana pelos britanos, é de sua lavra a expressão “identidade discrepante” para descrever a Britânia como

[42] Portanto, cabe impor mais uma correção a MOLINA (2007, p. 74) que o diz ser argelino.

dotada de uma experiência muito mais variada que a ensejada pelo termo romanização.

Em sua última obra, Imperialism, Power and Identity: Experiencing the Roman Empire (2010), a ênfase é, partindo da ótica local, exibir o como o poder permeou todas as relações e transações (sejam de ordem pessoal, social, político, sexual ou econômica) em todas as partes do Império. A ação romana se caracteriza por um apetite inexaurível de recursos, desperdiçando vidas e provocando danos duradouros às paisagens naturais, até a imitação artificial do estilo romano a que eram compelidos os membros das elites locais para se sentirem parte do poder. Contudo, tais elites resistiram, fazendo persistirem as estruturas tradicionais.

Estes dois autores são representativos de um grupo mais recente de estudiosos defensores da ideia da imiscibilidade, do caráter opaco nas relações entre o poder central e as províncias é o forte nos autores deste grupo, sublinhando, a todo o momento, a não incidência da romanização sobre tais áreas e, assim, o caráter superficial do processo.

Dos arraiais de Mattingly, provem o mais importante historiador britânico a sustentar tal posição, **Richard HINGLEY** (2010, p. 27-47), professor de Arqueologia Romana da Universidade de Durham, para decretar a obsolescência do vocábulo "romanização". Atribuindo a criação e sucesso do termo à atrasada elite vitoriana e eduardiana durante a crise de confiança imperial diante da ameaça política e militar da potência industrial do jovem e recentemente unificado Império Alemão, argumenta que, com o seu uso, o império britânico e o romano passavam a se ver associados não *tout court*, mas na propagação da vida civilizada, compartilhando de um mesmo projeto moral. Mais adiante sublinha como o ideal de *humanitas*, tido como transmitido pelos gregos aos romanos, havia sido usado para justificar a dominação romana daquelas sociedades rotuladas como bárbaras (*Ibid*., p. 70).

Hingley critica e reprova, ao mesmo tempo, as teses do imperialismo defensivo e da tolerância religiosa como manifestações de um modelo inventado de "humanidade e civilização", quando ao que se teria assistido foi a aniquilação de povos locais. Preocupado em preservar o caráter heterogêneo do Império, ressaltado por inúmeras pesquisas a partir dos anos 1980 e 1990 e simultaneamente não incorrer no que considera um vício romano-centrista presente

ao se empregar a palavra “romanização” (contaminada, no seu juízo, em definitivo pela carga ideológica que a acompanhou e a continuaria acompanhando), Hingley tem evitado fazer dele uso, a não ser com o intuito de historicizá-lo e criticá-lo.

Chegou preferentemente a utilizar a expressão “imperialismo romano”, mas como com tal uso aspectos importantes não são contemplados, tem procurado outro termo que atenda as preocupações acima acenadas.

Nesse quadro, **Hingley** (*Ibid*., p. 11-15) passa a ver com interesse o estudo de Michael Hardt e Antonio Negri, Império (2000) e considerar a viabilidade de empregar a compreensão desenvolvida por esta obra a respeito de “globalização” em relação ao próprio Império Romano e, assim, obter um substitutivo eficaz para a ideia que considera desgastada de “romanização”.

Conclusão importante, nesse percurso, por um caminho diverso do barthiano[43], é o reconhecimento por **Hingley** da identidade romana como flexível, diversa, acomodatícia (2007: p. 11) e híbrida (2010, p. 68), tão complexa como as identidades nativas.

Igualmente, reconsidera o conceito de cultura à luz dos avanços da *New Archaeology*, promovidos a partir dos anos 1960 e 1970, os quais permitiram uma interpretação mais complexa e multifacetada, não sendo mais tida como algo geograficamente situado, desterritorializando-a, implodindo com a ideia de área cultural (2005, p. 53).

Essa contestação da historiografia pró-romanização, inserida no quadro das revisões pós-coloniais, acaba encontrando eco em estudos como os desenvolvidos por **Siân JONES**, no qual se assume um intenso desejo de marcar distância dos enquadramentos colonialistas da antiga ideia de romanização. Ao tempo que assume como desafio o enfrentamento de uma delicada questão: justamente o fato de, quanto mais relacional e com ênfase na autopercepção que o outro e o nós têm de si mesmos, a despeito das delimitações objetivistas externas aos agentes envolvidos no processo, mais incapaz é a documentação arqueológica de dar conta dessa problemática.

---

[43] De Fredrik Barth, antropólogo social norueguês, nascido em 1928 e atualmente professor do departamento de Antropologia da Universidade de Boston, autor da teoria de etnicidade baseada no caráter relacional e dinâmico das fronteiras étnicas.

Assim pode-se dizer que o tema central de sua tese de doutorado (1994), da qual resultou a sua obra capital, *The Archaeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present* (1997), é o como se estudar a etnicidade a partir da cultura material[44].

Com efeito, o grande alvo ao longo da obra (JONES, 1997, p. 16) é a ideia de homogeneidade ou uniformidade de determinada cultura, aliás, o fato das culturas enquanto tais serem assim pensadas e compreendidas, conforme o modelo histórico-cultural formulado por Gustaf Kossina (1858-1931) e difundido pelo arqueólogo e antropólogo Vere Gordon Childe (1892-1957). Mostra-se, então, como esse pressuposto (o da homogeneidade da cultura e da identidade) contamina o próprio método de investigação, pois as semelhanças achadas entre vestígios materiais são vistas como indicativo de proximidade social e espacial enquanto as dessemelhanças, por outro lado, são necessariamente lidas como distanciamento.

---

44 Pois bem, afirma JONES (1997: p. 59), sem titubeio, considerar a proposta de Barth uma abordagem francamente "subjetivista"[44], reconhecendo nele o primeiro autor a atribuir esta abordagem "subjetiva" à etnicidade sob um modelo teórico programático, em sua obra capital Ethnic Groups and Boundaries (1969).

Apesar de criticar Barth, como subjetivista, **Jones** entende e acaba por concordar com ele que a ênfase deva ser direcionada à autopercepção dos indivíduos a respeito da sua própria etnicidade e seus modos de interação, levando em consideração os contextos culturais e sociais nos quais se inserem. A carência então, em sua opinião, seria uma teoria adequada da relação entre etnicidade e cultura, capaz de integrar os aspectos primitivos e instrumentais, os objetivos e subjetivos (JONES, 1997: p. 79-92).

Uma vez abandonado Barth, a saída na qual **Jones** embarca é a teoria do *habitus* de Bourdieu, argumentando constituir-se tal teoria em uma proposta teórico-metodológica na qual se assume consciente e explicitamente como seu propósito não só superar o dilema entre objetivismo e subjetivismo, mas também outras dicotomias clássicas a esta associada, tais como determinismo e liberdade, condicionamento e criatividade, sociedade e indivíduo.

Ora, se por um lado não logramos ver em que a autora se diferenciaria de Barth a ponto de designar este como subjetivista e ela mesma se colocar externa a esta tipificação, por outro não podemos aceitar a identificação de Barth como subjetivista apenas em virtude de se priorizar a autopercepção do sujeito como elemento chave na inclusão ou não de alguém em determinado grupo étnico. A própria Siân **Jones** evidencia-nos, ao assumir também o mesmo ponto de partida e simultaneamente não se ver como subjetivista, o equívoco da proposição.

Por outro lado, é bastante estranho o modo sumário como descarta Barth, não só pela importância de sua obra para o tema por ela abordado, como também por não fazer menção ao fato do próprio Barth considerar ter obtido sucesso em ultrapassar as abordagens de tipo objetivista e subjetivista ao integrar ambos os aspectos contemplados unilateralmente em cada uma dessas perspectivas[44]. Este nosso entendimento acha-se também partilhado pelo sistemático estudo de POUTIGNAT e STREIFF-FENART (1998, orig. 1995) a respeito das teorias de etnicidade[44], onde se dá também acesso integral ao texto, para a Antropologia, fundador de Barth sobre as fronteiras étnicas (1969).

A construção da identidade étnica, para Barth, se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas. Afirma ser dotada a etnicidade de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais e ser resultado de uma construção que se elabora relacionalmente ao opor um grupo aos outros grupos com os quais esta em contato. A noção de "fronteira étnica" está toda aí, e também o seu caráter relacional. Justamente por conta de enraizar a sua noção de etnicidade na esfera do relacional, Fredrik Barth conclui ter ultrapassado eficazmente a alternativa entre objetivismo e subjetivismo.

Assim é tomado como exemplo o caso da romanização da Britânia, quando a produção, distribuição e consumo de estilos regionais de cerâmica refletiria possíveis divisões étnicas e o próprio avanço da romanização (JONES, 1997: pp. 32 e 35) e, tal se dando, extinguiria a diferença entre romanos e provinciais, homogeneizando determinada área (*Ibid*.: p. 33). Cumpre, portanto, examinar e rever as noções de "grupo étnico" e "etnicidade" quebrando o isomorfismo

étnicocultural que a tantos equívocos induz, afinal sentenciará mais adiante, após citar estudos que sinalizam para o papel ativo das partes envolvidas numa relação negociada: "os arqueólogos não podem supor que os graus de semelhança e diferença na cultura material fornecem um índice direto de interação" (*Ibid*. p. 115).

A variação de aspectos da cultura material, tais como estilos de cerâmica ou de rituais funerários, podem se cruzar em ampla escala de identificação e tomar parte da reprodução e transformação da etnicidade regional. A adoção do estilo da

"cultura material romana" passa a ser amplamente considerada sob o viés de seu uso na negociação e legitimação de *status* no interior dos sistemas indígenas de rivalidade competitiva, ao invés dos processos anteriores que a interpretavam supondo aqui uma identificação étnica.

Admite Siân **Jones** ser árduo estabelecer relações entre estilos particulares da cultura material e determinados tipos de identidade do passado quando se considera essa diversidade. Se a ideia da "romanização" como processo inevitável e uniforme de aculturação não mais se sustenta, as categorias de cultura e identidade a ela associadas ("romano", "nativo", "civilizado" e "bárbaro") também caem por terra.

O único modo de sustentar tais categorias ao confrontá-las com tal diversidade seria sugerir resultarem elas de outros fatores, a exemplo do comércio e do intercâmbio, e não mais de uma suposta "romanização" da população no passado, abandonando-se, destarte, o rígido e uniformizante modelo histórico-cultural.

Com Siân Jones destarte, aos poucos vemos também surgir, contestando a própria lógica binária, da qual os primeiros estudos pós-colonialistas ainda se viam tributários (apenas invertendo o sinal), a ideia de interação entre as culturas, contribuindo para se edificar uma visão plural de cada região do império, com contribuições mútuas, lado a lado.

Em uma visão prospectiva, desta escola nativista, uma obra que com o tempo adquiriu relevância foi a de **Martin Millett** (1955-), atualmente lecionando Arqueologia Clássica na Universidade de Cambridge (Fitzwilliam College). A sua interpretação foi sendo progressivamente apresentada, em diversas publicações ao longo dos anos 1980[45], até ser sistematizada em seu principal título The romanization of Britain: an essay in archaeological interpretation (1990), um estudo sobre mudança cultural e interação, o qual da data da sua publicação até 2000 já tinha alcançado 17 edições em inglês. O foco já não mais é colocado na ação de Roma sobre as províncias, mas as assume, nas suas elites, como ponto de partida para se estudar a "romanização", objetivando identificar os interesses nativos em adotar a cultura romana. Então, partindo das vantagens obtidas pelas elites em se exibirem mais romanas, estas e as populações subalternas, via emulação, acentuariam os procedimentos romanizadores.

Aqui, por mais que se possa admitir em sua interpretação certa passividade das elites e reclamar-se do modo como ainda é homogeneamente pensada a romanização, a novidade do enfoque, ressaltada e exaltada pelo próprio HINGLEY (2005), é introduzir o papel da negociação cultural desencadeado pelas elites nativas, papel este até então desconsiderado pela historiografia. Ao arrepio da ação romana direta, impôs-se o estudo da ação indireta, entrando em campo a ideia de negociação, a qual obteve grande fortuna.

Neste aspecto, cabe ainda mencionar a proposta da arqueóloga **Jane Webster**, autora de Necessary Comparisons: a Post Colonial Approachto Religious Syncretism in the Roman Provinces e A negotiated syncretism: readings on the development of Romano-Celtic religion, ambos de 1997[46], a qual em artigo publicado no "American Journal of Archaeology", Creolizing the Roman Provinces (2001), lança a proposta do abandono do vocábulo "romanização" pelo de "crioulização".

---

45 Entre outras: The Roman riverside wall and monumental arch in London (1980), Excavations at Cowdery's Down (1980), A comparative study of some contemporaneous pottery assemblages from Roman Britain (1983), Excavations on the Romano-British small town at Neatham Hampshire, 1969-1979 (1986), The archaeology of the Hasholme logboat (1987).

46 Trabalhos publicados, respectivamente, em "World Archaeology" e no "Journal of Roman Archaeology".

Já utilizado, tal vocábulo, pelos arqueólogos em suas pesquisas nas Américas tal abordagem traduz a busca por sinais de um processo de mestiçagem, o termo foi importado da linguística na qual indica o fenômeno de contaminação e mescla de duas línguas que, fundidas, originam uma terceira. A vantagem nessa adoção seria o de se obter uma eficácia maior no afastamento da perspectiva das elites, sejam elas cêntricas ou periféricas, recuperando, assim, com mais isenção, na cultura material o cotidiano do povo local.

A ideia de negociação presente em Jones, Millett e Webster, proporciona um enriquecimento na vertente de estudos pós-coloniais, resvalando, aos poucos daquela lógica binária, ainda mantida (apenas invertendo o sinal) nos primeiros estudos pós-colonialistas, para uma segunda, na qual se foi firmando a ideia de interação entre as culturas, contribuindo para se edificar uma visão plural de cada região do império, com contribuições mútuas, lado a lado. Abria-se uma "*avenida de mão dupla (...), numa dinâmica de negociação bidirecional*" (CARDOSO & FONTES, 2005, p. 14), contribuindo para tornar os estudos mais complexos.

O nativismo não é, entretanto, o único roteiro para se questionar a ideia difundida de romanização. Em autores não vinculados à teoria pós-colonial, como **Ronald SYME** (1903-1989), também podemos achar críticas a tal propositura:

> As guerras e a imigração romana introduziram o latim e, com ele, os costumes e as instituições do povo imperial. Desde o início, romanos e indígenas tiveram tendência de fundir-se em certas regiões. A fusão prosseguiu ininterruptamente com o correr das gerações. Os manuais de História usam e abusam do termo "romanização". Termo feio, vulgar, mas pior ainda, anacrônico e enganador. A "romanização" implica a execução de uma política planejada. É conhecer bastante mal a maneira de ser de Roma, tanto sob a República quanto sob o Império. É certo que o governo encorajava o desenvolvimento da vida urbana, procurava atrair as tribos pastoris para as cidades, mesmo que fosse para facilitar a tarefa da administração, mas não se preocupava em impor o uso da língua latina onde quer que fosse. Eu arriscaria a dizer: muito pelo contrário. (1984: 62)

Se na historiografia anglófona dominada por trabalhos pós-colonialistas de corte nativista, a chamada de Syme para um maior cuidado e critério no emprego do conceito não encontra eco em virtude da inflação de trabalhos a exigirem a simples e imediata eliminação da palavra "romanização" do vocabulário científico

(historiográfico, arqueológico e antropológico), o mesmo já não se pode dizer fora de tais domínios. Afinal,

> [...] as realidades que ela serve para descrever não desapareceram pela recusa do termo, tornando-se desejável qualificar, de cada vez, de qual romanização se trata (política, econômica, cultural etc.) O conceito designa, portanto um conjunto de procedimentos não exclusivos, induzidos pela dominação romana sobre as províncias, caracterizado por ritmos, etapas, graus e reações muito diversos (LE ROUX, 2009, p. 103).

Neste afã por um maior critério na utilização do termo, diversos autores o têm revisitado, atualizando-o. É o caso de Paul VEYNE (1930-) ao empreender uma releitura a respeito da ideia de aculturação e de seus procedimentos (1983: pp. 120-121), trazendo-a para o estudo da helenização e, ato contínuo, para a sua análise do que seria o fenômeno da romanização:

> Quando nos aculturamos com tanta segurança, temos a sensação de imitar a cultura em si mesma, e não de imitar a cultura de outro país [...].
>
> [...] a helenização de Roma foi um exemplo do que o etnólogo Kroeber chamava de difusão por estímulo: todo o paradoxo das aculturações está aí presente. [...] De um modo geral, uma vez que a sociedade foi estimulada por um exemplo estrangeiro [...], Roma continua a viver, a desenvolver-se por iniciativa própria, a inventar suas próprias soluções. O que se passou entre Grécia e Roma irá reproduzir-se, dois ou três séculos mais tarde, entre Roma e suas províncias; a Gália ou a África romanas irão repetir ou desenvolver as características da civilização romana, mas tanto a Gália quanto a África o farão por sua própria conta.
>
> [...] não existe uma identidade nacional. Uma sociedade torna-se sem cessar diferente de si mesma e suas transformações são dramas que ela tem consigo mesma, ainda que o modelo ou origem de um desses abalos seja um povo estrangeiro – ela não pode perder sua alma, já que não a tem. É certo que se veem reivindicar sua identidade aquelas sociedades que estão em vias de se aculturar, afirmar sua ligação aos valores tradicionais, proclamar sua própria excelência contra a ideia de uma superioridade do estrangeiro [...]. Tem-se uma tradição sem o saber- querer conservá-la é tão contraditório quanto querer em sã consciência, ser inconsciente. Crise de identidade? Não, crise de orgulho; o tradicionalismo traduz menos uma consistência de valores dos valores nacionais do que o desejo de não parecer em posição de inferioridade [...].

Convém, no entanto, não alimentar ilusões, a polêmica continua acesa, havendo estudos recentes, como o de **Jean-Michel DAVID** (1997) que perseveram em manter-se vinculados a perspectiva colonialista tradicional: analisando a

expansão romana sobre a península itálica, defende que, em poucos séculos, etruscos, samnitas, púnicos, gauleses e gregos, se teriam romanizado e essa aculturação se manifestaria no fato de todos esses povos passarem a usar a toga e falar o latim. Aponta as elites locais como artífices desse processo de romanização à medida que, para serem reconhecidas e adquirirem prestígio decidem abandonar a sua identidade original em prol da romana. Para David, a Itália transformou-se em um conjunto culturalmente homogêneo de cidadãos sob o controle da aristocracia romana, a qual também mediante a apropriação dos modelos helenísticos atraía e unificava os sistemas de valores e comportamentos.

Romanização evidencia-se, portanto, como um tema central, mas de tratamento problemático e controverso, cuja definição se mostra difícil em decorrência das questões políticas e culturais a ele associadas. No volume organizado por Nicola Terrenato (1963-) e Simon J. Keay, reunindo uma plêiade de pesquisadores oriundos dos mais diferentes países (Susan Alcock, Jean Andreau, Elena Antonacci, Enrico Benelli, Marcelo Castro Lopez, Emmanuele Curti, Sergio Fontana, Maria Paola Guidobaldi, Luis Gutierrez Soler, Simon James, Anthony King, Massimiliano Munzi, Jean-Pierre Vallet, Peter Van Dommelen, Jonathan Williams e Gregory Woolf) enfrenta a questão no respeitante à Itália e às províncias romanas do Ocidente. A ideia é levantar pistas para uma conceitualização aceitável, redefinindo o tema, além de apresentar um conjunto de metodologias para o estudo deste aspecto da mudança cultural.

No prefácio (2001, p. IX) os editores defendem o uso do termo em um sentido fraco, mas ainda muito útil ao debate: "*como um rótulo conveniente que retém frouxamente os eventos envolvidos na criação de uma nova e unificada entidade política e, embora não deva ser utilizada para descrever a ocorrência ou a direção de aculturação entre romanos e não romanos*". E propõem, na esteira de WOOLF (1997), para esse novo universo cultural criado, autodenominado "romano", que mais adequado, conforme o caso, seria designá-lo de afro-romano, hispano-romano, romano-britano ou galo-romano.

Ainda alerta para o fato de existirem, ao menos, duas culturas romanas: uma cultura da cidade-Estado de Roma, enraizada na Idade do Ferro Latina, e outra cultura republicana e imperial resultado da fertilização cruzada (*cross-fertilization*) da

mentalidade helenística com a variedade de perspectivas do oeste e do centro do Mediterrâneo e Europa.

Um autor muito festejado pelos seus aportes é **Gregory WOOLF** (1950-), já por nós algumas vezes citado. Dele mencionamos a reflexão da identidade romana estar fundamentada na participação em uma comunidade política e religiosa, na qual experimenta como comuns determinados valores e costumes, uma moral e um modo de vida. Distinguir-se-ia, assim, o modo romano de viver a sua identidade do modo como seria vivida por outros povos, a exemplo dos gregos, os quais a percebiam como algo (uma mesma língua e etnia) que lhes fora transmitido em herança (2000: p. 120). Essa realidade, todavia, não impediria o fato de que "o imperialismo romano pode ser interpretado como uma dominação étnica, um domínio exercido não através da posição social, classe, riqueza, gênero, mas pela virtude de pertença a um povo em particular" (2001: p. 314)[47].

Ora, como se vê, abordar romanização, pressupõe considerar o que se entende por romanidade, considerar o que faz de algo ou alguém romano. Questões de identidade. E aqui também há quem, a partir das revisões pós-coloniais, reelaborando em seu cerne a relação centro-periferia conteste a ideia de existir, em algum momento, uma identidade étnica romana, caso de **Andrea GIARDINA** (1997), para quem a análise deve passar fundamentalmente pelo caráter cívico-jurídico da pertença a Roma[48].

Segundo o próprio, a identidade romana ao carecer de uma referência étnica comum se constituiria a partir do seu ideal de cidadania e das práticas cívicas, envolvendo um aprendizado e a assunção deste *status* jurídico e legal. A isso

---

[47] A abordagem de Woolf é importante por ressaltar a peculiaridade romana na vivência e no trato de sua identidade e como tentativa de explicação da inusitada abertura romana à concessão de sua cidadania a estrangeiros, todavia falha ao considerar como distinta a etnogênese romana em relação a dos demais povos. Como ele mesmo afirma, afinal, o romano se percebia como um povo em particular do mesmo modo que outros povos. Em um e outro caso é através da constituição da fronteira étnica que podemos acompanhar o desenho da etnicidade. O que distingue o romano é nele encontrarmos um grau de consciência acentuado do processo não ser tão naturalizado como se crê em outras cercanias.

[48] Aqui não podemos deixar de obstar que, apesar dos mecanismos cívico-jurídicos serem fundamentais na constituição das romanidades, entretanto não se pode perder o horizonte de os próprios envolvidos nesse processo se verem como um povo e articularem os seus discursos e práticas baseando-se nesse imaginário: em alguma medida, o cidadão teria antes de estar integrado à latinidade. Uma crítica minuciosa da posição de Giardina, *infra*, pp. 115-122.

GIARDINA denomina “identidade incompleta”, expressada pela política da cidade na qual o sentido de domínio se associava à vontade de integrar (1997: p. 1ss).

Outra pesquisa importante neste campo é a de **Thomas WIEDEMANN** (1995), na qual se relacionam os processos identitários romanos de modo bastante direto aos espetáculos cruentos: a constituição da identidade romana far-se-ia resultante da presença em tais espetáculos. Assim, dependeria ela, de um contexto urbano que dava sentido aos *munera*, afinal os *spectacula* representavam o lugar onde, segundo a ótica romana, a civilização (= a *romanitas* ou romanidade) e o barbarismo se encontravam e, para os romanos, civilização e vida urbana. Wiedemann conclui que a arena não servia apenas como lugar e momento de integração da sociedade romana, mas também separava o romano do não romano de diversas maneiras. Daí a ubiquidade de arenas em cidades fronteiriças do mundo romano. Assim, para Wiedemann, a identidade romana incluiria a todos os espectadores dos *munera*, sejam *nobiles, ingenui, liberti* ou *serui*, homens e mulheres.

Neste aspecto, cumpre observar, de um lado, que as cidades romanas não se resumiam as de língua latina, mas incluíam também as de fala grega (em sua maioria no Oriente) e uma imensa maioria de cidades bilíngues, onde o grego e o latim conviviam com o osco, o púnico, o céltico, o umbro ou aramaico etc. Por outro, “cultura urbana” não resumia a sua presença às ruas e praças da cidade, mas podia ser achada também em pleno campo, posto as *uillae rusticae* possuírem a sua *pars urbana* e a decoração assumir um imaginário citadino (FUNARI, 1997, *passim*).

Neste aspecto também não pode deixar de ser citado **Ray LAURENCE** (1996), cujo estudo demonstra como a destruição da cidade agia no imaginário romano, concluindo pela atribuição romana de barbárie aos povos sem cidades. Isso explicaria bastante bem o apelo à destruição de cidades inimigas, como Cartago e Numância, duas cidades que, cada um por seu turno e ao seu modo assombraram Roma e também o prestígio singular adquirido entre seus conterrâneos, mesmo na posteridade (Cícero, como veremos, está entre os seus admiradores), pelo aniquilador de ambas, Cipião Emiliano Africano Numantino.

1.2. DE *URBS* A *ORBS*, O IMPÉRIO E A ROMANIDADE: DILEMAS E MUTAÇÕES DA *CIVITAS* ROMANA[49]

No período republicano, a *pólis* dos romanos travou inúmeras batalhas cujos desdobramentos resultaram em sua hegemonia na região do Lácio (Itália central) e, a seguir, na expansão de seus domínios para outras regiões banhadas pelo Mediterrâneo. Ao longo de séculos, os romanos foram construindo o seu Império. Segundo Norma Musco MENDES (1988, p. 42), Roma foi levada, inicialmente, à conquista por necessidades vitais (defesa nacional, carência de terras, manutenção de pontos comerciais e estratégicos importantes; interesses da aristocracia pelos recursos provinciais) e paria atender mecanismos ideológicos importantes (patriotismo, busca de ***gloria*** militar, indispensável na obtenção da dignidade e da autoridade pessoais, a ascensão no ***cursus honorum***).

Já para Paul VEYNE (1989), Roma encarnava uma forma arcaica, não de imperialismo, mas de isolacionismo, pois negava a pluralidade das nações e comportava-se como se fosse o único Estado na plena acepção da palavra. Os romanos não teriam procurado uma semissegurança, comum no dia-a-dia, em equilíbrio com outras cidades. A sua meta seria impor a tranquilidade total e absoluta da segurança definitiva. Tanta ambição levou-os a conquistar todo o horizonte humano até os seus limites conhecidos, o mar e os bárbaros, para ficar enfim sozinha no mundo (p. 12-13).

---

[49] As linhas mestras desta reconstituição se acham já presentes em CABECEIRAS, 1999, capítulo III (Ovídio e sua época), posto articular elementos de média, longa e curta duração na busca de uma mais eficaz inteligibilidade do fenômeno então estudado. Ao transportar tais reflexões para cá sumariamos as considerações sobre as dimensões conjunturais e estruturais detalhadas por lá nas p. 36-77, nelas desdobrando os aspectos mais atinentes aos fenômenos aqui investigados.

Apesar de polêmica, a afirmação de Veyne não é desprovida de interesse em razão de inverter toda a concepção construída a respeito das ações bélicas romanas. Ao invés de um povo fundamentalmente prático e bélico, é-nos apresentado um povo empenhado na busca da segurança e da paz final mediante a realização de combates e batalhas constantes. Apesar do alto valor que as virtudes guerreiras adquiriram em sua sociedade e do admirável aparato militar por ela constituído, o fato é que Roma não promovia a guerra pela guerra ou por alguma ânsia atávica por conquistas.

Segundo Norberto Luiz GUARINELLO (1987, pp. 10-12) alguns fatores devem ser destacados quando se analisa o imperialismo romano: 1º - a relação existente entre guerra e cidadania (a expansão foi sempre decidida pelo conjunto dos cidadãos, daí seu caráter coletivo, os colocando em oposição a povos diversos, os não cidadãos, na maioria das vezes muito diferentes dos romanos); 2º - questões econômicas (a busca de riquezas imediatas através de pilhagens e saques e de riquezas em longo prazo por meio da tributação fixa e da obtenção de territórios); 3º - aspectos políticos (mediante o necessário aliciamento das aristocracias locais).

E, por fim, destacamos, em quarto, as dimensões religiosas, pois as batalhas contra estrangeiros e inimigos eram sempre apresentadas como uma reparação de uma injustiça ou dano cometido contra o povo romano, como a recuperação de algo perdido. Nunca como conquista ou saque, objetivando um ganho consciente e imotivado. Assim construiu-se uma justificativa moral e um arcabouço ideológico para explicar as conquistas e os ganhos materiais dela advindos (pp. 39-44).

A aquisição desse império mediterrânico acarretou, para Roma, uma séria crise social e institucional: a pólis convertia-se em cosmópolis. Para Mikhail ROSTOVTZEFF (1973) esta transposição do Estado-cidade para o Estado-mundial já seria uma realidade com os governos dos chefes militares: Mário e Sula, Pompeu e César, Antonio e Otávio. O Estado romano necessitava com urgência incorporar os elementos que agora exibiam importância para o funcionamento dos mecanismos do Estado. Dessa maneira, se destaca a perda de controle do exército pelo Senado, desencadeando a guerra civil. Com efeito, a política de Augusto longe de ser uma restauração do *status quo* anterior à guerra civil, como pretendia o discurso oficial

repercutido na literatura da época, desenhava-se como a consolidação e um ajuste das circunstâncias impostas pelos novos mecanismos (p. 100).

Pierre GRIMAL (1984) é outro a chamar a atenção para essa transição de cidade oligárquica em Império, caracterizando a guerra civil como expressão dessa gradativa mudança na sociedade romana. Aponta, então, como primeiro indício, a questão agrária, exposta dramática e abertamente pelos irmãos Graco (133 e 123 a.C.). Além disso, após a II Guerra Púnica (218-201 a.C.), ou seja, consumada a expansão territorial no norte da África e no Oriente, ocorre o fortalecimento de uma nova camada social enriquecida pelo comércio e que almeja, desde então, a participação política. E neste embate as instituições tradicionais, sem ter como suportar o enorme peso do império mediterrânico, pouco a pouco terão de se adaptar às novas necessidades (p. 46).

Aqui têm lugar as reformas praticadas por Augusto, cujo intuito, a partir da centralização do poder, era revigorar Roma abalada pelos conflitos civis, de modo a manter toda a extensão territorial. O próprio termo ***Augustus*** tem por parentesco o termo ***augur***, ou seja, aquele que possuía o favor divino para tudo iniciar sob os mais felizes auspícios (p. 50).

Todavia, os arranjos promovidos por Augusto, ao menos na aparência, não poderiam assumir um rumo monárquico ou entraria em confronto com parcela considerável do Senado. O assassinato de César, justificado como um tiranicídio, servia como amostra do que ainda certos setores da antiga elite eram capazes.

Era preciso constituir algo novo, mas sem confrontar a antiga elite[50], a qual sem condição de manter a hegemonia da República diante das novas exigências e desafios de governar um ecúmeno nunca antes abrangido por qualquer império, ainda tinha ânimo suficiente para impedir, contudo, a institucionalização de uma nova ordem que teimava em querer surgir. Compatibilizar a não conveniência de se

---

([50]) Em virtude desse compromisso, as fontes latinas contemporâneas ao empreendimento augustano apresentam-no como obra restauradora da República: em primeiro lugar o *Res Gestae Divi Augusti* (Os Feitos do Divino Augusto), de sua própria autoria, mas também Horácio, Virgílio, Ovídio e Veleio Patérculo, embora não sejam uníssonos nessa apresentação, como chegamos a demonstrar no Mestrado. Antecipando a construção de Tácito nos seus *Annales*, é de uma fonte grega, Estrabão (63 ou 64 a.C. - *c*.24 d.C.), o único juízo radicalmente distinto para a época: *"Teria sido difícil administrar um império tão grande sem recorrer ao poder de um só homem, como ao de um pai"* (IV, 4, 2 *apud*
PETIT, 1989, p. 213). Anos depois, todavia, morto Augusto, não só historiadores gregos, como Apiano (*c*.95-*c*.165) e Dião Cássio (*c*.150-235), mas também latinos, a exemplo do já citado Tácito, insistirão ser o Principado uma nova instituição política.

reinstituir a realeza (regime abominado como tirânico na experiência republicana ou políade) e a necessidade prática de fundamentar o regime político no poder pessoal, conduziu para a constituição de um império monárquico-republicano. Entre nós tal solução foi chamada de Principado[51].

O prestígio e o carisma de Augusto advinham da intervenção saneadora por ele levada a efeito, habilitando-o como negociador entre os diversos segmentos sociais: tendo posto fim aos conturbados anos de guerra civil, Augusto capacitara-se como artífice maior desse hibridismo tão característico do Principado. Se tal posição lhe concedia um enorme poder, este, porém, nunca chegou a ser absoluto. A necessidade de compor os diferentes grupos de sua sociedade, o "obrigava" a conviver com a sobrevivência de não poucos mecanismos republicanos.

Nessas circunstâncias vai sendo delineado o compromisso entre o novo e o velho, o quente e o frio, o úmido e o seco, cujas proporções são cuidadosamente redefinidas na busca de um regime de maior eficácia para a doente sociedade romana, fragilizada após tantos e exaustivos anos de guerra civil. A excepcionalidade das soluções, contudo, não podia ser mantida, ao preço de prejudicar qualquer chance de efetiva rotinização do novo ritual político-administrativo. ***Publicus assertor***, "libertador público", a cura deveria ser tal que permitisse a sociedade sobreviver para além de Augusto. Daí a preocupação com o encaminhamento da questão sucessória, ponto mais delicado do acerto *monárquico-republicano* que caracterizou o Principado. Sem nenhuma grande teoria por trás,

---

([51]) Quando assim destacamos o caráter misto do Principado não o fazemos em acordo com a ideia de diarquia defendida por Theodor Mommsen, ou mesmo com a revisitação desse conceito promovida por Karl Loewenstein quando argumenta ter Augusto sistematizado uma monocracia republicana corrompida, não muito tempo depois, pelos seus sucessores, os quais a converteram em uma monarquia simples. Não há divisão de poderes, mas de atribuições, com o intuito de envolver mais elementos das elites, a título de servidores, na administração do império. Se o Principado funcionasse como monarquia absoluta, poderia, então, ter sido solucionado o problema sucessório, sem recurso ao ritualismo republicano dissimulante.

Pois bem: a necessidade desse ritualismo e da propaganda que o acompanha estava longe de ter nascido de um apego psicológico do príncipe, como parece Cizek fazer entrever. Era ele resultante de um sutil equilíbrio de forças, o qual seria rompido quer em uma formulação mais próxima das monarquias helenísticas, quer através de uma disfarçada sucessão eleitoral em virtude do risco nela envolvido (a submissão aos padrões republicanos da escolha de magistrados, *i. e.* as eleições, seria também reconhecer formal e ostensivamente a negada concentração de poderes). Daí o caráter efetivamente misto do Principado, que *obrigava* Augusto a conviver com certo aparato republicano para efeito de maquiamento de o seu imenso poder pessoal. O que descaracteriza, do mesmo modo, como resultado de uma vontade tenaz, a resistir com heroísmo face toda tentação absolutista, a ideia de manutenção dos elementos republicanos, segundo o retrato pintado por Grimal.

além de um grande senso prático e acentuada prudência, a marca de seu governo foi o empirismo.

Em meio a todo esse arranjo sobressai a ideia de ***imperium*** e a percepção, para além das aparências, da sustentação última do regime achar-se no exército ([52]). Logo, ***imperator***, antes na República um título concedido pelas legiões ao general vitorioso, acaba por se impor no novo regime como ***praenomen*** ou ***cognomen*** dos ocupantes do trono.

Assim, se ***imperium*** remete à noção que lhe é básica de "capacidade coercitiva" (*e.g.* detida por determinadas magistraturas), no imaginário, paradoxalmente, ***imperium romanum***, segundo GRIMAL (1993) exprimiria uma vontade de paz. Afinal, a subjugação dos vencidos não consistia em seu aniquilamento, mas na sobrevivência de suas instituições próprias, desde que fossem compatíveis com o poder de Roma.

Toda essa digressão é fundamental, pois se trata de como a romanidade (identificada por setores palacianos à sua imagética republicana, em decorrência do compromisso assumido) lida como uma das ideias que mais precocemente bate às portas de Roma desde a sua inserção nos circuitos mediterrânicos profundamente marcados pela presença grega, a divinização helenística do poder pessoal, e como a assimila, moderando-lhe, através das necessárias adaptações.

Vestígios de tal influxo, bastante nítidos, podem ser detectados, nas práticas sociais romanas, precocemente, desde a fase monárquica. A tal fenômeno VEYNE (1985) aplica a designação de "helenizações sucessivas". E, por "helenização" desejamos entender, justamente, a expressiva e gradual integração de Roma ao espaço cultural helênico. A resultante do processo é a dilatação do raio em que passam a circular os bens e as práticas próprias a essa civilização.

A circularidade de elementos gregos no mundo romano, afinal Roma se insere na área cultural helênico-helenística, é bastante precoce: no templo de Hera existem inscrições em grego datadas de 580-480 a.C.; no de Ceres (Deméter), inaugurado em 493 a.C., tido como um santuário plebeu, a decoração tinha autoria

---

[52] Tornar opaca tal constatação resulta não só da busca de compromisso com os setores republicanos da elite, mas também de retirar o caráter de exceção ao regime visando a sua efetiva estabilidade, através do ordenamento e da submissão da força militar aos poderes civis.

de artistas gregos e uma sacerdotisa era grega; as intervenções dos Dióscuros (Castor e Pólux) em favor dos romanos é situada, pela tradição romana, em 496(?) e 484(?); em *circa de* 435 é erigido, em razão de uma epidemia, no campo de Marte, um templo para Apolo; em 292(?), na ilha tiberina, em decorrência de motivos análogos, é a vez do de Esculápio. Os próprios livros de previsões da Sibila de Cumas, adquiridos, segundo a lenda pelo rei Tarquínio Prisco, e guardados zelosamente por um conselho de magistrados romanos, requeriam, para a sua consulta, algum domínio do grego. A cultura helênica, entretanto, não permaneceu estática, não foi sempre a mesma.

As culturas possuem uma determinada dinâmica, reelaborando-se, diante do outro, continuamente, procedendo a escolhas em seus intercâmbios, rejeitando o que se manifesta como ameaça para a sua identidade e assimilando o que imagina convir, delimitando, assim, as suas fronteiras. Reinvenções da história sejam no sentido do impacto do passado sobre o presente, seja ao se olhar do presente para o passado. De tal sorte que as "helenizações" foram várias, com diversos graus de intensidade, a envolver Roma, incluindo quando esteve mais próxima dos etruscos.

> Em um processo secular não são as mesmas vagas que alcançam as praias de Roma. Também as praias não são as mesmas. A depender do quando, alguns segmentos sociais podem aderir a certas práticas oriundas de um meio helenizado, que, para outros devem ser repudiadas como estrangeiras, embora no dia seguinte sejam aceitas como a integrar, não é outra a convicção de muitos romanos de então, o 'patrimônio cultural da humanidade' [...]. Não é de todo estranha a esta história o discernimento conceptual entre aquilo que, muito tempo depois, em nossa época, será chamado de helênico e helenístico, se recordarmos que, para muitos, este último termo está identificado com a ideia de decadência, em rota convergente com a percepção dos eventos de parte significativa das elites romanas.

Descrita ao modo de uma rendição cultural, e lida "*costumeiramente como simples reação ao ingresso maciço da fascinante cultura grega no mundo romano (...) este confronto simbólico tem outra tradução. Expressão de uma decisiva reelaboração cultural, na qual é reinventada a identidade romana, constituir-se-ia na referência-síntese de um único imaginário helenístico-romano*".

Correram mundo, representando tal visão das coisas, os seguintes versos de HORÁCIO (65 – 8 a.C.):

> A Grécia vencida conquistou o seu feroz caçador
> e no Lácio agreste as artes introduziu; assim perdeu o curso
> o áspero metro satúrnio e a elegância expulsou
> a pesada sordidez; mas por longo tempo ficaram
> e existem hoje ainda vestígios de rusticidade
> (*Epistulae* II, 1, 156-160).

Além do reconhecimento da precocidade da circulação de bens culturais helênicos no Lácio, datando seus primeiros registros da época da legendária realeza romana[53], sempre recordando não se manifestar o fenômeno da mesma forma em todos esses sucessivos contextos, é preciso compreender como tal processo se imbrica em um outro fenômeno.

Como fator social mais geral, o enquadramento mais preciso dessa circulação requer duas considerações fundamentais. A primeira diz respeito ao fenômeno designado por Jean-Pierre Vernant de "publicização da vida social", e por ele descrito para o mundo cívico grego, mas, por ser da dinâmica formativa desse tipo de sociedade, se trata de algo que também tem lugar em Roma. Roma vinha se estruturando civicamente quando, em meio ao processo, se desencadeia a sua expansão imperial. Ora, em virtude dos conflitos típicos do momento, o que se põe efetivamente em jogo, a público, são as diferentes e alternativas "representações culturais do mundo social".

No caso de Roma é visível como os grupos se justificam ou se atacam esgrimindo imagens, ideias e valores extraídos de um confronto entre, de um lado, as mais receptivas às novidades culturais helenistizantes, ou seja, do Oriente

---

[53] No terreno religioso *"desde cedo os deuses itálicos se identificam, na maioria, aos gregos, e as teses de Altheim e Bayet sobre a antigüidade da helenização encontram cada vez mais apoio nas descobertas arqueológicas"* (VEYNE, 1985: p. 37).

LE GALL (1975: p. 28-29) anota, no panteão etrusco, a ocorrência de divindades gregas cujos nomes se mantiveram preservados: ***Aplu*** (Apolo), ***Artumes*** (Artêmis), ***Herclé*** (Héracles), ***Persiphnai*** (Perséphone), ***Apru*** (Aphrodite, derivando no nome ***Aprilis***, que no calendário romano é o mês no qual a primavera tem início). Não obstante a absorção de vários dentre os deuses gregos, de muitas de suas técnicas e noções, MOMIGLIANO (1991: p. 18-19) conclui pela estranheidade entre essas duas culturas, o que não impede, dada a circunstância da realeza romana ter gravitado na órbita etrusca, de tais apontamentos adquirirem alguma relevância.

A seguir, eclipsada a presença etrusca em solo romano, este último autor fornece, alguns passos adiante, como aspectos romanos *facilmente compreensíveis em termos gregos*: a organização centurial serviana, as Doze Tábuas, a emancipação da ***plebs*** e a sua progressiva participação no governo republicano (chega a recordar o fato de pertencerem os dois primeiros cognomes gregos na onomástica romana a dois cônsules plebeus). E conclui acrescentando alguns dados a corroborar o interesse da ***plebs*** romana pela religião e pelos preceitos morais gregos.

helenístico e não apenas helênico; e, de outro, aquelas vinculadas a uma estrita latinidade arcaicizante[54].

Apesar dessa disposição em armas, a crise vivida em Roma, no momento, relação alguma possui com a entrada de bens culturais gregos (helênicos e helenísticos), pois já vinha de tempos tal ingresso. O discurso da "helenização" como causa efetiva ou saída para as desgraças vividas, em fins da República, por Roma é uma armadilha ideológica preparada, para si, pelos próprios romanos de então. Pudemos constatar como a cultura romana estava comprometida até a medula com esse processo cultural: *helenizações* anteriores obtiveram um grau mínimo ou nulo de problematização para os romanos que as vivenciaram, sendo introduzidas ou estimuladas novas práticas sociais quase sem conflito.

Há, no entanto, uma crise. A dramaticidade com a qual os homens e mulheres do período final do Nobilitado experimentaram essa relação não pode ter, pois, seu fundamento, simplesmente, na expressão helenística (ou alexandrina), assumida naquele momento pela *helenização*. Daí a segunda consideração fundamental para se explicar adequadamente o impacto da helenização tardorepublicana: registra-se então uma tremenda crise social. Desencadeada pela conquista de um império de dimensões universais por uma Cidade constantemente mobilizada (as conquistas poder-se-ão dizer concluídas no Principado apenas) em meio ao processo ainda aberto de sua revolução políade (ou cívica). As adaptações exigidas pela nova situação configurativa estavam longe de concluídas.

Todavia, a inegável inserção de Roma na área cultural helênica e, depois, helenística, não se dá, talvez em razão de suas *raízes* etruscas, sem a preservação de determinadas especificidades[55]. Tal constatação, porém, não nos deve induzir a pensá-la em termos da ideia de qual a medida da influência de um sobre o outro, o que nos conduziria a questões irrespondíveis e, no fim, irrelevantes[56]. O fato é que a própria estrutura cívica vai elegendo como norte os padrões helênicos, afeiçoando-

---

[54] A respeito da distinção "arcaizante" / "arcaicizante" vide *infra* p. 75.

[55] Das quais são expressão, *e.g.*, o ideal de ***grauitas*** e a noção de ***auctoritas***, valores que talvez se pudessem dizer característicos de um temperamento "propriamente" romano, o que não significa serem sempre considerados nas relações identitárias e na sua autopercepção.

[56] É esta a posição de FINLEY (1985, p. 70) quando considera esse problema sob o aspecto do desenvolvimento das instituições políticas romanas.

se a eles cada vez mais. Assim, apesar de manter peculiaridades idiossincráticas, Roma vai abandonando os traços de cidade etrusca, imprimindo, na direção de uma configuração políade, a primeira grande mutação mental.

Com tamanha fratura exposta, a polêmica da contestação dos antigos valores e da busca dos novos é um debate publicamente travado, o qual, sem um paradigma ao qual se possa remeter, manifesta-se na crise de identidade e na interrogação suspeita do "outro". Compreendia não só questões atinentes à auto-imagem de Roma, mas também à sua razão de ser no concerto dos povos (teria uma missão a desempenhar?) e no como projetava o seu devir.

Essas respostas não poderiam vir sem a decisão de em quais bases dar-se-ia seu relacionamento com os demais povos, fossem dominados, aliados ou vizinhos. Em particular pensa-se nesse Oriente helenístico, dono de uma pujante cultura, cuja melhor expressão talvez fosse o seu longo e sólido passado urbano. Diante desse "outro", cada momento vai definir a proporção de elementos aceitos e recusados, e, então, grupos diferentes tentarão fazer valer suas próprias opiniões a este respeito.

Aliás, um autor bem posterior a esses eventos, PLUTARCO (pouco antes de 50 - depois de 120 d.C.), na sua Vida de Catão o Censor (o qual vivera de 234 a 149 a.C.), destaca o quanto a época na qual este vivia já se achava irremediavelmente distante dos ideais de uma romanidade pela qual se batia, devotada à causa comum, disciplinada, pura, simples e frugal, tornada, então, arcaica:

> A república se dilatara a ponto de não mais ter como preservar a sua austeridade primitiva; tendo o domínio sobre tantos reinos e povos acarretado uma grande mistura de costumes, bem como a adoção de referenciais oriundos dos mais diversos modos de vida (Vida de Catão IV, 2)[57].

De larga inspiração catoniana, ao menos vai ao encontro de seus ideais, o chamado "*Togatus Barberini*", representação em mármore do séc. I a. C. de um senador romano segurando as efígies (***imagines***, sing.: ***imago***) dos antepassados falecidos, expressa bem os anseios identitários de manutenção de uma determinada

[57] Como aqui há divergências editoriais importantes, cumpre esclarecer que a edição tomada como referência é a da Loeb Classical Library de 1914: "ἤδη τότε τῆς πολιτείας τὸ καθαρὸν ὑπὸ μεγέθους οὐ φυλαττούσης, ἀλλὰ τῷ κρατεῖν πραγμάτων πολλῶν καὶ ἀνθρώπων πρὸς πολλὰ μειγνυμένης ἔθη καὶ βίων παραδείγματα παντοδαπῶν ὑποδεχομένης".

romanidade no espaço nodal de sua construção: o ***pater*** e a família sob sua autoridade, o ***mos maiorum***.

TOGATUS BARBERINI (fins do século I a. C., assim como a cabeça do Togado, a qual originalmente não pertencia ao conjunto): estátua de nobre romano orgulhoso portando ***imagines maiorum***, máscaras de dois de seus antepassados (Palazzo dei Conservatori, Musei Capitolini, Roma). Disponível em http://www.oberlin.edu/images/Art335/Art335a.html, acesso em 10ago2011. O ideal catoniano (*i.e.* defendido por Catão o Censor): caráter conquistado na paz por uma laboriosa atividade (***labor***) e na guerra por uma férrea disciplina (***disciplina***), não só amor e dedicação à pátria (a ***res publica***), mas também à sua família e aos deuses (***pietas***), gravidade (***grauitas***), firmeza (***constantia***), simplicidade (***simplicitas***), sobriedade (***frugalitas***), autoridade (***auctoritas***).

Ora, o respeito à tradição, na linha de uma latinidade arcaizante, e a progressiva repressão aos elementos contrários a tal postura pode ser lida como uma reação ao comportamento adotado por muitos romanos de, valorizando o refinamento grego, rejeitarem com desprezo a tudo que pudesse ser lembrado como latino, associando-o a um passado rude e quase bárbaro. Era como se a inventividade latina se emudecesse diante da exuberância das conquistas do gênio grego. Este comportamento é testemunhado por CÍCERO quando declara:

> Mais difícil é satisfazer aqueles que declaram desprezar as obras em latim. Para começar, há uma coisa que neles me espanta: porque é que em temas de maior profundidade não se encantam com a língua materna, ao passo que essas mesmas pessoas leem sem enfado peças de teatro em latim, traduzidas literalmente do grego (*De Finibus Bonorum et Malorum* [Dos limites extremos do Bem e do Mal] I, 4).[58]

Assim, antes ainda que aquelas sinalizações seguissem em um crescendo, a demonstrar convicção e força na escolha de um determinado trajeto, uma pergunta, formulada na fase das primeiras incertezas, ecoava, imperiosa, ainda em meados do regime augustano, para a qual o mesmo CÍCERO ensaia uma resposta:

> Cipião: Rômulo acaso foi rei de bárbaros?
> Lélio: Se, como dizem os gregos, todos os povos ou são gregos ou são bárbaros, temo que ele tenha sido rei de bárbaros. Mas, pelo contrário, se esse nome se deve aplicar aos costumes, e não às línguas, entendo que os romanos não são mais bárbaros do que os gregos (*De Re Publica* I, 58)[59].

O melindre de se ver tratado como “bárbaro” (*barbarus*), de se perceber em uma situação de inferioridade cultural, arranhando-lhe a autoimagem de vencedor e predestinado à grandeza. Mas, afinal, estamos a falar dos senhores do mundo! De fato, Roma não é mais uma pólis, e sim uma cosmópolis, não é mais uma aldeia de camponeses guerreiros, mas um império mundial. Qual o significado de tais aportes? O que se entende por ser romano? Não há melhor expressão da reafirmação da identidade que o mito da refundação da cidade. Esta é a melhor síntese da obra augustana. Através dela se diz, com efeito, que os problemas são

---

[58] *Iis igitur est difficilius satis facere, qui se Latina scripta dicunt contemnere. In quibus hoc primum est in quo admirer, cur in gravissimis rebus non delectet eos sermo patrius, cum idem fabellas Latinas ad verbum e Graecis expressas non inviti legant.*

[59] *(Scipio) 'Barbarorum Romulus rex fuit?'(Laelius) 'Si ut Graeci dicunt omnis aut Graios esse aut barbaros, vereor ne barbarorum rex fuerit; sin id nomen moribus dandum est, non linguis, non Graecos minus barbaros quam Romanos puto.'*

coisa do passado, ou não. Até que ponto não se trata aqui de uma realidade apenas ansiada, da imagem de um desejo ardente? Os efeitos da aquisição desse império mediterrânico achar-se-iam devidamente equacionados? A nova realidade achar-se-ia plenamente assimilada?

Rômulo é o arquétipo de Augusto. Uma escolha trabalhada com prudência: sendo do próprio Augusto a iniciativa de usar a efígie de Rômulo em suas moedas, é dele também a recusa, quando lhe foi oferecido, do título de ***Romulus*** em 27 a.C. (PETIT, 1989, p. 176), por parecer demasiadamente real. A lembrança da realeza não deixava de trazer algum incômodo ao nascente império monárquico-republicano uma recordação incômoda.

De tal sorte que, ao homenagear Augusto, nos *Fasti*, por ocasião da efeméride na qual se recorda a concessão, em 2 a.C., pelo Senado ao príncipe do título de ***Sancte Pater Patriae*** ([60]), o poeta Ovídio (43 a.C. - 17 d.C.?) se sente livre para enaltecer o soberano diante daquele que seria o seu protótipo e celebrar as vastas dimensões do Império Romano glosando-lhe o título obtido ao chamá-lo ***Pater Orbis***, "Pai do Mundo" (NICOLET, 1991, p. 114)[61]. A partir destes versos forjou-se a paronomásia ***urbi et orbi*** ("à cidade e ao mundo"):

> Ó sacro pai da pátria' – a plebe, a cúria clamam, clamamos nós, os cavaleiros. – 'Tarde tal nome, ó príncipe te demos; pai da pátria,
> e do orbe, eras de muito [***iampridem tu pater orbis eras***]. Primeiro do que nós, as ações tuas te haviam
> desse modo intitulado. O que Jove é nos céus, és tu na terra:
> ele dos numes pai; tu, pai dos homens.
> Não injurio a Rômulo, se afirmo que à tua proteção devem seus muros
> a grandeza triunfal que hoje alardeiam; [...]. Ele a Tácio venceu, Cenina,
> Cures, torrões mesquinhos de apoucada gente; e o sol, desde que aos fados nos presides, no Oriente só vê, só vê no ocaso nosso.
> Império sem termo, e Roma em tudo.
> Fora conquista dele e seu domínio área acanhada de não sei que solo;
> de César o poder abrange o globo; quanto jaz sob os céus, adora a César. [...]. Bruta violência a Rômulo
> prazia; ao teu suave abrigo as leis florescem. Ele, senhor; tu,

[60] O dia é 5 de fevereiro. CIZEK (1996, p. 359n37) lembra-nos de Horácio já designar Rômulo, no *Carmen Saeculare*, como *gentis humanae pater atque custos*.

[61] "[…] *in 2 B.C., when he received the title of* ***Pater Patriae***, which Ovid *glosses as 'Father of the World'* […]". A questão é: que mundo é esse? Algo que só em Tácito aqui será esclarecido.

> príncipe te ostentas. Foi fratricida, os inimigos poupas.
> De seu pai lhe proveio o grau de nume;
> grau de nume a teu pai tu granjeaste' (*Fasti*, II, 127-144).

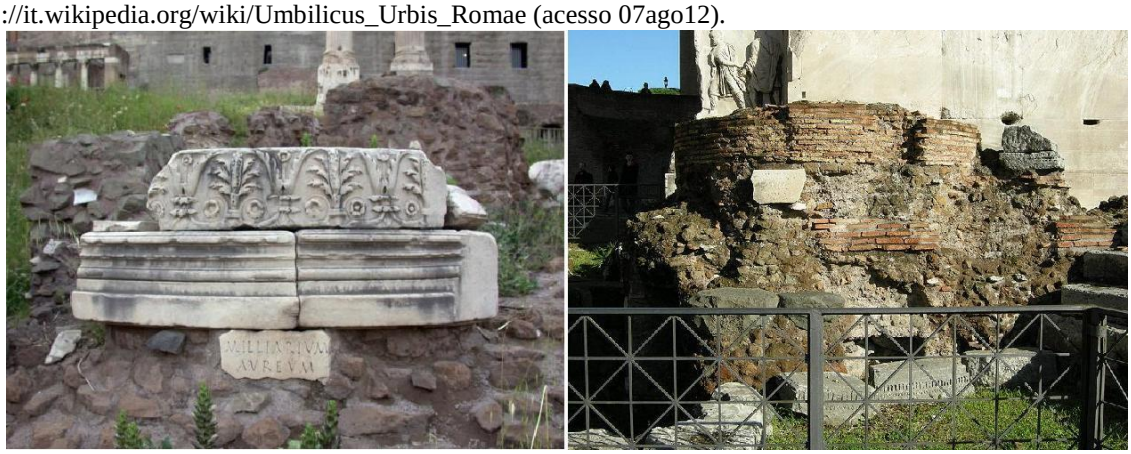
Constatação: Roma acha-se identificada com o mundo, não se pode mais separá-los. Esta mesma operação empreendida nos *Fasti*, Ovídio já a tinha executado em outro poema anterior: *Metamorphoseon Libri Quindecim* ou *Metamorphoses*. (Metamorfoses), uma epopeia, com a qual pretendia gravar o seu nome na eternidade[62]. Pois bem, já na abertura do poema *Metamorphoses* (livro I), nele podemos ver a assembleia dos deuses representada como um Senado celestial, os deuses menores do panteão chamados de ***plebs*** e Júpiter e as demais divindades maiores não mais habitam o Olimpo, mas o Palatino tal qual o divino Augusto. Não há, pois, imagem e obra literária, mais representativa de todo esse percurso paronomásico.

A cidade também se conforma plástica e urbanisticamente a tal ambição. No ***Forum Romanum*** (centro ideal da urbe), próximo ao umbigo da cidade de Roma, ***umbilicus urbis Romae*** (do qual, subindo o Capitólio, bem próximo estava o Templo da ***Concordia***), encontramos um marco arquitetônico dos mais característicos a demonstrar a correspondência entre o microcosmo e o macrocosmo: como a conectar estas duas realidades, opondo-se simetricamente ao ***umbilicus Urbis***, se tomarmos a referência do Arco dos Rostra, situava-se entre este e o Templo de Saturno, uma coluna marmórea revestida provavelmente de bronze: a pedra miliar áurea, ***Milliarium Aureum***. Erguida por Augusto, então *curator viarum*, em 20 a.C., era considerada o ponto de partida para todas as estradas romanas ("todos os caminhos levam a Roma"). Nesta pedra estariam inscritas em letras douradas a distância entre Roma e as principais cidades do Império. Por conseguinte, pelo miliário de ouro, simbolicamente, Roma era revestida da condição de "núcleo sagrado de poder" (cf. MENDES, 2006b, p. 41).

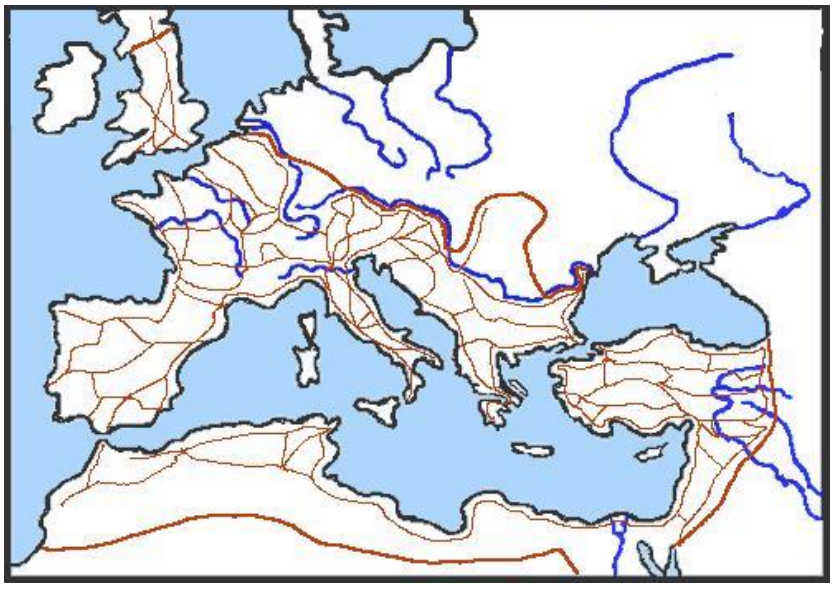
---

[62] Composto em hexâmetros (métrica tida como a mais apropriada ao gênero épico) entre os anos 1 a.C. e 7 ou 8 d.C., temos nela a maior obra legada, na íntegra, pela cultura latina à posteridade: *circa de* 12 mil versos

MAPA 1 (acima): *Forum* de Roma indicando a localização do *Milliarium Aureum* (em vermelho) e do *Umbilicus Urbis* (em azul). Abaixo, imagens das ruínas de um e de outro, respectivamente, à esquerda e à direita. Planta e imagens obidos em http://en.wikipedia.org/wiki/Milliarium_Aureum (acesso em 05ago12) e http://it.wikipedia.org/wiki/Umbilicus_Urbis_Romae (acesso 07ago12).



MAPA 2: as estradas romanas (disponível em http://www.historylink101.com/2/Rome/roman-roads.htm, acesso 07ago2012).



Urbi et orbi, o umbigo e o miliário de ouro acabam muitas vezes confundidos e distingui-los auxilia-nos a compreender a peculiaridade inovadora deste último. Se o umbigo se refere também à noção de centro do mundo, o seu caráter mítico nos conduz a épocas imemoriais e o encontramos em diversas culturas, sendo muitas vezes figurado como uma elevação (determinado monte ou pedra sagrada, coluna, mas também a árvore da vida) e associando-se a ele a ideia de eixo por permitir a comunicação entre os diferentes níveis da realidade, nexo entre o submundo, o nosso próprio e os céus.

O próprio Mediterrâneo oferecia a qualquer um acostumado aos seus circuitos e intercâmbios vários sítios assim apresentados. Em meio aos gregos, *u.g.*, o Ομφαλός (Ônfalos, "umbigo") é no geral uma pedra ovoide (daí serem assim designadas tais pedras) e a sua vinculação mais propalada é a com o deus Apolo e o santuário de Delfos. No caso romano atribuía-se a Rômulo, após ter localizado o lugar certo onde edificá-lo, a sua mais primeva construção.

Já do miliário de ouro (***milliarium aureum***)[63] sabia-se exatamente quando foi erigido e tinha o propósito, revestido de um caráter pragmático que mal ocultava a sanha propagandística, ser efetivamente Roma, entre tantos centros, o centro do mundo. Da sua disposição junta ao umbigo da cidade, hauria necessariamente deste outro monumento o seu caráter místico e religioso, estabelecendo um nexo de contágio em virtude da proximidade.

[63] A pedra ou marco miliário (*milliarius*, "que contém o número mil" donde "de mil passos" ou "uma milha de extensão ou distância"), geralmente com uma base cúbica ou quadrada, feito de granito, era uma estrutura cilíndrica, oval ou paralelepípeda posta à beira das estradas pelos romanos para que o viandante soubesse quantas milhas distava do seu destino.

1.3. ETNICIDADE E HIBRIDIZAÇÃO: UMA ENCRUZILHADA CONCEITUAL

Já tendo anteriormente definido o conceito de fronteira étnica[64], cumpre retomá-lo de modo a nos colocarmos de guarda contra algumas confusões e mal entendidos, dos quais se constitui exemplo o ajuizamento da arqueóloga Siân Jones a respeito da obra de Barth.

Nas ciências humanas hodiernas o debate a respeito de etnia (de origem grega, tomamos o termo como significando “povo”) está condicionado por dois vetores. Em primeiro, o desgaste da noção de “raça”, marcadamente naturalista e de pesada herança ideológica. O segundo, o debate da constituição dos Estados Nacionais Modernos e da relação entre as ideias de etnia e de nação.

A respeito do primeiro cumpre colocarmo-nos de guarda contra as sinuosas tentativas de compreender a etnia, implicitamente, como sucedânea de raça: um termo mais adequado e menos carregado para designar quase exatamente a mesma coisa. Sobre o segundo é costumeiro ver a nação como derivada da etnia, já preexistindo nela, imaginando-se as etnias como realidades mais primitivas. A resultante, a despeito de autores como SMITH (1991) e NAVARRETE (2004), é se insistir na convicção ferrenhamente instalada, a partir do senso comum, de povo

[64] Vide a “Introdução”, *supra*, pp. 10 a 14.

como sendo correspondente à cultura e à língua, e, assim considerar tais noções como intercambiáveis.

É todo esse conjunto de equívocos e anacronismos presentes na maneira usual de se entender etnia ou povo, a fim de ultrapassar seus limites, que nos conduziu a adotar uma abordagem mais sociológica do tema da identidade étnica, nos vinculando à linhagem iniciada, nos anos 1960, por Fredrik Barth.

Assim, retomemos sumariando alguns pontos abordados na introdução[65] de modo a que possamos firmar uma base comum de entendimento. A etnicidade é resultado das interações sociais. Nelas os diferentes grupos se organizam tomando como referência uma origem suposta e classificações mutuamente disputadas de modo a acentuar ou atenuar signos culturais socialmente diferenciadores.

Na organização desses agrupamentos, o mecanismo fundamental é o da fronteira étnica (*ethnic boundary*) através do qual as identidades se mobilizam e se reinventam em contato, em contraste ou em confrontação com o outro. Apenas diante da alteridade o "nós" se constitui. Neste relacionamento, muitas vezes conflitivo, está a fronteira étnica.

Os critérios ativados como elementos diferenciadores não são retirados de um patrimônio fixo, transmitido como herança às novas gerações. Ao contrário, são móveis e sujeitos à manipulação pelos agentes envolvidos, historicamente construídos a partir do momento presente que se serve do suposto passado conforme o seu interesse e utilidade. A isso se denominou realce (*saliency*). A identidade étnica não é sempre a mesma ao longo dos tempos, adquirindo um caráter, não só relacional, mas também extremamente dinâmico.

Até aqui, os parâmetros propostos por Barth serviriam a qualquer tipo de identidade coletiva. Mais que (1) reconhecer nesses "outros" a qualidade de membros de uma ou mais comunidades étnicas, (2) distintas da percebida como a sua própria (autopercepção), mais que (3) dispor de um etnônimo a designar o seu agrupamento, todos imprescindíveis a uma etnia (e também por analogia a outras identidades coletivas), é preciso (4) se acreditar filiado a uma origem comum.

---

[65] Como reiteramos anteriormente, na introdução à tese as considerações teóricas sobre "fronteira étnica" e etnicidade podem ser consultadas com maior detalhamento nas pp. 10 a 14.

Munidos desses quatro indicadores, o pesquisador dispõe de um conjunto necessário e suficiente para se definir, a existência de uma etnia.

A etnicidade é um parentesco fictício, cujo recrutamento imagina-se fazer preferencialmente por nascimento (embora sejam importantes também outros mecanismos, como a concessão de cidadania a estrangeiros em determinadas sociedades). Orientada para o passado, através da memória social são fixados os símbolos identitários (lembranças e mitos) e é em virtude de tal olhar, inclusive, que se pode distinguir a identidade étnica de outras identidades coletivas (religiosa, política etc.). Todavia, sempre é bom sublinhar, como reafirmamos nesta nossa retomada do conceito, não significa sejam realçados, geração após geração, sempre os mesmos símbolos e práticas identitárias. Muito ao contrário, basta a relação diante do outro e as circunstâncias estarem renovadas e o realce muda.

Também podemos recuperar as úteis reflexões dos anteriormente citados SMITH e NAVARRETE, os quais ressaltam na etnicidade o compartilhamento de um sentimento de origem comum e a reivindicação de história e destino comuns que produz sentimentos de originalidade e solidariedade coletivos. Para o último, inclusive, a identidade étnica é uma identidade coletiva que serve para definir uma comunidade política, ou, o que dá no mesmo, uma forma particularmente forte de identidade levada ao terreno político (2004, p. 25). Assim, a identidade nacional seria uma forma de identidade étnica.

Ou seja, entre a identidade étnica e as outras formas de identidade coletiva o diferencial é o fato de estar a etnicidade orientada para o passado, não o passado da ciência histórica como concebida modernamente, mas o representado pela memória coletiva, uma história mítica e associada à fixação dos símbolos identitários que fundam a crença em uma origem comum.

Nos estudos atuais, portanto, o termo “grupo étnico” deve ser aplicado também a todas as formas contemporâneas de agrupamentos relacionados ao quadro nacional. O grupo étnico deixa de ser um grupo *per se*, para se tornar uma entidade que emerge da diferenciação cultural entre grupos que interagem num contexto dado de relações interétnicas. (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 82). Ou seja, a análise se desloca do conteúdo cultural do grupo étnico para a análise das categorias que se constroem nas relações entre os grupos.

Esta percepção renovada deixa de ver os grupos étnicos como entidades objetivamente definíveis através de aspectos culturais para ver os processos de construção das diferenças étnicas através das interações sociais. No respeitante à identidade grupos “em si” não passam de mero amontoado, um conjunto apenas. É preciso que sejam “para si”, dotados de consciência sobre a sua pertença, caracterizando uma primazia do subjetivo na definição dos grupos étnicos (a autopercepção). Primazia, contudo, não significa exclusividade, até mesmo porque, neste caso, a interrelação é fundamental. É preciso estar diante de um “outro” que lhe faça sentir-se questionado sobre si mesmo e sua etnicidade.

O intercâmbio é uma lei das dinâmicas sociais, trocas culturais estão sempre ocorrendo e nem sempre mobilizam recusas. Diferentemente, as assimilações são mais frequentes que se costuma pensar. Nesse contexto, as resistências a algo tido como novo ou estranho fornecem importantes pistas de análise, posto terem sido despertadas por algo visto como muito destoante de sua percepção identitária, não poucas vezes uma ameaça.

Portanto, longe de corresponderem a alguma realidade os argumentos de “pureza” ou “autenticidade”. Não passam de armas nos conflitos sociais e nas lutas políticas. A hibridização é a regra. Como afirma NAVARRETE, não há identidades “autênticas” e é preciso, então, compreender como se dá a interação entre os grupos humanos e como marcam as suas diferenças a partir das relações interétnicas (2004, p. 29).

Cumpre fazer notar, ao partir de tal entendimento, como o emprego da própria ideia de “romanização” mantém certas incongruências em face dessa renovada concepção de etnia. De pronto, mesmo pensada a romanização, de modo mais dinâmico e plural na condição de processo político-cultural, nem sempre a ideia de romano que lhe é implícita prossegue pensada e aplicada, nesses estudos, com a mesma complexa dinamicidade e fluidez. Depois, apesar dos reparos, vindos das mais variadas direções teóricas, ainda se mantêm estreita e isomorficamente associados, como um automatismo, etnicidade e cultura. Automatismo este que é preciso romper[66].

[66] As nossas questões, pois, passam longe dos motivos ideológicos tão insistentemente frisados em Hingley. Entendemos que abandonar o termo apenas por este motivo é pagar tributo à lixeira pós-

O proposto aqui é o abandono por completo, caso ainda se deseje empregar o termo “romanização” de qualquer ambição que se remeta a povo ou a um processo de identificação étnica. Se assim se proceder, pensamos ainda podermos nos servir com alguma utilidade do vocábulo, desde que o restrinjamos ao aspecto cultural. Recordemos como etnia e cultura, por definição, deixam de ser intercambiáveis, não se deve ter mesmo uma mínima veleidade em ver qualquer correspondência unívoca entre uma e outra noção.

Assumida tal convicção, talvez fosse mais interessante, e esta é a nossa proposta (por que não?), pensando a romanização de modo mais restrito, deixá-la atinente apenas à identificação do raio de circulação de certos bens e práticas assinalados como romanos. Análogo, portanto, ao entendimento proposto por Paul Veyne para helenização. Um e outro fenômeno remeteriam à questão da área abrangida pela disseminação de bens e práticas provenientes de seu território, da circularidade por eles percorrida. No caso da “helenização”, partindo do referencial romano, referir-se-ia tal processo a uma expressiva e gradual integração de Roma ao espaço cultural helênico, tendo como sua resultante a dilatação do raio em que passam a circular os bens e as práticas próprias daquela primeira civilização.

No caso de “romanização”, troquemos a Roma da definição anterior por “província” (ou “território”) e “espaço cultural helênico” por “espaço cultural romano”. Incluamos em ambos os casos o fato de não serem únicos e homogêneos, estendendo-se à “romanização” o caráter plural indicado por Paul VEYNE (1985) ao identificar a existência de “helenizações sucessivas” no caso romano[67].

Quanto à romanidade, totalmente desvinculada da romanização assim compreendida. A identidade romana, como toda formulação identitária, é objeto de constante reconstrução a cada geração, em cada circunstância. Assim, dever-se-ia falar, com mais propriedade, em romanidades. Não se tratando como já frisamos de

---

moderna do “politicamente correto” que busca satanizar certas palavras eleitas como “cavalos de batalha”. É como se, desaparecendo a palavra que a designa, a realidade designada também deixasse de existir. A história está repleta de vocábulos, nos mais diferentes campos, tão amplamente ressignificados que acabaram por dar um giro de 180º na carga tímica com a qual foram investidos. Gótico, bárbaro, barroco, nerd, caxias, beato são apenas alguns exemplos. O aspecto ideológico deve ser exibido, denunciado, o conceito historicizado, mas o emprego ou não de um termo ou conceito deve se dar unicamente em razão de seu menor ou maior valor explicativo. Afinal, se toda palavra se presta a ser ideologizada, nada nos restaria.

[67] Vide *supra* p. 50.

um patrimônio a ser transmitido, também não é uma ideia ou uma imagem, a de Roma, para a qual cada autor ou personagem foi dando a sua parcela de contribuição, tal qual em uma orquestra. Opera-se sobre bases descontínuas, a partir das quais os eventos, práticas e mitos são selecionados. E estes, por si só, nada dizem, se prestando, cada um, às mais diversas apropriações e leituras.

As romanidades, assim mesmo, no plural, doravante, passam a ser vistas como dinamicamente construídas *in situ*. O mesmo se podendo dizer dos demais processos de interação cultural (como o da helenização), sempre a produzir um resultado híbrido (vide BURKE, 2003).

Assim, se não há cultura que não seja híbrida, independentemente da percepção que se tenha dela, também a mesma condição se pode imputar à identidade étnica. Culturas e grupos étnicos se (re)constituem no contato uns com os outros entre recusas e empréstimos. Apenas diante do outro ocorre a percepção de si. Portanto, longe de retomarmos a fórmula isomórfica, pela qual um processo cultural redunda numa identificação étnica automática, o que enfatizamos aqui é o fato de, por se constituírem relacionalmente (estão submetidas a um mesmo fenômeno), tanto a cultura como a etnia são sempre híbridas, apesar de frequentemente não se perceberem assim.

Pensemos *u.g.* no pasticho religioso helenístico-romano forjado no âmbito de uma economia-mundo mediterrânica aonde Roma veio constituir-se como centro[68] de um império multi-étnico. Etnicidades superpostas em profusão, cada uma delas se mantêm e, diante da integração cultural manifestada em determinada prática ou representação identificada objetivamente como híbrida, as cartas não estão dadas. Pode esse elemento tanto ser aceito como rejeitado enquanto característica uma mesma etnia.

No campo religioso, seguindo o exemplo, a demonstração plena da aceitação é a tendência em reconhecer diferentes deuses, de povos distintos, pelo simples fato de portarem alguma semelhança nos seus atributos, identificados como a mesma

[68] Roma, de início, se configura como centro mais exatamente por sua hegemonia na região, pois não possui o controle direto sobre boa parte dos territórios. Mais adiante, unificando todas as terras em torno do Mediterrâneo, torna-o *Mare Nostrum* (“nosso mar”) e torna-se a capital político-administrativa de toda essa área.

divindade. Deste modo, Vênus, Afrodite, Ishtar, Astarte, Ísis e outras mais na qual se percebesse semelhança seriam uma só, apenas variando o nome conforme o povo.

No sincretismo helenístico-romano era hábito reconhecer nos deuses de outros povos os seus próprios deuses, acreditando tratar-se nada além de designações distintas conferidas a uma mesma realidade. Entretanto, apesar de bastante difundido, não constituía tal hábito um padrão compulsoriamente seguido. Era uma *interpretatio*, um esforço de tradução fundamentado em correspondências analógicas entre os deuses de outros povos e os seus. O procedimento havia sido inaugurado pelos gregos (interpretatio graeca), passara aos romanos (*interpretatio romana*) e daí difundiu-se para as diferentes regiões do império "etnicizando" os deuses romanos (inspirando diferentes ***interpretationes***: *gallica*, *germanica* etc). Desta etnicização da ***interpretatio*** é exemplo o caso da deusa Sulis: identificada pelos britanos à Minerva, passou-se a cultuá-la como Sulis Minerva.

Outro procedimento, associado ou não à *interpretatio*, era o da assimilação por Roma da deidade estrangeira, tomando por base o cuidado em não ofender ou desafiar qualquer que fosse o deus no intuito de carrear para si o seu benefício.[69]. São os casos, *e.g.*, de Asclépio/Esculápio e Cibele/Magna Mater[70].

O entendimento subjacente a tais procedimentos é a noção de ***pax deorum***, a qual envolve, antes, a ideia de cuidar para não ter os deuses contrários à felicidade e às ações humanas e, depois, tendo cumprido os ritos, almejar a benevolência ativa destes, exercendo uma proteção eficaz contra os perigos em face dos quais o ser humano se sentia ameaçado. Em um universo numinoso, repleto de divindades, nos mais diversos níveis, volta e meia sendo apresentado a um novo deus, o zelo de sempre tomar os auspícios, consultando a predisposição divina aos empreendimentos humanos é atitude bastante compreensível.

A melhor expressão dessa realidade é o ***Pantheon*** (Panteão). Projetado por *Marcus Agrippa Vipsanius* (64-12 a.C.), amigo e "braço direito" de Augusto,

---

[69] A respeito dessas práticas vide MENDES, N. M. & OTERO, U. B., 2005, pp. 196-220, no qual a prática integrativa de deuses estrangeiros pelos romanos é denominada "realismo de ação".

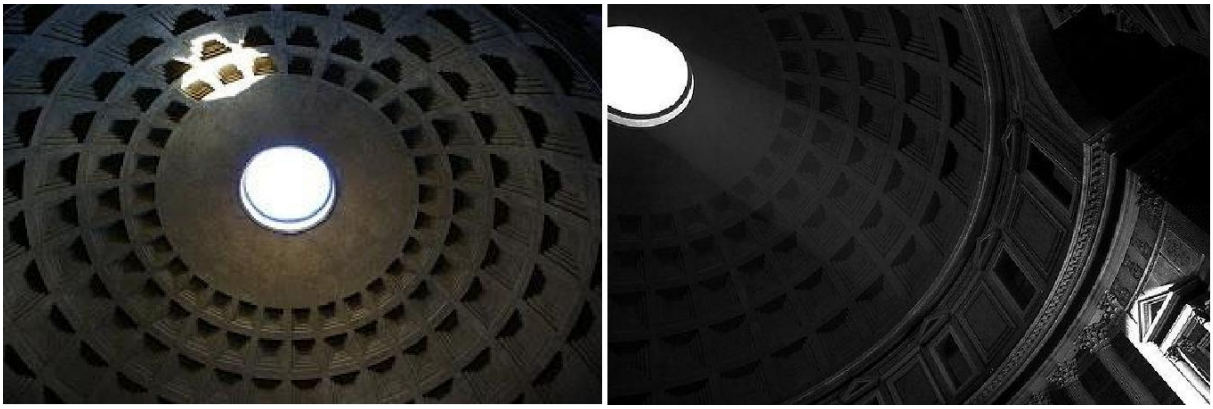
[70] Enquanto no latim *Aesculapius* é discernível a corruptela do grego Ἀσκληπιός (transliterado *Asklēpiós*) preservando bastante marcado o seu caráter de deus importado (desconhece-se qualquer menção ou lenda anterior à introdução deste culto na ilha tiberina), diferentemente, na importação do culto de Cibele/Magna Mater a *interpretatio* é acionada através de sua associação à Ceres romana.

inaugurado de acordo com a inscrição no frontão em 27 a.C. Destruído por um incêndio em 80 d.C. (principado de Domiciano), foi reconstruído por Adriano em 125 no mesmo local no Campo de Marte. A dúvida é se este refez todo o projeto, concebendo algo novo, e prestou uma homenagem ao primeiro construtor fazendo inscrever no frontão a sua realização ou se a inscrição é original da era augustana preservada por Adriano em decorrência de ter operado a sua reconstrução segundo o projeto de Agripa.

Um templo construído para representar todos os deuses do universo, propósito declarado no próprio nome, o seu simbolismo é bastante nítido, remetendo à vastidão do céu e das órbitas planetárias. Concebido como uma esfera perfeita em cuja parte superior (remetendo à abóbada celeste) pode se ver um óculo (nove metros de diâmetro) voltado para o zênite. Esta abertura circular desempenha o papel de uma claraboia sendo a única fonte de luz solar para todo o interior do templo (não há janelas ou qualquer outra abertura), além de servir de duto para a fumaça emanada dos ritos efetuados no seu interior.

Monumental já na sobriedade e austeridade de sua fachada, ao contemplar de frente as três fileiras, cada uma de oito colunas, que compõem o pórtico. No entanto, para quem passava pelo pórtico no intuito de ingressar no templo, sendo permitido nele adentrar, aguardava-o em seu interior uma visão ainda mais espetacular: a da sua cúpula, até hoje insuperada como a maior executada com tijolos. A sua altura exatamente idêntica ao seu diâmetro proporcionava um perfeito equilíbrio e a clara sensação de harmonia. Os nichos, em número de sete, pensa-se reportar aos sete planetas que, na visão da época, circundavam errantes[71] a Terra, em sequência a partir dela: Lua, Mercúrio, Vênus, Sol, Marte, Júpiter e Saturno. Toda uma estrutura indubitável e extraordinariamente grandiosa a comunicar do império as mesmas qualidades e o benfazejo concerto dos deuses todos a seu favor.

[71] No gr. πλανήτης significa "errante" e assim designava tais corpos cuja posição variava em relação às estrelas, corpos aparentemente fixos.



Acima a cúpula do Panteão, destacando a passagem da luz solar pelo óculo zenital. Acesso 27mai2012, as imagens estão disponíveis em 69age://terceiraoartes.blogspot.com.br/2011/04/69age69éd-de-agripa.html e 69age://69ag.redbubble.com/people/breixopazos/works/4017471-agripas-pantheon. Abaixo, à esquerda, o exterior do Panteão visto de cima, disponível em 69age://it.wikipedia.org/wiki/Pantheon_(Roma), acesso 03jun2012. À direita a fachada, onde se lê no frontão a inscrição M·AGRIPPA·L·F·COS·TERTIUM·FECIT (Marcus Agrippa, filho de Lucius, cônsul pela terceira vez, o edificou), acessada em 18abr2012 e disponível em 69age://historiadaarte.pbworks.com/w/69age/18413911/Panteão.

Ainda assim nem toda divindade coadunava com a romanidade. O mesmo Tácito no *Germania* (seção IX) a descrever os deuses desses povos como romanos, na linha da *interpretatio*, citando, como cultuados pelos germanos, Mercúrio (provavelmente Wotan), Hércules[72] e Marte, quando menciona Ísis a trata como estrangeira. Apesar de toda a hibridização pela qual a deusa passara, e alguns pensarem em designá-la como romana em virtude dos elementos notavelmente

[72] Hércules tb. é citado como tendo estado entre os germanos nas seções III e XXXIV do *Germania*.

romanos nela presentes, constatáveis na imagem abaixo, para Tácito continuava estrangeira[73], nem romana, nem germânica, perseverava estrangeira. Caminhos e descaminhos da etnicidade.

A deusa egípcia Ísis mediterranizada, cujo culto tornou-se iniciático no período helenístico e se difundiu em Roma a partir do séc. I a. C., época na qual Tácito também escreve, se apresenta como exemplo patente do hibridismo cultural da época: o manto lhe cobre dos ombros aos pés, preso por um nó no peito (que lhe caracteriza em grande parte de suas representações desta fase), na mão direita é possível que segurasse um chocalho metálico (o sistro), consagrado à deusa e na mão esquerda uma vasilha ritual (Museo Archelogico Nazionale di Napoli).

[73] Deorum maxime Mercurium colunt, cui certis diebus humanis quoque hostiis litare fas habent. Herculem et Martem concessis animalibus placant. Pars Sueborum et Isidi sacrificat: unde causa et origo peregrino sacro, parum comperi, nisi quod signum ipsum in modum liburnae figuratum docet advectam religionem (Uma parte dos suevos sacrifica a Ísis; não sei da causa da origem deste culto estrangeiro, a não ser que o parecer figurado como galera liburna indica o ter vindo de fora). A embarcação citada era usada pelos romanos do início da era cristã no transporte de trigo do Egito para Roma.

1.4. FRONTEIRA ÉTNICA E ROMANIDADES: ROTEIRO DE ANÁLISE

Centrar a análise em tal perspectiva significa partir da constatação de que a inclusão ou exclusão na etnia romana (é nesta operação de definir quem se inclui e quem está excluído, no jogo das relações sociais, quando se desenha a fronteira) se dá a partir de critérios não só historicamente mutáveis, mas também critérios que são motivos de disputa numa sociedade conflitiva, recuperando o modo como os próprios romanos se percebiam como povo, a sua identidade étnica na Antiguidade.

Em contrapartida, quem é este outro? Quem são os outros? Do mesmo modo que os helenos inventaram[74] os egípcios, os romanos inventaram os gregos, os celtas e os germanos, entre outros. O nosso afã é de interpretar o olhar dos romanos, tomar como ponto de partida o lugar de onde, e o modo como, entenderam serem os gregos, os celtas e os germanos, ao passo que, nesta percepção, estavam também, e principalmente, a considerar a si mesmos.

Enquanto outros impérios no mundo antigo se constituíram com a simples subjugação dos povos conquistados (e, não poucas vezes, também de seus aliados), mantendo-se estes separados formalmente de seus dominadores, o

---

[74] Dever-se-á esclarecer não se inserir nossa perspectiva na grande polêmica sobre a celticidade (ou *celticness*), do mesmo modo que também não toma partido a favor ou contra o que se convencionou chamar de celtismo e germanismo como questões ideológicas. O nosso lugar é o do entendimento da descontinuidade fundamental e radical da história: os processos históricos e as tradições são reconstruções a *posteriori* efetuadas pelos agentes sócio-históricos realçando determinados elementos do seu passado, em detrimento de outros aspectos, pelas razões as mais diversas. O termo “invenção”, aqui empregado, a exemplo de autores como Eric Hobsbawm, Pierre Vidal-Naquet e Paul Veyne, entre outros, remete à compreensão do contexto como fator explicativo decisivo dos peculiaríssimos fenômenos históricos, rompendo com o fantasma daquilo que Marc Bloch designou de “mito das origens”.

Império Romano abriu brechas institucionais à assimilação daqueles através da concessão gradual de sua cidadania aos habitantes de seu território. Concedida a elementos mais confiáveis das elites das sociedades dominadas ou a regiões inteiras, a cidadania era o mecanismo de ingresso dessas pessoas ao povo romano e sua consequente assimilação[75].

A própria cidade de Roma, já em fins da república, era um cadinho do mundo conhecido de então. Pela vez primeira na história da humanidade assistia-se, guardadas as proporções, a um processo de mundialização, antevendo-se a globalização dos dias atuais. Em particular diante do mundo helenístico, vimos, a romanidade é colocada em xeque, abrindo-se um grande debate sobre qual seria o seu conteúdo, vivendo-se a situação bastante peculiar de ver-se o conquistador questionado e questionando-se culturalmente a partir do conquistado.

Outros contextos de alteridade também devem ser considerados. Até o ano de 212 d. C., quando Caracala estende a cidadania romana, com poucas exceções, a todos habitantes livres do Império Romano, parcelas significativas da população estavam dela excluídas neste seu sentido pleno. A própria cidade de Roma, já em fins da república, como vimos, uma cosmópolis[*76*], elevando a um novo grau, dir-se-ia

---

[75] Há quem veja este mecanismo como acesso a um mero estatuto jurídico ou social, mas não uma etnia (*e*. *g*., VEYNE, 1992), contudo não podemos concordar com esta avaliação, pois em jogo está claramente o povo romano e as prerrogativas a ele inerentes (vide *supra* p. 8n16). Assim, o romano entendia referir-se a si próprio, como pertencente a um povo ou etnia, preenchendo integralmente, tais considerações a respeito da *Romanitas*, o característico próprio de uma identidade étnica (cf. *supra* p. 24/25 e 62/63).

[76] Em Ovídio, Ars amatoria II, 123-131:

Que outros - não eu - exaltem o passado!
Alegro-me por ter vindo ao mundo agora.
Esta idade meu gosto satisfaz não porque em
nossos dias é da terra arrancado o ouro
maleável e de diferentes praias nos chegam
conchas escolhidas,
não porque as altas montanhas defraudadas
do mármore que delas extraímos fiquem
diminuídas e apresentem os diques as
águas azuladas, mas porque o nosso corpo
acarinhamos
e estranha nos é a sobriedade dos rústicos avós
que lhes sobreviveu por longos anos.

ao paroxismo, a característica polietnia[77] dos sistemas sociais imperiais, o que torna o império uma “federação de romanidades”.

O referencial privilegiado do outro também sofre mudanças. Do centro para a periferia e para além dela, ao estabelecer o contato com outros agrupamentos, a lógica romana os reconstitui, sendo secundada esta operação cultural, nos momentos em que a dinâmica imperial fornece tal oportunidade, por uma ação de reterritorialização[78]. A primeira dessas operações, pelos dilemas envolvidos, diz respeito à invenção da grecidade pelos romanos, através da qual é separado, do particular “grego”, o que constitui o universal (fulcro da civilidade) e torna-se propriamente romano, fazendo do romano um cidadão greco-latino, dotado de dois idiomas.

Antes da Grécia, a ideia de Hélade/helenos teve sorte variada entre aqueles que assim se referiam. Tucídides anota como o próprio Homero, nascido “muito tempo depois da Guerra de Troia” (tido no relato do ateniense como o primeiro empreendimento pan-helênico), em lugar algum chamou assim a todo mundo, nem a outros, senão apenas aos companheiros de Aquiles, procedentes da Ftiótida (por isso serem tidos como os primeiros helenos). Para o conjunto, os chama de dânaos, argivos e aqueus (I, 3, 3).

Ainda conforme o mesmo autor (I, 3, 4-5), reunidos apenas por estarem afeitos ao mar, sem deter sob Agamenon um etnônimo único, Homero não tinha como contrapô-los a um outro povo, troiano ou não, designando-o como ‘bárbaro’. Todavia, em virtude das relações com a Ftiótida, onde teriam reinado Helen (Heleno) e seus filhos, a qual cada vez mais era chamada em auxílio às demais cidades, aquilo que não fora possível durante a Guerra de Troia, iria se tornando realidade.

---

[77] Como diz BARTH, citando Fumivall (*in* POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p.197):

“*sociedade plural: uma sociedade poliétnica integrada no espaço mercantil, sob o controle de um sistema estatal denominado por um dos grupos, mas deixando amplos espaços de diversidade cultural nos setores de atividade religiosa e doméstica*.”

[78] Neste sentido, a constituição do que se convencionou chamar pelos romanos dos celtas e dos germanos, a celtidade e a germanidade, é bastante instrutiva e nela desempenham um papel fundamental três obras: de Júlio César, o *De Bello Gallico*; e de Tácito, o *De Vita et Moribus Juli Agricolae* e a dita *Germania*, fundamentais na constituição da visão romana a respeito dos celtas e dos germanos.

É sabido, quando surge a necessidade de empresas semelhantes à de Troia (como contra os persas e os macedônios), o papel prioritário desempenhado pelo etnônimo políade (ateniense, lacedemônio, tebano etc) em detrimento de uma lealdade helênica vista como distante e abstrata por demais. Isto a despeito de heleno continuar a encobrir um conjunto insistentemente impreciso. Rejeitados, por exemplo, durante muito tempo, só em 460 a.C. lograram os macedônios, com Alexandre II, terem a sua participação aceita nas Olimpíadas[79].

Por outro lado, segundo MOMIGLIANO (1991), é de Aristóteles a sugestão de ter Roma sido fundada por aqueus em retorno de Troia, e de Heráclides do Ponto, também do século IV a.C., citado por Plutarco e Dionísio de Halicarnasso, a designação da mesma Roma como ***polis hellenis***, cidade helênica. Algo antes, através de Estrabão (I, 4, 9), chega a Eratóstenes (240-230 a.C.), que *"reuniu cartagineses, romanos, persas e indianos como os povos bárbaros que mais se aproximavam dos padrões da civilização grega e especificou que os cartagineses e romanos eram os mais bem governados"* (p. 11).

Coube aos romanos forjarem a ideia que temos hoje de gregos. A começar pela escolha do termo grego, o qual, apesar de Aristóteles considerar ser o nome primitivo dos helenos, assumiu uma conotação tão estrangeira a ponto de ser rejeitado pelos próprios gregos atuais: ao promoverem a sua independência nos tempos modernos se autoproclamam 'helenos'. O latim ***graecus***, ***a***, ***um*** (da Grécia ou grego, plural ***graeci***) é derivado do grego ***graikós***, naturais da Greia (do gr. ***Graía*** pelo lat. ***Graea***), cidade da antiga Beócia, na região de Epiro (noroeste da Hélade), onde habitava uma pequena tribo a qual passou à península itálica e fundou Magna Grécia. O fato é que era um nome muito raro na literatura, sendo apenas tardiamente atestado.

Mais ainda, devemos aos romanos não apenas o significante, mas também o significado. É durante o período cícero-augustano que vamos ver se desenhar, sem assim designar, e distinguir dois tipos de "grego", o que seria helênico (paradigmático e universal, clássico, achava-se no passado) daquele que chamamos

[79] Algum tempo depois, sem que isso implicasse a não participação dos macedônios na pan-helênica Olimpíada, Arquelau I (413-399 a.C.) estabeleceu a cada dois anos, em Dion, os Jogos Olímpicos Macedônios.

hoje de helenístico (decadente e orientalizante, contemporâneo aos romanos desse período). O cerne, aqui, está no contraste entre “nós” e “outros”, no que poderia ser aceito como mais palatável a uma visão mais arcaizante da romanidade (visava-se o semelhante), distinguindo-se daquilo que deveria ser rejeitado.

Então vale distinguir o “arcaizante” do que denominamos “arcaicizante”. O arcaizante é um propósito de preservar o passado ou de a ele retornar, mas ele nunca foi o que efetivamente dele se pensa. Há sempre uma atualização do imaginado existia outrora. Igualmente, na própria triagem entre as ditas novidades vindas de fora, *i.e.* entre o assimilável e o rejeitável, segundo tais critérios arcaizantes, outras tantas atualizações / traduções desse passado acabam acontecendo. Assim, no resultado desse processo, se aceita ou se defende muitos elementos imaginados como arcaicos, mas, não só são importados, têm seu ingresso e adaptação àquela cultura bem mais recente do que se acredita. Portanto, arcaicizante vem designar aquela realidade apresentada como arcaica, mas que dele é apenas aparência, resultado inevitável de toda e qualquer reação arcaizante. De tal forma, pode-se encontrar muito de grego e de exótico às mais antigas romanidades nas imagens defendidas como expressões de uma Roma arcaica, incluindo o imaginado como substrato desse passado glorioso, os ***mores maiorum***.

A grande característica dessa primeira conjuntura (cícero-augustana), em particular no seu início, é a assimilação dos efeitos da progressiva aquisição de um império mediterrânico por parte de Roma e, *pari passu*, a ação sobre sua civilização desses influxos helenísticos, pois é no bojo deles que o grego se oferece como desafio para Roma. Desde muito antes da expansão alexandrina, a presença do mundo helênico, porém, pode ser detectada através de indícios bastante nítidos, nas práticas sociais, desde o período monárquico, caracterizando as chamadas “helenizações sucessivas” indicadas em VEYNE (1985) [80].

Com o intuito de sinalizarmos o tipo de dilema envolvido nos embates em torno das identidades étnicas, a própria e a do outro, e os deslizamentos característicos desse discurso em torno da noção barthiana de fronteira étnica abordaremos aqui, previamente, o como são apresentados os romanos diante dos

[80] A respeito das “helenizações” vide na seção 1.2. “De *Urbs* a *Orbs*, o império e a romanidade...” as pp. 50-52.

gregos (e vice-versa), principal desafio identitário da conjuntura cícero-augustana, a seguir os romanos em face dos germanos (e vice-versa), principal desafio identitário da conjuntura flávio-antonina. Para levantarmos essas pistas, três autores: Cícero, homem da primeira conjuntura para o primeiro caso; Tácito, homem da segunda conjuntura para o segundo caso; César homem da primeira conjuntura para o segundo caso, firmando-se como elo entre os dois momentos e trazendo à baila a fronteira étnica romano-gaulesa[81].

Cícero é um autor no qual estas questões identitárias não só aparecem bastante vívidas, mas refletidas em profundidade, é, em particular no *De Re Publica*. Nele, do livro IV, chegou-nos um pequeno fragmento contendo apenas quatro parágrafos, mas de grande valor para nós por abordar, depois de uma breve exposição da divisão das classes romanas, os costumes romanos (euforizados) contrapostos aos gregos (disforizados).

Em breves pinceladas, o etnoestilo de um e outro povo nos é apresentado. De início abordando a educação dos púberes de condição livre (prerrogativa dos ***patri***, um tema especialmente caro aos romanos), depois demonstrando o que julga serem imperfeições morais gregas: a falta do pudor e a falta de respeito para com os nomes dos grandes cidadãos ilustres, sujeitos à infâmia nos teatros e na literatura. Diante dessas práticas gregas, afirmando o valor latino, o autor euforiza a cultura romana pelo zelo na guarda do pudor, pela harmonia de uma "*vida pura e honesta na sociedade* (*De Re Publica* IV, 2)" e, principalmente, pelo respeito aos cidadãos.

Se a tônica é a disforização dos gregos e de sua cultura em geral, tais críticas, porém, são moduladas, variando de acordo com as regiões e cidades gregas citadas. Para algumas nada além de rápida menção ("*Passo por alto Eleia e Tebas, onde era autorizada a mais libidinosa licença.*" em IV, 3). Já a Lacedemônia merece um menor grau de reprovação, distinguindo-a dos demais gregos, entretecendo-a com espanto por terem cometidos tal deslize (até os espartanos erros!), ainda em IV, 3: "*Os próprios lacedemônios, concedendo tudo nos amores de*

[81] Dos dois primeiros autores, Cícero e Tácito, junto com Salústio, são os textos a compor o nosso *corpus*. O terceiro, César, seja pelo que opera na Gália, Germânia e Britânia, seja pelo texto que produziu a respeito dessas ações, adquire tanto destaque no modo do romano enxergar o germano a ponto de Tácito lhe render a devida homenagem na obra que dedica a esse povo.

juventude, exceto o estupro, levantaram apenas uma débil muralha entre o que toleravam e o que proibiam" (grifo nosso).

Quanto aos atenienses, mal disfarçando o desapreço político-ideológico, o principal alvo das críticas e desvalorizações culturais, presentes no Livro IV. A eles são imputadas todas as críticas feitas aos demais povos gregos, além de apontados como os de hábitos mais detestáveis, convertendo a ***libertas*** em à excessiva liberdade (***licentia***), da qual dariam mostras na literatura e principalmente nos teatros ao vitimarem, nas comédias, a honra dos mais importantes homens da cidade, como se nota a seguir:

> Jamais a comédia se não a tivessem, autorizado os costumes públicos, teria podido apresentar no teatro tão vergonhosas infâmias. Os gregos, mais antigos nos seus vícios, permitiam que se dissesse no teatro tudo quanto se quisesse, sem respeitar os nomes próprios."(...) "Nossas leis das Doze Tábuas, tão parcas em impor a pena capital, castigavam com essa pena o autor ou recitador de versos que atraísse sobre outrem infâmia. Essa disposição foi sábia, porque devemos submeter nossa vida às decisões legítimas dos juízes e dos magistrados, e não ao engenho dos poetas; e não devemos ouvir censuras senão onde a resposta é licita e nos possamos defender judicialmente (grifo nosso).

Assim, da mesma forma, é possível concluir também, pela existência de uma escala nas reprovações do autor, aumentando na sequência em que são apresentadas as diferenças e oposições culturais existentes entre gregos e romanos.

Em IV, 2 são apresentadas as formas diferentes pelas quais os gregos e os romanos lidavam com a educação dos jovens. Nesta parte, não há uma maior desvalorização das práticas gregas e nem uma euforização dos romanos, pelo contrário, é acusada a negligência dos romanos, neste assunto, feita por Políbio que, apesar de grego, era extremamente respeitado em Roma e próximo aos Cipiões. Em contrapartida reconhecem-se os esforços dos gregos no referente à educação dos jovens:

> Pelo que se refere ao princípio de educação das crianças de condição livre, em que tantas vezes se frustraram os trabalhos assíduos dos gregos, e que o nosso hóspede Políbio acusa nossas instituições de negligência, não se quis que se fixasse pelas leis, nem que fosse público o ensino, nem que para todos fossem o mesmo (grifo nosso).

Sem indicar quais seriam as práticas mais corretas no respeitante à educação dos jovens púberes nenhum caminho é apontado. Este silêncio talvez decorresse do fato de não haver assentimento em relação ao conteúdo a ser ministrado, exceto o de assinalar a importância de se empenhar na prática escolar do educando (uma prática efetivamente grega, distinta da educação doméstica romana) em um trecho bem próximo de um tom aforizante.

Tal entonação logo a seguir adquire nitidez que faltava quando se coteja com a peroração a respeito do pudor e da decência presente no parágrafo que lhe sucede (IV, 3):

> *Nossos antigos costumes proibiam que os púberes se despissem nos banhos. Desse modo, procuravam afirmar as raízes do pudor. Em compensação, entre os gregos, que exercícios tão absurdos os de seus ginásios, que ridícula preparação para os trabalhos da guerra, que lutas e que amores tão livres e dissolutos* (grifo nosso).

Cumpre, pois detalhar a metamorfose ideológica operada nessas passagens cujo resultado é converter a prática da ***libertas*** (lat.) / ***eleutheria*** (gr., ἐλευθερία) em ***licentia*** (licenciosidade, libertinagem): o que está em jogo como critério a definir o grau de euforização / disforização do texto é a vivência aristocrática (romana) de ***libertas*** e o seu correlato entendimento. Vertida para o grego como ***eleutheria*** o referido no vocábulo anterior e neste, na aplicação que lhe dão os atenienses, é bastante distinto. Daí Cícero traduzi-la como excesso de liberdade, ***licentia***, em desacordo ao que um próprio ateniense o faria se a ele tivesse sido dado verter para o latim a sua experiência.

Idênticos no seu significado formal, ao reportarem às práticas específicas a que estão associados, em cada sociedade, um (***eleutheria***) é expressão das ideias morais e políticas referentes a uma sociedade democrática, o outro (***libertas***) é acentuadamente pessoal e aristocrático. Todavia, mesmo em Roma havia quem discordasse desse entendimento de Cícero e as lutas civis do final da República bem o demonstram.

Quando o dilema romano-grego (e o próprio termo “grego”, ***graeco***, já é uma imposição romana aos helenos) for se vendo resolvido, o germano, aos poucos, em crescendo, vai seguir ocupando o seu lugar, se destacando da gama de etnônimos (entre eles o de “celta”, a partir do qual, no início, o germano vem não poucas vezes

definido) com os quais Roma trava contato. Em César e Sêneca encontramos testemunho do pavor e do fascínio exercido por tal povo entre os romanos. Às vésperas do primeiro embate, nas legiões comandadas por César:

> [...] os soldados questionavam, os gauleses e mercadores espalhavam boatos: falavam da estatura enorme dos germanos, do seu incrível valor militar, da sua perícia extraordinária no manejo das armas (diziam até que várias vezes se tinham medido com eles e não tinham podido suportar nem sequer o aspecto do seu rosto, o brilho do seu olhar). Tais palavras provocaram em todo o exército um pânico repentino e tão grande que uma perturbação pouco comum se apoderou dos espíritos e dos corações. Isso começou pelos tribunos militares, pelos prefeitos e por aqueles que, tendo deixado Roma com César, por causa de sua amizade [*amicitiae causa*], não tinham grande experiência da guerra; sob pretextos variados de que faziam outros tantos motivos para partir, pediam licença para deixar o exército; contudo levados pelo sentimento de honra [*pudore*] e querendo evitar a suspeita de covardia, ficavam, mas não conseguiam compor o rosto e, muitas vezes, reter as lágrimas; escondiam-se nas suas tendas para lamentar o próprio destino ou para deplorar, em companhia dos seus íntimos, o perigo que os ameaçava a todos.
>
> Em todo o acampamento se redigiam e selavam testamentos. Por efeito dos boatos e do temor destes, pouco a pouco também os veteranos, soldados, centuriões, oficiais de cavalaria, começavam a assustar-se. Aqueles que desejavam passar por mais corajosos diziam que não temiam o inimigo, mas a estreiteza dos caminhos e a imensidão das florestas, que se estendiam entre eles e Ariovisto, ou então a dificuldade de arrastar atrás de si, sem inconvenientes, as provisões necessárias. Alguns chegaram a ponto de fazer saber a César que, quando desse a ordem de levantar o acampamento e de se pôr em marcha, os soldados não obedeceriam e, por causa do medo, não se poriam a caminho (*De Bello Gallico*, I, 39).

Já Sêneca o Filósofo (4 a.C.-65 d.C.) dá-nos testemunho do mesmo fascínio no opúsculo filosófico *De Ira* (escrita entre 41 e 49). Na seção XI do livro primeiro debate sobre a possível utilidade da ira nos combates (*"Sed aduersus hostes, inquit, necessaria est ira"*). Desde o início toda a sua argumentação segue no sentido contrário, ou seja, o de demonstrar que mais vale o agir de Fábio e dos Cipiões, cuja moderação não os impediu de salvar Roma, vencer Aníbal e destruir Cartago e Numância. Após afirmar a superioridade concedida pelo sangue frio aos gladiadores, quando examina os povos bárbaros, a sua tese é de todas as vantagens concedidas pela natureza e formação a eles se desvanecem facilmente por se entregarem à ira. O que nos interessa aqui é a especial relevância demonstrada em relação aos

germanos nessa sua reflexão. Paradigmáticos, Sêneca passeia pela paradoxal imagem bastante difundida deles nos meios intelectuais romanos:

> Há povo mais corajoso que os germanos? Mais enérgico no embate? Mais apaixonado [*cupidibus*] pelas armas, no meio das quais nascem e crescem, das quais fazem a sua única ocupação, negligentes com todo o resto. [...] àquelas almas ignorantes das volúpias, do fausto, da abundância, dá(-lhes) razão, dá(-lhes) disciplina [***disciplinam***]: nada mais a dizer, neles certamente veríamos nossos antigos costumes [***mores Romanos***] (<u>*De Ira*</u>, I, 11, 3-4)[82].

A frequência com a qual vão se travando embates entre romanos e germanos e a assunção cada vez mais insistente desse outro no centro das preocupações da elite dirigente é manifestada na própria onomástica da casa imperial Júlio-Claudiana. Após a vitória sobre determinado povo, era costume o líder especialmente feliz receber, como título honorífico, o designativo daquele povo.

Pois bem, o caso do epíteto "germânico" é notável pela recorrência: são oito, para sermos exatos, os que o adotam em sua titulatura, sendo Druso (38-9 a.C.), enteado de Augusto, irmão mais novo do futuro imperador Tibério, quem inaugura o costume, recebendo-o após uma campanha vitoriosa seguida de sua morte acidental. Já o seu filho (17 a.C.-19 d.C.), recebe esse designativo após ser adotado por Tibério (4 d.C.), passando a chamar-se Germânico Júlio César e viria a se tornar o maior de todos, pois a ele os escritores antigos designavam simplesmente "Germânico" (***Germanicus***) e em sua descendência o nome tomou-se hereditário.

O pai, responsável por inaugurar a prática, então, passa a ser referido como Druso Germânico ou Germânico o Mais Velho. Também outro filho deste, mais novo, Druso, tornado imperador com o nome Cláudio (10 a.C.-54 d.C.) recebeu o cognome após ser adotado pelo irmão Germânico. Os futuros imperadores Calígula (12-41 d.C.), por ser filho de Germânico, e Nero (37-68 d.C.), após a sua adoção por Cláudio, fecham a relação.

---

[82] Charles du ROZOIR (éd.), <u>Oeuvres Complètes de Sénèque Le philosophe</u> ("Bibliothèque Latine-Française", v. 103), tome I (trad. "*De Ira*": Joseph Baillard [1799?-18...], Paris, Panckoucke, 1834):

> Germanis quid est animosius? Quid ad incursum acrius? Quid armorum cupidius, quibus innascuntur innutriunturque, quorum unica illis cura est in alia neglegentibus? [...], illis animis delicias luxum opes ignorantibus da rationem, da disciplinam: ut nil amplius dicam, necesse erit certe nobis mores Romanos repetere.

Tal recorrência vem demonstrar a importância que passa a ter para os Júlio-Cláudios o imaginário da vitória sobre os germanos. Castos, puros, transparentes em suas intenções, alheios ao luxo, inclinados à guerra e à rudeza, esta é a imagem dos germanos a atravessar gerações, ganhando força, como contraponto à Roma, entre aqueles intelectuais, representantes das elites centrais, desgostosos dos rumos tomados pela cidade.

Nesse mesmo momento, nunca é demais insistir, outro romano, profundamente grego, desproblematizado dos confrontos típicos do fim do regime políade, irá impulsionar a Nova Sofística, animada por gregos pan-helênicos inseridos na cidadania romana. Em todo momento se vai sendo convidado, “diante do outro”, a responder quem se é.

Tácito estabelece uma continuidade entre a sua obra e a de César, prestando-lhe inclusive homenagem (*Germania*, 28: “o melhor dos autores”) quando, na parte final de sua obra, deixa para trás as considerações gerais sobre os germanos, dando lugar à nomeação e especificação das suas tribos.

Há, de fato, alguns pontos em comum. Excetuando, a abertura de sua obra quando Tácito faz referência a deuses e heróis patronímicos, em ambos os autores, o universo divino romano e germânico é tratado como se houvesse um único panteão, sendo os deuses designados pela correspondente onomástica latina em Tácito, com a menção de apenas uma divindade citada como estrangeira: Ísis.

Outras semelhanças pontuais se fazem notar: indisciplinados, livres, grandes caçadores, amantes da guerra, grandes e robustos, mas prevalecem as distinções e elas fornecem a chave de leitura para cada uma das obras.

Tácito é um homem da ***Pax Romana***, da nossa segunda conjuntura, pessimista quanto aos rumos tomados pela elite e pela sociedade romana marcada pelos deploráveis “exemplos” dos imperadores; já César pertence ao fim da

República, da nossa primeira conjuntura, escreveu a sua obra como comentário de uma campanha militar. O tom beligerante nele é o constante. Sucedem-se helvécios, belgas, celtas ou gauleses, aquitanos, germanos. Roma busca distingui-los, entendê-los.

Os germanos são compreendidos numa relação de triangulação, pois fazendo os romanos, no discurso, um terceiro elemento, o termo de comparação privilegiado, para o entendimento dos germanos, são os gauleses. Estes usam cavalos, os germanos não. Os gauleses são inconstantes, curiosos, inclinados às novidades e cruéis. Os germanos são traiçoeiros e sem palavra, dissimulados e dotados da mais extrema perfídia. Os gauleses, outrora mais violentos que os germanos, acomodaram-se na atualidade, passando os germanos para a ofensiva.

MAPA 3: As Guerras Gálicas de César entre 58 a 54 a.C.
(Fonte: www.larousse.frencyclopedie, acesso em 18fev2012)

"[...] *concluamos: se o maior acontecimento da história romana é, sem contestação, a conquista do Mediterrâneo, o segundo é a conquista da Gália, o meter na ordem de uma enorme massa viva. A*

Gália tem talvez três vezes a população da Itália inteira, e Roma viveu muitas vezes desta de massa de homens que entraram ao seu serviço" (BRAUDEL, 2001, p. 321/322).

A sua constante belicosidade empresta aos povos limítrofes, belgas e helvécios, por estar sempre a combater os germanos, a valentia que outrora era dos gauleses. E aqui está a chave do discurso de César: o valor e a habilidade do guerreiro só permanecem quando regularmente testados, postos à prova. A ociosidade amolece o ânimo. Quem hoje é melhor, amanhã pode ser pior. Ao valorizar o adversário e sua habilidade na arte da guerra, o contato frequente com esses adversários em combate a que se expõem as legiões de César as torna mais capazes e valorosas, melhor adestradas. E isso valia ouro nas lutas políticas intestinas em uma Roma nas quais os legionários acabavam por atuar como clientes de seus generais, ligando-se um à sorte do outro.

Diversos no temperamento, bastante assemelhados nas instituições, exceto pela existência dos druidas entre os gauleses. A nos fiarmos em Estrabão, os romanos deram aos germanos este nome por pensarem que eram aparentados com os gauleses, identificando a sua origem com a dos germanos. Em latim "***germanus**, **a**, **um***" significa "que é da mesma raça", "irmão". Se entre os gauleses, em particular após as revoltas de Ambiórix e de Vercingétorix, predomina uma atitude de submissão à autoridade romana, ao mesmo estado deseja César reduzir também os germanos, mesmo não havendo como tomar posse direta das terras além Reno.

Tal triangulação inexiste em Tácito. Se a meta de César era fazer "propaganda" de si junto ao Senado e ao povo romano e da glória (***gloria***) que, através de si, obteve para Roma, a de Tácito é desnudar as mazelas morais da república. Nos germanos recupera-se o valor heroico da guerra, mas são destacados, sobretudo, os seus valores morais, expressos em sua vida familiar, cercada da mais alta respeitabilidade. O que em César era apenas anotado, o sexo tardio, em Tácito é ampliado e se vê nele benefícios. É preciso ter diante de nossos olhos o quadro romano para melhor compreender a exaltação aos germanos.

Se em Roma predominam os vícios, orgias, o fausto e a luxúria e, abandonando os valores familiares, entregam-se à vaidade pessoal e deixam-se seduzir pela riqueza, manifestando tal comportamento dissoluto na disseminação de hábitos contraceptivos e abortivos e na instabilidade dos matrimônios, entre os

germanos procede-se inversamente proporcional a tudo isso. Em particular, as mulheres. Estas e as crianças, acresce que, se em César estão longe das guerras e delas fogem, em Tácito animam o empenho guerreiro de seus maridos, pais e filhos.

Apesar de não civilizados (não possuíam moeda, empréstimo, vinho e lei), e assim se mantinham tanto mais afastados do contato com a România, vivem com mais nobreza. Afinal, "*mais valem os bons hábitos aqui do que as boas leis em outros lugares*"[83]. São honestos e leais, desejosos de honra (***honor***), fama (***fama***) e glória (***gloria***), coroando todo um discurso movido pela vontade de aproximar-se dos germanos e identificá-los com os valores romanos[84].

Os germanos, portanto, despertam especial interesse em Tácito. De todos os potenciais adversários de Roma, talvez pela proximidade da Itália, com eles é que revela preocupar-se.

> No parágrafo 33 [do Germania], ele afirma que é desejável para Roma que os inimigos estejam sempre em estado de *discórdia* entre si, para que não unam forças e um dia venham a vencer os romanos, e, no parágrafo 38 das Histórias, há uma breve recapitulação das rebeliões tratadas nos primeiros livros, sem antes deixar de mencionar outras vezes em que os germanos foram vitoriosos e subjugaram os romanos (MARQUES, 2013, p. 167)[85].

Mais ainda diz da ameaça germânica, o balanço geral empreendido por Tácito, poucos passos à frente do trecho acima citado do *Germania*, propiciado pela menção aos cimbros (XXXVII):

> [...] *desse tempo* [quando da invasão deste povo ao norte da Itália] *ao segundo consulado de Trajano se podem computar quase duzentos e dez anos: todo esse tempo para vencer a Germânia. Durante tão longo intervalo, muitas foram as perdas de um lado e um de outro.* [...] *Veio em seguida a paz, até que, aproveitando a oportunidade de nossas discórdias e nossas guerras civis, tomaram os quartéis de inverno das legiões e até as Gálias atacaram; de novo*

---

[83] "*plusque ibi* ***boni mores*** *valent quam alibi* ***bonae leges***" (TÁCITO, *Germania*, XIX, 25).

[84] Mais adiante (pp. 203 - 209) teremos azo de detalhar a força dessa exemplificação retórica operada por Tácito em relação ao germano. Por agora, cumpre indicar, no próprio Tácito, apresentar-se como ameaça ao modo de vida germânica a progressiva infiltração da vida civilizada, do qual é indício o aceite que se vai afirmando neste povo do vinho (XXIII) e do dinheiro (XV).

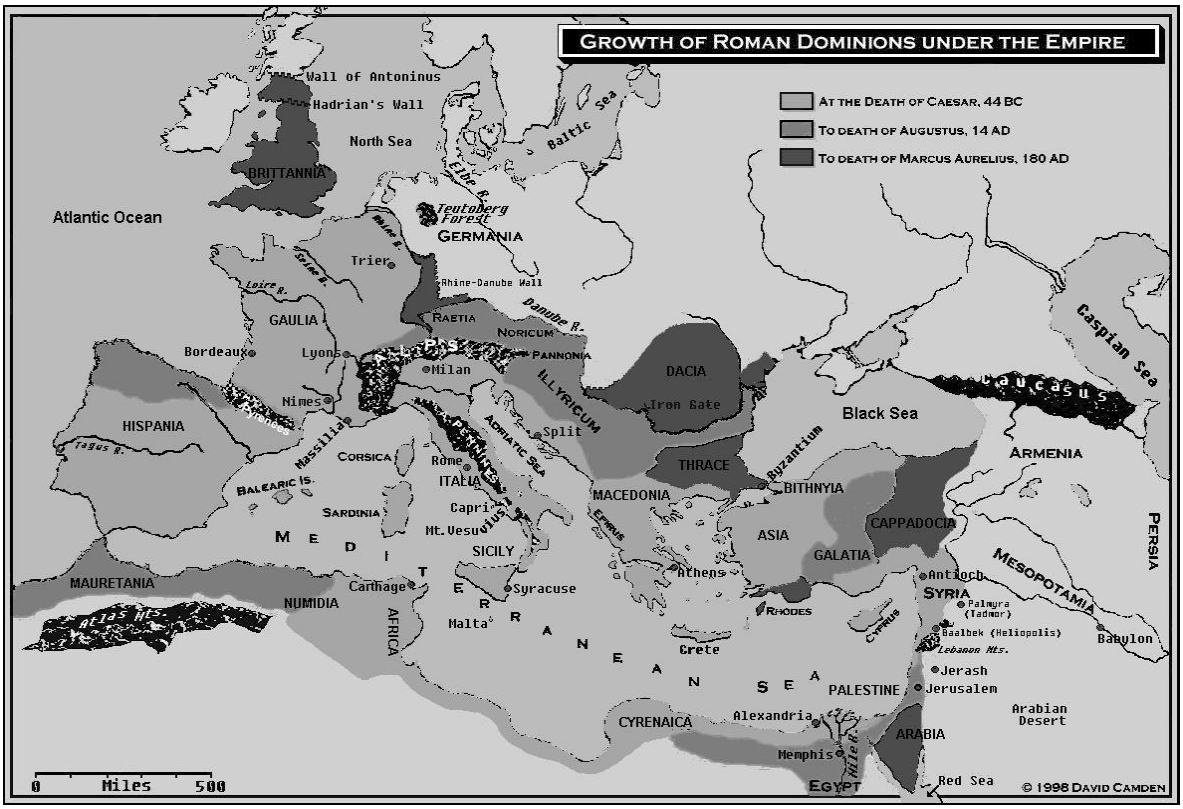
[85] Tratando da mesma temática, a construção da identidade romana na tradição historiográfica latina, tomando caminhos diferentes aos nossos, é importante destacar a tese de Doutorado de Juliana Bastos MARQUES (2007), recentemente publicada (2013). Investigação criteriosa, nela, como não poderia deixar de ser, muitas concordâncias e uma ou outra divergência, tratada a mais fundamental no momento oportuno: pp. 224-228.

> *foram repelidos e, nestes últimos tempos, mais tem havido cortejos de triunfo que vitórias.*

Um balanço melancólico, acentuado pelo fato que Tácito, ao passar em revista aos principais adversários de Roma, de antanho e coetâneos, incluindo o sempre impertinente Oriente arsácida, acaba concluindo por ser o germano o mais tenaz e que mais prejuízos trouxe aos romanos. No mesmo passo:

> [...] *tomaram do povo romano cinco exércitos consulares e, do próprio Imperador, Varo e suas três legiões; não foi impunemente que os bateram C. Mário na Itália, na Gália o divino Júlio, Druso Nero e Germânico em seus próprios territórios; e bem ridículas se tornaram depois as grandes ameaças de Caio César*.

À medida, portanto, que Roma tornara-se maior que o Mediterrâneo, interiorizando-se em direção à Europa setentrional, despontavam novos desafios e dilemas no horizonte, cada vez mais agudos.



MAPA 4: "*Roma torna-se maior que o Mediterrâneo*" (BRAUDEL, 2001, pp. 299-343), disponível em http://gbgm-umc.org/umw/corinthians/empire.stm, acesso em 21jan2013. A Guerra Gálica, como se vê, é um acontecimento geopolítico chave na constituição do império, nos destinos de Roma e, pelo impacto no imaginário, no modo como passam as elites centrais de Roma a formular as questões identitárias. Mais que os gauleses, os germanos, nunca totalmente subjugados ou afastados, pela ameaçadora proximidade, acabam por assumir um papel quase semelhante ao da alteridade grega, num movimento ainda iniciado em fins da fase cícero-augustana. Entretanto o império é bem maior e a atenção não pode se restringir a eles, outros povos também precisam ser considerados.

2. Mito, memória e história: a vertente romana da historiografia clássica

2.1. ENTRE GREGOS E ROMANOS, A HISTÓRIA COMO "FILHA" (INVENÇÃO) DA CIDADE. **2.2. A HISTÓRIA COMO CONSTELAÇÃO DE GÊNEROS LITERÁRIOS NA ROMA ANTIGA**. **2.3. OS LUGARES DA CIDADANIA ROMANA E A VIVÊNCIA DA AUTORIA NA POÉTICA LATINA DA HISTORIOGRAFIA**.

2.1. ENTRE GREGOS E ROMANOS, A HISTÓRIA COMO "FILHA" (INVENÇÃO) DA CIDADE

HARTOG (1999), em seu estudo sobre Heródoto demonstra como o discurso sobre o "outro", no caso os citas, articula-se com a operação historiográfica, na busca da legitimidade de seu espaço, fazendo confluir a história e a antropologia, conjugando no "pai da História" a figura do agrimensor, que demarca a terra e, ao traçar-lhe limites, concede-lhe sentido e significado.

Pois bem, tal proposição, segundo o próprio HARTOG (2001), e com ele concordamos, encontra a mais ampla realização apenas com a expansão romana. É a partir dela que se pode formular a ideia e o projeto de uma história universal, inaugurados por um grego Políbio (e, também, os de uma geografia universal em Estrabão): sob o impacto das conquistas mediterrâneas de Roma, o espaço até então multidiverso requer urgente uma ordenação, uma operação de sentido, urge tornar-se um mundo único, universo, dotado de coerência e sentido. Os romanos se lançarão meticulosamente a essa tarefa, nominando e identificando aqueles com quem esbarram ou de quem tomam conhecimento em seu movimento expansionista.

A História que tratamos aqui, a História "não comissionada[86]", ***Historía***, à semelhança da Filosofia, é filha da ***pólis***, nasce da vida cívica, é inventada nos quadros políades e neles ganha sentido[87]. Por isso, antes de tudo, ela é política (ou cívica) e narra, descreve e interpreta o fenômeno político por excelência, o qual tanto pode selar o destino de uma cidade como trazer-lhe maior ***gloria***: a guerra (***bellum***). Nela, mais que em outras atividades humanas, se joga o seu destino.

"*(...) a guerra que tomei a cargo registrar por escrito desde seu começo é a maior de todas as que já tiveram lugar*" assim justifica Tucídides a sua obra (HARTOG 2001: 11), e o mesmo vale para Heródoto, Xenofonte, Políbio e muitos mais. Todos aqui herdeiros de Homero[88].

Se a História é o relato de acontecimentos memoráveis os quais por tal qualidade requerem um cronista, Collingwood sente-se autorizado a dizer, e com razão, não fazer o historiador mais que a autobiografia de sua geração[89], e a noção de autobiografia é aqui algo muito bem apropriado por nos remeter, mais uma vez, ao egotismo das obras "não comissionadas".

---

[86] HARTOG observa-nos existirem antes dos gregos diferentes escritas da História em diferentes sociedades, mas estas ou eram comissionadas por um poder político (o monarca) ou emanadas do religioso (sacerdotes), portanto sendo voz de algum outro que não a si próprio, o qual lhe imprime caráter de oficialidade e conclui "*se os gregos inventaram alguma coisa, é menos a história que o historiador enquanto o sujeito que escreve*" (1999, p. 17), aquele que reivindica para si a narrativa, assinando-a como sua. Assim, o historiador inclui-se no grupo dos intelectuais egóticos, ciosos da personalidade autoral de seu discurso, do qual também fazem parte outros intelectuais, como os médicos e os filósofos, todos surgidos entre o século VI e IV a. C.

[87] Quando se diz isso entendemos a expressão não no sentido mais restrito de ser elaborada necessariamente por cidadãos sobre a sua própria cidade em um viés patriótico de cada *polis*, mas no mais amplo de condições para o seu surgimento (ou melhor, invenção) e de como a sua problemática e instrumental estão associadas às estruturas políades. Para o problema em si não é relevante de onde provenha o autor (leia-se proveniência no sentido particular de grupo social, área geográfica ou identidade étnica). Se Tucídides era ateniense, Heródoto meteco (depois cidadão de Túrios, fundada por atenienses no sul da Itália), mas escreveu em jônio e vinha da Ásia Menor, uma região de fronteira, voltada para o Oriente, as mesmas terras onde "nascem" a Filosofia e a Medicina.

O importante é que ambos, curiosos de entender os fenômenos grandiosos a envolverem a mais brilhante das ***póleis*** de então, encontram nas práticas sociais desenvolvidas no interior dos quadros políades (ou cívicos) o ponto de partida de suas reflexões e o ambiente adequado para desenvolverem o ferramental historiográfico. A proveniência no sentido mais restrito, porém, ganha relevância ao abordarmos como as questões de etnicidade são contempladas no bojo do discurso historiográfico a exemplo do examinado já na seção 3 deste capítulo.

[88] Apesar de Heródoto, em virtude de outras afinidades, sobrepujar nesta filiação os demais nesta filiação.

[89] R. G. COLLINGWOOD, The Idea of History, Oxford, Oxford University, 1961, p. 26-27 *apud* HARTOG 2001, p. 12.

Ora, como a estrutura políade (cívica) se desenvolve de início no mundo helênico, a ideia, o nome, a técnica e o método são todos gregos. Com a História, sem significar qualquer atitude de desprezo em relação ao divino, a interpretação política dos fenômenos rapidamente se desloca do sagrado, ainda muito presente em Heródoto, para o secular como o achamos já em Tucídides. Nesse campo, porém, ao lidar com o discurso mitológico, a História, goza de uma ambivalência não compartilhada, por exemplo, pela Filosofia.

Produtos da publicização da vida social, ambas se colocam à parte do mundo dos mitos e, embora deles se utilize, os fazem passar pelo crivo da crítica, colocando-os em suspeição, questionando-os em busca de respostas para as suas inquirições. Para o filósofo esta atitude lhe renderá, em maior ou menor grau, um caráter de *outsider*, gozando da desconfiança da maioria dos seus concidadãos, por desenvolver um discurso cada vez mais técnico (e dir-se-ia hermético), incompreendido pela a maioria da sociedade ainda imersa no mundo mítico tradicional.

Para a História e seus artesãos o resultado não será o mesmo. Por um lado, dissemina-se no seu campo, em alguma medida, o mesmo ceticismo dos filósofos em relação aos mitos, chegando vários historiadores a flertarem com a Filosofia[90], fazendo papel de 'estraga-prazeres' quanto à memória coletiva veiculada através das tradições míticas e das epopeias. Contudo, por outro lado, no mundo clássico, a História, nunca deixou de ser também uma espécie de saber prático, do qual se buscava tirar lições e ensinamentos para a ação política. A racionalidade cronológica (sucessão diacrônica) desenvolvida pelos historiadores é bem esse espelho de duas faces. Por isso a sua também estreita relação com a arte da persuasão, a Retórica e, assim, por seu turno, também haurir a ambição de contribuir para a memória coletiva, por mais heterogêneos possam ser os caminhos da História e os da memória coletiva ou da tradição[91]. Daí a ambivalência.

---

[90] "*O historiador criticou o filósofo, travestiu-se de filósofo ou, em resposta ao filósofo, empenhou-se em mostrar que a história era filosófica*" e, também, citando Dionísio de Halicarnasso, diz da História não ser mais que "*uma filosofia a partir de exemplos*" (HARTOG 2003: p. 14; 2001: p. 19).

[91] "*(...) a História é precisamente a não-memória, uma disciplina sistemática que procura apoiar-se em mecanismos e controles bastante diferentes daqueles acionados pela memória, frequentemente desmentindo-a*" (CARDOSO s.d.: p. 35/36).

Entre gregos e romanos, o tom político nascido da ***pólis*** ateniense assume em Roma, pela ênfase atribuída ao ***mos maiorum***, um caráter nitidamente moralizante. Assim, se em Atenas o privado é secundarizado e até apagado, às margens do Tibre esse mesmo privado assume uma dimensão pública. Enquanto, em Atenas, por exemplo, como nos diz Tucídides pela boca de Péricles (ou seria o inverso?) na oração fúnebre aos mortos do primeiro ano da Guerra do Peloponeso, se faz admissível achar na mesma pessoa um excelente cidadão e um péssimo pai ou marido[92], entre as elites romanas isso já não é possível.

Daí a historiografia latina tornar-se cada vez mais fornecedora de exemplos (***exempla***), alimentando os discursos oratórios, e consubstanciando o hábito de se explicar o sucesso ou não de um povo e de suas iniciativas, entre elas a guerra, através da evocação de seus costumes e de sua reputação. Ou seja, no seu modo de ser, na sua identidade. Nos quadros da ***politeia*** ou da ***res publica*** a palavra falada destaca-se dentre as técnicas mobilizadas para a disputa do poder. Dito assim parece natural o casamento entre a História e a arte da persuasão, a Retórica como técnica do domínio da prática oratória, afeiçoando-se uma à outra, e a aceitação de suas técnicas e ensinamento pela cidade. Mas não é o que ocorre a respeito de seu reconhecimento pela cidade. Ao menos, não de início, quando se trata de Roma.

Entre os gregos, a força de persuasão chega a ser elevada à condição de divindade – ***Peithó*** – e não tarda que o empirismo dos debates públicos seja sucedido por um esforço reflexivo, do qual resulta nessa teoria da arte de persuadir, a Retórica, cuja pretensão era a de poder se transmitida, ensinada a outrem.

Desenvolvida pelos sicilianos, cultivada pelos sofistas, adentrou em solo latino no séc. II a.C. A reação foi imediata. Em 161 um *senatus* consultum provocado pelo pretor Marcus Pomponius determina a expulsão de retores gregos, e também dos filósofos, toda essa gente que vem ensinar matérias estranhas aos antepassados. Algum tempo depois, em 92 a.C., mais outra medida. Desta vez proveniente dos censores. A motivar tal repressão não deve ter estado ausente o fato de, no ano

---

92 "*(...) Mesmo para alguns menos louváveis por outros motivos, a bravura comprovadas na luta por sua pátria deve com justiça sobrepor-se ao resto; eles compensaram o mal com o bem e saldaram as falhas na vida privada com a dedicação ao bem comum*" (TUCÍDIDES, II, 42). A este respeito, consultar CABECEIRAS, 2011.

anterior, ter sido aberta a primeira escola de retores latinos m ano antes por iniciativa de L. Plócio Galo, um cliente de Mário. Os censores, pertencentes à facção adversária, decidem pelo fechamento de todas as escolas de Retórica em Roma, em razão de entenderem-nas como um pernicioso afastamento do ***mos maiorum***: *"Os nossos ancestrais estabeleceram o que desejavam que seus filhos aprendessem e que escolas deveriam frequentar. Essas inovações, que contrariam as tradições e os costumes dos nossos ancestrais, não nos agradam nem nos parecem corretas"* (SUETÔNIO, *De grammaticis et rhetoribus*, XXV, 2)[93].

Ambas as ações, como se pode imaginar, resultam totalmente inócuas, bastando o decurso do tempo de duas gerações para nem sombra desse questionamento achar-se mais. Ao contrário, essas escolas chegam a gozar, no declinar do século I a. C., do mais franco sucesso, compondo sua clientela entre jovens oriundos de todos os segmentos da elite romana, estruturando a forma dominante do ensino superior.

É bem verdade, estamos no alvorecer do Principado, com o refluxo da vida cívica[94] e os debates públicos nas esferas do poder já não se davam mais como antes. Cair no desagrado do príncipe, literalmente, poderia significar para o infeliz orador a perda de sua cabeça[95]. O domínio de tais técnicas, cuja efetividade se daria na tomada pública de decisões pela cidade, já não faria mais sentido, foram tornadas inócuas em decorrência da concentração de poder nas mãos de um só.

---

[93] Na íntegra o trecho no qual se insere a afirmativa destacada (SUETONI, *De grammaticis et rhetoribus*, ed. et commentario criticis Rodney Potter Robinson, Paris: Édouard Champion, 1925:

> De eisdem interiecto tempore Cn. Domitius Aenobarbus, L. Licinius Crassus censores ita edixerunt: Renuntiatum est nobis, esse homines qui novum genus disciplinae instituerunt, ad quos iuventus in ludum conveniat; eos sibi nomen imposuisse Latinos rhetoras; ibi homines adolescentulos dies totos desidere. Maiores nostri, quae liberos suos discere et quos in ludos itare vellent, instituerunt. Haec nova, quae praeter consuetudinem ac morem maiorum fiunt, neque placent neque recta videntur. Quapropter et eis qui eos ludos habent, et eis qui eo venire consuerunt, videtur faciundum ut ostenderemus nostram sententiam, nobis non placere (XXV, 1-2).

[94] A expressão "vida cívica" (e suas congêneres), em nosso estudo, remete ao tipo de política própria das configurações sociais políades.

[95] TÁCITO, *Dialogus de Oratoribus*, 38 (em trad. de Agostinho da Silva): "[...] *a meio da época do divino Augusto, já quando a longa quietação da época, o continuado sossego do povo, a assídua tranquilidade do Senado e, sobretudo, a disciplina do príncipe haviam apaziguado tanto a eloquência como todo o resto* ([...] mediis divi Augusti temporibus habitae, postquam longa temporum quies et continuum populi ***otium*** et assidua senatus tranquillitas et maxime principis *disciplina* ipsam quoque eloquentiam sicut omnia alia pacaverat)."

Entretanto isso não explica tudo. A raiz da polêmica desse seu particular ingresso deve ser buscada nos dilemas identitários vividos por Roma na ocasião. É em virtude deles que toda essa diatribe se desencadeia. O conflito ou não teria existido, ou teria assumido bem menores proporções, se prevalecesse uma firme consciência de si, como temos notícia a respeito de sua introdução em outros sítios de mesma natureza no auge da vida cívica[96].

A explicação para essa recusa inicial, a nosso ver, estaria no fato dela ter sido percebida como uma usurpação das prerrogativas do ***pater familias***, pois era dele a prerrogativa de orientar e ensinar o seu filho nas lides políticas. Com o próprio, com o seu exemplo, aprender-se-ia tudo o que se deveria aprender para ser um bom cidadão. Pois bem, essa referência patriarcal é elemento constituinte básico em qualquer arranjo identitário que se pretenda romano. Situado no nível mais profundo do universo mental coletivo, em virtude do seu caráter relacional compõe a utensilagem mental romana (CIZEK, 1996: p. 15-21), daí podermos dizer ser a mentalidade romana patriárquica.

Aplica-se o mesmo princípio para rejeitar a ideia de escola e a contratação de professores, os quais na sua quase totalidade eram gregos e, agravante, de condição servil. Estrangeiros e/ou escravos, o que os romanos, livres e senhores do mundo teriam a aprender com eles? Como abrir mão da autoridade paterna sobre a educação dos filhos? 'Escola' provém do grego ***scholé***, ócio (latim ***otium***), algo que, por ser antagônico ao nobre ***labor***, soava como muito pouco romano para setores importantes da sociedade. Todas essas coisas, porém, repudiadas de início, por se tornarem símbolo de *status*, com as transformações socioeconômicas, acabam levando à rendição meio a contragosto desses setores.

Todavia na requintada sociedade imperial, mesmo ausente das esferas de decisão política, a Retórica acha-se presente, axial mesmo, no conteúdo a ser ministrado nas escolas, na formação de qualquer jovem "bem nascido", e como ferramenta para a boa a prática do ofício desde advogados, passando pelas narrativas historiográficas e chegando aos poetas, pois todos escrevem suas obras

---

[96] Em Atenas, por exemplo, houve reação inicial a esse ensinamento, mas bem menor que a rejeição alcançada em Roma, vide a identificação de Sócrates como um sofista e o modo como esta identificação é representada na comédia As Nuvens (Νεφέλαι) de Aristófanes.

para serem declamadas, conforme a prática da época, tal arte não deixa de lhes ser de grande serventia.

Ao lado da citada Retórica, a Medicina é também outro terreno problemático, um excelente exemplo de como, justamente por estar identificada ao pensar e agir à grega e, nesta cultura, achar-se mesclada à prática cirúrgica. Em algum momento, no solo da Hélade, chegaram mesmo a estar umbilicalmente unidas. Tudo indica terem os cirurgiões, em um momento mais recuado da história grega, gozado de grande prestígio. A associação a certas divindades seria um remanescente de tal época: Hefesto, o deus do fogo, assistira Zeus no parto de Atena, fazendo-lhe uma trepanação no cérebro, e, sobretudo, Quíron ou Quirão: filho do deus Cronos, preceptor de deuses (Apolo e Asclépio) e de heróis (Aquiles e Jasão), o seu próprio nome remete-nos à ideia de cirurgião[97].

A substituição de Quíron por Asclépio como imagem que melhor encarna o saber médico revela-nos como, com o passar do tempo, a atividade do cirurgião acabou por perder *status* entre os próprios gregos. Sem dúvida, neste processo, não terá deixado de contribuir o avanço do escravismo, afinal é próprio de sociedades escravistas a baixa qualificação social de profissões vinculadas às atividades manuais: não havia cirurgia nos templos dedicados a Asclépio, e o mesmo sucede quando este deus é deslocado por Apolo na posição de deus da medicina.

O desprestígio da cirurgia mantém-se, para além da medicina mágico-religiosa praticada nos templos de Asclépio, na medicina racional do *Corpus hippocraticum*. No juramento de Hipócrates, até hoje pronunciado, embora revisto e em várias versões, em quase todos os cursos de Medicina do mundo, interditava-se ao médico o uso da faca (ou do bisturi). Diz-se: "*Por Apolo* [e Asclépio, Hígia, Panaceia e todos os deuses]*. Não usar da faca nos doentes com cálculos, mas deixá-la-ei para as pessoas que dela se ocupam*" (*Hippocraticum Ius Iurandum*, 5)[98].

---

97 O termo "cirurgia" é proveniente do grego ***keirourgía*** ou ***chirourgía***, através do latim ***chirurgia***, resultado da junção de dois termos: ***kheír***, mão e ***ergon***, trabalho, portanto "trabalhar ou agir com as mãos", completamos, atos operatórios sobre um corpo vivo.

Também da raiz ***kheír*** nos vem o nome do mais sábio dos centauros, na mitologia grega, Quíron (***Kheíron***) ou Quirão, filho da união de Cronos (o Saturno dos romanos), metamorfoseado em cavalo, com uma mortal. Alguns estudiosos defendem a ideia de ser o nome desse centauro a forma abreviada de ***kheirurgós***, "cirurgião", "aquele que trabalha com as mãos".

98 Em http://warj.med.br/pdf/juramento.pdf pode se ter acesso ao texto original em grego do juramento e a tradução proposta por Wilson Alves RIBEIRO Jr., autor do artigo para o texto. Na passagem

Entretanto, no mesmo *Corpus*, há orientações sobre práticas cirúrgicas e são reveladas noções anatômicas só obtidas através do conhecimento de tais práticas. Afinal, uma vez desenvolvido, era este um saber e uma arte não desprezíveis para povos que tinham a guerra em alta conta.

Assim, se para os gregos se firmaram duas vertentes, a mágico-religiosa e a natural-racionalista, das quais Asclépio e Hipócrates respectivamente são exemplos, para os romanos nem uma nem outra vertente da Medicina logrou firmar-se como prática dos próprios romanos[99], permanecendo um domínio estrangeiro e, por excelência, grego. Acabam por confundir as duas vertentes. O termo "asclepíades" (originalmente, um sacerdote do *asclepeion*) populariza-se, em Roma, como sinônimo de médico, e também apelido de médico e até nome próprio. Asclepíades (muito provavelmente um pseudônimo), *e.g.*, seria já o nome do primeiro médico grego de sucesso a se ter memória em Roma, aonde chega em 91 a.C.

Considerada indigna de um cidadão a prática da arte de curar, permanecerá quase restrita aos escravos (a Cirurgia) e aos gregos (a Medicina). É notável o fato da maioria dos médicos no império serem provenientes das antigas monarquias helenísticas. É o caso de Galeno (129 - 199 d.C.), oriundo da província helenística de Pérgamo, parte oriental do Império Romano, e autor de importantes descobertas anatômicas resultantes de seu trabalho como cirurgião de gladiadores e soldados, considerado, mais tarde, a maior autoridade entre os médicos da Antiguidade.

---

citada a proposta é: "não operarei ninguém que tenha a doença da pedra, e cederei o lugar aos homens que fazem isso" (p. 4). E ao comentar o trecho afirma: "*O parágrafo 5, finalmente, a despeito de extensivas análises, continua obscuro até o presente. Pode ser uma referência à colelitíase, doença que acumula pedras na vesícula biliar, à separação entre 'Medicina' e 'Cirurgia', ou talvez uma recomendação genérica, ainda válida, de que o médico não deve aventurar-se a fazer coisas de que não tem pleno conhecimento...*" (p. 5). De tal sorte que preferimos manter a tradução consagrada, a qual sem se afastar da semântica preconizada por RIBEIRO dá ênfase ao instrumental, exibindo um entendimento disseminado nas sociedades que transmitiram tal juramento (Joffre M de REZENDE, Juramento de Hipócrates, http://usuarios.cultura.com.br/jmrezende/orkos.htm acesso em 18jun2012).

[99] Há um templo de Asclépio ou Esculápio na ilha tiberina, desde 293 a.C., estando o seu ingresso vinculado às tentativas de se debelar uma peste que então grassava em Roma. A localização do templo não era de todo despropositada, pois até a construção do templo ela era vista como um lugar de maus presságios, poucos se aventurando até lá. Havia uma lenda que dizia ter ela surgido após ser atirado o corpo de Tarquínio o Soberbo, morto, no rio Tibre.

Esta rejeição permanece ao longo de toda a história romana e dela nos dá testemunho Plínio o Velho (23 - 79) ao citar Catão o Censor[100] (234 - 149 a.C.):

> Isto pode entender-se melhor a partir das palavras de Marco Catão, cuja autoridade, devido ao seu triunfo [militar] e ao seu exercício da censura não precisa ser sublinhada, já que fala por si mesma. Citarei, portanto, suas próprias palavras:
>
> A respeito desses gregos, Marco, meu filho, falar-te-ei no lugar adequado. Mostrar-te-ei os resultados de minha própria experiência em Atenas: que é uma boa ideia conhecer, mas não aprendê-la em detalhe. Convencer-te-ei de que eles são as pessoas mais iníquas e intratáveis. Podes aceitar as minhas palavras como as de um profeta: cada vez que aquele povo nos fizer chegar a sua literatura, ela corromperá tudo, o que acontecerá ainda mais cedo se enviarem aqui os seus médicos. Eles conspiraram entre si para assassinar todos os estrangeiros com sua medicina, uma profissão que exercem por dinheiro de modo a ganhar nossa confiança e despachar-nos mais facilmente. Chamam-nos também constantemente de bárbaros, estigmatizando-nos mais vilmente do que outros povos, considerando-nos rudes ou atrasados. Proíbo-te de ter algo a ver com médicos (História Natural, XXIX, I, 13-14)[101].

Contudo também há entre as novas práticas as isentas de tanta celeuma. Assim, esse refinamento helenístico dos costumes vai marcando presença, por todos os segmentos sociais, nos mais variados setores. As novas práticas rotinizam-se rapidamente, indo desde o aparecimento, no séc. II a.C., da moda de cortar os cabelos e a barba até a disseminação de uma "indústria de cópias" das obras de arte gregas destinada à ornamentação das ricas mansões. Um pouco mais e também as práticas esportivas, de uma adesão restrita (antes apenas como preliminar às romanas estufas), com a helenização dos padrões de beleza masculinos, passam a gozar de crescente prestígio.

---

[100] *Marcus Portius Cato* ou Catão "o Antigo" ou "o Censor" tornou-se censor em 184 a.C.

[101] Texto original em http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Pliny_the_Elder/, acesso em 15jul2012:

> [...] quod clarissime intellegi potest ex M. Catone, cuius auctoritati triumphus atque censura minimum conferunt; tanto plus in ipso est. Quam ob rem verba eius ipsa ponemus:
>
> Dicam de istis Graecis suo loco, M. fili, quid Athenis exquisitum habeam et quod bonum sit illorum litteras inspicere, non perdiscere. Vincam nequissimum et indocile genus illorum, et hoc puta vatem dixisse: quandoque ista gens suas litteras dabit, omnia conrumpet, tum etiam magis, si medicos suos hoc mittet. Iurarunt inter se barbaros necare omnes medicina, sed hoc ipsum mercede faciunt, ut ***fides*** iis sit et facile disperdant. Nos quoque dictitant ***barbaros*** et spurcius nos quam alios Οπικων appellatione foedant. Interdixi tibi de medicis.

O cenário também é remodelado. De certo modo, a arquitetura dá maior visibilidade a esta "helenização". O esmero dos grandes de Roma na edificação luxuosa dos seus jardins domésticos teria, para Grimal (*apud* ROBERT, 1995: 63); o objetivo de imitar os parques dos reis helenísticos. Mas há marcas mais evidentes: a primeira basílica em estilo grego, para a administração da justiça é de 184, na censura de Catão; em 179 temos a basílica *Aemilia* e, em 165 a. C., rigorosamente simétrica a esta, a *Sempronia*. E, afinal, é de 27 a. C. a construção do primeiro anfiteatro de pedra.

Entre as técnicas e práticas carimbadas como gregas, diversamente do ocorrido com a Retórica, com a Medicina, e também com a Filosofia[102], não parece ter pesado sobre a História nem a menor dificuldade. Isso apesar de se manter, como os demais saberes, grega no nome, terem sido as primeiras obras escritas em grego (Fábio Píctor, *u.g.*) e, neste caso em particular, mesmo quando parecem estar enraizadas fortemente em uma tradição romana (caso dos analistas), mal disfarçam o seu débito com a escrita grega da História:

> [...] em Roma, o elemento comum entre crônica pré-literária a analística literária é bem diferente: a crônica pré-literária tem um caráter oficial, magistral, estatal; as eventuais outras fontes da memória histórica (poemas conviviais, *laudationes* fúnebres, etc.) deixam-se entrever com dificuldade, mas, mesmo sendo admitidas, parecem celebrar sobretudo a glória [***gloria***] das *gentes* ou de personalidades específicas, sobretudo na sua relação e nos seus méritos para com a cidade.
>
> A analística nasce em Roma decerto sobre a trilha da historiografia grega; e mais, os primeiros analistas (Fábio Pictor e Cíncio Alimento) escrevem mesmo em grego; e também os autores posteriores, de Catão, que escreve as Origens em latim, a Semprônio Asilão, que tende a reproduzir e a aplicar o método de Políbio, de Salústio, que tem presente o modelo de Posidônio, a Tácito, que, por vários aspectos pode ser aproximado de Tucídides, e assim por diante, confrontam-se com o modelo historiográfico grego e dele reproduzem decerto tantas características, introduzindo, assim, nas suas obras, formas e expressões típicas de uma experiência historiográfica fundada sobre outros princípios; e ainda assim no fundo de grande parte da historiografia romana, resta aquela característica de literatura estreitamente ligada ao poder político, à cidade, de literatura destinada à celebração e à justificação de Roma (Domenico Musti *in* CAVALLO 2010: 192).

[102] Vimos os filósofos expulsos em 161 de Roma, juntos com os retores, mas não foi esta a única vez. A mesma sanção lhes foi imposta antes (em 173) e depois (155 a. C.).

Em fins do século III a. C., mal Fábio Pictor (*L. Quintus Fabius Pictor*) inaugura um tipo de escrita da História depois chamada de analística, obras semelhantes acabam por aparecer. Cíncio Alimento, contemporâneo, é quem lhe está mais perto, mas no século seguinte Calpúrnio Pisão ainda o seguirá bem de perto. A ideia de escrever os eventos numa sucessão anual teria sido inspirada na prática dos sacerdotes pontífices de anotar em uma tábua branca com cal (a *tabula*) os acontecimentos memoráveis do ano (vitórias, calamidades, prodígios) e afixá-la à entrada de sua casa.

Pictor era primo de Fábio Cunctator (o Contemporizador), notabilizado em sua luta contra Aníbal, membros da *gens Fabia*, uma das mais proeminentes da República, no centro do poder. Diante do prestígio e importância de Roma, firmada a sua hegemonia no Mediterrâneo com a derrota de Cartago, não podia confiar apenas a gregos o relato das ***glorias Romanae***. Era preciso que o lado romano fosse ouvido com justeza e as suas vitórias eternizadas. A saída de estruturar o relato histórico numa disposição analística fazia parecer um engenho próprio à medida que o grego atendia por ser uma língua franca.

É interessante observar a produção dessas primeiras obras em grego (demonstrando certa familiaridade das elites com o idioma e o seu trânsito nos circuitos helenistizantes do Mediterrâneo), caracterizando efetivamente o seu caráter de uma técnica importada, mas sem a problematização que cercou as práticas que acabamos de vistoriar.

Talvez, essa ausência de beligerância aqui exibida, possa ser explicada pela apresentação inicial no formato analístico (remetendo às tradições romanas), ou pela percepção precoce de sua importância como técnica de construção da memória, ou ainda por ser um apanágio das elites, fundamental na manutenção de seus privilégios e na difusão de sua ***gloria***. Outrossim, poderia ter falado mais alto o interesse político-ideológico, sustentando, num primeiro momento, a motivação mais pragmática de justificar e legitimar para o universo da ***koiné***[103] a expansão romana.

---

[103] O universo da ***koiné*** (universo no qual se disseminou o falar grego típico do período alexandrino, tb. chamado de grego helenístico, grego bíblico, grego koiné ou dialeto comum, κοινὴ διάλεκτος) abrangia desde o Oriente Próximo das conquistas de Alexandre Magno até o *farwest* mediterrânico, tornando-se a língua franca mesmo no Ocidente.

Hipóteses que buscam dar conta da ausência de conflito no ingresso da escrita história em Roma.

Entretanto, a obra legada por Catão o Censor (234 - 149) neste campo, pode ter nos deixado o testemunho que, mesmo sem o calibre e o potencial conflitivo constatado nas demais práticas, o processo aqui poderia ter sido menos pacífico do que aparenta à primeira vista. O estudo hodierno da centena de fragmentos de *Origines* (Origens)[104] nos permite concluir: trata-se de um texto único no conjunto da produção historiográfica, bastante idiossincrático, seja de matriz grega ou latina.

Enquanto os seus antecessores romanos mantinham a tradição analística através de obras escritas em grego, Catão escreve em latim, algo até então inédito na prosa historiográfica, e rompe com a recém-nascida tradição analística (de narrar rigorosamente os eventos ano a ano) e adota uma narrativa cronológica mais livre, introduzindo digressões, discursos diretos e maravilhas à moda grega. Faz pensar em uma inspiração herodotiana, aproximando-se, neste aspecto, bem mais da operação historiográfica grega.

O texto, apesar disso, não recebe maiores ornatos estilísticos[105], a despeito dos gregos a lhes servir de inspiração. A narrativa é concisa, o estilo simples e sem adornos. Os fatos continuam a ter larga primazia sobre a expressão literária.

Tendo empenhado a energia de seus últimos anos e a reflexão de toda uma vida a escrever a sua história do povo romano é esta a sua mais importante obra, tendo quase o valor de um testamento. Nela todas as causas pelas quais lutou se fazem aí presentes, entretecidas num fio narrativo que mergulha nas origens e chega até o seu próprio tempo. Como legado é uma demonstração gritante da

---

104 A edição elaborada por Hermann Peter em *Historicorum Romanorum Fragmenta*, Leipzig, Teubner, 1883 (pp. 40-67), contabiliza 143 fragmentos. Todos podem ser acessados no original latino em http://www.forumromanum.org/literature/cato/origines.html (Marcus Porcius Cato: Origines), página mantida pelo Projeto Attalus.

105 A ausência desses recursos próprios da oratória faz Cícero aproximar Catão de Pictor, de Calpúrnio Pisão e da tradição analística, notando-lhes a rusticidade da escrita, o não saberem ornar um discurso, pois "*desde que se compreendesse o que diziam, julgavam que o único mérito oratório era a brevidade* (dum intellegatur quid dicant, unam dicendi laudem putant esse breuitatem [*De Oratore*, II, 53])". Todavia a rusticidade não é empecilho para Cícero redigir a sua digressão histórica, inserida no *De Re Publica*, em conformidade ideológica bastante próxima, declarada e executada, às *Origines* de Catão. Vários paralelos podem nelas ser encontrados (vide *infra* p. 154/155).

consciência étnica romana. Tal qual centro de gravidade, a sua luta toda se centrou na tentativa de antepor um dique àquelas novidades trazidas na enxurrada das modas mediterrânicas[106], segundo o seu juízo nada afim à personalidade romana e, assim, objetivando a preservação dos traços identificados como característicos da identidade romana de contágios exóticos.

O título ("origens") segue o hábito de nomear uma obra pelo seu início e, de fato, define o livro e o percurso realizado: a afirmação de uma origem, vimos, é o elemento distintivo da etnicidade em face das demais identidades. Bem assim, no caso de Catão, a constante referência a uma grecidade sempre interrogativa. Daí as opções que faz salientar (os realces). Adotando as estruturas narrativas gregas, mencionamos o emprego do vernáculo, do idioma pátrio.

Mais outra distinção, não segue a perspectiva mediterrânica das obras gregas do período, cujo melhor exemplo é Políbio. Tão pouco se mantém restrito à cidade de Roma. Mais uma inovação, o horizonte de Catão é italiota. Na sua narrativa, os povos todos da península estão incluídos como a dizer que Roma era maior que a urbe e que todos tinham parte no mesmo destino, acentuando os laços que a todos unia. Este fato se revelara decisivo na Guerra Anibálica, contrariando as esperanças do púnico em despertar um levante geral entre os aliados italiotas de Roma.

---

[106] A reação de Catão nos recorda a Revolta dos Macabeus (narrada em Primeiro e Segundo Macabeus, *i.e.* 1 e 2Mc) entre os judeus contra as medidas de Antíoco Epífanes. Neste conflito é que vemos surgir, em grego, os termos *Hellēnismós* (Ἑλληνισμός) e *Ioudaïsmos* (Ιουδαϊσμός) cujos registros mais antigos ocorrem em 2Mc, obra escrita *c.*100 a.C. No texto bíblico em questão o primeiro termo significava a adesão à moda helenística com o abandono das tradições tidas como mais caras ao povo judeu (2Mc 4, 13) e o segundo a reação visando a preservação e, conforme o caso, a retomada dos antigos costumes judaicos (2Mc 2,21; 8,1; 14,38). Se comparado a Roma, o embate aqui veio a assumir um tom mais violento em virtude das enormes diferenças entre as práticas religiosas dos dois povos, e neste terreno, não à toa, o conflito acabou por tomar corpo. Não obstante, vitoriosa a reação, a sua própria elite dirigente não se mostra avessa a um helenismo depurado dos seus aspectos mais problemáticos à identidade judaica. A quase simultaneidade ao que se passava em Roma com Catão, dos eventos narrados nos dois Macabeus (séc. II a.C., um não é continuidade do outro, são mais ou menos paralelos) permite-nos compreender melhor a força dessas "novidades culturais".

Justamente centrada na categoria de "fronteira étnica", cumpre indicar a mais antiga aplicação do aparato conceitual barthiano ao caso: a dissertação de Mestrado de Leandro Carrari de OLIVEIRA, A construção da identidade étnica judaica em I e II Macabeus, defendida na História da Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2004. Mais recentemente (2012), ainda sobre este tema, outro viés teórico, uma monografia foi apresentada no Curso de Graduação em História da mesma universidade, de Vinícius Borges de AZEREDO, Os Macabeus: uma visão da revolta dos Macabeus sob o prisma socioeconômico (de 167 a.C. a 134 a.C.).

Composta em sete livros, o primeiro tem início com Eneias e sua descendência, narrando a fundação de Roma e seus reis. Nos dois seguintes, a origem das principais cidades itálicas, fazendo acompanhar de observações geoetnográficas, sem descurar do setentrião, incluindo lígures e gauleses. Dedica o quarto e quinto livros, respectivamente, à Primeira e à Segunda Guerra Púnica, e os dois últimos aos sucessos seguintes, concluindo a obra com o início da campanha contra os lusitanos (Hispânia) em meados do século II a.C.

Outra preocupação tenaz nesta obra é demonstrar ser Roma resultado de um esforço coletivo, obra do Senado e do Povo Romano, evitando mencionar os nomes de qualquer líder ou magistrado. O expediente repete-se em relação aos demais povos, ou cometer-se-ia uma injustiça com os romanos. Não temos como saber se, além de Quinto Cedicio, o único nome aqui identificado, se outros nomes próprios foram mencionados na parte perdida do texto, mas o que dispomos não permite dúvidas a respeito de seu propósito: não dar margem a ânsia pela ***gloria*** pessoal à moda das apologias helenísticas[107] e demonstrar a construção progressiva de um Estado sólido como obra conjunta da nação inteira[108].

Um entre os vários discursos sobre a memória, a operação historiográfica não se restringe apenas ao que sói ser denominado de “História”, por mais que a sua compreensão seja movediça e adquira vários significados até mesmo entre os romanos (a exemplo do já ocorrido entre os gregos).

Ao lado dela, desenvolver-se-ão as biografias (retratos morais de determinados personagens), as antiguidades (***antiquitates***, a que os gregos designam de arqueologias, uma pesquisa sobre as origens de instituições, povos ou famílias), as monografias (dedicadas a um escopo mais limitado), os comentários

---

[107] O episódio ocorre na Sicília durante a I Guerra Púnica: estando o exército romano numa posição desvantajosa para a batalha, um obscuro tribuno militar, *Quintus Caedicius* oferece a si e os 400 dos quais estava à frente para distrair o efetivo inimigo, enquanto o cônsul dispõe melhor as suas tropas, salvando o exército romano. A missão suicida é bem sucedida e, apesar de muito ferido e tendo perdido muito sangue, surpreendentemente o tribuno sobrevive. Catão conclui comparando a ação do tribuno a de Leônidas morto nas Termópilas com os 300, o qual por muito menos tinha angariado muito mais repercussão.

[108] As prioridades de Catão em *Origines* e o modo como estrutura a sua narrativa, assumidamente expresso, voltamos a insistir, fornecem o fio condutor de Cícero na sua digressão a respeito da história de Roma em *De Re Publica* (vide *infra* pp. 154-155). A obra chega incorrupta ao século IV d.C. a ponto de ser a mais citada por Vegécio no *Epitoma Rei Militaris*.

(***commentarii***, exposição despojada de recursos estilísticos de fatos que se deseja recordar) e a analística (narrativa ano a ano dos eventos da cidade, é a forma até onde se sabe mais antiga entre os romanos), entre muitos outros.

Qualquer esforço em priorizar uma das operações sobre as demais, negando-lhes a condição de operação historiográfica é tomar partido em uma questão, escolhendo quais testemunhos são considerados válidos e quais devem ser invalidados entre os antigos, procedendo de modo totalmente arbitrário em algo sobre o qual nem mesmo eles chegaram a formar um mínimo consenso[109].

[109] Esta ausência de consenso, em relação às operações historiográficas, podemos considerá-la como de baixa tensão, bem diferente, por exemplo, daquela disputa em torno do que seria uma epopeia, disputa cuja culminância acabou sendo o desterro cultural do poeta Ovídio e a exclusão das suas *Metamorphoses* das bibliotecas públicas romanas, como demonstramos em CABECEIRAS, 1999.

2.2. A HISTÓRIA COMO CONSTELAÇÃO DE GÊNEROS LITERÁRIOS NA ROMA ANTIGA

> Os estudiosos do nosso tempo, com frequência, consideram a historiografia dos romanos como um gênero único. [...]. Não obstante, geralmente, não conseguem chegar a acordo sobre os limites de sua natureza, abrangência e conteúdo. Estaria a biografia incluída neste gênero? Conviria integrar também as memórias? As respostas divergem de modo geral. O mesmo se dava entre os Antigos. Muitas vezes, os Gregos e os Romanos tinham dificuldades para determinar de forma apropriada os limites da historiografia.
> Assim, hesitavam sobre o sentido exato da palavra 'historia'. […]
>
> Estas hesitações, essas contradições nos parecem realmente muito significativas. é que, na antiguidade, nem o pensamento histórico, nem a prática da técnica dos historiadores teve um centro único. Se referindo ao pensamento histórico, Santo Mazzarino constatava que aos olhos do homem Antigo ela aparecia tal qual um αμέθοδος τάν, um bosque selvagem, sem plano determinado e sem método. […] De fato, em Roma há muitos modos gerais de escrever a história, vários gêneros em suma. A despeito de seu grande prestígio, a analística jamais logrou transformar as outras maneiras de escrever a história em variantes de seu gênero. […] a história constituía um vasto conjunto de gêneros relativamente autônomos. […] Em Roma, mais ainda que na Grécia, a historiografia não tinha um centro único, mas desfrutava de uma estrutura complexa, onde se ordenava de um modo bastante sistemático os seus gêneros.
>
> é pois inútil dissertar longamente sobre a oportunidade de incluir ou não incluir tal ou tal gênero no interior da historiografia. Cada gênero tinha seus próprios traços a lhe permitir integrar-se de um jeito próprio na historiografia (CIZEK 1985, p. 15-16, grifo nosso)[110].

[110] Souvent les savants de notre époque considèrent l'historiographie des Romains comme un genre unique [...]. Néanmois, d'ordinaire ils ne parviennent pas à tomber d'accord sur lês limites d'un tel genre, sur as portée et son contenu. Faut-il incluse la biographie dans ce genre? Convient-il d'y intégrer aussi les memoires? Les responses divergent en general. Il en étaient de meme chez les Anciens. Souvent les Grecs et Romains avaient des difficulties à preciser d'une manière convenable les limites de l'historiographie. En l'occurrence, ils hésitaient sur les sens exact du mot 'historia'. […]

Com efeito, tanto a Antiguidade Clássica resvalou em definir a História, ao fim e ao cabo, tornou-se frequente o falar em Histórias (***Historiae***, cf. CIZEK, 1985, p. 17). Destarte, em um sentido amplo do termo, todos esses outros gêneros polêmicos quanto à sua aceitação como tal, alguns com mais facilidade e outros com menos, são aceitos e incluídos na categoria da escrita historiográfica.

Do mais restrito ao sentido mais amplo, Eugen Cizek mapeia entre os autores antigos quatro significados distintos, desvelando-nos detalhada e minuciosamente o quão polêmica é esta matéria tanto entre os seus praticantes como entre aqueles que ensaiam formular uma poética do gênero[111].

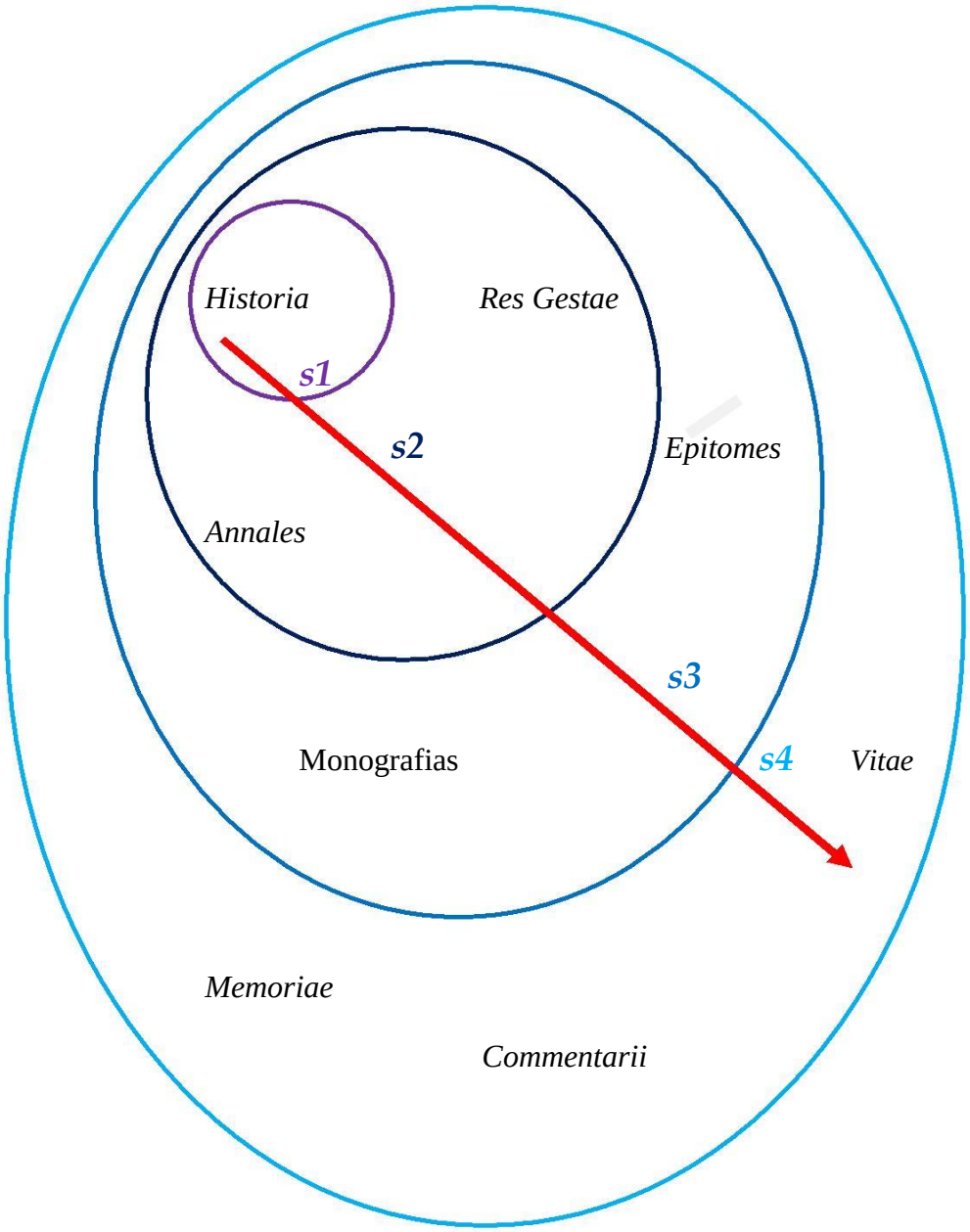
O mais restrito[112] seria o sentido provindo dos gregos e consagrado pela prática de Heródoto, Tucídides e Políbio: investigação, informação, conhecimento e narrativa da informação por esta investigação obtida. Supõe, por suas características, algum conhecimento geográfico obtido por meio de viagens e/ou pesquisas e ter como objeto os acontecimentos recentes ou mesmo contemporâneos ao autor. Dir-se-ia uma crônica dos eventos recentes ou uma crônica contemporânea.

Ces hésitations, ces contradictions nous semblent en fait très significatives. C'est que, pendant l'antiquité, ni la pensée historique, ni la pratique de l'art des historiens n'avaient un centre unique. Se référant à la pensé historique, Santo Mazzarino constatait qu'aux yeux de l'homme Antique elle apparaisait telle une αμέθοδος ταν, un bois sauvage, sans plan déterminé et sans méthode. […] En effet, à la Rome il y a eu plusieurs manières générales d'écrire l'histoire, plusieurs genres en somme. En dépit de son grand prestige, l'annalistique n'est jamais parvenue à transformer les autres manières d'écrire l'histoire en variantes de son genre. […] l'histoire constituait un vaste ensemble des genres relativement autonomes. […] A Rome, plus encore qu'en Grèce, l'historiographie n'avait point un centre unique, mais jouissait d'une structure complexe, où s'ordonnaient d'une manière assez systématique ses genres.

Il'est donc inutile de disserter plus longtemps sur l'opportunité de ranger ou de ne pás ranger tel ou tel genre à l'intérieur de l'historiographie. Chaque genre avait ses propres traits lui permettant de s'intégrer d'une façon spécifique dans l'historiographie.

[111] Além de Cícero, autor do lapidar aforisma *historia magistra uitae* (citada em toda a sua extensão, *infra* p. 107), podem ser também citados Quintiliano (*Institutio Oratoria* X, 31-34), Plínio o Jovem (*Epistulae* V, 8 e IX, 27), Aulo Gélio (*Noctes Atticae* V, 18, 1-9) e Luciano de Samósata, único autor a dedicar ao assunto uma obra específica (Como escrever a História, mas também não pode passar sem menção a paródia História Verídica).

[112] Recordando que se trata aqui de uma operação intelectual na qual a escrita é o meio no qual se expressa o exercício de um julgamento (o ***hístor*** é quem profere uma sentença reta após avaliar os lados de uma disputa), discernindo e apresentando ao leitor o verdadeiro.



OS QUATRO SENTIDOS DA ESCRITA HISTÓRICA

Quando do seu deslocamento para uma história universal ou particular, a partir de Políbio, momento no qual este gênero específico é introduzido em Roma, todas essas características são mantidas (“sentido 1” ou “s1” no quadro acima).

Os romanos rapidamente adotam tal vocábulo, ***Historia***, e o naturalizam (*Ibid*.: p. 17) e por analogia consideram também sob esta designação, incluindo-as como obras abrangidas pelo termo, as oriundas da tradição analística e os ***res gestae*** (“sentido 2” ou “s2”). Em todos os três gêneros aqui arrolados, pois o

primeiro citado (***historiae***) também aqui está contido (são círculos concêntricos), os une o caráter panorâmico ou universal adotado então por esta narrativa.

O terceiro sentido ("s3") alarga o círculo agregando as monografias históricas e os resumos. Em relação às primeiras, o desdobramento ainda é quase que espontâneo, pois o seu escopo, em virtude do recorte circunscrito, na maioria das vezes, é muito similar ao pretendido nas primeiras obras gregas, embora sem a monumentalidade delas. Tal qual, por exemplo, Salústio escreve sobre a Guerra Jugurtina, assim o fizeram Heródoto e Tucídides, respectivamente, em relação às Guerras Pérsicas e a do Peloponeso[113], são todas histórias episódicas.

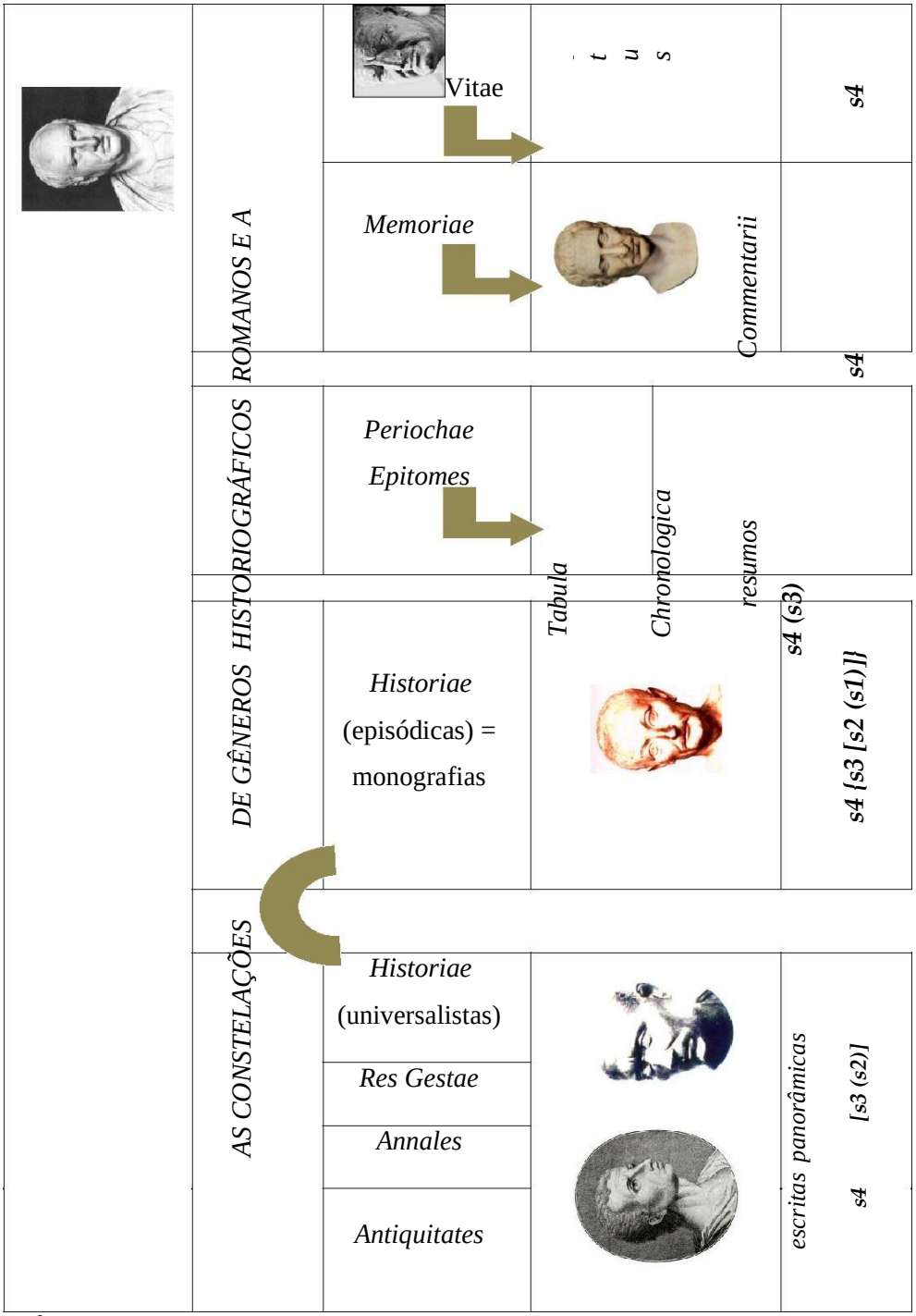
Já o quarto e último ("s4') é, de todos, o mais problemático, por isso o seu caráter periférico. Rejeitados por uns, acolhidos por outros, motivo de hesitação para muitos sobre como classificá-las, biografias e memórias têm destino incerto e nenhum critério seguro de inserção ou exclusão entre os gêneros históricos.

Uma justificativa para incluí-los, além da imprecisão e da falta de consenso a respeito entre os próprios antigos, acha-se na contaminação mútua entre os gêneros historiográficos: os comentários de César, por exemplo, estão organizados analisticamente, ano a ano, e nas vidas de Suetônio há o claro propósito de representar os traços de toda uma época sob a forma particular de biografias dos Césares.

Para essas elites, vinculadas ao imaginário da sociedade cívica (ou políade), a História, como filha da *polis*, constitui-se como um discurso (uma constelação de gêneros) forjado no intuito de compreender este espaço cívico e o mundo no qual está inserido. Em atendimento às necessidades políticas constrói a sua lógica interpretativa nesse horizonte. Pois bem, se tal argumento é válido tanto para o mundo de fala helênica como latina, no caso romano a ênfase em explicações moralistas, resultante da noção axial de ***mos maiorum***, abre espaço para os retratos pessoais inseridos nas próprias histórias ou, à parte, constituindo as ***uitae*** ou biografias, resultado da mesma operação historiográfica.

---

[113] Fato nunca notado na bibliografia consultada a respeito da historiografia romana.



GÊNEROS E AUTORES NA HISTORIOGRAFIA LATINA. As operações historiográficas e os principais historiadores romanos cuja obra foi escrita originalmente em latim: Tito Lívio, Tácito, Salústio, César, Suetônio (na sequência do quadro) e, à margem, Cícero, o teórico da História à romana.

Todo gênero na antiguidade tem a sua obra inaugural e, por conseguinte, os seus inventores, pois era imperioso especificar uma tradição. Assim, Caio Graco o tribuno teria sido o inventor das memórias[114], as quais revigoradas por Sula teriam

[114] Teria escrito uma a partir das suas reminiscências sobre o irmão, Tibério. Para alguns teríamos aqui mais exatamente uma biografia. Há imprecisão a este respeito.

nele um segundo inventor. Varrão, o criador da história universal em Roma, teria sido também o primeiro a escrever biografias. Catão seria o criador das monografias[115], Fábio Pictor o iniciador da tradição literária analística, Semprônio Aselio o inventor dos *res gestae*, ao cesaricida Júnio Bruto caberia a epítome e a Cornélio Nepote a tábua cronológica. Cada gênero no seu tempo e ritmo foi encontrando o seu desenvolvimento (*Ibid*., p. 31-32).

Assim, todos esses gêneros (e subgêneros) que podem ser definidos como historiográficos, conforme se atribua tal ou qual significado ao vocábulo História, formariam a nosso entender, a partir da argumentação de Eugen Cizek, "constelações de gêneros historiográficos" ou "constelações historiográficas"[116], por comporem, atraídos por suas afinidades semânticas, agrupamentos de sentido.

Um rico manancial está à disposição dos grupos que investigando os acontecimentos que sucedem à sua cidade prossegue disputando a representação desse universo e das identidades em conflito. São, pois, os novos fazeres da memória coletiva, "disputando" espaço aos tradicionais. Alguns sendo inventados em sua expressão romana durante o crepúsculo republicano, como é o caso da monografia, atribuída a Salústio, e outros definindo o seu cânone, mas todos sendo contaminados por todos.

História e memória, no mundo clássico a associação é uma recorrência, o evento ou a personalidade memorável é o objeto da História. De imediato, vem à mente o fato da mãe de Clio, identificada como musa da História, Mnemosyne, a deusa da memória, também mãe de Calíope, a musa da Épica. De qualquer modo, já desfrutando de privilegiada posição no panteão grego, entre os romanos o

---

[115] Mais adequado seria atribuir tal precedência a Lúcio Célio Antípatro, século II a.C., autor de uma monografia em sete livros sobre a Segunda Guerra Púnica, com a qual também teria inaugurado em Roma a maneira grega de escrever história ao introduzir discursos diretos e digressões em sua obra. Dela chegou-nos, poucos e breves fragmentos, cerca de sessenta, e o juízo de Cícero (no *De Oratore* II, 54) de tratar-se do romano que mais se destacou no gênero historiográfico (*apud* HARTOG, 2001, p. 146-147, traduzido por Jacyntho Lins Brandão: "Um homem excelente elevou-se um pouco acima da sorte e deu à história uma sonoridade mais forte: Antípatro, do círculo de Crasso. Os outros não foram embelezadores de fatos, mas apenas narradores" ("*Paulum se erexit et addidit maiorem historiae sonum vocis vir optimus, Crassi familiaris, Antipater; ceteri non exornatores rerum, sed tantum modo narratores fuerunt*").
Apesar de Catão o Censor, com *Origines*, ter inaugurado a historiografia romana em latim, esta obra guardava tantas e inúmeras particularidades que, apesar da admiração que muitos lhe devotavam, não encontrou nem êmulos nem sucessores no gênero, exceto, como vimos, pelos pressupostos ideológicos, seguidos por Cícero no *De Re Publica* (consulte-se aqui as pp. 97-99 e 154/155).

[116] CIZEK (1985, p. 17) lhe denomina "*fédération des genres*".

prestígio não é menor, reservando-lhe espaço importante entre os penates. Daí o ***mos maiorum*** e o ***ius imaginum***, entre outras práticas.

À explicação moralizante dos fenômenos políticos e o caráter universal da narrativa, irá se somar, com a desintegração das estruturas cívicas e a ascensão do poder pessoal despótico, como mais outra característica da vertente latina da historiografia clássica, o voltar-se para o passado em detrimento do presente (para o qual os gregos tinham reservado mais apropriadamente o termo ***história***) como objeto de estudo. Afinal, já não se pode mais divergir impunemente de um cidadão, o ***princeps***, o qual, mesmo mantendo as aparências republicanas, agora se mantém estratosfericamente superior, bem acima demais cidadãos.

Adaptava-se a História às novas condições. Já tendo demonstrado um nível de admissibilidade entre os romanos ("*não vedes a que ponto a história é função do orador?*" diz-nos Cícero no <u>*De oratore*</u>, II, 62), dificilmente encontrado por outras práticas importadas dos gregos[117]. A mudança do seu olhar narrativo do presente para o passado, em razão dos novos tempos advindos com o período augustano (apesar das reclamações de um Tácito pela ausência de ***libertas***), é demonstrativo da sua grande plasticidade como gênero, lhe permitindo sobreviver no novo regime.

Essas características, talvez, se devam a dois fatores. Primeiro em virtude da importação do jeito grego de escrever a História (a *Ars Historica*) pela sociedade romana em momento de elevada autoconfiança das elites logo após a vitória da Segunda Guerra Púnica (enquanto as outras *artes* aqui citadas teriam ocorrido em momento posterior de crise social), depois *last not but least* em decorrência de ser uma técnica, como a da Epopeia, associada à divulgação de grandes feitos, à ***gloria***, um dos valores centrais do ***mos maiorum***. Como Cícero[118] nos diz, em fórmula tornada consagrada, ao propor uma associação inextrincável entre a Oratória e a História (<u>*De Oratore*</u>, II, 9, 36): "*Historia vero* ***testis temporum, lux ueritatis, uita memoriae, magistra uitae, nuntia uetustatis****, qua uoce alia nisi oratoris immortalitati commendatur?* [A História, com toda certeza, testemunha dos

---

[117] Referimos-nos aos exemplos da Retórica, Medicina e Filosofia, cuja recepção adversa em solo romano foi anteriormente descrita nesta seção.

[118] "*A outros viria a caber o papel de narrar o passado de Roma de molde a merecerem o título de historiadores. Mas a Cícero pertence a glória de ter sido o primeiro dos Latinos a compreender as implicações teóricas de tão importante ramo do saber*" (PEREIRA, 1984, p. 139).

tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira do passado, com que palavra, a não ser a do orador, será à imortalidade recomendada?]".

A escrita da História, portanto, é também uma atividade literária, um fazer e um saber no qual se integram simbioticamente as facetas grega e latina da romanidade, expressão do seu particular hibridismo. Algo do caráter publicizatório da experiência cívica perdura no regime que sucede a República e permanece, por exemplo, nos círculos literários e nas ***recitationes***, os quais atravessam o Império, no tempo e no espaço.

Conforme o testemunho de Sêneca o Retor, leituras públicas ou recitais (***recitationes***) teria sido uma prática inaugurada por Asínio Polião[119]. Nelas alguém passava a declamar os poemas ainda inéditos de sua autoria diante de um auditório. O próprio Augusto a muitas se fez presente: *"Ouvia com não menor boa vontade do que paciência, os que lhe liam não apenas versos e histórias, mas, ainda, discursos e diálogos"* (SUETÔNIO <u>*De Vita Caesarum*</u> II, 89).

As bibliotecas também se somam aos círculos e leituras, e também aqui a presença e a contribuição indelével de Asínio Polião. Entre os despojos trazidos de sua expedição militar havia um grande acervo de autores gregos e latinos. Ora, em 38 a. C., Asínio resolve colocar todo este vasto patrimônio literário, somado a mais uma coleção oriunda da Hispânia, à disposição dos romanos. Estava inaugurada a primeira biblioteca pública em Roma. O prédio onde funcionava, próximo à sua residência, desfrutava de uma localização privilegiada, nas cercanias do fórum e da praça (o ***atrium*** da Liberdade) mais tarde por ele edificada em atendimento a um apelo de Augusto. Sendo a primeira biblioteca, logo não seria a única, disseminando-se como uma febre, esta nova prática, pela capital do mundo. Polião ainda teria se exercitado também na escrita da História, mas prudentemente a abandonou no Principado.

Quanto aos círculos literários, conhecidos, ao menos, desde a época dos Cipiões, recobram vigor no período cícero-augustano: Polião não se furtou a organizar o seu, e também Mecenas, o grande amigo de Augusto, e Messala

---

[119] Cônsul em 40 a.C., no ano seguinte é enviado para combater uma tribo ilíria. Vencendo-a, tão espetaculares e tão ricos foram os tesouros trazidos, o Senado vota e aprova, ainda em 39, a concessão de uma procissão triunfal.

Corvino, e outros mais, sendo já uma prática de respeitável difusão nos meios cultos da sociedade romana. Tais círculos e as leituras públicas, como nos aparecem, *u.g.*, nas 368 cartas que constituem o epistolário de Plínio o Jovem (61 ou 62 - *c*.113), exibem admirável vigor ainda por ocasião dos Antoninos.

Cumpre frisar, no respeitante aos círculos e às leituras, a sua especial relevância, tendo em vista que *"o mundo antigo permaneceu, predominantemente, um mundo da palavra falada, não da palavra escrita"* (FINLEY, 1985, 43), sendo fundamentais os contatos face-a-face[120]. Os poemas, até mesmo os trágicos, nunca encenados na Roma antiga, eram escritos para serem declamados. Todos os que praticam atividades entendidas como literárias (poemas, histórias, cartas) apresentam os seus resultados, as suas obras, nesses espaços.

E então, a Retórica, a qual se poderia crer moribunda com o desaparecimento da sociedade cívica, tendo ganhado espaço no ensino superior em Roma, reorienta-se e passa a constituir o arcabouço, por lhe oferecer as ferramentas, das atividades literárias desde muito cedo.

> O ensino do *rhetor Latinus* tem por objetivo, como o do σοφιστής grego, o domínio da arte oratória, tal como o assegura a técnica tradicional, o sistema complexo de regras, de procedimentos e de normas progressivamente estabelecidos pela escola grega a partir da geração dos Sofistas. Ensino inteiramente formal: comunicar as regras, habituar a servir-se delas.
> [...]
> Uma vez concluída a longa série dos exercícios preparatórios, o aluno era solicitado a redigir discursos fictícios, sobre um tema dado pelo mestre e segundo as prescrições e conselhos deste. Aprendidos de cor, estes discursos eram pronunciados em público (pois a 'ação' é parte integrante da arte oratória), não sem alguma pompa: o auditório compreende, além do mestre, os condiscípulos e, pelo menos às vezes, parentes e amigos do jovem orador. O termo técnico para designar este exercício é *declamatio* (*declamare*) [...], distinguem-se duas espécies no gênero: a suasória, que pertence à eloquência deliberativa e inclina-se para os assuntos históricos ('Aníbal, após Cannes, pergunta-se se convém marchar sobre Roma'), e a controvérsia, de ordem judiciária: um arrazoado, pró ou contra, num caso determinado e definido, à luz de um texto da lei. (MARROU, 1975, p. 437 e 439).

[120] Sobre *"implicações e consequências de uma cultura oral com um componente de alfabetização"* em seus aspectos políticos vide FINLEY, 1985, p. 43-45.

Ainda sobre os exercícios, na suasória (*suasoria*), sempre monólogos, o objetivo era persuadir alguém ou uma multidão e poderia ter também como assunto preestabelecido algum tema mitológico. Já o caráter jurídico das controvérsias (*controuersiae*, esboços de processos) exigia o embate entre acusador e defensor, arguindo-se mutuamente. Todas essas técnicas aprendidas terão grande serventia nas obras históricas, pois a própria História desde os gregos é forjada a partir do uso desses recursos buscando atingir um determinado efeito sobre o seu público.

Conta-se que Heródoto (ap.480-ap.425 a.C.) teria lido parte de sua Ἱστορίαι (Histórias) em público, em Atenas, obtendo com tal apresentação dez talentos de recompensa, mas a obra ainda é tremendamente tributária da tradição épica em vários de seus aspectos. É com Tucídides (ap.460-400 a.C.) que os recursos sofísticos encontram o mais amplo desenvolvimento. Apresenta, *e.g.*, os argumentos a favor e contra determinada atitude na forma de discursos conforme a posição, os valores e a ótica da personagem a desempenhar o papel de orador ou do grupo representado.

Não poucas vezes tais discursos formam parelhas de argumentos contrapostos, com o intuito de persuadir um ao outro (ou convencer o leitor/ouvinte), proporcionando o efeito de um embate e uma compreensão mais ampla do episódio e dos interesses em jogo. São as antilogias. No caso de Tucídides, para Jacqueline de ROMILLY (1967, *passim*) os discursos não apenas desempenham um papel central na obra, esta efetivamente é uma antilogia em ação.

Nas antilogias, os dois discursos devem poder ser dispostos paralelamente e conduzir a teses opostas e até inversas sobre o mesmo tema, devendo um ser tão convincente quanto o outro. O sofista Protágoras de Abdera (nascido *ca.*485 a.C.), contemporâneo de Tucídides, chegara a definir três grandes tipos de antilogias: 1) a refutação direta (ou anulação), quando se obtém demonstrar serem falsos os pressupostos da argumentação adversária; 2) a compensação (ou refutação), quando reconhece ao adversário estar certo sobre determinado aspecto, mas demonstra em muitos outros estar a razão a seu favor; 3) a retorsão, quando se propõe a exibir que aquilo antes imaginado favorável ao adversário lhe é, de fato, prejudicial, fazendo voltar contra ele os seus próprios argumentos.

Todos esses recursos terão largo uso na historiografia romana, de tal sorte que, para compreendê-la eficazmente, é fundamental dar-se conta dos mecanismos retóricos empregados. Por outro lado, necessário também é considerar as transformações do espaço literário recém-inaugurado.

Sem precisar amiudar as mais primevas experiências daquilo que os romanos apenas tardiamente irão designar de ***labor litterarius***[121], as práticas sumariadas dão-nos bem a ideia desse redesenho do espaço literário[122] em Roma. Aliás, o concurso entre a forma latina ***labor*** e a ideia marcadamente grega de ***otium*** para designar o campo do literário nos revela, sem dúvida, mais um traço do peculiar caminho tomado pelos romanos. Estrada sinuosa esta que parte do titubeio inicial na constituição desse espaço, passando pelo desconforto diante da admissão do ***otium***, cuja assunção sem culpas demanda ainda o decurso de algum tempo, até culminar na consagração da atividade literária interpretada como ***labor***. Associar-se à paradigmática nobreza das laboriosas atividades agrárias é a conclusão de um trajeto glorioso, o seu mais completo triunfo[123].

Iniciada essa transição durante a conjuntura cícero-augustana, estará ela completa na flávio-antonina. Na era antonina, com o advento da chamada "Nova Sofística" (também dita “Segunda Sofística”), quando se dá a retomada dos modelos helenistizantes, as atividades literárias, e entre elas as diferentes escritas da História, não deixam de sofrer os seus efeitos. Contudo já não mais se tem, neste

---

[121] A expressão surge pela primeira vez nas obras de Santo Agostinho (cf. M. H. R. PEREIRA, 1984, 394n208), embora com bastante anterioridade pululem passagens que o descrevem sem o designar.

[122] Ainda sobre este ponto, M. H. R. PEREIRA, 1984, 394:

> Dessa reinvenção da literatura, a sua expressão mais característica é a elevação de status do poeta e do prestígio de sua atividade, passando esta a ser partilhada também pelos grandes dignatários de Roma que nela investem tempo e dinheiro, apoiando-a ou gerando-a. Bem longe, pois, na era augustana, os tempos da sentença de Catão o Censor, segundo a qual a arte poética era fulminada como desonrosa, designando todo que a ela se entregasse (ou aos festins) de vadio.

[123] Exemplo deste momento consagrador a carta de Plínio o Jovem, a Restituto (VI, 17, 5): “*Pela minha parte, tenho o hábito de testemunhar estima e admiração a quantos trabalham nas letras, por se tratar de um trabalho particularmente ingrato, penoso, desencorajador, e que paga com desdém a quem com desdém a trata* [Equidem omnis qui aliquid in studiis faciunt uenerari etiam mirarique soleo. Est enim res difficilis, ardua, fastidiosa, et quae eos a quibus contemnitur in uicem contemnat]” (*apud* Virgínia Soares PEREIRA, Inveja e emulação em Plínio-o-Moço, Universidade do Minho, p. 110, em http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8349.pdf, acesso em 13set2012).

campo, o tom polêmico característico do período cícero-augustano. O grego se acha plenamente integrado aos modos de se ver romano.

A culminância deste processo, no qual o romano se assume identitária e conscientemente como dotado de dois idiomas (latim e grego), não é um escrito em latim, mas grego, as *Meditationes* (literalmente no original A Mim Mesmo, Τὰ εἰς ἑαυτόν) pelo imperador Marco Aurélio, mas já se achava ele plenamente manifestado na construção da maior biblioteca pública[124] da cidade de Roma, junto à Basílica Úlpia, por Trajano, em *c.*110 d. C., com instalação própria para as obras escritas em latim e um segundo edifício para aquelas outras em grego. Esta inspiração foi seguida por seu sucessor Adriano, criador do Ateneu em Roma e de quem se dizia falar melhor o grego que o latim. Pois bem, dessa híbrida identidade, a História como escrita constituiu-se em exemplo máximo. É neste ambiente, ao longo dessas duas conjunturas, que os nossos autores se movem.

[124] Augusto pessoalmente abriu uma majestosa biblioteca pública no Palatino, próximo ao palácio onde residia, nos pórticos do templo de Apolo. Para bibliotecário do Palatino é designado um hispânico de nascimento, libertado por Augusto e arrolado entre os maiores eruditos de seu tempo: Higino (64 a.C. - 17 d.C.). Vê-se, pois, a adoção também por parte do próprio imperador, do hábito alexandrino de nomear grandes sábios para a direção das bibliotecas.

2.3. OS LUGARES DA CIDADANIA ROMANA E A VIVÊNCIA DA AUTORIA NA POÉTICA LATINA DA HISTORIOGRAFIA

Poética latina, historiadores latinos, por que escreveram em latim? Estamos a falar de cidadãos romanos, nexo de pertença vivido, sentido e percebido como próprio de um povo: o povo romano, dotado de dois idiomas fundamentais, embora não apenas estes dois, o grego e o latim. Ou seja, greco-latino no seu falar e na sua expressão escrita. A resposta, que poderia parecer óbvia, não é assim tão natural.

Os primeiros romanos a escreverem História, o fizeram em grego. Na passagem do século III para o II a.C. Quinto Fábio Pictor e Lúcio Cíncio Alimento, apesar de seguirem a tradição analística, o fizeram em grego. É Catão o Censor ou Marco Pórcio Catão quem primeiro o faz em latim, considerado por esta e outras obras, era autor de reconhecida fecundidade, o criador da prosa latina.

Na realidade, Catão possuía um tom arcaicizante, combatia o luxo e as novidades, mas não eram menos romanas as Histórias de Pictor e Cíncio Alimento, vide as suas estruturas analistizantes. Bem provavelmente o que se tratava aqui era do público para o qual se voltavam. O império ainda se construía e o *mare nostrum* ainda não era romano como virá a ser. Havia uma posição de hegemonia, sem dúvida, mas esta hegemonia carecia de justificativa diante da existência de outros poderes que ainda lhe podiam oferecer resistência ou criar problema. Nas monarquias helenísticas o latim ainda era uma língua bárbara e havia ainda as inúmeras cidades gregas do Mediterrâneo. A propaganda, outra faceta da memorização e da glorificação como gestos públicos, atendia a objetivos políticos.

Uma história romana, seja em grego, seja em latim: mudados interesses e públicos, o latim se impõe, mas isto não significa deixar de escrever história romana em grego. Apenas reservar-se-á tal ofício para os gregos, e chegará o tempo no qual assistiremos gregos escrevendo em latim, como será o caso de Amiano Marcelino. Para o romano, constituído o império, não se enxergam ameaças externas potencialmente relevantes. Escrever tal História em latim passa também a ser um modo de evidenciar a sua continuidade: da aldeia às margens do Tibre até o império mundializado.

Mundializada e multidiversa, Roma sempre foi dotada de mecanismos de flexibilização para o seu pertencimento. Desde a comunidade familiar, a pertença passava muito mais pelo culto aos mesmos deuses familiares do que pretensas questões associadas ao sangue. A admissão na família a partir do abraçamento dos deuses dos ancestrais, *e.g.*, à medida que se completavam os rituais do casamento ou da adoção correspondia a laços "de sangue". Neles, o que os cimenta é a ***fides***[125] e, como no acordo matrimonial, o mesmo ocorre na sociedade, por ocasião de um pacto ou no acerto de um tratado entre povos.

A cidadania é apenas a consumação de um processo, reconhecimento de um fato, por isso a sua gradação. Afinal ser flexível não implica em abertura total, ampla e irrestrita. Existem espaços e momentos de decisão sobre quando, a quem, como e em que medida concedê-la. Mas não deixa de ser concedida progressivamente. Se há decisão numa comunidade política, há conflito, pois são diversos os interesses mobilizados. Haverá sempre quem deseja restringi-la e quem pretende abri-la. Em Roma o tempo passa e momentos como este se repetem: desde a República ou, na leitura consagrada pela tradição romana, desde os primeiros reis, até o ocaso do Império diante da migração germânica. Esta ideia é especialíssima e só a entendendo compreender-se-á o caráter único do Império Romano.

Nunca foi simples o ingresso de novos membros no corpo cívico. Com o Principado frequentemente se oporão Imperador e Senado diante deste desafio, sempre vivido com dramaticidade, pois se trata da pertença a um povo, em particular o povo que governa o orbe. O dilema residia entre trazer mais parceiros para este senhorio ou recusá-los mantendo, assim, restritos privilégios e prerrogativas.

---

[125] Mais detalhadamente essa noção será examinada, *infra*, pp. 132-135.

Investigadores do nosso tempo, a nossa estranheza a esse respeito decorre de ainda pensarmos etnia associada isomorficamente à cultura e, por consequência ao idioma. Todavia os romanos dão-nos demonstração cabal de como a etnia pode ser um parentesco fictício, mas sem deixar de ser menos verdadeira.

Um exemplo bastante ilustrativo resulta de um episódio ocorrido em 48, ano do consulado de Vitélio ([126]) e Vipstano, durante o principado de Cláudio. Em debate a causa dos éduos (nação dos gauleses), os quais pretendem ingressar no Senado Romano. Tácito, em sua obra *Annales* (XI, 23-24), constitui duas peças de oratória, uma com o intuito de expressar os argumentos dos senadores e outra, a do imperador, a chamada *Oratio Claudiana*.

O discurso em tela exemplifica tudo isso que acabamos de dizer, configurando-se como um dos momentos ilustrativos da consciência romana sobre os mecanismos de constituição da etnicidade. Todavia, em torno da mesma *Oratio Claudiana*, Andrea GIARDINA (1997) desenvolve o seu argumento de identidade incompleta ("*l'identità incompiuta*") e da inexistência entre os romanos de um centro étnico comum. Assim, se por um lado, Giardina reconhece a importância da oração, por outro, encarcerado nas cadeias do isomorfismo etnocultural, se vê impedido de avançar mais na compreensão de como a identidade romana se constituía.

Antes de partirmos para o debate interpretativo da oração, no trecho a seguir ([127]), as duas peças ([128]), a fala senatoria e a do príncipe:

> [...] tratando-se de preencher as vagas do Senado, os principais da Gália comata que já desde muito haviam obtido regalias de aliados e títulos de cidadãos romanos [*foedera et civitatem Romanam*], pediam agora o direito de pleitear as honras em Roma [*ius adipiscendorum in* ***urbe honorum*** *expeterent*]. Sobre esta pretensão foi grande e vária a discussão, protestando muitos perante o príncipe que a Itália não havia caído ainda em tal penúria de homens que não

[126] Mais tarde imperador, antecessor imediato de Vespasiano.

[127] O trecho, aqui na tradução de Leopoldo Pereira, revisada por Livia Lindóia Paes Barreto. Estes parágrafos, com o acréscimo de XI, 25, em latim, na íntegra, constam dos anexos ao final.

[128] Fizemos sobressair, tarjando-a, a fala do imperador e sublinhamos os trechos mais significativos, permitindo-nos, para além dos autores por nós analisados, ao serem mencionados os diferentes povos que aderiram à romanidade, relacionar os povos citados aos principais historiadores de matriz latina (destacados no quadro disponível *supra* na p. 105) em nossa investigação. Vez por outra se cogita da História, entre os romanos, ter sido obra de estrangeiros. A sustentação desta afirmativa, escorada tanto numa compreensão restritiva do que seja História para os romanos como do que seja romano, desvanece-se na oração claudiana.

pudesse fornecer número para o Senado romano; que os seus naturais, com os povos consanguíneos, tinham bastado para isso, sem desdouro para a antiga república, e era bem viva a lembrança dos exemplos de valor e glória fornecidos pelo caráter romano sob os antigos costumes [***memorari exempla*** *quae priscis* ***moribus ad virtutem et gloriam Romana***]; que não era pouco terem já irrompido no Senado os **Vênetos [Lívio]** e **Insubres [Tácito?]**, os quais, entretanto, não apareciam ali como estrangeiros ou prisioneiros de guerra; que nenhuma prerrogativa ficaria ao resto da nobreza ou aos senadores pobres que houvesse, **naturais do Lácio [César e Suetônio]**, que todos os cargos seriam ocupados por aqueles estrangeiros ricos, cujos antepassados, chefes de nações inimigas, tinham agredido os nossos exércitos e assediado em Alésia o divino Júlio; que estes fatos eram recentes, e maior fora o agravo, se se recordasse dos que por ele foram abatidos ao pé do Capitólio e da cidadela romana; que continuassem a gozar do nome de cidadãos, mas não se barateassem as regalias dos senadores e as honras das magistraturas.

Estas e outras razões não dissuadiram Cláudio, que perante o Senado replicou no teor seguinte: ‘A lembrança de meus antepassados, entre os quais o antiquíssimo Clauso, de **nação sabina [Salústio]**, admitido em Roma como cidadão patrício, exorta-me a administrar a república segundo seu exemplo, e me aconselhar a transferir para aqui tudo o que por fora encontrar de mais ilustre. Não ignoro que os Júlios nos vieram de **Alba [César]**, os Coruncânios de Camério, os Pórcios de Túsculo, e para não remontarmos a tão alta antiguidade, lembrarei que da Etrúria, da Lucânia e de toda a Itália temos recrutado cidadãos para o Senado; e finalmente estendemos a Itália até os Alpes, para que, não só indivíduos aqui e ali escolhidos, mas todas essas regiões e povos se unissem sob o nome romano. Gozamos então de paz interna e nos sentimos fortes contra os povos externos, quando os Transpadanos foram admitidos aos direitos de cidade e, levando aos confins do mundo as nossas legiões, concedemos os mesmos direitos aos mais esforçados das províncias, e assim pudemos acudir ao império que se exauria.

Por ventura arrependemo-nos nós de ter importado da Hispânia os Balbos e da **Gália Narbonense [Tácito?]** outros não menos insignes varões? Aí estão seus descendentes, em nada inferior a nós no amor desta pátria [*Manent posteri eorum nec amore in hanc* ***patriam*** *nobis concedunt*]. Quem mais contribuiu para queda dos Lacedemônios e Atenienses embora poderosos em armas, que repeliram como estrangeiros os povos vencidos? Outro foi o sábio procedimento de Rômulo, nosso fundador, que acolhia hoje como concidadãos os seus inimigos de véspera [*At conditor nostri Romulus tantum sapientia valuit ut plerosque populos eodem die hostis, dein civis habuerit*].

Estrangeiros reinaram em Roma [*Advenae in nos regnaverunt*]; filhos de libertos foram elevados às magistraturas, não desde pouco tempo, como erradamente pensam muitos, **porém desde os nossos princípios** [*ut plerique falluntur, repens, sed priori populo factitatum est*]. Mas com os Senões nós tivemos guerra; os **Volscos [Cícero]** e Équos nunca nos deram batalha. Os Gauleses invadiram Roma; aos Etruscos tivemos de dar reféns; dos Samnitas sofremos

> o jugo. Entretanto, se bem atentarmos nessas campanhas havemos de reconhecer que a da Gália custou menos tempo, e desde então, temos com ela contínua e sincera paz. Misturados já conosco por afinidade, costumes e artes, é melhor que nos tragam os **Gauleses [Tácito?]** as suas riquezas que viverem de nós separados.
>
> Todas as coisas, padres conscritos, que julgamos hoje antiquíssimas, foram novas em seu tempo [*Omnia, **patres** conscripti, quae nunc vetustissima creduntur, noua fuere*]. Depois dos magistrados patrícios, tivemo-los plebeus; depois dos plebeus, os latinos; depois dos latinos, os oriundos das outras partes da Itália. O que hoje procuramos legitimar com exemplos, será antigo algum dia e por sua vez alegado como exemplo [*Inveterascet hoc quoque, et quod hodie **exemplis** tuemur, inter **exempla** erit*].'
>
> A esta oração do príncipe seguiu-se um senatus-consulto, pelo qual foram os Éduos, como primeiros, admitidos ao direito senatório [*Orationem principis secuto **patrum** consulto primi Aedui senatorum in **urbe** ius adepti sunt*], isto em consideração à antiga aliança e a serem os únicos de todos os Gauleses que gozavam do título da fraternidade romana [*et quia soli Gallorum **fraternitatis** nomen cum **populo Romano** usurpant*] (Tácito, *Annales*, XI, 23-25, os grifos são nossos).

Pois bem, argumenta Giardina que, no confronto entre os senadores e o imperador da vez, Cláudio, os primeiros defendiam uma perspectiva étnica (GIARDINA, 1997, p. 5), o que implica manipular o dado da consanguinidade (p. 23-26) ou do caráter itálico (p. 36-60) do povo no viés da psicologia social (p. 88). Já o príncipe, à medida que dissolvia o dado étnico na rememoração da história política romana exibiria, para os senadores presentes, uma audaciosa capacidade de abertura política e social (p. 6).

Às palavras de ordem "***senator Latinus***", "***Latio senator***", "***non Italicus senator provinciali potior est***", Giardina observa que Cláudio poderia antepor a consanguinidade entre éduos e romanos. Afinal, antes mesmo de terem obtido a cidadania (já eram cidadãos romanos), os éduos eram chamados de irmãos, ***fratres nostri***, por Cícero em suas cartas (*Epistulae ad Atticum* I, 19, 2; *Ad Familiares* VII, 10,3 *apud* GIARDINA, 1997: 24n85) e, mais adiante, o autor faz notar que romanos e éduos comungavam a mesma ascendência troiana (*Ibid*.: 26).

Todavia não usa Cláudio o argumento da consanguinidade para defender o ingresso dos éduos no Senado. Desconhece-o? Não. Cláudio era um erudito, com reputado interesse na pesquisa histórica. Antes de chegar ao trono (assumiu-o tardiamente) e durante o seu principado nunca deixou de aplicar-se nesses estudos. Mas, na avaliação de Giardina, usar tal argumento seria aceitar os termos dos

senadores, admitindo a primazia do princípio étnico lido como consanguinidade estrita para o ingresso no Senado.

Como temos defendido, discordamos da ideia mestra a partir da qual Giardina estrutura o seu raciocínio, a saber, a percepção neste texto de uma confrontação entre dois princípios de romanidade, o étnico e o político-social (ou jurídico), em outras palavras, o étnico e o cívico. Discordamos. Nos dois casos em jogo está o étnico e este não pode ser separado do político. Os senadores, não se importam com os éduos se manterem cidadãos, afinal cidadãos também são os pobres das ruas, os legionários que combatem por Roma e constroem pontes e estradas, cidadãos são os operários e camponeses pobres que fazem o serviço que eles, os aristocratas, não podem fazer. Tudo bem continuarem cidadãos e fora do Senado, o problema é vê-los ingressar no Senado.

De certo modo, defende-se ser suficientemente romano pra certas coisas, pra outras não, afinal a cidadania romana dos éduos em momento algum foi contestada. A formalidade dá conta de todos serem igualmente romanos. Mas há momentos e situações nas quais se é menos ou mais romano, pois sempre alguém poderá arguir para o recém-ingresso a sua menor legitimidade no acesso a determinados bens. A cidadania é um privilégio distinguido por lei e nela se prescreve objetivamente o seu campo de possibilidades conforme uma gradação previamente estabelecida. Não obstante, a etnia não é assim. Entra-se numa área nebulosa de disputas sociais e conflitos de poder, na qual elementos de *status* e prestígio são manipulados contra o interlocutor para a manutenção restrita de privilégios que ao outro são negados, apesar de formalmente lhe serem facultados. Justamente por ser uma identidade étnica o ser romano não está todo comportado na relação jurídica da cidadania[129].

Para sustentar a sua posição os senadores argumentam com o que dispõem: 1) ainda há italianos em número suficiente para abastecer o Senado de novos quadros (ou seja, admitir-se-ia recrutar estes quadros em outra seara numa situação de penúria, mas não é o caso no momento); 2) já se tinha aberto exceção para os

[129] Daí se nota o peso do isomorfismo étno-linguístico-cultural no raciocínio de Giardina. Ele se vê impedido de acompanhar esta argumentação e ir além, pois, para ele, povo está preso à fórmula povo=língua=cultura. Só consegue imaginá-lo desta forma, viciando toda a sua proposição. Quando o romano se manifesta diferente disso, não pode ser povo, embora tenha todo o resto tal qual um povo e serem os dilemas envolvidos tais quais as questões de etnicidade.

vênetos e insubres, mas então quando isso se fez já não era mais exceção (?!); 3) os antepassados dos éduos agrediram Roma por diversas vezes e na última, em passado recente, atraiçoaram o divino Júlio César; 4) conceder esse ingresso seria, nesta situação, vilipendiar o colégio senatorial.

A nosso ver ambos estão a discorrer sobre a mesma noção de povo, um só é o entendimento a este respeito, apenas o que está em jogo é a conveniência do momento em alargar ou não o ingresso e se aqueles requisitantes eram merecedores dessa honraria. Apresentado por Tácito como um debate entre iguais, a sabedoria do príncipe justifica Cláudio em sua qualidade de *primus inter pares*. À memória "curta" dos senadores, a memória "mais avantajada" do príncipe.

Os argumentos dos senadores são desmontados um a um, mostrando que negar tal ingresso aos solicitantes seria ir contra um ritmo de assimilação contemplado desde antanho pelo próprio Rômulo quando da fundação de Roma. E, exibindo os méritos dos éduos, acrescenta, a favor da solicitação: o fortalecimento e o enriquecimento do império, a lealdade com a qual os requerentes vivem essa pertença e o fato de já agirem e pensarem como romanos. Não é à toa, que sem qualquer tipo de coação, além da persuasão argumentativa, ao se proceder a votação do *senatus consultum*, a proposição de Cláudio consagra-se vencedora.

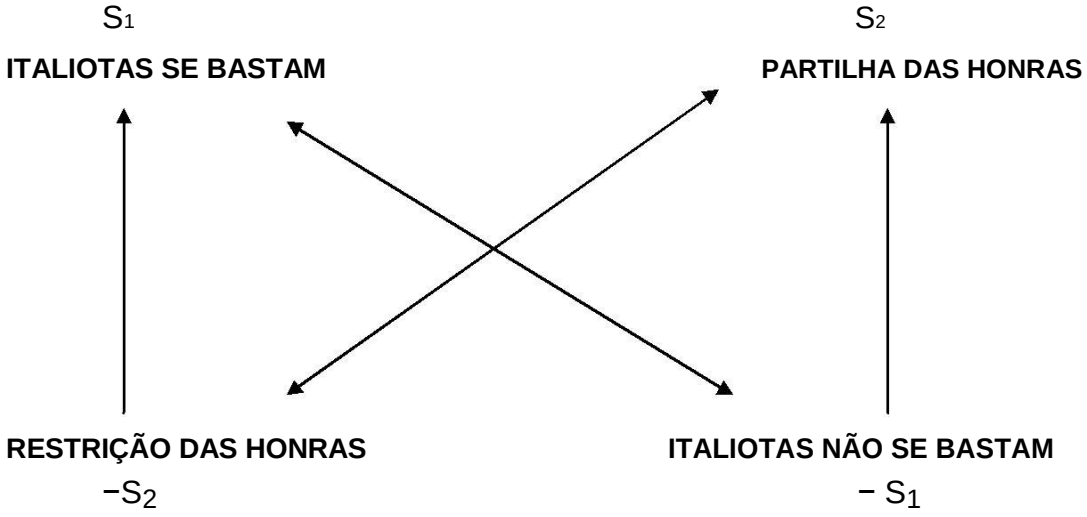
O debate aqui apresentado por Tácito demonstra de forma flagrante o equívoco dos estudos que pretendem resumir a questão da identidade romana à aquisição de sua cidadania. Ora, se assim fosse, o debate como exposto nos *Annales* seria inviável. Os éduos já tinham essa cidadania, aliás, sem a qual não poderiam pretender ingressar no Senado. Na ótica juridicista da romanidade a aceitação dos éduos no corpo cívico desproblematiza o ingresso no colégio senatorial nos moldes taciteanos, e leva o debate sobre o mérito pessoal do ingressante. Contudo, a cidadania não é suficiente para definir a romanidade e o texto se vê trilhando outros caminhos bem distintos dos desenhados por Giardina[130].

Propomos para todo esse debate, tanto para a fala dos senadores quanto para a do príncipe, o seguinte quadrado semiótico:

---

[130] Na forma como Giardina conduz o seu raciocínio, tamanha é a ênfase na identidade como restrita à cidadania, que às vezes a informação dos éduos já a possuírem parece ser esquecida, tornando turva e imprecisa a sua argumentação.

QUADRADO SEMIÓTICO p/ *P. Corneli TACITVS, Annales*, XI, 18-25.



S_1: **(ITALIOTAS SE BASTAM)**

/protestando muitos perante o príncipe que a Itália não havia caído ainda em tal penúria de homens que não pudesse fornecer número para o Senado romano; que os seus naturais, com os povos consanguíneos, tinham bastado para isso, sem desdouro para a antiga república/

$-S_2$: **(RESTRIÇÃO DAS HONRAS)**

/já desde muito haviam obtido regalias de aliados e títulos de cidadãos romanos/
/não se barateassem as regalias dos senadores e as honras das magistraturas/

/que todos os cargos seriam ocupados por aqueles estrangeiros ricos, cujos antepassados, chefes de nações inimigas/

/que continuassem a gozar do nome de cidadãos, mas não se barateassem as regalias dos senadores e as honras das magistraturas/

$-S_1$: **(PARTILHA DAS HONRAS)**

/pediam agora o direito de pleitear as honras em Roma/

/A lembrança de meus antepassados [...], de nação sabina, admitido em Roma como cidadão patrício, [...] me aconselhar a transferir para aqui tudo o que por fora encontrar de mais ilustre/
/Todas as coisas [...] que julgamos hoje antiquíssimas, foram novas em seu tempo. Depois dos magistrados patrícios, tivemo-los plebeus; depois dos plebeus, os latinos; depois dos latinos, os oriundos das outras partes da Itália/

/de toda a Itália temos recrutado cidadãos para o Senado; e finalmente estendemos a Itália até os Alpes, para que, não só indivíduos aqui e ali escolhidos, mas todas essas regiões e povos se unissem sob o nome romano/

S_2: **(ITALIOTAS NÃO SE BASTAM)**

/Gozamos então de paz interna e nos sentimos fortes contra os povos externos, quando os Transpadanos foram admitidos aos direitos de cidade e, levando aos confins do mundo as nossas legiões, concedemos os mesmos direitos aos mais esforçados das províncias, e assim pudemos acudir ao império que se exauria/ /arrependemo-nos nós de ter importado da Hispânia os Balbos e da Gália Narbonense/ /Quem mais contribuiu para queda dos Lacedemônios e Atenienses [...] Outro foi o sábio procedimento de Rômulo, nosso fundador, que acolhia hoje como concidadãos os seus inimigos de véspera/ /Estrangeiros reinaram em Roma; filhos de libertos foram elevados às magistraturas, não desde pouco tempo, como erradamente pensam muitos, porém desde os nossos princípios/ /Misturados já conosco por afinidade, costumes e artes, é melhor que nos tragam os Gauleses as suas riquezas que viverem de nós separados/

Há outra questão advinda da retórica, para a qual surpreendentemente Giardina não se acha atento: a maneira como Tácito organiza os seus discursos antinômicos. É preciso estar atento aos mecanismos retóricos empregados. O modo com estão dispostos diz muito sobre qual a perspectiva avalisada pelo autor. Observe-se, Tácito emprega dois procedimentos desqualificadores do discurso apresentado: a antecedência na sequência do debate e o apresentá-lo nessa forma indireta. Assim, sabemos estar ele tomando posição favorável a Cláudio. Contudo o ponto sobre o qual desejamos alertar é outro. É fato, ambos os discursos estão presentes como antagônicos, compondo uma antinomia.

Ora, nas antinomias taciteanas, ao longo de toda a sua obra, sempre o vemos apresentar duas compreensões diametralmente opostas sobre a mesma ideia, argumento ou noção, como teremos oportunidade de constatar mais à frente[131]. Nunca vemos um debate entre duas concepções distintas da mesma ideia, o que soaria bastante acadêmico. Não é o caso, estamos a falar de debates que devem conduzir a uma tomada de decisão e, a partir dela, com frequência, uma ação imediata. Temos, portanto, nesses discursos, duas peças do gênero deliberativo[132] e como tais devem ser analisados.

Na leitura de Giardina, como tal dado é desprezado e admitindo a sua ótica, o resultado do debate é apenas o esclarecimento dos os conceitos que cada lado tem em mente e, daí, o impasse. O convencimento de alguém aqui teria de transbordar o mero debate para avaliar como cada um desses conceitos se revelaria mais ou menos eficaz na pesquisa. Óbvio não ser esta a situação. Para nos atermos ao horizonte do debate, a saída para o convencimento de uma das partes seria evidenciar a algum desses contendores que a sua conceituação guardava equívocos, os quais seriam demonstrados à maneira da dialética. Para que tal se desse, porém, um dos lados deveria assumir o ponto de vista do outro, exatamente como Sócrates fazia, e isso Giardina deixa claro não estar contemplado pela sua

---

[131] No capítulo dedicado a Tácito, vide em especial a parelha de discursos motivadores feitos por Calgaco e Agrícola aos seus liderados pouco antes da batalha e a análise que lhe segue, *infra*, pp. 210-215.

[132] Cumpre recordar os ensinamentos da Retórica por nós sumariados, *supra* p. 108/109.

leitura, pois pra ele, ao fazer isso, veríamos Cláudio conceder alguma razão ao entendimento dos senadores.

Como se disse, diante desse quadro, o impasse. Giardina transformou o debate em diálogo de surdos, no qual cada um apresenta uma concepção completamente distinta de povo, a sua concepção, e um não tem como ter sido persuadido pelo outro. Ora, como sabemos, por Tácito, o Senado deliberou a respeito e adotou a posição do príncipe. Assim, cumpre pressupor tê-lo feito sem estar convencido disso, cedendo unicamente a um argumento de autoridade. Ora, assim aceitando, o quadro que resulta é um debate encenado, no qual nunca um desejou convencer o outro, mas apenas marcarem as posições para tornar mais nítida a exibição de força do imperador e, como a posição deste é exposta pelo narrador de modo euforizado, teremos um Tácito cortesão, aceitando tudo o que se disse criticar.

Visto redundar as conclusões de Giardina em afirmações extremamente frágeis pelo material à nossa disposição, cumpre reiterar a existência de uma idêntica noção de povo em jogo na polêmica travada entre um grupo de senadores e o príncipe, entre o desejo de ver menos ou mais gente partilhando de forma plena os acessos proporcionados a quem dele participava. São diferentes os lugares de onde fala essa romanidade, observando-se e confrontando-se mutuamente, buscando demarcar as diferenças pois elas podem implicar mais ou menos “poder”, mais ou menos “prestígio social”. Em todas as sociedades cívicas na antiguidade, ser cidadão era o modo de pertença plena naquele determinado povo. Isso era válido para o ateniense, lacedemônio, coríntio, tebano etc. De tal modo se concebiam.

A grande diferença em relação a Roma acha-se no fato daqueles terem se fechado sobre si, mal permitindo o ingresso de novos membros em seu corpo cívico, em sua pátria, em seu povo, enquanto os romanos se permitiram calculada, mas francamente abrir-se como povo, acolhendo aqueles que em seu juízo poderiam contribuir para a grandeza de Roma. Os autores que passaremos em revista, em menor ou maior grau, viveram essa experiência e, de algum modo, marcou ela a sua escrita da História e o modo com o qual se percebia partícipe do povo romano.

Destacamos, porém, não só Cícero, Salústio e Tácito, os nossos autores, autores cujos textos formam o nosso *corpus*, mas também César, Lívio e Suetônio,

com o intuito de obter uma amostra indicativa daqueles autores que na historiografia latina acabaram por se tornar, entre os próprios romanos, clássicos. No discurso de Cláudio são rememorados os sítios de proveniência de cada um desses autores o que demonstra guardarem certa particularidade mesmo achando-se perfeitamente integrados à România.

Nenhum deles, claro, é objeto do discurso, mas lá estão presentes através de seu berço natal. O momento e a forma de integração de sua região à Roma ajuda a conformar a sua inserção nessa identidade e a desenhar o modo como se relacionam com aqueles que passam a ser os seus antepassados.

Outro aspecto importante, de todos sabido, mas que acaba passando esquecido: os romanos não são um povo "de" cidadãos, mas sim, como toda sociedade cívica da Antiguidade, um povo "com cidadãos". Povo "de" cidadãos, tão somente após o edito de Caracala (212 d. C.) haveria alguma propriedade nesse falar. Antes, ser cidadão era um privilégio concedido a não todos romanos.

Mulher alguma, *u.g.*, é cidadã plenamente. E apenas por isso Lucrécia, Cornélia, Calpúrnia, Júlia, Túlia, Clódia, Lívia, Messalina, Agripina, Hélvia, Plotina não são romanas? Ou seriam romanas *ma non troppo*? Por não gozarem da cidadania em plenitude tais matronas não seriam integralmente romanas? E todas aquelas pessoas que afluem para Roma, de todas as condições sociais, ***peregrini***, alguns vivendo já há duas ou três gerações o sonho romano[133], dentre eles não é possível ter alguém que se visse como romano e assim buscasse se portar? E o escravo[134] da casa que se afeiçoa ao seu dono e ao seu modo de vida e, apesar das

---

[133] Em passagem bastante esclarecedora diz-nos GRIMAL (1990, p. 154/155) ao considerar a liberdade sob os Césares:

> Assim estava assegurada uma das liberdades fundamentais: a livre circulação de pessoas e bens. [...] "os peregrinos" (pessoas que não tinham parte nenhuma na cidadania romana) também tiravam proveito dessa liberdade. Assim, no início das *Metamorfoses* de Apuleio, vemos um mercador ambulante, originário de uma cidade vizinha a Corinto, em concorrência com certo Lupo, evidentemente um mercador italiano, enquanto o próprio é grego. Não existe nenhuma diferença entre as duas personagens para o exercício de seu comércio. Essa liberdade igual nem sempre existira.

[134] "*Sob o Império, essa* ***Fides****, outrora do conjunto dos cidadãos, fora de alguma forma transferida para o príncipe. Mas havia diferença essencial: não são apenas cidadãos que podem invocar essa proteção, mas todos os habitantes do mundo romano, homens livres e mesmo escravos*". E adiante, mesma página: "*Os escravos de um senhor romano, no tempo da República, estavam indiretamente*

numerosas alforrias, morre sem ser liberto, não poderia também ele se ver romano quando compara a sua condição a de outros escravos em outros povos?

A cidadania é apenas um mecanismo que dá acesso a certos benefícios. Parece-nos que, antes dela ser um título através do qual alguém se torna romano, a cidadania seria mais o reconhecimento a alguém que, em alguma medida já se mostra romano, já é tido como "um dos nossos" e, portanto, merece usufruir daquelas prerrogativas que lhe são advindas. Embora também existissem circunstâncias nas quais parecesse menos ser uma questão de reconhecimento ou mérito e mais fruto de uma precisão ou necessidade pra Roma de ter aquele alguém como "um de nós".

Bastante esclarecedor é o caso da cidadania romana do grego Árquias, defendida por Cícero em *Pro Archia*. Escrito em 62 a. C. a sua proposição central é Árquias é efetivamente cidadão romano, contudo se não fosse deveria sê-lo (4). O caso é que o poeta estava tendo a sua cidadania conquistada e Cícero defende-o nos tribunais.

Por ele nos é dado saber do uso da Lei Pláucia-Papíria ("*Lex Plautia Papiria de Civitate Sociis Danda*" de 89 a. C.[135]) por um não italiota, além de se constituir na referência documental mais completa sobre a lei à nossa disposição. Estabelecia três requisitos necessários à obtenção da cidadania romana: ser cidadão de qualquer cidade aliada, ter domicílio na Itália e ter prestado declaração ao pretor. Ora Árquias cumprira-os todos, tendo obtido o direito de cidadania de Heracleia e, por consequência, de Roma (7) e os depoimentos de Lúculo e dos embaixadores de Heracleia, mais os registros de Metelo, quando pretor, sustentam firmemente a causa de Árquias, o que por si só já nos seria um apoio suficiente.

---

colocados sob a proteção do 'povo romano' através da pessoa de seu senhor. Sob o Império eles podem reclamar da mesma forma a proteção – da ***Fides*** *– do príncipe*" (GRIMAL, 1990, p. 162).

[135] A Lei Pláucia-Papíria foi resultado de um plebiscito e a sua promulgação se deu no contexto da Guerra Social (ou Guerra dos Aliados ou tb. Guerra Itálica), iniciada em 90 a. C. quando, entre outros, marsos, picenos, lucanos, samnitas, iapígios, apúlios e, depois, a eles se somando, os etruscos e os úmbrios, se revoltaram reivindicando a cidadania romana. No seu decurso várias leis foram sendo aprovadas na tentativa de arrefecer o movimento: antes da Pláucia-Papíria, a "*Lex Iulia de Civitate Latinis Danda*" (90), concedendo esta cidadania às cidades que, não tendo se sublevado, solicitassem, além de facultar ao comandante; depois, a "*Lex Pompeia de Transpadanis*" (89), na qual foi concedido o direito latino àquelas cidades situadas ao norte do Rio Pó (Gália Cisalpina) que ainda não a possuíssem.

Cícero, todavia, segue mais longe, e presta uma homenagem às letras e a sua importância, explicando que o fato de Árquias escrever em grego é uma vantagem para os romanos, pois permite maior difusão das nossas glórias (11-26). O fato que, apenas por seus dotes, não fosse Árquias cidadão romano, seria ele merecedor de tal privilégio, à semelhança de tantos outros que pelas suas qualidades e serviços prestados à República alcançaram tal mérito. E é com um trecho desta oração de Cícero que pretendemos encerrar este ponto.

> Pois se alguém julga que menor fruto de glória [*fructum* ***gloriae***] se obtém dos versos gregos do que dos latinos, engana-se redondamente: visto que as obras gregas são lidas entre quase todos os povos [*in fere omnibus gentibus*], as obras latinas limitam-se aos seus territórios certamente pequenos [*Latina continentur suis finibus sane exiguis*]. Por isso, se aqueles feitos, que empreendemos estão limitados pelas regiões do mundo terrestre [*definiuntur regionibus* ***orbis terrae***], devemos desejar que a glória e fama [***gloriam*** *que* ***famam***] cheguem ao mesmo lugar até onde chegaram os dardos de nossos batalhões [*penetrarem eodem quo peruenerint* ***tela*** *nostrarum* ***manuum***] [...]. Quão numerosos escritores [*multos scriptores*] de seus feitos se diz ter tido consigo aquele grande Alexandre! E, todavia, como tivesse parado em Sigeu, junto ao túmulo de Aquiles, aquele exclamou: “Oh feliz jovem, que encontraste Homero, pregoeiro do teu valor [*praeconem tuae* ***uirtutis***]!” [...] Assim, creio, [*Itaque, credo*], se Árquias não fosse cidadão romano pelas leis [*si Archias non esset* ***ciuis romanus*** *legibus*], não teria podido conseguir que fosse galardoado com a cidadania por algum general? Sula, creio, teria repelido este ao pedir-lhe, quando gratificava (com ela) hispanos e gauleses [*cum donarete Hispanos et Gallos*]? [...] (23.24.25, na tradução justalinear de Maximiano Augusto Gonçalves, pp. 88-90).

Pois bem, se Árquias pode ser defendido com tal empenho por Cícero é porque os próprios romanos já eram um pouco gregos e valorizavam elementos próprios a estes, mas sentidos também como seus. Aqui, mais uma demonstração cabal de quanto a etnia está mais vinculada ao modo como alguém se vê (é preciso que se veja pertencendo a ela) e não a uma determinada semelhança física, a circunstância de falar o mesmo idioma ou o fato de pertencer a mesma cultura. Todos esses elementos se revelam prescindíveis.

É fundamental nos acautelarmos da confusão. De fato, a cidadania é um mecanismo importante a integrar tanto povos aliados quanto dominados à Roma, mas a integração não se esgota na e pela relação jurídica. A romanidade a atravessa e a ultrapassa, se reinventado constantemente. Se todos se dizem

romanos, esse dizer é plural, apesar de querer se afirmar uno. Tais considerações podem parecer estranhas e artificiais a nós, acostumados a imaginar povo, em sua nacionalidade, como algo dotado quase de uma "natural" consanguinidade, tão arraigado nos é o isomorfismo etno-cultural-linguístico.

Deixemos, porém, de lado, por um momento, as reflexões e categorias barthianas e as pesquisas antropológicas hodiernas. Também em nosso mundo a cidadania opera como um mecanismo de integração dos imigrantes ao povo que o recebeu, introduzindo um aspecto manifestamente convencional a destoar daquele imaginário "natural" do povo-nação com o qual fomos habituados. Assim, em nosso país, *e.g.*, para ficarmos numa imagem bastante veiculada, não se diz serem tão brasileiros quanto os nativos os imigrantes italianos, japoneses, espanhóis e alemães que por aqui aportaram e ficaram? E fazemos questão de exibir a nossa riqueza cultural como algo próprio do nosso povo?

Diferenciando-se das maneiras helênicas de vivenciar a realidade cívica, ao contrário do reiteradamente demonstrando, *u.g.*, na democrática Atenas, sempre de uma enorme reserva a respeito de se conceder a cidadania aos estrangeiros, mesmo para aqueles que tinham o crédito de relevantes serviços prestados à Cidade, o romano acaba tendo, bem ou mal, um comportamento nessa questão muito semelhante ao do brasileiro, abrindo-se a certa pluralidade e, nela, exaltando, a sua própria capacidade de assimilação daqueles elementos que podem somar-se a contribuir para o seu fortalecimento e grandeza.

E é ainda de Cícero, no *De Re Publica* (II), que iremos nos valer para reiterar os argumentos do Cláudio de Tácito. Lembra-nos ele a sua ascendência sabina e que tal povo tinha sido acolhido por Roma com a mesma dignidade. E não é que esses são os aspectos que Cícero enfatiza ao narrar tais tempos? Arrematemos aqui com as palavras de Cícero sobre o nascimento do povo romano:

> [...] para firmar suas bases, concebeu Rômulo um projeto estranho, violento, mas que revelou sua hábil política e o desejo de preparar o futuro e a fortuna de seu povo. [...] no meio de um combate duvidoso, as donzelas roubadas intercederam pela paz, o que deu origem a que Rômulo concluísse uma aliança com Tácio, rei dos sabinos, dando-lhe participação na sua autoridade e concedendo aos dois povos ao mesmo tempo em que os mesmos sacrifícios, o mesmo direito de cidadania.

3. A autoria e as romanidades: guerra, *mos maiorum* e império

3.1. O *MOS MAIORVM* SE REINVENTA: O MODELO MENTAL PATRIÁRQUICO. **3.2. CÍCERO**. **3.3. SALÚSTIO**. **3.4. TÁCITO**.

3.1. O *MOS MAIORVM* SE REINVENTA: O MODELO MENTAL PATRIÁRQUICO

Qual seria a recepção dos autores por nós estudados entre os seus? Como as gerações imediatamente seguintes, ainda na própria sociedade romana os percebiam e transmitiam? Estas questões não são objeto de nossa investigação, mas ter tal informação auxilia-nos a compreender os caminhos da construção e reinvenção do ***mos maiorum***, compreensão esta fundamental numa investigação sobre a romanidade e o papel da escrita que se pretendia histórica, conforme o entendimento na época. Entendimento, construção e reinvenção sempre aberto, polêmico e conflituoso, apesar do discurso universalista e estático, pois são expressão da luta pelo poder e da disputa em torno do *status* na sociedade romana.

Nesta perspectiva, sem pretendermos desvelar os caminhos e processos da disputa em questão ([136]), uma boa medida nos é fornecida pela sua penetração nos programas das escolas romanas, afinal "*o essencial do ensino dos gramáticos continua sendo* [como no mundo helênico e helenístico] *a explicação dos autores,*

[136] Estamos apenas identificando-o e demarcando-o nas fontes que constituem o nosso *corpus* literário.

dos poetas" (MARROU, 1975, p. 428), na eleição dos clássicos. Qual a posição de Cícero, Salústio e Tácito no conjunto, neste horizonte?

Marrou aqui é o nosso guia. Observa-nos que, a "audaciosa" reforma de Quinto Cecílio Epirota (introduzindo no ensino Vergílio, então ainda vivo e antes de dar luz à Eneida, além de outros poetas novos) inaugura uma tendência modernista, a qual se afirma ao tempo de Augusto logo depois, abrindo as portas para todo poeta de sucesso, ainda vivo, chegar à sala de aula: "*este foi o caso de Ovídio, Nero, Estácio; Lucano será estudado apenas depois de sua morte. Mas pelo fim do século I começou uma reação cujo intérprete é, para nós, particularmente Quintiliano*" (p. 428).

Assiste-se, então, uma reação arcaizante nos seus propósitos, mas de resultados mais arcaicizantes que exatamente arcaicos, como toda reação deste porte[137]. De tal forma que, proclamada a volta aos antigos poetas, posto Ênio à frente, na vestimenta de patrono, acaba mais citado que lido e, portanto, mal é seguido. Assumindo a reação uma feição clássica, cristaliza-se em torno de apenas alguns autores tidos como de indiscutível projeção:

> No primeiro plano, Virgílio, que é para os latinos, o que Homero é para os gregos, o poeta por excelência, o Poeta, simplesmente [...]. Imediatamente depois dele vem Terêncio, fato curioso, pois os críticos da época republicana não tinham por ele um culto tão exclusivo: Volcácio Sedigito, por exemplo, no fim do século II a.C., classificava-o ainda somente no sexto posto, muito abaixo de Cecílio, Plauto etc. Sob o império, pelo contrário, Terêncio é o mais estudado dentre os poetas dramáticos, regularmente comentado [...].
>
> Os outros grandes poetas latinos, Horácio por exemplo, não deixam de ser lidos nas escolas, porém o seu papel é mais apagado; quantos aos prosadores, historiadores e oradores, não são, em princípio, da competência do *grammaticus*: são lidos e comentados, com o retórico, embora a fronteira entre os dois graus seja, como já disse, demasiado flutuante: o estudo dos historiadores é às vezes reivindicado pelo gramático.
>
> A escolha feita pelos mestres antigos surpreende aqui também, por seu exclusivismo. Entre os historiadores, César, **Tácito** são ignorados; Tito Lívio, a despeito do voto preferencial emitido por Quintiliano, não parece haver conquistado o seu lugar: o historiador clássico por excelência, *historiae major auctor* [Marcial, Epigramas, V, 56, 5], é **Salústio**, que a tradição literária, erudita e escolar concorda em por no primeiro plano dos historiadores romanos.
>
> Entre os oradores, o mestre por excelência, o que com Virgílio resume toda a cultura latina, é, evidentemente, **Cícero**. Impera ele

[137] Cf. distinção estabelecida *supra* p.75 sobre as categorias de "arcaizante" e de "arcaicizante".

> como monarca na escola: conhece-se a regra de ouro formulada por Tito Lívio e retomada por Quintiliano: estudar, além de Cícero, os outros escritores na medida em que se assemelhem a ele, *ut quisque erit Ciceroni simillimus*. Entretanto, a reação arcaizante restabelece o interesse e às vezes a reputação dos autores da "Antiguidade": o velho Catão, os Gracos, mas trata-se apenas de um favor passageiro e que jamais representou perigo para o lugar de honra concedido ao grande orador.
>
> Em suma: o programa latino restringe-se à "quadriga", para retomar o título do manual de Arusiano Mésio: Virgílio, Terêncio, **Salústio** e **Cícero** (*ibid*., p. 429-430, os grifos são nossos).

A razão de ser dessa reação arcaicizante e a decorrente imposição de clássicos nas escolas romanas advém, a nosso juízo, da característica mentalidade patriárquica romana, a qual reage diante das novidades e imprime vigor aos setores sociais que a defendem. É sabido o papel fundamental desempenhado nas mentalidades pelos "modelos", como são designados certos sistemas parciais que se impõem como polos de atração neste campo. No caso romano esta função é exercida pelo por nós denominado "modelo" patriárquico, posto estar centrado na figura dos pais.

A sociedade romana pode ser, em boa parte, explicada a partir do signo do ***pater***, cuja primeira esfera de atuação é a família, amplamente subjugada ao arbítrio da *patria potestas.* Ao pai cabia poder de vida e de morte sobre os membros da família: esposas, filhos menores, filhas solteiras, mães viúvas e outras pessoas que lhe fossem confiadas (filhos adotivos, por exemplo). E a lei consagrava o respeito, o qual adquiria dimensões religiosas, pela figura do ***Pater Familias***.

A melhor ideia, talvez, sobre esta especial consideração nos é fornecida pelo modo como eram tratados os parricidas, autores do crime tido como o mais horrendo cometido por alguém, um ultraje aos deuses. É notável o fato de não acharmos, na longa lista de imperadores romanos, alguém envolvido, excetuados os rumores em relação a Domiciano e Caracala (este já além do marco temporal de nosso estudo), na morte de seu pai. Em contrapartida não há dúvidas sobre a responsabilidade de Nero na morte de sua mãe. Diga-se, *en passant*, não ser compartilhado tal fenômeno por outros povos antigos, incluídos os reinos helenísticos.

O castigo para os parricidas era exemplar, perdia-se no tempo o quando teria sido fixado, se nos: inícios da República ou durante a monarquia. O castigo do parricida como concebido destinava-se a exprimir a ira do pai Júpiter contra o filho

que ousasse assassinar aquele que transporta a semente que lhe dera a vida, por isso uma pena fixada por sacerdotes e não por legisladores.

Costuma-se ver a família como a primeira agência educadora, e não está errado tal formulação para Roma. Nas famílias o princípio dos ***mores maiorum*** era praticado e ensinado, de modo manter a solidez da célula familiar romana e com mais ênfase por certos setores quando percebem estar em moda valores de atuação deletéria sobre esses comportamentos tradicionais.

Entretanto o ***mos maiorum*** é um emblema das elites governantes. *"Nos costumes e varões antigos se apoia o Estado Romano"* nos diz Ênio e Cícero repete-nos[138]. Somos levados a crer em algo vincado em uma vetusta tradição, desde sempre fixada. Seriam eles partilhados por todo o povo romano? Poderiam ser lidos como mentalidades ou pertenceriam apenas à ideologia dos setores sociais dominantes.

Ora, qualquer relação que desejemos formular desses costumes atribuídos aos grandes e antigos fundadores de Roma, partindo das fontes de que dispomos, sejam elas materiais ou literárias, desvelam os valores contemplados no ***mos maiorum***, na forma como foram desenvolvidos, como um patrimônio das elites. Orgulhosamente exibidos como um traço de distinção social e *status*, os discursos que os apresentam são claramente vinculados aos interesses dos grupos hegemônicos. Assim, mesmo sendo objeto das mais diversas e antagônicas interpretações, parecem pertencer esses valores mais à ordem do ideológico que o mental. No entanto, cumpre reconhecer que, pela sua imprecisão, alguns dentre eles demonstram estarem mais enraizados na cultura romana, transgredindo as fronteiras sociais e encontrando alguma correspondência na mentalidade romana. Passam, então, da condição de valores para a de metavalores, constituindo o universo axiológico mental.

Por fim, longe de ser algo estático, engana-nos a propalada ancestralidade do ***mos maiorum***. Consoante, inclusive, com a dinâmica das tradições, enquanto tais

---

[138] "*Moribus antiquis res stat Romana virisque*" dístico extraído dos *Annales* de Ênio (preservado no Fragmento 492 Vahlen) e reproduzido por Cícero no *De Re Publica* (V, 1, 1), o qual a seguir comenta: "*Este verso, pela sua brevidade como pela sua verdade, parece-me ter sido pronunciado por um oráculo*" ("*Quem quidem ille versum vel brevitate vel veritate tamquam ex oraculo quodam mihi ex effatus videtur*"). As traduções são M. H. R. PEREIRA, 1984, p. 346.

tradições se mantêm ao longo das gerações, não têm como deixar de ser algo dinâmico, em constante movimento, reinventando-se permanentemente, relidas diante dos novos tempos.

Passamos em revista ou já citamos várias dessas noções tidas como valores ou ideais a comporem o quadro desses "costumes ancestrais": ***libertas*** (pp. 6n12, 77-78, 107), ***auctoritas*** e ***grauitas*** (p. 53n55 e p. 55), ***honor*** e ***gloria*** (p. 46), ***honor***, ***fama*** e ***gloria*** (p. 84), ***fama*** e ***gloria*** (pp. 84, 126), ***gloria*** (pp. 83, 87, 95, 96, 99, 107, 116, 126), ***honor*** (p. 115), ***labor*** (p. 55), ***labor*** e ***otium*** (pp. 91 e 111), ***pietas*** (p. 55), ***frugalitas*** (p. 55), ***simplicitas*** (p. 55), ***constantia*** (p. 55), ***disciplina*** (pp. 55, 80), ***fides*** (pp. 94, 114, 123n133) e ***uirtus*** (pp. 116 e 125). A eles podem ser acrescentados ***paupertas***, ***dignitas***, ***concordia*** e ***clementia*** apenas para nos restringirmos aos mais citados.

Alguns dentre eles são bastante antigos e propriamente latinos, apesar de acharem correspondência entre os gregos, tais como ***pietas*** / *eusebeia* (εὐσέβεια) e ***fides*** / *pístis* (πίστις). Outros são importados, sendo o ***otium*** (gr. *scholé*, σχολή), como vimos, o menos afeito ao gênio romano, acarretando enorme resistência antes de ser plenamente aceito entre os chamados "costumes ancestrais" designado, na feliz expressão de Cícero, como ***otium cum dignitate***[139].

Com o mesmo forte sabor de novidade, a trajetória de ***concordia*** / *homonoia* (Ὁμόνοια), entretanto, se revelou bem mais palatável aos segmentos conservadores, alcançando já um amplo sucesso desde o início.

Desses termos, alguns de referência muito antiga, de clara proveniência romana, sem correspondência alguma entre os gregos como valor, caso de ***grauitas*** e ***auctoritas***, sem que isso os torne mais propriamente romanos quando comparados aos demais. Assimilado ao conjunto "tradicional" o valor ganha "ancestralidade" e torna-se para o romano tão antigo quanto um de proveniência efetivamente romana, sendo disso o melhor exemplo a ***concordia***.

---

139 De Oratore, I, 1: "*Cogitanti mihi saepe numero et memoria vetera repetenti perbeati fuisse, Quinte frater, illi videri solent, qui in optima re publica, cum et honoribus et rerum gestarum gloria florerent, eum vitae cursum tenere potuerunt, ut vel in negotio sine periculo vel in* ***otio cum dignitate*** *esse possent*". E tb. no Pro Sestio, XLV, 98 ("*cum dignitate otium*"). Recordemos, porém, apesar do feliz achado, ainda levar algum tempo até que se imponha sem restrições tal noção ao espírito romano.

Por outro lado, não encontramos nas fontes ***auctoritas*** empregada para distinguir os romanos de outros povos. E se porventura dela houver registro neste sentido, com certeza, ainda assim, estará bem longe da intensidade com a qual vemos utilizados a ***fides*** ou a ***disciplina*** no delineamento da fronteira étnica, definindo-se o outro pela ausência dessas qualidades. No primeiro caso, *e.g.*, a perfídia é indicada como o jeito de ser de gregos, púnicos, númidas e mais uma vastidão de inimigos, destacando entre eles, o ***perfidus*** *Anibal*[140]. No segundo, a sua ausência é característica dos povos enfrentados pelos romanos no Ocidente: gauleses, germanos e britanos.

Sobre a ***fides*** cumpre esclarecer: se há alguma correspondência com noções e práticas gregas, o lugar por ela ocupado entre os romanos, independente da interpretação que possa adquirir, é inigualável, o que a caracteriza efetivamente também como um metavalor.

O prestígio entre os gregos de um aforisma como o do rei espartano Lisandro ("*quando a pele do leão não basta para se cobrir, deve-se costurar nela a pele da raposa*"[141]) ou das artimanhas do *polýmetis Odysseús*, o astuto Ulisses, como os romanos o chamavam, revelavam uma atitude sobre o modo de fazer a guerra não muito bem visto nas terras do Lácio justamente em decorrência da ***fides***.

Plutarco, inclusive, em sua Vida de Marcelo, (Μάρκελλος ou *Marcellus*), 22, se dá conta da distinção existente nas cidades de Esparta e de Roma quando são dispostos os procedimentos a serem cumpridos por ocasião dos sacrifícios após vencer uma guerra e "a este respeito, é útil considerar como o legislador lacônico [lacedemônio] nomeou seus sacrifícios de forma contrária ao dos romanos"[142]. Explica Plutarco, embora de modo impreciso, que os espartanos sacrificam um boi quando vencem por astúcia ou persuasão e um galo quando houve derramamento

---

[140] *Punica fides* em Cícero e Salústio e *ars punica* em Tito Lívio é como denominam a traição e a deslealdade (a ***perfidia***). BRIZZI (2003, p. 60) nos lembra, argumentando com Momigliano, que, se assim era, seria antes uma *Graeca fides*, pois os Barca foram os responsáveis por introduzir, ao contratarem o espartano Xantipo, as técnicas e o ideal militar grego para Cartago.

[141] BRIZZI, 2003, p. 9. A respeito de como a ***fides*** entre os romanos distinguia-os dos gregos no modo de conduzir a guerra e sobre as concepções de heroísmo devemos nossa reflexão a este autor, em particular pp. 9-12, 30-35 e 58-62.

[142] Ἄξιον δὲ καὶ τὸν **Λακωνικὸν** ἀποθεωρῆσαι νομοθέτην, ὑπεναντίως <τῷ> **Ῥωμαϊκῷ** τάξαντα τὰς θυσίας.

de sangue, enquanto os romanos sacrificam neste último caso um boi (triunfo maior) e no da vitória obtida sem uso das armas uma ovelha (triunfo menor: ovação).

Como faz notar BRIZZI, Plutarco erra ao interpretar o triunfo menor em Roma, pois "*a 'ovatio' não recompensa nunca, nem mesmo depois, a renúncia ao uso da força; reconhece apenas uma vitória de porte reduzido ou sublinha a natureza de um acontecimento, de qualquer forma bélico, de importância e prestígio menores*", mas isso não impede o trecho de evidenciar "*a atitude diversa assumida por gregos e romanos em relação à 'métis'*" (2003, p. 30).

Se, com o passar do tempo, os romanos acabaram por alterar algo dessa visão (Brizzi identifica na Guerra Anibálica o momento chave), os referenciais de algum modo permaneceram e alguma reserva sempre se manteve ao fazer uso do engodo e da fraude numa guerra contra um inimigo regular, *id est* entre iguais por serem povos com cidades. Ora, como o engano é um componente dessa astúcia exaltada pelos gregos desde Homero, há uma rejeição atávica que impede os romanos de forjarem "*uma expressão apta a traduzir literalmente o vocábulo 'stratégema', estratagema, cuja extensão semântica se estende, na língua helênica, por toda a vasta gama de expedientes e atalhos morais, de perspicácias e enganos diversos, úteis e comumente empregados tanto em diplomacia como na guerra*" (BRIZZI, 2003, p. 33).

É difícil exagerar o papel central desempenhado pela ***fides*** na sociedade romana, pois nela se assenta, ou se espera assentar, todo tipo de relação, privada ou pública, "*centro da ordem política, social e jurídica de Roma*" (PEREIRA, 1984, p. 320) e também "cimento do império romano" (*Ibid*., p. 326) ao assegurar tratados e acordos com os mais diferentes povos:

> [...] garantia da boa-fé e da benevolência mútua em toda a vida social. Usa oficialmente o título do *Fides Populi Romani* (a Boa-Fé do Povo Romano) e, tal como o deus vizinho, *Terminus*, garante a conservação das demarcações (fronteiras da cidade, limites dos campos e tudo o que se deve manter para que seja salvaguardada a ordem das coisas), *Fides* assegura as relações dos seres, tanto nos contratos como nos tratados, e mais profundamente ainda no contrato implícito, definido pelos diferentes costumes, que liga os cidadãos entre si. (GRIMAL, 1988, p. 70-71).

Do cliente ao patrono e das províncias ao império ou vice-versa, de um extremo ao outro, todos unidos pela ***fides***. Como não podia deixar de ser tal característica é cultuada na forma da deusa ***Fides***, representada sempre com idade avançada, a sugerir tanto o respeito que se devia ter pelos juramentos e acordos, como a garantia de longa duração alcançada por um compromisso através dela firmado. A deusa tinha um templo no Capitólio próximo ao de *Jupiter Optimus Maximus* e para oferecer um sacrifício à deusa era necessário envolver a mão direita em um pano branco, pois esta era a mão dos juramentos (com a qual, *u.g.*, os noivos selavam o acordo matrimonial) e eles, quaisquer que fossem, deviam ser sempre puros, sem dolo e intenção de fraude.

Courtesy: Numismatica Ars Classica

FIDES* NA NUMISMÁTICA IMPERIAL. A) Denário** datado de *ca.* 69 d.C. (Gália, Galba). A ***Fides é representada pelo aperto de mão com a direita (a mão dos juramentos) exaltando-se a lealdade do exército e da guarda pretoriana (inscrição no anverso: FIDES/EXERCITVVM; no reverso: FIDES/PRAETORIANORVM (disponível em http://www.dirtyoldcoins.com/roman/id/Anonymous-Roman-Coins.htm, acesso em 21fev2013). A mão direita é a dos acordos e o preço que se dispõe a pagar por prestar um juramento em falso, mesmo pelos mais elevados motivos, é relatado no episódio de Múcio Cévola (*infra* p. 143), tema que encontra correspondência na mitologia nórdica: o deus Týr perdeu a mão direita ao colocá-la na boca do lobo Fenrir de modo a permitir que os outros deuses capturassem a fera. Týr era cultuado como deus da guerra e dos juramentos. Outro exemplar da mesma moeda, com uma pequena corrosão pode ser achado em http://www.muenzen-ritter.de/46547-roemische-kaiserzeit-praegungen-des-buergerkriegs-denar-april-mai-69-ss.html?___store=gb&___from_store=de.

B). Sestércio, 192 d.C. (final do período Antonino, bronze, Lácio). Marte, em trajes militares, em pé de perfil para a direita, aperta com a mão direita a mesma mão de Fides. Esta, drapeada, de pé em ¾, está voltada para a esquerda. Na mão esquerda, Marte traz uma lança e Fides um estandarte militar; no campo entre eles: uma estrela (disponível em: http://www.perseus.tufts.edu/hopper/image?img=Perseus:image:1997.03.0940, acesso em 14jun2012). Acervo do Museum of Fine Arts, Boston.

Dada a importância que assume em nossas fontes, não podíamos nos furtar de tecer essas considerações sobre a ***fides***, as quais, todavia, não vão além de breves indicações do impacto da sua presença na sociedade e na cultura romana. E também a respeito dela, insistimos, o modo como se estrutura em relação aos demais valores, as ressignificações que vem a receber nos textos nos quais é destacada e também as práticas desenvolvidas em torno dela, todos são processos que se mantêm relativamente abertos e sempre dinâmicos. E o mesmo se deve ter em conta para todos os demais valores constituintes do ***mos maiorum*** e dos demais elementos que o cerca: as ***imagines***, o ***ius imaginum*** e a narrativa dos ***exempla***.

Assim é crucial compreender que: 1) esses ***mores*** nunca compuseram uma lista fechada, formando um conjunto bastante impreciso; 2) nem sempre foram os mesmos, seja no respeitante aos valores arrolados, seja no modo de compreendê-los; 3) muitos desses valores chegaram também a receber interpretação diversa caracterizando-se como conceitos essencialmente controversos; 4) tais costumes e valores remetem e participam de metavalores correspondentes no universo mental romano; 5) o quadro mental composto por esses metavalores pode exibir ao longo do tecido social e das épocas históricas distinta organização e hierarquização; 6) é possível identificar rastros desses metavalores, para além do grupo restrito das elites através do estudo dos movimentos sociais populares e de seus vestígios arqueológicos, pois muitos deles encontraram eco numa multidão que os reelaborou, caracterizando assim efetivamente um traço de mentalidade.

Um exemplo dessas transformações estruturais no seio da mentalidade romana nos é exibido no quadro a seguir, cujo original foi proposto por Eugen Cizek como síntese introdutória ao seu estudo sobre as mentalidades romanas. Com base em nossos próprios estudos introduzimos nele alguns ajustes. A nossa principal alteração está na inclusão da parelha ***labor*** / ***otium***, cuja importância não recebeu da parte de Cizek a devida atenção. Em torno dessa parelha podem ser entendidos vários dos dilemas vividos pela sociedade romana diante da difusão do “viver à grega”, ao tempo que permite remetermos a certo telurismo presente em todos os quadrantes da sociedade romana e em todas as épocas[143].

[143] ***Labor*** e ***grauitas***, como valores, semanticamente, são muito próximos entre si, ambos telúricos, descritores do ideal do soldado-camponês do exército cívico romano, cujo traço ainda pode ser

Quadro das Mutações Estruturais Romanas (adaptado de modelo formulado em CIZEK, 1996, p. 48)			
ESTRUTURAS SOCIAIS	**ESTRUTURAS POLÍTICAS**	**UNIVERSO MENTAL**	
		ESTRUTURAS MENTAIS	**ESTRUTURAS AXIOLÓGICAS (META-VALORES)**
I. *prae-urbs*	realeza latinossabina	*prae-ciuitas*	valores arcaicos
II. *urbs* das gentes	realeza etrusca, *res publica*	*prae-ciuitas*	*fides + pietas + labor*
III. *urbs* das gentes	*libera res publica*	*ciuitas*	*fides + pietas + labor + libertas*
IV. *urbs* timocrática	*libera res publica* (*nobilitatus*)	*ciuitas*	*fides + pietas + otium + libertas*
V. *imperium*	*principatus*	anti-*ciuitas* (cosmópolis)	*persona + dignitas+ otium*
VI. *imperium*	*dominatus*	anti-*ciuitas* (cosmópolis)	*obsequium + sanctitudo+ otium*

O ***pater***, embora CIZEK também não o mencione, a nosso ver, possui o mesmo estatuto da Cidade, ou seja, constitui para os romanos um "objeto nodal" de sua utensilagem mental[144]. O respeito em torno dele, as noções, práticas, representações e costumes decorrentes da compreensão particularmente romana dessa figura compõe uma personalidade de base tipicamente romana (p. 17), um etnoestilo (p. 19). É essa mentalidade patriárquica que proporciona uma aparência, a qual é falsa, de estabilidade estática e de unidade orgânica ao conjunto dos ***mores maiorum***.

> Desgostosa com tal desgraça, Lucrécia manda um mensageiro a Roma, ter com o pai, e a Árdea, ter com o marido, para que venham, cada um com um amigo fiel, pois tinha de se proceder com urgência; um fato atroz se havia produzido. Espúrio Lucrécio [o pai] veio com Públio Valério, filho de Vóleso, e Colatino [o marido, que também era primo do malfeitor, cujo pai era o tirano Tarquínio o Soberbo] com

---

encontrado em Vegécio (séc. IV d.C.), autor do Compêndio da Arte Militar (*Epitoma rei militaris* ou *De re militare*), remetendo a ***labor*** como metavalor. Para ele, fazendo desaguar uma vasta tradição, que tem um de seus mais antigos testemunhos em Catão o Censor, as atividades rurais não só são o caminho por excelência para obter a compleição física, a destreza e a resistência necessárias ao legionário, como também para formar a ***disciplina*** que constitui a força mais autêntica do exército romano (II, 2). O telurismo, portanto, dá conta dessa mentalidade de valorização da terra e de tudo a ela associado.

144 "*Esta utensilagem mental* [a dos romanos] *era constituída, na verdade, do conjunto das modalidades de pensamento e de estruturas lógicas, de elementos chaves da visão de mundo, expressos no vocabulário e na sintaxe da língua, notadamente nas concepções cardeais sobre o tempo, o espaço, a natureza, a sociedade, a divindade, os mitos e os clichês de pensamento*" (CIZEK, 1996, p. 16).

> Lúcio Júnio Bruto, com o qual regressava a Roma, quando encontrou com o mensageiro da esposa. Encontra Lucrécia tristemente sentada no quarto. À chegada dos seus irrompem-lhe as lágrimas [...] 'De futuro, nenhuma mulher viverá desonrada à sombra do exemplo de Lucrécia.' Pega num cutelo que trazia oculto na veste e enterra-o no coração; sucumbindo ao ferimento, cai expirante. O marido e o pai soltam um grito.
>
> Enquanto eles se entregam ao seu desgosto, Bruto arranca da ferida de Lucrécia o cutelo a gotejar sangue e segura-o diante de si, exclamando: 'Juro por este sangue, que era castíssimo antes da real afronta, e tomo-vos por testemunhas a vós, ó deuses, de que hei de perseguir a ferro e fogo, com quanta força tenho, Lúcio Tarquínio Soberbo com a sua criminosa mulher e toda a descendência dos filhos, e que não hei de consentir ou seja quem for reine em Roma.'
>
> Em seguida, passa o cutelo a Colatino, depois a Lucrécio e a Valério, estupefatos com a surpresa daquele prodígio, que produzira no peito de Bruto uma disposição de alma nova. Prestam o juramento prescrito. Do desgosto passam todos à fúria, e desde então seguem como chefe a Bruto, que os convida a derrubar o rei.
>
> Trazem o cadáver de Lucrécia de casa para o Fórum e amotinam os homens [...]. Cada um, por si, acusa a violência criminosa do príncipe. Comove-os a tristeza do pai, tanto como os demove Bruto a censurar a inutilidade de lágrimas e queixumes; é que ele os leva a agir como homens, comportando-se como era próprio de Romanos, a pegar em armas contra quem ousara proceder como seu inimigo. Os jovens mais aguerridos apresentam-se com armas, como voluntários. O resto da juventude vai atrás. Depois deixam o pai com guardas com guardas em Colácia e colocam sentinelas, a fim de que ninguém fosse denunciar a sublevação ao rei. Os restantes partem armados para Roma, levando Bruto como chefe. Quando lá chegaram, por onde quer que avançasse aquela multidão armada, causava pavor e tumulto. Depois, como viam à frente os primeiros dentre os cidadãos [os *patri*], entendem, que, seja o que for, não é sem razão.(TITO LÍVIO, *Ab Urbe Condita*, I, 58, 5 – 59, 6, os grifos são nossos)[145]

O quadro é bastante claro, a narrativa transita do privado para o público. No recinto do lar foi cometido um ato ignominioso contra a família, ato este só possível por um monarca cujas atitudes pessoais e públicas favoreceram, no seio de sua família comportamento desregrados. Lucrécia se mata pela *libertas*, levado o seu corpo do himineu para o Fórum, a revolta se instala.

Bruto representa o cidadão romano comum, capaz de se indignar quando a Cidade é ofendida e ela foi alvo do mais grave ultraje, após tantos desmandos do soberano, cujo filho age para conspurcar a honra de uma jovem castíssima. Por isso Bruto, por inspiração divina, toma à frente de tudo.

---

[145] Trad. Maria Helena da Rocha PEREIRA (antologia), 1986, p. 205-206. O original em latim nos anexos à tese.

Mas o pai, nas passagens citadas talvez seja a figura mais presente e são os Pais que, ao avalizarem a justeza da sedição, os possibilitadores da mais ampla adesão a um movimento que, de início, causa medo a quem não estava envolvido com os eventos mais diretamente relacionados. Os jovens se agitam, os cidadãos tomam à frente, mas é a reação do pai que dá o tom da gravidade do acontecido. E é a presença dos primeiros entre os cidadãos (pais novamente, pela idade e pelo saber) que permite afastar o temor daquela turba em movimento, informando aos demais assistentes, apenas por tal presença, tratar de algo sério e grave que merecia a atenção e a adesão de todos, legitimando e justificando o furor bélico (“comportando-se como era próprio de Romanos” quando o inimigo se manifesta) agora voltado pra dentro da sociedade.

No pai, o respeito aos antepassados e à hierarquia social, a primazia da família e a publicidade do privado. Apesar de todos os desmandos do tirano e daqueles que lhes eram próximos, foi precisa uma ameaça clara ao *pater famílias*, à sua autoridade e ao seu espaço, para que toda a sociedade se rebelasse. Assim, Tito Lívio descreve todo esse movimento, exibindo a força da imagem patriárquica na sociedade. Ela atravessa todo o tecido social com uma força inaudita.

Os romanos tinham bastante clareza, quando percorriam o olhar entre os demais povos, de como era única, entre todos os demais povos, a altíssima consideração que tinham por tal figura:

> Atenas, diz a tradição, foi a cidade mais prudente, durante o tempo em que exerceu uma autoridade suprema; ora, o mais sábio dos seus cidadãos diz-se que foi Sólon, aquele a quem se deve a redação das leis que ainda hoje são observadas em Atenas. Perguntaram-lhe um dia porque é que não tinha uma pena contra quem matasse o pai; respondeu que pensava que ninguém se tornaria culpável de tal crime. Diz-se que ele procedeu bem ao não prescrever nenhuma sanção para um crime de que ainda não havia exemplo, não viesse a suceder que, ao proibi-lo, desse a ideia a alguém de o praticar. Mas com quanta maior sabedoria agiram os nossos antepassados! Como se davam conta de que não há nada de tão sagrado que a audácia não possa violar um dia, imaginaram contra os parricidas um suplício de caráter especial, capaz de afastar do crime pela enormidade do castigo, aqueles a quem a própria natureza não pudesse manter no seu dever: quiseram que os parricidas fossem cosidos, vivos, dentro de um saco de couro, e lançados assim ao rio.
>
> Sabedoria verdadeiramente singular, ó juízes! Não parece mesmo que eles quiseram excluir e arrancar da natureza inteira este homem

> a quem, subitamente, tiram, ao mesmo tempo, o céu, o Sol, a água e a terra, de tal forma que aquele que desse a morte àquele de quem recebera o nascimento, se achasse privado de todos os elementos dos quais, como se diz, tudo o que existe recebeu o nascimento? Não quiseram lançar o corpo aos animais selvagens, com receio de que o fato de terem tocado num corpo conspurcado por tal crime fizesse com que esses animais se tornassem ainda mais ferozes para nós; não quiseram precipitá-los nus no rio, com medo de que, levados para o mar, os seus corpos poluíssem o próprio mar, que tem a reputação de purificar tudo o que está sujo; não lhes permitiram, enfim, tocar nem sequer a mais pequena partícula da coisa mais abjeta e desprezível. Efetivamente, que há de uso mais comum para os vivos do que o ar, e do que a terra para os mortos, do que o mar para os cadáveres que flutuam, e do que a praia para os que o mar rejeita? Os parricidas vivem, enquanto podem, sem poder aspirar o ar do céu; morrem sem que a terra toque nos seus ossos; são batidos pelas ondas sem jamais por ela serem banhados; enfim, são lançados para a praia sem poderem, depois da morte, repousar junto dum rochedo (CÍCERO, *Pro Roscio Amerino*, *apud* PARATORE, 1983, p. 184/185).

Do latim "***parricida*** *(paric-), -ae*" diz-nos o dicionário (FARIA, 1994, p. 704): 1. assassino de um dos pais (sentido próprio), daí na linguagem jurídica: 2. assassino de um parente, e um sentido especial: 3. assassino de um concidadão, 4. sacrilégio e 5.traidor, que faz guerra à pátria, réu de crime de traição.

No mais antigo direito ***parricidium*** era empregado para referir-se a qualquer tipo de homicídio doloso ou morte violenta. Fazendo atender o homicídio por tal nome configurava-o, de início, como algo pertencente ao âmbito doméstico, cabendo aos parentes da vítima a repressão e punição de tal ato. Quando o Rei passa a atuar nesse campo é ele auxiliado pelos *quaestores parricidii*.

Apenas com o final da República se restringe o seu emprego de modo a compreender somente o assassinato de parentes, desdobrando-o em crime de homicídio[146] com o intuito de atingir indiferentemente aqueles que não integrassem a família do réu como o sicário (*sicarius*[147]) e o envenenador (*veneficus*).

Com efeito, a *pátria potestas* (a autoridade vitalícia dos pais sobre a pessoa e os bens de seus descendentes, incluindo o poder de castigar e de punir com a morte

---

[146] O vocábulo *homicidium* só iniciou a ser empregado em época posterior.

[147] A esse respeito, consultar Theodore MOMMSEN, Derecho Penal Romano, vol. II, Madrid, La Espanã Moderna, s.d., p.109, o qual nos esclarece que o *crimen inter sicarios*, disciplinado pela lei Cornélia, abrangia todo fato violento executado com auxílio de armas. Com o tempo estendeu-se sua aplicação a toda ameaça praticada por pessoa armada, como assaltos e roubos.

alguém que lhe seja adstrito), uma sobrevivência da organização familiar na sociedade primitiva, responde por boa parte das peculiaridades do direito romano.

Mesmo com a sua progressiva restrição, inaugurada com a Lei das Doze Tábuas, sempre se manteve bastante amplo e efetivo o controle do pai sobre os bens dos filhos, "*resultado da noção primitiva de propriedade como pertencente à família (e não aos indivíduos) e sujeita à administração pelo chefe da família. Com certas modificações de ordem prática, como por exemplo o* ***peculium*** *ou permissão aos filhos, escravos e soldados para possuírem, essa noção perdurou até a época de Justiniano* (HAMMOND, 1970, p 172)".

Como se vê a mentalidade patriárquica é algo mais anterior e profundo que a própria noção de *mos maiorum*, conformando-a. Se esta última pertence ao campo ideológico, é uma distinção das elites, a mentalidade patriárquica, como o próprio nome sugere, é uma mentalidade, abrangendo todos os segmentos sociais. Assim, bem mais que o *mos maiorum*, tal mentalidade revela-se um traço fundamental dos romanos e tem o seu lugar nos autores estudados.

3.2. CÍCERO

O primeiro autor é *Marcus Tullius* CÍCERO (106-43 a.C.), cuja inclusão em nosso rol se deve ao seu papel na formulação de uma poética romana da História, a ecoar nas gerações que lhe sucederam, mesmo na Roma antiga. Certa ocasião, muitos anos após a sua morte, Augusto, ao encontrar nas mãos de um de seus netos uma obra de Cícero, após examiná-la detidamente, teria dito: "*Era um homem eloquente, meu filho, eloquente e amigo da pátria*"[148] subentendendo tratar-se de um romano e não há quem desse juízo duvide. Um romano sim, mas nascido em Arpino (*Arpinum*), pequena cidade dos volscos que, nos contrafortes dos Apeninos, confinava com as terras habitadas pelos marsos. Os cidadãos de Arpino desde 188 a.C. tinham se tornado romanos de pleno direito, incluído o *ius sufragium*[149], a

[148] PLUTARCO, Vida de Cícero, XLIX, 5.

[149] Dotado o território volsco de largos atrativos por sua riqueza agrícola (vides e cereais) e pesqueira, cumpre recordar, do século VI a IV a.C., o passado de guerra constante entre os dois povos. "[...] mais ardentes na revolta que hábeis na guerra" nas palavras de Tito Lívio (VII, 27), quase sempre aliados dos inimigos de Roma (dos équos, por exemplo), as lendas, com destaque, guardam em especial o nome: 1) de Camila, cantada por Vergílio, era uma espécie de amazona itálica consagrada à deusa local Decluna (apresentada como Diana na tradição romana), filha do rei volsco Métabo, que, auxiliando a causa de Turno e dos rútulos, opôs tenaz resistência a Eneias, e 2) do aristocrata romano Gnaeus Marcius dito Coriolanus, através de cujo apelido, obtido pela conquista da cidade de Corioli aos volscos, teve seu drama imortalizado por Plutarco e Shakespeare. Aconteceu, após a sua vitória, ter se indisposto a tal ponto em Roma que buscou o exílio voluntário em meio a seus antigos inimigos, tornando-se odiado por seus compatriotas. Escolhido para liderar os volscos contra Roma, Coriolano enceta uma campanha vitoriosa e chega a sitiá-la. Todavia, sob a pressão de sua mãe (Volumnia) e, talvez, também de sua esposa (Virgínia), desisti do cerco, levanta-o e, em seguida, movidos pela surpresa e revolta em face dessa abdicação de uma vitória iminente, acaba trucidado pelos volscos.

distância, porém, entre a cidade e Roma era um óbice ao exercício deste direito e os arpinates permanecem, em sua maioria, mergulhados nas atividades locais, cujo horizonte estava bem aquém da cosmopolita Roma de então.

Esta atitude de distanciamento, certo "provincianismo" moral[150], marcará toda a vida de Cícero e o seu pensamento, mantendo *pari passu* uma inteligência versátil e enciclopédica, o seu forte sentido de romanidade e um olhar constantemente crítico e à margem da dissolução institucional republicana. Homem de dois mundos, a Arpino volsca e interiorana e a Roma greco-latina e universalista, buscará reunir o melhor desses mundos em benefício da República e do Império.

Vindo de família plebeia[151] recém-chegada à condição de *equites* (cavaleiro), o pai proporcionou a ele e a seu irmão mais novo, Quinto, a melhor educação que tinham ao alcance e, por isso, transitava tranquila e confortavelmente por ambas as realidades. Sem nunca perder as suas raízes, Cícero, que toma a toga viril em 17 de março de 90 a.C., segue em Roma os mestres da eloquência latina (Lúcio Crasso e Marco Antônio) e as conferências dos oradores gregos (Molon de Rodes).

Importância especial na sua formação foi o aprofundamento no estudo das leis com os juristas Quinto Múcio Cévola o Áugure (159 - 88 a.C., cônsul em 117)[152],

---

[150] Distingamos o "provincianismo" moral daquele outro "provincianismo" de Tito Lívio, o qual, além de moral, era também estilístico e era chamado por Asínio Polião de "patavinidade" (← de *Patavium*, Pádua, de onde Tito Lívio era natural, na Gália Cisalpina): um bem mais distante que o outro de Roma, espacial e culturalmente, dois interiores bem distintos, mas ambos se sentindo igualmente romanos, embora um pudesse parecer mais propriamente romano que o outro aos olhos de quem se julga árbitro nessas questões (Asínio Polião). Note-se que se a estilística é usada para esgrimir a maior ou menor romanidade, esses homens, porém, provindos do interior se tornam campeões de uma romanidade moral questionando o comportamento visto por eles como dissoluto de boa parte da *nobilitas* apontando-o como antagônico às tradições que esta mesma *nobilitas* dizia cultivar. Observemos ainda que, apesar da menor familiaridade estilística de Lívio, havia entre este e Cícero, apesar das diferenças pessoais existentes, um liame construído pelo "provincianismo" moral que os fazia comungar da mesma ideia de romanidade.

[151] Plutarco, em sua Vida de Cícero (I, 1), nos informa que, além das referências às origens modestas de sua família, havia quem a fizesse remontar a Túlio Átio, rei dos volscos conhecido por dar vigoroso combate aos romanos.

[152] Grande autoridade em direito romano, fora orientado neste campo por seu pai (também de mesmo nome e cônsul em 174 a.C.) e estudara Filosofia com o estoico Panécio de Rodes. O Áugure ainda esposara uma filha de Caio Lélio Menor dito Sapiente (Lélio o Sábio), por sua vez amigo íntimo de Cipião Emiliano (*c*.185 - 129 a.C., *Scipio Aemilianus*, apelidado de "Africano Menor" e de "Numantino"
por ter liderado Roma na vitória sobre Cartago e Numância, destruindo-as), a quem já tivemos oportunidade de citar (*supra* p. 45). Duas vezes cônsul, chegou a obter dois triunfos e teria reunido em torno de si um círculo do qual participavam também Terêncio, Panécio, Políbio e Lucílio. Muitos destes nomes, incluindo o próprio Áugure, tornar-se-ão personagens de vários diálogos ciceronianos com destaque para *De Oratore*, *De Amicitia*, e *De Re Publica*.

o qual se tornou tutor e patrono de Cícero, e, após a morte deste, com o seu primo, de mesmo nome, chamado “o Pontífice”[153].

Dos Cévola e de seu esforço de dominar e organizar o vasto e casuístico conjunto das tradições jurídicas romanas, Cícero desenvolverá um especial apreço pelo direito e por seu estudo, considerando-o da mais alta relevância entre os saberes.

Família da mais elevada posição social, pertencente à *nobilitas*, a casa dos Múcios, orgulhosa de seus ancestrais: o apelido Cévola (= canhoto) devia-se ao gesto heroico de *Gaius Mucius* depois dito *Scaevola* que, estando Roma sitiada pelos exércitos de Porsena[154], ao ser apanhado na tentativa de assassinar o rei inimigo, jurou mentindo que outros como ele estavam pra vir com o intuito de ter sucesso onde falhara e para não comprometer a sua ***fides*** preferiu ver a sua mão direita queimar em brasa diante do rei inimigo. Porsena impressionado pelo gesto que interpreta como uma demonstração de coragem e firmeza de propósito promove um armistício com os romanos.

Roma, porém, vivia momentos difíceis, revelando-se a situação política bastante complicada. O cenário, quando da chegada de Cícero, era dominado pelos últimos anos de protagonismo de outro arpinate. De Caio Mário, o homem que liderou os exércitos romanos à vitória diante dos númidas de Jugurta, ao sul, na África, e dos germanos (címbrios e teutões), ao norte da Itália, no vale do Pó.

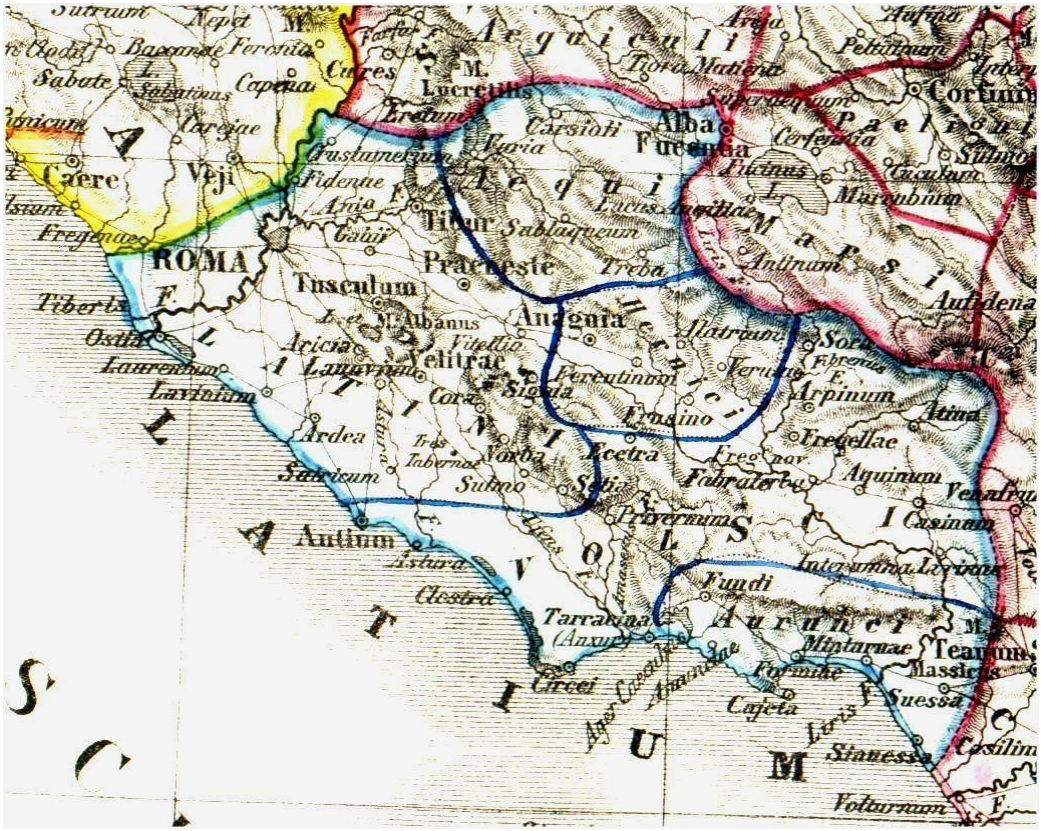
Tendo adquirido grande fama e prestígio por sua tenacidade e competência, Mário logra romper a barreira imposta pelo nobilitado para a ascensão dos “homens novos” às mais altas magistraturas, em particular o consulado, ao unir-se em matrimônio à uma jovem da *gens* Iulia, e não demora a por em xeque o monopólio desta elite sobre a República, se tornando campeão das causas populares.

---

[153] Há outro primo do Áugure também pontífice máximo, Públio Licínio Crasso Dives Muciano (185-130 a.C.), filho de Públio Múcio Cévola (cônsul em 175 a.C., irmão do pai do Áugure), posteriormente adotado por seu tio materno Públio Licínio Crasso. Do seu casamento nasceu Licínia, esposa de Caio Semprônio Graco tribuno da plebe. Muciano e seu irmão mais velho, Públio Múcio Cévola (cônsul em 133 a.C.) tinham, pois, relações familiares com os Graco e foram leais partidários das reformas por eles tentadas levar a efeito.

[154] Porsena, rei da cidade etrusca de Clusio, marchara com as suas tropas em apoio a Tarquínio o Soberbo, o qual fazia pouco tinha sido destronado e expulso pelos romanos, dando início à República.

ARPINO HODIERNA. A imagem, mesmo atual, nos fornece uma boa ideia da atmosfera rural e provinciana, marcas da longa duração, na qual Cícero teve a sua primeira formação e que não deixará de se fazer perceber no modo como o arpinate conceberá os valores propriamente romanos e o próprio ser romano. Disponível em: http://nuke.romeheritagetours.com/EXCURSIONFROMROMEMEDIEVALTOWNSANDCASTLES/tabid/477/Default.aspx (Rome Heritage Tours), acesso em 9fev2012.



MAPA 5[155], no qual se pode ver a cidade de Arpino a nordeste do antigo território dos volscos, o qual devia ser atravessado para, saindo de Roma, chegar-se à Campânia, no sul da península itálica.

[155] Mapa no qual se acham demarcadas, em azul, as áreas do ***Vetus Latium*** (região primitiva dos latinos: do rio Tibre ao promontório do Monte Circeo, *Mons Circeius*, dista de Roma, no sentido sudoeste, cerca de 60 milhas ou 100 km) e as áreas que, somadas ao território primitivo, uma vez

Quando Lúcio Cornélio Sula, patrício arruinado, antigo lugar-tenente de Mário, tornado desafeto deste, desejou declará-lo inimigo público de Roma e foi o Cévola Áugure quem lhe saiu em defesa argumentando não se poder imputar tal condição a quem salvara Roma dos bárbaros germanos. O fato é que Sula ao tempo no qual se achava sob o comando de Mário não escondia o incômodo de ter de obedecer a quem não tinha títulos de ancestralidade a exibir e, com o tempo, cada vez mais abertamente, passa ao confronto com seu antigo líder, convertendo-se em porta-voz daquela *nobilitas* minimamente disposta a partilhar dos seus privilégios.

Qualquer simpatia que Cícero pudesse vir a ter seja por um ou outro lado logo se viu desvanecida com as atitudes extremadas dos dois grupos e a consequente guerra civil que acabou por tomar conta de Roma. Ao terror imposto por um (Mário alquebrado pela doença não chega ao fim de seu sétimo consulado, vindo a falecer em 86), sucede o do outro, Sula, que impõe uma ditadura contrária a todos os preceitos constitucionais: perseguições, assassinatos, proscrições, intrigas...

A República estava atravessada por uma profunda crise advinda da concentração dos benefícios carreados com as conquistas nas mãos de muito poucos em detrimento da imensa maioria dos cidadãos (crescimento dos latifúndios, êxodo rural, disseminação do luxo, da ostentação e de práticas corruptoras) e a guerra civil, não tendo o Áugure vivido para vê-la, colhe Cícero em meio aos seus estudos e neles se aprofunda.

Todavia é nesse cenário que tem de iniciar a sua atividade advocatícia e contabiliza os seus primeiros sucessos como orador: defendendo Quíncio (81) e Sexto Roscio (80), seu primeiro caso importante, pois o autor da acusação de parricídio contra o seu cliente era um liberto (Crisógono) cujo patrono era o próprio Sula. Enfrenta-o com o apoio da *gens Metelli*, produz no confronto o *Pro Roscio Amerino* (79 a.C.) e vence com brilhantismo a pendenga judiciária.

Após a vitória, a prudência recomenda-lhe ausentar-se de Roma afim de não converter-se em eventual alvo para um acesso de ira do ditador em busca de

---

agregadas, passam a formar uma nova região mais expandida: o novo Lácio. No sentido horário as áreas agregadas: os sítios dos équos (*aequi*), dos hérnicos (*hernici*), dos volscos (*volsci*) e dos auruncos (*aurunci*). Disponível em Vorlage H.Kiepert, “Atlas antiques”, Berlin: (Reimer) o.J. *apud* www.gottwein.de/roge/his_0343.php, acesso em 9fev2012.

vingança. Com a desculpa de procurar dar tratamento à sua saúde frágil, a qual era de todos conhecida, toma o rumo do Oriente helenizado (82 a. C.), aproveitando a ocasião para seguir em seus estudos e aperfeiçoar os próprios dotes oratórios. À época, entre os jovens da elite romana, já se tornara tradicional esta viagem de instrução[156]. Em Atenas, Ásia Menor e Rodes busca o convívio dos maiores filósofos e oradores. Também conhece a filosofia epicurista e passa a contestá-la. Os epicureus adotavam uma postura completamente afastada da atividade política e de recusa dos valores mais caros aos romanos.

Retorna a Roma em 77, um ano após a morte de Sula, casando-se com a rica Terência e, em 75, fazendo-se eleger para o cargo de questor, ingressa no ***cursus honorum*** não sem alguma hesitação. O fato é relatado por PLUTARCO (V, 1-2) que, ao mencionar ter obtido do oráculo délfico o vaticínio que alcançaria maior glória se tomasse "como guia para a vida a sua própria natureza e não a opinião dos homens", Cícero teria optado de início por uma vida discreta, entregue ao ócio e, por isso, sendo chamado por alguns romanos de "grego", até ceder em face da pressão do pai e de amigos e lançar-se às magistraturas.

A partir do ano seguinte, ingressa no Senado, tornando-se "homem novo" (***nouus homo***) e iniciando a uma carreira política que o levará ao consulado (63). Antes, porém, durante o exercício da pretura (66), tem ocasião de pela primeira vez manifestar o seu apoio a Pompeu, defendendo-lhe o comando da guerra contra Mitrídates, rei do Ponto, no Oriente, quando profere o *De Lege Manilia* (também chamado *De Imperio Gn. Pompeii*).

No consulado enfrenta a conjuração de Catilina, alcança o apogeu político, sendo aclamado ***Pater Patriae***, mas logo depois a sua carreira política desanda ao rejeitar a aliança com César, Pompeu e Crasso, em razão de suas convicções políticas, e provocar a rivalidade do influente Clódio, ao tempo que os *optimates* nutriam contra ele a mesma desconfiança por eles direcionada aos triúnviros. Sem apoio político e premido por Clódio, retira-se para a Macedônia. Retornará um ano e meio depois em decorrência dos excessos de Clódio e sob as bênçãos de Pompeu,

---

[156] Cícero reconhecia constituir estágio compulsório na educação de um jovem de família uma viagem a Atenas e outros sítios luminares do mundo grego, e esta recomendação incluirá no seu *De Legibus* (II, 2, 4) chancelando a opinião já em voga algum tempo.

mas nunca mais voltará a gozar o prestígio de antes em uma Roma constantemente à beira da guerra civil.

Em retiro das atividades políticas, percebendo-se sem espaço, este será o seu período intelectual mais produtivo, dele resultando, entre outras, as suas mais importantes obras para a reflexão da sociedade romana de então e relacionadas à operação historiográfica: *De Oratore* (55), *De Re Publica* (54-51), mas também o *De Legibus* (52).

Com a eclosão irremediável do conflito entre César e Pompeu, após longa hesitação, passou como todo o seu passado recente lhe impunha, para as fileiras de Pompeu e seguiu sua sorte até a derrota de Farsália, em 48 a. C. Encontrava-se em *Dyrrhachium* (at. Durazzo[157]) nos dias do conflito decisivo e, uma vez sabendo do resultado da batalha, decidiu não mais seguir o exército fugitivo, retornando à Itália e confiando-se à generosidade do vencedor. Acolhido por César, mas amargurado, passou a dividir o seu tempo entre a casa de Roma e a *villa* de Túsculo, onde buscou refúgio no exercício das letras.

Neste novo retiro intelectual imposto pelas circunstâncias, após a vitória de César sobre Pompeu e durante a sua ditadura, entre 46 e 44 a. C., resultam *Brutus*, *Orator*, *Partitiones Oratoriae*, *De Amicitia*, *De Senectute*, *Tusculanae Disputationes*, *De Finibus*, *De Diuinatione*, *De Officiis*. Igualmente desse período resulta, através da criação de vários neologismos, a dotação pelo latim de um vocabulário filosófico, até então ausente, à altura do grego.

Assassinado César, Cícero volta ao proscênio no papel de defensor da República e como inimigo voraz de Marco Antônio, contra quem escreve as Filípicas, obra na qual associa Antônio a Felipe da Macedônia denunciando-o como um perigo iminente para a liberdade (a ***libertas***) de Roma. Apoia Cássio e Bruto, subestima Otávio e acreditando na possibilidade de ser o orientador político do mesmo, convence o Senado a fortalecer o filho adotivo de César com o título de cônsul (mesmo sem ter completado 20 anos) e a fornecer ao mesmo suas legiões.

---

[157] Na costa albanesa do Adriático.

Entretanto, Otávio assim fortalecido celebra um acordo político com Marco Antônio e Lépido, o II Triunvirato, e abandona Cícero à ira de Antônio. Cícero ainda tenta fugir antes da chegada, em Roma, do Triunvirato, mas, após defrontar-se com dificuldades na fuga, desiste da mesma e entrega-se à sua sorte, vindo a morrer em 07 de dezembro de 43 a. C., pelas mãos dos seguidores de Antônio, que o decapitam e cortam-lhe também as mãos, em referência ao seu poder de oratória e sua capacidade de escrita.

Mesmo não sendo patrício de nascimento, mas um ***homo nouus***, pertencente à classe equestre, Cícero arvorou-se como o grande porta-voz dos valores tradicionais e aristocráticos da República Senatorial romana. Defensor dos ***optimates*** e do ***mos maiorum***, mostrou-se incansável ao longo de sua vida pública e em suas obras, não dando trégua às ameaças percebidas contra sua Roma.

O seu caráter conservador manifestou-se em seu estilo literário e na sua formação filosófica. Cícero era defensor da língua e da cultura latina, evitava a utilização de termos de origem grega e procurava, sempre que possível, como já fizemos notar, a criação de palavras em latim para a tradução de expressões gregas. Na Filosofia, era contrário à corrente filosófica grega epicurista, por acreditar, que esta, não se adequava com o modo de vida romano, que primava pelo envolvimento dos cidadãos nos problemas políticos da Cidade, sendo assim, contrários aos valores tradicionais de Roma.

A vida de Cícero alternada entre o ***otio*** do espírito, que eventualmente lhe era imposto, e a atividade intensa nos campos político, militar e oratório, moldaram as personagens de seus escritos. Cipião Emiliano, Lélio e outros semelhantes, a despeito de sua realidade histórica, surgem, em sua obra, como homens profundamente inclinados a essa alternância. Cícero apreciava projetar no passado de Roma, na época por ele tida como a fase áurea, as suas próprias experiências, apresentando-se a si próprio nas vestes de seus heróis prediletos.

O que se vê é um esforço seletivo, colocado a serviço da afirmação da identidade romana como legítima herdeira da civilização helênica. É notável o delineamento da seguinte solução: admirável é nos gregos o fato de terem conduzido a alturas inigualáveis a humanidade, desenvolvendo a cultura ou civilização como nenhum outro povo. Mas, desrespeitando o legado de seus

antepassados, teriam sido os próprios gregos os primeiros a não saberem se manter dignos de tão alta honraria, quando se abrem, com o helenismo, para a assimilação de hábitos e ideias próximo-orientais nada afeitas às tradições cívicas (ou políades). Daí a imagem a respeito deles difundida de novidadeiros[158] e ardilosos (***perfidia***), em nada condizentes à personalidade grave[159] própria de alguém dotado de nobres sentimentos e aspirações:

> Também dentre os gregos é preciso ter cuidado com certas intimidades, a não ser de um reduzidíssimo número de homens, se é que os há, dignos da antiga Grécia; de fato, a maioria é enganadora, de ânimo leve e treinados por uma longa servidão no excesso da complacência ([160]).

Agora cabia aos romanos a responsabilidade de portar a venerável tocha da cultura humana e da civilização, assimilando os antigos modelos, deles sorvendo inspiração para seguir em frente, ultrapassando as antigas realizações (*De Re Publica* II, 30, 52). Para tanto, pois, era necessário reconstruir a identidade romana baseando-a nos costumes ancestrais, assimilando da cultura grega os elementos considerados positivos e adequados ao que propugnava como próprio ao *ethos* romano e, por outro lado, rejeitando e atacando as suas perniciosas inovações, enxergadas como contrárias à exaltação do ***mos maiorum*** e do passado heroico romano. Assim, Cícero insiste, ao longo de sua vida e obra, na necessidade de valorizar a história de Roma, a língua e aquilo que será chamado de ***labor litterarius***, cujos frutos passamos a denominar de literatura latina.

Cícero se apresentava como defensor de um envolvimento constante e necessário entre os cidadãos e a política romana, entendendo tratar-se de um elemento essencial à condição romana e à vida cívica a prática dos negócios políticos da Cidade. Contudo, as adversidades vividas por Cícero, a partir de 58 a.C., levam ao seu afastamento do cenário político romano. Isto lhe proporcionou a introspecção espiritual necessária ao desenvolvimento de suas grandes obras literárias e filosóficas. Dessa experiência em diante Cícero passa a defender a

---

[158] Inclinação esta também mencionada, *u.g.*, por Tácito em seus *Annales*, vide *infra* p. 229 entre as citações de ***dissonus*** no quadrado semiótico apresentado.

[159] A respeito da ***grauitas*** e de sua oposição à ***leuitas*** grega, constituindo a imagem de contraditoriedade entre duas personalidades de base, esclarece-nos a observação *infra* à p. 163n175.

[160] CÍCERO, *Epistulae ad Quintum fratrem*, I, 1, 5, 16 a*pud* M. H. R. PEREIRA, 1984, p. 67.

prática do ócio contemplativo como atividade voltada para a comunidade visando o fortalecimento da cultura romana.

Afinal dois elementos são importantes a serem ressaltados neste contexto: o primeiro é que em nenhum momento Cícero nega a importância da atividade política, afirma, sim, que o ócio contemplativo só seria possível e produtivo se estivesse sendo praticado em complemento a uma vida política ativa, o que este autor chamou de ***otium cum dignitate***; o segundo é que a sua opção pela vida contemplativa e espiritual nos parece bastante circunstancial e não a expressão de uma mudança significativa na ideologia do mesmo, pois nos momentos nos quais Cícero sentiu a possibilidade de assumir um papel importante na política romana, o mesmo não hesitou em deixar o seu refúgio, em Túsculo, para apresentar-se como o salvador da República e de seus valores.

Em todo este afã, mesmo considerando nos ter chegado incompleto, o texto chave é o tratado filosófico *De Re Publica*, escrito na forma de diálogo, como vimos, entre os anos de 55 a 51 a.C. A obra está também entre as principais de Cícero.

Dividido em seis livros, elaborado a partir do modelo grego d'*A República* (Πολιτεία) de Platão, tomou um rumo todo próprio, por diversos títulos, em especial pela assunção da realidade política romana como o seu tema, como veremos adiante.

Ao datar em 129 a.C. o diálogo representado nesta obra, Cícero presta uma homenagem Cipião Emiliano, a quem considerava como o maior dos romanos, porquanto esse é também o ano de sua morte em circunstâncias nunca esclarecidas[161]. Pois bem, justo ele mais Lélio[162], seu principal interlocutor na obra,

---

[161] Vide a seu respeito *supra* p. 141n147. Encontrado morto, ao amanhecer, com sinais de estrangulamento no pescoço, nenhuma averiguação se fez sobre o ocorrido, sendo realizado privadamente o seu funeral ("*mane in lectulo repertus est mortuus, ita ut quaedam elisarum faucium in cervice reperirentur notae. De tanti viri morte nulla habita est quaestio eiusque corpus velato capite elatum est*", Veleio Patérculo, *Historiae Romanae*, II, 4, o qual conclui logo a seguir: [ele] cuja obra elevou a cabeça de Roma sobre toda a órbita terrestre ["*cuius opera super* ***totum terrarum orbem*** *Roma extulerat caput*"]). Inúmeros boatos se sucederam e alguns deles encontram registro em Apiano (Ῥωμαϊκά, XIII, 20). O ano de sua morte é praticamente um ponto mediano entre o tribunato de Tibério Graco (133), seu cunhado, a quem Emiliano moveu severa oposição, e os de Caio Graco (123e 122), ambos assassinados no exercício de suas magistraturas. Portanto um período no qual estavam expostas as feridas de uma elite dolorosamente cindida.

[162] *Lucius Gaius Laelius* ou Lélio, o Sábio, comentado *en passant* na remissão acima, era íntimo de Emiliano, esteve sob seu comando quando da destruição de Cartago (146 a. C.) e foi cônsul em 140 a.C. Dele temos a notícia por Cícero de sua fama de ser um dos maiores oradores romanos, quando

são os protagonistas do diálogo no qual ainda foram incluídas outras personalidades da história romana que lhes eram próximas. No decorrer dos debates, Cícero se descuida (?) e comete um anacronismo ao inserir eventos posteriores ao seu enredo como citação de algo ocorrido[163].

Entre as principais fontes da obra, além d'A República já citada, constam outras obras de Platão (*Fedro* e *Fédon* em especial), as de Panécio e as Histórias (Ἱστορίαι) de Políbio. No entanto, o diálogo de Cícero pelo simples fato historicizar o seu procedimento demarca neste ato o afastamento que se fará cada vez maior de seu modelo, pois, se Platão tem como objeto uma cidade ideal, sem realidade histórica além daquela que "*cada um pode fundar para si mesmo*"[164], o seu êmulo elege como objeto de análise uma cidade real, existente e que, em sua opinião, é a mais bem governada e a mais talentosa de todas. Ou seja, Cícero pretende retratar, em sua obra, a república romana.

O diálogo assume na abertura a forma de uma longa apologia da atuação política do seu autor (I, 1), empreendendo uma séria crítica aos epicuristas. A razão: a defesa, assumida por tais filósofos, de uma vida calma, em completo afastamento das atividades públicas. Para Cícero, a mais alta virtude está no exercício do governo da Cidade, mesmo a custo de se expor a perigos e ingratidões das massas, como o próprio autor já tinha experimentado em decorrência do consulado por ele exercido em 63 a. C.

Nas palavras de Cícero, "não há nada em que o valor humano mais se aproxime da divindade do que a fundação de novas cidades ou a preservação das existentes" (I, 7). Ainda no prólogo aponta como compensações suficientes face qualquer injustiça sofrida, a satisfação de servir à Cidade, zelar pela proteção da mesma e o reconhecimento público desse empenho. O diálogo tem propriamente início, concluída essa apologia, com a afirmação de ter ocorrido na presença de

---

não o primeiro dentre eles no juízo de muitos (*Brutus* [ou História dos Oradores Famosos], 84: "[...] *priores tamen libenter deferunt Laelio*", culminando uma análise iniciada na seção 82 da obra).

[163] Se proposital ou não podemos apenas formular conjecturas, mas não há como tergiversar: Cícero deixa escapar esse anacronismo (em I, 19) quando faz Lélio, após revelar o seu descontentamento com o rumo da prosa (astronomia), comenta conflitos políticos e sociais ocorridos na Roma de Cícero (século I a. C.), opinando como nocivos o consulado de Crasso (70 a. C.), o tribunato de Clódio (58 a. C.) e o próprio triunvirato celebrado por Crasso, Pompeu e César em 60 a. C.

[164] PLATÃO, *A República* (Πολιτεία), 592.

Rutilo Rufo, o qual contou ao seu irmão Quinto. Dos seis livros dessa obra, os mais íntegros são os dois primeiros.

No Livro I examina-se sobre qual seria a melhor constituição. Cícero apropria-se da classificação tripartida grega, já presente em Heródoto, estabelecendo uma discussão entre monarquia, aristocracia e democracia e, como Platão e Aristóteles, descreve a degeneração e o ciclo evolutivo de cada uma destas constituições. Ao final, em uma posição derivada de Políbio, apresenta a constituição mista como superior a todas as demais: "*Destes três sistemas primitivos, creio que o melhor é, sem disputa, a monarquia; mas, ela mesma é sempre inferior à forma política que resultaria da combinação das três*"[165].

Assim, o leitor se acha devidamente preparado para, no Livro II, aceitar a excelência da constituição romana, a qual seria um caso de constituição mista. Entretanto ainda aqui, de modo surpreendente, não se acharia a fonte da grandeza romana, e sim nos valores e nos costumes ancestrais romanos (***mos maiorum***). Desse modo, a operação toda resulta em ver a civilização romana como o resultado de suas próprias e originais qualidades, embora sem negar a influência da cultura grega[166]. Portanto, no Livro II, vemos explicitar-se a questão da identidade romana como argumento central, apresentada como não inferior à grega.

No *De Re Publica* em geral, e no seu Livro II em particular, está subjacente uma forte mensagem ideológica, cujo objetivo seria a afirmação da identidade romana frente à cultura grega. A busca da afirmação de sua identidade, face às demais culturas, é fruto dos conflitos sociais vividos por Roma. A Cidade, maior potência político-militar do momento, lutava para fugir da sombra da cultura helênica, reconhecida como glória maior do mundo civilizado, ou seja, o dominador militar batia-se para não se ver como um "dominado" cultural.

Neste sentido, em todo o Livro II, a cultura romana é confrontada com a cultura grega, na tentativa de apresentar-se como a superior. Os interlocutores dedicam-se a apresentar tal superioridade tanto no terreno político quanto cultural, a

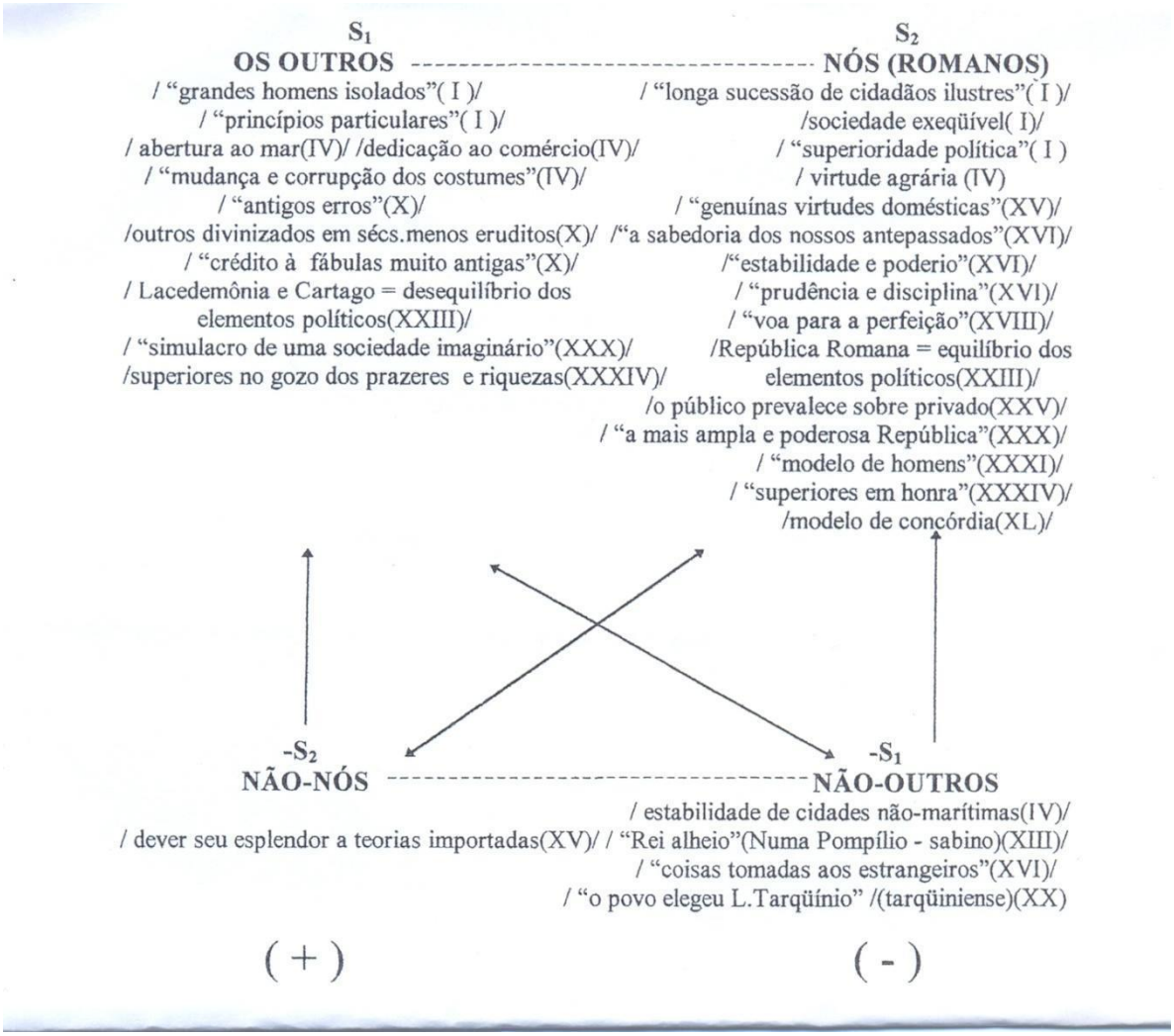
---

[165] *De Re Publica* I, 45, reverberando Políbio, Histórias (Ἱστορίαι), VI, 11.

[166] *De Re Publica* II, 19: *"Correu da Grécia para esta cidade, não um tênue fio de água, mas uma torrente vastíssima de ciência e técnicas* [*Influxit enim non tenuis quidam e Graecia rivulus in hanc urbem, sed abundantissimus amnis illarum disciplinarum et artium*]*"*.

partir da comparação com as demais sociedades do mundo antigo em geral e com os gregos em particular. De tais considerações, logo a seguir, propomos como sua apresentação gráfica, o seguinte quadrado semiótico:

QUADRADO SEMIÓTICO PARA *DE RE PUBLICA*, II



O modelo acima esquematiza a lógica desenhada pelo Livro II, na qual se caminha de S_1 (/outros/) a S_2 (/nós/), sugerindo o percurso: /$S_1(-S_1)S_2$/. *Id est*, o diálogo constante no referido livro, parte de /outros/, rejeitando-o, para chegar ao /nós/, passando pelo /não-outros/. O percurso contrário, $S_2(-S_2)S_1$, ou seja, partindo de S_2 *(/*nós*/)* para S_1 *(/*outros*/)* passando por $-S_2$ (/não-nós/), também é proposto pelo texto, mas de forma implícita e ocorrendo raras vezes. Podemos dizer, ainda,

que a dêixis negativa (S_2 e $-S_1$) é euforizada pelo investimento tímico do texto, ao passo que a dêixis positiva (S_1 e $-S_2$) é disforizada.

No referente ao percurso euforizado /$S_1(-S_1)S_2$/, podemos percebê-lo sugerido quando os dialogantes indicam dever a grandeza de Roma às suas "*genuínas e domésticas virtudes*" (*genuinis domesticisque virtutibus*) ou, o inverso, os valores a sustentarem esta forte Cidade (prudência, sabedoria, virtude agrária, honra, interesse pelas questões públicas, respeito aos costumes ancestrais, entre outras) são os responsáveis por fazer de Roma a maior e mais poderosa das cidades-Estado do mundo antigo.

Como estratégia de afirmação da identidade romana e de sua superioridade, ao opor elementos da cultura romana e elementos da cultura estrangeira, a grandeza do ser romano se manifesta como fruto da experiência e colaboração de toda a sociedade, à proporção que nos outros, principalmente gregos, a virtude de sua genialidade e imaginação reside tão só em membros isolados de sua cultura.

Logo, na abertura deste Livro, Cipião menciona Catão, conhecido por ser um dos maiores defensores dos valores latinos e, por conseguinte, crítico feroz da influência da cultura grega em Roma[167]:

> Começarei por um pensamento do velho Catão, a quem muito amei e admiro singularmente [...]. Costumava dizer que nossa superioridade política tinha como causa o fato de que os outros Estados nunca tiveram, senão isolados, seus grandes homens, que davam leis à sua pátria de acordo com seus princípios particulares; Minos em Creta, Licurgo na Lacedemônia, e, em Atenas, teatro de tantas revoluções, Teseu, Drácon, Sólon, Clístenes e tantos outros, até que para reanimar seu desalento e debilidade achou Demétrio, o douto varão de Falero; nossa República, pelo contrário, gloriosa de uma longa sucessão de cidadãos ilustres, teve para assegurar e afiançar seu poderio, não a vida de um só legislador, mas muitas gerações e séculos de sucessão constantes [...], a reunião dos mais brilhantes gênios seria insuficiente para abraçar tudo com um só olhar, sem o auxílio da experiência e do tempo (II, 1).

Nesta passagem é clara a oposição entre a virtude grega da genialidade solitária e a virtude romana caracterizada pela experiência coletiva dos seus

---

[167] É interessante ver aqui a união de dois espíritos comumente apresentados como antagônicos: Catão o Censor, campeão da arcaicização da grandeza e das virtudes romanas, e Cipião Emiliano, em torno do qual se teria reunido o Círculo visto como expressão magna de tudo aquilo que o primeiro combatia.

cidadãos romanos na gestão de sua cidade, sempre valorizando a própria sociedade romana diante da outra. No mesmo trecho, pouco mais adiante, temos:

> Assim, seguindo o costume de Catão, remontarei até a origem de Roma servindo-me com prazer de suas próprias frases; meu objeto será, por outra parte, mais exequível mostrando-vos o nascimento de Roma, sua adolescência, sua juventude, sua vigorosa madureza, do que criando, como Sócrates, uma república imaginária (II, 1).

Como se pode notar aqui, percebe-se uma oposição fundamental entre a experiência romana, de um lado, e a imaginação grega, de outro. A cidade imaginada por Sócrates pode ser uma grande obra para o estudo das coisas políticas, todavia muito maior é a realização da cidade dos romanos, a qual, mesmo não sendo tão perfeita como a imaginada pelos gregos, é superior por se tratar de uma cidade fatível, mais ainda, real. A romana não é produto da imaginação de uma só pessoa, mas do tempo e do trabalho de muitos.

Narrar a experiência de Roma como cidade, fazer passar a procissão de homens ilustres que orientaram todo um povo na sua construção como obra coletiva, funcionam quase como uma senha a dar início a sua digressão sobre a história de Roma desde as suas origens até os primeiros anos após a expulsão dos Tarquínios e a consequente implantação do consulado. Não há, pois, como deixar de ver em Cícero, a orientar a sua narrativa, o Catão das *Origines*.

A ênfase no coletivo é uma maneira não só de insistir no caráter cívico da sociedade romana, mas ainda de fazê-lo de forma avantajada sobre as demais cidades apresentando Roma como a cidade perfeita por antonomásia. A lei a qual todos estão submetidos e os faz iguais à medida que cidadãos é a mesma lei deliberada pelo conjunto desses mesmos cidadãos. Se há desigualdade prática pela existência de famílias detentoras de privilégios (Roma é uma sociedade hierarquizada e fortemente patriárquica[168]) aqui não é o caso. Há uma insistência clara de Cícero em exaltar a ***libertas***. É esse o valor que faz inscrever no frontispício da porta por onde entra na Roma que nos descreve.

---

[168] Daí ao invés de se dizerem atenienses, lacedemônios, tebanos, coríntios etc como fazem os gregos, se autodenominam através da fórmula ***Senatus Populusque Romanum*** (SPQR), o "Senado e o Povo Romano": o Povo detendo a ***libertas*** e o Senado (Conselho dos Anciãos), *domus Patri*, a casa dos Pais, a ***auctoritas***, através da qual o valor primeiro seria preservado.

Além de imaginação privada (idealização) e trabalho coletivo (experiência), outras oposições também estão presentes no texto, a balizarem a narrativa dos primeiros tempos de Roma. De pronto, chama à atenção a constituída entre o voltado para o mar (estrangeiro) e o voltado para a terra (romano). A virtude agrária (***labor***) dos romanos seria a responsável pela estabilidade das instituições e pela manutenção dos costumes, à medida que a abertura para o comércio marítimo, vista nos gregos e cartagineses, teria neles desencadeado, atrelada às riquezas por ela advindas, a corrupção de suas instituições e de seus costumes. Senão vejamos:

> Com incrível acerto, [Rômulo] escolheu o lugar em que a cidade devia situar-se, ponto delicado quando se trata de uma cidade que quer assentar as bases de uma prosperidade futura; não a aproximou do mar, visto serem frequentes, nas cidades marítimas, a mudança e a corrupção dos costumes, pois os idiomas e comércios estranhos não importam unicamente mercadorias e palavras, mas também costumes, que tiram a estabilidade às instituições. [...] Não foi outra a principal causa da decadência de Cartago e de Corinto senão essa dispersão dos cidadãos, aos quais a ânsia de navegar e de enriquecer fez abandonar o cultivo dos campos e o prazer das armas. [...] Quando digo Corinto poderia sem dúvida aplicar-se a toda a Grécia (II, 3).

Quanto aos semas do percurso disforizado, /S_2(-S_2)S_1/, nos “outros” não há necessariamente um caráter negativo. Afinal esse "outro", basicamente grego, apresenta-se portador tanto de elementos positivos como negativos. O que se disforiza no texto é o percurso, a transposição, do /nós/ para os /os outros/. É certo, o ser grego não é, em si, um mal, apenas o é em relação ao romano, por ser este a mais perfeita manifestação da virtude. Deixar, portanto de ser romano para ser grego, ou qualquer outro estrangeiro, significa na ótica do texto um retrocesso.

Não surge, portanto, nesta passagem (e podemos dizer do Cícero em geral) uma intenção clara em desmerecer a cultura grega. Ao contrário, há vários momentos nos quais o autor faz apologia aos gregos, tanto em relação à sua cultura, como a muitos de seus representantes. Chega a mencionar a apropriação e melhoramento pelos romanos de variados traços culturais, vistos como positivos, dos gregos. O que se sobressai, deste Livro, é a preocupação do autor em marcar a identidade romana frente à cultura estrangeira, mostrando o quanto o ser romano é superior ao dos demais povos. Sendo assim, o caráter de disforização da cultura

estrangeira e principalmente grega, aparece de forma implícita na contraposição à grandeza de Roma.

Como um dos poucos trechos do texto onde é manifesto o percurso disforizado (/S_2(-S_2)S_1/) pode-se citar (II, 15):

> Manílio - É verdadeira a memória que se conserva de que Numa foi discípulo de Pitágoras ou, pelo menos, pitagórico? [...]
> Cipião - É falso, e não só falso como também néscio no fundo e absurdo. Foi no quarto ano do reinado de Lúcio Tarquínio, o Soberbo que Pitágoras chegou a Síbaris, a Crotona e a esta parte da Itália. [...]
> Manílio - Deuses imortais! Quão inveterado é esse erro! Além do mais, consola-me saber que Roma deve seu esplendor, não às teorias importadas de além-mar, mas às suas relevantes e genuínas virtudes domésticas [*'di inmortales' inquit Manilius, 'quantus iste est hominum et quam inveteratus error! Ac tamen facile patior non esse nos transmarinis nec importatis artibus eruditos, sed genuinis domesticisque virtutibus*'].

Neste trecho, por uma lógica inversa, demonstra-se que abandonar as virtudes propriamente romanas, para assumir teorias estrangeiras é disforizado e repudiado pelo texto. Contudo, podemos perceber que não existe uma repulsa aos elementos culturais que vêm de fora, mas sim, uma maior exaltação da própria cultura, pois, é mais digno dever a sua grandeza a elementos internos que às influências estrangeiras.

Todas essas oposições verificadas: “pessoal” e “coletivo”, “teorização” e “experiência”, “costumes mercantis” e “costumes agrários”, “mar” e “terra”, remontam a uma única e básica oposição exposta no quadrado semiótico construído: /*os* outros/ e /nós/. E este /nós/, identificado aos elementos figurativos incorporados pelo texto resultou em sua euforização através da exaltação da sociedade romana.

Mais ainda, em todos esses passos um zelo muito grande pelo sagrado, em demonstrar desde o princípio como os deuses são benfazejos com Roma e como Roma lhes corresponde sempre atenta aos augúrios, explicando assim as tão acertadas tomas de decisão ao fundar a urbe. Após a aprovação de todos sobre o como procederá em sua narrativa, diz-nos Emiliano:

> Que República – continuou – terá uma origem tão esclarecida, tão sabida de todos como esta cidade, que deve sua fundação a Rômulo, filho de Marte? Por que não podemos repelir a antiga tradição que legaram nossos antepassados, que asseguram que

> todo benfeitor de um povo tem algo de divino pelo seu engenho e pelo seu berço.
>
> Por um costume que felizmente ainda conservamos, Rômulo foi muito respeitoso para com os áuspices o que constituiu a primeira base da República e em todas as suas empresas importantes cuidou de aconselhar-se com um áugure escolhido em cada uma das tribos.

E ainda nesta seção, um pouco mais adiante: "*após ter fundado os dois maiores apoios da República os áuspices e o Senado, Rômulo* [...] *desapareceu numa eclipse do sol, e a plebe contou-o no número de seus deuses*".

Ora, são a ***pietas*** e ***fides*** que se demonstra aqui serem as grandes colunas a sustentarem a ***libertas*** e a vida cívica inscritas no frontispício daquela porta pela qual Cícero nos fez passar, facultando-nos a entrada em sua Roma. Do modo de ver do arpinate estão bem próximas as considerações de Pierre GRIMAL quando examina os caminhos e descaminhos dessa liberdade na cidade antiga:

> [...]:É assim que podemos perceber, entre o século VIII e o meio do século VI antes da nossa era, uma sociedade já aristocrática em que a hierarquia não parece ter sido baseada na fortuna, mas uma cidade de "iguais", onde essa igualdade teórica era de fato contestada pela desigualdade das famílias. Essa cidade é regida pelas limitações religiosas. A reputação de piedade creditada aos antigos romanos – piedade em relação aos deuses, aos parentes e respeito à ***fides*** – seguramente não é desmerecida. A piedade [***pietas***] é o próprio fundamento de sua vida social, o "cimento" da cidade (1990, p. 42).

No Livro III, no qual a justiça é o tema, não tanto quanto nos livros anteriores, mas ainda dispomos de um fragmento com certa extensão. Nele Cícero parte do argumento de Carnéades (III, 4) de serem tanto a justiça quanto a injustiça unicamente questão de conveniência, assunto que cerca de uma centena de anos antes já tinha provocado enorme celeuma[169], arranjando-lhe uma roupagem mais

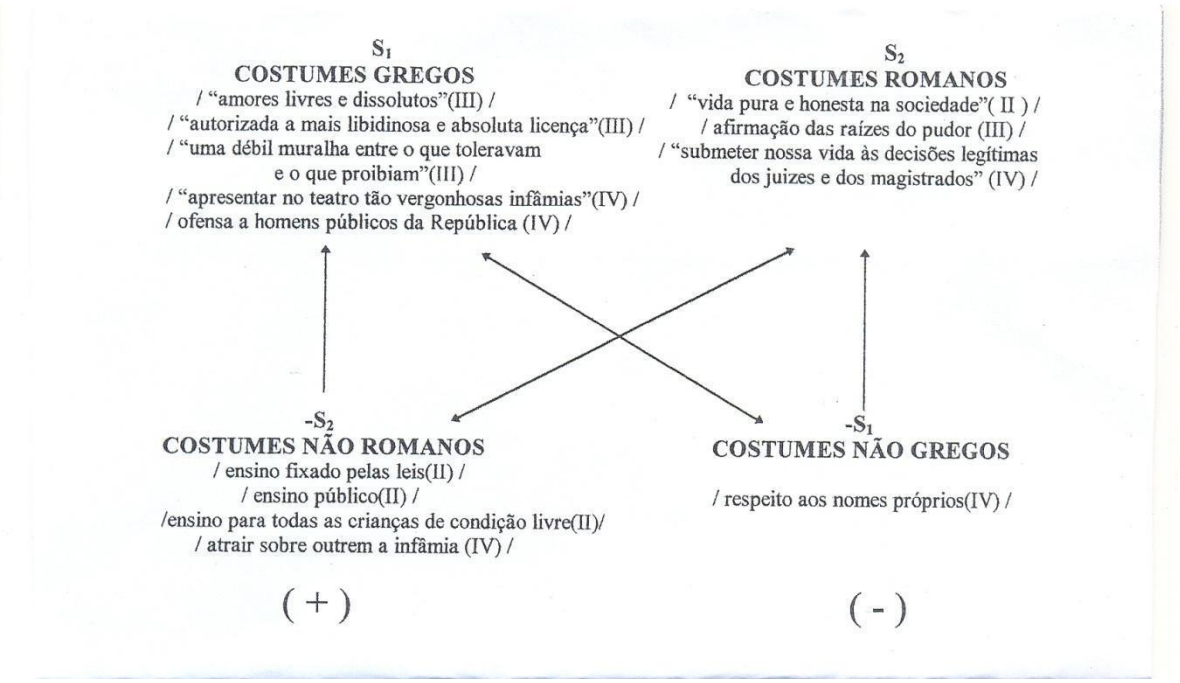
---

[169] Nascido na mais antiga e mais importante das cinco colônias gregas da atual Líbia, Cirene (Κυρήνη, em 214/213 a.C.), mudou-se jovem para Atenas, aonde, aderindo ao platonismo (no qual contribuiu para acentuar o ceticismo que marca tal corrente na fase da Nova Academia) veio a dirigir a escola até idade avançada. Cerca de seis anos após esta saída veio a falecer (129/128). Esteve em Roma (155) na embaixada dos filósofos (*supra* p. 95n100) junto com o peripatético Critolau e o estoico Diógenes da Babilônia (tb. diretores de suas respectivas escolas), enviados por Atenas na expectativa de obter do Senado a remissão de uma multa imposta à cidade pelo saque de Oropos. Apesar de terem logrado significativa redução da multa, ao aproveitarem a sua estada para realizarem conferências, em particular as de Carnéades, na qual em uma primeira elogiou a justiça e na seguinte fez o mesmo em relação à injustiça. Tal teria sido a sua eficácia, para muitos demonstrando não haver uma distinção entre uma ou outra, a ponto de motivar a célere e exitosa intervenção de Catão o Censor junto ao Senado exigindo a expulsão da delegação. O trecho,

leve através de uma recriação lúdica das aulas de Retórica ao encenar uma *controuersia*[170]. Muito a contragosto a defesa da tese do grego é assumida por Lúcio Fúrio Filo e a sua contestação é sustentada por Lélio em um encômio entusiástico. O restante do Livro, sob a batuta de Cipião, disserta-se sobre as formas de governo como preservar o Estado e a respeito do melhor cidadão.

O livro IV, como já dito[171], é constituído por um pequeno fragmento contendo apenas quatro parágrafos revelando uma profunda descontinuidade entre o seu início e o final do Livro III, no qual examinava as diversas constituições e formas de governo. Tendo o IV, logo após ter sido abordada a divisão das classes romanas (IV, 1) para, logo em seguida, tido como foco central a oposição entre os costumes praticados por romanos e gregos (IV, 2-4), propomos o seguinte quadrado semiótico para melhor visualização dessas questões:

QUADRADO SEMIÓTICO PARA *DE RE PUBLICA*, IV



O quadrado acima apresenta dois percursos possíveis estabelecidos pela análise semiótica do Livro IV. O primeiro percurso sugerido é o que caminha de S_1

---

portanto, de certo modo, atualiza o evento da embaixada, invertendo-lhe o resultado, entre outros procedimentos, ao alterar a sequência dos discursos.

[170] Sobre as *controuersiae* e demais exercícios retóricos aplicados nas escolas vide *supra* p. 109.

[171] Retomem-se as considerações desenvolvidas *supra* na p. 76.

(costumes gregos) a S_2 (costumes romanos), ou seja, /S_1(-S_1)S_2/ neste percurso o diálogo parte de /costumes gregos/ em direção a /costumes romanos/, passando por /costumes não gregos/. O segundo percurso (/S_2(-S_2)S_1/) segue o sentido contrário, ou seja, parte de S_2 (costumes romanos) para S_1 (costumes gregos), passando por – S_2 (costumes não romanos).

É mister ressaltar que o percurso /S_2(-S_2)S_1/ presente no texto em análise é claramente euforizado à proporção que o percurso contrário /S_1(-S_1)S_2/, também comentado no texto, é disforizado pelo diálogo. Assim, a dêixis negativa (S_2 e -S_1) é euforizada pelo investimento tímico do texto e a dêixis positiva (S_1 e -S_2) disforizada.

Contudo, no Livro IV, ao contrário do visto no Livro II, a argumentação principal não é tanto a valorização dos costumes romanos, mas sim, a crítica aos costumes gregos. De tal sorte, a euforização do percurso /S_2(-S_2)S_1/ surge como contraposição à disforização do percurso contrário /S_1(-S_1)S_2/.

Em IV, 2, são apresentadas as formas diferentes pelas quais os gregos e os romanos lidavam com a educação dos jovens. Nesta parte, a apologia é mais sutil. Cita-se o empenho atento (reconhecendo-o) dos gregos neste campo, com resultados, porém, nada satisfatórios, e a acusação de negligência imputada aos romanos, neste assunto, por Políbio. Ora, sabe-se como tal historiador, apesar de grego, era extremamente respeitado em Roma, tomando parte no famoso círculo de Cipião. Mas, neste aspecto, não teria compreendido efetivamente, o espírito romano.

> Pelo que se refere ao princípio de educação das crianças de condição livre, em que tantas vezes se frustraram os trabalhos assíduos dos gregos, e que o nosso hóspede Políbio acusa nossas instituições de negligência, não se quis que se fixasse pelas leis, nem que fosse público o ensino, nem que para todos fosse o mesmo (IV, 2).

No fragmento do Livro V, de extensão semelhante ao do livro anterior, bem mais que nele despontar a noção de governante perfeito, o ***rector*** ou o ***moderator,*** bem assemelhado ao que seria depois o ***princeps*** em Roma (PEREIRA, 1984, p. 148/149), julgamos ser mais importante a confirmação de Cícero em sua fé na vida

cívica ao ressaltar não haver felicidade possível fora dos horizontes de uma cidade justa e ordeira. Afinal só imbuído desta convicção ter-se-á um governante perfeito[172].

O Livro VI é maior que os dois últimos antecedentes, embora ainda muito lacunar, faltando-nos inclusive o final. Nele encontramos o "Sonho de Cipião", cujo papel é análogo à narrativa com a qual Platão encerra a sua A República[173], a do mito escatológico de Er o valente guerreiro armênio, panfílio de nascimento, morto em combate. Todavia, excetuando a função desempenhada, quase todo o resto é muito variado: se no mito platônico estamos a tratar do retorno de alguém do mundo dos mortos para revelar os segredos do além que lhe foram feitos por um desconhecido; em Cícero o acontecimento é uma revelação feita em sonho pelo avô de Emiliano, Cipião Africano Maior[174], prenunciando-lhe o destino e o exortando a defender a República.

É após um breve encontro entre Cipião Emiliano e Massinissa[175] que tem lugar a narrativa do sonho. O quadro é vivaz, com o propósito de transmitir toda a maravilhosa harmonia do doce som a emanar das esferas celestes, desvelando o segredo de existir na ***concordia ordinum*** uma dimensão cosmológica. Vaticínios sobre o futuro, segredos do universo, o sentido de uma vida virtuosa, o efêmero e o eterno, a recompensa que aguarda aos que militam pela ***res publica***...

A ascensão a tal universo depende da ***uirtus***, e esta, por sua vez, manifesta-se na obrigação de defender a Cidade, pois, este é o teor dos feitos que concedem a imortalidade. Consoante a tais disposições, neste cosmos, não são os filósofos, como em Platão, que tomam a dianteira, ou os poetas, os quais têm igualmente mérito e grandeza, mas são estes ultrapassados e todos os demais, pelos homens de Estado, cuja primazia é indiscutível.

---

172 "*Nec bene vivi sine bona re publica posset nec esse quicquam civitate bene constituta beatius*" (*De Re Publica*, V, 7).

173 PLATÃO, A República (Πολιτεία), 621c.

174 Cipião Emiliano (ap. 185-129 a. C.), o destruidor de Cartago (146 a. C.), também chamado de Cipião Africano Menor, era filho do conquistador da Macedônia Lúcio Emílio Paulo e foi adotado por Públio Cipião, por sua vez filho de Cipião Africano Maior (236/5-ap. 183 a.C.), vencedor de Aníbal em Zama (204 a.C.).

175 Rei da Numídia no século II a. C.

Daí o caráter marcadamente político do sonho e das verdades reveladas. Toda a sua composição, assim como o diálogo, é emoldurado pelas lutas em torno da ***libertas*** e esta profundamente envolvida na atmosfera da ***pietas***: é um ancestral, dos ***maiores***, de fato o mais glorioso dos Cipiões, a inspirar as ações do herói ciceroniano, chancelando-as com o melhor dos auspícios.

Cícero ainda é do tempo no qual o "direito dos quirites" ("direito dos cidadãos") ainda não tinha sido submergido pelo "direito das gentes" num império de vocação universal. E nesta época, enquanto os novos tempos não chegam (e em breve chegarão), ***libertas***, "*'liberdade' era outro nome dado à personalidade romana através da qual se buscavam preservar aqueles traços identitários julgados mais preciosos e definidores* (GRIMAL, 1990, p. 14)."

Mas os tempos agora, nitidamente, são outros. A falta de atenção com os deuses revela-se na política e nas letras, em ambas nessa desatenção a vida cívica se vê ameaçada:

> O que durante séculos mantivera o povo obediente e garantira a autoridade dos magistrados, desde o momento em que eram empossados no cargo, fora, como dissemos, a certeza de que tinha sido escolhidos e investidos com o consentimento dos deuses. Enquanto se mantiveram tais crenças e não se pôs em questão o valor dos sinais através dos quais os deuses manifestavam a sua vontade, mantiveram-se as instituições tradicionais. [...] Mas chegou o momento em que os cidadãos não estavam mais tão certos da boa fé com a qual seus dirigentes interpretavam os presságios e os sinais, pois começaram a manipular os auspícios (*Ibid*.: p. 76).

Por isso o afã ciceroniano de repropor os valores e reconstruir a identidade, recuperando o ***mos maiorum*** em sintonia com o que considerava válido assimilar do espírito grego, e por isso a oposição de Cícero a um grupo cujos membros desdenhosamente faz referência como ***poetae noui*** (em gr. ***neoterói***).

Cícero, e outros que comungavam de suas ideias, defendia uma poesia comprometida com a exaltação dos valores caros à república, solene ao celebrar os grandes feitos dos antepassados. O paradigma dessa ***ars*** o sempre homenageado Ênio (século III - II a. C.), como vimos autor dos Anais, uma epopeia de assunto "nacional", histórica.

A polêmica era acesa, pois também tínhamos os entusiastas das novas modas capitaneados, entre outros, Catulo cuja poesia bem expressava os ideais

neotéricos. Deixou-nos, este poeta, para que se tenha uma ideia melhor do embate, uma coletânea de 116 poemas, versada unicamente em assuntos circunstanciais:

> [...] bilhetes endereçados a amigos, escritos num latim familiar: ora um convite irônico para jantar, ora a reclamação contra um amigo que lhe surrupiou um lenço, achando que estava fazendo uma brincadeira divertida, ora o registro, aparentemente sincero e imediato, das vicissitudes da paixão amorosa: são as bagatelas (***nugae***), que deviam parecer desprezíveis para os romanos mais afeitos à velha ***grauitas***[176], esse arquetípico espírito de seriedade tão venerado pelos antigos (VASCONCELLOS, 1991: 18).

Os motivos de escândalo não paravam aí. Catulo não fazia mesmo por menos, manifestando um total desprezo pelas atividades políticas, suas contendas e contendores. Júlio César, Pompeu, Cícero e todos os demais. E, senão todos, para quase isso, Catulo, *l'enfant terrrible*, desferiu, ao menos, um dardo. Criticado em sua poesia, o próprio Cícero e a sua afamada eloquência, tornaram-se alvo do poeta, atingindo o arpinate em algo que muito o envaidecia:

> Ó mais facundo dos netos de Rômulo,
> de quantos existem e existiram, Marco Túlio [Cícero]
> e de quantos existirão depois noutros tempos, faz-te
> os seus maiores agradecimentos Catulo,
> de todos os poetas o pior, tanto
> o pior de todos os poetas,
> quanto tu és, de todos os advogados, o melhor (XLIX, 1, 7).

Afinal, não sem contestação, Cícero logrou traçar, em meio às crises vividas por Roma, um caminho, o qual não seria de todo inútil, sem embargo das muitas idas e vindas a que se iria ainda assistir.

Tais crises, como vimos, tiveram fundamento na carência de uma completa consolidação da vida cívica. A rápida expansão territorial romana, ocorrida antes da conclusão plena de sua constituição como *pólis*, proporcionou um caráter singular à sua configuração políade. Roma não lograra obter, assim, a consolidação interna de sua formação social.

---

[176] Derivado de ***grauis*** (*pesad*o) tem-se a expressão, de sentido metafórico, ***uir grauis***, homem circunspecto, dotado de seriedade moral. Com este significado ***grauitas*** é arrolada entre as virtudes familiares e políticas ancestrais, o ***mos maiorum***, sendo transposta depois para outros campos da atividade humana.

Para muitos romanos tal qualidade lhes era típica. Já os gregos, não só não a possuíam, como até se lhe contrapunham. Aos gregos, segundo o olhar desses romanos, era atribuída como característica a ***leuitas***, daí serem mais afeitos à dança. Não é preciso dizer o quanto era abominado, nesse mesmo olhar, como indigno do cidadão tal atributo, e disso Cícero dá-nos exemplo em *Pro Murena* VI, 13 e *In Pisonem* X, 22.

Por outro, lado as transformações culturais e mentais vivenciadas, em Roma, nos últimos séculos antes de Cristo, se dão em meio a uma acentuada helenização desta cultura, o qual se caracteriza pela inserção heterogênea da sociedade romana no grande influxo helenístico mediterrâneo, acarretando, em virtude da crise, diversos conflitos identitários. Esses conflitos em tomo das representações da identidade cultural romana representaram o confronto entre os antigos e novos valores da elite romana. Somando-se à falta da finalização da configuração políade romana (fator estrutural), o enquadramento da crise deve também levar em conta as questões político-sociais oriundas do século II a.C. (fator conjuntural).

Cícero insere-se aqui como representante de uma importante parcela da elite romana apegada aos costumes ancestrais e ao desejo de manutenção da República. Cícero apresentava-se como o propagador da cultura romana e de sua grande importância, bem como o defensor por excelência dos valores republicanos (identificado por ele ao ***mos maiorum***). *De Re Publica* é uma das principais obras de Cícero e, nela, estão contidos importantes elementos que ressaltam o processo de afirmação da identidade romana, além de discussões reveladoras, em grande parte, das questões relativas à crise da República. Esta fantástica obra literária dedicou-se em apontar os elementos constitutivos de Roma e do ser romano, bem como, estabeleceu os traços culturais que, na opinião do grupo do qual Cícero era membro, definia os marcos da fronteira étnica existente entre os romanos e os demais povos da Antiguidade e, particularmente, em relação aos gregos.

Tais elementos e discussões estão presentes; de modo mais vibrante, como vimos, nos Livros II e IV, notando-se certa admiração pelos gregos no referente aos seus elementos político-sociais, expressão maior do ser civilizado (ou da humanidade, *humanitas*), mas afirmando Roma como a atual portadora da civilização herdada dos gregos. Assim, ao abordar uma série de práticas culturais, é apresentado um marco definido no qual se opera a fronteira étnica entre os romanos e os gregos. Não se omita o fato de fazerem companhia aos gregos, com bem menos destaque, os cartagineses. Ambos são contrapostos à superioridade política e cultural romana. Já esta se acha respaldada em sua grandeza e nas virtudes propriamente latinas manifestadas na prudência, na estabilidade institucional e no respeito aos costumes ancestrais.

3.3. SALÚSTIO

Adversário de Cícero e partidário de César, SALÚSTIO (*Gaius Sallustius Crispus*, c.86-35 a. C.), como o primeiro, apesar das incertezas biográficas a seu respeito, sabe-se ter tido origens plebeias[177], alcançando a condição de um ***nouus homo****, i.e.* torna-se o primeiro de sua família a ingressar no Senado tal como Cícero e Mário. Nascido em Amiterno (*Amiternum*, atual San Vittorino), no coração do território antes pertencente aos sabinos, em torno de 55 milhas a nordeste de Roma, ou seja, quase 100 km de distância[178].

A "terra dos Sabinos" (*Sabinorum ager* ou *Sabinus ager*), chamada pelos gregos de Sabínia ou Sabina, abrangia a atual área do Lácio, Úmbria e Abruzzo, na Itália, logo ao lado do sítio onde se desenvolverá Roma. Consideram-se os sabinos e latinos como os povos constituintes da nova cidade: dos quatro primeiros reis de Roma contados pela tradição, anteriores aos reis etruscos, dois são latinos (o 1º e o 3º, Rômulo e Túlio Hostílio) e dois sabinos (o 2º e o 4º, Numa Pompílio, modelo de sabedoria, sendo tido como pitagórico[179] e proveniente da cidade de Cures teria nascido na mesma data da fundação de Roma, e Anco Márcio, interpretado na

---

[177] PARATORE, 1987, p. 289: "*A família era plebeia (tanto que Salústio desempenhou o cargo de tribuno da plebe), mas abastada, e possuía, segundo parece, uma casa em Roma. O jovem provinciano, ambicioso e rico de talento, lançou-se de cabeça na vida política. No ano 55 ou 54 era questor.*"

[178] Apesar de distar em relação a Roma quase o mesmo que Arpino faz-se notar aqui, pela grande anterioridade de sua assimilação, uma realidade bem diferente. Não é à toa que, mais tarde, será erigido nos arredores de Amiterno o suntuoso conjunto arquitetônico da Vila Adriana.

[179] A associação foi contestada por Cícero no *De Re Publica* como insensata e inverídica por questões cronológicas, mas persiste e é transmitida. *e.g.*, por Ovídio em *Metamorphoses*.

atualidade como uma duplicação[180] de Numa e da função sacerdotal[181]), revezando-se no poder. O episódio do rapto das sabinas também é revelador do papel por eles desempenhado na formação do povo romano. Assim, Salústio, por esta ótica, apesar de sua origem plebeia (mas abastada), seria tão romano quanto César[182], apesar de este ter nascido na urbe romana e membro da *nobilitas*.

MAPA 6: Os principais assentamentos sabinos (séculos VI a IV a.C.) estão marcados em vermelho. Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Sabinos.gif, acesso em 19set2011. A quantidade desses sítios, bem próximos de Roma, ao lado das narrativas dos primeiros tempos, nos dá bem conta do papel desse povo na fundação da nova cidade e na constituição de seus processos identitários.

---

[180] Assim como Túlio Hostílio é tido como uma duplicação de Rômulo: ambos eleitos entre os pastores, ambos são guerreiros e organizam o exército, aumentam o número de cidadãos e desapareceram em meio a uma tempestade. Entretanto, a tradição dá-nos notícia de conflitos intermitentes entre esses dois povos. É com Túlio Hostílio no trono, por exemplo, o registro de uma guerra contra os sabinos durante os últimos 32 anos de seu reinado.

[181] Tito Lívio menciona a austera e severa educação dos antigos sabinos e os nomeia como "*o povo moralmente mais puro da antiguidade*" (I, 18).

[182] Recordemos, *supra* pp. 115-117, o imperador Cláudio, em sua oração para defender o ingresso dos éduos no Senado, afirmar que a sua ***gens*** também era oriunda da terra dos sabinos, e também Cícero sobre a igualdade entre latinos e sabinos: p. 126.

Mesmo sendo “homem novo”, tal qual Mário e Cícero, o fato de provir de uma região integrada, conforme a tradição atestava, desde a fundação de Roma (*i.e.* bem mais tempo que a Arpino volsca) dava a ele outra percepção do cenário romano, proporcionando-lhe uma inserção muito distinta da de Cícero.

Em relação aos arpinates, *u.g.*, o veremos apresentando euforizadamente a peculiar visão de Mário a respeito da sociedade à proporção que cerra fileiras contra Cícero. Diversamente dos dois, porém, não logramos ver Salústio à procura do reconhecimento por eles almejado. A sua meta parece ser a de desfrutar os benefícios de uma conquista que julga de direito e lhe era negado por aqueles que irá chamar de ***optimates***, denunciando-a como uma facção de aristocratas arrogantes e presunçosos pouco interessados nos destinos da República, ciosos apenas em manter os seus privilégios.

Iniciou a carreira política como tribuno da plebe, em consonância com as suas origens, em 52, atacando Cícero e Milão pelo assassinato de Clódio, ou ainda antes como questor (55 ou 54), tendo ingressado no Senado. O fato é que em 50, o censor Ápio Cláudio (*Appius Claudius Pulcher*, 97-49 a.C.)[183], na ótica salustiana um daqueles extremados ***optimates***, o risca do álbum senatorial sob a acusação de imoralidade. Salústio toma o partido de César na guerra civil entre este e Pompeu e, pelas graças de César, retorna ao Senado, se faz questor (49) e pretor (47) para, afinal, assumir o governo da África Nova (formado com o território da antiga Numídia), de 46 a 45 ou 44, amealhando uma escandalosa fortuna[184] e acarretando, após o seu retorno a Roma, acusações de concussão.

Com tais recursos edifica no Quirinal uma suntuosa residência repleta de obras de arte e ornada de belíssimos e célebres jardins, os *Horti Sallustiani,* mais tarde tornados propriedade imperial. Assassinado César, opta pela “aposentadoria”, retirando-se da vida pública para dedicar-se às atividades literárias. É quando escreve o *De coniuratione Catilinae* (também chamado de *Bellum Catilinae*), o *Bellum Iugurthinum* e as *Historiae*, cobrindo estas últimas o período posterior à renúncia de Sula, mas da qual só nos chegaram fragmentos, tendo sobrevivido na

---

[183] Ápio Cláudio, notório conhecedor, entre os seus coetâneos, das leis e das antiguidades romanas, áugure em data incerta, cônsul em 54, governou a Cilícia (53-51) e, em 50 tornou-se censor.

[184] Vale recordar como uma das mais retumbantes vitórias de Cícero no campo judiciário a defesa por ele desempenhada dos siciliotas contra os abusos de Verres no governo de sua província.

íntegra as duas obras anteriores. Salústio é considerado por muitos, em virtude dessas obras, como o primeiro historiador romano[185].

De coniuratione Catilinae parece ter sido escrito entre 43 e 41 a.C. A justificativa, porém, dada pelo próprio Salústio para a escolha do tema não se sustenta. Diz-nos ao final do livro IV: "*Contarei, portanto, brevemente, a conjuração de Catilina, e com a maior verdade que puder; acho eu, de fato, que este acontecimento é dos mais memoráveis, pela novidade do crime e do perigo*"[186]. Unicamente dá conta das fórmulas constantes nos prefácios greco-romanos das obras de História, empalidecendo o argumento quando inserido o evento investigado no contexto mais amplo da época em questão.

Ao compor tal obra, Salústio, entre os homens dedicados às letras, devia já ser uma das poucas testemunhas vivas desse conturbado período da história romana. Dos personagens envolvidos no processo, já não mais estavam vivos os seus principais nomes: a começar por Catilina, mas também Crasso, Pompeu, Catão de Útica, César e, por fim, Cícero, cujo papel em seu relato aparece bastante diminuído[187]. Essa constatação torna bastante provável o engrandecimento do fato ter se dado pelo impacto que produziu em seu espírito e nos de sua geração:

> [...] jovens que à época da Conjuração, sonhavam com o poder, revoltavam-se contra as injustiças, dedicavam-se às artes e aos mistérios religiosos e interessavam-se pela filosofia ateniense. Esses fatos ficam no imaginário de toda uma geração, e é na maturidade e no afastamento da vida política que Salústio os retoma ciente da tragicidade da situação que culminaria no fim da República.[188]

---

[185] É bem verdade que, no gênero ao qual dedicou duas obras, a monografia histórica, há notícias de quem lhe antecedesse: Lúcio Célio Antípatro, o qual, na segunda metade do século II a. C., teria escrito uma obra sobre a Guerra Anibálica. Vide a este respeito *supra* p. 106n113. Então, neste caso, mais apropriado, a designação acima indicada em relação a Salústio decorreria muito mais da terceira obra (restringindo-se a caracterização da obra historiográfica a este feitio), da qual tão só nos restaram muito poucos fragmentos.

[186] ."*Igitur De Catilinae coniuratione quam uerissume potero paucis absoluam; nam id facinus in primis ego memorabile existumo sceleris atque periculi nouitate*"

[187] O texto salustiano, *e.g.*, não deixa das Catilinárias (*In Catilinam*) proferidas por Cícero o menor indício, resumindo-se os debates no Senado a respeito de qual atitude tomar em relação aos conjurados aos discursos de César e Catão, concedendo todo o peso da decisão tomada ao impacto deste último.

[188] SILVEIRA, 2003, p. 16, registrando-se aqui a remissão da parte inicial de seu raciocínio a Giancarlo PONTIGGIA *in*: SALLUSTIO. *La congiura di Catilina*, Milano, Arnoldo Mondadori Editore, 1992, p.XII.

Ao longo da obra, entretanto, sobretudo pelas digressões, Salústio insere a conspiração em um longo processo de decadência no qual Roma já achava envolvida, explicando-a como resultado da corrupção dos valores, dos costumes e das instituições romanas. Dessas digressões, a primeira dentre elas, a mais extensa, nos é bastante fundamental, pois apresenta em detalhes a interpretação salustiana da história de Roma (os grifos são nossos):

> A cidade de Roma, segundo o que sei, fundaram-na e habitaram-na no princípio os Troianos, que, sob o comando de Enéas, vagueavam fugitivos sem lugar de pouso, e, com eles, os Aborígenes, raça de homens agreste, sem leis, sem governo, livre e desorganizada. É incrível dizer-se como, depois que os reuniu uma única muralha, tão facilmente se ligaram, sendo de raça diferente, de língua diversa e vivendo cada um a seu modo; assim, em breve se transformou, pela concórdia, numa comunidade o que era multidão dissímil e errante. Mas, depois que as suas coisas, aumentadas em cidadãos, hábitos, campos, pareceram bastante prósperas e fortes, a inveja, como sucede as mais das vezes com os mortais, surgiu da opulência. Fizeram-lhe então guerra os reis e povos vizinhos e poucos amigos a auxiliaram: efetivamente, os outros, feridos pelo medo, afastaram-se do perigo. Mas os Romanos, alerta em paz e guerra, apressam-se, preparam-se, exortam-se uns aos outros, vão ao encontro do inimigo, protegem pelas armas a liberdade, a pátria e os parentes. Logo que, com o seu valor, afastavam o perigo, levavam auxílio a aliados e a amigos e travavam amizades, mais dando que tomando benefícios. A autoridade era legal, seu nome realeza. Homens escolhidos, de corpo enfermo pela idade, mas de espírito forte pela sabedoria, tratavam da república: chamavam-lhes os Pais, quer pela idade, quer pela similitude dos cuidados. Depois quando a autoridade real, que, no princípio, servira para conservar a liberdade e para aumentar a república, passou a soberba e opressiva, mudou-se de norma e instituiu-se um regime anual, com dois chefes para cada ano; achavam que, deste modo, não poderia, por abusos, corromper-se o espírito humano.
>
> Por esse tempo, começou cada um a exibir-se mais e a mostrar o seu engenho. [...] A mocidade, logo que apta à guerra, aprendia a arte da milícia nos acampamentos [tal como veremos se passar com Mário], pelo trabalho e pela prática, e mais punha o seu gosto nas belas armas e nos corcéis de combate do que nas cortesãs e nos banquetes. Não havia, portanto, para tais homens nem trabalhos insólitos, nem lugar algum áspero ou árduo, nem inimigo armado que lhes metesse medo: o valor a tudo dominara. Havia entre eles a maior emulação pela glória: cada um se apressava a ferir um inimigo, a escalar um muro, a ser visto praticando tais façanhas; estas eram as riquezas que consideravam, esta a boa fama, esta a grande nobreza. Eram ávidos de glória e liberais de dinheiro; queriam a fama grande e as riquezas honradas. Poderia recordar em que lugares derrotou o povo romano, com poucas forças, as maiores tropas inimigas, que cidades fortificadas pela Natureza tomou em combate, se isso não nos levasse para longe do que empreendemos.

> [...] Os feitos dos Atenienses, tal como eu o creio, foram bastante grandes e magníficos, mas um pouco menores do que o diz a fama. No entanto, como por lá surgiram elevados talentos de escritor, pelo orbe das terras se celebram como sendo as maiores as façanhas dos Atenienses. [...] Nunca houve, contudo, para o povo romano recurso semelhante, porque era cada um o mais discreto [?!] e o mais ativo possível; ninguém empregava o talento sem o corpo; preferia cada um dos melhores o fazer ao dizer, e o ter os seus feitos louvados pelos outros a os dos outros os contar ele.
>
> Cultivavam assim os bons costumes, tanto na guerra como na paz, havia o máximo de concórdia e o mínimo de avareza. Rixas, discórdias e rivalidades, eles a tinham com os inimigos, mas cidadãos com cidadãos só da virtude disputavam. [...]
>
> Quando, porém, se desenvolveu a república pelo trabalho e pela justiça, foram submetidos pela guerra grandes reis, subjugas pela força nações bravias e povos imensos, se destruiu pela raiz Cartago, êmula do Império Romano, se abriram todos os mares e terras, logo principiou a sorte a ser cruel e a perturbar todas as coisas. Aqueles que facilmente tinham suportado os trabalhos, os perigos e as circunstâncias dúbias e ásperas viram-se oprimidos e degradados pelo ócio e pelos bens que não deviam ter sido desejados. [...] Efetivamente, a avareza subverteu a confiança, a probidade e todas as outras boas qualidades; ensinou, em vez delas, a soberba, a crueldade, o desprezar os deuses, o considerar tudo venal. A ambição levou muitos homens a tornarem-se falsos [...]. Cresceu isto pouco a pouco e [...] quando o contágio irrompeu numa espécie de peste, transformou-se a Cidade e o regime, de justíssimo e ótimo, tornou-se cruel e intolerável. (6-11)

Se o compararmos com outro resumo da história romana, o de Cícero, no *De Re Publica*, o qual ocupa todo o livro II, logo se percebe diante do tom marcadamente religioso do relato ciceroniano [189], a ausência desse elemento em Salústio. Contudo, tal diferença não os impede de convergirem no acentuar a importância da *concordia*. Ouçamos, pois, Cícero:

> *Tuberão*: Elogiaste nossa constituição política [através da narração sumariada da história romana *ab urbe condita*], se bem que Lélio te interrogasse, não sobre a nossa, mas sobre toda forma de governo, por outro não nos disseste de que modo essa República, que tanto elogias, pôde constituir-se e conservar-se, com que disciplina, com que costumes ou leis.
>
> [...]
>
> [*Cipião*:] Assim como os sons despertados nas liras e nas flautas, combinados com o canto e a voz, produzem um conjunto harmônico que agrada ao ouvido inteligente, ao passo que as dissonâncias o

[189] "*Que República – continuou – terá uma origem tão esclarecida, tão sabida de todos como esta cidade, que deve a sua fundação a Rômulo, filho de Marte? Porque não podemos repelir a antiga tradição que legaram nossos maiores, que assegura que todo benfeitor de um povo tem algo de divino pelo seu engenho e pelo seu berço*" (II, 2) e este tom se mantém presente ao longo do relato.

> incomodam, assim também um Estado, prudentemente composto da mescla e equilíbrio de todas as ordens, concorda com a reunião dos elementos distintos; e o que no canto é chamado pelos músicos de harmonia, é no Estado a concórdia, a paz, a união, vínculo sem o qual a República não permanece incólume, do mesmo modo que nenhum pacto pode existir sem a justiça (II, 38, 40).

Apenas para Cícero, neste relato estejamos bem entendidos, não desempenha esse valor tão grande destaque, o que não significa negar-lhe a importância, unicamente desejamos enfatizar o dado de em Salústio exercer tal virtude um papel muito mais decisivo e proeminente. Note-se, em momento algum, na Cidade constituída por Rômulo, Cícero alerta-nos para tal aspecto. É preciso haver uma questão da parte de um interlocutor impertinente (como se vê na citação acima) para a ***concordia*** surgir como explicação e ponto: nada mais.

Já em Salústio mostra-se a virtude de pronto, revelando-se estupefato do como tão variadíssimo agrupamento de gente (raça, língua, costumes) logra facilmente fundir-se e assim, "*multidão diversa e errante se tornou, graças à* ***concordia*** *uma cidade*" (VI, 2), não só então, mas ainda por muito tempo. Sem o tom religioso de Cícero, registra também, um pouco mais à frente, insistindo, o fato da concórdia ser máxima e mínima a avidez (IX, 1). Há uma reiteração completamente ausente em Cícero, fazendo crer que o fundamental em sua abordagem é a dimensão religiosa, melhor dizendo, piedosa (referindo-nos a ***pietas***) ao passo que em Salústio há um tratamento mais laicizado da ***concordia***.

Outra faceta da ***concordia*** salustiana, à medida que se acha desprovida de uma aura celestial, é o convencionalismo de seu enfoque. Poder-se-ia muito bem atribuí-la à ***Týche*** (Τύχη *i.e.* à "fortuna" ou ao "acaso" tal qual ocorre em Tucídides), talvez vê-la como resultado da prudência de Rômulo, o fato é que essa laicização se adequaria perfeitamente num preâmbulo à *oratio claudiana* de Tácito. E mais outra vez temos a oportunidade, nesses autores, de melhor compreender o modo romano de lidar com a sua própria identidade, acolhendo, como povo, segundo o seu cálculo e ao longo de sua história, gente das mais diversas origens como demonstra o Cláudio de Tácito[190] quando narra esses sucessos na citada oração e sublinha Salústio, transmitindo-nos a imagem de um atavismo, no nascedouro da Cidade.

---

[190] Para retomar o texto da *Oratio Claudiana* vide *supra* pp. 115-117.

De todos os valores arrolados nos ***mores***, independente de ter sido "*apropriado por vários quadrantes para lhe vasarem conteúdos conformes aos seus desígnios*" (PEREIRA, 1984, p. 365), a ***concordia*** talvez seja aquele que acabou por guardar um caráter mais técnico[191], não tão rico e variado, menos indistinto. Não tanto pelo seu ingresso tardio ou proveniência nitidamente helênica, mas pelo emprego fortemente ideológico, restrito ao âmbito da ordem social. "*A noção situa-se no campo semântico de* ***consensus****, de* ***quies****, de* ***pax***" (*Ibid*.: 367), com os quais se deseja regular o convívio social, favorecendo a preservação da ordem estabelecida.

Encarnando o acordo no casamento e, na sociedade, acordo e conciliação, a imagem sempre a ela associada como descritor é a da harmonia musical, daí ter adquirido em sentido figurado a noção de acordo de vozes ou sons. Em sentido próprio, a boa harmonia da sociedade, sonhada como característica de uma idade de ouro, sublinhada nos momentos de dissensão civil como um desejo, propalada como alcançada e assegurada (um voto aos deuses?) por algum príncipe cuja sorte lhe tenha sido mais benfazeja.

Essa harmonia, como se declara, poderia ser notada no cosmos (os estoicos o dizem fruto de uma recíproca relação: *sympátheia tôn hólôn*) e aprendida com o próprio corpo humano, pois cada órgão sendo dependente um do outro, para o benefício do todo, devem funcionar harmoniosamente. Metáforas sempre pensadas e apresentadas em discursos e textos dos quais de nítida conotação social. Entretanto, nessas imagens extraídas da natureza, trata-se de relações necessárias, nas quais a vontade e a consciência, lógico, não estão presentes. Sem embargo, o anelo é tal a ponto de não só desprezar esse dado como ainda transmutá-lo, dando-lhe vida.

Disso nos fornece exemplo o episódio da secessão da plebe (494 a.C.), quando esta se retira para o Aventino (*Mons Sacer*, "Monte Sagrado") por julgar-se explorada e insatisfeita com a marginalização que lhe impunham os patrícios. O

---

[191] O que não significa entendê-la como a ***concordia ordinum*** de Cícero, muito mais específica, proposta na forma de aliança entre senadores e equestres, fazendo prevalecer o bem comum sobre as ambições dos líderes partidários, de forma a se obter a paz (cf. PEREIRA, 1984, p. 366). Sobre as diferentes apropriações da ***concordia*** Cícero e Salústio as exemplificam.

acontecimento teria oportunizado a intervenção e o apólogo de Menênio Agripa[192] (*Agrippa Menenius Lanatus*) do estômago e dos demais membros do corpo, o qual exemplifica as considerações acima. Segundo o relato, por se sentirem explorados pelo estômago, visto como beneficiário único dos seus afazeres, sem obterem qualquer vantagem com isso, os demais membros do corpo, dotados de vontade e fala (é um apólogo), começam a reclamar. Da queixa à greve, decidem se imobilizar e nada mais fazer: as mãos não mais levando o alimento à boca, os dentes não mais mastigando, greve geral. A fome, porém, planejada para o estômago, repercute em todo o conjunto fragilizado pela inanição e se descobre não ser o estômago nem ocioso nem inútil, voltando-se à antiga harmonia tanto o corpo como a república, instituindo-se a partir daí o tribunato da plebe e uma assembleia própria.

Há ainda a deusa ***Concordia***. Não bastasse *u.g.* a leitura dos *Fasti* de Ovídio (III, 881), os seus templos: erigidos desde fins do século III a.C., os relatos todos a respeito exibem largamente a motivação ideológica presente na difusão de seu culto (cf. PEREIRA, 1984, pp. 364-365).

Assim, retornando à breve história romana narrada aqui por Salústio, emerge uma cidade e uma anticidade. A primeira a partir da concórdia, a outra da discórdia. Uma alimentada por cidadãos prudentes, a segunda por imprudentes. Poder-se-ia pensar na ***fides*** como complementar à ***concordia***, mas o estudo de sua segunda monografia demonstra não ser bem assim.

Em *Bellum Iugurthinum* (Guerra de Jugurta), escrito provavelmente por volta dos anos 42 a 40 a.C., se estamos a considerar as virtudes próprias dos ***mores***, convém exibir preliminarmente as pinceladas com as quais Salústio expõe o caráter controverso de ***mos maiorum***. E, neste sentido, pela clareza e objetividade das ideias expressas, é exemplar o discurso proferido por Mário diante da plebe romana visando excitá-la e mobilizá-la na Guerra contra Jugurta, rei da Numídia. Uma vez eleito cônsul e obtido o comando das operações militares, para fazer acontecer onde

---

[192] Apesar de inserido nos eventos primevos da República (século V a.C.), se suspeita de uma fabulação tardia dos analistas no afã de recompor a luta entre patrícios e plebeus de modo idealizado como lição aos pósteros (PEREIRA, 1984: p. 363). O episódio nos foi conservado por Lívio (*Ab Urbe Condita*, II, 16, 32, 33) e tb. em *Ῥωμαική ἀρχαιολογία* (*Rhōmaikē arkhaiologia*, Antiguidades romanas, VI, 49-89) de seu coetâneo Dionísio de Halicarnasso.

os homens da elite romana (a chamada ***nobilitas*** ou nobreza) não tinham alcançado resultado satisfatório, Mário não poderia perder a oportunidade de atacá-los:

> Quando dirigem sua palavra a vós ou ao Senado, louvam seus antepassados com muitos discursos, julgando-se mais ilustres pelo rememorar dos grandes feitos daqueles. Mas ocorre o contrário, pois quanto mais ilustre é a vida daqueles, mais vergonhosa é a preguiça destes. E certamente assim se passa: a glória dos antepassados é como uma luz para os descendentes, que não permite que suas boas ou más ações fiquem ocultas. Confesso que tenho falta destas distinções, ó concidadãos, porém posso falar sobre os meus próprios feitos, o que tem maior valor.
>
> Observai, agora, como são injustos: aquilo de que se apropriam vem de uma virtude que lhes é estranha, mas não mo concedem, apesar de meu mérito verdadeiro! Obviamente porque não possuo imagens e porque minha nobreza é recente! Mas é preferível alcançar a nobreza a, herdando-se o título, corrompê-lo.
>
> [...]
>
> Meus discursos não são rebuscados, o que pouco me importa. A virtude se apresenta a si mesma o suficiente [...]. Não aprendi as letras gregas, e pouco me aprazia fazê-lo, já que não foram úteis para a moral dos próprios professores. Mas aprendi o que há de melhor para a República: ferir o inimigo, montar guarda, nada temer senão uma fama torpe, sofrer com igual controle o frio e o calor, descansar sobre o próprio solo, suportar a um só tempo o cansaço e as privações. Exortarei os meus soldados com estes preceitos e não os tratarei duramente, estando eu na folga, nem simularei ser mérito meu o esforço deles.
>
> É vantajoso e popular governar assim, pois agir como um efeminado e constranger o exército a grandes penas corporais são próprio de um tirano, não de um general. Realizando essas e outras coisas semelhantes vossos antepassados honraram a si e à República (LXXXV).

Se o contrapusermos à reflexão desenvolvida quase na abertura da obra de Cipião, o caráter revolucionário, se assim fosse preciso, ressalta-se mais:

> Muitas vezes ouvi dizer que Quinto Máximo e P. Cipião, além de outros homens ilustres de nossa pátria, costumavam afirmar que ao contemplarem as imagens de cera de seus antepassados sentiam um enorme estímulo em direção à virtude. É de se supor que nem a cera nem os retratos tivessem em si mesmo tanta força, mas que, ao contrário, o relato dos feitos passados fizesse crescer no peito dos homens egrégios esta chama que não se extinguiria senão ao igualarem sua virtude à fama e à glória daqueles. Por outro lado, com os costumes atuais todos querem rivalizar com os antepassados, não em **probidade** e **zelo**, mas sim em **riqueza** e **fausto**. Também os homens novos, que outrora costumavam superar a nobreza pela virtude, esforçam-se para obter comandos militares e honrarias furtivamente, e antes com violência que com **honestidade**, como se a pretura, o consulado e outras magistraturas fossem ilustres e

> tivessem valor em si mesmas e não que sua virtude adviesse daqueles que as ocupam (IV).

Está aí uma exacerbada crítica de como os homens da ***nobilitas*** lidam com o ***mos maiorum*** e como deles se afastam naquilo que é apontado, demarcado e frisado como o seu sentido originário e legítimo. De quem se deveria esperar o zelo por tal ideário, o que se via era a sua corrupção. Em um aspecto tão central, tal descuido não pode deixar de repercutir na vitória ou na derrota de Roma e, daí, na sua própria sobrevivência.

De fato, a importância deste trecho do prólogo está em não só ajudar-nos a ter uma dimensão mais precisa do discurso de Mário, como, outrossim, em lançar luz sobre todo o *Bellum Iugurthinum*. A ***concordia*** continua aqui a estar no epicentro da estrutura significativa do texto, claro, mais pela ausência. Embora, aqui, mais por sua ausência. Em Roma, pois, tal como surge no texto salustiano, predomina a ***discordia*** seja à época de Catilina ou de Jugurta, a diferença está que, na monografia anterior, a título de preâmbulo, se reportava à imaginada idade de ouro em Roma, quando a ***concordia*** imperava, com o intuito de se ter um termo de comparação. Retirando-se desde então para dar lugar ao desfile das calamidades emanadas da ***discordia***.

Agora, dispensam-se as apresentações. A respeito da Guerra Jugurtina há considerável consenso de ser o entendimento de Salústio que o conflito acabara por se prolongar em razão da corrupção e venalidade das elites romanas, dominadas pelo espírito de facção. Os interesses privados, ambição pessoal, a cupidez, em detrimento do bem comum, correm à solta. E também a discórdia. Unicamente uma grave ameaça externa vem colocar-lhe freio: "tão longe foi a loucura que só a guerra e a devastação da Itália puseram fim às paixões políticas"[193], mas então chegaremos ao fim do livro, com Jugurta já capturado[194].

---

[193]"[...] *eoque vecordiae processit, ut studiis civilibus bellum atque vastitas Italiae finem faceret*" (V).

[194]Prometido, como vimos, na seção V, essa grande ameaça é especificada na última seção do livro (a CXIV), quando Salústio refere-se ao medo que fez toda a Itália estremecer com a invasão que chegava do norte, estampando o nome de cimbros e teutões, muito provavelmente germanos, embora confundidos no texto com os gauleses, o que levará os romanos, neste embate, a lutarem não pela glória, mas por sua sobrevivência: "*Per idem tempus aduersum Gallos ab ducibus nostris Q. Caepione et Cn. Manlio male pugnatum. Quo metu Italia omnis contremuerat.* [...], *cum Gallis pro salute, non pro gloria certare*".

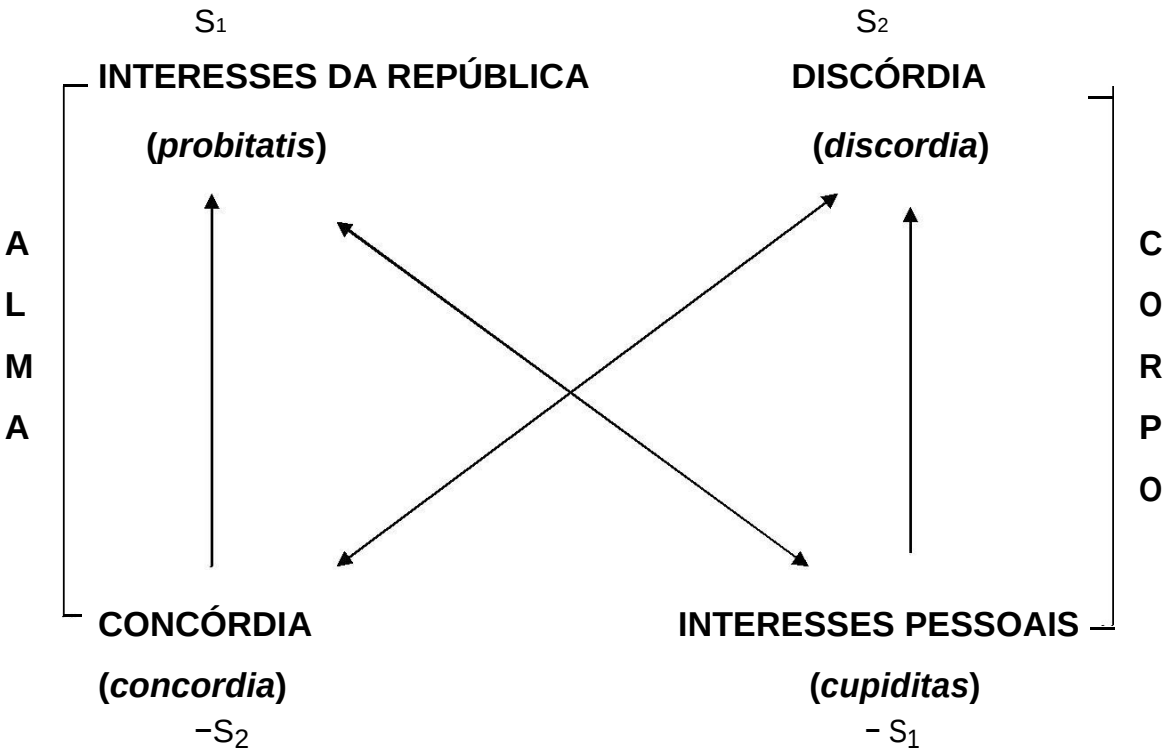
O que se oporia à ***discordia***? O texto aventa a ***probitatis***, o homem probo e honesto. Avesso ao ambicioso, a quem se deixa dominar pelo desejo desordenado de riquezas e poder (***a cupiditas***), cuja energia está totalmente voltada para o acúmulo pessoal de bens e riquezas, o cidadão probo e honesto. Só com este se pode vir a repor no centro das atenções os /interesses da República/, coletivos por definição, e não os /interesses pessoais/ dos líderes de facção e seus sequazes. A /probidade/, assim, é desenvolvida no texto não como algo privado e individual, mas em sua dimensão social, pois é da república que o texto trata, sendo identificada com os interesses da cidade, uma dedicação honesta e sincera ao bem comum.

De tal sorte que os termos geradores constituir-se-iam por: S_1: /interesses da república/; S_2: /discórdia/; e os subcontrários -S_1: /interesses pessoais/; -S_2: /concórdia/. O primeiro percurso, fortemente disforizado, partindo do abandono dos /interesses da república/ em prol de se guiar por /interesses pessoais/ dominados pela ***cupiditas***, conduziria à disseminação da discórdia pelo Estado. O segundo, já euforizado, caracterizaria por sair da situação de /discórdia/ reinante, reinstalando-se a /concórdia/ e o consequente retorno dos /interesses da república/ a guiar as ações dos homens, reentronizando o homem probo e honesto no centro das decisões.

Dissemos que a /discórdia/ campeia sem restrições em *Bellum Iugurthinum*, mas não é exatamente assim. No proêmio da obra há uma recomendação a seu favor. Conhecemos o apólogo do “estômago e dos membros” no qual a concórdia entre os órgãos do corpo humano torna-se um chamado metafórico à harmonia social. Salústio reapresenta sutilmente a necessidade de concórdia em tom mais filosófico, analisando as relações entre o corpo e a alma. Apenas sob a direção desta obtemos um todo integrado. Quando a alma relaxa, deixa o comando ao corpo, então dominam as paixões mais vis e somos lançados ao sabor das circunstâncias e a própria pessoa não se entende sobre o que deseja, tornando-se presa aos acontecimentos, totalmente dominada por eles ao invés de dominá-los.

No quadrado semiótico que sugerimos para este texto, é possível distinguir dois metatermos a reunirem os termos complementares, a saber, a /alma/ e o /corpo/, seguindo a perspectiva desenvolvida por Salústio no prólogo da obra. Eis o quadro semiótico sugerido:

QUADRADO SEMIÓTICO PARA *DE BELLUM IUGURTHINUM*



S_1: **(INTERESSES DA REPÚBLICA / *PROBITATIS*)**
/o cuidado das coisas públicas (III)/ /"Q. Máximo, P. Cipião, homens novos de outrora" (IV)/ /Metelo [...], de nome seguro e impoluto (XLIII)/ /Jugurta [...] informado de Roma a respeito de sua integridade [de Metelo] (XLVI)/

$-S_2$: **(CONCÓRDIA / *CONCORDIA*)**
/boa e leal a amizade de Massinissa (V)/ /Antes da destruição de Cartago o povo e o Senado romano tratavam em conjunto da república [...] e não havia entre os cidadãos lutas pela glória e pelo poder: o medo do inimigo mantinha a cidade nos bons costumes (XLI)/

$-S_1$: **(INTERESSES PESSOAIS / *CUPIDITAS*)**
/"nobres e homens novos de então" (IV)/ /as riquezas valiam mais que o bom e o honesto [...] (VIII)/ /avidez da nobreza e o seu dinheiro (XIII)/ /"suborno": envia embaixadores a Roma de com muito ouro e prata (XIII, XVI, XXVIII)/ /tudo em Roma era venal (XX, XXVIII, XXXV)/ /"Béstia" (XXIX)/ /"corrupção do exército romano na África" (XXXVIII)/ /logo que houve [...] quem preferisse [...] poderio injusto (XLI)/

S_2: **(DISCÓRDIA / *DISCORDIA*)**
/[...] facciosos na pátria (VIII, XLI)/ /'traição de elementos do exército romano facilitando o assalto do acampamento romano na África" (XXXVIII)/ /[...] começou a agitar-se a cidade [Roma] e a surgir uma discórdia interna que era como um abalar da terra (XLI)/ /Foi isto o que muitas vezes destruiu grandes cidades, o quererem uns vencer os outros, seja de que modo for e quererem os vencidos vingar-se duramente (XLII)/ /"ambiente e moral do exército legado por Albino a Metelo" (XLIV)/

A /alma/, a dêixis positiva, atuando como um metatermo a conectar S_1 e $-S_2$: "[...] *da vida dos mortais a alma é guia e senhor. Quando ele se dirige à glória* [***gloriam***] *pelo caminho da virtude, fica bem forte, poderoso e ilustre e não precisa da sorte, porque ela não pode dar ou tirar a alguém a probidade* [***probitatem***]*, a indústria e outras boas qualidades*"[195]. Já /corpo/, a dêixis negativa conectando como metatermo $-S_1$ e S_2: "mas se, presa de perversas paixões [***cupidinibus***], se entrega de todo à inação e aos prazeres do corpo [...], acusa-se a debilidade da natureza quando, por inércia, forças, tempo, talento se esgotaram: os que assim fazem transferem a sua culpa à vida"[196].

Tal como no apólogo de Menênio Agripa, o alvo da reflexão sobre humanidade ser composta de corpo e alma ("*genus hominum compositum ex corpore et anima est*"), ainda houvesse dúvida, afirma-se inequivocamente, ainda no prefácio na passagem da seção dois para três:

> [...] destas[197], em verdade, as magistraturas e os comandos, bem como qualquer participação na vida política parecem-me nestes tempos nada desejáveis, porque nem o cargo é dado pela virtude, nem aqueles que adquiriram o poder legal pela fraude estão seguros ou são por isso mais respeitáveis. De fato, governar pela força a pátria ou a família, embora se possa fazê-lo e se corrijam delitos, não é de bom conselho, sobretudo quando todas as mudanças de situação são prenúncio de matanças, de exílios e de outros atos hostis (*Bellum Iugurthinum*, III)[198].

Além da reflexão psicossomática e política, a relação ***concordia*** / ***discordia*** nesta obra de Salústio, como noção estruturante da narrativa, também se faz

---

[195] "*Sed dux atque imperator vitae mortalium animus est*. *Qui ubi ad* ***gloriam virtutis*** *via grassatur, abunde pollens potensque et clarus est neque fortuna eget, quippe quae* ***probitatem****, industriam aliasque artis bonas neque dare neque eripere cuiquam potest*" (I). As traduções usadas para esta obra são de Agostinho da Silva.

[196] "*Sin captus pravis* ***cupidinibus*** [atração por desejos vis] *ad inertiam et voluptates* ***corporis*** [a indolência e os prazeres do corpo] *pessum datus est, perniciosa libidine paulisper usus, ubi per socordiam vires tempus ingenium diffluxere, naturae infirmitas accusatur: suam quisque culpam auctores ad negotia* [às coisas, aos negócios] *transferunt*" (I).

[197] Aqui referindo-se ao final da seção II às numerosas e várias atividades com as quais a alma consegue o máximo de fama

[198] Verum ex iis magistratus et imperia, postremo omnis cura **rerum publicarum** minime mihi hac tempestate cupienda videntur, quoniam neque virtuti honor datur neque illi, quibus per **fraudem** iis fuit uti, tuti aut eo magis **honesti** sunt. Nam vi quidem regere patriam aut parentis, quamquam et possis et delicta corrigas, tamen importunum est, cum praesertim omnes rerum mutationes caedem, fugam aliaque **hostilia** portendant.

presente em mais um campo: o do exército romano. Tendo Roma de agir militarmente, enviara tropas sob o comando do cônsul Lúcio Calpúrnio Béstia (112/111 a.C.), o qual, por não alcançar uma solução satisfatória[199], é substituído pelo cônsul Espúrio Postúmio Albino em 110 a.C. Por sua vez, este, após um ataque mal sucedido, preocupado com os comícios na capital, parte deixando o comando a seu irmão, o pretor Aulo Postúmio Albino.

É notável como o exército romano no texto é uma extensão de seu general, preservando-lhe o seu valor. Não é por ele que a corrupção nele se dissemina e se vê tomado pela /discórdia/, mas pelo exemplo e permissão de seu general:

> [...] seguiram os costumes de seu comandante e cometeram numerosos e ignominiosíssimos crimes. Houve quem, corrompido pelo ouro, entregasse os elefantes de Jugurta, outros vendiam os desertores, uma parte pilhava os já pacificados: tão grande era a força da cobiça que, como uma doença, invadira os espíritos deles[200] (XXXII).

Toda essa corrupção culmina na atração ardilosa de Aulo Albino para um sítio desfavorável para si onde o surpreende com um assalto noturno ao seu acampamento, não sem antes ter garantido com o seu ouro a traição nas fileiras romanas de uma coorte de lígures, dois esquadrões de trácios, alguns soldados rasos e o centurião primipilo da terceira legião, o qual permitiu entrada aos númidas no ponto da fortificação que lhe cabia defender. Desnorteados com o ataque, a derrota romana foi vergonhosa, apenas superada pelos termos mais humilhantes ainda da paz imposta por Jugurta a Aulo, que não teve alternativa senão assiná-la (XXXVIII).

A reação em Roma foi imediata. Um novo comandante assume, Metelo, o qual chegando à África, diante do quadro ignominioso encontrado (cada um fazendo

---

199 Béstia teria sido subornado por Jugurta para firmar, sem consulta ao Senado, um acordo vergonhoso para Roma, no qual o rei era beneficiado enormemente. Chamados ambos a Roma para prestarem esclarecimentos, durante a investigação conspirou para eliminar um pretendente recém-surgido ao trono da Numídia e foi descoberto após uma tentativa fracassada. Dado a proporção tomada pelo escândalo, o suborno não foi suficiente para abafa-lo teve de fugir, retomando-se a guerra, para a qual é designado Albino.

200 Dum haec Romae geruntur, qui in Numidia relicti a Bestia exercitui praeerant, secuti morem imperatoris sui plurima et flagitiosissima facinora fecere. Fuere qui auro corrupti elephantos Iugurthae traderent, alii perfugas vendebant, pars ex pacatis praedas agebant: tanta vis avaritiae [in] animos eorum veluti tabes invaserat.

o que bem lhe apetecia), decide previamente a qualquer ação recuperar a moral da tropa e o clima de /***concordia***/ o qual havia muito desaparecera do acampamento, submetendo-o "*à disciplina de seus maiores*" ("*quam maiorum disciplina milites laborare coegisset*"). Metelo fora escolhido por seu caráter incorruptível e logo põe ordem na situação (XLIV-XLV).

De tal forma com que Metelo vem somar-se a Q. Máximo, P. Cipião e aos ***homines noui*** de outrora (IV) fazendo o percurso /$S_2(-S_2)S_1$/, contrapondo-se aos ***nobiles*** de sempre, em sua grande maioria, aos ***homines noui*** coetâneos à Guerra Jugurtina e aos comandantes que lhe antecederam na África, todos passantes por /$S_1(-S_1)S_2$/, levando da família à pátria, de permeio o exército, à /***discordia***/ interna.

Retornando ao discurso de Mário, na verdade passagens selecionadas desse discurso, pois o entrecortamos na intenção de melhor exibir a releitura feita das ***imagines*** e dos ***mores*** pelo ***homus nouus***[201] com ênfase para a sua faceta controversa. Afinal em toda a bibliografia sobre o ***mos maiorum***, regra geral, a peça não é mencionada, de forma a não comprometer uma apresentação tornada canônica desses valores necessariamente vinculada à linhagem. Os costumes desses maiores enobreceram as suas famílias e apenas tomando-as como referência pode tal conjunto ser considerado. Ora, assim pretendeu todo um grupo que detinha o poder em Roma e intencionava manter esses valores restritos como um apanágio das elites. Pois bem, Mário revira completamente o quadro e recoloca o tema. Os antepassados ou os ***maiores*** são exemplos a serem seguidos por e em suas virtudes, convidando a tal seguimento qualquer cidadão, nobre ou homem novo. Não se trata de uma herança, mas de uma conquista por mérito próprio.

Essa reproposição coaduna profundamente com o horizonte assinalado pela obra no quadrado semiótico: a conquista da virtude por mérito próprio é algo que faz parte da natureza do homem probo e honesto, que, ao contrário, das almas corrompidas que envergonham os seus antepassados ao se deixarem levar pela

---

[201] A análise do discurso por inteiro de Mário e a maneira como a guerra, o romano e o númida são representados no *De Bellum Jugurthinum* foi objeto de nossa comunicação ao XIV Encontro Regional de História**,** de 19 a 23 de julho de 2010, na UniRio**,** Rio de Janeiro (RJ)**:** Memória e tradição na historiografia latina: Salústio e o lugar da guerra na construção da identidade romana (disponível em http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=330).

busca desenfreada da riqueza e do poder, relaxados preguiçosamente nos louros de seus ancestrais, sem executarem ação alguma digna destes.

Uma obra cujo tema central é a guerra pela hegemonia na África do norte, mas mira desnudar a corrupção e soberba da nobreza romana, a atividade bélica já aparece, tanto no discurso de Mário como na reflexão sobre a ***imago***, o caminho por excelência da virtude, onde se torna manifesto quem efetivamente é grande entre os romanos. O grego Tucídides, modelo de Salústio, afirmava ser a guerra "*uma mestra de caráter violento que elimina o bem-estar da vida cotidiana*" (III, 82, 2). E os romanos concordavam com isso. Daí não estar em mira a guerra pela guerra, a guerra como um estilo de vida próprio. O desejado é a paz (***pax***), mas para mantê-la é inevitável estar preparado para a guerra, ***para bellum***, como no paradoxo de Vegécio, nele sendo recolhida e reconhecida uma atitude em face dos conflitos bélicos que atravessa toda a sociedade clássica: *si vis pacem, para bellum* ("se queres a paz, prepara-te para a guerra", *Epitome rei militaris*, III, *Praef*atio)[202].

Na guerra, como em todas as demais áreas da vida, prescreve-se o comportamento correto e leal e o romano considerava-se o povo da ***fides***[203]. Isso permanecerá sempre um axioma de ouro para os romanos. Contudo a Guerra Anibálica demonstrara que se comportar de modo leal não implica em jogar-se de peito aberto ante um inimigo ardiloso. Daí o papel desempenhado pela *prudentia*. É preciso ser perspicaz diante da falsa *fides* dos inimigos: *Graeca fides*, *Punica fides*, *Numida fides*... *dolus Numidarum* (LIII)! Um nome a todas essas expressões: ***perfidia***. Contra ela uma ***mens*** mais voltada à proteção e tutela diante das emboscadas do inimigo e menos uma autorização para que se agisse tal qual, analogamente ao adversário, fazendo voltar contra ele mesmo as suas artimanhas (BRIZZI, 2003, 58-62).

Nem sempre as coisas funcionam assim e nem sempre é fácil precisar o limite entre o adequado e o inadequado contra quem só pensa em fraude e dolo. A Guerra

---

[202] Nas palavras exatas de Vegécio: "*Igitur qui desiderat pacem praeparet bellum; qui victoriam cupit milites imbuat diligenter; qui secundos optat eventus dimicet arte, non casu*" (trad. de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga: "Portanto, quem desejar a paz, que prepare a guerra; quem ambicionar a vitória, que treine diligentemente os soldados, quem pretender desenlaces favoráveis, que lute com arte, não ao acaso").

[203] A respeito da ***fides*** retomemos *supra* as pp. 132-135 e quanto à ***perfidia*** particularmente p. 132n137.

Jugurtina é demonstração cabal disso e, com certeza, não é a ***fides*** que impera nesse relato, mesmo da parte dos romanos em combate.

Entre os númidas, Jugurta em particular, a ***perfidia***, lhes caracteriza, associada aos seus costumes a equitação, o lançar os dardos, a corrida e a caça (VI), são descritos também como fingidores e de ânimo falso (*passim*). Metelo assim também está informado e traça o seu proceder no combate a partir deste saber: "*já conhecia de experiência que a raça númida é desleal, de caráter volúvel e ávida de novidades*" ("*Sed Metello iam antea experimentis cognitum erat genus Numidarum infidum, ingenio mobili, novarum rerum avidum esse*", XLVI). Tal conhecimento, tanto em Metelo quanto em Mário, seu sucessor na luta contra Jugurta, usam das mesmas armas do inimigo e momento algum tal atitude é disforizada no texto, enquadrando-se, de modo alargado, naquela ***mens*** prudente que acabamos de mencionar.

Toda a narração, ao passo que exibe o extremo valor das legiões em combate, parece querer demonstrar não haver outro modo de lidar com a situação. A cada batalha, na quase totalidade vencida pelos romanos, a bravura e a ***fides*** estão presentes do começo ao fim. Contudo, as batalhas não decidem a guerra. Jugurta as evita o quanto pode, apenas aceitando-as quando se imagina em vantagem. Assim, a guerra tem de ser decidida usando as mesmas armas do númida. Ele se dá conta disso. Desde que toma ciência da integridade de Metelo a ideia sincera de rendição lhe assalta o espírito, mas ele mostra-se constantemente volúvel. A traição de um rei que lhe era aliado (Boco, da Mauritânia), entregando-o aos romanos é que trará o desfecho final a tantos combates.

A ***fides***, surpreendentemente, passa a ocupar um papel central na Carta de Mitrídates[204], um dos poucos fragmentos consistentes que nos chegou das suas

[204] Mitrídates VI Eupátor Dionísio ou Mitrídates o Grande (120-63 a.C.), rei do Ponto. Acabou por adquirir contornos lendários, ultrapassando por tais aspectos o seu nome ao seu destino. Um deles atribuía ao rei a capacidade de falar em 25 idiomas, possibilitando-lhe a comunicação na língua pátria com cada soldado de seu exército. Daí serem chamados "mitrídates" os livros dotados de tal versatilidade, com trechos dos mais variados idiomas. Também teve sorte semelhante o cuidado em imunizar-se contra um eventual envenenamento, tomando doses crescentes (mas nunca letais) dos venenos de que tinha conhecimento. O sucesso foi tanto que, enfim derrotado, ao tentar suicídio por envenenamento, por causa da imunidade adquirida, nenhum surtiu efeito, tendo de forçar um de seus servos a matá-lo à espada. A essa maneira de proceder visando proteger-se dos venenos foi dado o nome de "mitridatismo" e originou o verbo "mitridatizar". Por fim, o nome "mitridato" (ou ainda "mithridatium", "mithridatum", "mithridaticum") é dado ao composto, cuja invenção lhe era atribuída, de uma miríade de venenos (alguns listam 53, outros 65 ingredientes), com fama de antídoto universal.

Historiae (Histórias)[205]. Escritas entre 39 e 35, quando Salústio é colhido pela morte, deixando-a inconclusa, pretendia continuar a obra de Lúcio Cornélio Sisenna[206], tomando-a como ponto de partida. Tal como a obra de Sisenna em 23 livros, os cinco livros nos quais a obra de Salústio se dividia seguiam o modelo de narrativa analística, mas sem abrir mão do caráter unitário dos eventos narrados. Ao lançar sobre tais eventos o foco dos ***mores maiorum***, como já fizera em suas monografias, as nuanças psicológicas das personagens envolvidas e a análise do desdobramento de suas ações ganha relevância, consagrando um modelo discursivo de sucesso na historiografia romana que lhe sucede.

Obra de escopo mais ambicioso que as monografias anteriores, Salústio se propôs abordar o período iniciado com a abdicação de Sula, em 78, logrando chegar até a assunção por parte de Pompeu do comando no combate contra os piratas que infestavam o Mediterrâneo em 67 a.C.: consoante as suas próprias palavras em *De coniuratione* (XI), época chave para se compreender a degeneração da República romana. Seus grandes temas: a reação ao legado político-institucional de Sula, a revolta de Sertório na Hispânia, a guerra servil movida por Espártaco e a guerra de Mitrídates na Ásia, além, claro, do desafio dos piratas.

Mitrídates chegou a mover quatro guerras contra Roma: as Guerras Mitridáticas (88-84, 83-81, 74-68 e 66-63)[207], nas quais arrebatou terras sob o domínio direto da República na Ásia e assenhorou-se da Bitínia, Capadócia e Frígia impondo, ele pessoalmente ou o seus generais, várias derrotas ao exército romano.

A respeito da ortografia de seu nome (cf. http://en.wikipedia.org/wiki/Mithridates_VI_of_Pontus citando Oxford Classical Dictionary, 3.ª ed.), Mitrídates proviria de uma latinização de seu nome grego Μιθραδάτης, Mithradates (assim grafado nas inscrições gregas e nas suas próprias moedas), do antigo persa "Mithradatha" ("presente de Mithra").

[205] Boa parte da obra se perdeu, nos restando alguns fragmentos, principalmente de cunho etnográfico e geográfico. Não obstante, os mais consistentes são seis excertos: quatro discursos e duas cartas, incluindo a já citada de Mitridates.

[206] *Lucius Cornelius Sisenna* (120 a.C. - 67 a.C.), nobre e partidário de Sula, atuou como defensor de Verres denunciado pelos siciliotas em virtude dos excessos cometidos quando governador, tendo enfrentado Cícero na acusação. A fama lhe adveio com as suas *Historiae*, em 23 livros, dos quais nos chegaram alguns poucos fragmentos, contemplando desde as origens lendárias de Roma até a morte de Sula, com ênfase para a Guerra Social e para as lutas entre Mário e Sula. Também traduziu do grego as *fabulae Milesiae* (gr. *Milesiaka*), uma coleção de contos eróticos e picarescos escritos por Aristides de Mileto, no qual Petrônio, mais tarde, possivelmente teria se inspirado para escrever o seu *Satyricon* (séc. I d.C.). Em http://latin.packhum.org/author/646 pode ser consultado o restante da obra de Sisenna que nos chegou.

[207] Alguns autores consideram as duas últimas uma só guerra.

Sula, Lúculo e Pompeu foram seus contendores. Ultrapassou como desafio as dimensões orientais ao se unir a Sertório e cumpliciar-se dos piratas. Tudo fez para capitalizar o descontentamento crescente em relação à presença de Roma na Ásia apresentando-se como um libertador do opressivo jugo romano.

Entre outros episódios usados para propagandear seus sentimentos antirromanos, após a sua entrada triunfal em Éfeso, tendo conquistado a Bitínia, expede a ordem, como senha para a sublevação, para o massacre de oitenta mil residentes italiotas (cidadãos romanos) na Ásia Menor (88 a.C.), em um único dia, conhecido como "as Vésperas Asiáticas"[208]: planejado escrupulosamente para ocorrer ao mesmo tempo em diversas cidades gregas espalhadas pela Ásia Menor, bastando para ser alvo ter um sotaque latino.

Executou também, publicamente, Mânio Aquílio, o qual, em 89 a.C., tinha sido enviado à frente de uma embaixada. com a intenção de restaurar o prestígio de Roma então em xeque na região. Aquílio, apesar da fama de cúpido (enfrentara um processo por concussão em Roma), parecia o melhor nome para a tarefa, tanto em razão dos sucessos militares anteriormente alcançados (embora dispusesse de efetivos militares reduzidos, suficientes para uma embaixada) como a fama de seu pai por aquelas bandas[209]. No entanto, as suas ações resultaram na guerra e no massacre das Vésperas. Derrotado e preso, Mitrídates, num gesto teatral, quis fazer dele exemplo angariando simpatia entre os descontentes com Roma: matou-o mandando derramar ouro derretido em sua garganta[210].

Chegam, entretanto, para Mitridates, os revezes e, conforme Salústio, nesse contexto, busca o auxílio da Pártia (*Parthia*), escrevendo para o seu rei:

O rei Mitrídates ao Rei Arsaces, saúde. [...]

---

[208] Também conhecido como "Vésperas de Êfeso": vésperas por ter se dado a matança durante a tarde e Éfeso por ter de lá partido a ordem.

[209] Sob o comando de Mário, de quem se tornou amigo, lutara contra os germanos (címbrios e teutões) com denodo e reprimira com eficiência uma séria revolta servil na Sicília. Quanto ao pai, tb. Mânio Aquílio, tão bem foi sucedido em organizar o reino de Pérgamo, deixado em herança a Roma, como província, e tal era a benquerença dos locais para consigo, que recebera o epíteto de "divino".

[210] Algo semelhante ocorreria, anos depois, com o triúnviro Marco Licínio Crasso: segundo se conta, após a batalha de Carras (*Carrhae*), contra os partas, apanhado em uma emboscada por seus inimigos, em virtude sua sede de riquezas, teriam derramado, porém já estando morto, ouro derretido em sua boca.

Efetivamente, têm os Romanos uma só causa, e já antiga, de guerrear com nações, povos e reis, um profundo apetite de domínio e riquezas. Foi por isso que primeiro declararam guerra a Filipe da Macedônia, depois de lhe terem fingido amizade, quando atacados pelos Cartagineses. Manhosamente afastaram, pela concessão da Ásia, Antíoco, que lhe vinha em socorro; mas logo, abatido Filipe, foi Antíoco despojado de todo o território para aquém do Tauro e de dez mil talentos. Depois, tendo recebido Perseu, filho de Filipe, após combates numerosos e de vária sorte, sob palavra e ante os deuses da Samotrácia, mataram-no de insônias esses ardilosos inventores de perfídias quando lhe tinham pactuado garantia de vida [... e outros exemplos] Referir-me-ei também a mim? Pois estava eu separado por todos os lados, com reinos e tetrarquias, do Império deles, mas como tinha fama de ser rico e de me não submeter, fizeram-me guerra por intermédio de Nicomedes, sem que, no entanto, não desse eu pelo crime, até predizendo o que veio a acontecer aos Cretenses, único povo livre naquela altura, e ao rei Ptolomeu. Mas vinguei-me eu dos ultrajes: expulsei Nicomedes da Bitínia, tomei a Ásia, espólio do rei Antíoco, e arranquei a Grécia de uma pesada escravidão. Mas o que eu comecei, Arquelau, o último dos servos, o destruiu, entregando o exército, e os que a covardia ou uma errada esperteza absteve da guerra, para que, por meus trabalhos, seguros ficassem; sofrem agora os mais terríveis dos castigos: Ptolomeu só por dinheiro vai transferindo a guerra de dia para dia, os Cretenses, já uma vez atacados, não terão outro fim senão o da ruína.

Quanto a mim, tendo percebido que mais tinha sido adiada a luta, por causa das discórdias internas deles, do que acordada a paz, recomecei eu a guerra [...]. Em Cizico, onde me detinha, em assédio, com um grande exército, faltou-me o mantimento e ninguém à volta me ajudou, ao mesmo tempo em que, ao mar, o fechava o inverno. Assim, e sem ataque inimigo, tentei voltar ao reino dos meus pais, mas perdi, por naufrágios, em Páris e Heracleia, os melhores dos soldados juntamente com as frotas. Depois, reconstituído o exército em Cábera e com vários combates entre mim e Lúculo, sobre ambos veio a falta de recursos. [...] eu, porque estavam em volta devastados todos os lugares, retirei para a Armênia, reagindo os Romanos, não a mim, mas a seu costume de subverter todos os reinos, visto que, tendo impedido, pela estreiteza do campo, que uma multidão os combatesse, ostentam por vitória a imprudência de Tigranes.

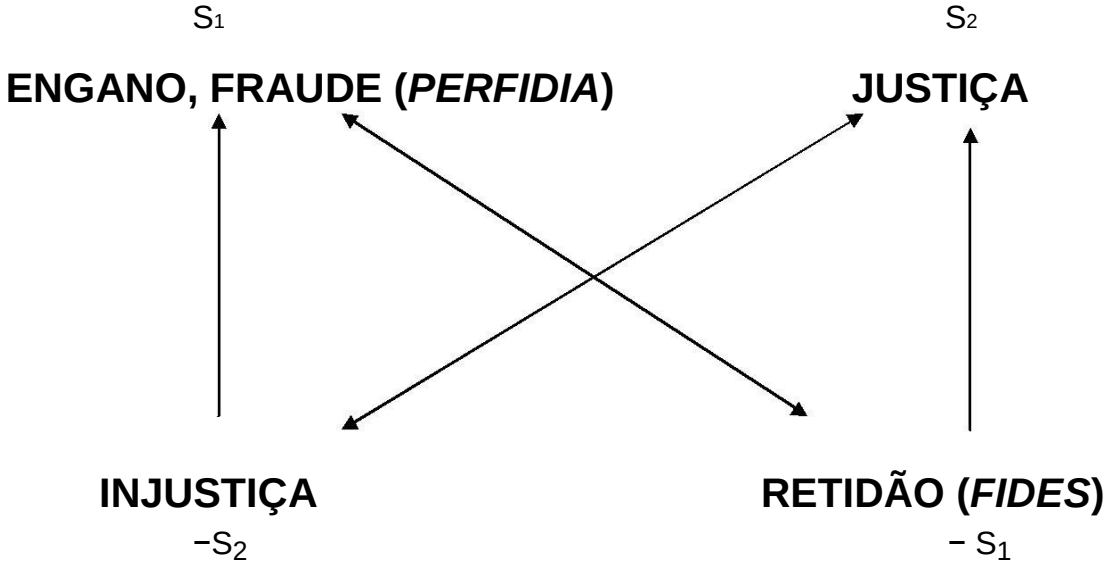
Peço-te agora que consideres se julgas que, depois da nossa derrota, te acharás com mais forças para resistir ou se acabarão a guerra. Sei bem que tens grandes recursos em homens, armas e ouro e que é por isso que te procuramos nós como aliado e eles como presa. [...] Acaso ignorarás que os Romanos depois que o Oceano lhes foi limite à marcha para o Ocidente, voltaram para aqui as suas armas? Que desde o início nada tem que não haja sido roubado, casas, mulheres, territórios, império? Que outrora uma quadrilha sem pátria nem pais, reunidos agora para flagelo do globo terrestre, nada há de humano ou de divino que os impeça de roubar, destruir aliados e amigos, quer fiquem longe ou perto, quer fracos ou poderosos, e tratar como inimigo tudo o que não os sirva, sobretudo os reinos? De fato, poucos são os que querem a liberdade; a grande parte, senhores justos. Nós lhe somos suspeitos, como êmulos e, no futuro, vingadores. E tu, que possuis Selêucia, a maior das cidades e

> o reino da Pérsia, de famosas riquezas, que esperas deles senão, agora, a fraude e, depois, a guerra? Contra todos pegam os Romanos em armas, mas, com mais violência, contra aqueles que darão, se vencidos, os despojos maiores: grandes se fizeram ousando e enganando, guerras entretecendo guerras. Desta maneira, ou tudo extinguem ou então sucumbem: o que não seria difícil, se tu na Mesopotâmia, eu na Armênia, lhes cercássemos um exército sem mantimentos, sem auxílios, só pela sorte e por nossos defeitos ainda incólume. A ti te acompanhará a glória de, partindo a ajudara a grandes reis, teres derrotado uns salteadores de povos. Aconselho-te, exorto-te a que o faças, a não ser que prefiras retardar tua perda pela nossa a ficares vencedor nesta aliança.

É notável como na carta de Mitrídates o propósito manifesto de convencer Arsaces a pactuar uma aliança se encontra completamente à margem, ocupando-se muito mais em justificar as suas acusações contra os romanos agregando a eles como descritor a infame imagem de uma quadrilha de malfeitores, acessando-se a partir daí os demais registros: fingem amizade ("*amicitia simulantes*"), agem com manha ("*per dolum*"), ardilosos em inventarem traições ("*callidi et repertores perfidiae*"), feito praga a assolar o mundo ("*peste conditos orbis terrarum*"), ladrões de povos ("*latrones gentium*"). Na origem vagabundos apátridas e sem família ("*sine patria, parentibus*") que reunidos passaram a ter, como seu móvel mais constante, o profundo desejo de riqueza e poder ("*cupido profunda imperii et divitiarum*").

Essa desproporção ganha nitidez no quadrado semiótico que propomos como explicação dos processos constitutivos de sentido no texto. Em nossa proposta os termos geradores são S_1: /engano, fraude/ e S_2: /justiça/. No primeiro, dois aspectos da ***perfidia***, o engano (lat. ***simulatio***: fingimento, mentira, disfarce, simulação) e a fraude (lat. ***fraus***: manha, astúcia, perda resultante de engano), aspectos pontuados com insistência na carta de Mitrídates. O segundo termo gerador, /justiça/, por oposição às atitudes romanas, dá conta do comportamento do próprio autor da missiva segundo a sua narrativa, indicando o enfrentamento do romano, para o qual convida Arsaces a se juntar, como a medida mais justa.

QUADRADO SEMIÓTICO PARA A CARTA DE MITRÍDATES (*IN HISTORIAE*)



S_1: **(ENGANO, FRAUDE / *PERFIDIA*)**
/fingido amizade/ /Manhosamente/ /esses ardilosos inventores de perfídias/
/errada esperteza/ /[te procuram] eles como presa/
/nada tem que não haja sido roubado, casas, mulheres, territórios, império/
/outrora uma quadrilha sem pátria nem pais, reunidos agora para flagelo do globo terrestre/
/nada há [...] que os impeça de roubar, destruir aliados/
/que esperas deles senão, agora, a fraude e, depois, a guerra?/
/grandes se fizeram ousando e enganando, guerras entretecendo guerras/

$-S_2$: **(INJUSTIÇA)**
/os Romanos uma só causa, [...] profundo apetite de domínio e riquezas/
/mataram-no de insônias/ /fizeram-me guerra [...] não desse eu pelo crime/
/o que eu comecei, Arquelau, o último dos servos, o destruiu/
/seu costume de subverter todos os reinos/ /ostentam por vitória a imprudência de Tigranes/
/tratar como inimigo tudo o que não os sirva/

$-S_1$: **(RETIDÃO / *FIDES*)**
/sob palavra e ante os deuses/ /lhe tinham pactuado garantia de vida/
/te procuramos, nós como aliado/

S_2: **(JUSTIÇA)**
/vinguei-me eu dos ultrajes: expulsei [...], tomei [...] e arranquei a Grécia de uma pesada escravidão/
/Nós lhe somos suspeitos, como êmulos e, no futuro, vingadores/
/A ti te acompanhará a glória de [...] teres derrotado uns salteadores de povos/

São então sugeridos pelo texto dois percursos. O de $S_1(S_{-1})S_2$ no qual a ***perfidia*** é rejeitada para se adotar os comportamentos que coadunam com a ***fides*** rumo a atitudes desenhadas pela justiça e a sua vitória, e o de $S_2(S_{-2})S_1$ que conduz à imposição da ***perfídia*** a todo o orbe pelos romanos e o abandono de toda justiça. Não é preciso dizer que este último percurso é amplamente disforizado e o primeiro euforizado. Ao recolhermos trechos no texto para avalizarmos os percursos como esquematizados no quadrado reforça-se a impressão de desequilíbrio entre o indicado na carta como o seu objetivo e o afã em condenar Roma.

Como dizíamos o desequilíbrio entre as duas dêixis, o que implica dizer entre os dois percursos no texto, é exuberante. A dêixis positiva (S_1 e $-S_2$), disforizada aqui, é muito mais atravessada pelos argumentos da Carta que a dêixis negativa (S_2 e $-S_1$), euforizada. A conclusão se impõe: Mitrídates mais parece pretender acusar Roma que convencer Arsaces. Portanto, se sabemos, pela Retórica, serem três os gêneros de discurso (deliberativo, na intenção de convencer; jurídico, acusar ou defender; epidítico, censurar ou elogiar), a Carta se propõe como peça deliberativa e, formalmente, corresponde ao propósito formulado. Não obstante, em sua argumentação Mitrídates/Salústio deixa-se seduzir pela acusação.

Assumir diferentes e antagônicos pontos de vista, vimos, fazia parte, nas escolas, dos exercícios retóricos. Observemos, porém: o Mitrídates que ataca Roma é mais romano que pôntico. Pensa e fala como um romano ao repugnar veementemente a “perfídia” romana. Notável o ataque a Roma em um dos seus valores mais sagrados, a ***fides***, referência desde a qual o romano se retrata (“povo da ***fides***”), pedra angular de suas relações em todas as esferas, quer sejam privadas, quer públicas.

Mitrídates é Salústio e assumir a posição do outro, na ótica dualista dos embates retóricos, é atacar em formação contrária, invertendo os sinais. Se espontaneamente o romano defende certos valores, para estes mais facilmente serem atacados, estes lhes são e o outro é quem passa a defendê-los. Logo, ao travestir-se com o ponto de vista do oriental, não é oriental quem fala, mas o romano, pois é alma deste que é vasada no corpo do outro. Assim, se o oriental é romano, o romano não é um oriental ou mesmo um não-romano, longe disso. É ele,

nesse jogo de inversões, o antirromano por excelência, passando a pensar e a agir de modo repulsivo para a mentalidade romana.

Basta a leitura atenta. Um dos dardos desferidos por Mitrídates é o de *latrones gentium*. Ora, ***more latronum*** é como os romanos se referem ao modo desonroso de empreender a guerra (BRIZZI, 2003, p. 32), justamente por negar e se opor ao modo de combate preconizado pela ***fides***. Pode-se objetar que estamos a esvair o vigor argumentativo de Salústio, cujo intuito seria mesmo através de Mitrídates denunciar os males do império e da república, que os ***mores***, segundo a própria crítica de Salústio, já não recebiam mais a atenção de uma elite extremamente corrompida e corruptora. Prosseguindo nessa linha argumentativa, há quem possa conceder a Salústio certa simpatia à posição de Mitrídates.

Pois bem, todas estas objeções correspondem às convicções da maioria dos estudiosos no assunto, as quais, entretanto, para se sustentarem devem fazer vistas grossas ao emprego dos recursos retóricos, minimizando os seus efeitos.

Um mesmo fenômeno aqui disforizado, recebe um tratamento oposto, apresentando-se euforizado quando inserido na digressão histórica empreendida por Salústio em *De Coniuratione*: na monografia, a boa surpresa de tão variada gente lograr unir-se em harmonia por um período bastante extenso, aqui um bando de salteadores, a quem até as esposas foram obtidas por roubo[211]. Neste ponto uma clara e aviltada alusão ao rapto das sabinas e à sagrada origem de Roma. Imagens simetricamente invertidas quanto ao seu investimento tímico.

Ainda cabe ressaltar que, distintamente das monografias, na Carta de Mitridates não encontramos a ***concordia*** desempenhar nem sombra do papel nas outras obras. Acontece que na Carta repercute um olhar externo, interessado não na dinâmica interna da sociedade romana, mas no modo como é feita a sua guerra e é conquistado o seu império.

---

[211] "*Neque quicquam a principio nisi raptum habere, domum, coniuges, agros, imperium?*"

3.4. TÁCITO

Publius [ou *Gaius* (?)] *Cornelius Tacitus* (*c.*55 d.C. – *c.*120), provavelmente natural da Gália Narbonense, embora tal dado seja tão incerto como muitos outros eventos em sua vida[212]. Fato é que, em 77, casou-se com a filha do cônsul e pontífice *Gnaeus Iulius Agricola* (Agrícola)[213], o qual ainda neste ano viria a assumir o governo da Britânia. Do sogro obteve auxílio para ingressar (*c.*78), ainda jovem, em torno dos 25 anos, no Senado e, portanto, dar os primeiros passos no *cursus honorum*. Não sem já chamar a atenção, durante o principado de Vespasiano, para uma riqueza e ilustração tais que tornaram meritórios esses ingressos.

Assim, formando-se na era dos Flávios, teria estudado a eloquência com oradores célebres como Marco Apro, Júlio Segundo e, talvez, Quintiliano. Tribuno militar (?) e vigintiviro ainda na época de Vespasiano; questor na de Tito; e com Domiciano edil e em 88, após ter promovido os *Ludi Saeculares*[214], pretor. Entre 90 e 93 atuou em alguma província (provavelmente como *legatus pro praetore*), quando falece o sogro, em 23 de agosto de 93. A ausência lhe impede de pronunciar a merecida *laudatio funebris*, mas "*Domiciano provavelmente não teria tolerado que se*

---

[212] Das suas próprias obras, das cartas de Plínio o Jovem, de quem era muito amigo, e de algumas evidências arqueológicas nos vem as informações tidas como as mais seguras.

[213] Nascido em Fréjus (40) e educado em Marselha, Agrícola iniciou sua carreira militar na Britânia (*c.*61), quando os ventos da revolta sopravam sobre a ilha (vide *infra* p. 186n179). Depois questor na Ásia (64), tribuno da plebe (66) e pretor (68-69). Comandou a XX[a] legião na Britânia (71), governador da Aquitânia (74-76), cônsul e pontífice (77), governador da Britânia (de 77 até *c.*84), quando empreendeu grandes realizações e provocou o seu retorno para Roma, por ter despertado em Domiciano grande inveja. Salvou-se então da morte por pouco, graças a sua prudência, procurando manter-se à sombra nos anos seguintes (recusou um proconsulado em 92). Faleceu em 93.

[214] Quando fez parte do colégio dos *quindecimviri sacris faciundis*, notável por ter a custódia dos Livros Sibilinos.

pronunciasse em público o elogio de um homem do qual enciumava a glória militar [...] *e tenha desejado talvez envenenar*"[215]. Ainda estamos sob o governo de Domiciano (81-96), o qual será retratado por Tácito com cores tenebrosas[216].

MAPAS 7 e **8**: Novamente a Gália pouco antes da chegada de César, onde se veem os gauleses, germanos, britanos, entre outros, e a área até então dominada pelos romanos. À direita, destaque para as grandes regiões da área. Em algum ponto da *pars romana*, durante a Guerra Gálica, acredita-se que teria nascido Tácito. Não deixa de ser instigante olhar pra este mapa com tal informação e ter em mente as romanidades como fronteira étnica. Cumpre frisar, mais outra vez, não ser fronteira étnica uma noção territorial. A reflexão aqui se deve à proximidade e contato com os romanos de inúmeros povos identificados como tais.

Tudo leva a crer ter que, além do choque pessoal, a carreira do advogado brilhante, sedimentada por um exuberante talento oratório, tenha sofrido um abalo com a morte de Agricola, patrono sob cujos auspícios a sua trajetória iniciara. A obra

---

215 "*Domitien n'aurait sans doute pas toléré qu'on prononçât en public l'éloge d'un homme dont Il jalousait la gloire militaire* [...] *et qu'il avait voulu peut-être empoisonner* (p. V)".

216 No início do seu *Agricola*, escrito alguns anos após em honra de seu sogro (como declara no cap. III), os anos de Domiciano, ainda no cap. I, são denunciados como um "*tempo tão cruel e tão hostil a toda virtude*" ("*tam saeva et infesta virtutibus tempora*") para, nos dois capítulos seguintes, descrever como tal tirania oprimia os espíritos.

que florescerá sob sua pena na “dinastia” que sucede aos Flávios, quando também retoma o *cursus honorum*, trará em sua reflexão a marca indelével desse episódio.

Com os Antoninos uma nova era, iniciada no principado de Nerva (96-98), nele exercendo, no ano de 97, o consulado *suffectus* na vaga de *Lucius Verginius Rufus*[217], de quem faz o elogio em seu funeral. Seria desse período o seu *Dialogus de Oratoribus* (Diálogo de Oradores), tratado de argumento retórico em forma dialógica inspirado em Cícero. É gradual a retomada de ânimo após os três lustros de tirania, mas a perspectiva é alvissareira:

> Só agora nos volta o ânimo [passados os anos de Domiciano]; e, embora logo no início deste felicíssimo século tenha o imperador Nerva ligado de novo o que anteriormente era incompatível, principado e liberdade, embora todos os dias aumente Nerva Trajano a felicidade da época e já não tenha a segurança pública de ficar apenas em esperança e voto, mas para si tenha tomado a confiança e a firmeza que no voto estavam, o que é certo é que, pela natural debilidade humana, mais tardos são os remédios que os males [...][218]

Em 98, ano do advento de Trajano como imperador, Tácito inicia a sua produção não oratória com *Agricola* (ou *De vita Iulii Agricolae*) e *Germania* (ou o *De origine et situ Germanorum*). Na primeira, misto dos mais variados gêneros (elogio fúnebre, panegírico, monografia histórica, descrição etnográfica e panfleto político) é proposto através de seu sogro um modelo de comportamento político baseado não tanto no ***mos maiorum***, mas na ***medietas*** (ou ***moderatio***), a prudência, o caminho do meio pelo qual se atende o dever de continuar servindo a Roma, rejeitando

---

[217] Nascido em 14 d.C., em Como, Itália setentrional, de proveniência equestre, já tinha exercido o consulado em 63 e governou a Germânia Superior (65), quando esteve à frente de três legiões (XXI *Rapax*,IIII *Macedonica* e XXII *Primigenia*). Mais uma vez cônsul em 69, em meio à crise que decorreu no suicídio de Nero e na disputa sucessória, tendo sido aclamado, recusou a púrpura. Cônscio da ameaça que representava, à época de Vitélio e de Vespasiano, retirou-se para a vida privada, indo residir em Alsium (at. Ladispoli), antigo porto etrusco na costa tirrênica, *ca.* 35 km noroeste de Roma. Lá se dedicou aos estudos, à poesia e a um círculo literário que teria tido entre seus frequentadores Plínio o Jovem e Quintiliano. Definido Nerva pelo Senado como sucessor de Domiciano, após o assassinato deste, o novo imperador escolheu Vergínio (um general que recusara a dignidade imperial) como seu colega de consulado naquele ano. Todavia, ao iniciar o seu discurso de posse, inadvertidamente, deixou cair um livro que portava, e curvando-se para apanhá-lo, escorregou no chão liso, caiu e fraturou o quadril, vindo a falecer meses depois, após longo sofrimento.

[218] *Agricola*, cap. III:

> “Nunc demum redit animus; et quamquam primo statim beatissimi saeculi ortu Nerva Caesar res olim dissociabiles miscuerit, principatum ac libertatem, augeatque cotidie felicitatem temporum Nerva Traianus, nec spem modo ac votum Securitas publica, sed ipsius voti fiduciam ac robur adsumpserit, natura tamen infirmitatis humanae tardiora sunt remedia quam mala [...].”

simultaneamente a contumaz oposição ao tirano e o servilismo cortesão. Aqui se promete a escrita de uma futura obra na qual se pretendia abordar os tempos de Domiciano, Nerva e Trajano[219].

Na segunda, uma breve monografia de caráter geo-etnográfico, o elogio do povo germânico se demonstra como recurso retórico para a crítica dos maus costumes romanos.

Em janeiro de 100 aceitou o convite do amigo Plínio o Jovem (61 ou 62-ap.113 d. C.) de com ele atuar como advogado dos africanos na acusação de extorsão exercida por *Mario Priscus* quando procônsul da África. O caso célebre redundou no banimento do acusado da Itália.

Aliás, em torno de cinco anos mais velho que Plínio, é Tácito o interlocutor em várias de suas cartas[220], nas quais se desvelam, tendo consolidado as suas carreiras no mesmo momento e vivido as mesmas esperanças, as cumplicidades de uma geração.

Entre 104 e 109, muito provavelmente em 105, ainda sob Trajano (98-117), escreve a primeira das suas duas obras de maior fôlego, chamadas de "obras maiores". São as *Historiae* (Histórias), nas quais altera o projeto anunciado no *Agricola*, e decide deixar a investigação sobre o seu próprio tempo para mais tarde e se lança na tentativa de compreender como se chegou à tirania de Domiciano. Acha por bem identificar o nascedouro das corrente que nela deságua na crise aberta com a morte de Nero, quando se dá conta de se poder elevar alguém à condição de imperador longe de Roma, exaltando-se as legiões com tal possibilidade. São contemplados os reinados de Galba, Oto, Vitélio, Vespasiano, Tito e Domiciano, até próximo do fim deste, em 96. Todavia, desta obra chegou-nos apenas os quatro primeiros livros e parte do quinto, *i.e.* até os anos iniciais de Vespasiano.

> [1.1] O início de minha obra será o consulado de Sérvio Galba (cônsul pela segunda vez) e Tito Vínio. Com efeito, muitos autores

---

[219] *Agricola*, cap. III: "*Também, no entanto, não me arependerei de, embora com palavra inculta e rude, ter composto lembrança da escravidão do passado e testemunho dos benefícios atuais*" ("*Non tamen pigebit vel incondita ac rudi voce memoriam prioris servitutis ac testimonium praesentium bonorum composuisse*").

[220] Tácito é, por exemplo, o destinatário da epístola onde Plínio narra a morte de seu tio Plínio o Antigo nas cercanias de Pompeia quando da erupção do Vesúvio.

> recuperaram os oitocentos anos da época anterior, desde a fundação da cidade, e os feitos do povo romano foram lembrados com equivalente eloquência e liberdade. Depois que se lutou em Ácio e foi do interesse da paz conferir todo o poder a um só homem, esses grandes talentos cessaram. Ao mesmo tempo, a verdade foi fraturada de múltiplas formas: primeiro, pela ignorância da coisa pública, já que se achava em mãos alheias; logo após, pela vontade de bajular ou, ao contrário, pelo ódio contra os dominantes. Assim, nem uns, nem outros preocupavam-se com a posteridade, divididos entre hostis e submissos. [...][1.3] Por mim, Galba, Oto, Vitélio não são conhecidos graças a favores ou injustiças. Nossa carreira política deveu seu início a Vespasiano, seu progresso a Tito, seu impulso mais arrojado a Domiciano, não poderei negar, mas os que professaram credibilidade inalterável devem falar de quem quer que seja sem amor e sem ódio. [1.4] Pelo que, sendo a vida suficiente, reservei para a minha velhice tratar do principado do divino Nerva e do reinado de Trajano, matéria mais rica e mais segura, em vista da rara felicidade de um tempo como o nosso, em que é lícito sentir o que se quer e dizer o que se sente (*Historiae*, I, 1, 1.3-4)[221].

O ajuizamento de Nerva e Trajano como tempos felizes demonstram a confiança de Tácito no Principado, uma vez achado alguém que se revelasse da estatura desta missão. A sucessão de infelicidades narradas neste livro, de fato, exibe pela carência quais eram as necessidades: manter a lealdade do exército, garantir a coesão do império e preservar a paz.

O quanto, ainda, era fortuito, sujeita a enganos, a escolha de alguém para o timão de Roma, fazendo cair o mais criterioso discernimento na armadilha das aparências é a conclusão que se chega quando se lê o retrato final de Galba e se constata a real dimensão e a singularidade do desafio do governo de um império para o qual nunca se sabe se está suficientemente preparado até quando o momento de assumi-lo e no decurso das provações que este acaba por impor ao governante:

---

221 [1.1] Initium mihi operis Servius Galba iterum Titus Vinius consules erunt. nam post conditam urbem octingentos et viginti prioris aevi annos multi auctores rettulerunt, dum res populi Romani memorabantur pari eloquentia ac libertate: postquam bellatum apud Actium atque omnem potentiam ad unum conferri pacis interfuit, magna illa ingenia cessere; simul veritas pluribus modis infracta, primum inscitia rei publicae ut alienae, mox libidine adsentandi aut rursus odio adversus dominantis: ita neutris cura posteritatis inter infensos vel obnoxios. [...] [1.3] Mihi Galba Otho Vitellius nec beneficio nec iniuria cogniti. Dignitatem nostram a Vespasiano inchoatam, a Tito auctam, a Domitiano longius provectam non abnuerim: sed incorruptam fidem professis neque amore quisquam et sine odio dicendus est. [1.4] Quod si vita suppeditet, principatum divi Nervae et imperium Traiani, uberiorem securioremque materiam, senectuti seposui, rara temporum felicitate ubi sentire quae velis et quae sentias dicere licet.

> [1] O corpo de Galba, longamente abandonado e, com licença das trevas, atormentado por muita sabedoria, foi coberto por humilde sepultura pelo mordomo Árgio, um de seus escravos de outrora, nos jardins que ele possuía antes de ser imperador. [...] [3] Esse fim teve Sérvio Galba, que em setenta e três anos atravessou cinco reinados favorecido pela fortuna, e mais feliz sob o império alheio que no seu. [4] Velha em sua família a nobreza, grandes as riquezas; ele mesmo de índole medíocre, mais isento de vícios que dotado de virtudes. [...] [6] Mas suas origens ilustres e a ansiedade dos tempos foram pretexto para que o que era inércia fosse chamado sabedoria. [7] Enquanto na força da idade, destacou-se na Germânia com honra militar. [8] Procônsul, governou a África com moderação; já velho, conteve a Hispânia Citerior com igual espírito de justiça; na vida privada parecia maior que sua condição de homem privado, e no consenso de todos digno do império, caso não tivesse sido imperador (*Historiae* I, 49)[222].

Muitas vezes ficamos de Tácito, tal o tom pessimista a dominar a sua obra, a impressão de um enorme ceticismo em relação aos destinos de Roma e no modo como o império é administrado. E, pelo tamanho do descalabro que se alcança no período, numa alucinante procissão de infelicidades, se tivermos diante dos nossos olhos as *Historiae* aí que a impressão parece confirmar-se: cinco imperadores a se sucederem em um ano com o qual se inaugura regime tirânico propício à manifestação dos comportamentos e atitudes mais abjetos.

Sem embargo dessa realidade, pintada aqui com as cores mais dramaticamente sombrias por Tácito, ele mesmo faz questão de ressaltar a presença de elementos positivos, exibindo um pragmatismo realista norteado pela tentativa de considerar todos os aspectos em jogo:

> [2,1] Realizo uma obra rica em desventuras, atroz por seus combates, dividida por sedições, selvagem mesmo na própria paz: quatro príncipes assassinados a ferro; três guerras civis, muitas guerras externas; prosperidade no Oriente, adversidades no Ocidente, perturbações na Ilíria, a Gália cambaleante, a Britânia

222 [1] Galbae corpus diu neglectum et licentia tenebrarum plurimis ludibriis vexatum dispensator Argius e prioribus servis humili sepultura in privatis eius hortis contexit. [...] [3] Hunc exitum habuit Servius Galba, tribus et septuaginta annis quinque principes prospera fortuna emensus et alieno imperio felicior quam suo. [4] Vetus in familia nobilitas, magnae opes: ipsi medium ingenium, magis extra vitia quam cum virtutibus. [...] [6] Sed claritas natalium et metus temporum obtentui, ut, quod segnitia erat, sapientia vocaretur. [7] Dum vigebat aetas militari laude apud Germanas floruit. [8] Pro consule Africam moderate, iam senior citeriorem Hispaniam pari iustitia continuit, maior privato visus dum privatus fuit, et omnium consensu capax imperii nisi imperasset.

> completamente subjugada e logo perdida; os povos dos sármatas e suevos levantados contra nós; os dadacos famosos por nossos mútuos desastres; e até as armas dos partas postas em movimento pelo capricho de um falso Nero. [...]
>
> [3,1] Decerto, o século não foi tão estéril em virtudes que não produzisse também bons exemplos [...]. [3,2] Além das múltiplas desventuras na esfera humana, no céu e na terra há prodígios, advertências dadas por raios e presságios para o futuro [...]: com efeito, jamais as mais atrozes desventuras do povo romano e os indícios mais suficientes deram prova de que os deuses não se encontram preocupados com nossa segurança, mas com o nosso castigo.
>
> [4,1] Mas, antes das outras coisas que decidi escrever, devo retroceder, para verificar qual o estado da Urbe, qual o moral do exército, quais as atitudes das províncias, o que em todo o orbe da terra estava são e o que estava doente, a fim de que se conheçam não só as circunstâncias e os resultados dos acontecimentos, que na maior parte das vezes foram fortuitos, mas também sua disposição e suas causas. [4,2] O fim de Nero, se foi de início alegre graças ao ímpeto dos que se regozijavam, agitou de forma variada os ânimos não só na cidade [...], mas também em todas as legiões, incluindo seus chefes, uma vez que tinha sido divulgado um segredo do império: era possível tornar-se príncipe em outro lugar que não em Roma [...] (*Historiae*, I, 2,1; I, 3,1-4,2).

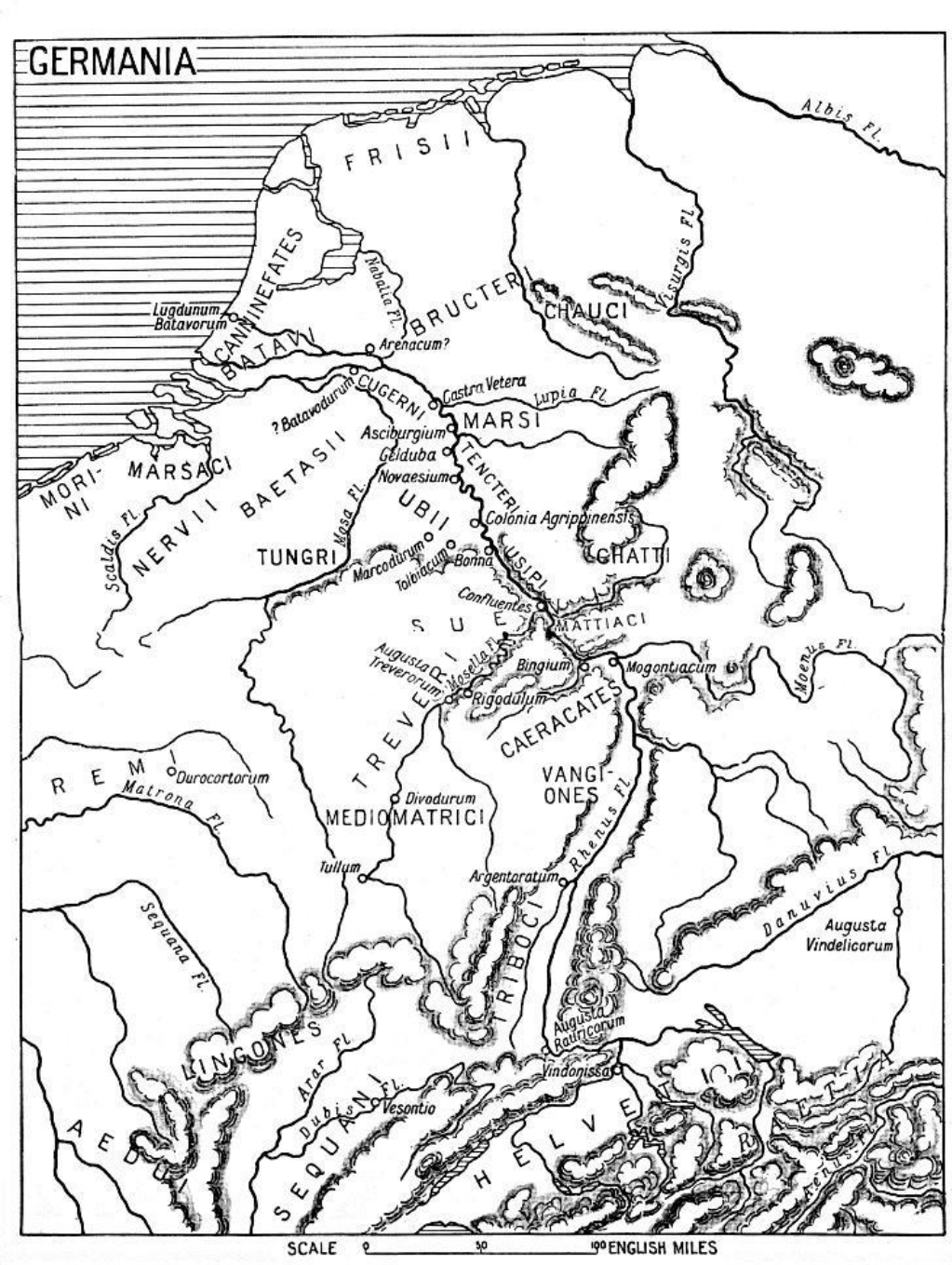
E nos aproximamos do crepúsculo de Tácito quando desfruta de uma fama, cujo alcance se preservou em uma das cartas de Plínio o Jovem, datada de 106 ou 107, o episódio[223] no qual um romano equestre, sentado perto de Tácito no Circo e conversando com ele, o interpela, em razão de sua pronúncia, se era itálico ou provincial e ao ouvir "*a resposta 'Certamente você me conhece por minhas obras' indagou: 'Você é Tácito ou Plínio?'*"

Entre 112 (ou 113) e 116 a derradeira notícia que nos chegou a seu respeito: neste período atuou como procônsul na Ásia, conforme atesta a inscrição encontrada na cidade de Mylasa, na Cária (Ásia Menor). A culminância de uma carreira bem sucedida.

---

[223] C. PLINII CAECILII SECVNDI EPISTVLARVM LIBER NONVS (23, 1-3):

> [...] numquam tamen maiorem cepi voluptatem, quam nuper ex sermone Corneli Taciti. Narrabat sedisse secum circensibus proximis equitem Romanum. Hunc post varios eruditosque sermones requisisse: 'Italicus es an provincialis?' Se respondisse: 'Nosti me, et quidem ex studiis. Ad hoc illum: 'Tacitus es an Plinius?'



MAPA 9: A Germânia das *Historiae* de Tácito. Até agora antevista e prenunciada, a enigmática, fascinante e ameaçadora Germânia, aqui retratada como descrita, incluídos os povos mencionados, nas *Historiae* de Tácito. Fonte: http://www.gutenberg.org/files/16927/16927-h/images/backmap.png, acesso em 15set2012.

E então a última e maior de suas obras. Ao contrário do intuito anunciado em *Historiae* de se dedicar à narrativa da era antonina, toma o rumo inverso e avança em seu recuo no tempo. Composta por volta de 115 a 117 (calcula-se ser do ano 117 a sua publicação), *Ab excessu diui Augusti Annalium Libri* (nome adotado pela Renascença quinhentista tomando como ponto de partida o título da obra de Tito

Lívio; ou, mais simplesmente, *Annales*, Anais, como popularmente foi sendo designada), era dividida em dezesseis livros e cobria os anos desde a morte de Augusto (14 d. C.) até a de Nero (68).

Conservados foram os livros do I ao IV, fragmentos do V e VI, do XI a XV e parte do XVI. Juntando esta à anterior, nas duas derradeiras obras deveríamos ter uma história completa do primeiro século do Principado. O legado, porém, não foi este. Dos *Annales* perdemos o final de Tibério, todo o reinado de Calígula, a ascensão de Cláudio e também o seu final, a ascensão de Nero e os seus derradeiros momentos. Ou seja, todas as transições, menos a primeira de Augusto para Tibério e menos um dos três imperadores cujo todo o principado fora historiado.

Nos *Annales*, há dois prefácios. No primeiro, logo na abertura, sublinha-se o fato de Roma já não ser mais a mesma e como essa diferença afetou a escrita historiográfica à medida que o fim da ***libertas*** e a concentração de poder nas mãos de um só favoreceram a adulação e o rebaixamento dos espíritos, comprometendo o juízo sobre o governo dos primeiros príncipes. A qualidade das obras é nitidamente afetada de Tibério em diante. Ocorrida a virada sob o regime de Augusto, caracterizou-se este por ser uma transição e, como tal, ainda teria encontrado gente da antiga têmpera, que foi se esvaindo, para registrar adequadamente os fatos. Diante dessa carência nos registros, Tácito sente-se chamado a corrigi-la:

> A princípio foram os reis que governaram a cidade de Roma. L. Bruto instituiu o consulado e a liberdade. [...]
>
> Os acontecimentos antigos do povo romano foram já narrados por ilustres escritores, assim como para a administração de Augusto não faltaram, até que a adulação sempre crescente fosse corrompendo os mais formosos engenhos. De Tibério, Caio César, Cláudio e Nero, enquanto vivos o medo não deixou falar com verdade; depois de mortos, o ódio recente falseou as narrativas.
>
> Eis porque empreendi historiar, de Augusto somente o fim, e depois os principados de Tibério e dos outros; e o farei sem ira nem lisonja, para os quais não tenho motivos (I, 1).

Em tudo a retomada do preceito do caminho do meio. A ***medietas*** não apenas é uma virtude a guiar a ação política do homem perspicaz[224], mas também deve ser o procedimento intelectual fundamental do historiador em sua

[224] Como observamos, exemplificada idealmente em seu sogro Agrícola, mas não apenas nele, também pode ser chamada de ***moderatio***. Cf. *supra*, p. 192.

recomposição dos acontecimentos. É o norte a partir do qual, como resultado da investigação e da narração do historiador, se apresenta a verdade. Mormente entende-se tal afirmação como um saudosismo oposicionista taciteano, contudo, note-se bem, Tácito argumenta a favor de não caracterizar previamente tais principados como corrompidos ou portadores de algum mal. A questão não é filosófica, definida *a priori* pelo regime em si, mas histórica, a depender dos atos e da postura dos governantes. Retoma-se a perspectiva presente nas *Historiae* de um pragmatismo realista: a antiga ordem é tida como finda e não há qualquer insinuação de ser desejável o seu retorno.

A antiga ordem se canibalizou, ela própria, autofágica, teria sido a responsável por sua falência e um novo estado de coisas se impunha como cura dos males antigos, sendo aclamada a sua chegada por todos. Retoma-se e amplia-se nos *Annales* o argumento das *Historiae* (nossos os grifos):

> Depois de mortos Bruto e Cássio, cessaram as lutas partidárias; Pompeu foi oprimido na Sicília, Lépido despojado, Antônio morto, e à facção de Júlio César só restava um chefe, César Otaviano, que, renunciando ao título de triúnviro, e assumindo o consulado, contentou-se depois com o poder tribunício, para proteger a plebe, e aliciou com larguezas a soldadesca, com distribuição de víveres ao povo, e com a doçura da paz a todos. Em seguida, ousando cada vez mais, concentrou em si as magistraturas, as funções senatoriais e legislativas, já sem encontrar oposição, porque os mais altivos tinham morrido nos combates e proscrições e o resto da nobreza, na proporção em que cada qual era mais disposto à subserviência, se acrescentava com a nova ordem de coisas, em honras e riquezas, e preferia a segurança do presente aos perigos das antigas convicções. Nem as províncias recusaram obedecer, desgostosas do governo do Senado e do povo romano, por causa das rivalidades dos poderosos e da avareza dos magistrados, contra os quais não valiam leis, frustradas sempre pela força, pelas intrigas e pelo dinheiro (I, 2).

Já em fins do principado de Augusto, quando era forte a ascendência de Tibério sobre o príncipe (I, 3-4) e, depois, logo após a morte de Augusto, recém-assumido Tibério o poder (I, 7) diz-nos Tácito:

> [...] Por esse tempo nenhuma guerra se fazia, a não ser contra os Germanos, mais para lavar a infâmia da derrota de Varo do que para dilatar o império ou por qualquer outro interesse. No interior tudo estava tranquilo, e os cargos públicos conservavam os mesmos nomes. Os mais moços de então haviam nascido depois da vitória de

> Ácio, e a maior parte dos mais velhos, no tempo das guerras civis: quem restava que tivesse conhecido a república?
> [4] Depois da transformação das instituições, nada ficou dos antigos costumes [...].
> [7] Entretanto em Roma cônsules, senadores, cavaleiros investiam para a escravidão, e quanto mais ilustres tanto mais fingidos e pressurosos; compondo a fisionomia, para não parecerem alegres pela morte de um nem tristes pelo advento de outro príncipe, misturavam risos e lágrimas, queixumes e lisonjas [...]
> [E apesar de tanta adulação] Tibério começava tudo por intermédio dos cônsules, conforme as praxes da antiga república, como se estivesse duvidoso de exercer o poder. Até no edito, pelo qual convocava o Senado, só alegou a autoridade tribunícia, em que fora investido por Augusto.

Destarte, é preciso seguir com critério e bastante cuidado, pois Tácito é um autor que não se deixa apreender fácil. Sobre o estilo de Tácito e as dificuldades em traduzi-lo, a edição brasileira dos *Annales* aborda um e outro, respectivamente, na sua apresentação e no prólogo[225]:

> Escritor hermético, de quem se diz ser capaz de deturpar os fatos históricos pelo prazer de arredondar um período, Tácito é dos mais difíceis prosadores latinos, pela sobriedade da expressão e espírito de síntese, que tornam sua linguagem pouco acessível a quem não se familiarize com as peculiaridades de seu estilo, e por isso mesmo opõe ao seu tradutor barreira que só a muita experiência consegue franquear.
> [...]
> [...] é mister achar a expressão conveniente dele, não uma expressão qualquer, mas a que usaria o autor, se estivesse de escrever na língua em que vai ser vertido. Além disso [...] não lhe será lícito [ao tradutor] desenvolver o pensamento nem encurtar os períodos, mormente tratando-se de Tácito, que é um artista e põe às vezes toda a energia da frase em uma palavra ou no modo de empregá-la.
> Uma tradução ao pé da letra daria em português uma linguagem ininteligível e bárbara; uma paráfrase enfraqueceria o pensamento; quer uma, quer outra poderia desfigurar a obra. O bom caminho parece ser uma concisão que não prejudique a clareza. Creio que se Tácito tivesse de escrever hoje seus *Anais* em português, não empregaria aquela linguagem cerrada e obscura, com que diz frequentemente as coisas por meias palavras, nem nossa língua se prestaria à caprichosa construção que a latina permite e com que se atavia: escreveria, sim, correta, elegante e concisamente, mas sentiria a necessidade de ser claro para ser lido.

[225] Vide a bibliografia ao final. A apresentação é de Francisco de Assis Almeida Brasil (1932-), autor do "Guia Universitário" incluso na edição e o prólogo de autoria do tradutor da obra, Leopoldo da Silva Pereira (1868-1932).

Tácito é ainda, como por nós já foi acentuado, um exímio retórico. A maestria por ele demonstrada na utilização de tais recursos tem atordoado os estudiosos no afã de identificar a posição e os valores do autor por detrás dos discursos e da narrativa dos eventos contidos em sua obra. Teria Tácito, *e.g.*, dado voz aos adversários de Roma, como se alega, chegando a ter certa simpatia pelas posições desses rebeldes? Alguns estudiosos se rendem, depondo as armas, diante de um autor extraordinariamente habilidoso em construir discursos como o exibido por Salústio[226] na Carta de Mitrídates.

Mais que nunca diante desses impasses o recurso às ferramentas da semiótica textual greimasiana é fundamental. A ideia é a partir da identificação das categorias isotópicas do texto constituir hipóteses plausíveis de leitura do texto e colocá-las a teste cotejando o texto e os percursos propostos como temos feito com o material até aqui examinado. Mesmo incompleto, as redundâncias presentes no texto podem ser levantadas permitindo-nos propor uma estrutura de sentido para Tácito nos *Annales*. Assim, a atenção no modo como são empregadas as técnicas retóricas e também às isotopias do texto demonstra de modo cabal a falsidade das crenças na propalada simpatia taciteana pelos adversários de Roma.

Esses adversários, afinal, agem, pensam e falam como romanos, dentro das coordenadas da romanidade dadas por Tácito. Tal qual em Salústio, adversários e romanos, partindo do mesmo argumento, são imagem invertida um do outro, antinomias perfeitas. Nesse contexto, a questão dos tributos é bastante elucidativa.

Comumente são vistos os tributos como um mal em si, exprimindo, como que por definição, o opressivo domínio romano. Uma análise, porém, mais criteriosa logo dá a perceber não se sustentar essa conclusão, a qual nesta forma simplista se acha mais na mente do intérprete moderno que no próprio texto. Ao menos não nos autoriza o texto a dizer ser este o pensamento de Tácito. Em jogo nessas denúncias muito mais se acha o caráter extorsivo ou não dos tributos. É disso que se reclama e não dos tributos em si, tidos como essenciais à manutenção das estruturas imperiais. Não fossem cobrados dessa maneira, não agisse a administração de

---

[226] Ao mencionar o sobrinho-neto adotado por Salústio, o historiador, Tácito a ele se refere (*Annales*, III, 30, 2) a C. como "*o autor mais brilhante a tratar dos assuntos romanos [i.e. da história romana]*" ("*rerum Romanarum florentissimus auctor*").

modo corrompido e abusivo, não se desencadeariam as revoltas. Aliás, o quadro no qual se movem os adversários de Roma ou é o da revolta de provinciais ou o da insatisfação de aliados, ou seja, o do horizonte do orbe romano.

Claro, entre a aceitação ou a recusa dos tributos, a admissão de se fazer parte ou não da romanidade lida como império. Não estamos a negar tal assertiva. Todavia, o elemento chave para se compreender essa questão em Tácito reside em um ensinamento: a manutenção do império e da sua paz requer um governo que não haja com rapacidade, desde o imperador ao menor de seus agentes provinciais.

Todavia esse entendimento não surge de um momento para o outro. Nas obras iniciais é bastante distinta a compreensão apresentada. E, se entre elas, convergindo com diversos outros estudiosos, incluímos o *Dialogus de Oratoribus* (citada entre as chamadas "obras menores") como o mais anterior dos textos de Tácito que nos chegaram, o fizemos por ver nele e no *Germania* um modo de abordagem da romanidade distinta e anterior à reviravolta que o *Agricola* representa, pois é nesta que constatamos um deslocamento de perspectiva, fazendo passar o foco para a realidade multifacetada expressa na noção de ***imperium***.

Antes, bastante distinto desta e de suas obras posteriores e de maior fôlego (*Historiae* e *Annales*), pretendemos demonstrar ter Tácito ainda enfocado a construção retórica de sua imagem de romanidade nos valores do ***mos maiorum***. São os seus ideais, as suas virtudes e valores a lhe servirem de paradigma e envolverem num aroma saudosista as suas duas obras iniciais.

A ênfase no discurso sobre o outro, ensejada no *Germania*, nos impõe que, por instantes, detenhamo-nos nela com o intuito de melhor compreendermos o lugar da Retórica no traçado literário da fronteira étnica e o quanto é distinta a operação de inserir umbilicalmente a Romênia no horizonte dos ***mores*** daquela executada nas obras posteriores.

Muito claramente em *Germania* vemos-nos diante de um Tácito não suficientemente experiente no trato com a realidade imperial, mas empolgado com os ***mores*** dos quais se sentia herdeiro, mas que não os via mais sendo vivenciados na sociedade como outrora. Sem deixar de exibir aqui aquela excepcional maestria da qual falávamos no manejo dos recursos retóricos, a sua reflexão ainda iria amadurecer mais. Por agora o vemos devedor de certo pensamento muito comum

entre setores das elites centrais, o qual, apesar de distante da realidade vivida, se fazia hegemônico nas escolas romanas: estando a raiz dos males no distanciamento e, até mesmo, abandono pela gente de então do ***mos maiorum***, a cura adviria necessariamente do retorno aos padrões tradicionais, da volta ao modo de vida de quem construiu o império e forjou a sua glória. Esta interpretação moralizante dos acontecimentos que sucederam em Roma, forjada por Salústio e consolidada por Tito Lívio, ainda acha guarida no *Germania* de Tácito. Depois, não mais.

No *Germania* os traços ressaltados dos germânicos, a forma como são apresentados, as tintas altamente favoráveis com as quais o seu retrato vai tomando corpo, tudo é uma construção retórica com o único objetivo de estocar os próprios romanos afastados dos ideais de outrora. Já tivemos ocasião de assinalar[227] o destaque, diante do comportamento dissoluto da mulher romana em relação à família e aos seus compromissos matrimoniais, dado por Tácito nesta obra, ao valor da mulher germânica. Assim como o quanto afastado se achavam os germanos daquilo que caracteriza a vida civilizada e o tanto próximos dos valores mais elevados dos romanos, identificando-os, eles estrangeiros e bárbaros, ao ***mos maiorum*** e usando-os como ***exempla*** para os romanos.

> Estou de acordo com a opinião daqueles que acham não terem os povos da Germânia sofrido mistura por casamentos com outros de qualquer outra nação, constituindo assim eles raça una, pura e somente idêntica a si própria. Por isso têm todos o mesmo aspecto físico, embora sejam de população tão numerosa: duros e azuis os olhos, fulvos os cabelos, grandes os corpos, só robustos, porém, para o primeiro impulso; não têm a nossa tolerância de trabalho e fadigas, de modo algum suportam a sede e o calor, mas ao frio e à fome os habituaram o clima ou o solo. (IV)

Os germanos foram desenhados em *Germania* para a emulação de Roma, portanto as qualidades que se deseja ver nos germanos, e neles exaltar euforizadamente, não são outras senão as entendidas como carentes em Roma. Não é o caso do ***labor***, das virtudes a compor os ***mores***, a única ausente entre os germanos. A ausência cumpre aqui o papel de resguardar certa estraneidade diante do germano. A estraneidade atende a necessidade de lembrar que se trata de um outro, um bárbaro, o qual se mostrará à frente no texto mais romano que os próprios

---

[227] Vide supra p. 83.

romanos e assim, quem sabe, provocar uma saudável indignação quando o romano for superado pelo bárbaro naquilo que imaginava como lhe sendo próprio.

Na manutenção desta estraneidade[228], a distinção no modo como fazem a guerra. O germano como estilo de vida: se algo pode ser obtido pelo sangue, através da guerra e do saque, ou pelo suor, a segunda opção é tida como vil, coisa de covarde, e a primeira sobrepõe-se a esta em valor (XIV). Já o romano valoriza o suor da atividade agrícola, inclusive como a mais adequada preparação para os afazeres da vida militar[229], além de repudiar a guerra gratuita, atento a buscar algo que a venha justificar (***bellum iustum***, "a guerra justa") e a todo um conjunto de preceitos religiosos[230].

Distinção ambígua: se por um lado, diante do caráter voluntarioso presente no modo dos germanos combaterem, exibe a indiscutível superioridade da ***disciplina*** romana neste campo; por outro acarreta a Roma a obrigação de manter uma constante vigilância posto não fazerem os germanos guerra com o intuito de paz senão pela própria guerra em si, pelo prazer do combate.

Outrossim, a ausência do gosto pelo ***labor*** entre os germanos, ajuda a compor um quadro idílico por remeter a uma época mítica quando a raça de ouro habitava o mundo e era desnecessário lavrar a terra, antes da corrupção desencadeada pela raça de prata[231]. É mister pintar o germano como puro e inocente, posto ser o romano o corrompido, mesmo em meio à sua brilhante civilização, cujas vantagens se revelam ambíguas. Já o germano, mesmo em meio às estraneidades próprias de um outro cujo estilo de vida é tão diverso do romano vai se revelando familiar pois recorda cada vez mais, com o avançar do texto, um

---

[228] Compõe também como elemento de estraneidade a descrição da habitação (XVI) e do vestuário (XVII), os quais contribuem também no acento ao seu caráter primitivo.

[229] *Supra* p. 135n140 segundo lição haurida, embora não só, desde Catão o Censor (séc. III a. C.) até Vegécio (séc. IV d. C.). O exemplo máxime é Camilo, cuja vida adquiriu aspectos lendários: convocado cinco vezes à ditadura em face de eminentes desafios bélicos, em todos se saiu vitorioso. O exemplar aqui é a insistência em representá-lo operoso e desapegado do poder, pois cumprida a missão retorna sempre às suas atividades laborais como simples cidadão. Conta-se, numa das convocações, a comitiva do Senado o encontra arando a terra.

[230] Cf. CABECEIRAS, De Roma para o Medievo, a ideia de "guerra justa" *in* Anais do I Encontro de História Militar Antiga e Medieval, Rio de Janeiro, CEPHIMEX/DPHCEX, 2012, disponível em http://www.dac.ensino.eb.br/cephimex/docs/Anais-IEncontroHistMilAnt&Med.pdf.

[231] Ovídio, *Metamorphoses*, I.

passado conhecido de todo romano pois é o seu próprio passado, no qual reside a sua idade de ouro e o heroico povo romano que a habitou.

Para o sucesso dessa operação de oferecer um povo para a emulação dos romanos, há ainda de se explicar, se possível atenuar, os proverbiais excessos dos germanos e as eventuais inconsequências de seus atos. Nada mais apropriado que apresentar o germano tal qual um ***puer***. ***Germano puerilis***, uma criança, por sua inocência, mas também inconsequência e possíveis excessos, diante da falta de alguém que lhe imponha disciplina e forneça um norte, orientação. Este é o quadro, *u.g.*, que surge vivaz em *Germania*, XXI-XXII:

> Herdar as inimizades de pai ou parente é-lhes tão dever como as amizades, mas também não duram elas implacáveis: solve-se um homicídio com certo número de bovinos ou ovinos [trata-se do *wergeld*] e toda a casa se considera satisfeita, muito utilmente para a coletividade, porquanto são bem mais perigosas as inimizades, quando a liberdade existe. Nenhum outro povo se entrega mais largamente a festins e recepções de hóspedes [...], cada um o[s] recebe, segundo seus meios, com banquetes opíparos. Ao haver faltas, o que primeiro o recebeu logo lhe indica outro hospedeiro e vai de companhia; chegam, sem ser convidados, à casa mais perto: acolhem-nos com a mesma humanidade. [...] Gostam de presentes, mas não põem a crédito o que dão, nem o que recebem compromete: é de comunidade a vida entre hóspedes.
>
> Logo depois de dormirem, no que levam muitas vezes parte do dia, lavam-se, geralmente com água quente, como é natural em quem passa no inverno quase todo o tempo. Depois de lavados, tomam uma refeição [...]. Depois armados, vão tratar de suas coisas ou também a banquetes. Ligar, bebendo, a noite ao dia não fica mal a ninguém. As rixas, que são frequentes, como é de esperar entre bêbados, raro ficam em insultos, passando as mais das vezes a feridas e mortes. Mas, quase sempre, é nos banquetes que tratam de reconciliar os inimigos, de acertar os parentescos, de escolher os chefes, e da paz e da guerra, como se não houvesse melhor oportunidade de se abrirem os ânimos aos pensamentos simples e de se entusiasmarem com os grandes. Povo não astuto nem esperto [assim aos germanos nunca é nesta obra imputada a ***perfidia*** como característica], ainda lhe abre o coração os segredos quando, despreocupados, se divertem; o espírito de todos fica, por conseguinte, a descoberto e nu. No dia seguinte, volta-se ao assunto e conserva-se a cada tempo o que lhe cabe: discutem quando não sabem fingir, e decidem, quando não podem errar.

Passam, pois, o tempo a se divertir: bebendo como em festa contínua, brigando como em rixas de meninos, mas tão fácil se desentendem tanto parecem se reconciliar de um banquete para outro. Quando não estão nesse empenho de se divertirem e confraternizarem-se, bebendo, estão a dormir. Ainda há mais duas

alternativas a esta última opção: podem estar em guerra ou caçando, como afirmara poucas passagens antes (*Ibid*., 15). Um quadro idílico: salta aos olhos a ausência de realismo. Não tendo em conta o silêncio do texto sobre como se adestram para a guerra, resolve-se muito mal a questão da ausência de realidade da imagem, o ter, neste mesmo trecho, afirmado que o trabalho estava reservado a outros, como se tais afazeres fossem mais simples, requerendo menos habilidade e vigor: "*nada fazendo os mais valentes e os mais belicosos, deixando o cuidado de casas, lares e campos às mulheres, aos velhos e aos mais fracos dos seus*".

Para Tácito está tudo muito bem resolvido, e também para o seu leitor. Todos os elementos acima são peças na construção da imagem retórica do germano como ***puer***, coadunam com esta percepção. Não obstante, esse cenário idílico acha-se ameaçado justamente pelo modo de vida romano, pelas cidades romanas. Sublinha Tácito o quanto são avessos os germanos à vida urbana (XVI), quase como se adivinhassem ser ela radicalmente adversa ao estilo de vida simples. Todavia é difícil resistir-lhe diante de intercâmbios mais corriqueiros. Apenas quem vive no interior, bastante afastado da zona de contato preserva melhor o primitivismo de sua sociedade. Já tendo presenciado os efeitos deletérios do cosmopolitismo em Roma, Tácito sabe bem identificar as manifestações iniciais deste processo.

De qualquer modo não se preocupa Tácito com o que possa ocorrer entre os germanos, mas em mostrar aos romanos ocorrer entre os bárbaros a vivência séria e comprometida dos nobres ideais e valores romanos e isso sem qualquer medida legislativa a exigir-lhes compulsoriamente tal ou qual comportamento. E aqui comparece uma segunda contradição fundamental no texto taciteano. Ao lado de ***germano puerilis*** e ***urbs***, apresentados na obra como mortalmente antagônicos, a primeira realidade não convive com a segunda, outra similarmente fundamental é ***lex*** e ***mores***: a necessidade de boas leis só vem a surgir quando os bons costumes são abandonados, mas então não passam de um remendo muito mal feito. Melhor seria nunca tivesse havido tal premência ou que aos bons costumes se retornassem

por força do exemplo e do convencimento, tendo se comprovado a total ineficácia das leis neste campo, por melhores que sejam[232].

Em torno desses quatro semas podemos formular o quadrado semiótico a reger a dinâmica de sentido da primeira parte do *Germania*[233]: S_1: /***lex***, ***legis***/; S_2: /***germano puerilis***/; -S_1: /***urbs***/; -S_2: /***mores***/, como se vê na página seguinte.

A distribuição das passagens por cada termo (contrário e subcontrário), e dêixis, evidencia como investe o texto sobremaneira no percurso /S_1(-S_1)S_2/, o qual é amplamente euforizado.

A /lei/ é a grande ausente do texto, mas apenas de maneira explícita. Não bastasse a menção lapidar de que bons costumes dispensam boas leis (XIX, 25), a demonstrar nitidamente qual termo euforizar, é este termo o grande "sujeito oculto" seja pela elipse mesma que se faz deste sema no texto seja pelo fracasso da chamada legislação moral augustana (e suas sucedâneas) e das leis suntuárias, estas se multiplicando desde fins da República. Tais legislações se acham implícitas em cada menção às virtudes familiares, ao modo germânico de proceder no matrimônio e a cada observação sobre as suas mulheres.

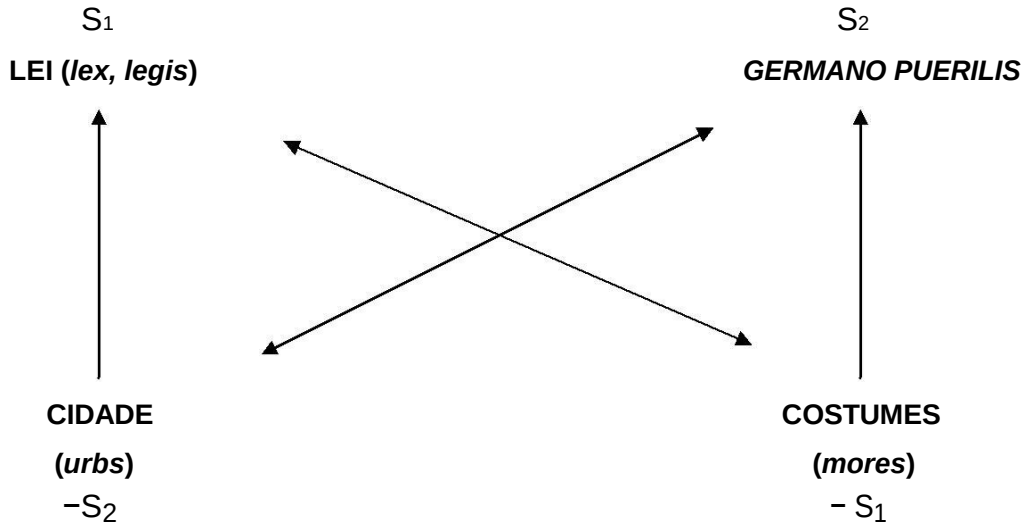
Quanto aos /***mores***/, a sua presença domina o texto de maneira manifesta, configurando, através dos germanos, uma apologia ao ***mos maiorum***: ***honor*** (1), ***fama*** (2) e ***gloria*** (3), ***uirtus*** (4), ***pietas*** (5) e ***fides*** (6), esta no âmbito do matrimônio, ***pudicitia*** (7), ***simplicitas*** (8) e ***frugalitas*** (9), e até mesmo a ***libertas*** (10). As cinco primeiras remetem ao tema da guerra, pois é neste contexto que são consideradas, as quatro seguintes à família e a última adstrita à esfera política.

---

[232] Como se pode inferir de XIX, 25 (citado *supra* p. 83n79) e do retumbante fracasso de toda a legislação moral desde a República até o Império, ineficaz tanto em coibir os hábitos antinatalistas e o ímpeto de ostentação da elite como em incentivar a retomada dos valores familiares tradicionais.

[233] A segunda parte, XXVIII-XLVI, é composta por um catálogo das tribos (povos) dos germanos, tratando alguns um pouco mais, outros de passagem, na qual se relativizam alguns dos aspectos analisados na primeira parte da obra. De início os ocidentais, partindo do Reno: batavos (XXIX), catos (XXX-XXXI), usípios e tenteros (XXXII), bructeros (XXXIII), dulgúbnios, casucírios e frísios (XXXIV). Dos orientais: os caucos (XXXV), queruscos e fosos (XXXVI), cimbros (XXXVII), suevos (XXXVIII-XXXIX), lombardos, avios, anglios, varinos, eudoses, suardos e nuitos (XL), hermundos (XLI), naristos, marcomanos e quados (XLII), marsígnios, buros, lígios, hários, helvecones, manimos, elísios e nahanarvalos (XLIII), gotos, rúgios, lemóvios, suíos (XLIV), éstios e sitos (XLV), a defesa da inclusão dos peucinos, venedos e fenos entre os germanos e não como sármatas (XLVI).

QUADRADO SEMIÓTICO PARA *GERMANIA*, I-XLVII



S_1: **LEI / *LEX, LEGIS***

− S_1: **COSTUMES / *MORES***

/"honra e coragem na guerra: ***honor*** e ***uirtus***" (VI)/ /"***pietas*** no combate" (VII)/

/Tomam os reis pela nobreza e os chefes pelo valor. Não têm os reis poder ilimitado e livre e os chefes mais são admirados pelo exemplo que pela autoridade, se são rápidos, se não se escondem, se combatem à frente (VII)/ /"religiosidade" (IX, X)/

/"***libertas***": da liberdade surge um defeito, o de não virem às assembleias juntos e em ordem e se perderem uns dois ou três dias pela demora dos participantes/ /"***fama*** e ***gloria***" (XIV)/ /"***fides*** no matrimônio": são os únicos, dentre os bárbaros, que se contentam com uma só esposa, com exceção de uns poucos que, não por luxúria, mas por sua nobreza, são atraídos a vários casamentos (XVII)/ /mais valem os bons costumes do que noutros lugares as boas leis (XIX)/ /"***pudicitia***" (XIX, XX)/ /"***simplicitas***" (XIX, XX, XXVII)/ /"***frugalitas***" (XIX, XX)/

S_2: ***GERMANVS PVERILIS***

/"raça pura" (IV)/ /os do interior, com mais simplicidade e mais primitivismo, têm por uso o trocar gêneros (V)/ /vaidade alguma nos adornos (VI)/

/não habitam em cidade alguma [...]; moram separados [...] onde fonte, campo ou bosque os namorou (XVI)/ /aos jogos, é espantoso como os tomam a sério, mesmo sóbrios (XXIV)/

/isto, em coisa tão ruim, é teimosia: chamam-lhe os próprios honra (XXIV)/

−S_2: **CIDADE / *VRBS***

/os que vivem mais perto [de nós, os romanos] apreciem, por causa do comércio, o ouro e a prata e prefiram algumas das cunhagens de nossa moeda (V)/

/até já dinheiro os ensinamos nós a aceitar (XV)/

/desconhecido o capital de empréstimo e o juro (XXVI)

Dos citados, a ***libertas*** e o tema político são os presença mais reduzida. E, se nos limitarmos à primeira parte da obra, de um modo disforizado. Citada no ensejo das suas assembleias, dela resultaria um defeito: o de chegar em desordem e cada um por si a tais reuniões, atrasando-as em alguns dias (XI). Será preciso chegar à segunda parte da obra para acharmos uma segunda menção deste valor, agora euforizado: "[nem] os Samnitas, nem os Cartagineses, nem as Hispânias, nem as Gálias, nem mesmo os Partas mais nos advertiram, porquanto mais dura é a liberdade dos germanos do que a do reino de Arsace" (XXXVII). Um eco da preocupação de Tácito, já comentada por nós, em relação à ameaça germânica[234].

Sobre os dois primeiros temas, bem mais desenvolvidos, as mulheres germânicas revelam-se como nexo entre ambos. No texto, aliás, as virtudes femininas são pela primeira vez destacadas justamente durante as refregas (tema associado espontaneamente pelos romanos aos germanos), pois a família acompanha o guerreiro durante a luta[235]. Mormente na retaguarda, as mulheres são vistas sempre animando os seus homens, mas se houver precisão são capazes de avançar sobre o campo de batalha para manter linhas de combate que percebem vacilantes ou fazer recobrar a disposição naquelas já desbaratadas. Nomeia-se até algumas dessas mulheres (*Germania*, VIII: Veleda e Albruna). Logo, presente também nas passagens bélicas do opúsculo, é nítida a ênfase concedida aos quadros familiares no retrato taciteano dos germanos e o alvo que deseja atingir com tal redação: a emulação dos romanos. Mas isso o *Germania*.

Em *Agricola* a virada já se faz notável, abandonando-se a ênfase saudosista do ***mos maiorum*** e de um ideal anacrônico em benefício de uma atitude mais realista face o ***imperium***. Tomemos como exemplo a parelha de discursos de Calgaco (*Calgacus*) e o próprio Agrícola pouco antes da batalha. A respeito desse texto, algumas observações. Costuma-se sublinhar, e nós mesmos o fizemos, a filiação de Salústio em relação à Tucídides. O historiador romano irá esmerar em seus retratos, profundamente psicológicos e morais, empreenderá a inclusão de importantes discursos (como ensejamos examinar dois deles, um na forma

---

[234] Vide *supra* p. 84.

[235] Como já tivemos ocasião de observar em uma aproximação preliminar do texto do *Germania* (cf. *supra* p. 83).

epistolar), no entanto, por mais afinidades que possuam, nunca redigirá antilogias, clímax da escrita tucidideana. Ou, se veio a redigir alguma, esta não nos chegou.

Já em Tácito, a disputa entre o imperador (a chamada *oratio claudiana*) e os senadores em torno do ingresso dos éduos na ordem senatorial, permitiu-nos examinar uma antilogia de menores proporções, mas não menos importante, bem próxima dos modelos tucidideanos. Agora a antilogia composta pelas orações de Calgaco e Agrícola não visam polemizar, mas exortar os seus exércitos a darem o melhor de si durante o combate iminente, instantes finais antes de se enfrentarem na batalha do monte Gráupio (*Graupius*).

A fala de Calgaco lembra muito a de Mitrídates em sua carta para Arsaces quanto à maneira ácida de retratar o romano em seu anelo conquistador, tornando-o a pior criatura do universo, sendo ambos recordados como exemplos de textos críticos ao império, dos quais Tácito nos fornecerá outros mais. Contudo as similaridades cessam aí. Além de afastar-se do foco dos ***mores*** (portanto não encontraremos nela a assunção dos valores romanos pelos caledônios ou algo como a ***fides***, ou se oposto, um papel nevrálgico na construção de sentido do texto), são discursos formalmente bastante distintos.

Em Mitrídates vimos Salústio operar com dois registros simultaneamente. Um o da intenção manifesta de convencimento do rei parta e outro o da crescente censura ao romano. Tácito é mais objetivo, mantendo-se nos parâmetros do gênero deliberativo, embora não tão próximo de Tucídides quanto o anterior analisado por nós. O objeto da persuasão são os soldados de cada um, os quais devem ser convencidos a lutarem bravamente.

As tropas se acham em disposição. O ano é 83, estamos no sétimo ano da campanha, na qual Agricola[236] enfrenta uma coalizão de caledonianos. Na Britânia como governador desde 77, *i.e.*, ainda no principado de Vespasiano (69-79),

---

[236] A Britânia, mesmo antes de tão longo governo, era bastante conhecida de Agrícola. Nela, em 61, exercera um tribunato militar. Um momento conturbado, durante o governo de Suetônio Paulino (legado de 59 a 61), quando a ilha fora sacudida pela revolta de Boudica (Boadiceia). Retornou em 71 para comandar a XXª Legião. No ano de 74 mais outra vez (quando parte para governar a Aquitânia) e em 77 o vemos de novo, agora como legado do imperador, para a sua última e maior estada, quando amplia as fronteiras na região e conclui obras de fortificação. Em 84, a título das dificuldades enfrentadas no Reno e Danúbio pelo próprio imperador, provocadas pelos catos e dácios, Agrícola é Convocado de volta para Roma, antes que tivesse chance de concluir as conquistas ao norte da ilha. Doravante, Domiciano cuidaria para a sua carreira ser menos notável (cf. *supra* p. 190n210).

Agricola viu a sucessão de dois imperadores: a deste por Tito (79-81) e a ascensão de Domiciano (81, cujo reinado se estenderá até 96). Uma administração, portanto, longa e dominada por operações militares. Agora, enfim, tudo poderá se resolver. Os dois lados apostam nisso.

> 'De todas as vezes que considero as causas da guerra e a nossa necessidade, tenho uma grande esperança que o dia de hoje e o vosso consenso marcarão o início da liberdade para a Britânia inteira [*initium* ***libertatis*** *toti Britanniae*]; estais vós de fato juntos na empresa, não conheceis a servidão, não há nenhuma terra para além e nem sequer o mar nos é seguro, pois está iminente a armada romana. Vão ser, pois, o combate e as armas, honrosos para os fortes, o que também é muito seguro até para os covardes. As lutas anteriores, em que, com fortuna vária, se combateu contra os Romanos, deixava ainda em nossas mãos a esperança e o socorro, porque nós, os mais nobres de toda a Britânia, penetrados em lugares ocultos, nem sequer vendo os litorais com seus povos submetidos, tínhamos até os olhos como que virgens do contato com os dominadores. A nós nos defenderam até hoje o extremo recesso das terras e da liberdade e a própria incerteza do que se divulgava, pois que passa por grande o que se desconhece; agora, porém, se descobre o termo da Britânia, já não há mais povo algum, nada senão ondas e rochedos, e os Romanos, mais funestos ainda, e a cuja soberba em vão se fugiria pela obediência e pela simplicidade. Depredadores do universo [***Raptores orbis***], e porque tudo falta a quem devasta, agora esquadrinham terra e mar; ávidos [***auari***] se é opulento o inimigo, ambiciosos [***ambitiosi***] se pobre, nem o Oriente nem o Ocidente os podem saciar; são os únicos a desejar com igual paixão riquezas e pobreza. Pilhar, estuprar, roubar tomam com eles o falso nome de governo [*Auferre, trucidare, rapere* ***falsis nominibus imperium***] e chamam paz [***pacem*** *appellant*] à solidão que geram.
>
> Quis a natureza que fossem os filhos e os parentes o que de mais caro tem cada um: pois a nós os arrancam, recrutando-os, para que sirvam noutros lugares; e às nossas esposas e irmãs, se escapam à lascívia da guerra [*hostilem libidinem*], as poluem [***polluuntur***] com o nome de amigos e de hóspedes. Entre chicotadas e injúrias se consomem os bens e rendimentos nos tributos, o campo e a colheita nas entregas de trigo, os próprios corpos e mãos no abrir de bosques e pântanos. Os escravos nascidos para a servidão são vendidos uma só vez e, além disso, os donos os sustentam; mas a Britânia todos os dias compra a sua servidão [*Britannia* ***seruitutem*** *suam cotidie emit*], todos os dias a alimenta. [...] Agora, desaparecida toda a esperança de perdão, tomai ânimo, vós que tendes por suprema a salvação, vós que tendes a glória por suprema. Os Brigantes, conduzidos por uma mulher, puderam incendiar uma colônia, tomar um acampamento e, se o êxito não tivesse dado em fraqueza, poderiam ver-se livres do jugo: nós, porém, intactos e indômitos, nós que vamos para a liberdade [*nos integri et indomiti et* ***libertatem***] e não para o arrenpendimento, mostremos logo no primeiro embate em que varões confiou a Caledônia.

Credes terem os Romanos na guerra valor [***bello uirtutem***] igual ao de sua licença [***lasciuiam***] durante a paz? Eles se tornam famosos por nossas dissensões e discórdias [***dissensionibus ac discordiis***] e aos defeitos do inimigo os tornam glória de seu exército; é ele formado de diversíssimos povos [***diuersissimis gentibus***] e, se o êxito o mantém unido, a adversidade o dissolve; a não ser que julgueis que os Gauleses, os Germanos e, que vergonha dizê-lo, numerosos Britanos, que, embora apoiem com seu sangue a dominação alheia, foram mais tempo adversários que escravos, estejam presos a eles pela fidelidade, pelo afeto. Fracos laços de amor são o terror e o medo [*Metus ac terror*]; logo que se removem, começam a odiar os que deixaram de temer. Todos os estímulos da vitória conosco estão: esposas nenhumas entusiasmam os Romanos, pais alguns exprobarão a fuga; a pátria é, para muitos, ou nenhuma ou outra. Os deuses no-los dão, poucos em número, medrosos do desconhecido, a tudo olhando como ignoto, ao próprio céu, ao mar, aos bosques, e como cercados e atados. [...] No próprio exército inimigo encontraremos gente nossa. Reconhecerão os Britanos a sua causa, recordarão os Gauleses a liberdade antiga; vão abandoná-los os outros Germanos, exatamente como há pouco deixaram os Usípios. Depois, nada mais que temer: fortins vazios, colônias de velhos, municípios indispostos, desavindos. Aqui um general, aqui um exército: lá os tributos e as minas e as outras penas dos escravos; suportá-las para sempre ou vingá-las já, eis o que está em campo. Quando avançardes ao combate, pensai nos vossos maiores e nos vossos descendentes'.

Receberam o discurso com entusiasmo e, à maneira dos bárbaros [*ut* ***barbaris moris***], com seus cantos, alaridos e dissonantes clamores [*clamoribus* ***dissonis***]; logo se formam, e brilham as armas no ímpeto dos mais audaciosos, ao dispor-se em batalha, Agrícola embora estivesse o exército animado e já fosse difícil mantê-lo nas tranqueiras, assim lhe falou, convencido de que devia entusiasmá-lo: 'Durante sete anos, camaradas, vencestes a Britânia, pelo vosso valor [***uirtute***], pelos auspícios do Império Romano [***auspiciis imperii Romani***], pela nossa lealdade, pelo nosso trabalho [***fide*** *atque* ***opera*** *nostra*]. Em tantas expedições, em tantos combates e quer tivesse sido necessário ânimo contra o inimigo ou paciência e trabalho quase contra a própria natureza, nem eu tive de me queixar dos soldados, nem vós do general. Tendo ultrapassado os limites dos anteriores legados, vós os dos precedentes exércitos, ocupamos os extremos da Britânia, não com palavras, não com boatos, mas com acampamentos e com armas: Britânia descoberta e subjugada. Muitas vezes, nas marchas, quando os paúis ou as montanhas e rios vos fatigavam, escutava eu as palavras de alguns dos mais valentes: Quando virá este inimigo, quando terá coragem? Aí vem eles, sacudidos de seus esconderijos, aí têm campo livre vossos votos e vosso valor [...]. Efetivamente [...] não temos nós o mesmo conhecimento dos lugares, nem a mesma abundância de fornecimentos, mas só os braços, mas só as armas, e tudo aí repousa. Pelo que me respeita, já há muito estou convencido de que não é seguro voltar as costas, nem para o general, nem para o exército. Por consequência, será de preferir a morte honrosa [***honesta*** *mors*] à vida infame [*turpi uita*], e a salvação e o renome no

> mesmo ponto estão; e não será inglório [*nec in**glori**um fuerit*] o ter caído no próprio termo das terras e da natureza.
> [...] Esses que aí estão, são os que há um ano atacaram uma legião a coberto da noite e vencestes com um grito só; esses são, dos Britanos, os que mais fogem e por isso ainda sobram. Assim como os animais mais fortes se atiravam nas selvas e nos desfiladeiros contra os que neles penetravam e os tímidos e fracos eram afastados pelo próprio som do exército em marcha, assim também já os mais bravos dos Britanos caíram e o número que resta é de ignaros e medrosos [*ignauorum et metuentium*]. Quando finalmente os encontrastes não foi porque tivessem resistido, mas porque os apanhastes [...]. Acabai com as expedições, rematai com um grande dia cinquenta anos, demonstrai à república [***rei publicae***] que nunca se poderão imputar ao exército ou as demoras das guerras ou as causas das rebeliões' (*Agricola*, 30-34).

Notar-se-á como desaparece qualquer referência a algo do ***mos maiorum***. que não seja *en passant*, bastante secundarizada. Em ambos os discursos o principal apelo é o império (***imperium***): disforizado em Calgaco, euforizado em Agrícola. Para Calgaco os romanos, *raptores orbis*, soberbos e insaciáveis, oprimem, coagem, mentem, espoliam, violentam, humilham, abusam, corrompem, ludibriam, aterrorizam, contaminam. O principal empenho no seu discurso é desconstruir o que seja esse império: com os romanos pilhar, estuprar e roubar toma o falso nome de império e a solidão o de paz. E daí por diante, o recrutamento para as tropas auxiliares, o dever de hospitalidade, o pagamento de tributos, a execução de trabalhos a serviço do governo, cada uma das obrigações para com Roma é denunciada como uma extorsão. As vitórias militares e o seu valor na guerra resultado de situações fortuitas e apenas falatório vão. A desunião dos britanos entre si e entre os diversos povos subjugados seria a causa fundamental do império[237]. Mesmo para aqueles a quem Roma tem como aliados e servem no exército romano, o império é uma servidão da qual, enfim, agora é dada a chance de se libertar. O destino acha-se unicamente nas mãos dos caledônios, pois a vitória certamente irá desencadear a quebra da frágil lealdade, cuja base não é outra senão o medo, dos demais povos a Roma submetidos. A liberdade, claro, é a tônica.

Todavia, que liberdade? Reelaborada no Principado, a ***libertas*** é enfraquecida em seu significado político, esvaziada de seu caráter cívico. M. H. da Rocha PEREIRA concorda com Michèle Ducos em dizer que toda a obra de Tácito é

---

[237] Aqui ecoa o temor de Tácito diante da união dos bárbaros (cf. *supra* p. 84).

"*uma meditação sobre a liberdade*" (1986, p. 372). E aproveita para sumariar este destaque nas suas várias obras:

> O historiador observara que o conceito desvirtuado em Roma, existia num povo bárbaro, que escreve com especial admiração numa de suas obras mais célebres, a *Germânia*. Elogiou, no entanto, Nerva no princípio do *Agrícola* (cap. 3) e Trajano no das *Histórias* (I.1.6), imperadores esses cuja benevolência outras fontes também documentam. Mas na primeira destas duas obras pode apreciar-se, na maneira como conduz o elogio do sogro, que só restava uma ***libertas*** privada, a do homem político que, depois de ter prestado grandes serviços, sabia escolher a oportunidade de se retirar. Os grandes dias da ***libertas*** tinham passado (*ibid*., p. 372/373).

Diante da ascensão do poder pessoal com o ***princeps*** (e antes com o ***autokratōr***, αὐτοκράτωρ), concentrando-se o poder em uma só pessoa, o soberano, as filosofias helenístico-romanas, reorientando a ação das elites, mantiveram a noção fundamentalmente no âmbito privado. Nele ainda se preservava a pálida lembrança da oposição (e repúdio) ao ***regnum*** e à ***dominatio*** quando exercido tiranicamente. Todavia, uma oposição pessoal, na qual o homem sábio, age com a sua retirada da ação política, como propugnava o estoicismo, convicto de mesmo nos regimes mais injustos pode-se no íntimo e privadamente ser livre e feliz.

Ainda em *Agricola* outro aspecto se impõe mesmo na fala de Calgaco, preocupado como estava Tácito com o modo adequado de se conduzir no governo e na administração do ***imperium***. Dele nos fala a metáfora da escravidão, como acentua JOLY ao observar que, na figura do escravo que /compra diariamente a sua escravidão (***seruitutem*** *suam cotidie emit*)/ se questiona não a escravidão em si, mas uma relação escravista deficiente, pois nela os escravos acabam por ter de prover a sua própria subsistência, o que se constitui um desvio absurdo. E conclui, reiterando a nossa posição a respeito do modo como devemos ler a questão dos tributos e, como tal, do ***imperium*** em Tácito: "*Aqui, o conceito de* ***libertas*** *adquire antes o sentido de liberdade pessoal e não de liberdade política. Não é a legitimidade da dominação política romana que Tácito está a criticar, mas o modo de condução da mesma*" (2004, p. 129).

Calgaco é um bárbaro e esta sua condição já é acentuada pelo autor antes mesmo de conceder a palavra a Agrícola, ao descrever a reação dos britanos à sua fala em meio a brados e berros desencontrados. Agrícola assume abertamente o

lugar do conquistador apenas de uma perspectiva militar: sem qualquer justificativa, aborda o estarem lá como presença de Roma e do seu império, recorda as vitórias anteriormente alcançadas, a operosidade dos soldados e de seu general, a lealdade entre ambos, as realizações. Se no discurso de Calgaco são descritos como medrosos, Agrícola enfatiza o valor do soldado romano ansioso pelo combate. Por outro lado, os adversários são menosprezados e nivelados ao "resto do tacho" quando comparados ao animal mais fraco que, por estar sempre a fugir, é o derradeiro a ser apanhado depois de terem sido vencidos os mais bravos.

Vê-se, pois, como dois pontos fulcrais da parelha de discursos, sob perspectivas opostas, a constituir a antilogia, apresentam-se o império (***imperium***) e a sua mais nítida expressão na ilha, ao lado das mais diversas formas de tributo: o exército. Dentro dessa economia do texto, a ela submetida, a ***fides***. Em Calgaco questionada a partir daquele que é o seu olhar, o das tropas auxiliares, coerente com o seu esforço desconstrucionista. Em Agrícola é afirmada de tal modo que o texto não nos permite decidir através de qual mecanismo: se o do apagamento simples destas tropas, desconsiderando-as, se por meio da homogeneização destas na legião, tratando-as como parte de um todo perfeitamente integrado.

Ora, o que é este império para Tácito? Tendo a sua máxima encarnação na figura do imperador e de seus legados, são seus componentes a lei, a paz (a chamada "***pax romana***"), disciplina, o exército e o arbitrar as relações com os povos amigos e inimigos, dosando e revezando atos de clemência e de terror como se desejasse, tal qual um pai, ensinar a maneira correta de agir e de se comportar. Todo o resto, inclusive os valores do ***mos maiorum*** ainda presentes, tais como a ***concordia*** e a ***fides***[238], ou a presença das instituições tipicamente urbanas, são elementos secundários, desdobrados ou gravitando em torno dos elementos mais essenciais. A infelicidade é que quase sempre não estão as personagens que encarnam tal império à altura de sua missão[239].

É bem verdade que o nome imperador, ***imperator***, não é o título preferido por Tácito para designar o soberano e sim ***princeps*** (abreviando-se a expressão

---

[238] Isso mesmo com todo o destaque que a ***fides*** continua a merecer, insistentemente lembrada, mas então o seu papel passa a ser o de garantir a qualidade do cimento social do ***imperium***, em particular do seu principal sustentáculo, o exército.

[239] Como houve ocasião de mencionar quando do episódio de Galba nas *Historiae*, *supra*, p. 194/195.

princeps Senatus ou *princeps civitatis*, em gr. *hêgemôn*, como era costume na antiga República), através do qual se pretendia exibir o caráter civil de seu poder, empregando-o perante o povo ou o Senado. *Imperator* era o modo como os soldados da antiga república chamavam os seus generais vitoriosos e, mesmo no início do Principado, assim se preservou durante algum tempo, até que se restringiu à pessoa do soberano que o usava como um *praenomen*. Contudo ainda então manteve-se no âmbito da relação com os seus soldados, se abstendo de empregá-lo em outros ambientes. Tais pudores desaparecerão mais adiante quando o caráter efetivamente militar do poder se tornar mais manifesto com os Severos no século III.

A noção de lesa-majestade (***laesa maiestatis***) evidencia-nos o valor do que acabamos de afirmar[240]. Sobre as penas referentes a tal crime diz-nos: "*Seja, pois, afastado da cidade, e perdidos os bens, decrete-se contra ele a interdição de água e fogo, como se convencido do crime de lesa-majestade* (*Annales*, III, 50)".

Interdição de água e fogo leia-se exílio (***exsilium***), e por exílio deve-se entender não somente a interdição de residência na cidade e o afastamento do solo pátrio, mais importante e em primeiro lugar: remete a fórmula ao fogo dos sacrifícios e à água lustral, portanto se interdita o culto, o que significa uma excomunhão. O exilado ao ser retirado da pátria nela deixava os seus deuses, a sua família e a sua cidadania: deserdado de sua parte na religião, não podia tomar parte de qualquer cerimônia ou aproximar-se de algum templo e, por consequência, cortando tais laços, todas as prerrogativas que lhe advinham por ser cidadão. Não mais era esta a sua condição. Sem família, apátrida, pior que um estrangeiro: o lugar ou a pessoa que o recebesse tornava-se manchado, impuro[241].

---

[240] Tácito, empregando as expressões ***lege maiestatis*** e ***maiestatis crimine***, nos dá notícias de como Augusto amplia o seu alcance e Tibério a revigora (*Annales*, I, 72: "*esta lei tinha para os antigos o mesmo nome, mas os atos chamados a juízo eram outros; punia os que atraiçoavam o exército, os que agitavam com sedição a plebe, e os que por criminosa administração ofendiam a majestade do povo romano: castigava as ações, mas as palavras eram impunes. Augusto, como primeiro, aplicou esta lei ao conhecimento de uns libelos escandalosos de Cássio Severo, em que este infamava homens e mulheres ilustres. Mais tarde, a uma consulta do pretor Pompeu Macro se devia receber acusações de lesa-majestade. Tibério respondeu que as leis deviam ser cumpridas. A ele também exasperavam uns versos anônimos que corriam sobre sua crueldade e soberba e sobre suas desinteligências com a mãe.*")

[241] Sobre a "interdição de água e fogo" consulte-se N. D. F. DE COULANGES, A Cidade Antiga: estudo sobre o direito, o culto e as instituições da Grécia e de Roma, São Paulo, Hemus, 1975, p. 160-161, cujas considerações a tal respeito são ainda plenamente válidas.

Assim, assistimos convergirem todas as considerações a respeito da República para a pessoa do ***princeps***, associando-se a esta imagem a do ***pater***. Aliás, na própria noção de ***imperium*** esta última acha-se nucleada. Ernesto FARIA (1994, p. 473/474) nos aponta como seu sentido próprio:

> 1) Poder soberano (como o do pai sobre os filhos, e do senhor sobre os escravos); e daí, na língua política: 2) Supremo poder (de tomar todas as medidas de utilidade pública, mesmo fora das leis), mando, autoridade suprema, domínio, soberania (Cícero, Verrinas, 5, 8). Donde, na língua oficial: 3) Poder Supremo (atribuído a certos magistrados), magistratura (Tito Lívio, 26, 2, 9). Em sentido especial: 4) Comando militar (César, Bellum Gallicum, 2, 23, 4). No plural: 5) Autoridades, magistrados ou comandantes, generais (César, Bellum Civile 1, 31, 1). II – Sentidos diversos: 6) Comando, ordem, autoridade (sentido geral) (Cícero, Verrinas, 4, 76). 7) Estado, império, governo imperial (Suetônio, Tibério, 24).

Considerando a mentalidade patriárquica romana, independente do associar-se ou não na titulatura imperial a dignidade de ***pater patriae***, esta noção já subjaz como atributo nuclear do ***princeps***. É essa releitura de ***imperium*** processada no Principado, tão bem sumariada em MENDES (2006b, p. 27) que acaba por dominar nas obras maiores de Tácito:

> [...] a tradicional noção republicana de ***imperium*** é [passa a ser] vinculada ao sentido de concentração de poderes nas mãos de um único indivíduo, o qual passava a ter, em nome do povo romano, o controle sobre o *immensum imperii corpus* – imenso corpo imperial (Tácito, *Hist.*, I, 16). O termo passa a ser sinônimo de ***urbs***, ***ciuitas*** e ***res publica*** [...].

Destarte, se a autoimagem da romanidade é assumida como o ***imperium***[242], qual seria o seu contrário? A nossa hipótese é que, posto viver-se numa época na qual os dilemas diante do mundo helenístico se encontram resolvidos, o contrário de ***imperium***, na obra taciteana, deve ser encontrado na noção de ***barbarus***: aquele que não é grego nem romano, que, por não pertencer ao ***orbe*** imperial é rude, selvagem e inculto e, até mesmo, se tivermos em mente o falar da língua, o incorreto (cf. FARIA, 1994, p. 129).

---

[242] Cumpre sublinhar, em qualquer listagem dos valores ou ideais constantes do ***mos maiorum***, tal noção não se acha nele incluída. Não é uma virtude ou valor, é um fato social e, depois, um fato jurídico e, portanto, político. Um dado da realidade, existe, é uma categoria ôntica, e não deôntica, da ordem do dever ser, como são os valores, as virtudes e os ideais. Pode até o ***imperium*** ser exercido virtuosamente, é desejável que assim seja, no entanto preexiste a este exercício bom ou mau.

Se fizermos uma busca através do *Perseus* percorrendo todo o material romano constataremos que, de longe, Tácito é o autor latino que mais utiliza esse étimo. São 72 menções, sendo seguido, nas primeiras posições, por Cícero (60 menções), César (50), Plínio o Velho (39), Cornélio Nepos (25) e Ovídio (21)[243]. De um total de 397 citações (divididas em 23 entradas de autoria), os seis respondem por 267 aparições do termo na literatura latina, 67.2%. Se contarmos apenas com Tácito, é ele o responsável por 18.3% das citações.

Se considerarmos não mais os autores e sim as obras, Cícero sai do topo, em virtude de estarem as suas menções pulverizadas pela grande quantidade de textos que nos chegou de sua lavra, mas ainda consegue incluir uma de suas produções entre os dez primeiros dos 93 trabalhos compulsados. O quadro passa a ser, do menor para o maior, o seguinte[244]: 10ª) *Bellum Jugurthinum* de **Salústio**, sete; 8ª) *Metamorphoses* de Ovídio e *Bellum Civile* de César, cada uma nove; 7ª); *Historiae* de **Tácito**, doze; 5ª) *In Verrem* de **Cícero** e *Carmina* de Horácio, treze cada uma; 4ª) *Pharsalia* de Lucano, dezessete; 3ª) *Naturalis Historia* de Plínio o Velho, trinta e nove; 2ª) *De Bello Gallico* de César, quarenta e uma menções e 1ª) *Annales* de **Tácito**, cinquenta e três.

---

[243] A posição de Ovídio é ultrapassada por Beda o Venerável, com 23 citações, mas como este autor viveu no alvorecer dos tempos medievais (672-735), bem após o desaparecimento do Império Romano como entidade política no Ocidente, não se encontra, portanto, contemplado pelo horizonte da nossa investigação.

[244] Na relação dos mais citados novamente não consideramos Beda o Venerável cuja *Historia Ecclesiastica*, onde se acham todas as suas vinte e três menções o colocariam na quarta posição. Entretanto, contamos tal produção no cômputo geral das obras.

RESULTADO DA PESQUISA NO MATERIAL ROMANO DA PERSEUS DIGITAL LIBRARY PARA *BARBARUS*[245] (http://perseus.mpiwg-berlin.mpg.de/ acesso em 15ago2012)			
Autor	Obra	Número de menções	
Venerable Bede	Historia Ecclesiastica Gentis...		23
Boethius	Consolation of Philosophy		2
Caesar	Civil War	9	50
	Gallic War	41	
Catullus	Poems		2
CICERO	On Oratory	4	60
	Letters to his Friends	1	
	Letters to his brother Quintus	1	
	Letters to Atticus	6	
	Against Vatinius	1	
	For Cornelius Balbus	1	
	On his House	1	
	On the Consular Provinces	2	
	On the Responses of the Haruspices	1	
	Against Verres	13	
	For Ligarius	1	
	For Marcellus	1	
	For Milo	2	
	Philippics	8	
	Against Piso	5	
	For Flaccus	2	
	For Aulus Cluentius	2	
	For Aemilius Scaurus	1	
	For Marcus Fonteius	4	
	For Plancius	1	
	For Sulla	2	
Horace	Odes (Carmina)		13
New Testament (Latin Vulgate, ed. Saint Jerome)	1 Corinthians	1	5
	Acts	2	
	Colossians	1	
	Romans	1	
Old Testament (Latin Vulgate, ed. Saint Jerome)	2 Maccabees	3	5
	Psalm	2	
Livy	The History of Rome		7
Lucan	Civil War (Pharsalia)		17
Lucretius	De Rerum Natura		1

[245] Para a relação de todas as menções em Tácito consultar anexo.

Cornelius Nepos	Agesilaus	4	25
	Alcibiades	2	
	Aristides	2	
	Cimon	1	
	Conon	3	
	Datames	1	
	Eumenes	1	
	Miltiades	2	
	Pausanias	2	
	Themistocles	4	
	Thrasybulus	1	
	Timoleon	1	
	Timotheus	1	
Ovid	Amores	2	21
	Ars Amatoria	3	
	Epistulae	6	
	Remedia Amoris	2	
	Metamorphoses	9	
Phaedrus	Fables		2
Plautus	Asinaria	1	8
	Bacchides	1	
	Curculio	1	
	Miles Gloriosus	1	
	Mostellaria	1	
	Rudens	1	
	Stichus	1	
	Trinummus	1	
Pliny the Elder	**Naturalis Historia**		39
Pliny the Younger	Epistulae		3
SALLUST	Catilinae Coniuratio	1	8
	Bellum Iugurthinum	7	
Servius	Commentary on the Aeneid of Vergil		13
Suetonius	Caligula	3	14
	Divus Augustus	2	
	Divus Claudius	3	
	Divus Vespasianus	1	
	Domitianus	2	
	Galba	2	
	Tiberius	1	
TACITUS	**Annales**	53	72
	Historiae	12	
	Agricola	4	
	Germania	3	
Vergil	Aeneid	2	3
	Eclogues	1	
Vitruvius	On Architecture		4

Pois bem, Tácito responde por duas entre as dez obras com mais citações, e disparado na primeira posição geral: *Annales*. As suas duas outras obras presentes no rol, *Agricola* e *Germania* têm, respectivamente, quatro e três citações. Tal distribuição é bastante instrutiva. Tal distribução corrobora a nossa hipótese interpretativa à medida que a categoria *barbarus* caminha em parelha com a de *imperium*. A mesma pesquisa feita no *Perseus* para o vocábulo ***imperium*** fornece 1812 resultados distribuídos por 146 trabalhos. No caso de Tácito são elencadas 117 citações nos *Annales*, 114 nas *Historiae*, 7 no *Agricola*, 5 no *Germania* e 2 no *Dialogus*, o qual de modo bastante modesto desponta nos registros, confirmando a sequência anterior e o caráter de elo das *Historiae* entre a virada do *Agricola* e o painel mais bem acabado e maduro dos *Annales*.

Assomam, pois como termos geradores nos processos de construção de sentido na obra historiográfica taciteana /***imperium***/ e /***barbarus***/, em especial nas obras maiores, tomando para si o olhar de quem decididamente intenta abraçar a realidade universalista de Roma. Confirmado o que logramos entrever na antilogia do *Agricola* composta pelas exortações aos caledônios e romanos antes da batalha do monte Gráupio.

Quais seriam os subcontrários? Que termos se disporiam contraditoriamente aos geradores? Se tomarmos /***imperium***/ como S_1 e /***barbarus***/ como S_2, a nossa proposta é a de estarem dispostos como antagônicos a eles, no texto, /***lex***/ como $-S_2$ e /***dissonus***/ como $-S_1$.

O primeiro, /***lex***/, o vimos no *Germania* se estruturar como contraditório a /***mores***/ numa operação retórica cujo propósito era tornar o germano ***exemplum*** para o romano. Euforizava-se, portanto, o percurso que passava por /***mores***/ e tinha como disfórico o que pretendesse chegar a /**lex**/. Não é este o caso agora. Os bárbaros, de fato, são povos governados pelos costumes e não pela lei, assim como ela é compreendida por sociedades cujo imaginário ainda é presidido, em alguma medida, pelos valores políades ou cívicos. O costume não mais lido como dos grandes, dos ancestrais romanos (***mos maiorum***). Portanto, aqui, submeter-se à lei torna-se um mecanismo de integração ao império, através do qual se tornaria menos bárbaro e mais romano.

Disforizada? Não. Como vimos nos prefácios das *Historiae* e dos *Annales*[246] há um empenho para não se tomar partido, ver os dois lados da questão, se afirmar como neutro. Por isso entre o império e o bárbaro, por mais que momentaneamente, um ou outro, possa ser disforizado, visto no conjunto não se pode dizer que esta seja a conclusão. Euforizado também não, posto dominar o afã dessa neutralidade. Empenha-se muito mais no horizonte de uma aforização, de maneira a exibir-se sem ódios ou paixões, incorporando os mais diversos pontos de vista. Vejamos a digressão, contida nos *Annales* (III, 26-27), a respeito da instituição das leis:

> [...] e assim como os antigos vícios, agora as leis se tornavam um flagelo[247].
> Este fato me leva a recordar os princípios do nosso direito e por que modo chegamos a esta atual infinidade e variedade de leis.
> [26] Os homens primitivos, por não terem ainda más paixões, viviam sem vícios e crimes, e por isso sem coação nem penas. Não era mister também prometer prêmios, porque todos espontânea e naturalmente se inclinavam para o bem, e como nada se desejava contra os costumes, nada se proibia como temor de castigo.
> Depois que começou a desaparecer a igualdade, e a ambição e a violência substituíram a modéstia e a honradez, nasceu então o poder pessoal. Muitos povos o conservam até hoje; outros, aborrecendo-se da realeza, preferiram ser governados por leis. Estas eram a princípio muito simples, porque também o eram os homens. Foram principalmente celebradas as de Minos em Creta, as de Licurgo em Esparta, e as que depois deu Sólon aos Atenienses, estas, porém, já mais numerosas e apuradas.
> Entre nós Rômulo a princípio governou segundo seu arbítrio, depois Numa sujeitou o povo por meio de ritos sagrados; Tulo e Anco estabeleceram algumas ordenações; mas Sérvio Túlio foi quem promulgou leis, a que os próprios reis deviam obediência.
> [27] Após a expulsão dos Tarquínios, tomou o povo diversas precauções contra o partido dos nobres, para defender a liberdade [***libertas***] e consolidar a concórdia [***concordia***]; foram eleitos os decênviros, que, adotando o que nas instituições dos outros povos havia de melhor, formaram as Doze Tábuas, últimas leis fundadas na igualdade do direito; pois as que se seguiram, posto que algumas estabelecidas contra os maus [...] nasceram às mais das vezes das dissensões das ordens [...] e de outros motivos condenáveis, obras, portanto, da violência. [...]
> Já não era para a comunidade que se legislava [com a agitação das facções], porém contra um só cidadão; quanto mais se corrompia a república, mais se multiplicavam as leis.

---

[246] Retomemos as considerações desenvolvidas *supra* pp. 198-199 a respeito do primeiro prefácio dos *Annales*.

[247] Tomando como pretexto a lei Pápia Popéia, a sua inaplicabilidade e as tentativas de Tibério em mitigar o seu rigor e os problemas gerados por toda essa situação.

Poder-se-ia dizer resultarem aqui as leis como um mal necessário e assim parece numa leitura apressada. É retomada na digressão a mítica idade de ouro e a decadência que lhe sucede com o advento das novas raças. Todavia esse é um tempo irremediavelmente perdido. Se as leis surgem para punir os crimes gestados pelos crimes e vícios oriundos das más paixões, se acabam por ser um flagelo na época analisada pela obra, também podem ser boas como as Minos, Licurgo, Sólon e Sérvio Túlio, empregadas "para defender a liberdade (***libertas***) e consolidar a concórdia (***concordia***)". Para que tal possa se dar a chave está em que sejam feitas "para a comunidade" (a ***res publica***) e não visando uma só pessoa.

Constata-se aqui como o idealismo do *Germania*, permeado por um clima saudosista e o desejo de ferir com um aguilhão a decadência dos costumes em Roma, se faz longínquo, distante. Os juízos podem permanecer, mas o tema assume uma disposição periférica. O intuito de reforma, a nosso ver mal ocultado na germanização dos ***mores***, se vê abandonado em prol de uma nova postura, a qual se pretende mais realista, que se afirma: para o bem ou para o mal, a lei é um pressuposto do império e como tal não pode ser negada ou deixar de dela extrair os possíveis benefícios.

Dissemos compor o quadrado semiótico com /***imperium***/ como S_1, /***barbarus***/ como S_2, /***lex***/ como $-S_2$ e /***dissonus***/ como $-S_1$. A respeito por fim deste último, como contraditório de S_1, a sugestão nos veio do *Agricola*, ao descrever o exército de Cálgaco, logo após a exortação de seu líder, prestes a travar a batalha:

"*receberam o discurso com entusiasmo e, à maneira dos bárbaros, com seus cantos, alaridos e dissonantes clamores*" (*Excepere orationem alacres, ut barbaris moris, fremitu cantuque et clamoribus dissonis* [XXXIII,1])[248].

Em sentido próprio /***dissonus***/ significa isso mesmo, "*díssono, dissonante, discordante*". E, daí, mais dois sentidos, o de "*diferente*" e o de "*dividido*, *inimigo*" (FARIA, 1994, p. 320). Assim remete tanto ao modo de combate dos bárbaros, como percebido pelos romanos (oposto à ***disciplina*** do exército imperial), e a própria maneira de ser desses povos, como ainda indica a fragmentação dos povos

[248] Vide *supra* p. 212. O termo aparece ainda nas *Historiae*: "*dissono clamore*" (I, 32), "*neque aut exercitus linguis moribusque dissonos*" (II, 37), "*strepitus dissoni*" (IV, 29). E também nos *Annales*: "*dissoni questus audire coeptus*" (I, 34), "*dissonae uoces*" (XIV, 45).

bárbaros (recordemos dos votos de Tácito para de tal modo permanecerem[249]), diferentes e, como possíveis inimigos, mantidos sob vigilância. Em tudo tais aspectos são opostos à ordem trazida e imposta pelo /***imperium***/.

Poder-se-ia objetar como mais adequado para -S_1 o sema /***discordia***/ através do qual esses elementos também estariam presentes. Não é exato. De imediato, em virtude de nesta escolha se desvanecer a imagem de algazarra e alarido, da qual os bárbaros estão associados, mas este não é o aspecto essencial de nossa escolha. Desconsiderando a dimensão sinestésica de /***dissonus***/, ambos os termos cobrem mais ou menos a mesma ideia de desacordo ou dissensão. A recusa em optar por /***discordia***/ sedia no fato desta remeter imediatamente à /***concordia***/ e ao conjunto dos ***mores***, para os quais é nossa sugestão sejam vistos como deslocados do núcleo de sentido das obras maiores de Tácito.

Neste ponto, cumpre comentar mais circunstanciadamente MARQUES (2013), importante estudo sobre a questão da identidade romana em Tito Lívio e Tácito, cuja abordagem, por caminhos distintos dos nossos, insiste em algumas daquelas que são também as nossas balizas: atenção à contextualização dos autores estudados, crítica ao modelo de pensar tomando como base a cultura grecorromana uma única identidade, portanto, a percepção plural do que poder-se-ia chamar de romanidade e a relativização do ***mos maiorum***.

Todavia, dela nos distanciamos na interpretação que propõe para o conjunto da obra de Tácito quando propõe a entronização da ***concordia*** em especial como chave de leitura para as obras maiores taciteanas. Diz-nos:

> [...] A *concordia* agora se torna um atributo não mais da relação entre as ordens; continua significando harmonia entre duas partes, mas da atuação do imperador perante seus inferiores e destes perante ele.
>
> Seria ainda adequado, portanto, entender essa relação como *concórdia* propriamente dita? Essa não é a mesma ideia que Tito Lívio nos apresenta, e podemos ver aqui um bom indício da mudança de tal conceito. Apesar da expressiva mudança de seu significado, nominalmente o estado de coisas não muda tanto assim. O culto à deusa ***Concordia*** continua, e basta lembrar como as representações de sua figura são comuns [...] para vermos que não ocorre para os romanos um esvaziamento de sentido, mas uma reinvenção do significado da ***concordia*** sob a influência do imperador (MARQUES, 2013, p. 160/161).

[249] Vide *supra* p. 84.

E um pouco mais adiante (p. 161):

> A ***concordia*** entre as ordens dá espaço para as relações equilibradas, ou que pelo menos idealmente o deveriam ser, entre imperador, Senado, equestres e povo. Como tudo isso se dá em torno de um só indivíduo, o equilíbrio de forças acontece agora dentro do sutil e pantanoso terreno das relações pessoais na elite e na corte imperial. Nesse sentido, propomos que a ***concordia*** passe a dar lugar, em termos práticos, à importância da ***moderatio*** na atitude perante o imperador. [...] Ter uma relação harmônica com o imperador significa servir à ***res publica***, sabendo também lidar com as idiossincrasias do governante, sem, no entanto, cair na adulação desmedida.

Ora, se a ***concordia*** tem de dar lugar em termos práticos a outra coisa que não ela mesma, que não seja um desdobramento da sua semântica, se tem que ser substituída por algo que antes lhe era estranha, não lhe pertencia, tal afirmação é o reconhecimento cabal da ***concordia*** não mais contar de modo decisivo. Outrossim, se a ***moderatio***[250] como critério de ação sugerido é um fato, também aqui não resulta de uma ação em benefício da ***concordia***, apoiando uma releitura deste valor. Nunca a última realidade será resultado da primeira, pois primordialmente no Principado reconhece-se a ***concordia*** como dependente do imperador. É resultado da sua ação, da sua vontade, do seu arbítrio. Por mais moderado e prudente que alguém seja, caso não agrade o príncipe, o seu resultado prático não difere em quase nada do cortesão bajulador. De todos os benefícios pelo império hauridos das ações de quem procede conforme a ***moderatio***, e não são poucos, entre eles, porém, não se acha a harmonia social.

Resultado fundamentalmente do imperador, a ***concordia*** nele surge e termina. Apenas um imperador voltado para o bem comum, dedicado à ***res publica*** pode dar chance de prosperidade ao ideal da ***concordia***. Não se pode deixar de reconhecer como válida a objeção de não mais ser isso ***concordia***. Corretíssimo, não se pode falar de equilíbrio entre partes, em harmonia social, quando uma destas partes é muitíssimo desproporcional em relação às demais, se arrogando na posição de fiel da balança. Acontece com essa noção o mesmo processo observado com a

---

[250] Também chamada pelos estoicos de ***medietas***, vide *supra* p. 192.

libertas: ambas permanecem reivindicadas e celebradas, mas totalmente esvaziadas, portanto já não são mais elas mesmas[251].

Ainda em MARQUES (2013, p. 176/177) cambaleia a defesa do argumento de uma ***concordia*** mantida efetiva e centralmente presente, o que lhe resulta uma conclusão em termos nada favoráveis:

> A ***concordia*** "verdadeira", a antiga ***concordia ordinum*** que encontramos em Tito Lívio, não mais existe, tendo sido substituída não por seu oposto direto, como na situação escancarada da guerra civil nas *Histórias*, mas pela ausência completa de um papel autônomo no Senado. A ***adulatio*** é a saída mais condenável e também mais comum, e, portanto, a única saída digna e possível é a ***moderatio***, rara entre os personagens taciteanos – podemos apontar como exemplo absoluto, como vimos, apenas seu sogro, Agrícola.

O culto à deusa, por seu sentido político, mantém no Principado, porém sujeito ao fenômeno de esvaziamento do seu significado. Abaixo uma representação convencional da ***Concordia*** romana, inspirada em sua congênere grega[252].

Nas citações acha-se associada a algum par de outros deuses que lhe esclarecem os atributos, reforçando-os: ***Pax*** e ***Salus***, ***Securitas*** e ***Fortuna***, Hércules e Mercúrio. A esta isotopização atendem os objetos inseridos nas representações: ramo, espigas, pátera (prato ou taça usado nas libações), caduceu, cornucópia, estátua da deusa ***Spes***. Nas duas moedas a seguir a demonstração irretorquível do esvaziamento ao qual nos referimos. Na primeira, a deusa segura não um dos objetos acima nomeados, mas o cetro, remetendo de modo inequívoco ao poder imperial. Na segunda, porém, constata-se a ***Concordia*** confundida com a ***FIdes***, como se uma e outra abrangesse os mesmos significados.

---

[251] Na digressão de Tácito sobre a evolução das leis em Roma (*Annales*, III, 27-28), não são outras senão exatamente estas duas (a ***libertas*** e a ***concordia***) a ganhar relevância, quando, sendo expulso Tarquínio o Soberbo, é implantada a república e as duas virtudes são já asseguradas. Contudo esse idílio perdura unicamente até a Lei das Doze Tábuas, sendo toda a legislação posterior (portanto, pouco depois de nascida a República) elaborada não mais sob os auspícios das duas deusas e sim promovida por meio de dissensões e disputas (cf. *supra* p. 222).

[252] Disponível: http://etc.usf.edu/clipart/galleries/105-roman-mythology, acesso em 12jul2012.

No anverso busto de Cômodo (*aureus*, áureo imperial, 189-192, Lácio), aqui, no reverso, dentro de um círculo pontilhado a figura em traje drapeado da deusa ***Concordia*** (Harmonia), segurando uma patera (prato sacrificial) na mão direita e na mão esquerda portando um cetro, diferente das representações republicanas. Acesso em http://www.perseus.tufts.edu/hopper/image?img=Perseus:image:1997.03.0900, aos 12jul2012.

À esq. denário da época de Nerva (96-98), era antonina, no anverso lê-se IMP NERVA CAES AVG P M TR P COS III P P., cabeça laureada voltada para a direita; no reverso a inscrição CONCORDIA EXERCITVVM envolvendo um aperto de mãos. .À dir. outro denário, agora de Vitélio (69), cujo busto sem adornos e de perfil voltado para a direita é acompanhado da inscrição A VITELLIVS GERMANICVS IMP; no reverso temos a inscrição FIDES / EXERCITVVM em duas linhas, uma abaixo e outra acima da mesma imagem de mãos entrelaçadas. Acesso em 12jul2012: http://www.coinarchives.com/a/results.php?results=100&search=exercitvvm (ANCIENT COINS ROMAN).

Associações entre ***fides*** e ***concordia*** podem são encontradas com frequência, mantendo distintas as representações de uma e de outra noção, tal qual na moeda a seguir:

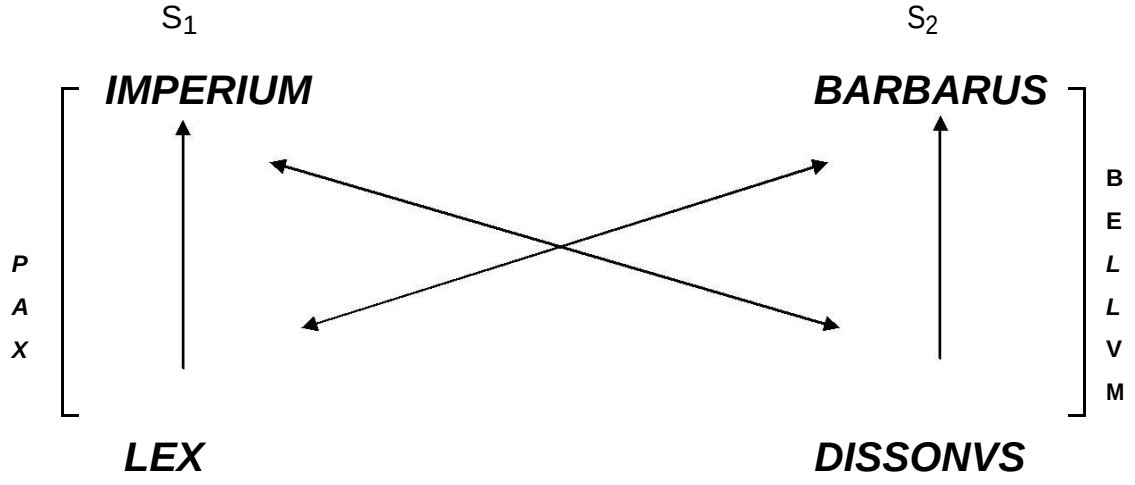
Denarius (69), sul da Gália. Anverso: FIDES / EXERCITVVM, mãos entrelaçadas; reverso: CONCORDIA PRAETORIANORVM, a ***Concordia*** de pé, voltada para a esquerda, segurando um ramo na direita e na esquerda a cornucópia. É plausível interpretá-la como pró-Vitélio às vésperas de seu confronto com Oto em Betriacum. http://www.vcoins.com/en/stores/rutten__wieland/143/product/civil_war_denarius_clasped_hands__concordia_praetorianorum_ric_i_118_very_rare/255143/Default.aspx (acesso em 15set2012).

É bem possível que tal processo de enevoamento das imagens representativas de uma e de outra possa ser resultado da associação que se passou a fazer constante entre ambos os valores. Tendo a ***fides*** permanecido sempre muito forte e bastante característica ao longo de todo o império romano podemos imaginar uma contaminação no modo de representar a ***concordia***, posto se afigurar como noção esvaziada e bem mais fraca no Principado.

Portanto, se "nominalmente o estado de coisas não muda tanto assim" (MARQUES, 2013, p. 161), tal se deve por ser este o proceder do Principado: manter as coisas no seu nome e encenar como se nada tivesse mudado. De fato, sabe-se que mudaram. Algumas práticas foram relidas e reinterpretadas, enquanto outras foram esvaziadas de tal sorte que apenas sobreviveram como uma fantasmagoria. É mister distinguir um caso do outro e não nos deixar apanhar nas armadilhas ideológicas forjadas pelos próprios romanos.

Desossada desse jeito a ***concordia*** está bem longe de desempenhar algum papel axial nos *Annales* e, secundária, passa a gravitar como complemento a outros valores (tais quais a ***fides*** e a ***pax***) e ideias (o ***imperium***). Por outro lado, para dar conta da nova realidade, ***dissonus*** se impõe, agregando em seu sentido os ruídos gerados por uma engrenagem imperial não tão azeitada quanto se poderia desejar. Das insatisfações murmuradas às rebeliões estentórias, um salto. Eis, por conseguinte, o quadrado semiótico que dá conta dos percursos de sentido nevrálgicos nos *Annales* de Tácito:

QUADRADO SEMIÓTICO p/ *P. Corneli TACITI Annales*



$-S_2$ $-S_1$

S_1: ***IMPERIUM***

/nenhuma guerra [então] se fazia, a não ser contra os Germanos, mais para lavar a infâmia da derrota de Varo do que para dilatar o império (I, 3)/ /"Segesto": interesses comuns germanos e romanos; prefere a **paz** à guerra (I, 58)/ /**exército** até o extremo do país (I, 60)/ /"**águias** e **estandarte**" (I, 60-61)/ /"**disciplina** das legiões" (I, 63)/ /[Vonon] avesso aos costumes dos antepassados, raramente indo à caça (II, 2)/ /"obsequiosa **lhaneza**, **acessibilidade**, **liteira**, desdenha dos festivais nacionais, companheiros **gregos**" (II, 2)/ /**clemência** (II, 10)/ /[Armínio]: **latim**, serviu em **acampamentos romanos** (II, 11)] /disciplina (II, 16; IV, 25)/ /invictos e invencíveis (II, 25)/ /**amizade**, antiga **aliança** (II, 58)/ /"***fides***" [combate] às claras e à mão armada [...] e não com fraude e traição (II, 88)/ /"**apelo** ao imperador", "**Senado**" (III, 60)/ /"**deputações** de cidades gregas" (III, 63; IV, 14)/ /"disposição das **legiões**" (IV, 5)/ /**recrutamento** para os nossos exércitos (IV, 46)/ /**tropas auxiliares** que se conservavam **fiéis** (IV, 47) /[Tibério p/ Galba] disse-lhe **em grego**: 'também tu, Galba, provarás o império algum dia' (V, 20)/ /[clitas] "**recenseamento** e **tributos**" (VI, 41)/ /[Tirídates] **caráter abrandado** pelas artes romanas (VI, 41)/ /[Selêucia] conservara as **tradições de Seleuco**, seu fundador, sem se contaminar dos costumes bárbaros (VI, 42)/

− S_1: ***DISSONVS***

/"sedições e revoltas das legiões" (I)/ /"sublevação dos germanos" (I, 50-51)/ /"sublevação dos gauleses pelos tributos" (III, 40-43)/ /"morte do pretor pelos tributos" (IV, 45)// "revolta dos frísios": mais pela nossa avareza que por insubmissão ao nosso domínio (IV, 72)/ /"gregos": inclinados a aceitar novidades (V, 9)/ /chegou-se quase a uma sedição [...] carestia de víveres (V, 13)/ /onzema, mal antigo em Roma, origem de frequentes sedições e discórdias (V, 16)/

S_2: ***BARBARVS***

/mais digno de confiança [...] o que mais audaz se mostra (i, 57)/ /mais ousado [...] mais aplaudido (i, 68)/ /[mussulanos] forte nação; vizinha das solidões da África, ainda sem costume de viver em cidades (II, 52)/ /"modo de vida armênio: caça, banquetes e outros gostos dos bárbaros (II, 56)/ /[trácios] rústicos habitantes das montanhas e por isso mais ferozes (IV, 46); ávidos de prazeres (IV, 48)/ /[partas] "eunucos": entre os bárbaros não traz desonra [...] título para chegar ao poder (V, 31)/ /[clitas] retiraram-se p/ altos da serra (V, 41)/ /[Artabano] "caráter cruel": educado entre os clitas (VI, 41)/

−S_2: ***LEX***, ***LEGIS***

/Depois da transformação das instituições [...] estavam todos atentos às ordens do príncipe (I, 4)/ /"instituição das leis" (II, 25-28)/ /"direito de asilo dos templos" (III, 60)/ /lei contra a usura (V, 16)

O ***imperium***, olhado de fora, é uma realidade que se impõe. Roma é o centro do orbe, para ela tudo é atraído ou todos se dirigem. Nas palavras de Tácito: "*para onde afluem do mundo inteiro e conquistam todas as coisas horríveis e vergonhosas*" (*Annales*, XV, 44). Mas não só: se a ela recorrem como fazem é por reconhecê-la como *caput mundi*, de onde tudo parte. ***Urbe et orbi***, da *urbe* para o *orbi* e do *orbi* para a *urbe*. O universalismo tem nas obras maiores de Tácito, em particular nos *Annales*, o reconhecimento historiográfico e a sua assunção como narrativa. Por isso, apesar da especial preocupação de Tácito com os germanos, avalizada na distribuição das legiões ao longo do império, são esses povos dissolvidos no todo indistinto dos ***barbari***.

É notável como, mesmo quando diante de um traço específico de algum desses povos agrupados em torno do epíteto ***barbarus***, mesmo na sua idossincrática originalidade, Tácito prossegue atribuindo como dos bárbaros simplesmente. Assim, *e.g.*, o tratamento concedido aos eunucos, quando se afirma que tal condição "entre os bárbaros [leia-se 'partas' ou, ao menos, 'orientais'] não traz desonra, mas é um título para se chegar ao poder" (V, 31).

Sobre a extensão do império, far-se-á presente, como dilema (seguir ou não seguir, em que medida), ao longo de todos os *Annales*, a recomendação de Augusto, em escrito de seu próprio punho (I, 11), lida perante o Senado por ordem de Tibério, logo após as cerimônias pela morte de seu antecessor:

> [...] em que eram mencionados todos os recursos da república, a quantia de cidadãos e aliados que estavam em armas, o número das frotas, reinos e províncias, o valor dos tributos e impostos, das despesas necessárias e gratificações, tudo escrito por mão de Augusto, que acrescentava o conselho de se conservar o império dentro de seus limites, não se sabe se por medo ou por inveja[253].

São as perspectivas e os destinos do ***imperium*** postos de modo inaugural nesta recomendação (BRIZZI, 2003, p. 113). O tema já tinha sido entrevisto pelo próprio Tácito no *Agricola*, nota-nos BRIZZI, cujas ações na Britânia visam meticulosamente muito mais a consolidação da conquista que simplesmente atender

---

253 [...] opes publicae continebantur, quantum ciuium sociorumque in armis, quot classes, regna, prouinciae, tributa aut uectigalia, et necessitates ac largitiones. Quae cuncta sua manu perscripserat Augustus addideratque consilium coercendi intra terminos imperii, incertum metu an per inuidiam.

à uma dinâmica de expansão. Nos *Annales* exemplos dessas ações são (II, 17) a batalha do rio Visurge (lat. *Visurges*; al. *Weser*) entre Germânico (pelos romanos) e Armínio (pelos queruscos) em 16 d. C. e (XV, 31) os acertos que se sucederam logo após o Tratado de Rhandeia que, celebrado entre Corbulão (pelos romanos) e Tirídates I (pelos partas) em 63, pôs fim à Guerra Romano-Pártica[254].

O fato é que:

> Roma termina renunciando, enfim, ao sonho de agregar a ***oikouméne*** inteira, a terra habitada, curvando-se a objetivos mais concretos e possíveis. Com a conquista do Egito, poder-se-ia considerar completa a unificação do ***orbis***: um termo que, no léxico daquela época, talvez se referisse à circularidade não do globo terráqueo, mas da esfera mediterrânea com que se aspirava a identificar a única dimensão que realmente contasse. A ***urbs*** curou, assim, o próprio orgulho ferido, proclamando-se satisfeita em dominar a melhor parte de um mundo habitado [...] (*Ibid*., p. 113).

Orbis Terrarum (círculo do mundo): "Por tua divina inteligência e inspirado gênio, César imperador, foi sujeitado o governo do (círculo do) mundo" assim diz Vitrúvio[255], e para que tenha razão é porque, como disse acima Giovanni Brizzi, este mundo se restringe ao que vale à pena. Sabiam-se fora do domínio de Roma muitas terras e diversos povos, embora sobre estes últimos se esperasse que o simples

---

254 Este episódio é de grande relevância seja pelo empenho de Roma, expresso nos efetivos envolvidos, seja pelo simbolismo da Ásia no imaginário romano. Desde Augusto, num acordo firmado com Fraates IV da Pártia (1 d.C.), a Armênia era reconhecida como Estado cliente de Roma. No entanto, já em 36, o país era motivo de uma guerra na tentativa frustrada dos partas de alterar esse *status*. A 2ª Guerra Romano-Pártica pelo controle da Armênia, iniciou-se quando o império parta tentando estender o seu domínio sobre a região, impõe no trono, em 52/53, Tirídates, irmão caçula de Vologeses I, soberano parta. Outro arsácida, Pacoro, também irmão de Vologeses, era rei da Média Atropatene (grosso modo, at. Azerbaijão). Diante da crescente influência pártica, Nero despachou para o Oriente Corbulão com a tarefa de restaurar a posição romana (58), dando início à guerra. Vitorioso, instala Tigranes VI da Capadócia no trono (59) e, por um tempo, serenam os ânimos, dando azo a Corbulão voltar a sua atenção para a Síria. Cesênio Peto, governador da Capadócia, assumiu a direção das operações na área e, inábil, permite Vologeses restaurar o irmão no trono (61) e sofre em Randheia (62) uma derrota humilhante. Corbulão retorna de imediato, cruza o Eufrates (63) à frente de um poderoso exército de seis legiões, grande número de tropas auxiliares e reforços dos reis clientes da região (*Annales*, XV, 26). Tirídates, dissuadido, negocia em Randheia, assina um tratado aceitando o protetorado romano e entrega a coroa para ser coroado por Nero em Roma, o que acontece com toda a magnificência e pompa em 66, após uma viagem de nove meses.

255 "*Cum divina tua mens et numen, imperator Caesar,* ***imperio*** *potiretur* ***orbis terrarum*** [...]" (*De Architectura*, I, *praefatio*). Em: http://data.perseus.org/citations/urn:cts:latinLit:phi1056.phi001.perseus-lat1:1.preface

nome de Roma os dissuadisse de qualquer gesto mais temerário. Portanto, duas realidades distintas: ***orbis*** e ***oikouméne***[256].

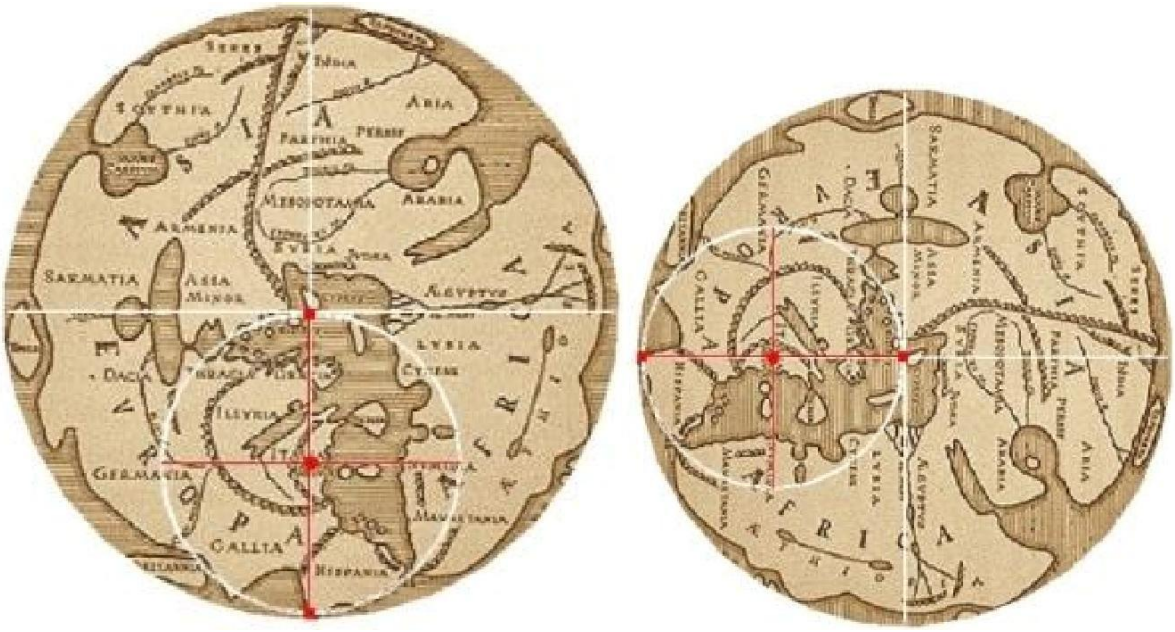
Denário (Roma, 69 d.C.), anverso: efígie do imperador Oto, cabeça de perfil voltada para a direita, legenda em torno IMP M OTHO CAESAR AVG TR P; reverso: legenda **PAX ORBIS TERRARVM**, em torno da Pax de pé à esquerda, segurando ramo em uma das mãos (a direita) e o caduceu na outra. Acesso em 13jun2012, disponível em https://www.numismall.com/otho21.html. O desejo de ***pax*** manifestado na legenda seria tb. Uma alusão a este concepção mais restrita do ***orbis***, afinal o que se travava então era uma guerra civil como desdobramento da sucessão de Nero.

MAPA 10: A estrada que secciona ao meio a imagem é a *via Flaminia*. Seguindo-a na direção norte-sul, a oeste, a *Ara Pacis*. A localização do Pórtico Vipsânia (*Campus Agrippae*) é a mais provável. Partindo dela, uma linha reta imaginária em direção ao sudoeste, saindo do mapa, ainda no *Campus Martius*, temos o Panteão. À esquerda, no canto superior, o rio Tibre. Disponível em http://ancienthistory.about.com/od/majorromanprojects/ss/122909AraPacisAugustae_3.htm (acesso em 14dez2012).

---

256 Existem autores que consideram a expressão latina ***orbis terrarum*** correspondente ao grego ***oikouméne*** (οἰκουμένη) em razão de não haver nenhuma outra que possa lhe dar tradução e como se houvesse uma necessidade imperiosa nesse sentido. Ora, não são poucos os étimos que simplesmente do grego foram transliterados para o latim, recordando tratar-se de uma elite grecorromana no seu falar. Além dessa consideração negativa, o positivo é existirem vestígios nas fontes de um detalhamento espacial na visão de mundo romana que deixa de ter um vocábulo a designar-lhe se identificamos tais termos como sinônimos exatos.

Orbis Terrarum também designa o mapa mandado confeccionar por Agripa (o mesmo do Panteão) para ser afixado na Porta Vipsânia (***Porticus Vipsania***), a ser edificada, em homenagem à sua irmã *Vipsania Polla*[257], no *Campus Agrippae*: uma pequena área do ***Campus Martius*** (Campo de Marte) margeada a ocidente pela *Via Lata* (ou *Flaminia*)[258], não muito longe da ***Ara Pacis*** (Altar da Paz). Até onde sabemos, em mármore, o primeiro mapa público do mundo[259]: "*Qualquer um que saísse de Roma ao longo da Via Flamínia podia ver o mapa do mundo e entenderia o quão extenso o império era, e passando ele passou ao lado da Ara Pacis, ele iria perceber que devia tudo a Augusto e seu fiel amigo Agripa*"[260]. A citação é de Jona LENDERING, autor da reconstituição a seguir deste mapa:



MAPA 11: em escala maior, segundo a convenção bastante comum no mundo antigo que orienta dispor o leste na parte superior, como Lendering imagina ter sido concebido o ***Orbis Terrarum***. Em escala pouco menor, o mapa com o eixo norte-sul conforme se tornou usual nos tempos modernos.

---

[257] Daí ser tb. chamada de *Porticus Polla*. Agripa falece (12 a.C.) sem terminar a obra, ou até mesmo antes de ver o projeto sair do "papel". O fato é que, iniciada ou continuada pela irmã homenageada, o próprio Augusto é quem finaliza a obra em 7 ou 2 a.C.

[258] Restaurada por Augusto (e mais tarde por Adriano), esta estrada, partindo do centro de Roma para a sua periferia, rumava a nordeste em direção à *Ariminum* (at. Rimini), na costa adriática.

[259] TIERNEY (1962, p. 151) nos fala de outros mapas públicos terem precedido, em Roma, ao de Agripa, citando o da Sardenha depositado pelo cônsul Tibério Semprônio Graco no Templo de Mater Matuta em memória de sua campanha na ilha (Lívio, *Ab Urbe Condita*, XLI, 28, 8) e o mapa da Itália pintado no muro do Templo de Tellus (Varrão, *De Re Rustica*, I, 2, 1, sem menção à data).

[260] "*Anyone who would leave Rome along the Via Flaminia, could see the world map, and would understand how large the empire was, and when he passed along the Ara Pacis, he would realize that he owed it all to Augustus and his trusted friend Agrippa*". Disponível em http://www.livius.org/vi-vr/vipsanius/agrippa2.html, acesso em 08nov2010.

historiador neerlandês (Vrije Universiteit of Amsterdam), pois, apesar da difusão de cópias em várias cidades do Império, nenhuma destas nos restou[261]. Tão só evidências literárias e possíveis pistas em mapas medievais que teriam se servido dele como fonte.

Partindo da referência literária mais antiga a respeito do ***Orbis Terrarum***, de Plínio o Velho (23 ou 24 d.C.–79), a *Naturalis Historia* (em III, 17 cita o mapa de Agripa, e também traz dados preciosos sobre a geografia da época neste volume como um todo e nos três seguintes), e da anônima *Tabula Peutingeriana*[262], na proposta de Lendering, as concepções que regem o mapa de Agripa seriam uma continuidade da tradição jônica de representação circular do mundo (Anaximandro, séc. VI a.C.; Hecateu de Mileto, séc. V a.C.). Esta nunca teria desaparecido, embora ficasse à sombra com o desenvolvimento de concepções cosmográficas bastante distintas que acabaram por vingar no mundo helenístico (Eratóstenes, séc. III a.C.; Ptolomeu, séc. II d.C.), tornando-se hegemônica entre os estudiosos à época do tema, baseada em projeções, calculada em meridianos e paralelos[263].

Sem deixar de ter uso prático, a cosmografia representada em Agripa, na proposta de Lendering, tem um caráter eminentemente simbólico e, na sua exibição pública permanente, uma finalidade propagandística. Na proposta o eixo leste-oeste seria tal qual o decumanus maximus, passando o cardus maximus, norte-sul,

---

[261] O mapa concluído e os procedimentos adotados em suas conjecturas estão disponíveis no sítio (*website*) mantido por LENDERING: Livius.Org, onde podem ser achados numerosos artigos dedicados à História Antiga. As páginas em foco: http://www.livius.org/vi-vr/vipsanius/agrippa2.html e http://www.livius.org/pen-pg/peutinger/map.html (acesso em 13set2012). Difundindo-lhe o desenho proposto e associando à obra de Vitrúvio (*c.*50 – 26 a.C.), *De Architectura*, o arquiteto espanhol Carlos SÁNCHEZ-MONTAÑA, com especialização em Projetos, História e Urbanismo pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona mantem desde 2005 um sítio em que expõe as conclusões do estudo desenvolvido sobre tais relações: http://www.arqweb.com/vitrum/orbis.asp (acesso em 08set2012).

[262] Mapa viário do Império Romano datado de fins do século II (at. na Biblioteca Nacional de Viena). Tudo leva a crer tratar-se de uma cópia então revisada cujo original do século IV seria a atualização de um mapa que remontaria ainda ao Século de Augusto, o qual teria passado por outras atualizações ignoradas por este último cartógrafo, com o intuito, *u.g.*, de documentar a conquista romana da Britânia, Dácia e Mesopotâmia. O índice de rotas exibe Roma no centro de um círculo cujos raios são as grandes estradas da Itália. Assim, além de remeter à concepção subjacente do ***miliarium aureum***, por estarem conectados entre si, há a ideia bastante plausível de ser esse mapa viário coerente com a descrição espacial do ***Orbis Terrarum***.

[263] A essas concepções helenísticas o nosso Ocidente moderno se vinculou. Em relação à Roma Antiga inexistem testemunhos comprobatórios da franca adoção pelos romanos dos preceitos cosmográficos helenísticos. Estrabão é uma *chorographia*, mantendo-se apenas descritivo.

exatamente pelo Nilo e Éfeso, assimilando a tradição grega de considerar tais lugares como centros do ecúmeno.

O interessante de sua reconstituição, independente de eventuais contestações ao resultado como sendo ele o próprio mapa de Agripa[264], é que nos fornece uma imagem da distinção ***orbis*** / ***oikouméne***, e como nessa gradação a ***urbe*** nela se insere como o centro, ***caput mundi***. Curvando-se em torno deste ponto as periferias, o espaço se estrutura hierarquicamente. Não se poderia desejar visualização mais bem arrematada da extensão da presença e da importância do ***imperium***. Tomando por base Estrabão (*Cosmographia*, II, 5, 8) MENDES (2006b, p. 41) confirma-nos essa percepção hierarquizada do espaço: o ***orbis terrarum imperium*** seria o território submetido à lei e as ***externae gentes*** aqueles povos que, sem ocupar as terras anexadas, reconheciam a superioridade romana.

Apiano, grego de Alexandria, em meados do século II já residindo em Roma, durante o regime dos Antoninos escreve, em grego, a sua História Romana (gr. Ῥωμαϊκά, lat. *Historia Romana*), na qual apresenta (*Praefatio*, 7) a justificativa da opção em não estender indefinidamente o império, assumindo clara e explicitamente como decisão consciente a política essa renúncia:

> Do advento dos imperadores até o presente são cerca de duzentos anos, durante os quais a cidade tem sido enormemente embelezada, os recursos em muito aumentados e no longo reinado de paz e segurança chegamos a uma prosperidade duradoura[265]. Algumas

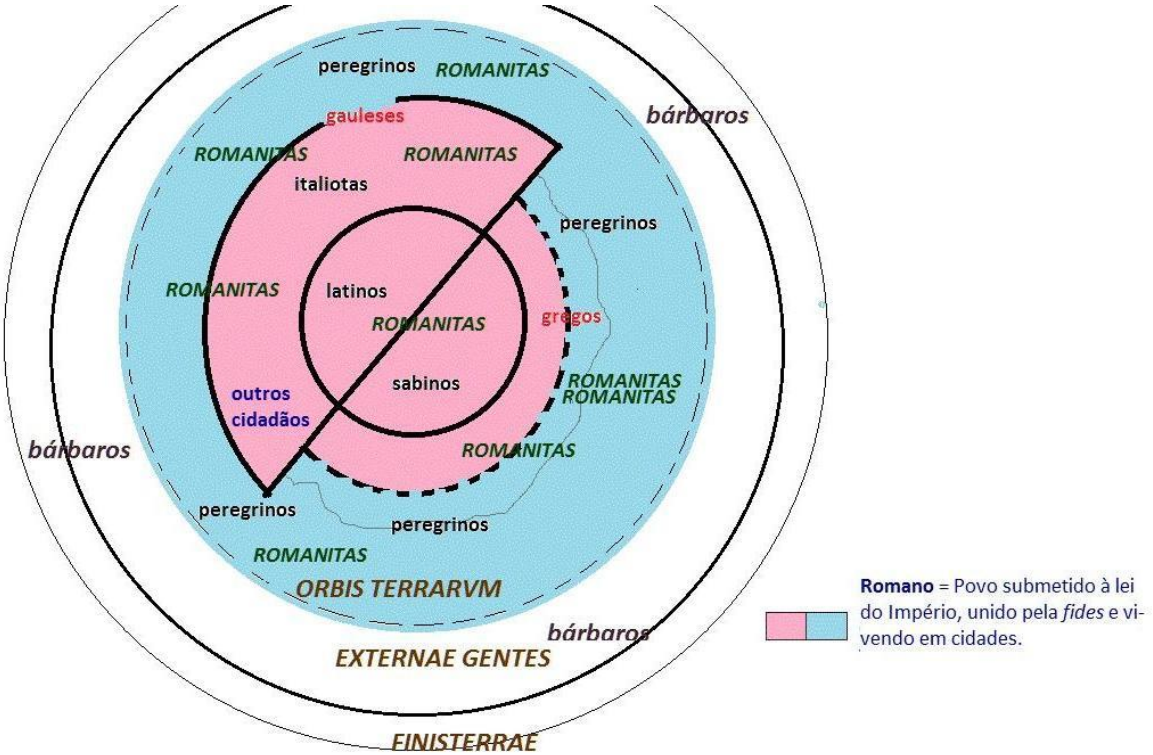
---

[264] Claro uma tal reconstrução está longe de ser consensual. NICOLET (1991, p. 95; reproduzido em MENDES, 2007b, p. 18), *u.g.*, propõe-nos um outro desenho para o mesmo mapa, alongado em forma de clâmide, mais afeito aos cânones helenísticos da época. Por outro, há de se reconhecer a cada vez maior difusão e aceitação, desde a primeira vez que tivemos contato, o desenho de Lendering (o qual não só retoma a tradição jônica circular mas também estabelece um nexo entre esta e os mapas T-O tardoantigos e medievais). Contudo, reiteramos, não é este o nosso interesse aprofundar a respeito de qual a melhor e mais efetiva reconstrução do mapa de Agripa e sim o de dispormos de uma apresentação gráfica fundamentada da distinção ***orbis*** / ***oikouméne***.

[265] Em nota, na edição consultada (Horace White, ed., Bohn's Classical Library, New York, The Macmillan Co., 1899), assinala-se como tradução literal "*The Roman power has excelled in greatness and good fortune by reason of prudence and long duration*" ("O poder romano tem se destacado em grandeza e boa fortuna em razão da prudência e longa duração"), acrescentando-lhe a observação do classicista alemão Johann Schweighäuser (1742-1830), autor de uma tradução de Apiano para o latim com comentários (1785), de ser esta "uma expressão estranha e em desarmonia com o argumento do autor, no qual prudência e boa fortuna são reunidas como causas e grandeza e duração como consequências" ("*is an awkward expression and inharmonious with the author's argument, in which prudence and good fortune are grouped together as causes, and greatness and duration as consequences*").

> nações foram acrescentadas ao império por esses imperadores, e as revoltas de outras foram suprimidas. Possuindo a melhor parte da terra e do mar têm, em geral, o objetivo de preservar o seu império indefinidamente pelo exercício de prudência ao invés de estender a sua influência sobre tribos de bárbaros pobres e inúteis, alguns dos quais eu já vi em Roma, oferecendo eles próprios, através de seus embaixadores, como seus súditos, mas o imperador decidiu não aceitá-los porque não seriam de qualquer utilidade para o império [...][266].

No esquema a seguir pretendemos representar graficamente o modo como a romanidade e as demais etnicidades são apresentadas no texto dos *Annales* de Tácito. No centro a união latino-sabina que, em igualdade de condições constitui o núcleo fundador da cidade de Roma, sem qualquer primazia para uma das partes: dois povos que desaparecem para formar um só.



[266] A nossa tradução tomou por base a versão em inglês existente na *Perseus Digital Library*, a qual é reprodução da tradução do grego para o inglês de Horace White (1834-1916), *Appian's "Roman History"*, publicada pela primeira vez, em dois volumes, no ano de 1899 (New York, The Macmillan Co.) e depois no bojo da Loeb Classical Library em 1912 (editada por John Dewar Denniston e Edgar. Iliff Robson; editora W. Heinemann). O texto na íntegra encontra-se disponível na página http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.01.0230%3Atext%3DPref.

Depois, a Itália. Progressivamente a península também foi se amalgamando em uma única unidade, como uma extensão da Cidade. Nos *Annales* o processo já se tinha completado quando a narrativa é iniciada, com a única exceção do setentrião alpino, o qual é abrangido pela narrativa[267].

Os gauleses, neste conjunto, dispõem de uma situação particular, por conta de sua ocupação se estender do Canal da Mancha até o norte da Itália, sendo percebidos pelos romanos em três grupos bastante distintos, conforme foram sendo agregados ao império. Os mais antigos, os vale do Rio Pó e cercanias (*i.e.* incluídos na Itália), os togados, pertencentes à *Gallia Togata*, posto terem obtido a cidadania romana e, daí, estarem autorizados a vestir a toga.

A seguir, além dos Alpes, a área que, à época da assunção do proconsulado de César na região já pertencia aos romanos, designada de Narbonense ou, simplesmente, "a Província", recebia também o nome de *Gallia Bracata* devido ao uso das bragas, calças ou calções de couro, como vestimenta. A última região a ser absorvida, chamada até ser conquistada de *Gallia Comata* (cabeluda) e, depois, de "Três Gálias", em razão de dividida em três províncias possuía uma única capital em *Lugdunum* (at. Lyon): Gália Lugdunense ou Lionense, Gália Aquitânia e Gália Belga. Da Comata provinham os éduos, objeto da *oratio claudiana*, largamente analisada em nossa tese. Notemos como se busca marcar, para além de uma referenciação geográfica na designação da província acabou surgindo uma nomenclatura que se fizesse notar na distinção do grupo a maior ou menor aproximação identitária dos gauleses em relação aos romanos. É um caso único entre os povos das províncias.

Apesar da aparência, na questão da identidade étnica, existem mecanismos ou portas, e não a porta, de ingresso na *Romanitas*. E, ao menos para Tácito aqui, com certeza, a cidadania romana (em qualquer que seja o nível) não é uma dessas portas. Identificá-la como tal é como tomar o efeito pela causa. A cidadania é o reconhecimento formal de um processo, embora desigual, de aproximação mútua.

---

[267] É mencionada, *e.g.*, a adoção da cidadania latina pelos Alpes marítimos (XV, 32). O avanço substancial desse processo de absorção dos aliados itálicos, com plenos direitos, na sociedade romana se dera como resultado da Guerra Itálica (tb. Chamada de Máralém ou Social), concluída em 88 a.C.

Em Tácito tais mecanismos (ou portas) são a submissão à lei romana[268], os laços da *fides* e o residir em cidades. Através desses mecanismos, diferentes pessoas e povos vão assumindo sinais distintivos do que reconhecem como sendo de romanidade e passam, neste exercício, a se identificar como pertencentes a tal grupo ou identidade. Nas franjas da *Romanitas* uma demonstração cabal desse movimento e de sua transitoriedade são justamente os gauleses.

Já os gregos, guardado o que lhe peculiar, pode-se dizer fazerem parte junto com os romanos do núcleo desse ***imperium*** em torno do *imperator* (ou príncipe). Entre romanos e bárbaros as especificidades, com frequência, acabam mesmo se resumindo aos nomes pelos quais cada um se designa, formando dois grandes conjuntos: germanos, númidas, armênios, partas ou são romanos ou bárbaros à medida que adotem determinado costume, aceitem ou não o império e os mecanismos por nós destacados.

De qualquer modo tudo depende do modo como o império através de seus prepostos lidam com a administração, cometendo ou não abusos e excessos. Na ótica distintiva do ***orbis terrarum*** as guerras e rebeliões são provocadas por gente que se acha na franja do império: Armínio, Artabanos, Boudicca, Caractaco, Cartimândua, Mitrídates, Tacfarinas, Tigranes, Tirídates e todos os demais. Gente que representa povos que o império busca educar através da sujeição à lei, alternando a ***clementia*** e a punição, fazendo-os progressivamente inserir em alguma forma de romanidade, ampliando a sua base social e fortalecendo o império.

[268] Cumpre frisar o fato de a lei romana atingir tanto os cidadãos como os peregrinos e estes últimos, apesar de não mencionados nominalmente como tais por Tácito estão plenamente contemplados em seu texto.

Conclusão

> "[...] *a Antiguidade greco-latina é por nós conhecida quase essencialmente por fontes de ordem 'literária' ou pelo menos 'cultural'; e em primeiro lugar uma literatura e um direito*".
>
> Claude NICOLET (1930 - 2010)[269]

O texto de onde extraímos a epígrafe também esteve presente em nossa dissertação de Mestrado como reflexão teórica e direção de pesquisa. À época era ainda atual. Hoje tais aspectos nele estão completamente vencidos e redimensionados. A constatação acima prossegue válida apesar dos avanços promovidos pela arqueologia nos últimos tempos.

E se dela podem provir ventos que nos permitam descortinar novos aspectos e interpretações acerca das sociedades clássicas, com muito mais razão devemos por nossas esperanças no aprimoramento do debate conceitual e na afirmação do primado da teoria, responsáveis por conduzir efetivamente as ciências a ampliar os seus horizontes.

Às Cassandras que volta e meia anunciam a esclerose de uma fonte ou tema, anunciando-o como esgotado, ao contrário das da mitologia cujo auditório fazia ouvidos moucos e depois a profecia se cumpria, encontra entre nós ouvidos atentos não poucos e rápida adesão para vaticínios que pouco depois são rejeitados pela dinâmica da pesquisa.

---

[269] Cultura e sociedade na história romana *in*: Níveis de cultura e grupos sociais: actas do colóquio da Escola Normal Superior de Paris, 7 a 9 de maio de 1966. Lisboa / Santos: Cosmos / Martins Fontes, 1974, p. 12.

A problematização teorizada associada ao rigor metodológico têm, juntos, poder suficiente para rejuvenescer qualquer tema ou fonte, posto que novos olhares e indagações estejam sempre a surgir com o advento de novos tempos.

Cumpre entender que, em virtude de seu caráter profundamente relacional, a etnicidade interpretada como fronteira étnica é por definição (apenas no relacionar-se com o outro se constitui ela por inteiro) extremamente dinâmica, aberta e variável. Ao realçar determinados aspectos tidos, em determinada circunstância, como fundamentais e não outros, os elementos e grupos nesta contemplados podem, em outra situação, não mais estar inseridos como características identitárias. Todo esse processo se acha na dependência de como o sujeito, aqui tal qual agente de um ato discricionário[270], enuncia o seu juízo, de como ele se vê e de como vê o outro.

Destarte, de maneira análoga, se certo autor manifesta um grau de coerência e estabilidade em seus julgamentos, esta coerência e esta estabilidade não são absolutas. Respondem apenas pelo enunciado neste texto determinado. Outros textos, outras questões, outras histórias. Um novo texto ou obra é um espaço aberto para realces variados em configurações a serem percebidas como completamente distintas e dotadas de especificidades que lhe são próprias.

Nesta perspectiva, a análise barthiana converge com a semiótica greimasiana, pois o texto é o lugar onde *ab ovo* tudo se constitui e cada texto é um texto. O afirmado a respeito de certo texto não se pode afirmar de outro apenas por pura e simplesmente pertencerem ao mesmo autor. Toda a análise tem de ser reiniciada, sem qualquer *a priori* a restringi-la, a não ser o conhecimento da própria época e das diferentes temporalidades que o atravessam.

Romanidades: a franca consciência que muitos dos antigos romanos tinham do caráter arbitrário e convencional de sua identidade. Claro, se trata de um terreno a ser disputado palmo a palmo. Envolve aceitação social, *status*, interesses em jogo, prestígio e poder e, por isso mesmo, não deixam de existir grupos que intentam a todo o momento restringirem tal convencionalismo, como tivemos ocasião de

---

[270] Para que se compreenda a analogia: “ato discricionário” é aquele praticado com liberdade de escolha de seu conteúdo, do seu destinatário, tendo em vista a conveniência, a oportunidade e a forma de sua realização. Em administração pública, essa margem de liberdade própria do ato discricionário não exime o agente de se guiar pelos princípios da legalidade e da moralidade.

abordar na análise da ***oratio claudiana***[271]. E também em outras passagens de Tácito, Salústio e Cícero, e em outros autores e textos que não tivemos oportunidade de estudar, constituindo-se em possível sequência a esta pesquisa.

No nosso caso, esperamos ter demonstrado como os três autores aqui analisados adotaram postura e olhar completamente distinto no tocante à questão da romanidade, noção que revista em seu íntimo, sob o olhar da fronteira étnica , retoma vigor e a mais plena adequação às práticas romanas de então, recolhendo-se vestígios a este respeito na documentação trabalhada.

Não é estranha a tal percepção, muito ao contrário, a familiaridade com a qual os homens de letras romanos usam e abusam dos recursos retóricos. Sublinhamos: o treino que as elites imperiais adquirem nas escolas superiores em altercar temas variados, revezando os pontos de vista desde o qual são defendidos, é um aspecto insuficientemente explorado nas análises modernas das obras desses autores e, justamente por não se estar atento e preparado para esse enfrentamento, muitos intérpretes, frequentes vezes, chegam a conclusões confusas e equivocadas[272].

E como os antigos são eficientes em convencer-nos de suas ideias, persuadir-nos de suas teses! Um bom exemplo disso é a própria noção de ***mos maiorum***, cuja aparência vetusta acostumou-nos, em linhas gerais, a compreendê-la como um quadro estático e tendo uma origem arcaica. Não são todos que logram examiná-la mais de perto. A maioria permanece numa leitura presa a essas balizas arcaizantes. Ora, como esperamos ter demonstrado, esse conjunto de valores e ideais foi reinventado constantemente, assimilando, inclusive, elementos oriundos do estrangeiro (neste caso, notadamente gregos) e sem qualquer semelhança ou até mesmo afinidade aos já integrados no conjunto.

---

[271] Aqui, cumpre insistir, nunca esteve em jogo a cidadania (entre os éduos muitos eram cidadãos romanos) e sim o ingresso destes cidadãos no Senado romano. Portanto o debate, nos termos romanos de então, era étnico.

[272] A este respeito vide *supra* pp. 115-122: entre os reparos á noção de "identidade incompleta" como defendida por Andrea GIARDINA e as questões por nós levantadas em relação à *oratio claudiana*, o seu modo de abordar o texto taciteano desconsidera-lhe a dimensão retórica (aqui, em especial, remetemos para as pp. 120-122). Em contrapartida, no Brasil, os estudos de JOLY (2004) em relação a Tácito e o de MARQUES (2013) em relação a Tito Lívio e Tácito revelam-se bastante afinados à historiografia recente na detecção dessas sutilezas que resultam da aplicação da retórica. É surpreendente a total desatenção de GIARDINA (1997) quanto a esses aspectos.

Pois bem, tendo a nossa investigação se desenvolvido a partir do interior desses textos, só havia chance de perceber melhor a abertura e flexibilidade romana face o tema e questões propostas se dispuséssemos da chance de colocar em confronto autores que tivessem abordagens variadas e distintas perspectivas. Permanecer limitado a apenas um autor emprestaria menor vigor à pesquisa por nós conduzida.

Um *locus* que desde o princípio se revelou privilegiado para a análise dos dilemas culturais em face do outro era o campo da operação historiográfica. Para ele nos voltamos com o intuito de selecionar textos e autores visando constituir o nosso *corpus*. As questões identitárias associadas à memória que se propunha produzir deram à escrita da História como prática social uma relevância revelada até em sua trajetória peculiar na sociedade romana.

A História, para cujo exercício e reflexão os modelos e caminhos antes adotados pelos gregos foram fundamentais, nem por isso deixou de ser sempre assumida como algo atávico ao caráter romano. Embora tenhamos identificado tênues sinais de um conflito no como concebê-la, não encontramos em relação a tal prática o tratamento de "gueto" recebido pela Filosofia e pela Medicina ou as resistências nas quais a Retórica esbarrou. Semelhante à História, até mesmo em prestígio, apenas a Epopeia, a qual, porém, não achou a mesma riqueza de formulações e nem a identificação do que seriam raízes romanas de tal prática, a exemplo da analística.

Então era fundamental reconhecer a que se pretendia tal tipo de inquirição, a historiográfica. A qual exigências e demandas próprias buscava atender, por quais caminhos se constituiu como gênero, ou melhor, como "constelação de gêneros". Ao examinar o suporte no qual esses textos foram produzidos se poderia melhor compreender a sua historicidade e as suas dinâmicas de sentido.

Ainda aqui, ao cruzarmos estudos históricos e literários, um cuidado de se ter nas pesquisas que lidam com fontes literárias e que vale deixar como alerta. Muitas vezes nós, sejamos antigos ou modernos, ao analisarmos e criticarmos uma determinada obra e autor, tratada ou não como fonte, arrogamos, na toga de juízes, a decidir se determinada obra teria atendido às exigências formais do gênero ao qual parece pertencer ou a tradição a inseriu. Avaliamos o texto tomando como

referência uma definição ou modelo prévio, tidos como mais adequados, e chegamos a aquilatar quem é o melhor em determinado gênero ou área. Nessas escolhas, não podia deixar de ser, o que resulta é falarmos muito mais de nossas preferências e conceder bem menos voz ao outro que condescendemos imaginar.

Deixa-se de lado completamente a pretensão do autor em inserir-se num gênero e cerramos fileira com aqueles críticos que lhe negam tal inserção. Contudo, se há quem negue, temos também quem o aceite (embora desse nada mais que testemunhos indiretos nos chegassem). Por mais que muitos a desejem de outra forma, a sociedade é zona de conflito e a disputa em torno das representações culturais veiculadas é uma constante. Os gêneros são moldes nos quais os críticos tentam aprisionar os textos. Encarcerando-os numa armação prévia, buscam disciplinar a movediça criação literária que teima em se libertar desses grilhões e inovar, expressando os interesses e perspectivas dos grupos aos quais pertençam. E há momentos nos quais, tendo permitido as condições sociais, surge o desenho de um espaço literário, de uma literatura e a questão da autoria e da inovação acaba se irrompendo como temos na *urbs teocrática* e no primeiro *imperium*[273].

Há textos que propositadamente fazem de si mesmos uma encruzilhada de gêneros, como vimos aqui ser o caso do *Agricola*. Outros, apesar de decididamente inseridos em certo gênero, abrem parêntesis para devaneios entre algumas dessas digressões habituais com as quais o autor almeja distrair a plateia. E nessas sendas abertas, ocasião oferecida, podemos ver surgir enclaves distintos do gênero ao qual a obra se inseriu. É o caso do breve ensaio histórico do *De Re Publica*. Em meio a tantas normas e cânones o experimentalismo é intenso.

Esses elementos sempre estiveram lá, se os descortinamos o mérito desse novo olhar sobre nossas fontes deve ser concedido ao ineditismo e rigor com o qual pretendemos aplicar as categorias teóricas e metodológicas definidas previamente em nosso projeto. Sobre as nossas fontes, mais diretamente, se já deixavam entrever alguns dos novos caminhos possíveis quando formulamos o projeto a partir do desenvolvido em nosso Mestrado, alguns dos resultados obtidos não deixaram de surpreender. Bem sumariamente.

---

[273] Estruturas sociais (vide *supra* na p. 136 o Q. 3: quadro das mutações estruturais romanas) correspondentes, respectivamente, às conjunturas cícero-augustana e flávio-antonina (p. 8/9).

Constatamos nos textos de Cícero, Salústio e Tácito, corroborando nossas suspeitas e pressupostos, caminhos e resultados bem distintos dos da imagem Roma e do ser romano como veiculados numa tradição clássica e escolar, para a qual cada um contribui com o seu tijolo e à sua maneira. São formas de abordagem não só contrastantes entre si, como ainda algumas vezes revelam-se conflitantes, em razão não tanto dos lugares sociais dos quais falam posto todos serem oriundos das elites centrais do império. O encarnado em cada uma dessas romanidades são as suas histórias de vida e o modo como os grupos sociais nos quais se inseriam foram integrados na etnia romana.

De primeiro temos um CÍCERO profundamente piedoso (com a devida valorização dos antepassados) no sentido romano clássico (***pietas***), atento com o divino no coser com minucioso cuidado essas que são as salvaguardas da ***libertas*** e que conformam a quem exerce o poder a guardar certo ***pudor*** em sua prática.

Logo adiante, SALÚSTIO, que parece ter um canal de diálogo com Cícero através do ideal de ***concordia****,* já demonstra uma atitude mais laicizada, adequada a um cesarista que se serve da religião ao invés de por ela ser delimitado. O que há ainda de divino converte-se em *sorte*, para a qual as ações humanas não podem prever. Não podem prever, mas, como vimos, pode ser guiada para por seus próprios méritos lograr ***honor*** e ***gloria****.*

Se ambos, porém, estão em lados opostos, são ainda lados de um mesmo campo, o do ***mos maiorum***, algo que TÁCITO abandonará rapidamente. Ainda o vemos transitar nesta órbita com o *Germania*, mas o *Agricola* do mesmo ano e, depois, os *Annales* abandonam totalmente esse referencial, constituindo algo completamente distinto em torno da relação ***imperium*** e ***barbarus***.

Se para CÍCERO a nota dominante do ser romano é a ***libertas***, para SALÚSTIO a ***concordia***, a identidade do romano para TÁCITO é constituída pelo ***imperium***. Entretanto, se o ***mos maiorum*** é abandonado como referencial maior, marcando uma descontinuidade radical em relação aos autores anteriores, em virtude da mentalidade patriárquica, esse ***imperium*** e o próprio ***imperator*** (o ***princeps***) são interpretados, lidos e vividos patriarquicamente.

Dos três autores estudados, CÍCERO era um terreno mais seguro: objeto de uma investigação inicial anterior, várias dentre nossas observações iniciais vieram a

se confirmar como conclusões ao final da pesquisa. Todavia se nessa exploração inicial as suas novidades e ousadias já tinham sido detectadas, o confronto com os demais autores permitiu calibrar o seu arcaísmo, precisando-o e contextualizando-o mais adequadamente.

Por outro lado, em SALÚSTIO, dissimuladas pelo tom arcaico e moralizante que marca o compasso de sua obra, muitas novidades foram descobertas.

Em nossas hipóteses iniciais imaginávamos, nos textos, a fronteira étnica construída privilegiar o deslocamento do romano/grego para o romano/germano. Ora, em TÁCITO, apesar do alerta contido em sua obra da proximidade da ameaça germânica, o deslocamento é ampliado, passando a abranger a universalidade do ***orbe***, configurando outra fronteira, a romano/bárbaro.

Dos três autores, com TÁCITO, abraçamos a universalidade proposta na ideia do orbe romano, embora ao preço de submeter a multidiversidade por ela abarcada em certa homogeneização bárbara, resultado de uma operação cuja meta era fazer de alguma forma infletirem todos os caminhos em direção à ***urbs*** romana.

Deste centro neural estende-se uma rede capilar, na qual as demais cidades do ***imperium***, emulando a ***urbs*** de Roma, transmitem e reelaboram conforme as circunstâncias e os grupos sociais envolvidos as romanidades. Não obstante compor uma parcela ínfima da população do Mediterrâneo em primeiro lugar, e menor ainda da Europa setentrional, para a qual de algum modo se estende depois, essa ponta do iceberg constituída pela vida urbana acaba por fornecer (junto com outras expressões simbólicas sinestésicas capazes de transmitir uma sensação de concretude tais como o Panteão, a Porta Vipsânia, o miliário áureo e o sistema de estradas romanas) a qualquer um a impressão de abarcamento da universalidade. Assim, tais elementos consubstanciam as formulações literárias correspondentes, tornando-as mais persuasivas, isotopizando-as. Destas formulações literárias, TÁCITO vem a ser, entre os que escrevem em latim, o seu primeiro intérprete em prosa, somando-se aos gregos que lhe antecederam como os primeiros a extrair da expansão romana a ideia e o projeto de uma universalidade com Políbio na História e, depois, Estrabão na Geografia[274].

[274] Como fizemos notar, ecoando François HARTOG, *supra* p. 86.

E, claro, se TÁCITO, homem da ***Pax Romana***, sistematiza em sua obra esta universalidade presente e pressentida através de *flashes* em CÍCERO e SALÚSTIO, tem as suas particularidades, não podemos deixar de frisar duas delas em nossa conclusão, reiterando-as.

A primeira delas, a sua aceitação da realidade imperial e do Principado, buscando alertar para os seus desafios e propondo remédios aos circunstanciais atritos da engrenagem, mais frequentes do que se poderia desejar, mas que não empalidecem as suas realizações mais elevadas. Tal é esta a sua atenção que nos permitimos imaginar que, longe do que se costuma acreditar, TÁCITO teria cumprido sim a sua promessa de escrever sobre os Antoninos, mas a cumpre de maneira cautelosa, como sempre recomendara. Exige mais estudos, um programa talvez, mas nos achamos justificados a imaginar que tal possa ter se dado justamente nos *Annales*, sendo eles uma metáfora para a compreensão do regime dos Antoninos e seus desafios, neles propondo uma arte de governar o império, arte construída com os exemplos da dinastia Júlio-claudiana. Seria o seu legado para os Antoninos.

Afinal, compreendendo com ***orbe*** não todo o universo, mas a melhor parte deste, curvado sobre o poder da civilização romana, sob os seus influxos, através dos quais irradiava a ***urbs*** em toda a ***oikoumene***: o anúncio em Ovídio do ***urbi et orbi*** encontra-se aqui em TÁCITO contemplado e consagrado. Essa hierarquização do espaço, apropriada a uma sociedade aristocrática como a romana e que não abre mão de seus privilégios, é elemento imprescindível da sistematização romano-bárbara expressa na síntese taciteana da realidade imperial.

BIBLIOGRAFIA

1. DOCUMENTOS TEXTUAIS

AUGUSTO. *Res Gestae Divi Augusti* (trad. Maria Helena da Rocha Pereira) *in*: Pereira, M. H. R., 1986.

CÉSAR, C. J. Commentaires sur la Guerre des Gaules (avec remarques sur les termes militaires employés dans les Commentaires de César pour M. E. Benoist et M. S. Dosson). 2ème éd. rev., Paris: Hachette, 1911.

_____. Comentários sobre a Guerra da Gália (trad. José P. Tavares). São Paulo: Lusitana, s.d.

CÍCERO. *Pro Archia*, *Pro Marcello*, *Pro Ligario* (trad. Maximiano Augusto Gonçalves). Rio de Janeiro: Liv. H. Antunes Ltda, [1962?]

_____. La República (ét. e trad. E. Bréguet). 2ème éd. Paris: Les Belles Lettres, 1980.

_____. Rhetorica (vol. I: "De Oratore"). Edited by A. S. Wilkins ("Oxford Classical Texts"). Oxford: Clarendon Press, 1963.

_____. El Orador (trad. E. Sánchez Salor). Madrid: Alianza, 2004.

POLÍBIO. História (trad. Mário da Gama Kury). Brasília: UnB, 1985.

PLUTARCO. Vies Parallèles (trad. D. Ricard). 15 v. Paris: Didier, 1830 (disponível em http://remacle.org/bloodwolf/historiens/Plutarque/index.htm).

_____. Les Vies des Hommes Illustres (trad. D. Ricard). 4 v. Paris: Didier, 1844 (disponível em http://remacle.org/bloodwolf/historiens/Plutarque/index.htm).

_____. Les Vies des Hommes Illustres (trad. Alexis Pierron). 2ème éd. rev. corrig., 4 v. Paris: Charpentier, 1854 (disponível em http://remacle.org/...Plutarque/index.htm).

SALÚSTIO. Obra Completa (trad. Agostinho da Silva). Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

_____. Catilina, Jugurtha, Fragments des Histories (trad. Alfred Ernout). 12ème éd., Paris: Belles Lettres. 1980.

_____. A conjuração de Catilina. A guerra de Jugurta. (trad. Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis: Vozes. 1990.

_____. A Guerra de Jugurta (trad. Pedro Paulo Abreu Funari) *in*: FUNARI, P. P. A., 2002.

TÁCITO. Annales (ét. e trad. Pierre Wuilleumier), 4 v. Paris: Les Belles Lettres, 1974-1978.

_____. Anais (apres. Assis Brasil; trad. Leopoldo Pereira). Rio de Janeiro: Tecnoprint, s.d.

_____.The Annals and The Histories (trad. Alfred John Church and Willian Jackson Brodribb). Chicago: Editora Encyclopaedia Britannica, 1952.

_____. Obras menores: Diálogo dos oradores; Vida de Agrícola; A Germânia (trad. Agostinho da Silva). Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

TITO LÍVIO. História de Roma (trad. Paulo Matos Peixoto), 6 vols. São Paulo: Paumape, 1989.

_____.Histoire Romaine: *Ab Urbe Condita* (trad. Gaston Baillet), 34 tomes. Paris: Belles Lettres, 1947-1998.

_____. Historia de Roma desde su fundación (trad. José Antonio Villar Vidal), 7 tomos. Madrid: Gredos, 1990-1997.

TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso (trad. Mário da Gama Kury). Brasília: UnB, 1982.

(antologias)

PEREIRA, M. H. R. Romana: antologia da cultura latina. 2ª ed., Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos/Universidade de Coimbra, 1986.

VVAA. A História de Homero a Santo Agostinho (antologia bilíngue de documentos org. e comentados por François Hartog, trad. Jacyntho Lins Brandão). Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. Historiadores latinos (antologia bilíngue, trads. Maria da Gloria Novak, Maria Luiza Neri, Ariovaldo Augusto Peterlini, Miriam Barcellos Goettems, Antonio da Silveira Mendonça, Leonor Scliar-Cabral, Raul J. Sozim, Álice Cúnio Machado Fonseca, João Pedro Mendes, Zélia de Almeida Cardoso, Francisco Achcar *et alii*). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

2. BIBLIOGRAFIA INSTRUMENTAL

CUNHA, A. G. Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ENCICLOP. MIRADOR INTERN. São Paulo – Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1977.

FARIA, E. Dicionário escolar latino-português. 6ª ed., Rio de Janeiro: FAE / Ministério da Educação e Desporto, 1994.

FERREIRA, A. G. Dicionário de latim-português. Porto: Porto ed., 1987.

FRAILE, A. B. Dicionário escolar latino-espanhol. Barcelona: Ramón Sopena, 1954.

FREUND, G. Grand Dictionnaire de la Language Latine. Paris: Firmin-Didot,

1883. GAFFIOT, F. Dictionnaire latin-français. 42ª ed., Paris: Hachette, [1988]

GLARE, P. G. W. (ed.) Oxford Latin Dictionary. New York: Clarendon Press, 1982. GRIMAL,

P. Dictionnaire de la mythologie grecque et romaine. 8ème éd., Paris: PUF, 1986.

HAMMOND, N. G. L. & SCULLARD, H. H. The Oxford Classical Dictionary. 2nd ed. New York: Clarendon Press, 1970.

PETERS, F. E. The Dictionnaire des oeuvres et themes des literatures grecque et latine. Paris: Hachette, 1995.

3. BIBLIOGRAFIA TEÓRICO-METODOLÓGICA

ARISTÓTELES. Tratados de Lógica (Órganon): Sobre la Interpretación; Analíticos Primeros; Analíticos Segundos (introd., trad. y notas por M. C. Sanmartín). Madrid: Gredos, 1995.

BAHBA, H. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BARBIER, F. Le comparatisme comme nécessité heuristique pour l'historien du livre et de la culture. In: BÖDEKER, H. E. (dir.), Histoire du livre: nouvelles orientations. Paris: Imec / Maison des Sciences de l'Homme, 1995.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras (anexo a POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998).

BRAUDEL, F. A Dinâmica do Capitalismo. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____ Uma Lição de História (edição dos debates ocorridos nas "Jornadas Fernand Braudel", colóquio promovido em Châteauvallon, 1985, sobre o pensamento e a obra de Braudel com a presença do próprio). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

BRUYNE, P. *et alii.* Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BURKE, P. Hibridismo Cultural. São Leopoldo: Unisinos, 2003. CARDOSO,

C. F. S. Narrativa, sentido e história. Campinas: Papirus, 1997.

_____. Uma opinião sobre as representações sociais *in*: CARDOSO, C. F. S. & MALERBA, J. (orgs.) Representações: contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

_____. El concepto de espacio *in*: CARDOSO, C. F. S. Ensayos. San José: Universidad de Costa Rica, 2001.

_____. Sociedade e cultura: comparação e confronto (Estudos Ibero-Americanos, v. XXIX, n. 2). Porto Alegre: PUCRS, dez. 2003.

_____. Cultura, etnia, memória, ideologia, mentalidades coletivas e imaginário (Notas de aula), Niterói: UFF, s.d.

CHARPENTIER, E. et alii. Iniciação à análise estrutural. São Paulo: Paulinas, 1983.

CORVISIER, J.-N. Source et methods en histoire ancienne. Paris: P.U.F., 1997.

COURTÉS, J. Introdução à semiótica discursiva (prefácio de A.-J. Greimas). Coimbra: Almedina, 1979.

CUNHA, M. H. L. Espaço real, espaço imaginário. 2ª ed., Rio de Janeiro: UAPÊ, 1998.

DIÉGUES Jr., M. Etnias e culturas no Brasil. 5ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/I.N.L., 1976.

DUTRA, E. R. F. Tempo e estrutura na unidade do mundo mediterrânico *in*: LOPES, 2003.

FINLEY, M. I. História antiga: testemunhos e modelos. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FONTES, V. História e modelos, *in*: CARDOSO, C. F. S. e VAINFAS, R., Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GENNEP, A. La formacion de las leyendas. Barcelona: Alta Fulla, 1982.

GREIMAS, A.-J. Semântica estrutural: pesquisa de método. 2ª ed., São Paulo: Cultrix-USP, 1976 [ed. original: 1966].

_____. Du sens I: essais sémiotiques. Paris: Seuil, 1970.

_____. Sémiotiques et sciences sociales. Paris: Seuil, 1976.

HANSEN, J. A. Alegoria: construção e interpretação da metáfora. São Paulo: Atual,

1986. HUNT, L. A. A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JOLY, F. D. O Mediterrâneo antigo *in*: LOPES, 2003.

JOUHAUD, C. Apresentation au dossier “Littérature et Histoire”, *in*: Annales HSS, 49.2 (1994) 271-276.

LACOSTE, Y. (coord.) Ler Braudel. Campinas: Papirus, 1989.

LOPES, M. A. (org.) Fernand Braudel: tempo e história. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

NAVARRETE, F. Las relaciones interétnicas en México**.** México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

NICOLET, C. Cultura e sociedade na história romana. *In*: Níveis de cultura e grupos sociais: actas do colóquio da Escola Normal Superior de Paris, 7 a 9 de maio de 1966. Lisboa / Santos: Cosmos / Martins Fontes, 1974.

PATLAGEAN, E. A história do imaginário. In: LE GOFF, J. (dir.), A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. Teorias da etnicidade**.** São Paulo: UNESP,

1998. SMITH, A. D. A identidade nacional. Lisboa, Portugal: Gradiva, 1991.

¿Gastronomía o geología? El rol del nacionalismo en la reconstrucción de las naciones. *In*: FERNÁNDEZ BRAVO, Á. (org.). La invención de la nación. Lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha**.** Buenos Aires: Manantial, 2000, p.185-210.

O nacionalismo e os historiadores. *In*: BALAKRISHNAN, G.. (org.). Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p.185-208.

VAINFAS, R. História das mentalidades e história cultural, *in*: CARDOSO, C. F. S. & VAINFAS, R., Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VILLAR, D. Uma abordagem crítica do conceito de etnicidade na obra de Fredrik Barth *in*: Mana: Estudos de Antropologia Social vol.10 nº.1 Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ / ContraCapa, abr. 2004, disponível em http://www.scielo.br/pdf/mana/v10n1/a06v10n1.pdf, acesso em 15mar2010, pp. 165-192.

4. BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA AO TEMA

ALCOCK, S. *et alii*. Empires: Perspectives from Archaelogy and History. Cambridge: Cambridge University, 2001.

ALFÖLDY, G. A história social de Roma. Lisboa: Presença, 1989.

ALMEIDA, F. E. A. A Guerra como Fenômeno Sócio-Político. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2003.

ANDRÉ, J.-M. & HUS, A. La Historia en Roma. Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.

AYMARD, A. & AUBOYER, J. Roma e seu Império: vol. II. As civilizações da unidade romana. 4ª ed., São Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1976.

AZEVEDO, S. F. L. Consilium muliebre ac deterius (Tac. Ann., XV, 54, 4): as personagens femininas e a construção da imagem imperial no principado de Nero (dissertação de Mestrado). Ouro Preto: Instituto de Ciências Humanas UFOP, 2011 (disponível em http://www.ichs.ufop.br/pgh/images/stories/Sarah Fernandes Lino de Azevedo.pdf, acesso em 16nov2012).

BALSDON, J. P. V. D. (ed.) Los Romanos. Madrid: Gredos, 1966.

_____ Roma. Historia de un Imperio. Madrid: Guadarrama, 1970.

BANDINELLI, R. B. Il problema del ritratto, *in*: L'arte classica. Roma: Riuniti, 1984.

BARKER, E. Le concept de l'Empire, in: FINLEY, M. I. e BAILEY, C., L'Héritage de la Grèce et de Rome, Paris: Lafont, 1992.

BARROW, R. H. Les romains. Paris: Payot, 1962.

BATISTA, G. N. & BRITO, A. L. P. Urbanização: urbanística, *in*: Enciclopédia Mirador Internacional, 20 (1977), p. 11204-11218.

BAYET, J. Littérature latine. Paris: Armand Colin, 1960.

BÉNABOU, M. Les Romains ont-ils conquis l'Afrique ? ("Annales. Économies, Sociétés, Civilisations", vol. 33, n. 8). Paris: EHESS, 1978. BIELER,

L. Historia de la literatura romana. Madrid: Gredos, 1992.

BOWIE, E. L. Los griegos y su pasado em la segunda sofística *in* FINLEY, 1981.

BRAUDEL, F. Memórias do Mediterrâneo: Pré-História e Antiguidade. Lisboa: Terramar, 2001.

BRIZZI, G. O Guerreiro, o Soldado e o Legionário: os Exércitos no Mundo Clássico. São Paulo: Madras, 2003.

BURKE, P. Hibridismo Cultural. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

BUSTAMANTE, R. M. C. *De Architectura* de Vitrúvio e *Thamugadi*: Teoria e Prática ("Phoînix", v. 3). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

_____. Práticas Religiosas nas Cidades Romano-africanas: Identidade e Alteridade ("Phoînix", v. 5). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

_____. Latim, Púnico e Berbere na África do Norte: Identidade e Alteridade ("Phoînix", v. 6). Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000.

_____. Rômulo e a 'fundação do mundo' ("Phoînix", v. 7). Rio de Janeiro: Sette Letras, 2001.

_____. Representação do espaço rural em dois mosaicos norte-africanos:Laberii e Dominus Iulius. ("Phoînix", v. 8). Rio de Janeiro: Mauad X, 2002.

_____. Espaços e práticas cultuais em Hippo Regius: estratégias e táticas ("Phoinix", v. 10). Rio de Janeiro: Mauad X, 2004.

_____. Ludi circenses: comparando textos escritos e imagético ("Phoînix", v. 11). Rio de Janeiro: Mauad X, 2005.

_____, MENDES, N. M.; DAVIDSON, J. A Experiência Imperialista Romana: Teorias e Práticas. **("**Tempo**"**, v. 9, n. 18: dossiê Impérios e Imperialismos), Niterói: UFF-Sette Letras, Jan-Jun 2005.

_____. "Práticas culturais no Império Romano: entre a unidade e a diversidade" *in*: MENDES, N. M. & SILVA, G. V. (orgs.) Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: Mauad / Vitória: UFES, 2006.

CABECEIRAS, M. R. As 'Metamorphoses' de Ovídio e as lutas de representação na Roma antiga (dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

_____. Mutação do imaginário políade nas orações fúnebres em Tucídides e Hipérides. *In*: MENDES, N. M. *et alii*. (Orgs.). Uma trajetória na Grécia antiga, homenagem à Neyde Theml. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, pp. 159-170.

CALAME, C. Mythe et Histoire dans l'Antiquité Grecque. Lausanne: Payot, 1996.

CALORE, A. Forme Giuridiche del 'Bellum Iustum' (Corso di diritto romano, Brescia, 2003-2004). Milano, Giuffré, 2003.

CARBONELL, C.-O. "Nascimento de Clio" e "História em Roma" *in*: Historiografia. Lisboa: Teorema, 1992.

CARDOSO, C. F. S. Tinham os Antigos uma Literatura? ("Phoînix", v. 5) Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

_____. Cultura,etnia, memória, ideologia, mentalidades coletivas e imaginário (Notas de aula). Niterói: s.d.

_____. & FONTES, V. Apresentação. **("**Tempo**"**, v. 9, n. 18: dossiê Impérios e Imperialismos), Niterói: UFF / Rio de Janeiro: Sette Letras, Jan-Jun 2005.

CARDOSO, Z. L. V. A. A literatura latina. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

CARPEAUX, O. M. e ESTRADA, M. I. D. "Cícero", *in*: Enciclopédia Mirador Internacional, 5 (1977), p. 2382-2383.

CAVALLO, G.; FEDELI, P.; GIARDINA, A. O espaço literário da Roma Antiga (v. 1: A produção do texto). Belo Horizonte, Tessitura, 2010.

CIRIBELLI, M. C. Tito Lívio e a crítica histórica moderna. São Paulo: FFLCH-USP, 1978.

CIZEK, E. Les Genres de l'Historiographie Latine ("*Faventia"*: Revista de filologia clássica, vol. 7, fasc. 2). Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, jul / dez 1985.

_____ Mentalités et institutions politiques romaines. Paris: Fayard, 1996.

CODOÑER, C. Géneros literarios latinos. Salamanca: Universidad, 1987.

D'ENCARNAÇÃO, J. A estratégia do poder na Roma Antiga. Coimbra: Faculdade de Letras, 1988.

DALPIAN, L. As monografias de Salústio à luz da teoria historiográfica de Cícero. Tese de Doutoramento. São Paulo: USP. 1994.

DAVID, J.-M. La Romanisation de l'Italie. Paris: Flammarion, 1997.

DINSTEIN, Y. Guerra, Agressão e Legítima Defesa. 3ª ed., Barueri: Manole, 2004.

DOMINIK, W. J. Roman Eloquence: Rethoric in Society and Literature. London / New York: Routledge,1997.

DOWDEN, J. "O mito e o passado" *in*: Os usos da mitologia grega. Campinas: Papirus, 1994.

DUFF, J. W. A literary history of Rome: I. From the origins to the close of the Golden Age. 3ª ed. (2ª reimp. rev.), London: Ernest Benn, 1960.

DUPRAT, P. P. As novas acepções da Romanização sob a ótica do pós-colonialismo. Trabalho de Conclusão de Curso. Niterói: UFF, 2011.

FANTHAM, E. *Roman* Literary Culture: From Cicero to Apuleius. Baltimore / London: The Johns *Hopkins* University, 1996

FINLEY, M. I. (ed.) Estudios sobre Historia Antiga. Madrid: Akal, 1981.

_____. "Mito, memória e história" *in*: Uso e abuso da história. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. A política no mundo antigo. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

FRANK, T. Vida y literatura en la República Romana. Buenos Aires: EUDEBA, 1961.

FUNARI, P. P. A. O Amadurecimento de uma Arqueologia Histórica Mundial ("Revista de História", n.135). São Paulo: USP, 2º semestre de1996.

_____. A cidade e a civilização romana: um instrumento didático. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. Letras e Coisas: Ensaios sobre a Cultura Romana. Campinas: UNICAMP, 2002.

_____ (org.). Repensando o mundo antigo. Campinas: UNICAMP, 2003.

_____. A vida quotidiana na Roma antiga. São Paulo: Annablume, 2004.

_____ & GARRAFFONI, R. S. História Antiga na sala de aula. Campinas: UNICAMP, 2004.

_____. "Economia romana no início do Principado" *in*: MENDES, N. M. & SILVA, G. V. (orgs.) Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: Mauad – Vitória: UFES, 2006.

FUSTEL DE COULANGES, N. D. & JULLIAN, C. Histoire des institutions politiques de l'ancienne France (tome I: La Gaule Romaine). Paris: Hachette, 1891.

GARNSEY, P. El privilegio legal em El Imperio Romano *in* FINLEY, 1981.

GARRAFONI, R. S. *Gladiadores da Roma Antiga: combates e paixões cotidianas*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Resenha sobre o livro de Richard Hingley *Globalizing Roman Culture: Unity, Diversity and Empire*. ("História: Questões & Debates", n. 48/49) Curitiba: UFPR, 2008.

GIARDINA, A. (dir.) O homem romano. Lisboa: Presença, 1991.

_____. "L'Italia romana: Storie di un'identità incompiuta" *in*: Roma – Bari: Laterza, 1997.

GIL, L. Censura en el mundo antiguo. Madrid: Alianza, 1985.

GINZBURG, C. History, Rhetoric and Prof. Hanover/London: University Press of New England, 1999.

_____. Mitos, Emblemas e Sinais. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GRIMAL, P. (ed.) El helenismo y el auge de Roma. 8ª ed., Mexico: Siglo XXI, 1984.

_____. A Civilização Romana. Lisboa: 70, 1988.

_____. Os Erros da Liberdade. Campinas: Papirus, 1990

_____. O Império Romano. Lisboa: 70, 1993.

_____. A Alma Romana. Lisboa: Teorema, 1999.

GRUEN, E. S. Culture and National *Identity* in Republican Rome. Ithaca: *Cornell* University, 1992.

GUARINELLO, N. L. Imperialismo Greco-Romano. São Paulo: Ática, 1987.

_____. "Introdução: Império e imperialismo, realidades antigas e conceitos contemporâneos" *in*: CAMPOS, A. P. *et alii* (orgs.), Os impérios e suas matrizes políticas e culturais. Vitória: Flor e Cultura, 2008.

_____. "Império Romano e Identidade Grega" *in*: FUNARI, P. P. A. & SILVA, M. A. O. (orgs.), Política e identidades no mundo antigo. São Paulo: Annablume, 2009.

HARMAND, J. La Guerra Antigua de Sumer a Roma. Madrid: EDAF, 1976.

HARTOG, F. "A arte da narrativa histórica". *in*: Passados recompostos. Campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

_____. O Espelho de Heródoto. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. A História de Homero a Santo Agostinho. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. Os antigos, o passado e o presente. Brasília: UnB, 2003.

HINGLEY, R. "The 'legacy' of Rome: the rise, decline, and fall of the theory of Romanization" *in*: WEBSTER, J. & ick COOPER, N. (eds.), Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives. (Leicester Archaelogy Monographs, nº 3) Leicester: University of Leicester, 1996.

_____. Roman Officers and English Gentlemen – The imperial origins of Roman Archaeology. London: Routledge, 2000.

_____. Globalizing Roman Culture: Unity, Diversity and Empire. London - New York: *Routledge, 2005.*

_____. Recriando coerência sem reinventar Romanização ("Revista Aulas", nº 2, dossiê Identidades Nacionais). Campinas: http://www.unicamp.br/~aulas, ago / nov 2006.

_____. O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha. São Paulo: Annablume, 2010.

HOMO, L. P. Rome impériale et l'*urbanisme* dans l'Antiquité. Paris: Albin Michel, 1971.

HOUAISS, A. & ZAGURY, E. "Retórica", *in*: Enciclopédia Mirador Internacional, 18 (1977), p. 9830-9835.

HUMPHREY, J. H. Literacy in the Roman world ("Journal of Roman Archaeology": supplementary series, number 3). Ann Arbor, 1991.

HUSKINSON, J. (ed.) *Experiencing Rome*: Culture, Identity and Power in the Roman Empire. London-New York: Routledge, 2000.

IRELAND, S. Roman Britain. London-New York: Routledge, 1986. JOLY,

F. D. Tácito e a metáfora da escravidão. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. (org.) História e Retórica: Ensaios sobre Historiografia Antiga. São Paulo: Alameda, 2007.

JONES, S. The Archaeology of *Ethnicity*: Constructing Identities in the Past and Present. London / New York: *Routledge,*1997.

JORDÃO, M. A. M. *Bellum Justum*: Problematizações e implicações éticas na conduta em guerra ("Anais da XVI Semana de Humanidades**":** www.cchla.ufrn.br). Natal: UFRN, 2008.

KEAY, S. Urban transformation and cultural change, *in*: DÍAZ-ANDREU, M. & KEAY, S. (eds), The Archaeology of Iberia, the dynamics of change. London-New York: Routledge, 1997.

_____. & TERRENATO, N. Italy and the West: Comparative Issues in Romanization. Oxford: Oxbow, 2001.

KEEGAN, J. Uma História da Guerra. São Paulo: Companhia das Letras / Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

KOLB, R. Origin of the twin terms jus ad bellum/jus in bello ("International Review of the Red Cross**":** www.icrc.org/eng/resources/documents/misc/57jnuu.htm), n320, out 1997.

LAGOPOULOS, A. P. Semiotics and archaeology, the symbolic meaning of art and space in imperial Rome ("Revista de História da Arte e Arqueologia" nº 2). Campinas: IFCH/UNICAMP, 1995/6.

LAURENCE, R. Ritual, landscape, and the destruction of place in the Roman imagination, *in*: WILKINS, J. B. (ed.), Approaches to the Study of Ritual, Italy and the Ancient Mediterranean. London: Accordia Research Centre, 1996.

_____ & BERRY, J. (eds.). Cultural Identity in the Roman Empire. London-New York, Routledge, 1998.

LE GALL, J. La religion romaine de l'époque de Caton l'Ancien au règne de l'empereur Commode. Paris: SEDES, 1975.

LE GOFF, J. *et alii* Enciclopédia Einaudi, v. 1: Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997.

LE ROUX, P. Império Romano. Porto Alegre: L&PM, 2009.

MACEDO, P. E. V. B. A Ingerência Humanitária e a Guerra Justa ("Revista de Direito da UNIGRANRIO"). Duque de Caxias (www.publicacoes.unigranrio.edu.br), v1, n1, 2008.

MACHADO, C. A. R. O império multicultural *in*: CLEMENTE, G. (coord.), Roma: a vida e os imperadores (catálogo de exposição). Cagliari: Fabula, 2011.

MAGARIÑOS, A. Desarollo de la Idea de Roma em su Siglo de Oro. Madrid: Instituto San José de Calasanz, 1952.

MANTELLO, F. A. C. e RIGG, A. G. (eds.). Medieval Latin**:** an introduction and bibliographical guide. s.l.: The Catholic University of America Press, 1996.

MARCHESI, C. Storia della Letteratura Latina. 8ª ed. riv., Milano: Giuseppe Principato, 1979.

MARQUES, J. B. Estruturas narrativas nas 'Histórias' de Tácito ("Phoînix", v. 15, n.1). Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

_____. Tradição e Renovações da Identidade Romana em Tito Lívio e Tácito. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

MARROU, H.-I. História da Educação na Antiguidade. 4ª reimp. São Paulo: EPU, 1975.

MARSHALL, F. Mito, religião e arte imperial romana *in*: CLEMENTE, G. (coord.), Roma: a vida e os imperadores (catálogo de exposição). Cagliari: Fabula, 2011.

MARTIN, R.; GAILLARD, J. Les genres littéraires à Rome, v. I. Paris: Scodel, 1981.

MARTINS, P. Os Romanos, o direito, as imagens e a morte pelo Ouro Preto: Laboratório de Estudos sobre o Império Romano/UFOP, 2010 (aguarda publicação). Disponível para download em http://usp-br.academia.edu/PauloMartins.

MATTINGLY, D. J. Imperialism, Power and Identity: Experiencing the Roman Empire Princeton: Princeton University, 2010.

MENDES, N. M. O *Limes* Reno-Danubiano: Conceito e Prática no Alto Império. ("Phoînix", v. 3). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

_____. Romanização: cultura imperial ("Phoînix", v. 5). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

_____. *Feriae Romani*: Discurso Imperial Romano ("Phoînix", v. 6). Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000.

_____. Romanização, navegação e comércio no litoral do Algarve ("Phoînix", v. 7). Rio de Janeiro: Sette Letras, 2001.

_____. Reflexões sobre a romanização de Balsa ("Phoînix", v. 8). Rio de Janeiro: Mauad X, 2002.

_____. Estrabão e a enunciação de uma 'estrutura de atitudes e referência da cultura imperial'. ("Phoînix", v. 9). Rio de Janeiro: Mauad X, 2003.

_____. Centralização e integração na experiência imperialista romana: uma reflexão ("Phoînix", v. 10). Rio de Janeiro: Mauad X, 2004.

_____. Romanização e a construção da paisagem imperial no sul da Lusitânia ("Phoînix", v. 12). Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

_____. "O sistema político do Principado" *in*: MENDES, N. M. & SILVA, G. V. (orgs.) Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: Mauad / Vitória: UFES, 2006.

_____. O espaço urbano da cidade de Balsa: uma reflexão sobre o conceito de romanização ("Fênix: Revista de História e Estudos Culturais", vol. 4, n. 1). Uberlândia: www.revistafenix.pro.br/vol10norma.php, jan. / mar. 2007.

_____. Império e Romanização: 'Estratégias', dominação e colapso ("Brathair" vol. 7, n. 1). http://www.brathair.com/revista/br/index.html, 2007.

_____. "Romanização: a historicidade de um conceito" *in*: CAMPOS, A. P. *et alii* (orgs.), Os impérios e suas matrzies políticas e culturais. Vitória: Flor e Cultura, 2008.

_____; BUSTAMANTE, R. M. C.; DAVIDSON, J. A Experiência Imperialista Romana: Teorias e Práticas. **("**Tempo**"**, v. 9, n. 18: dossiê Impérios e Imperialismos), Niterói: UFF / Rio de Janeiro: Sette Letras, Jan-Jun 2005.

_____ & ARAÚJO, Y. C. Epigrafia, Sociedade e Religião: o caso da Lusitânia ("Phoînix", v. 13). Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____ & BORGES, A. S. Os calendários Romanos como expressão de etnicidade ("História: Questões & Debates", n. 48/49) Curitiba: UFPR, 2008.

_____ & OTERO, U. B. Religiões e as questões de cultura, identidade e poder no império romano ("Phoînix", v. 11). Rio de Janeiro: Mauad X, 2005.

MILLAR, F. (ed.) El imperio romano y sus pueblos limítrofes. 9ª ed., Mexico: Siglo XXI, 1984.

MOLINA, A. B. Orbe Romano e Império Global: la romanización desde Augusto a Caracalla. Santiago de Chile: Universitaria, 2007.

MOMIGLIANO, A. Os limites da helenização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

_____. Ensayos de historiografia antigua y moderna. Mexico: Fondo de Cultura, 1993.

NEFF, S. C. A Short History of International Law. *In*: EVANS, Malcolm, International Law. 3rd. ed., Oxford: Oxford University Press, 2003.

NEMITZ, Ellen. Entrevista Richard Hingley: um novo olhar sobre Roma. Campinas: http://www.historiaehistoria.com.br/, 23dez2008.

NICOLET, C. Space, Geography and Politics in the Early Roman Empire. Ann Arbor: University of Michigan, 1991 (ed. orig. "L' Inventaire du monde. Géographie et politique aux origines de l'Empire romain", Fayard, Paris, 1988)

NOBRE, R. M. G. Intrigas palacianas nos Annales de Tácito, processos e tentativas de obtenção de poder no principado de Tibério: estudo retórico (dissertação de Mestrado). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008 (acessado em 4set2011, http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/412/1/16687_Intrigas Palacianas nos Annales.pdf).

PARATORE, E. História da Literatura Latina. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1987.

PEREIRA, M. H. R. Estudos de história da cultura clássica: II. A cultura romana. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984.

PETIT, P. A civilização helenística. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

_____. A Paz Romana. São Paulo: Pioneira / USP, 1989.

POLLINI, J. "Ritualizing Death in Republican Rome: Memory, Religion, Class Struggle, and the Wax Ancestral Mask Tradition's Origin and Influence on Veristic Portraiture" *in* LANERI, N (ed.) Performing Death: Social Analyses of Funerary Traditions in the Ancient Near East and Mediterranean. 2nd. printing (with minor corrections), Chicago: The Oriental Institute, 2008.

POTTER, D. (ed.) A companion the Roman empire. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2010.

POULSEN, F. Vida y costumbres de los romanos. Madrid: Revista de Occidente, 1950.

PRÉAUX, C. El mundo helenístico, 2 vols. Barcelona: Labor, 1984.

PURCELL, N. The Roman *uilla* and the landscape of production, *in*: CORNELL, T. J. & LOMAS, K. (eds.), Urban Society in Roman Italy. London: UCL, 1996.

RAMELLI, I. Il Concetto di *Iure Caesus* e la sua Corrispondenza con quello di Bellum Iustum *in* SORDI, 2002.

ROBERT, J -N. Os prazeres em Roma. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ROLDÁN, M. A. Eiréne y otras palabras griegas sobre la paz, *In*: F.A. Muñoz Muñoz, B. Molina Rueda (eds.), Cosmovisiones de paz en el Mediterráneo antiguo y medieval, Granada: Universidad, 1999.

ROMAN, D. et ROMAN, Y. Rome, l'*identité romaine* et la *culture hellénistique* (218-31 av. J.-C.). Paris: C.D.U.-*S.E.D.E.S.*, 1994.

ROMILLY, J. Histoire et raison chez Thucydide. Paris: Les Belles Lettres, 1967.

ROSENSTEIN, N. & MORSTEIN-MARX, R. (ed.) A companion the Roman republic. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2010.

ROSSI, L. A. S. Cultura militar e violência no mundo antigo: Israel, Assíria, Babilônia, Pérsia e Grécia. São Paulo: Annablume, 2008.

ROSTOVTZEFF, M. Historia Social y Económica del Imperio Romano, 2 vols. 2ª ed., Madrid: Espasa-Calpe, 1962.

PARATORE, E. História da Literatura Latina**.** Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1987.

ROUSELLE, A. Pornéia**.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

SALLES, C. Nos submundos da Antiguidade**.** 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1983.

SCHIAVONE, A. Uma história rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno. São Paulo: EdUSP, 2005.

SCHÜLLER, D. Literatura grega. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SEBASTIANI, B. B. Guerra Justa e Imperialismo na Roma Republicana ("Revista de História**"** [*on line*]). São Paulo, v.148 (1º), 2003, p. 35-46.

SANTOS, I. D. A Basílica como elemento de urbanização na Gallia Comata no período de dominação romana. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia-USP, 2006.

SILVEIRA, Laura Ribeiro. O retrato de Catilina em Salústio. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ. Faculdade de Letras, 2003.

SHERWIN-WHITE, A. N. Imperialismo Romano *in*: BALSDON, 1966.

SORDI, M. (org.) Guerra e diritto nel mondo greco e romano. Milano: Vita e Pensiero,

2002. SOUZA, M. A. P. A Guerra na Grécia Antiga São Paulo: Ática, 1988.

SYME, R. Roma e o despertar das Nações ("Diógenes", n. 7). Brasília: UnB, 1984.

THÉBERT, Y. Romanisation et déromanisation en Afrique: histoire décolonisée ou histoire inversée? ("Annales. Économies, Sociétés, Civilisations", vol. 33, n. 8). Paris: EHESS, 1978.

THOMPSON, E. A. Revueltas campesinas em la Galia e Hispania tardorromana *in* FINLEY, 1981.

TIERNEY, J. J. The Map of Agrippa *in*: Proceedings of the Royal Irish Academy. Section C: Archaeology, Celtic Studies, History, Linguistics, Literature, Vol. 63. Dublin: Royal Irish Academy, 1962-1964, pp. 151-166 (http://www.jstor.org/stable/25505114).

VERGARA CERQUEIRA, F. *et alii* (orgs.) Guerra e paz no mundo antigo. Pelotas: LEPAARQ/UFPel; Instituto de Memória e Patrimônio, 2007.

VEYNE, P. A helenização de Roma e a problemática das aculturações ("Diógenes", n. 3). Brasília: UnB, 1983.

_____. "Quando a verdade histórica era tradição e vulgata" *in*: VEYNE, P. Acreditavam os gregos em seus mitos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Elegia erótica romana. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. "*Humanitas*: Romanos e não romanos" *in*: GIARDINA, A. (org.), O Homem Romano. Presença: Lisboa, 1992.

_____. “O Império Romano” *in*: ARIÈS, P & DUBY, G., História da Vida Privada*:* Do Império Romano ao ano mil, vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIDAL, C. La-doctrina-de-la-guerra-justa (“La Ilustración Liberal: Revista Española y Americana**”:** www.ilustracionliberal.com) Madrid, n10, Dic 2001.

WELLS, P. S. The Barbarians Speak: how the conquered peoples shaped Roan Europe. Princeton: Princeton University, 1999.

WIEDEMANN, T. Emperors and gladiators. London: Routledge, 1995.

WOODMAN, A. Rhetoric in Classical Historiography. London: Croom Helm, 1988.

WOOLF, G. Becoming Roman: The Origins of Provincial Civilization in Gaul*. Cambridge*: *Cambridge* University Press, *2000.*

_____. Inventing Empire in Ancient Rome *in*: ALCOCK, S. E. *et alii*, Empires, Cambridge, Cambridge University, 2001.

_____. Provincial Perspectives *in*: *GALINSKY,* K. *(ed.)*, The *Cambridge* Companion to the Age of *Augustus. Cambridge*: *Cambridge* University Press, *2005.*

ZANKER, P. Augusto y el poder de las imágenes. Madrid: Alianza, 1987.

ANEXOS

SOBRE O PROJETO “PERSEUS”

Todos os transcritos em anexo foram obtidos a partir de edições clássicas (originais em grego e latim e traduções para o inglês) em domínio público contidas na ***Perseus Digital Library*** ("Biblioteca Digital Perseus"). Na rede de computadores desde 1995, a base de dados eletrônica do **Perseus Project** é uma biblioteca digital sediada no Departamento de Clássicas da Universidade Tufts (Massachusetts, EUA), sendo o seu conteúdo espelhado pela Sociedade Max Planck (Berlim) e pela Universidade de Chicago.

O projeto é anterior à biblioteca eletrônica, 1987, iniciado como forma de coletar e apresentar materiais destinados ao estudo da Grécia Antiga, passando também a abranger fontes da Roma Antiga e da Renascença Inglesa e de instrumentos de pesquisa, tendo entre as instituições que o apoiam também as Universidades de Boston e de Harvard e o Departamento de Educação dos EUA.

Todo o conteúdo é constantemente revisto no intuito de se promoverem correções de grego e léxicos latinos, de erros tipográficos e de bugs, além do aperfeiçoamento das ferramentas disponibilizadas.

ANEXO 1

TITI LIVI AB VRBE CONDITA LIBER I

[58] [...] Lucretia maesta tanto malo nuntium Romam eundem ad patrem Ardeamque ad virum mittit, ut cum singulis fidelibus amicis veniant; ita facto maturatoque opus esse; rem atrocem incidisse. Sp. Lucretius cum P. Valerio Volesi filio, Collatinus cum L. Iunio Bruto venit, cum quo forte Romam rediens ab nuntio uxoris erat conuentus. Lucretiam sedentem maestam in cubiculo inveniunt. Aduentu suorum lacrimae obortae [...]; nec ulla deinde impudica Lucretiae exemplo uiuet." Cultrum, quem sub ueste abditum habebat, eum in corde defigit, prolapsaque in volnus moribunda cecidit. Conclamat vir paterque.

[59] Brutus illis luctu occupatis cultrum ex volnere Lucretiae extractum, manantem cruore prae se tenens, "Per hunc" inquit "castissimum ante regiam iniuriam sanguinem iuro, vosque, di, testes facio me L. Tarquinium Superbum cum scelerata coniuge et omni liberorum stirpe ferro igni quacumque dehinc vi possim exsecuturum, nec illos nec alium quemquam regnare Romae passurum." Cultrum deinde Collatino tradit, inde Lucretio ac Valerio, stupentibus miraculo rei, unde novum in Bruti pectore ingenium. Vt praeceptum erat iurant; totique ab luctu versi in iram, Brutum iam inde ad expugnandum regnum vocantem sequuntur ducem.

Elatum domo Lucretiae corpus in forum deferunt, concientque miraculo, ut fit, rei novae atque indignitate homines. Pro se quisque scelus regium ac vim queruntur. Movet cum patris maestitia, tum Brutus castigator lacrimarum atque inertium querellarum auctorque quod viros, quod Romanos deceret, arma capiendi adversus hostilia ausos. Ferocissimus quisque iuvenum cum armis voluntarius adest; sequitur et cetera iuventus. Inde patre praeside relicto Collatiae [ad portas] custodibusque datis ne quis eum motum regibus nuntiaret, ceteri armati duce Bruto Romam profecti. Vbi eo ventum est, quacumque incedit armata multitudo, pavorem ac tumultum facit; rursus ubi anteire primores civitatis vident, quidquid sit haud temere esse rentur. [...]

ANEXO 2

M. TVLLI CICERONIS DE RE PVBLICA LIBER SECVNDVS

[1] [cupidi]tate audiendi, ingressus est sic loqui Scipio: 'Catonis hoc senis est, quem ut scitis unice dilexi maximeque sum admiratus, cuique vel patris utriusque iudicio vel etiam meo studio me totum ab adulescentia dedidi; cuius me numquam satiare potuit oratio; tantus erat in homine usus rei publicae, quam et domi et militiae cum optime tum etiam diutissime gesserat, et modus in dicendo. Et gravitate mixtus lepos, et summum vel discendi studium vel docendi, et orationi vita admodum congruens. **[2]** Is dicere solebat ob hanc causam praestare nostrae civitatis statum ceteris civitatibus, quod in illis singuli fuissent fere quorum suam quisque rem publicam constituisset legibus atque institutis suis, ut Cretum Minos, Lacedaemoniorum Lycurgus, Atheniensium, quae persaepe commutata esset, tum Theseus tum Draco tum Solo tum Clisthenes tum multi alii, postremo exsanguem iam et iacentem doctus vir Phalereus sustentasset Demetrius, nostra autem res publica non unius esset ingenio sed multorum, nec una hominis vita sed aliquot constituta saeculis et aetatibus. nam neque ullum ingenium tantum extitisse dicebat, ut quem res nulla fugeret quisquam aliquando fuisset, neque cuncta ingenia conlata in unum tantum posse uno tempore providere, ut omnia complecterentur sine rerum usu ac vetustate. **[3]** Quam ob rem, ut ille solebat, ita nunc mea repetet oratio populi Romani originem; libenter enim etiam verbo utor Catonis. Facilius autem quod est propositum consequar, si nostram rem publicam vobis et nascentem et crescentem et adultam et iam firmam atque robustam ostendero. Quam si mihi aliquam, ut apud Platonem Socrates, ipse finxero.'

[4] Hoc cum omnes adprobavissent, 'quod habemus' inquit 'institutae rei publicae tam clarum ac tam omnibus notum exordium quam huius urbis condendae principium profectum a Romulo? Qui patre Marte natus − concedamus enim famae hominum, praesertim non inveteratae solum sed etiam sapienter a maioribus proditae, bene meriti de rebus communibus ut genere etiam putarentur, non solum ingenio esse divino − is igitur ut natus sit, cum Remo fratre dicitur ab Amulio rege Albano ob labefactandi regni timorem ad Tiberim exponi iussus esse; quo in loco cum esset silvestris beluae sustentatus uberibus, pastoresque eum sustulissent et in agresti cultu laboreque aluissent, perhibetur ut adoleverit et corporis viribus et animi ferocitate tantum ceteris praestitisse, ut omnes qui tum eos agros ubi hodie est haec urbs incolebant, aequo animo illi libenterque parerent. Quorum copiis cum se ducem praebuisset, ut [et] iam a fabulis ad facta veniamus, oppressisse Longam Albam, validam urbem et potentem temporibus illis, Amuliumque regem interemisse fertur.

[5] Qua gloria parta urbem auspicato condere et firmare dicitur primum cogitavisse rem publicam. urbi autem locum, quod est ei qui diuturnam rem publicam serere conatur diligentissime providendum, incredibili opportunitate delegit. Neque enim ad mare admovit, quod ei fuit illa manu copiisque facillimum, ut in agrum Rutulorum Aboriginumve procederet, aut in ostio Tiberino, quem in locum multis post annis rex Ancus coloniam deduxit, urbem ipse conderet, sed hoc vir excellenti providentia sensit ac vidit, non esse opportunissimos situs maritimos urbibus eis quae ad spem diuturnitatis conderentur atque imperii, primum quod essent urbes maritimae non solum multis periculis oppositae sed etiam caecis. **[6]** Nam terra continens adventus hostium non modo expectatos sed etiam repentinos multis indiciis et quasi fragore quodam et sonitu ipso ante denuntiat, neque vero quisquam potest hostis advolare terra, quin eum non modo <ad>esse sed etiam quis et unde sit scire possimus.maritimus vero ille et navalis hostis ante adesse potest quam quisquam venturum

esse suspicari queat, nec vero cum venit prae se fert aut qui sit aut unde veniat aut etiam quid velit, denique ne nota quidem ulla, pacatus an hostis sit, discerni ac iudicari potest.

[7] Est autem maritimis urbibus etiam quaedam corruptela ac mutatio morum; admiscentur enim novis sermonibus ac disciplinis, et inportantur non merces solum adventiciae sed etiam mores, ut nihil possit in patriis institutis manere integrum.iam qui incolunt eas urbes, non haerent in suis sedibus, sed volucri semper spe et cogitatione rapiuntur a domo longius, atque etiam cum manent corpore, animo tamen exulant et vagantur. Nec vero ulla res magis labefactatam diu et Carthaginem et Corinthum pervertit aliquando, quam hic error ac dissipatio civium, quod mercandi cupiditate et navigandi et agrorum et armorum cultum reliquerant. **[8]** Multa etiam ad luxuriam invitamenta perniciosa civitatibus subpeditantur mari, quae vel capiuntur vel inportantur; atque habet etiam amoenitas ipsa vel sumptuosas vel desidiosas inlecebras multas cupiditatum. Et quod de Corintho dixi, id haut scio an liceat de cuncta Graecia verissime dicere; nam et ipsa Peloponnesus fere tota in mari est, nec praeter Phliasios ulli sunt quorum agri non contingant mare, et extra Peloponnesum Aenianes et Doris et Dolopes soli absunt a mari. Quid dicam insulas Graeciae? Quae fluctibus cinctae natant paene ipsae simul cum civitatum institutis et moribus. **[9]** Atque haec quidem ut supra dixi veteris sunt Graeciae. Coloniarum vero quae est deducta a Graiis in Asiam Thracam Italiam Siciliam Africam praeter unam Magnesiam, quam unda non adluat? Ita barbarorum agris quasi adtexta quaedam videtur ora esse Graeciae; nam e barbaris quidem ipsis nulli erant antea maritumi praeter Etruscos et Poenos. Alteri mercandi causa, latrocinandi alteri. quae causa perspicua est malorum commutationumque Graeciae propter ea vitia maritimarum urbium quae ante paulo perbreviter adtigi. Sed tamen in his vitiis inest illa magna commoditas, et quod ubique genitum est ut ad eam urbem quam incolas possit adnare, et rursus ut id quod agri efferant sui, quascumque velint in terras portare possint ac mittere.

[10] Qui potuit igitur divinius et utilitates conplecti maritimas Romulus et vitia vitare, quam quod urbem perennis amnis et aequabilis et in mare late influentis posuit in ripa? Quo posset urbs et accipere a mari quo egeret, et reddere quo redundaret, eodemque ut flumine res ad victum cultumque maxime necessarias non solum mari absorberet, sed etiam invectas acciperet ex terra, ut mihi iam tum divinasse ille videatur hanc urbem sedem aliquando et domum summo esse imperio praebituram; nam hanc rerum tantam potentiam non ferme facilius alia ulla in parte Italiae posita urbs tenere potuisset.

[11] Urbis autem ipsius nativa praesidia quis est tam neclegens qui non habeat animo notata planeque cognita? Cuius is est tractus doctusque muri cum Romuli tum etiam reliquorum regum sapientia definitus, ex omni parte arduis praeruptisque montibus ut unus aditus, qui esset inter Esquilinum Quirinalemque montem, maximo aggere obiecto fossa cingeretur vastissima, atque ut ita munita arx circuitu arduo et quasi circumciso saxo niteretur, ut etiam in illa tempestate horribili Gallici adventus incolumis atque intacta permanserit. Locumque delegit et fontibus abundantem et in regione pestilenti salubrem; colles enim sunt, qui cum perflantur ipsi tum adferunt umbram vallibus.

[12] Atque haec quidem perceleriter confecit; nam et urbem constituit, quam e suo nomine Romam iussit nominari, et ad firmandam novam civitatem novum quoddam et subagreste consilium, sed ad muniendas opes regni ac populi sui magni hominis et iam tum longe providentis secutus est, cum Sabinas honesto ortas loco virgines, quae Romam ludorum gratia venissent, quos tum primum anniversarios in circo facere instituisset Consualibus, rapi iussit, easque in familiarum amplissimarum matrimoniis collocavit. **[13]** Qua ex causa cum bellum Romanis Sabini intulissent, proeliique certamen varium atque anceps fuisset, cum T. Tatio

rege Sabinorum foedus icit, matronis ipsis quae raptae erant orantibus; quo foedere et Sabinos in civitatem adscivit sacris conmunicatis, et regnum suum cum illorum rege sociavit.

[14] Post interitum autem Tatii cum ad eum dominatus omnis reccidisset, quamquam cum Tatio in regium consilium delegerat principes − qui appellati sunt propter caritatem patres − populumque et suo et Tati nomine et Lucomonis, qui Romuli socius in Sabino proelio occiderat, in tribus tris curiasque triginta discripserat − quas curias earum nominibus nuncupavit quae ex Sabinis virgines raptae postea fuerant oratrices pacis et foederis −: sed quamquam ea Tatio sic erant discripta vivo, tamen eo interfecto multo etiam magis Romulus patrum auctoritate consilioque regnavit.

[15] Quo facto primum vidit iudicavitque idem quod Spartae Lycurgus paulo ante viderat, singulari imperio et potestate regia tum melius gubernari et regi civitates, si esset optimi cuiusque ad illam vim dominationis adiuncta auctoritas. Itaque hoc consilio et quasi senatu fultus et munitus, et bella cum finitimis felicissime multa gessit, et cum ipse nihil ex praeda domum suam reportaret, locupletare civis non destitit. **[16]** Tum, id quod retinemus hodie magna cum salute rei publicae, auspiciis plurimum obsecutus est Romulus. Nam et ipse, quod principium rei publicae fuit, urbem condidit auspicato, et omnibus publicis rebus instituendis, qui sibi <ad>essent in auspiciis, ex singulis tribubus singulos cooptavit augures, et habuit plebem in clientelas principum discriptam − quod quantae fuerit utilitati post videro − multaeque dictione ovium et boum − quod tunc erat res in pecore et locorum possessionibus, ex quo pecuniosi et locupletes vocabantur − non vi et suppliciis coercebat.

[17] Ac Romulus cum septem et triginta regnavisset annos, et haec egregia duo firmamenta rei publicae peperisset, auspicia et senatum, tantum est consecutus, ut cum subito sole obscurato non conparuisset, deorum in numero conlocatus putaretur; quam opinionem nemo umquam mortalis adsequi potuit sine eximia virtutis gloria. **[18]** Atque hoc eo magis est in Romulo admirandum, quod ceteri qui dii ex hominibus facti esse dicuntur, minus eruditis hominum saeculis fuerunt, ut fingendi proclivis esset ratio, cum imperiti facile ad credendum inpellerentur, Romuli autem aetatem minus his sescentis annis iam inveteratis litteris atque doctrinis omnique illo antiquo ex inculta hominum vita errore sublato fuisse cernimus. nam si, id quod Graecorum investigatur annalibus, Roma condita est secundo anno olympiadis septumae, in id saeculum Romuli cecidit aetas, cum iam plena Graecia poetarum et musicorum esset, minorque fabulis nisi de veteribus rebus haberetur fides. Nam centum et octo annis postquam Lycurgus leges scribere instituit, prima posita est olympias, quam quidam nominis errore ab eodem Lycurgo constitutam putant; Homerum autem qui minimum dicunt Lycurgi aetati triginta annis anteponunt fere. **[19]** Ex quo intellegi potest permultis annis ante Homerum fuisse quam Romulum, ut iam doctis hominibus ac temporibus ipsis eruditis ad fingendum vix quicquam esset loci. Antiquitas enim recepit fabulas fictas etiam non numq[uam incondite, haec aetas autem iam exculta praesertim eludens omne quod fieri non potest respuit].

[***]

[20] us ne<pos ei>us, ut di<xeru>nt quid<am, e>x filia. Quo <vero> ille mor<tuus, e>odem <est an>no na<tus Si>moni<des ol>ympia<de se>xta et quin<quag>esima, <quo f>acilius <intel>legi pos<sit tu>m de Rol<mu>li [iam] immortalitate creditum, cum iam inveterata vita hominum ac tractata esset et cognita. Sed profecto tanta fuit in eo vis ingenii atque virtutis, ut id de Romulo Proculo Iulio homini agresti crederetur, quod multis iam ante saeclis nullo alio de mortali homines credidissent; qui inpulsu patrum, quo illi a se invidiam interitus Romuli pellerent, in contione dixisse fertur, a se visam esse in eo colle Romulum qui nunc Quirinalis

vocatur; eum sibi mandasse ut populum rogaret, ut sibi eo in colle delubrum fieret; se deum esse et Quirinum vocari.

[21] Videtisne igitur unius viri consilio non solum ortum novum populum, neque ut in cunabulis vagientem relictum, sed adultum iam et paene puberem?' Tum Laelius: 'nos vero videmus, et te quidem ingressum ratione ad disputandum nova, quae nusquam est in Graecorum libris. Nam princeps ille, quo nemo in scribendo praestantior fuit, aream sibi sumpsit, in qua civitatem extrueret arbitratu suo, praeclaram ille quidem fortasse, sed a vita hominum abhorrentem et a moribus; **[22]** reliqui disseruerunt sine ullo certo exemplari formaque rei publicae de generibus et de rationibus civitatum; tu mihi videris utrumque facturus: es enim ita ingressus ut quae ipse reperias tribuere aliis malis, quam, ut facit apud Platonem Socrates, ipse fingere, et illa de urbis situ revoces ad rationem quae a Romulo casu aut necessitate facta sunt, et disputes non vaganti oratione sed defixa in una re publica. Quare perge ut instituisti; prospicere enim iam videor te reliquos reges persequente quasi perfectam rem publicam.'

[23] 'Ergo' inquit Scipio 'cum ille Romuli senatus, qui constabat ex optimatibus, quibus ipse rex tantum tribuisset ut eos patres vellet nominari patriciosque eorum liberos, temptaret post Romuli excessum ut ipse regeret sine rege rem publicam, populus id non tulit, desiderioque Romuli postea regem flagitare non destitit; cum prudenter illi principes novam et inauditam ceteris gentibus interregni ineundi rationem excogitaverunt, ut quoad certus rex declaratus esset, nec sine rege civitas nec diuturno rege esset uno, nec committeretur ut quisquam inveterata potestate aut ad deponendum imperium tardior esset aut ad optinendum munitior.

[24] Quo quidem tempore novus ille populus vidit tamen id quod fugit Lacedaemonium Lycurgum, qui regem non deligendum duxit, si modo hoc in Lycurgi potestate potuit esse, sed habendum, qualiscumque is foret, qui modo esset Herculi stirpe generatus; nostri illi etiam tum agrestes viderunt virtutem et sapientiam regalem, non progeniem, quaeri oportere.

[25] Quibus cum esse praestantem Numam Pompilium fama ferret, praetermissis suis civibus regem alienigenam patribus auctoribus sibi ipse populus adscivit, eumque ad regnandum Sabinum hominem Romam Curibus accivit. Qui ut huc venit, quamquam populus curiatis eum comitiis regem esse iusserat, tamen ipse de suo imperio curiatam legem tulit, hominesque Romanos instituto Romuli bellicis studiis ut vidit incensos, existimavit eos paulum ab illa consuetudine esse revocandos.

[26] Ac primum agros quos bello Romulus ceperat divisit viritim civibus, docuitque sine depopulatione atque praeda posse eos colendis agris abundare commodis omnibus, amoremque eis otii et pacis iniecit, quibus facillime iustitia et fides convalescit, et quorum patrocinio maxime cultus agrorum perceptioque frugum defenditur. Idemque Pompilius et auspiciis maioribus inventis ad pristinum numerum duo augures addidit, et sacris e principum numero pontifices quinque praefecit, et animos propositis legibus his quas in monumentis habemus ardentis consuetudine et cupiditate bellandi religionum caerimoniis mitigavit, adiunxitque praeterea flamines Salios virginesque Vestales, omnisque partis religionis statuit sanctissime. **[27]** Sacrorum autem ipsorum diligentiam difficilem, apparatum perfacilem esse voluit; nam quae perdiscenda quaeque observanda essent, multa constituit, sed ea sine inpensa. Sic religionibus colendis operam addidit, sumptum removit, idemque mercatus ludos omnesque conveniundi causas et celebritates invenit. Quibus rebus institutis ad humanitatem atque mansuetudinem revocavit animos hominum studiis bellandi iam immanis ac feros. Sic ille cum undequadraginta annos summa in pace concordiaque regnavisset, − sequamur enim potissimum Polybium nostrum, quo nemo fuit in exquirendis temporibus diligentior, excessit

e vita, duabus praeclarissimis ad diuturnitatem rei publicae rebus confirmatis, religione atque clementia.'

[28] Quae cum Scipio dixisset, 'verene' inquit Manilius 'hoc memoriae proditum est Africane, regem istum Numam Pythagorae ipsius discipulum aut certe Pythagoreum fuisse? Saepe enim hoc de maioribus natu audivimus, et ita intellegimus vulgo existimari; neque vero satis id annalium publicorum auctoritate declaratum videmus.' Tum Scipio: 'falsum est enim Manili' inquit 'id totum, neque solum fictum sed etiam imperite absurdeque fictum; ea sunt enim demum non ferenda mendacia, quae non solum ficta esse sed ne fleri quidem potuisse cernimus. Nam quartum iam annum regnante Lucio Tarquinio Superbo Sybarim et Crotonem et in eas Italiae partis Pythagoras venisse reperitur; olympias enim secunda et sexagesima eadem Superbi regni initium et Pythagorae declarat adventum. **[29]** Ex quo intellegi regiis annis dinumeratis potest anno fere centesimo et quadragesimo post mortem Numae primum Italiam Pythagoram attigisse; neque hoc inter eos qui diligentissime persecuti sunt temporum annales, ulla est umquam in dubitatione versatum.' 'Di inmortales' inquit Manilius, 'quantus iste est hominum et quam inveteratus error! Ac tamen facile patior non esse nos transmarinis nec inportatis artibus eruditos, sed genuinis domesticisque virtutibus.' **[30]** 'Atqui multo id facilius cognosces,' inquit Africanus, 'si progredientem rem publicam atque in optimum statum naturali quodam itinere et cursu venientem videris; quin hoc ipso sapientiam maiorum statues esse laudandam, quod multa intelleges etiam aliunde sumpta meliora apud nos multo esse facta, quam ibi fuissent unde huc translata essent atque ubi primum extitissent, intellegesque non fortuito populum Romanum sed consilio et disciplina confirmatum esse, nec tamen adversante fortuna.

[31] Mortuo rege Pompilio Tullum Hostilium populus regem interrege rogante comitiis curiatis creavit, isque de imperio exemplo Pompili populum consuluit curiatim. Cuius excellens in re militari gloria magnaeque extiterunt res bellicae, fecitque idem et saepsit de manubis comitium et curiam, constituitque ius quo bella indicerentur, quod per se iustissime inventum sanxit fetiali religione, ut omne bellum quod denuntiatum indictumque non esset, id iniustum esse atque inpium iudicaretur.et ut advertatis animum quam sapienter iam reges hoc nostri viderint tribuenda quaedam esse populo − multa enim nobis de eo genere dicenda sunt −, ne insignibus quidem regiis Tullus nisi iussu populi est ausus uti. Nam ut sibi duodecim lictores cum fascibus anteire liceret [***].

[33] (Laelius?) '<Neque> enim serpit sed volat in optimum statum instituto tuo sermone res publica.' (Scipio) 'post eum Numae Pompili nepos ex filia rex a populo est Ancus Marcius constitutus, itemque de imperio suo legem curiatam tulit. Qui cum Latinos bello devicisset, adscivit eos in civitatem, atque idem Aventinum et Caelium montem adiunxit urbi, quosque agros ceperat divisit, et silvas maritimas omnis publicavit quas ceperat, et ad ostium Tiberis urbem condidit colonisque firmavit. Atque ita cum tres et viginti regnavisset annos, est mortuus.' Tum Laelius: 'laudandus etiam iste rex; sed obscura est historia Romana, siquidem istius regis matrem habemus, ignoramus patrem.' (Scipio) 'Ita est' inquit; 'sed temporum illorum tantum fere regum inlustrata sunt nomina.

[34] Sed hoc loco primum videtur insitiva quadam disciplina doctior facta esse civitas. Influxit enim non tenuis quidam e Graecia rivulus in hanc urbem, sed abundantissimus amnis illarum disciplinarum et artium. Fuisse enim quendam ferunt Demaratum Corinthium, et honore et auctoritate et fortunis facile civitatis suae principem; qui cum Corinthiorum tyrannum Cypselum ferre non potuisset, fugisse cum magna pecunia dicitur ac se contulisse Tarquinios, in urbem Etruriae florentissimam. Cumque audiret dominationem Cypseli

confirmari, defugit patriam vir liber ac fortis, et adscitus est civis a Tarquiniensibus atque in ea civitate domicilium et sedes collocavit. Ubi cum de matre familias Tarquiniensi duo filios procreavisset, omnibus eos artibus ad Graecorum disciplinam eru[***].

[35] (Scipio) facile in civitatem receptus esset, propter humanitatem atque doctrinam Anco regi familiaris est factus usque eo ut consiliorum omnium particeps et socius paene regni putaretur. erat in eo praeterea summa comitas, summa in omnis civis opis, auxilii, defensionis, largiendi etiam benignitas. Itaque mortuo Marcio cunctis populi suffragiis rex est creatus L. Tarquinius; sic enim suum nomen ex Graeco nomine inflexerat, ut in omni genere huius populi consuetudinem videretur imitatus. Isque ut de suo imperio legem tulit, principio duplicavit illum pristinum patrum numerum, et antiquos patres maiorum gentium appellavit, quos priores sententiam rogabat, a se adscitos minorum. **[36]** Deinde equitatum ad hunc morem constituit qui usque adhuc est retentus, nec potuit Titiensium et Rhamnensium et Lucerum mutare cum cuperet nomina, quod auctor ei summa augur gloria Attus Navius non erat. Atque etiam Corinthios video publicis equis adsignandis et alendis orborum et viduarum tributis fuisse quondam diligentis. Sed tamen prioribus equitum partibus secundis additis MDCCC fecit equites numerumque duplicavit. Postea bello subegit Aequorum magnam gentem et ferocem et rebus populi Romani imminentem, idemque Sabinos cum a moenibus urbis reppulisset, equitatu fudit belloque devicit, atque eundem primum ludos maximos, qui Romani dicti sunt, fecisse accepimus, aedemque in Capitolio Iovi optimo maximo bello Sabino in ipsa pugna vovisse faciendam, mortuumque esse cum duodequadraginta regnavisset annos.'

[37] Tum Laelius: 'nunc fit illud Catonis certius, nec temporis unius nec hominis esse constitutionem <nostrae> rei publicae; perspicuum est enim, quanta in singulos reges rerum bonarum et utilium fiat accessio. Sed sequitur is qui mihi videtur ex omnibus in re publica vidisse plurimum.' 'Ita est' inquit Scipio. 'Nam post eum Servius Tullius primus iniussu populi regnavisse traditur, quem ferunt ex serva Tarquiniensi natum, cum esset ex quodam regis cliente conceptus. Qui cum famulorum <in> numero educatus ad epulas regis adsisteret, non latuit scintilla ingenii quae iam tum elucebat in puero; sic erat in omni vel officio vel sermone sollers. Itaque Tarquinius, qui admodum parvos tum haberet liberos, sic Servium diligebat, ut is eius vulgo haberetur filius, atque eum summo studio omnibus iis artibus quas ipse didicerat ad exquisitissimam consuetudinem Graecorum erudiit. **[38]** sed cum Tarquinius insidiis Anci filiorum interisset, Serviusque ut ante dixi regnare coepisset, non iussu sed voluntate atque concessu civium, quod cum Tarquinius ex vulnere aeger fuisse et vivere falso diceretur, ille regio ornatu ius dixisset obaeratosque pecunia sua liberavisset, multaque comitate usus iussu Tarquinii se ius dicere probavisset, non commisit se patribus, sed Tarquinio sepulto populum de se ipse consuluit, iussusque regnare legem de imperio suo curiatam tulit. Et primum Etruscorum iniurias bello est ultus; ex quo cum ma[***].

[***]

[39] (Scipio) duodeviginti censu maximo. Deinde equitum magno numero ex omni populi summa separato, relicuum populum distribuit in quinque classis, senioresque a iunioribus divisit, easque ita disparavit ut suffragia non in multitudinis sed in locupletium potestate essent, curavitque, quod semper in re publica tenendum est, ne plurimum valeant plurimi. Quae discriptio si esset ignota vobis, explicaretur a me; nunc rationem videtis esse talem, ut equitum centuriae cum sex suffragiis et prima classis, addita centuria quae ad summum usum urbis fabris tignariis est data, LXXXVIIII centurias habeat; quibus e centum quattuor centuriis − tot enim reliquae sunt − octo solae si accesserunt, confecta est vis populi universa,

reliquaque multo maior multitudo sex et nonaginta centuriarum neque excluderetur suffragiis, ne superbum esset, nec valeret nimis, ne esset periculosum. **[40]** In quo etiam verbis ac nominibus ipsis fuit diligens; qui cum locupletis assiduos appellasset ab asse dando, eos qui aut non plus mille quingentos aeris aut omnino nihil in suum censum praeter caput attulissent, proletarios nominavit, ut ex iis quasi proles, id est quasi progenies civitatis, expectari videretur. Illarum autem sex et nonaginta centuriarum in una centuria tum quidem plures censebantur quam paene in prima classe tota. Ita nec prohibebatur quisquam iure suffragii, et is valebat in suffragio plurimum, cuius plurimum intererat esse in optimo statu civitatem. Quin etiam accensis velatis cornicinibus proletariis [***].

[41] Statuo esse optume constitutam rem publicam, quae ex tribus generibus illis, regali et optumati et populari, confusa modice nec puniendo inritet animum inmanem ac ferum.

[42] (Scipio) sexaginta annis antiquior, quod erat XXXVIIII ante primam olympiadem condita. Et antiquissimus ille Lycurgus eadem vidit fere. Itaque ista aequabilitas atque hoc triplex rerum publicarum genus videtur mihi commune nobis cum illis populis fuisse. Sed quod proprium sit in nostra re publica, quo nihil possit esse praeclarius, id persequar si potero subtilius; quod erit eius modi, nihil ut tale ulla in re publica reperiatur. Haec enim quae adhuc eui ita mixta fuerunt et in hac civitate et in Lacedaemoniorum et in Karthaginiensium, ut temperata nullo fuerint modo. **[43]** Nam in qua re publica est unus aliquis perpetua potestate, praesertim regia, quamvis in ea sit et senatus, ut tum fuit Romae cum erant reges, ut Spartae Lycurgi legibus, et ut sit aliquod etiam populi ius, ut fuit apud nostros reges, tamen illud excellit regium nomen, neque potest eius modi res publica non regnum et esse et vocari. Ea autem forma civitatis mutabilis maxime est hanc ob causam. Quod unius vitio praecipitata in perniciosissimam partem facillime decidit. Nam ipsum regale genus civitatis non modo non est reprehendendum, sed haud scio an reliquis simplicibus longe anteponendum, si ullum probarem simplex rei publicae genus, sed ita quoad statum suum retineat. Is est autem status, ut unius perpetua potestate et iustitia uniusque sapientia regatur salus et aequabilitas et otium civium. desunt omnina ei populo multa qui sub rege est, in primisque libertas, quae non in eo est ut iusto utamur domino, sed ut nul[lo***].

[44] (Scipio) ferebant. Etenim illi iniusto domino atque acerbo aliquamdiu in rebus gerundis prospere fortuna comitata est.nam et omne Latium bello devicit, et Suessam Pometiam urbem opulentam refertamque cepit, et maxima auri argentique praeda locupletatus votum patris Capitolii aedificatione persolvit, et colonias deduxit, et institutis eorum a quibus ortus erat dona magnifica quasi libamenta praedarum Delphos ad Apollinem misit.

[45] Hic ille iam vertetur orbis, cuius naturalem motum atque circuitum a primo discite adgnoscere. Id enim est caput civilis prudentiae, in qua omnis haec nostra versatur oratio, videre itinera flexusque rerum publicarum, ut cum sciatis quo quaeque res inclinet, retinere aut ante possitis occurrere. Nam rex ille de quo loquor, primum optimi regis caede maculatus integra so mente non erat, et cum metueret ipse poenam sceleris sui summam, metui se volebat; deinde victoriis divitiisque subnixus exultabat insolentia, neque suos mores regere poterat neque suorum libidines. **[46]** Itaque cum maior eius filius Lucretiae Tricipitini filiae Conlatini uxori vim attulisset, mulierque pudens et nobilis ob illam iniuriam sese ipsa morte multavisset, tum vir ingenio et virtute praestans L. Brutus depulit a civibus suis iniustum illud durae servitutis iugum. Qui cum privatus esset, totam rem publicam sustinuit, primusque in hac civitate docuit in conservanda civium libertate esse privatum neminem. Quo auctore et principe concitata civitas et hac recenti querella Lucretiae patris ac propinquorum, et

recordatione superbiae Tarquinii multarumque iniuriarum et ipsius et filiorum, exulem et regem ipsum et liberos eius et gentem Tarquiniorum esse iussit.

[47] Videtisne igitur ut de rege dominus extiterit, uniusque vitio genus rei publicae ex bono in deterrimum conversum sit? Hic est enim dominus populi quem Graeci tyrannum vocant; nam regem illum volunt esse, qui consulit ut parens populo, conservatque eos quibus est praepositus quam optima in condicione vivendi, sane bonum ut dixi rei publicae genus. Sed tamen inclinatum et quasi pronum ad perniciosissimum statum. **[48]** Simul atque enim se inflexit hic rex in dominatum iniustiorem, fit continuo tyrannus, quo neque taetrius neque foedius nec dis hominibusque invisius animal ullum cogitari potest; qui quamquam figura est hominis, morum tamen inmanitate vastissimas vincit beluas. Quis enim hunc hominem rite dixerit, qui sibi cum suis civibus, qui denique cum omni hominum genere nullam iuris communionem, nullam humanitatis societatem velit? Sed erit hoc de genere nobis alius aptior dicendi locus, cum res ipsa admonuerit ut in eos dicamus qui etiam liberata iam civitate dominationes adpetiverunt.

[49] Habetis igitur primum ortum tyranni; nam hoc nomen Graeci regis iniusti esse voluerunt; nostri quidem omnes reges vocitaverunt qui soli in populos perpetuam potestatem haberent. Itaque et Spurius Cassius et M. Manlius et Spurius Maelius regnum occupare voluisse dicti sunt, et modo [***].

[50] (Scipio) <La>cedaemone appellavit, nimis is quidem paucos, XXVIII, quos penes summam consilii voluit esse, cum imperii summam rex teneret; ex quo nostri idem illud secuti atque interpretati, quos senes ille appellavit, nominaverunt senatum, ut iam Romulum patribus lectis fecisse diximus; tamen excellit atque eminet vis potestas nomenque regium. Inperti etiam populo potestatis aliquid, ut et Lycurgus et Romulus: non satiaris eum libertate, sed incenderis cupiditate libertatis, cum tantum modo potestatem gustandi feceris; ille quidem semper inpendebit timor, ne rex, quod plerumque evenit, exsistat iniustus. Est igitur fragilis ea fortuna populi, quae posita est in unius ut dixi antea voluntate vel moribus.

[51] Quare prima sit haec forma et species et origo tyranni inventa nobis in ea re publica quam auspicato Romulus condiderit, non in illa quam ut perscripsit Plato sibi ipse Socrates perpolito illo in sermone depinxerit, ut, quem ad modum Tarquinius, non novam potestatem nactus, sed quam habebat usus iniuste, totum genus hoc regiae civitatis everterit; sit huic oppositus alter, bonus et sapiens et peritus utilitatis dignitatisque civilis, quasi tutor et procurator rei publicae; sic enim appelletur quicumque erit rector et gubernator civitatis. Quem virum facite ut agnoscatis; iste est enim qui consilio et opera civitatem tueri potest. Quod quoniam nomen minus est adhuc tritum sermone nostro, saepiusque genus eius hominis erit in reliqua nobis oratione trac [tandum***].

[52] (Scipio) <cau>sas requisivit, civitatemque optandam magis quam sperandam, quam minimam potuit, non quae posset esse, sed in qua ratio rerum civilium perspici posset, effecit. Ego autem, si modo consequi potuero, rationibus eisdem quas ille vidit non in umbra et imagine civitatis sed in amplissima re publica enitar, ut cuiusque et boni publici et mali causam tamquam virgula videar attingere. Iis enim regiis quadraginta annis et ducentis paulo cum interregnis fere amplius praeteritis, pulsoque Tarquinio, tantum odium populum Romanum regalis nominis tenuit, quantum tenuerat post obitum vel potius excessum Romuli desiderium. Itaque ut tum carere rege, sic pulso Tarquinio nomen regis audire non poterat. Hic facultatem cum [***].

[53] (Scipio) lex illa tota sublata est. hac mente tum nostri maiores et Conlatinum innocentem suspicione cognationis expulerunt, et reliquos Tarquinios offensione nominis, eademque mente P. Valerius et fasces primus demitti iussit, cum dicere in contione coepisset, et aedis suas detulit sub Veliam, posteaquam, quod in excelsiore loco Veliae coepisset aedificare eo ipso ubi ac rex Tullus habitaverat, suspicionem populi sensit moveri; idemque, in quo fuit Publicola maxime, legem ad populum tulit eam quae centuriatis comitiis prima lata est, ne quis magistratus civem Romanum adversus provocationem necaret neve verberaret. **[54]** provocationem autem etiam a regibus fuisse declarant pontificii libri, significant nostri etiam augurales, itemque ab omni iudicio poenaque provocari licere indicant XII tabulae conpluribus legibus, et quod proditum memoriae est, X viros qui leges scripserint sine provocatione creatos, satis ostendit reliquos sine provocatione magistratus non fuisse, Lucique Valeri Potiti et M. Horati Barbati, hominum concordiae causa sapienter popularium, consularis lex sanxit ne qui magistratus sine provocatione crearetur, neque vero leges Porciae, quae tres sunt trium Porciorum ut scitis, quicquam praeter sanctionem attulerunt novi. Itaque Publicola lege illa de provocatione perlata statim securis de fascibus demi iussit, postridieque sibi collegam Sp. Lucretium subrogavit, suosque ad eum quod erat maior natu lictores transire iussit, instituitque primus ut singulis consulibus alternis mensibus lictores praeirent, ne plura insignia essent inperii in libero populo quam in regno fuissent. Haud mediocris hic ut ego quidem intellego vir fuit, qui modica libertate populo data facilius genuit auctoritatem principum. Neque ego haec nunc sine causa tam vetera vobis et tam obsoleta decanto, sed inlustribus in personis temporibusque exempla hominum rerumque definio, ad quae reliqua oratio dirigatur mea.

[***]

[56] Genuit igitur hoc in statu senatus rem publicam temporibus illis, ut in populo libero pauca per populum, pleraque senatus auctoritate et instituto ac more gererentur, atque uti consules potestatem haberent tempore dumtaxat annuam, genere ipso ac iure regiam, quodque erat ad obtinendam potentiam nobilium vel maximum, vehementer id retinebatur, populi comitia ne essent rata nisi ea patrum adprobavisset auctoritas. atque his ipsis temporibus dictator etiam est institutus decem fere annis post primos consules, T. Larcius, novumque id genus imperii visum est et proximum similitudini regiae. sed tamen omnia summa cum auctoritate a principibus cedente populo tenebantur, magnaeque res temporibus illis a fortissimis viris summo imperio praeditis, dictatoribus atque consulibus, belli gerebantur.

[57] Sed id quod fieri natura rerum ipsa cogebat, ut plusculum sibi iuris populus adscisceret liberatus a regibus, non longo intervallo, sexto decimo fere anno, Postumo Cominio Sp. Cassio consulibus consecutus est; in quo defuit fortasse ratio, sed tamen vincit ipsa rerum publicarum natura saepe rationem. Id enim tenetote quod initio dixi, nisi aequabilis haec in civitate conpensatio sit et iuris et officii et muneris, ut et potestatis satis in magistratibus et auctoritatis in principum consilio et libertatis in populo sit, non posse hunc incommutabilem rei publicae conservari statum. **[58]** Nam cum esset ex aere alieno commota civitas, plebs montem sacrum prius, deinde Aventinum occupavit. Ac ne Lycurgi quidem disciplina genuit illos in hominibus Graecis frenos; nam etiam Spartae regnante Theopompo sunt item quinque illi quos ephoros appellant, in Creta autem decem, qui cosmoe vocantur, ut contra consulare imperium tribuni plebis, sic illi contra vim regiam constituti.

[59] Fuerat fortasse aliqua ratio maioribus nostris in illo aere alieno medendi, quae neque Solonem Atheniensem non longis temporibus ante fugerat, neque post aliquanto nostrum senatum, cum sunt propter unius libidinem omnia nexa civium liberata nectierque postea

desitum, semperque huic oneri, cum plebes publica calamitate inpendiis debilitata deficeret, salutis omnium causa aliqua sublevatio et medicina quaesita est. Quo tum consilio praetermisso causa populo nata est, duobus tribunis plebis per seditionem creatis, ut potentia senatus atque auctoritas minueretur; quae tamen gravis et magna remanebat, sapientissimis et fortissimis et armis et consilio civitatem tuentibus, quorum auctoritas maxime florebat, quod cum honore longe antecellerent ceteris, voluptatibus erant inferiores nec pecuniis ferme superiores; eoque erat cuiusque gratior in re publica virtus, quod in rebus privatis diligentissime singulos cives opera consilio re tuebantur.

[60] Quo in statu rei publicae Sp. Cassium de occupando regno molientem, summa apud populum gratia florentem, quaestor accusavit, eumque ut audistis cum pater in ea culpa esse conperisse se dixisset, cedente populo morte mactavit. Gratamque etiam illam legem quarto circiter et quinquagesimo anno post primos consules de multa et sacramento Sp. Tarpeius et A. Aternius consules comitiis centuriatis tulerunt. Annis postea XX ex eo quod L. Papirius P. Pinarius censores multis dicendis vim armentorum a privatis in publicum averterant, levis aestumatio pecudum in multa lege C. Iuli P. Papiri consulum constituta est.

[61] Sed aliquot ante annis, cum summa esset auctoritas in senatu populo patiente atque parente, inita ratio est ut et consules et tribuni plebis magistratu se abdicarent, atque ut X viri maxima potestate sine provocatione crearentur, qui et summum imperium haberent et leges scriberent. Qui cum X tabulas legum summa aequitate prudentiaque conscripsissent, in annum posterum decemviros alios subrogaverunt, quorum non similiter fides nec iustitia laudata. Quo tamen e collegio laus est illa eximia C. Iuli, qui hominem nobilem L. Sestium, cuius in cubiculo ecfossum esse se praesente corpus mortuum diceret, cum ipse potestatem summam haberet quod decemvirum unus sine provocatione esset, vades tamen poposcit, quod se legem illam praeclaram neglecturum negaret, quae de capite civis Romani nisi comitiis centuriatis statui vetaret.

[62] Tertius est annus decemviralis consecutus, cum idem essent nec alios subrogare voluissent. In hoc statu rei publicae, quem dixi iam saepe non posse esse diuturnum, quod non esset in omnis ordines civitatis aequabilis, erat penes principes tota res publica, praepositis X viris nobilissimis, non oppositis tribunis plebis, nullis aliis adiunctis magistratibus, non provocatione ad populum contra necem et verbera relicta. **[63]** Ergo horum ex iniustitia subito exorta est maxima perturbatio et totius commutatio rei publicae; qui duabus tabulis iniquarum legum additis, quibus etiam quae diiunctis populis tribui solent conubia, haec illi ut ne plebei cum patribus essent, inhumanissima lege sanxerunt, quae postea plebiscito Canuleio abrogata est, libidinose[que] omni imperio et acerbe et avare populo praefuerunt. Nota scilicet illa res et celebrata monumentis plurimis litterarum, cum Decimus quidam Verginius virginem filiam propter unius ex illis X viris intemperiem in foro sua manu interemisset, ac maerens ad exercitum qui tum erat in Algido confugisset, milites bellum illud quod erat in manibus reliquisse, et primum montem sacrum, sicut erat in simili causa antea factum, deinde Aventinum ar[***].

[***]

(Scipio) [maio]res nostros et probavisse maxime et retinuisse sapientissime iudico.'

[64] Cum ea Scipio dixisset silentioque omnium reliqua eius expectaretur oratio, tum Tubero: 'quoniam nihil ex te Africane hi maiores natu requirunt, ex me audies quid in oratione tua desiderem.' 'Sane' inquit SCIPIO, 'et libenter quidem.' Tum ille (Tubero): 'laudavisse mihi videris nostram rem publicam, cum ex te non de nostra sed de omni re publica quaesisset Laelius.nec tamen didici ex oratione tua, istam ipsam rem publicam quam laudas qua disciplina quibus moribus aut legibus constituere vel conservare possimus.'

[65] Hic Africanus: 'puto nobis mox de instituendis et conservandis civitatibus aptiorem Tubero fore disserundi locum; de optimo autem statu equidem arbitrabar me satis respondisse ad id quod quaesierat Laelius. Primum enim numero definieram genera civitatum tria probabilia, perniciosa autem tribus illis totidem contraria, nullumque ex eis unum esse optimum, sed id praestare singulis quod e tribus primis esset modice temperatum. **[66]** Quod autem exemplo nostrae civitatis usus sum, non ad definiendum optimum statum valuit − nam id fieri potuit sine exemplo −, sed ut <in> civitate maxima reapse cerneretur, quale esset id quod ratio oratioque describeret. Sin autem sine ullius populi exemplo genus ipsum exquiris optimi status, naturae imagine utendum est nobis, quoniam tu hanc imaginem urbis et populi ni[***].

[***]

[67] (Scipio) '<quem> iandudum quaero et ad quem cupio pervenire.' (Laelius) 'Prudentem fortasse quaeris?' Tum ille (Scipio): 'istum ipsum' (Laelius) 'Est tibi ex eis ipsis qui adsunt bella copia, velut a te ipso ordiare.' Tum Scipio: 'atque utinam ex omni senatu pro rata parte esset! Sed tamen est ille prudens, qui, ut saepe in Africa vidimus, immani et vastae insidens beluae, coercet et regit [beluam] quocumque volt et levi admonitu aut tactu inflectit illam feram.' (Laelius) 'Novi et tibi cum essem legatus saepe vidi.' (Scipio) 'Ergo ille Indus aut Poenus unam coercet beluam, et eam docilem et humanis moribus adsuetam; at vero ea quae latet in animis hominum quaeque pars animi mens vocatur, non unam aut facilem ad subigendum frenat et domat <beluam>, si quando id efficit, quod perraro potest. Namque et illa tenenda est ferox [***].

[***]

[69] dici possit'. Tum Laelius: 'video iam, illum quem expectabam virum cui praeficias officio et muneri.'

'huic scilicet' Africanus 'uni paene − nam in hoc fere uno sunt cetera −, ut numquam a se ipso instituendo contemplandoque discedat, ut ad imitationem sui vocet alios, ut sese splendore animi et vitae suae sicut speculum praebeat civibus. Ut enim in fidibus aut tibiis atque ut in cantu ipso ac vocibus concentus est quidam tenendus ex distinctis sonis, quem inmutatum aut discrepantem aures eruditae ferre non possunt, isque concentus ex dissimillimarum vocum moderatione concors tamen efficitur et congruens, sic ex summis et infimis et mediis interiectis ordinibus ut sonis moderata ratione civitas con[***].

[***]

[70] (Philus) 'plenam esse iustitiae.' tum Scipio: 'adsentior vero renuntioque vobis, nihil esse quod adhuc de re publica dictum putemus, aut quo possimus longius progredi, nisi erit confirmatum, non modo falsum illud esse, sine iniuria non posse, sed hoc verissimum esse, sine summa iustitia rem publicam geri nullo modo posse. Sed, si placet, in hunc diem hactenus; reliqua − satis enim multa restant − differamus in crastinum.'

Cum ita placuisset, finis disputandi in eum diem factus est.

ANEXO 3

M. TVLLI CICERONIS DE RE PVBLICA LIBER QVARTVS

[2] Scipio: 'gratiam, quam commode ordines discripti aetates classes equitatus, in quo suffragia sunt etiam senatus, nimis multis iam stulte hanc utilitatem tolli cupientibus, qui novam largitionem quaerunt aliquo plebiscito reddendorum equorum.

[3] Considerate nunc, cetera quam sint provisa sapienter ad illam civium beate et honeste vivendi societatem; ea est enim prima causa coeundi, et id hominibus effici ex re publica debet partim institutis, alia legibus. Principio disciplinam puerilem ingenuis, de qua Graeci multum frustra laborarunt, et in qua una Polybius noster hospes nostrorum institutorum neglegentiam accusat, nullam certam aut destinatam legibus aut publice eitam aut unam omnium esse voluerunt. Nam'

[***]

[4] Scipio: 'ri nudari puberem. Ita sunt alte repetita quasi fundamenta quaedam verecundiae. Iuventutis vero exercitatio quam absurda in gymnasiis! Quam levis epheborum illa militia! Quam contrectationes et amores soluti et liberi! Mitto [aput] Eleos et Thebanos, apud quos in amore ingenuorum libido etiam permissam habet et solutam licentiam: Lacedaemonii ipsi, cum omnia concedunt in amore iuvenum praeter stuprum, tenui sane muro dissaepiunt id quod excipiunt; conplexus enim concubitusque permittunt palliis interiectis.' Hic Laelius: 'praeclare intellego Scipio te in iis Graeciae disciplinis quas reprendis cum populis nobilissimis malle quam cum tuo Platone luctari, quem ne attingis quidem, praesertim cum[***]

[***]

ANEXO 4

C. SALLVSTI CRISPI DE CONIVRATIONE CATILINAE

[VI, 1] Urbem Romam, sicuti ego accepi, condidere atque habuere initio Troiani, qui Aenea duce profugi sedibus incertis vagabantur, cumque iis Aborigines, genus hominum agreste, sine legibus, sine imperio, liberum atque solutum. [**2]** Hi postquam in una moenia convenere, dispari genere, dissimili lingua, alii alio more viventes, incredibile memoratu est quam facile coaluerint; ita brevi multitudo dispersa atque vaga concordia civitas facta erat. [**3]** Sed postquam res eorum civibus, moribus, agris aucta, satis prospera satisque pollens videbatur, sicuti pleraque mortalium habentur, invidia ex opulentia orta est. [**4]** Igitur reges populique finitumi bello temptare, pauci ex amicis auxilio esse; nam ceteri metu perculsi a periculis aberant. [**5]** At Romani domi militiaeque intenti festinare, parare, alius alium hortari, hostibus obviam ire, libertatem, patriam, parentisque armis tegere. Post, ubi pericula virtute propulerant, sociis atque amicis auxilia portabant, magisque dandis quam accipiundis beneficiis amicitias parabant. [**6]** Imperium legitumum, nomen imperi regium habebant. Delecti, quibus corpus annis infirmum, ingenium sapientia validum erat, rei publicae consultabant; ii vel aetate vel curae similitudine patres appellabantur. [**7]** Post, ubi regium imperium, quod initio conservandae libertatis atque augendae rei publicae fuerat, in superbiam dominationemque se convortit, immutato more annua imperia binosque imperatores sibi fecere; eo modo minume posse putabant per licentiam insolescere animum humanum.

[VII, 1] Sed ea tempestate coepere se quisque magis extollere magisque ingenium in promptu habere. [**2]** Nam regibus boni quam mali suspectiores sunt, semperque iis aliena virtus formidulosa est. [**3]** Sed civitas incredibile memoratu est, adepta libertate, quantum brevi creverit; tanta cupido gloriae incesserat. [**4]** Iam primum iuventus, simul ac belli patiens erat, in castris per laborem usum militiae discebat magisque in decoris armis et militaribus equis quam in scortis atque conviviis lubidinem habebant. [**5]** Igitur talibus viris non labor insolitus, non locus ullus asper aut arduus erat, non armatus hostis formidulosus; virtus omnia domuerat. [**6]** Sed gloriae maxumum certamen inter ipsos erat: se quisque hostem ferire, murum adscendere, conspici, dum tale facinus faceret, properabat; eas divitias, eam bonam famam magnamque nobilitatem putabant. Laudis avidi, pecuniae liberales erant; gloriam ingentem, divitias honestas volebant. [**7]** Memorare possem, quibus in locis maxumas hostium copias populus Romanus parva manu fuderit, quas urbis natura munitas pugnando ceperit, ni ea res longius nos ab incepto traheret.

[VIII, 1] Sed profecto fortuna in omni re dominatur; ea res cunctas ex lubidine magis quam ex vero celebrat obscuratque. [**2]** Atheniensium res gestae, sicuti ego aestumo, satis amplae magnificaeque fuere, verum aliquanto minores tamen quam fama feruntur. [**3]** Sed quia provenere ibi scriptorum magna ingenia, per terrarum orbem Atheniensium facta pro maxumis celebrantur. [**4]** Ita eorum, qui fecere, virtus tanta habetur, quantum eam verbis potuere extollere praeclara ingenia. [**5]** At populo Romano numquam ea copia fuit, quia prudentissumus quisque maxume negotiosus erat; ingenium nemo sine corpore exercebat, optumus quisque facere quam dicere, sua ab aliis bene facta laudari quam ipse aliorum narrare malebat.

[IX, 1] Igitur domi militiaeque boni mores colebantur; concordia maxuma, minuma avaritia erat; ius bonumque apud eos non legibus magis quam natura valebat. [**2]** Iurgia, discordias,

simultates cum hostibus exercebant, cives cum civibus de virtute certabant; in suppliciis deorum magnifici, domi parci, in amicos fideles erant. [**3]** Duabus his artibus, audacia in bello, ubi pax evenerat, aequitate, seque remque publicam curabant. [**4]** Quarum rerum ego maxuma documenta haec habeo: quod in bello saepius vindicatum est in eos, qui contra imperium in hostem pugnaverant quique tardius revocati proelio excesserant, quam qui signa relinquere aut pulsi loco cedere ausi erant; [**5]** in pace vero, quod beneficiis magis quam metu imperium agitabant, et, accepta iniuria, ignoscere quam persequi malebant.

[X, 1] Sed ubi labore atque iustitia res publica crevit, reges magni bello domiti, nationes ferae et populi ingentes vi subacti, Carthago, aemula imperi Romani, ab stirpe interiit, cuncta maria terraeque patebant, saevire fortuna ac miscere omnia coepit. [**2]** Qui labores, pericula, dubias atque asperas res facile toleraverant, iis otium, divitiae, optanda alias, oneri miseriaeqne fuere. [**3]** Igitur primo imperi, deinde pecuniae cupido crevit; ea quasi materies omnium malorum fuere. [**4]** Namque avaritia fidem, probitatem, ceterasque artis bonas subvortit; pro his superbiam, crudelitatem, deos neglegere, omnia venalia habere edocuit. [**5]** Ambitio multos mortalis falsos fieri subegit, aliud clausum in pectore, aliud in lingua promptum habere, amicitias inimicitiasque non ex re sed ex commodo aestumare, magisque voltum quam ingenium bonum habere. [**6]** Haec primo paulatim crescere, interdum vindicari; post, ubi contagio quasi pestilentia invasit, civitas immutata, imperium ex iustissumo atque optumo crudele intolerandumque factum.

[XI, 1] Sed primo magis ambitio quam avaritia animos hominum exercebat, quod tamen vitium propius virtutem erat. [**2]** Nam gloriam, honorem, imperium bonus et ignavos aeque sibi exoptant; sed ille vera via nititur, huic quia bonae artes desunt, dolis atque fallaciis contendit. [**3]** Avaritia pecuniae studium habet, quam nemo sapiens concupivit; ea quasi venenis malis imbuta corpus animumque virilem effeminat, semper infinita, insatiabilis est, neque copia neque inopia minuitur. [**4]** Sed postquam L. Sulla, armis recepta re publica, bonis initiis malos eventus habuit, rapere omnes, trahere, domum alius, alius agros cupere, neque modum neque modestiam victores habere, foeda crudeliaque in civis facinora facere. [**5]** Huc accedebat quod L. Sulla exercitum, quem in Asia ductaverat, quo sibi fidum faceret, contra morem maiorum luxuriose nimisque liberaliter habuerat. Loca amoena, voluptaria facile in otio ferocis militum animos molliverant. [**6]** Ibi primum insuevit exercitus populi Romani amare, potare, signa, tabulas pictas, vasa caelata mirari, ea privatim et publice rapere, delubra spoliare, sacra profanaque omnia polluere. [**7]** Igitur ii milites, postquam victoriam adepti sunt, nihil reliqui victis fecere. Quippe secundae res sapientium animos fatigant; ne illi corruptis moribus victoriae temperarent.

ANEXO 5

C. SALLVSTI CRISPI DE BELLO IVGVRTHINO

[...]

[IV] Ceterum ex aliis negotiis, quae ingenio exercentur, **in primis magno usui est memoria rerum gestarum**. Cuius de virtute quia multi dixere, praetereundum puto, simul ne per insolentiam quis existimet memet studium meum laudando extollere. Atque ego credo fore qui, quia decrevi procul a **re publica** aetatem agere, tanto tamque **utili labori** meo nomen **inertiae** imponant, certe quibus maxima industria videtur salutare plebem et conviviis gratiam quaerere. Qui si reputaverint, et quibus ego temporibus magistratus adeptus sum [et] quales viri idem assequi nequiverint et postea quae genera hominum in senatum pervenerint, profecto existimabunt me magis merito quam ignavia iudicium animi mei mutavisse maiusque commodum ex **otio** meo quam ex aliorum **negotiis** rei publicae venturum.

Nam saepe ego audivi Q. Maximum, P. Scipionem, praeterea civitatis nostrae praeclaros viros solitos ita dicere, cum **maiorum imagines** intuerentur, vehementissime sibi animum ad virtutem accendi. Scilicet non ceram illam neque figuram tantam vim in sese habere, sed memoria rerum gestarum eam flammam egregiis viris in pectore crescere neque prius sedari, quam virtus eorum **famam** atque **gloriam** adaequaverit. At contra quis est omnium his moribus, quin divitiis et sumptibus, non **probitate** neque **industria** cum **maioribus** suis contendat? Etiam **homines novi**, qui antea per virtutem soliti erant **nobilitatem** antevenire, furtim et per latrocinia potius quam bonis artibus ad imperia et honores nituntur; proinde quasi praetura et consulatus atque alia omnia huiusce modi per se ipsa clara et magnifica sint ac non perinde habeantur, ut eorum qui ea sustinent virtus est.

Verum ego liberius altiusque processi, dum me civitatis morum piget taedetque. Nunc ad inceptum redeo.

[V] Bellum scripturus sum, quod populus Romanus cum Iugurtha rege Numidarum gessit, primum quia magnum et atrox variaque victoria fuit, dein quia tunc primum superbiae nobilitatis obviam itum est; quae contentio divina et humana cuncta permiscuit eoque vecordiae processit, ut studiis civilibus bellum atque vastitas Italiae finem faceret. Sed prius quam huiusce modi rei initium expedio, pauca supra repetam, quo ad cognoscendum omnia illustria magis magisque in aperto sint. Bello Punico secundo, quo dux Carthaginiensium Hannibal post magnitudinem nominis Romani Italiae opes maxime attriverat, Masinissa rex Numidarum in amicitiam receptus a P. Scipione, cui postea Africano cognomen ex virtute fuit, multa et praeclara rei militaris facinora fecerat. Ob quae victis Carthaginiensibus et capto Syphace, cuius in Africa magnum atque late imperium valuit, populus Romanus, quascumque urbis et agros manu ceperat, regi dono dedit. Igitur amicitia Masinissae bona atque honesta nobis permansit. Sed imperi vitaeque eius finis idem fuit. Dein Micipsa filius regnum solus obtinuit Mastanabale et Gulussa fratribus morbo absumptis. Is Adherbalem et Hiempsalem ex sese genuit Iugurthamque filium Mastanabalis fratris, quem Masinissa, quod ortus ex concubina erat, privatum dereliquerat, eodem cultu quo liberos suos domi habuit.

[VI] Qui ubi primum adolevit, pollens viribus, decora facie, sed multo maxime ingenio validus, non se luxu neque inertiae corrumpendum dedit, sed, uti mos gentis illius est, equitare, iaculari; cursu cum aequalibus certare et, cum omnis gloria anteiret, omnibus tamen carus esse; ad hoc pleraque tempora in venando agere, leonem atque alias feras primus aut in

primis ferire: plurimum facere, [et] minimum ipse de se loqui. Quibus rebus Micipsa tametsi initio laetus fuerat, existimans virtutem Iugurthae regno suo gloriae fore, tamen, postquam hominem adulescentem exacta sua aetate et parvis liberis magis magisque crescere intellegit, vehementer eo negotio permotus multa cum animo suo volvebat. Terrebat eum natura mortalium avida imperi et praeceps ad explendam animi cupidinem, praeterea opportunitas suae liberorumque aetatis, quae etiam mediocris viros spe praedae transversos agit, ad hoc studia Numidarum in Iugurtham accensa, ex quibus, si talem virum dolis interfecisset, ne qua seditio aut bellum oriretur, anxius erat.

[VII] His difficultatibus circumventus ubi videt neque per vim neque insidiis opprimi posse hominem tam acceptum popularibus, quod erat Iugurtha manu promptus et appetens gloriae militaris, statuit eum obiectare periculis et eo modo fortunam temptare. Igitur bello Numantino Micipsa, cum populo Romano equitum atque peditum auxilia mitteret, sperans vel ostentando virtutem vel hostium saevitia facile eum occasurum, praefecit Numidis, quos in Hispaniam mittebat. Sed ea res longe aliter, ac ratus erat, evenit. Nam Iugurtha, ut erat impigro atque acri ingenio, ubi naturam P. Scipionis, qui tum Romanis imperator erat, et morem hostium cognovit, multo labore multaque cura, praeterea modestissime parendo et saepe obviam eundo periculis in tantam claritudinem brevi pervenerat, ut nostris vehementer carus, Numantinis maximo terrori esset. Ac sane, quod difficillimum in primis est, et proelio strenuos erat et bonus consilio, quorum alterum ex providentia timorem, alterum ex audacia temeritatem afferre plerumque solet. Igitur imperator omnis fere res asperas per Iugurtham agere, in amicis habere, magis magisque eum in dies amplecti, quippe cuius neque consilium neque inceptum ullum frustra erat. Hoc accedebat munificentia animi atque ingeni sollertia, quibus rebus sibi multos ex Romanis familiari amicitia coniunxerat.

[VIII] Ea tempestate in exercitu nostro fuere complures novi atque nobiles, quibus divitiae bono honestoque potiores erant, factiosi domi, potentes apud socios, clari magis quam honesti, qui Iugurthae non mediocrem animum pollicitando accendebant, si Micipsa rex occidisset, fore uti solus imperi Numidiae potiretur: in ipso maximam virtutem, Romae omnia venalia esse. Sed postquam Numantia deleta P. Scipio dimittere auxilia et ipse reverti domum decrevit, donatum atque laudatum magnifice pro contione Iugurtham in praetorium abduxit ibique secreto monuit, ut potius publice quam privatim amicitiam populi Romani coleret neu quibus largiri insuesceret: periculose a paucis emi quod multorum esset. Si permanere vellet in suis artibus, ultro illi et gloriam et regnum venturum; sin properantius pergeret, suamet ipsum pecunia praecipitem casurum.

[IX] Sic locutus cum litteris eum, quas Micipsae redderet, dimisit. Earum sententia haec erat: "Iugurthae tui in bello Numantino longe maxima virtus fuit, quam rem tibi certo scio gaudio esse. Nobis ob merita sua carus est; ut idem senatui et populo Romano sit, summa ope nitemur. Tibi quidem pro nostra amicitia gratulor. Habes virum dignum te atque avo suo Masinissa." Igitur rex, ubi ea quae fama acceperat ex litteris imperatoris ita esse cognovit, cum virtute tum gratia viri permotus flexit animum suum et Iugurtham beneficiis vincere aggressus est statimque eum adoptavit et testamento pariter cum filiis heredem instituit. Sed ipse paucos post annos morbo atque aetate confectus cum sibi finem vitae adesse intellegeret, coram amicis et cognatis itemque Adherbale et Hiempsale filiis dicitur huiusce modi verba cum Iugurtha habuisse:

[X] "Parvum ego te, Iugurtha, amisso patre, sine spe, sine opibus in meum regnum accepi, existimans non minus me tibi quam liberis, si genuissem, ob beneficia carum fore. Neque ea res falsum me habuit. Nam, ut alia magna et egregia tua omittam, novissime rediens Numantia meque regnumque meum gloria honoravisti tuaque virtute nobis Romanos ex amicis

amicissimos fecisti. In Hispania nomen familiae renovatum est. Postremo, quod difficillimum inter mortalis est, gloria invidiam vicisti. Nunc, quoniam mihi natura finem vitae facit, per hanc dexteram, per regni fidem moneo obtestorque te, uti hos, qui tibi genere propinqui, beneficio meo fratres sunt, caros habeas neu malis alienos adiungere quam sanguine coniunctos retinere. Non exercitus neque thesauri praesidia regni sunt, verum amici, quos neque armis cogere neque auro parare queas: officio et fide pariuntur. Quis autem amicior quam frater fratri? Aut quem alienum fidum invenies, si tuis hostis fueris? Equidem ego vobis regnum trado firmum, si boni eritis, sin mali, inbecillum. Nam concordia parvae res crescunt, discordia maximae dilabuntur. Ceterum ante hos te, Iugurtha, qui aetate et sapientia prior es, ne aliter quid eveniat, providere decet. Nam in omni certamine qui opulentior est, etiam si accipit iniuriam, tamen, quia plus potest, facere videtur. Vos autem, Adherbal et Hiempsal, colite, observate talem hunc virum, imitamini virtutem et enitimini, ne ego meliores liberos sumpsisse videar quam genuisse."

[XI] Ad ea Iugurtha, tametsi regem ficta locutum intellegebat et ipse longe aliter animo agitabat, tamen pro tempore benigne respondit. Micipsa paucis post diebus moritur. Postquam illi more regio iusta magnifice fecerant, reguli in unum convenerunt, ut inter se de cunctis negotiis disceptarent. Sed Hiempsal, qui minimus ex illis erat, natura ferox et iam antea ignobilitatem Iugurthae, quia materno genere impar erat, despiciens, dextra Adherbalem assedit, ne medius ex tribus, quod apud Numidas honore ducitur, Iugurtha foret. Dein tamen, ut aetati concederet, fatigatus a fratre, vix in partem alteram transductus est. Ibi cum multa de administrando imperio dissererent, Iugurtha inter alias res iacit oportere quinquenni consulta et decreta omnia rescindi, nam per ea tempora confectum annis Micipsam parum animo valuisse. Tum idem Hiempsal placere sibi respondit, nam ipsum illum tribus proximis annis adoptatione in regnum pervenisse. Quod verbum in pectus Iugurthae altius, quam quisquam ratus erat, descendit. Itaque ex eo tempore ira et metu anxius moliri, parare atque ea modo cum animo habere, quibus Hiempsal per dolum caperetur. Quae ubi tardius procedunt neque lenitur animus ferox, statuit quovis modo inceptum perficere.

[...]

[LXXXV] "Scio ego, Quirites, plerosque non isdem artibus imperium a vobis petere et, postquam adepti sunt, gerere: primo industrios supplices modicos esse, dein per ignaviam et superbiam aetatem agere. Sed mihi contra ea videtur: nam quo pluris est universa res publica quam consulatus aut praetura, eo maiore cura illam administrari quam haec peti debere. Neque me fallit, quantum cum maximo vestro beneficio negoti sustineam. Bellum parare simul et aerario parcere, cogere ad militiam eos quos nolis offendere, domi forisque omnia curare et ea agere inter invidos occursantis factiosos opinione, Quirites, asperius est. Ad hoc, alii si deliquere, vetus nobilitas, maiorum fortia facta, cognatorum et affinium opes, multae clientelae, omnia haec praesidio assunt; mihi spes omnes in memet sitae, quas necesse est virtute et innocentia tutari; nam alia infirma sunt.

"Et illud intellego, Quirites, omnium ora in me conversa esse, aequos bonosque favere − quippe mea bene facta rei publicae procedunt −, nobilitatem locum invadendi quaerere. Quo mihi acrius annitendum est, uti neque vos capiamini et illi frustra sint. Ita ad hoc aetatis a pueritia fui, uti omnis labores et pericula consueta habeam. Quae ante vestra beneficia gratuito faciebam, ea uti accepta mercede deseram, non est consilium, Quirites. Illis difficile est in potestatibus temperare, qui per ambitionem sese probos simulavere; mihi, qui omnem aetatem in optimis artibus egi, bene facere iam ex consuetudine in naturam vertit. "Bellum me gerere cum Iugurtha iussistis, quam rem nobilitas aegerrime tulit. Quaeso, reputate cum animis vestris, num id mutare melius sit, si quem ex illo globo nobilitatis ad hoc aut aliud tale

negotium mittatis, hominem veteris prosapiae ac multarum imaginum et nullius stipendi: scilicet ut in tanta re ignarus omnium trepidet, festinet, sumat aliquem ex populo monitorem offici sui. Ita plerumque evenit, ut, quem vos imperare iussistis, is sibi imperatorem alium quaerat. Atque ego scio, Quirites, qui, postquam consules facti sunt, et acta maiorum et Graecorum militaria praecepta legere coeperint: praeposteri homines, nam gerere quam fieri tempore posterius, re atque usu prius est.

"Comparate nunc, Quirites, cum illorum superbia me hominem novum. Quae illi audire aut legere solent, eorum partem vidi, alia egomet gessi; quae illi litteris, ea ego militando didici. Nunc vos existimate, facta an dicta pluris sint. Contemnunt novitatem meam, ego illorum ignaviam; mihi fortuna, illis probra obiectantur. Quamquam ego naturam unam et communem omnium existimo, sed fortissimum quemque generosissimum. Ac si iam ex patribus Albini aut Bestiae quaeri posset, mene an illos ex se gigni maluerint, quid responsuros creditis nisi sese liberos quam optimos voluisse?

"Quod si iure me despiciunt, faciant item maioribus suis, quibus, uti mihi, ex virtute nobilitas coepit. Invident honori meo: ergo invideant labori, innocentiae, periculis etiam meis, quoniam per haec illum cepi. Verum homines corrupti superbia ita aetatem agunt, quasi vestros honores contemnant; ita hos petunt, quasi honeste vixerint. Ne illi falsi sunt, qui diversissimas res pariter expectant, ignaviae voluptatem et praemia virtutis. Atque etiam, cum apud vos aut in senatu verba faciunt, pleraque oratione maiores suos extollunt: eorum fortia facta memorando clariores sese putant. Quod contra est. Nam quanto vita illorum praeclarior, tanto horum socordia flagitiosior. Et profecto ita se res habet: maiorum gloria posteris quasi lumen est, neque bona neque mala eorum in occulto patitur. Huiusce rei ego inopiam fateor, Quirites, verum, id quod multo praeclarius est, meamet facta mihi dicere licet. Nunc videte, quam iniqui sint. Quod ex aliena virtute sibi arrogant, id mihi ex mea non concedunt, scilicet quia imagines non habeo et quia mihi nova **nobilitas** est, quam certe peperisse melius est quam acceptam corrupisse.

"Equidem ego non ignoro, si iam mihi respondere velint, abunde illis facundam et compositam orationem fore. Sed in maximo vestro beneficio cum omnibus locis meque vosque maledictis lacerent, non placuit reticere, ne quis modestiam in conscientiam duceret. Nam me quidem ex animi mei sententia nulla oratio laedere potest: quippe vera necesse est bene praedicent, falsa vita moresque mei superant. Sed quoniam vestra consilia accusantur, qui mihi summum honorem et maximum negotium imposuistis, etiam atque etiam reputate, num eorum paenitendum sit. Non possum fidei causa **imagines** neque **triumphos** aut **consulatus maiorum** meorum ostentare, at, si res postulet, hastas, vexillum, phaleras, alia militaria dona, praeterea cicatrices adverso corpore. Hae sunt meae **imagines**, haec **nobilitas**, non hereditate relicta, ut illa illis, sed quae ego meis plurimis laboribus et periculis quaesivi.

"Non sunt composita verba mea: parvi id facio. Ipsa se virtus satis ostendit; illis artificio opus est, ut turpia facta oratione tegant. Neque litteras Graecas didici: parum placebat eas discere, quippe quae ad virtutem doctoribus nihil profuerant. At illa multo optima rei publicae doctus sum: hostem ferire, praesidia agitare, nihil metuere nisi turpem famam, hiemem et aestatem iuxta pati, humi requiescere, eodem tempore inopiam et laborem tolerare. His ego praeceptis milites hortabor, neque illos arte colam, me opulenter, neque gloriam meam, laborem illorum faciam. Hoc est utile, hoc civile imperium. Namque cum tute per mollitiem agas, exercitum

supplicio cogere, id est dominum, non imperatorem esse. Haec atque alia talia maiores vestri faciendo seque remque publicam celebravere. Quis nobilitas freta, ipsa dissimilis moribus, nos illorum aemulos contemnit et omnis honores non ex merito, sed quasi debitos a vobis repetit. Ceterum homines superbissimi procul errant. Maiores eorum omnia quae licebat illis reliquere: divitias, imagines, memoriam sui praeclaram; virtutem non reliquere, neque poterant: ea sola neque datur dono neque accipitur. Sordidum me et incultis moribus aiunt, quia parum scite convivium exorno neque histrionem ullum neque pluris preti coquum quam vilicum habeo. Quae mihi libet confiteri, Quirites. Nam ex parente meo et ex aliis sanctis viris ita accepi, munditias mulieribus, viris laborem convenire, omnibusque bonis oportere plus gloriae quam divitiarum esse; arma, non supellectilem decori esse.

"Quin ergo, quod iuvat, quod carum aestimant, id semper faciant: ament, potent; ubi adulescentiam habuere, ibi senectutem agant, in conviviis, dediti ventri et turpissimae parti corporis; sudorem, pulverem et alia talia relinquant nobis, quibus illa epulis iucundiora sunt. Verum non ita est. Nam ubi se flagitiis dedecoravere turpissimi viri, bonorum praemia ereptum eunt. Ita iniustissime luxuria et ignavia, pessimae artes, illis, qui coluere eas, nihil officiunt, rei publicae innoxiae cladi sunt.

"Nunc quoniam illis, quantum mei mores, non illorum flagitia poscebant, respondi, pauca de re publica loquar. Primum omnium de Numidia bonum habete animum, Quirites. Nam quae ad hoc tempus Iugurtham tutata sunt, omnia removistis: avaritiam, imperitiam atque superbiam. Deinde exercitus ibi est locorum sciens, sed mehercule magis strenuos quam felix. Nam magna pars eius avaritia aut temeritate ducum attrita est. Quam ob rem vos, quibus militaris aetas est, annitimini mecum et capessite rem publicam, neque quemquam ex calamitate aliorum aut imperatorum superbia metus ceperit. Egomet in agmine [a]ut in proelio consultor idem et socius periculi vobiscum adero, meque vosque in omnibus rebus iuxta geram. Et profecto dis iuvantibus omnia matura sunt: victoria, praeda, laus. Quae si dubia aut procul essent, tamen omnis bonos rei publicae subvenire decebat. Etenim nemo ignavia immortalis factus est, neque quisquam parens liberis, uti aeterni forent, optavit, magis uti boni honestique vitam exigerent. Plura dicerem, Quirites, si timidis virtutem verba adderent; nam strenuis abunde dictum puto."

[...]

[XLI] Ceterum mos **partium** et **factionum** ac deinde omnium malarum artium paucis ante annis Romae ortus est **otio** atque abundantia earum rerum, quae prima mortales ducunt. Nam ante Carthaginem deletam populus et senatus Romanus **placide modesteque** inter se rem publicam tractabant, neque **gloriae** neque **dominationis** certamen inter civis erat: metus hostilis in bonis artibus **civitatem** retinebat. Sed ubi illa formido mentibus decessit, scilicet ea, quae res secundae amant, **lascivia** atque **superbia** incessere. Ita quod in adversis rebus optaverant **otium**, postquam adepti sunt, asperius acerbiusque fuit. Namque coepere nobilitas **dignitatem**, populus **libertatem** in libidinem vertere, sibi quisque ducere trahere rapere. Ita omnia in duas partis abstracta sunt, res publica, quae media fuerat, dilacerata.

Ceterum nobilitas factione magis pollebat, plebis vis soluta atque dispersa in multitudine minus poterat. Paucorum arbitrio belli domique agitabatur; penes eosdem aerarium provinciae magistratus **gloriae triumphi**que erant; populus militia atque inopia urgebatur; praedas bellicas **imperatores** cum paucis diripiebant: interea parentes aut parvi liberi militum, uti quisque potentiori confinis erat, sedibus pellebantur. Ita cum **potentia avaritia** sine modo **modestia**que invadere, **polluere** et vastare omnia, nihil pensi neque sancti habere, quoad

semet ipsa praecipitavit. Nam ubi primum **ex nobilitate** reperti sunt, qui **veram gloriam** iniustae potentiae anteponerent, moveri **civitas** et **dissensio** civilis quasi permixtio terrae oriri coepit.

[...]

[XLVI] Interea Iugurtha, ubi quae Metellus agebat ex nuntiis accepit, simul de innocentia eius certior Roma[e] factus, diffidere suis rebus ac tum demum veram deditionem facere conatus est. Igitur legatos ad consulem cum suppliciis mittit, qui tantummodo ipsi liberisque vitam peterent, alia omnia dederent populo Romano. Sed Metello iam antea experimentis cognitum erat **genus Numidarum infidum**, **ingenio mobili**, **novarum rerum avidum** esse. Itaque legatos alium ab alio diversos aggreditur ac paulatim temptando, postquam opportunos sibi cognovit, multa pollicendo persuadet, uti Iugurtham maxime vivum, sin id parum procedat, necatum sibi traderent. Ceterum palam quae ex voluntate forent regi nuntiari iubet. [...]

ANEXO 6

C. SALLVSTI CRISPI, HISTORIARVM FRAGMENTA[275]

LIBER QVARTVS

[LXVII] [LXIX] Rex Mithridates regi Arsaci salutem. Omnes, qui secundis rebus suis ad belli societatem orantur, considerare debent, liceatne tum pacem agere, dein, quod quaesitur, satisne pium, tutum, gloriosum an indecorum sit. **[2]** Tibi si perpetua pace frui licet, nisi hostes opportuni et scelestissumi, egregia fama, si Romanos oppresseris, futura est, neque petere audeam societatem et frustra mala mea cum bonis tuis misceri sperem. **[3]** Atque ea, quae te morari posse videntur, ira in Tigranem recentis belli et meae res parum prosperae, si vera existumare voles, maxume hortabuntur. ille enim obnoxius qualem tu voles societatem accipiet; **[4]** mihi fortuna multis rebus ereptis usum dedit bene suadendi et, quod florentibus optabile est, ego non validissumus praebeo exemplum, quo rectius tua conponas.

[5] Namque Romanis cum nationibus, populis, regibus cunctis una et ea vetus causa bellandi est: cupido profunda imperi et divitiarum. qua primo cum rege Macedonum Philippo bellum sumpsere, dum a Carthaginiensibus premebantur, amicitiam simulantes. **[6]** Ei subvenientem Antiochum concessione Asiae per dolum avortere; ac mox fracto Philippo Antiochus omni cis Taurum agro et decem milibus talentorum spoliatus est. **[7]** Persen deinde, Philippi filium, post multa et varia certamina apud Samothracas deos acceptum in fidem callidi et repertores perfidiae, quia pacto vitam dederant, insomniis occidere. **[8]** Eumen, quoius amicitiam gloriose ostentant, initio prodidere Antiocho pacis mercedem, post, habitum custodiae agri captivi, sumptibus et contumeliis ex rege miserrumum servorum effecere, simulatoque inpio testamento filium eius Aristonicum, quia patrium regnum petiverat, hostium more per triumphum duxere; Asia ab ipsis obsessa est. **[9]** Postremo Bithyniam Nicomede mortuo diripuere, quom filius Nysa, quam reginam appellaverat, genitus haud dubie esset.

[10] Nam quid ego me appellem? Quem diiunctum undique regnis et tetrarchiis ab imperio eorum, quia fama erat divitem neque serviturum esse, per Nicomedem bello lacessiverunt, sceleris eorum haud ignarum et ea, quae adcidere, testatum antea Cretensis, solos omnium liberos ea tempestate, et regem Ptolemaeum. **[11]** Atque ego ultus iniurias Nicomedem Bithynia expuli Asiamque, spolium regis Antiochi, recepi et Graeciae dempsi grave servitium.

[12] Incepta mea postremus servorum Archelaus exercitu prodito inpedivit. Illique, quos ignavia aut prava calliditas, ut meis laboribus tuti essent, armis abstinuit, acerbissumas poenas solvunt, Ptolemaeus pretio in dies bellum prolatans, Cretenses inpugnati semel iam neque finem nisi excidio habitur[i].

[13] Equidem quom mihi ob ipsorum interna mala dilata proelia magis quam pacem datam intellegerem, abnuente Tigrane, qui mea dicta sero probat, te remoto procul, omnibus aliis obnoxiis, rursus tamen bellum coepi, Marcumque Cottam, Romanum ducem, apud Calchedona terra fudi, mari exui classe pulcherruma. **[14]** Apud Cyzicum magno cum

---

[275] Baseado nas edições de B. Maurenbrecher (1893) e A. Kurfess (1957), ajustado para a edição de Patrick McGushin (1992), de onde provem a numeração do capítulo apresentada ao lado da primeira: http://www.attalus.org/latin/sallust4.html.

exercitu in obsidio moranti frumentum defuit, nullo circum adnitente; simul hiems mari prohibebat. Ita sine vi hostium regredi conatus in patrium regnum naufragiis apud Parium et Heracleam militum optumos cum classibus amisi. **[15]** Restituto deinde apud Caberam exercitu et variis inter me atque Lucullum proeliis inopia rursus ambos incessit. Illi suberat regnum Ariobarzanis bello intactum, ego vastis circum omnibus locis in Armeniam concessi. secutique Romani non me, sed morem suom omnia regna subvortundi, quia multitudinem artis locis pugna prohibuere, inprudentiam Tigranis pro victoria ostentant.

[16] Nunc quaeso considera, nobis oppressis utrum firmiorem te ad resistundum an finem belli futurum putes? Scio equidem tibi magnas opes virorum, armorum et auri esse; et ea re a nobis ad societatem, ab illis ad praedam peteris. Ceterum consilium est, Tigranis regno integro, meis militibus [belli prudentibus], procul ab domo parvo labore per nostra corpora bellum conficere, quom neque vincere neque vinci sine tuo periculo possumus. **[17]** An ignoras Romanos, postquam ad occidentem pergentibus finem Oceanus fecit, arma huc convortisse? Neque quicquam a principio nisi raptum habere, domum, coniuges, agros imperium? Convenas olim sine patria, parentibus, peste conditos **orbis terrarum**; quibus non humana ulla neque divina obstant, quin socios, amicos, procul iuxta sitos, inopes potentisque trahant, excindant, omniaque non serva et maxume regna hostilia ducant? **[18]** Namque pauci libertatem, pars magna iustos dominos volunt, nos suspecti sumus aemuli et in tempore vindices adfuturi. **[19]** Tu vero, quoi Seleucea, maxuma urbium, regnumque Persidis inclutis divitiis est, quid ab illis nisi dolum in praesens et postea bellum expectas? **[20]** Romani arma in omnis habent, acerruma in eos, quibus victis spolia maxuma sunt; audendo et fallundo et bella ex bellis serundo magni facti. **[21]** Per hunc morem extinguent omnia aut occident; quod haud difficile est, si tu Mesopotamia, nos Armenia circumgredimur exercitum sine frumento, sine auxiliis, fortuna aut nostris vitiis adhuc incolumem. **[22]** Teque illa fama sequetur auxilio profectum magnis regibus latrones gentium oppressisse. **[23]** Quod uti facias, moneo hortorque, neu malis pernicie nostra tuam prolatare quam societate victor fieri!

ANEXO 7

P. CORNELII TACITI DE VITA AGRICOLAE

[XXX] Quotiens causas belli et necessitatem nostram intueor, magnus mihi animus est hodiernum diem consensumque vestrum initium libertatis toti Britanniae fore. Nam et universi servitutis expertes et nullae ultra terrae ac ne mare quidem securum, imminente nobis classe Romana. Ita proelium atque arma, quae fortibus honesta, eadem etiam ignavis tutissima sunt. Priores pugnae, quibus adversus Romanos varia fortuna certatum est, spem ac subsidium in nostris manibus habebant, quia nobilissimi totius Britanniae, eoque in ipsis penetralibus siti nec ulla servientium litora aspicientes, oculos quoque a contactu dominationis inviolatos habebamus. Nos terrarum ac libertatis extremos recessus ipse ac sinus famae in hunc diem defendit: nunc terminus Britanniae patet. Atque omne ignotum pro magnifico est. Sed nulla iam ultra gens, nihil nisi fluctus et saxa, et infestiores Romani, quorum superbiam frustra per obsequium et modestiam effugeris. Raptores orbis, postquam cuncta vastantibus defuere terrae, iam et mare scrutantur: si locuples hostis est, avari, si pauper, ambitiosi; quos non Oriens, non Occidens satiaverit. Soli omnium opes atque inopiam pari adfectu concupiscunt. Auferre trucidare rapere falsis nominibus imperium, atque, ubi solitudinem faciunt, pacem appellant.

[XXXI] Liberos cuique ac propinquos suos natura carissimos esse voluit: hi per dilectus alibi servituri auferuntur: coniuges sororesque etiam si hostilem libidinem effugiant, nomine amicorum atque hospitum polluuntur. Bona fortunaeque in tributum, ager atque annus in frumentum, corpora ipsa ac manus silvis ac paludibus emuniendis inter verbera ac contumelias conteruntur. Nata servituti mancipia semel veneunt, atque ultro a dominis aluntur: Britannia servitutem suam cotidie emit, cotidie pascit. Ac sicut in familia recentissimus quisque servorum etiam conservis ludibrio est, sic in hoc **orbis terrarum** vetere famulatu novi nos et viles in excidium petimur. Neque enim arva nobis aut metalla aut portus sunt, quibus exercendis reservemur. Virtus porro ac ferocia subiectorum ingrata imperantibus; et longinquitas ac secretum ipsum quo tutius, eo suspectius. Ita sublata spe veniae tandem sumite animum, tam quibus salus quam quibus gloria carissima est. Brigantes femina duce exurere coloniam, expugnare castra, ac nisi felicitas in socordiam vertisset, exuere iugum potuere: nos integri et indomiti et in libertatem, non in paenitentiam, arma laturi, primo statim congressu ostendamus quos sibi Caledonia viros seposuerit.

[XXXII] An eandem Romanis in bello virtutem quam in pace lasciviam adesse creditis? Nostris illi dissensionibus ac discordiis clari vitia hostium in gloriam exercitus sui vertunt; quem contractum ex diversissimis gentibus, ut secundae res tenent, ita adversae dissolvent -- nisi si Gallos et Germanos et (pudet dictu) Britannorum plerosque, licet dominationi alienae sanguinem commodent, diutius tamen hostes quam servos, fide et adfectu teneri putatis. Metus ac terror est, infirma vincla caritatis; quae ubi removeris, qui timere desierint, odisse incipient. Omnia victoriae incitamenta pro nobis sunt: nullae Romanos coniuges accendunt, nulli parentes fugam exprobraturi sunt; aut nulla plerisque patria aut alia est. Paucos numero, trepidos ignorantia, caelum ipsum ac mare et silvas, ignota omnia circumspectantes, clausos quodammodo ac vinctos di nobis tradiderunt. Ne terreat vanus aspectus et auri fulgor atque argenti, quod neque tegit neque vulnerat. In ipsa hostium acie inveniemus nostras manus. Adgnoscent Britanni suam causam, recordabuntur Galli priorem libertatem, deserent illos

ceteri Germani, tamquam nuper Usipi reliquerunt. Nec quicquam ultra formidinis: vacua castella, senum coloniae, inter male parentes et iniuste imperantes aegra municipia et discordantia. Hic dux, hix exercitus: ibi tributa et metalla et ceterae servientium poenae, quas in aeternum perferre aut statim ulcisci in hoc campo est. Proinde ituri in aciem et maiores vestros et posteros cogitate.

[XXXIII] Excepere orationem alacres, ut barbaris moris, cantu fremituque et clamoribus dissonis. Iamque agmina et armorum fulgores audentissimi cuiusque procursu: simul instruebatur acies, cum Agricola, quamquam laetum et vix munimentis coercitum militem accendendum adhuc ratus, ita disseruit:

Septimus annus est, commilitones, ex quo virtute et auspiciis imperii Romani, fide atque opera nostra Britanniam vicistis. Tot expeditionibus, tot proeliis, seu fortitudine adversus hostes seu patientia ac labore paene adversus ipsam rerum naturam opus fuit, neque me militum neque vos ducis paenituit. Ergo egressi, ego veterum legatorum, vos priorum exercituum terminos, finem Britanniae non fama nec rumore, sed castris et armis tenemus. Inventa Britannia et subacta. Equidem saepe in agmine, cum vos paludes montesve et flumina fatigarent, fortissimi cuiusque voces audiebam: quando dabitur hostis, quando acies? Veniunt, e latebris suis extrusi; et vota virtusque in aperto, omniaque prona victoribus, atque eadem victis adversa. Nam, ut superasse tantum itineris, silvas evasisse, transisse aestuaria pulchrum ac decorum in frontem, ita fugientibus periculosissima, quae hodie prosperrima sunt. Neque enim nobis aut locorum eadem notitia aut commeatuum eadem abundantia, sed manus et arma et in his omnia. Quod ad me attinet, iam pridem mihi decretum est neque exercitus neque ducis terga tuta esse. Proinde et honesta mors turpi vita potior, et incolumitas ac decus eodem loco sita sunt; nec inglorium fuerit in ipso terrarum ac naturae fine cecidisse.

[XXXIV] Si novae gentes atque ignota acies constitisset, aliorum exercituum exemplis vos hortarer: nunc vestra decora recensete, vestros oculos interrogate. Hi sunt quos proximo anno unam legionem furto noctis adgressos clamore debellastis; hi ceterorum Britannorum fugacissimi ideoque tam diu superstites. Quomodo silvas saltusque penetrantibus fortissimum quodque animal contra ruere, pavida et inertia ipso agminis sono pellebantur, sic acerrimi Britannorum iam pridem ceciderunt, reliquus est numerus ignavorum et metuentium. Quos quod tandem invenistis, non restiterunt, sed deprehensi sunt; novissimae res et extremo metu torpor defixere aciem in his vestigiis, in quibus pulchram et spectabilem victoriam ederetis. Transigite cum expeditionibus, imponite quinquaginta annis magnum diem, adprobate rei publicae numquam exercitui imputari potuisse aut moras belli aut causas rebellandi.

ANEXO 8

ORATIO CLAVDIANA

P. CORNELI TACITI ANNALIVM LIBER VNDECIMVS (A.D. 48)

[XXIII] A. Vitellio L. Vipstano consulibus cum de supplendo senatu agitaretur primoresque Galliae, quae Comata appellatur, **foedera et civitatem Romanam** pridem adsecuti, ius adipiscendorum in urbe **honorum** expeterent, multus ea super re variusque rumor. et studiis diversis apud principem certabatur adseverantium non adeo aegram Italiam ut senatum suppeditare urbi suae nequiret. Suffecisse olim indigenas **consanguineis** populis nec paenitere veteris **rei publicae**. Quin adhuc **memorari exempla** quae priscis **moribus ad virtutem et gloriam Romana** indoles prodiderit. An parum quod Veneti et Insubres curiam inruperint, nisi coetus alienigenarum velut captivitas inferatur? Quem ultra honorem residuis nobilium, aut si quis pauper e Latio senator foret? Oppleturos omnia divites illos, quorum avi proavique hostilium nationum duces exercitus nostros ferro vique ceciderint, divum Iulium apud Alesiam obsederint. Recentia haec: quid si memoria eorum moreretur qui sub Capitolio et arce **Romana manibus** eorundem perissent satis: fruerentur sane vocabulo civitatis: insignia patrum, decora magistratuum ne vulgarent.

[XXIV] His atque talibus haud permotus princeps et statim contra disseruit et vocato senatu ita exorsus est: 'maiores mei, quorum antiquissimus Clausus origine Sabina simul in **civitatem Romanam** et in familias patriciorum adscitus est, hortantur uti paribus consiliis in **re publica** capessenda, transferendo huc quod usquam egregium fuerit. Neque enim ignoro Iulios Alba, Coruncanios Camerio, Porcios Tusculo, et ne vetera scrutemur, Etruria Lucaniaque et omni Italia in senatum accitos, postremo ipsam ad Alpis promotam ut non modo singuli viritim, sed terrae, gentes in nomen nostrum coalescerent. Tunc solida domi quies et adversos externa floruimus, cum Transpadani in civitatem recepti, cum specie deductarum per orbem terrae legionum additis provincialium validissimis fesso imperio subventum est. num paenitet Balbos ex Hispania nec rninus insignis viros e Gallia Narbonensi transivisse? Manent posteri eorum nec amore in hanc patriam nobis concedunt. Quid aliud exitio Lacedaemoniis et Atheniensibus fuit, quamquam armis pollerent, nisi quod victos pro alienigenis arcebant? At conditor nostri Romulus tantum sapientia valuit ut plerosque populos eodem die hostis, dein civis habuerit. Advenae in nos regnaverunt: libertinorum filiis magistratus mandare non, ut plerique falluntur, repens, sed priori populo factitatum est. at cum Senonibus pugnavimus: scilicet Vulcsi et Aequi numquam adversam nobis aciem instruxere. Capti a Gallis sumus: sed et Tuscis obsides dedimus et Samnitium iugum subiimus. Ac tamen, si cuncta bella recenseas nullum breviore spatio quam adversus Gallos confectum: continua inde ac fida pax. iam moribus artibus adfinitatibus nostris mixti aurum et opes suas inferant potius quam separati habeant. Omnia, patres conscripti, quae nunc vetustissima creduntur, nova fuere: plebeii magistratus post patricios, Latini post plebeios, ceterarum Italiae gentium post Latinos. Inveterascet hoc quoque, et quod hodie exemplis tuemur, inter exempla erit.'

[XXV] Orationem principis secuto patrum consulto primi Aedui senatorum in urbe ius adepti sunt. Datum id foederi antiquo et quia soli Gallorum **fraternitatis** nomen cum **populo Romano** usurpant.

Isdem diebus in numerum patriciorum adscivit Caesar vetustissimum quemque e senatu aut quibus clari parentes fuerant, paucis iam reliquis familiarum, quas Romulus maiorum et L. Brutus minorum gentium appellaverant, exhaustis etiam quas dictator Caesar lege Cassia et

princeps Augustus lege Saenia sublegere; laetaque haec in **rem publicam** munia multo gaudio censoris inibantur. Famosos probris quonam modo senatu depelleret anxius, mitem et recens repertam quam ex severitate prisca rationem adhibuit, monendo secum quisque de se consultaret peteretque ius exuendi ordinis: facilem eius rei veniam; et motos senatu excusatosque simul propositurum ut iudicium censorum ac pudor sponte cedentium permixta ignominiam mollirent. Ob ea Vipstanus consul rettulit patrem senatus appellandum esse Claudium: quippe promiscum patris patriae cognomentum; nova in **rem publicam merita** non usitatis vocabulis honoranda: sed ipse cohibuit consulem ut nimium adsentantem. Condiditque lustrum quo censa sunt civium quinquagies novies centena octoginta quattuor milia septuaginta duo. isque illi finis inscitiae erga domum suam fuit: haud multo post flagitia uxoris noscere ac punire adactus est ut deinde ardesceret in nuptias incestas.

ANEXO 9

APPIAN, *PREFACE*[276]

[7] From the advent of the emperors to the present time is nearly two hundred years more, in the course of which the city has been greatly embellished, its revenue much increased, and in the long reign of peace and security everything has moved toward a lasting prosperity. Some nations have been added to the empire by these emperors, and the revolts of others have been suppressed. Possessing the best part of the earth and sea they have, on the whole, aimed to preserve their empire by the exercise of prudence, rather than to extend their sway indefinitely over poverty-stricken and profitless tribes of barbarians, some of whom I have seen at Rome offering themselves, by their ambassadors, as its subjects, but the chief of the state would not accept them because they would be of no use to it […].

They give kings to a great many other nations whom they do not wish to have under their own government. On some of these subject nations they spend more than they receive from them, deeming it dishonorable to give them up even though they are costly. They surround the empire with great armies and they garrison the whole stretch of land and sea like a single strong-hold.

---

276 APIANNVS, Historia Romana, Praefatio (Horace White, ed., Bohn's Classical Library, New York, The Macmillan Co., 1899)

ANEXO 10: RESULTADO DA PESQUISA EM TÁCITO NA PERSEUS DIGITAL LIBRARY PARA *BARBARUS*: OCORRÊNCIAS
(http://perseus.mpiwg-berlin.mpg.de/ acesso em 15ago2012)

53 from Tacitus, Annales

1. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 57

   Neque multo post legati a Segeste venerunt auxilium orantes adversus vim popularium a quis circumsedebatur, validiore apud eos Arminio quoniam bellum suadebat: nam **barbaris**, quanto quis audacia promptus, tanto magis **fidus** rebusque motis potior habetur.

2. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 61

   lucis propinquis **barbarae** arae, apud quas tribunos ac primorum ordinum centuriones mactaverant.

3. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 64

   Barbari perfringere stationes seque inferre munitoribus nisi lacessunt, circumgrediuntur, occursant: miscetur operantium bellantiumque clamor.

4. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 65

   Nox per diversa inquies, cum **barbari** festis epulis, laeto cantu aut truci sonore subiecta vallium ac resultantis saltus complerent, apud Romanos invalidi ignes, interruptae voces, atque ipsi passim adiacerent vallo, oberrarent tentoriis, insomnes magis quam pervigiles.

5. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 68

   Haud minus inquies Germanus spe, cupidine et diversis ducum sententiis agebat, Arminio sinerent egredi egressosque rursum per umida et inpedita circumvenirent suadente, atrociora Inguiomero et laeta **barbaris**, ut vallum armis ambirent: promptam expugnationem, plures captivos, incorruptam praedam fore.

6. Cornelius Tacitus, *Annales* book 2, chapter 2

   Et accepere **barbari** laetantes, ut ferme ad nova imperia.

7. Cornelius Tacitus, *Annales* book 2, chapter 14

   Non campos modo militi Romano ad proelium bonos, sed si ratio adsit, silvas et saltus; nec enim inmensa **barbarorum** scuta, enormis hastas inter truncos arborum et enata humo virgulta perinde haberi quam pila et gladios et haerentia corpori tegmina.

8. Cornelius Tacitus, *Annales* book 2, chapter 16

   Campum et prima silvarum **barbara** acies tenuit: soli Cherusci iuga insedere ut proeliantibus Romanis desuper incurrerent.

9. Cornelius Tacitus, *Annales* book 2, chapter 21

   Nec minor Germanis animus, sed genere pugnae et armorum superabantur, cum ingens multitudo artis locis praelongas hastas non protenderet, non colligeret, neque adsultibus et velocitate corporum uteretur, coactastabile ad proelium; contra miles, cui scutum pectori adpressum et insidens capulo manus latos **barbarorum** artus, nuda ora foderet viamque strage hostium aperiret, inprompto iam Arminio ob continua pericula, sive illum recens acceptum vulnus tardaverat.

10. Cornelius Tacitus, *Annales* book 2, chapter 56

    Regem illa tempestate non habebant, amoto Vonone: sed favor nationis inclinabat in Zenonem, Polemonis regis Pontici filium, quod is prima ab infantia instituta et cultum Armeniorum aemulatus, venatu epulis et quaealia **barbari** celebrant, proceres plebemque iuxta devinxerat.

11. Cornelius Tacitus, *Annales* book 2, chapter 63

    Barbari utrumque comitati, ne quietas provincias immixti turbarent, Danuvium ultra inter flumina Marum et Cusum locantur, dato rege Vannio gentis Quadorum.

12. Cornelius Tacitus, *Annales* book 2, chapter 88

    Septem et triginta annos vitae, duodecim potentiae explevit, caniturque adhuc **barbaras** apud gentis, Graecorum annalibus ignotus, qui sua tantum mirantur, Romanis haud perinde celebris, dum vetera extollimusrecentium incuriosi.

13. Cornelius Tacitus, *Annales* book 3, chapter 21

    Et dum ea ratio barbaro fuit, inritum fessumque Romanum impune ludificabatur: postquam deflexit ad maritimos locos, inligatus praeda stativis castris adhaerebat, missu patris Apronius Caesianus cum equite et cohortibus auxiliariis, quis velocissimos legionum addiderat, prosperam adversum Numidas pugnam facit pellitque in deserta.

14. Cornelius Tacitus, *Annales* book 3, chapter 33

    Haud enim frustra placitum olim ne feminae in socios aut gentis externas traherentur: inesse mulierum comitatui quae pacem luxu, bellum formidine morentur et Romanum agmen ad similitudinem **barbari** incessusconvertant.

15. Cornelius Tacitus, *Annales* book 4, chapter 25

    Simulque coeptus dies et concentu tubarum ac truci clamore aderant semisomnos in **barbaros**, praepeditis Numidarum equis aut diversos pastus pererrantibus.

16. Cornelius Tacitus, *Annales* book 4, chapter 45

    Sed Piso Termestinorum dolo caesus habetur; quippe pecunias e publico interceptas acrius quam ut tolerarent **barbari** cogebat.

17. Cornelius Tacitus, *Annales* book 4, chapter 47

    Quidam audentius apertis in collibus visebantur, quos dux Romanus acie suggressus haud aegre pepulit sanguine **barbarorum** modico ob propinqua suffugia.

18. Cornelius Tacitus, *Annales* book 4, chapter 49

    Postera die Sabinus exercitum aequo loco ostendit, si **barbari** successu nocti s alacres proelium auderent.

19. Cornelius Tacitus, *Annales* book 4, chapter 49

    Sed nihil aeque quam sitis fatigabat, cum ingens multitudo bellatorum imbellium uno reliquo fonte uterentur; simulque armenta, ut mos **barbaris**, iuxta clausa egestate pabuli exanimari; adiacere corpora hominum quos vulnera, quos sitis peremerat; pollui cuncta sanie odore contactu.

20. Cornelius Tacitus, *Annales* book 4, chapter 51

Interea **barbari** catervis decurrentes nunc in vallum manualia saxa, praeustas sudes, decisa robora iacere, nunc virgultis et cratibus et corporibus exanimis complere fossas, quidam pontis et scalas ante fabricati inferre propugna culis eaque prensare, detrahere et adversum resistentis comminus niti.

21. Cornelius Tacitus, *Annales* book 6, chapter 31

Non despectum id apud **barbaros** ultroque potentiam habet.

22. Cornelius Tacitus, *Annales* book 6, chapter 32

Et **barbaris** cunctatio servilis, statim exequi regium videtur: valuit tamen utilitas, ut Abdum specie amicitiae vocatum ad epulas lento veneno inligaret, Sinnacen dissimulatione ac donis, simul per negotia moraretur.

23. Cornelius Tacitus, *Annales* book 6, chapter 41

Perfidem tempus Clitarum natio Cappadoci Archelao subiecta, quia nostrum in modum deferre census, pati tributa adigebatur, in iuga Tauri montis abscessit locorumque ingenio sese contra imbellis regis copias tutabatur, donec M. Trebellius legatus, a Vitellio praeside Syriae cum quattuor milibus legionariorum et delectis auxiliis missus, duos collis quos **barbari** insederant (minori Cadra, alteri Davara nomen est) operibus circumdedit et erumpere ausos ferro, ceteros siti ad deditionem coegit.

24. Cornelius Tacitus, *Annales* book 6, chapter 42

Plurimum adulationis Seleucenses induere, civitas potens, saepta muris neque in **barbarum** corrupta sed conditoris Seleuci retinens.

25. Cornelius Tacitus, *Annales* book 11, chapter 16

Ac primo laetus Germanis adventus atque eo quod nullis discordiis imbutus pari in omnis studio ageret celebrari, coli, modo comitatem et temperantiam, nulli invisa, saepius vinolentiam ac libidines, grata **barbaris**,usurpans.

26. Cornelius Tacitus, *Annales* book 11, chapter 17

Adstrepebat huic alacre vulgus; et magno inter **barbaros** proelio victor rex, dein secunda fortuna ad superbiam prolapsus pulsusque ac rursus Langobardorum opibus refectus per laeta per adversa res Cheruscas adflictabat.

27. Cornelius Tacitus, *Annales* book 11, chapter 19

Ceterum is terror milites hostisque in diversum adfecit: nos virtutem auximus, **barbari** ferociam infregere.

28. Cornelius Tacitus, *Annales* book 11, chapter 20

Ille re subita, quamquam multa simul offunderentur, metus ex imperatore, contemptio ex **barbaris**, ludibrium apud socios, nihil aliud prolocutus quam beatos quondam duces Romanos,' signum receptui dedit.

29. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 11

Addidit praecepta (etenim aderat Meherdates), ut non dominationem et servos, sed rectorem et civis cogitaret, clementiamque ac iustitiam, quanto ignota **barbaris**, tanto laetiora capesseret.

30. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 12

Igitur excitis quorum de sententia petitus rex, positisque castris apud Zeugma, unde maxime pervius amnis, postquam inlustres Parthi rexque Arabum Acbarus advenerat, monet Meherdaten **barbarorum** impetus acris cunctatione languescere aut in perfidiam mutari: ita urgeret coepta.

31. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 14

Ex quis Izates Adiabeno, mox Acbarus Arabum cum exercitu abscedunt, levitate gentili, et quia experimentis cognitum est **barbaros** malle Roma petere reges quam habere.

32. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 17

Sed in regressu díspar fortuna fuit, quia navium quasdam quae mari remeabant in litora Taurorum delatas circumvenere **barbari**, praefecto cohortis et plerisque auxiliarium interfectis.

33. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 29

Nec Claudius, quamquam saepe oratus, arma certantibus **barbaris** interposuit, tutum Vannio perfugium promittens, si pelleretur; scripsitque Palpellio Histro, qui Pannoniam praesidebat, legionem ipsaque e provincia lecta auxilia pro ripa componere, subsidio victis et terrorem adversus victores, ne fortuna elati nostram quoque pacem turbarent.

34. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 35

Ubi ventum ad aggerem, dum missilibus certabatur, plus vulnerum in nos et pleraeque caedes oriebantur: postquam facta testudine rudes et informes saxorum compages distractae parque comminus acies, decedere **barbari** in iuga montium.

35. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 45

Nihil tam ignarum **barbaris** quam machinamenta et astus oppugnationum: at nobis ea pars militiae maxime gnara est.

36. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 47

Ac compede, quod dedecorum **barbaris**, trahebatur; mox quia vulgus duro imperio habitum, probra ac verbera intentabat.

37. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 48

Paucis decus publicum curae, plures tuta disserunt: omne scelus externum cum laetitia habendum; semina etiam odiorum iacienda, ut saepe principes Romani eandem Armeniam specie largitionis turbandis **barbaro** rumanimis praebuerint: poteretur Radamistus male partis, dum invisus infamis, quando id magis ex usu quam si cum gloria adeptus foret.

38. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 49

Is Paelignus auxiliis provincialium contractis tamquam reciperaturus Armeniam, dum socios magis quam hostis praedatur, abscessu suorum et incursantibus **barbaris** praesidii egens ad Radamistum venit; donisque eius evictus ultro regium insigne sumere cohortatur sumentique adest auctor et satelles.

39. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 55

Dein rex eius orae Antiochus blandimentis adversum plebem, fraude in ducem cum **barbarorum** copias dissociasset, Troxobore paucisque primoribus interfectis ceteros clementia composuit.

40. Cornelius Tacitus, *Annales* book 13, chapter 36

Is quamquam incautos **barbaros** et bene gerendae rei casum offerri scripserat, tenere se munimentis et maiores copias opperiri iubetur.

41. Cornelius Tacitus, *Annales* book 13, chapter 38

Cuicumque mortalium, nedum veteri et provido duci, **barbarae** astutiae patuissent: ideo artum inde numerum finiri et hinc maiorem offerri ut dolus pararetur; nam equiti sagittarum usu exercito si detecta corporaobicerentur, nihil profuturam multitudinem.

42. Cornelius Tacitus, *Annales* book 13, chapter 54

Profectique Romam dum aliis curis intentum Neronem opperiuntur, inter ea quae **barbaris** ostentantur intravere Pompei theatrum, quo magnitudinem populi viserent.

43. Cornelius Tacitus, *Annales* book 14, chapter 23

Barbari, pro ingenio quisque, alii preces offerre, quidam deserere vicos in avia digredi; ac fuere qui se speluncis et carissima secum abderent.

44. Cornelius Tacitus, *Annales* book 14, chapter 24

Nam haud procul tentorio eius non ignobilis **barbarus** cum telo repertus ordinem insidiarum seque auctorem et socios per tormenta edidit, convictique et puniti sunt qui specie amicitiae dolum parabant.

45. Cornelius Tacitus, *Annales* book 14, chapter 32

Tutela templi freti et impedientibus qui occulti rebellionis conscii consilia turbabant, neque fossam aut vallum praeduxerunt, neque motis senibus et feminis iuventus sola restitit: quasi media pace incauti multitudine barbarorum circumveniuntur.

46. Cornelius Tacitus, *Annales* book 14, chapter 33

Eadem clades municipio Verulamio fuit, quia **barbari** omissis castellis praesidiisque militarium, quod uberrimum spolianti et defendentibus intutum, laeti praeda et laborum segnes petebant.

47. Cornelius Tacitus, *Annales* book 14, chapter 36

Ne Suetonius quidem in tanto discrimine silebat: quam[quam] confideret virtuti, tamen exhortationes et preces miscebat, ut spernerent sonores **barbarorum** et inanis minas: plus illic feminarum quam iuventutis aspici.

48. Cornelius Tacitus, *Annales* book 14, chapter 39

Igitur ad spectandum Britanniae statum missus est e libertis Polyclitus, magna Neronis spe posse auctoritate eius non modo inter legatum porcuratoremque concordiam gigni, sed et rebellis **barbarorum** animos pace componi.

49. Cornelius Tacitus, *Annales* book 15, chapter 9

Interim Corbulo numquam neglectam Euphratis ripam crebrioribus praesidiis insedit; et ne ponti iniciendo impedimentum hostiles turmae adferrent (iam enim subiectis campis magna specie volitabant), navis magnitudine praestantis et conexas trabibus ac turribus auctas agit per amnem catapultisque et balistis proturbat **barbaros**, in quo[s] saxa et hastae longius permeabant, quam ut contrario sagittarum iactu adaequarentur.

50. Cornelius Tacitus, *Annales* book 15, chapter 11

At Vologeses, quamvis obsessa a Paeto itinera hinc peditatu inde equite accepisset, nihil mutato consilio, sed vi ac minis alaris exterruit, legionarios obtrivit, uno tantum centurione Tarquitio Crescente turrim, in quapraesidium agitabat, defendere auso factaque saepius eruptione et caesis qui **barbarorum** propius suggrediebantur, donec ignium iactu circumveniretur.

51. Cornelius Tacitus, *Annales* book 15, chapter 25

Tum intellecto **barbarum** inrisu qui peterent quod eripuerant, consuluit inter primores civitatis Nero bellum anceps an pax inhonesta placeret.

52. Cornelius Tacitus, *Annales* book 15, chapter 28

Non infensum nec cum hostili odio Corbulonis nomen etiam **barbaris** habebatur eoque consilium eius fidum credebant.

53. Cornelius Tacitus, *Annales* book 15, chapter 28

Tempus propinquum, locus in quo nuper obsessae cum Paeto legiones erant **barbaris** delectus est ob memoriam laetioris ibi rei, Corbuloni non vitatus ut dissimilitudo fortunae gloriam augeret.

12 from Tacitus, Historiae

1. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 20

   Ornatum ipsius municipia et coloniae in superbiam trahebant, quod versicolori sagulo, bracas [**barbarum** tecgmen] indutus togatos adloqueretur.

2. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 3, chapter 5

   Ac ne inermes provinciae **barbaris** nationibus exponerentur, principes Sarmatarum Iazugum, penes quos civitatis regimen, in commilitium adsciti.

3. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 3, chapter 47

   Subita per Pontum arma **barbarum** mancipium, regiae quondam classis praefectus, moverat.

4. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 3, chapter 47

   Classi quoque faces intulit, vacuo mari eludens, quia lectissimas Liburnicarum omnemque militem Mucianus Byzantium adegerat: quin et **barbari** contemptim vagabantur, fabricatis repente navibus.

5. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 3, chapter 48

   Ac primo rex minis armisque supplicem tueri: postquam merces proditionis aut bellum ostendebatur, fluxa, ut est **barbaris**, fide pactus Aniceti exitium perfugas tradidit, belloque servili finis impositus.

6. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 13

   Sed Civilis ultra quam **barbaris** solitum ingenio sollers et Sertorium se aut Annibalem ferens simili oris dehonestamento, ne ut hosti obviam iretur, si a populo Romano palam descivisset, Vespasiani amicitiam studiumque partium praetendit, missis sane ad eum Primi Antonii litteris, quibus avertere accita Vitellio auxilia et tumultus Germanici specie retentare legiones iubebatur.

7. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 15

   Magno cum adsensu auditus **barbaro** ritu et patriis execrationibus universos adigit.

8. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 29

   Quippe ipsorum tela per tenebras vana: Romani conspicuam **barbarorum** aciem, et si quis audacia aut insignibus effulgens, ad ictum destinabant.

9. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 61

   Civilis **barbaro** voto post coepta adversus Romanos arma propexum rutilatumque crinem patrata demum caede legionum deposuit; et ferebatur parvulo filio quosdam captivorum sagittis iaculisque puerilibus figendos obtulisse.

10. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 5, chapter 2

    Argumentum e nomine petitur: inclutum in Creta Idam montem, accolas Idaeos aucto in **barbarum** cognomento Iudaeos vocitari.

11. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 5, chapter 14

    At Civilis post malam in Treviris pugnam reparato per Germaniam exercitu apud Vetera castra consedit, tutus loco, et ut memoria prosperarum illic rerum augescerent **barbarorum** animi.

12. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 5, chapter 15

    Nox apud **barbaros** cantu aut clamore, nostris per iram et minas acta.

4 from Tacitus, Agricola

1. Cornelius Tacitus, *Opera Minora* Agr, chapter 11, section 1

   Ceterum Britanniam qui mortales initio coluerint, indigenae an advecti, ut inter **barbaros**, parum compertum.

2. Cornelius Tacitus, *Opera Minora* Agr, chapter 16, section 1

   His atque talibus in vicem instincti, Boudicca generis regii femina duce (neque enim sexum in imperiis discernunt) sumpsere universi bellum; ac sparsos per castella milites consectati, expugnatis praesidiis ipsam coloniam invasere ut sedem servitutis, nec ullum in **barbaris** [ingeniis] saevitiae genus omisit ira et victoria.

3. Cornelius Tacitus, *Opera Minora* Agr, chapter 16, section 4

   Didicere iam **barbari** quoque ignoscere vitiis blandientibus, et interventus civilium armorum praebuit iustam segnitiae excusationem: sed discordia laboratum, cum adsuetus expeditionibus miles otio lasciviret.

4. Cornelius Tacitus, *Opera Minora* Agr, chapter 33, section 1

   Excepere orationem alacres, ut **barbaris** moris, fremitu cantuque et clamoribus dissonis.

3 from Tacitus, Germania

1. Cornelius Tacitus, *Opera Minora* Ger, chapter 18, section 1

   Nam prope soli **barbarorum** singulis uxoribus contenti sunt, exceptis admodum paucis, qui non libidine sed ob nobilitatem plurimis nuptiis ambiuntur.

2. Cornelius Tacitus, *Opera Minora* Ger, chapter 39, section 2

   Stato tempore in silvam auguriis patrum et prisca formidine sacram nominis eiusdemque sanguinis populi legationibus coeunt caesoque publice homine celebrant **barbari** ritus horrenda primordia.

3. Cornelius Tacitus, *Opera Minora* Ger, chapter 45, section 5

   Nec quae natura quaeve ratio gignat, ut **barbaris**, quaesitum compertumve; diu quin etiam inter cetera eiectamenta maris iacebat, donec luxuria nostra dedit nomen.

ANEXO 11: RESULTADO DA PESQUISA EM TÁCITO NA PERSEUS DIGITAL LIBRARY PARA *IMPERIUM*: OCORRÊNCIAS
(http://perseus.mpiwg-berlin.mpg.de/ acesso em 15set2012)

117 from Tacitus, Annales

1. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 1

   Non Cinnae, non Sullae longa dominatio; et Pompei Crassique potentia cito in Caesarem, Lepidi atque Antonii arma in Augustum cessere, qui cuncta discordiis civilibus fessa nomine principis sub **imperium** accepit.

2. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 2

   Neque provinciae illum rerum statum abnuebant, suspecto senatus populique **imperio** ob certamina potentium et avaritiam magistratuum, invalido legum auxilio quae vi ambitu postremo pecunia turbabantur.

3. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 3

   Ut Agrippa vita concessit, Lucium Caesarem euntem ad Hispaniensis exercitus, Gaium remeantem Armenia et vulnere invalidum mors fato propera vel novercae Liviae dolus abstulit, Drusoque pridem extincto Nerosolus e privignis erat, illuc cuncta vergere: filius, collega **imperii**, consors tribuniciae potestatis adsumitur omnisque per exercitus ostentatur, non obscuris, ut antea, matris artibus, sed palam hortatu.

4. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 3

   Bellum ea tempestate nullum nisi adversus Germanos supererat, abolendae magis infamiae ob amissum cum Quintilio Varo exercitum quam **cupidine** proferendi **imperii** aut dignum ob praemium.

5. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 7

   Causa praecipua ex formidine ne Germanicus, in cuius manu tot legiones, immensa sociorum auxilia, mirus apud populum favor, habere **imperium** quam exspectare mallet.

6. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 9

   Multus hinc ipso de Augusto sermo, plerisque vana mirantibus quod idem dies accepti quondam **imperii** princeps et vitae supremus, quod Nolae in domo et cubiculo in quo pater eius Octavius vitam finivisset.

7. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 9

   non regno tamen neque dictatura sed principis nomine constitutam rem publicam; mari Oceano aut amnibus longinquis saeptum **imperium**; legiones, provincias, classis, cuncta inter se conexa; ius apud civis, modestiam apud socios; urbem ipsam magnifico ornatu; pauca admodum vi tractata quo ceteris quies esset.

8. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 11

   Et ille varie disserebat de magnitudine **imperii** sua modestia.

9. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 11

   Quae cuncta sua manu perscripserat Augustus addideratque consilium coercendi intra terminos **imperii**, incertum metu an per invidiam.

10. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 13

    Fessusque clamore omnium, expostulatione singulorum flexit paulatim, non ut fateretur suscipi a se **imperium**, sed ut negare et rogari desineret.

11. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 14

    At Germanico Caesari proconsulare **imperium** petivit, missique legati qui deferrent, simul maestitiam eius ob excessum Augusti solarentur.

12. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 28

    Denique pro Neronibus et Drusis **imperium** populi Romani capessent?

13. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 31

    Isdem ferme diebus isdem causis Germanicae legiones turbatae, quanto plures tanto violentius, et magna spe fore ut Germanicus Caesar **imperium** alterius pati nequiret daretque se legionibus vi sua cuncta tracturis.

14. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 35

    Fuere etiam qui legatam a divo Augusto pecuniam reposcerent, faustis in Germanicum ominibus; et si vellet **imperium** promptos ostentavere.

15. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 42

'Non mihi uxor aut filius patre et **re publica** cariores sunt, sed illum quidem sua **maiestas**, **imperium** Romanum ceteri exercitus defendent.

16. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 45

Igitur Caesar arma classem socios demittere Rheno parat, si **imperium** detrectetur, bello certaturus.

17. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 53

Imperium adeptus extorrem, infamem et post interfectum Postumum Agrippam omnis spei egenam inopia ac tabe longa peremit, obscuram fore necem longinquitate exilii ratus.

18. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 59

Aliis gentibus ignorantia **imperi** Romani inexperta esse supplicia, nescia tributa: quae quoniam exuerint inritusque discesserit ille inter numina dicatus Augustus, ille delectus Tiberius, ne inperitum adulescentulum, neseditiosum exercitum pavescerent.

19. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 65

Neque tamen Arminius quamquam libero incursu statim prorupit: sed ut haesere caeno fossisque impedimenta, turbati circum milites, incertus signorum ordo, utque tali in tempore sibi quisque properus et lentae adversum **imperia** aures, inrumpere Germanos iubet, clamitans 'en Varus eodemque iterum fato vinctae legiones!'

20. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 76

Achaiam ac Macedoniam onera deprecantis levari in praesens proconsulari **imperio** tradique Caesari placuit.

21. Cornelius Tacitus, *Annales* book 1, chapter 80

Id quoque morum Tiberii fuit, continuare **imperia** ac plerosque ad finem vitae in isdem exercitibus aut iurisdictionibus habere.

22. Cornelius Tacitus, *Annales* book 2, chapter 2

Et accepere **barbari** laetantes, ut ferme ad nova **imperia**.

23. Cornelius Tacitus, *Annales* book 2, chapter 3

    Nec Tigrani diuturnum **imperium** fuit neque liberis eius, quamquam sociatis more externo in matrimonium regnumque.

24. Cornelius Tacitus, *Annales* book 2, chapter 4

    Ariobarzane morte fortuita absumpto stirpem eius haud toleravere; temptatoque feminae **imperio**, cui nomen Erato, eaque brevi pulsa, incerti solutique et magis sine domino quam in **libertate** profugum Vononen inregnum accipiunt.

25. Cornelius Tacitus, *Annales* book 2, chapter 33

    Contra Gallus Asinius disseruit: auctu **imperii** adolevisse etiam privatas opes, idque non novum, sed e vetustissimis moribus: aliam apud Fabricios, aliam apud Scipiones pecuniam; et cuncta ad rem publicam referri, quatenui angustas civium domos, postquam eo magnificentiae venerit, gliscere singulos.

26. Cornelius Tacitus, *Annales* book 2, chapter 36

    Haud dubium erat eam sententiam altius penetrare et arcana **imperii** temptari.

27. Cornelius Tacitus, *Annales* book 2, chapter 36

    Favorabili in speciem oratione vim **imperii** tenuit.

28. Cornelius Tacitus, *Annales* book 2, chapter 42

    Ut versa Caesarum subole **imperium** adeptus est, elicit Archelaum matris litteris, quae non dissimulatis filii offensionibus clementiam offerebat, si ad precandum veniret.

29. Cornelius Tacitus, *Annales* book 2, chapter 42

    Per idem tempus Antiocho Commagenorum, Philopatore Cilicum regibus defunctis turbabantur nationes, plerisque Romanum, aliis regium **imperium** cupientibus; et provinciae Syria atque Iudaea, fessae oneribus, deminutionem tributi orabant.

30. Cornelius Tacitus, *Annales* book 2, chapter 43

Tunc decreto patrum permissae Germanico provinciae quae mari dividuntur, maiusque **imperium**, quoquo adisset, quam iis qui sorte aut missu principis obtinerent.

31. Cornelius Tacitus, *Annales* book 2, chapter 52

Divisusque exercitus, ut Tacfarinas lectos viros et Romanum in modum armatos castris attineret, **disciplina** et **imperiis** suesceret, Mazippa levi cum copia incendia et caedis et terrorem circumferret.

32. Cornelius Tacitus, *Annales* book 2, chapter 56

Ambigua gens ea antiquitus hominum ingeniis et situ terrarum, quoniam nostris provinciis late praetenta penitus ad Medos porrigitur; maximisque **imperiis** interiecti et saepius discordes sunt, adversus Romanos odio etin Parthum invidia.

33. Cornelius Tacitus, *Annales* book 2, chapter 56

At Cappadoces in formam provinciae redacti Q. Veranium legatum accepere; et quaedam ex regiis tributis deminuta quo mitius Romanum **imperium** speraretur.

34. Cornelius Tacitus, *Annales* book 2, chapter 60

Et manebant structis molibus litterae Aegyptiae, priorem opulentiam complexae: iussusque e senioribus sacerdotum patrium sermonem interpretari, referebat habitasse quondam septingenta milia aetate militari, atque eo cum exercitu regem Rhamsen Libya Aethiopia Medisque et Persis et Bactriano ac Scytha potitum quasque terras Suri Armeniique et contigui Cappadoces colunt, inde Bithynum, hinc Lycium ad mare **imperio** tenuisse.

35. Cornelius Tacitus, *Annales* book 2, chapter 61

Exim ventum Elephantinen ac Syenen, claustra olim Romani **imperii**, quod nunc rubrum ad mare patescit.

36. Cornelius Tacitus, *Annales* book 2, chapter 88

Ceterum Arminius abscedentibus Romanis et pulso Maroboduo regnum adfectans libertatem popularium adversam habuit, petitusque armis cum varia fortuna certaret, dolo propinquorum cecidit: liberator haud dubie Germaniae et qui non primordia populi Romani, sicut alii reges ducesque, sed florentissimum **imperium** lacessierit, proeliis ambiguus, bello non victus.

37. Cornelius Tacitus, *Annales* book 3, chapter 18

Quippe fama spe veneratione potius omnes destinabantur **imperio** quam quem futurum principem fortuna in occulto tenebat.

38. Cornelius Tacitus, *Annales* book 3, chapter 34

Addidit pauca Drusus de matrimonio suo; nam principibus adeunda saepius longinqua **imperii**.

39. Cornelius Tacitus, *Annales* book 3, chapter 38

Nam Thraecia diviso **imperio** in Rhoemetalcen et liberos Cotyis, quis ob infantiam tutor erat Trebellenus Rufus, insolentia nostri discors agebat neque minus Rhoemetalcen quam Trebellenum incusans popularium iniurias inultas sinere.

40. Cornelius Tacitus, *Annales* book 3, chapter 47

Simul causas cur non ipse, non Drusus profecti ad id bellum forent, adiunxit, magnitudinem **imperii** extollens, neque decorum principibus, si una alterave civitas turbet, omissa urbe, unde in omnia regimen.

41. Cornelius Tacitus, *Annales* book 3, chapter 56

Id summi fastigii vocabulum Augustus repperit, ne regis aut dictatoris nomen adsumeret ac tamen appellatione aliqua cetera **imperia** praemineret.

42. Cornelius Tacitus, *Annales* book 3, chapter 58

Quod si per tot annos possit non creari nullo sacrorum damno, quanto facilius afuturum ad unius anni proconsulare **imperium**?

43. Cornelius Tacitus, *Annales* book 3, chapter 60

Crebrescebat enim Graecas per urbes licentia atque impunitas asyla statuendi; complebantur templa pessimis servitiorum; eodem subsidio obaerati adversum creditores suspectique capitalium criminum receptabantur, nec ullum satis validum **imperium** erat coercendis seditionibus populi flagitia hominum ut caerimonias deum protegentis.

44. Cornelius Tacitus, *Annales* book 3, chapter 63

Nam Zmyrnaeos oraculum Apollinis, cuius **imperio** Stratonicidi Veneri templum dicaverint, Tenios eiusdem carmen referre, quo sacrare Neptuni effigiem aedemque iussi sint.

45. Cornelius Tacitus, *Annales* book 3, chapter 69

Minui iura quotiens gliscat potestas, nec utendum **imperio** ubi legibus agi possit.

46. Cornelius Tacitus, *Annales* book 3, chapter 71

Repertum est aedem esse apud Antium quae sic nuncuparetur, cunctasque caerimonias Italicis in oppidis templaque et numinum effigies iuris atque **imperii** Romani esse.

47. Cornelius Tacitus, *Annales* book 4, chapter 2

Vim praefecturae modicam antea intendit, dispersas per urbem cohortis una in castra conducendo, ut simul **imperia** acciperent numeroque et robore et visu inter se fiducia ipsis, in ceteros metus oreretur.

48. Cornelius Tacitus, *Annales* book 4, chapter 5

Cetera Africae per duas legiones parique numero Aegyptus, dehinc initio ab Syriae usque ad flumen Euphraten, quantum ingenti terrarum sinu ambitur, quattuor legionibus coercita, accolis Hibero Albanoque et aliis regibus qui magnitudine nostra proteguntur adversum externa **imperia**.

49. Cornelius Tacitus, *Annales* book 4, chapter 7

Quae cuncta non quidem comi via sed horridus ac plerumque formidatus retinebat tamen, donec morte Drusi verterentur: nam dum superfuit mansere, quia Seianus incipiente adhuc potentia bonis consiliis notescere volebat, et ultor metuebatur non occultus odii set crebro querens incolumi filio adiutorem **imperii** alium vocari.

50. Cornelius Tacitus, *Annales* book 4, chapter 18

Credebant plerique auctam offensionem ipsius intemperantia, immodice iactantis suum militem in obsequio duravisse cum alii ad seditiones prolaberentur; neque mansurum Tiberio **imperium** si iis quoque legionibus cupido novandi fuisset.

51. Cornelius Tacitus, *Annales* book 4, chapter 23

Nam priores duces, ubi impetrando triumphalium insigni sufficere res suas crediderant, hostem omittebant; iamque tres laureatae in urbe statuae et adhuc raptabat Africam Tacfarinas, auctus Maurorum auxiliis qui, Ptolemaeo Iubae filio iuventa incurioso, libertos regios et servilia **imperia** bello mutaverant.

52. Cornelius Tacitus, *Annales* book 4, chapter 32

Ingentia illi bella, expugnationes urbium, fusos captosque reges, aut si quando ad interna praeverterent, discordias consulum adversum tribunos, agrarias frumentariasque **leges**, plebis et optimatium certamina libero egressu memorabant: nobis in arto et inglorius labor; immota quippe aut modice lacessita **pax**, **maestae** urbis res et **princeps** proferendi **imperi** incuriosus erat.

53. Cornelius Tacitus, *Annales* book 4, chapter 40

Ego ut sinam, credisne passuros qui fratrem eius, qui **patrem maiores**que nostros in summis **imperiis** videre?

54. Cornelius Tacitus, *Annales* book 4, chapter 41

Multa quippe providebat: sua in manu aditus litterarumque magna ex parte se arbitrum fore, cum per milites commearent; mox Caesarem vergente iam senecta secretoque loci mollitum munia **imperii** facilius tramissurum: et minui sibi invidiam adempta salutantum turba sublatisque inanibus veram potentiam augeri.

55. Cornelius Tacitus, *Annales* book 4, chapter 74

Neque senatus in eo cura an **imperii** extrema dehonestarentur: pavor internus occupaverat animos cui remedium adulatione quaerebatur.

56. Cornelius Tacitus, *Annales* book 6, chapter 11

Namque antea profectis domo regibus ac mox magistratibus, ne urbs sine **imperio** foret in tempus deligebatur qui ius redderet ac subitis mederetur; feruntque ab Romulo Dentrem Romulium, post ab Tullo Hostilio Numam Marcium et ab Tarquinio Superbo Spurium Lucretium impositos.

57. Cornelius Tacitus, *Annales* book 6, chapter 20

Non omiserim praesagium Tiberii de Servio Galba tum consule; quem accitum et diversis sermonibus pertemptatum postremo Graecis verbis in hanc sententiam adlocutus est 'et tu, Galba, quandoque degustabis **imperium**,' seram ac brevem potentiam significans, scientia Chaldaeorum artis, cuius apiscendae otium apud Rhodum, magistrum Thrasullum habuit, peritiam eius hoc modo expertus.

58. Cornelius Tacitus, *Annales* book 6, chapter 21

Igitur Thrasullus isdem rupibus inductus postquam percontantem commoverat, **imperium** ipsi et futura sollerter patefaciens, interrogatur an suam quoque genitalem horam comperisset, quem tum annum, qualem diem haberet.

59. Cornelius Tacitus, *Annales* book 6, chapter 22

Quippe a filio eiusdem Thrasulli praedictum Neronis **imperium** in tempore memorabitur, ne nunc incepto longius abierim.

60. Cornelius Tacitus, *Annales* book 6, chapter 32

Sed non Tiberius omisit incepta: Tiridaten sanguinis eiusdem aemulum Artabano reciperandaeque Armeniae Hiberum Mithridaten deligit conciliatque fratri Pharasmani, qui gentile **imperium** obtinebat; et cunctis quaeapud Orientem parabantur L. Vitellium praefecit.

61. Cornelius Tacitus, *Annales* book 6, chapter 34

Ceterum derecta utrimque acie Parthus **imperium** Orientis, claritudinem Arsacidarum contraque ignobilem Hiberum mercennario milite disserebat; Pharasmanes integros semet a Parthico dominatu, quanto maiorapeterent, plus decoris victores aut, si terga darent, flagitii atque periculi laturos; simul horridam suorum aciem, picta auro Medorum agmina, hinc viros, inde praedam ostendere.

62. Cornelius Tacitus, *Annales* book 6, chapter 42

Id nuper acciderat Artabano regnante, qui plebem primoribus tradidit ex suo usu: nam populi **imperium** iuxta libertatem, paucorum dominatio regiae libidini propior est.

63. Cornelius Tacitus, *Annales* book 6, chapter 42

Placitumque opperiri viros praepollentis, atque interim Ctesiphon sedes **imperii** petita: sed ubi diem ex die prolatabant, multis coram et adprobantibus Surena patrio more Tiridaten insigni regio evinxit.

64. Cornelius Tacitus, *Annales* book 6, chapter 43

Tum Hiero pueritiam Tiridatis increpat, neque penes Arsaciden **imperium** sed inane nomen apud imbellem externa mollitia, vim in Abdagaesis domo.

65. Cornelius Tacitus, *Annales* book 6, chapter 50

Aprilis interclusa anima creditus est mortalitatem explevisse; et multo gratantum concursu ad capienda **imperii** primordia G. Caesar egrediebatur, cum repente adfertur redire Tiberio vocem ac visus vocarique quirecreandae defectioni cibum adferrent.

66. Cornelius Tacitus, *Annales* book 6, chapter 51

Morum quoque tempora illi diversa: egregium vita famaque quoad privatus vel in **imperiis** sub Augusto fuit; occultum ac subdolum fingendis virtutibus donec Germanicus ac Drusus superfuere; idem inter bona malaque mixtus incolumi matre; intestabilis saevitia sed obtectis libidinibus dum Seianum dilexit timuitve: postremo in scelera simul ac dedecora prorupit postquam remoto pudore et metu suo tantum ingenio utebatur.

67. Cornelius Tacitus, *Annales* book 11, chapter 8

Is rex Hiberis idemque Mithridatis frater nuntiabat discordare Parthos summaque **imperii** ambigua, minora sine cura haberi.

68. Cornelius Tacitus, *Annales* book 11, chapter 11

Sedente Claudio circensibus ludis, cum pueri nobiles equis ludicrum Troiae inirent interque eos Britannicus **imperatore** genitus et L. Domitius adoptione mox in **imperium** et cognomentum Neronis adscitus, favor plebisacrior in Domitium loco praesagii acceptus est.

69. Cornelius Tacitus, *Annales* book 11, chapter 14

Quo exemplo Claudius tres litteras adiecit, quae usui **imperitante** eo, post oblitteratae, aspiciuntur etiam nunc in aere publico dis plebiscitis per fora ac templa fixo.

70. Cornelius Tacitus, *Annales* book 11, chapter 16

Igitur Caesar auctum pecunia, additis stipatoribus, hortatur gentile decus magno animo capessere: illum primum Romae ortum nec obsidem, sed civem ire externum ad **imperium**.

71. Cornelius Tacitus, *Annales* book 11, chapter 21

'Longa post haec senecta, et adversus superiores tristi adulatione, adrogans minoribus, inter pares difficilis, consulare **imperium**, triumphi insignia ac postremo Africam obtinuit; atque ibi defunctus fatale praesagium implevit.

72. Cornelius Tacitus, *Annales* book 11, chapter 24

Tunc solida domi quies et adversus externa floruimus, cum Transpadani in civitatem recepti, cum specie deductarum per orbem terrae legionum additis provincialium validissimis fesso **imperio** subventum est.

73. Cornelius Tacitus, *Annales* book 11, chapter 31

Satis constat eo pavore offusum Claudium ut identidem interrogaret an ipse **imperii** potens, an Silius privatus esset.

74. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 1

Caede Messalinae convulsa principis domus, orto apud libertos certamine, quis deligeret uxorem Claudio, caelibis vitae intoleranti et coniugum **imperiis** obnoxio.

75. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 10

Ideo regum obsides liberos dari ut, si domestici **imperii** taedeat, sit regressus ad principem **patres**que, quorum moribus adsuefactus rex melior adsciscerétur.

76. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 14

Nulla huic prospera aut adversa quis memoraretur: brevi et inglorio **imperio** perfunctus est, resque Parthorum in filium eius Vologesen translatae.

77. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 15

At Mithridates Bosporanus amissis opibus vagus, postquam Didium ducem Romanum roburque exercitus abisse cognoverat, relictos in novo regno Cotyn iuventa rudem et paucas cohortium cum Iulio Aquila equite Romano, spretis utrisque concire nationes, inlicere perfugas; postremo exercitu coacto regem Dandaridarum exturbat **imperio**que eius potitur.

78. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 23

Et pomerium urbis auxit Caesar, more prisco, quo iis qui protulere **imperium** etiam terminos urbis propagare datur.

79. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 29

Per idem tempus Vannius Suebis a Druso Caesare impositus pellitur regno, prima **imperii** aetate clarus acceptusque popularibus, mox diuturnitate in superbiam mutans et odio accolarum, simul domesticis discordiis circumventus.

80. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 37

Novum sane et moribus veterum insolitum, feminam signis Romanis praesidere: ipsa semet parti a maioribus suis **imperii** sociam ferebat.

81. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 40

Inde accensi hostes, stimulante ignominia, ne feminae **imperio** subderentur, valida et lecta armis iuventus regnum eius invadunt.

82. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 41

Et Caesar adulationibus senatus libens cessit ut vicesimo aetatis anno consulatum Nero iniret atque interim designatus proconsulare **imperium** extra urbem haberet ac princeps iuventutis appellaretur.

83. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 42

Is **crimina maiestatis** et cupidinem **imperii** obiectabat; praebuissetque auris Caesar, nisi Agrippinae minis magis quam precibus mutatus esset, ut accusatori aqua atque igni interdiceret.

84. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 47

Ac compede, quod dedecorum barbaris, trahebatur; mox quia vulgus duro **imperio** habitum, probra ac verbera intentabat.

85. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 50

Nam Vologeses casum invadendae Armeniae obvenisse ratus, quam a maioribus suis possessam externus rex flagitio obtineret, contrahit copias fratremque Tiridaten deducere in regnum parat, ne qua pars domus sine **imperio** ageret.

86. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 59

Legatus is Tauri Africam **imperio** proconsulari regentis, postquam revenerant, pauca repetundarum crimina, ceterum magicas superstitiones obiectabat.

87. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 64

Enimvero certamen acerrimum, amita potius an mater apud Neronem praevaleret: nam Lepida blandimentis ac largitionibus iuvenilem animum devinciebat, truci contra ac minaci Agrippina, quae filio dare **imperium**, tolerare imperitantem nequibat.

88. Cornelius Tacitus, *Annales* book 12, chapter 68

Vocabatur interim senatus votaque pro incolumitate principis consules et sacerdotes nuncupabant, cum iam exanimis vestibus et fomentis obtegeretur, dum quae res forent firmando Neronis **imperio** componuntur.

89. Cornelius Tacitus, *Annales* book 13, chapter 1

Prima novo principatu mors Iunii Silani proconsulis Asiae ignaro Nerone per dolum Agrippinae paratur, non quia ingenii violentia exitium inritaverat, segnis et dominationibus aliis fastiditus, adeo ut G. Caesar pecudem auream eum appellare solitus sit: verum Agrippina fratri eius L. Silano necem molita ultorem metuebat, crebra vulgi fama anteponendum esse vixdum pueritiam egresso Neroni et **imperium** per scelus adepto virumaetate composita, insontem, nobilem et, quod tunc spectaretur, e Caesarum posteris: quippe et Silanus divi Augusti abnepos erat.

90. Cornelius Tacitus, *Annales* book 13, chapter 4

Ceterum peractis tristitiae imitamentis curiam ingressus et de auctoritate **patrum** et consensu militum praefatus, consilia sibi et exempla capessendi egregie **imperii** memora vit, neque iuventam armis civilibus aut domesticis discordiis imbutam; nulla odia, nullas iniurias nec cupidinem ultionis adferre.

91. Cornelius Tacitus, *Annales* book 13, chapter 14

Praeceps posthac Agrippina ruere ad terrorem et minas, neque principis auribus abstinere quo minus testaretur adultum iam esse Britannicum, veram dignamque stirpem suscipiendo **patris imperio** quod insitus etadoptivus per iniurias matris exerceret.

92. Cornelius Tacitus, *Annales* book 13, chapter 19

Illa spe ultionis oblata parat accusatores ex clientibus suis, Iturium et Calvisium, non vetera et saepius iam audita deferens, quod Britannici mortem lugeret aut Octaviae iniurias evulgaret, sed destinavisse eam Rubellium Plautum, per maternam originem pari ac Nero gradu a divo Augusto, ad res novas extollere coniugioque eius et **imperio** rem publicam rursus invadere.

93. Cornelius Tacitus, *Annales* book 13, chapter 21

Baiarum suarum piscinas extollebat, cum meis consiliis adoptio et proconsulare ius et designatio consulatus et cetera apiscendo **imperio** praepararentur.

94. Cornelius Tacitus, *Annales* book 13, chapter 23

Deferuntur dehinc consensisse Pallas ac Burrus ut Cornelius Sulla claritudine generis et adfinitate Claudii, cui per nuptias Antoniae gener erat, ad **imperium** vocaretur.

95. Cornelius Tacitus, *Annales* book 13, chapter 36

Sed rupto **imperio**, postquam paucae e proximis castellis turmae advenerant pugnamque imperitia poscebant, congressus cum hoste funditur.

96. Cornelius Tacitus, *Annales* book 13, chapter 49

An solum emendatione dignum, ne Syracusis spectacula largius ederentur: cetera per omnis **imperii** partis perinde egregia quam si non Nero sed Thrasea regimen eorum teneret?

97. Cornelius Tacitus, *Annales* book 13, chapter 50

Sed impetum eius, multum prius laudata magnitudine animi, attinuere senatores, dissolutionem **imperii** docendo, si fructus quibus **res publica** sustineretur deminuerentur: quippe sublatis portoriis sequens ut tributorum abolitio expostularetur.

98. Cornelius Tacitus, *Annales* book 13, chapter 52

Reos ex provincia Africa, qui proconsulare **imperium** illic habuerant, Sulpicium Camerinum et Pompeium Silvanum absolvit Caesar, Camerinum adversus privatos et paucos, saevitiae magis quam captarum pecuniarum crimina obicientis: Silvanum magna vis accusatorum circumsteterat poscebatque tempus evocandorum testium; reus ilico defendi postulabat, valuitque pecuniosa orbitate et senecta quam ultra vitam eorum produxit quorum ambitu evaserat.

99. Cornelius Tacitus, *Annales* book 13, chapter 56

Et commotus his Avitus: patienda meliorum **imperia**; id dis quos implorarent placitum, ut arbitrium penes Romanos maneret quid darent quid adimerent, neque alios iudices quam se ipsos paterentur.

100. Cornelius Tacitus, *Annales* book 14, chapter 1

Gaio Vipstano C. Fonteio consulibus diu meditatum scelus non ultra Nero distulit, vetustate **imperii** coalita audacia et flagrantior in dies amore Poppaeae, quae sibi matrimonium et discidium Octaviae incolumi Agrippina haud sperans crebris criminationibus, aliquando per facetias incusaret principem et pupillum vocaret, qui iussis alienis obnoxius non modo **imperii** sed libertatis etiam indigeret.

101. Cornelius Tacitus, *Annales* book 14, chapter 2

Tradit Cluvius ardore retinendae Agrippinam potentiae eo usque provectam, ut medio diei, cum id temporis Nero per vinum et epulas incalesceret, offerret se saepius temulento comptam in incesto paratam; iamque lasciva oscula et praenuntias flagitii blanditias adnotantibus proximis, Senecam contra muliebris inlecebras subsidium a femina petivisse, immissamque

Acten libertam, quae simul suo periculo et infamia Neronis anxia deferret pervulgatum esse incestum gloriante matre, nec toleraturos milites profani principis **imperium**.

102. Cornelius Tacitus, *Annales* book 14, chapter 7

Ad eam vocem Nero illo sibi die dari **imperium** auctoremque tanti muneris libertum profitetur: iret propere duceretque promptissimos ad iussa.

103. Cornelius Tacitus, *Annales* book 14, chapter 11

Adiciebat crimina longius repetita, quod consortium **imperii** iuraturasque in feminae verba praetorias cohortis idemque dedecus senatus et populi speravisset, ac postquam frustra habita sit, infensa militi **patribus**que et plebi dissuasisset donativum et congiarium periculaque viris inlustribus struxisset.

104. Cornelius Tacitus, *Annales* book 14, chapter 12

Quae adeo sine cura deum eveniebant ut multos post annos Nero **imperium** et scelera continuaverit.

105. Cornelius Tacitus, *Annales* book 14, chapter 26

Quin et Tiridaten per Medos extrema Armeniae intrantem praemisso cum auxiliis Verulano legato atque ipse legionibus citis abire procul ac spem belli amittere subegit; quosque nobis aversos animis cognoverat, caedibus et incendiis perpopulatus possessionem Armeniae usurpabat, cum advenit Tigranes a Nerone ad capessendum **imperium** delectus, Cappadocum ex nobilitate, regis Archelai nepos, sed quod diu obses apud urbem fuerat, usque ad servilem patientiam demissus.

106. Cornelius Tacitus, *Annales* book 14, chapter 47

Eo anno mortem obiit Memmius Regulus, auctoritate constantia fama, in quantum praeumbrante imperatoris fastigio datur, clarus, adeo ut Nero aeger valetudine et adulantibus circum, qui finem **imperio** adesse dicebant, si quid fato pateretur, responderit habere subsidium rem publicam.

107. Cornelius Tacitus, *Annales* book 14, chapter 53

At Seneca criminantium non ignarus, prodentibus iis, quibus aliqua honesti cura, et familiaritatem eius magis aspernante Caesare, tempus sermoni orat et accepto ita incipit: 'quartus decimus annus est, Caesar, ex quo spei tuae admotus sum, octavus, ut **imperium** obtines: medio temporis tantum

honorum atque opum in me cumulasti, ut nihil felicitati meae desit nisi **moderatio** eius.

108. Cornelius Tacitus, *Annales* book 14, chapter 56

Verum et tibi valida aetas rebusque et fructui rerum sufficiens, et nos prima **imperii** spatia ingredimur, nisi forte aut te Vitellio ter consuli aut me Claudio postponis et quantum Volusio longa parsimonia quaesivit, tantumin te mea liberalitas explere non potest.

109. Cornelius Tacitus, *Annales* book 15, chapter 1

Tiridates quoque regni profugus per silentium aut modice querendo gravior erat: non enim ignavia magna **imperia** contineri; virorum armorumque faciendum certamen; id in summa fortuna aequius quod validius, et suaretinere privatae domus, de alienis certare regiam laudem esse.

110. Cornelius Tacitus, *Annales* book 15, chapter 13

At illi vix contuberniis extracti, nec aliud quam munimenta propugnabant, pars iussu ducis, et alii propria ignavia aut Corbulonem opperientes, ac vis si ingrueret, provisis exemplis cladis Caudinae Numantinaeque; neque eandem vim Samnitibus, Italico populo, ac Parthis, Romani **imperii** aemulis.

111. Cornelius Tacitus, *Annales* book 15, chapter 31

Scilicet externae superbiae sueto non inerat notitia nostri apud quos vis **imperii** valet, inania tramittuntur.

112. Cornelius Tacitus, *Annales* book 15, chapter 48

Namque facundiam tuendis civibus exercebat, largitionem adversum amicos, et ignotis quoque comi sermone et congressu; aderant etiam fortuita, corpus procerum, decora facies: sed procul **gravitas** morum aut voluptatum parsimonia; levitati ac magnificentiae et aliquando luxu indulgebat, idque pluribus probabatur qui in tanta vitiorum dulcedine summum **imperium** non restrictum nec perseverum volunt.

113. Cornelius Tacitus, *Annales* book 15, chapter 50

Ergo dum scelera principis, et finem adesse **imperio** diligendumque, qui fessis rebus succurreret, inter se aut inter amicos iaciunt, adgregavere Claudium Senecionem, Cervarium Proculum, Vulcacium Araricum, Iulium Augurinum, Munatium Gratum, Antonium Natalem, Marcium Festum, equites Romanos. ex quibus Senecio, e praecipua familiaritate Neronis,

speciem amicitiae etiam tum retinens eo pluribus periculis conflictabatur; Natalis particeps ad omne secretum Pisoni erat; ceteris spes ex novis rebus petebatur.

114. Cornelius Tacitus, *Annales* book 15, chapter 52

Haec in commune, ceterum timore occulto ne L. Silanus eximia nobilitate **disciplina**que C. Cassii, apud quem educatus erat, ad omnem claritudinem sublatus **imperium** invaderet, prompte daturis qui a coniuratione integri essent quique miserarentur Neronem tamquam per scelus interfectum.

115. Cornelius Tacitus, *Annales* book 15, chapter 65

Fama fuit Subrium Flavum cum centurionibus occulto consilio neque tamen ignorante Seneca destinavisse ut post occisum opera Pisonis Neronem Piso quoque interficeretur tradereturque **imperium** Senecae, quasi insontibus claritudine virtutum ad summum fastigium delecto.

116. Cornelius Tacitus, *Annales* book 16, chapter 8

Ipsum dehinc Silanum increpuit isdem quibus patruum eius Torquatum, tamquam disponeret iam **imperii** curas praeficeretque rationibus et libellis et epistulis libertos, inania simul et falsa: nam Silanus intentior metu etexitio patrui ad praecavendum exterritus erat.

117. Cornelius Tacitus, *Annales* book 16, chapter 22

Ut **imperium** evertant libertatem praeferunt: si perverterint, libertatem ipsam adgredientur.

114 from Tacitus, Historiae

1. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 1

Quod si vita suppeditet, principatum divi Nervae et **imperium** Traiani, uberiorem securioremque materiam, senectuti seposui, rara temporum felicitate ubi sentire quae velis et quae sentias dicere licet.

2. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 4

Finis Neronis ut laetus primo gaudentium impetu fuerat, ita varios motus animorum non modo in urbe apud patres aut populum aut urbanum militem,

sed omnis legiones ducesque conciverat, evulgato **imperii** arcano posse principem alibi quam Romae fieri.

3. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 5

   Miles urbanus longo Caesarum sacramento imbutus et ad destituendum Neronem arte magis et impulsu quam suo ingenio traductus, postquam neque dari donativum sub nomine Galbae promissum neque magnis meritis ac praemiis eundem in pace quem in bello locum praeventamque gratiam intellegit apud principem a legionibus factum, pronus ad novas res scelere insuper Nymphidii Sabini praefecti **imperium** sibi molientis agitatur.

4. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 8

   An **imperare** noluisset dubium: delatum ei a milite **imperium** conveniebat.

5. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 10

   Luxuria industria, comitate adrogantia, malis bonisque artibus mixtus: nimiae voluptates, cum vacaret; quotiens expedierat, magnae virtutes: palam laudares, secreta male audiebant: sed apud subiectos, apud proximos, apud collegas variis inlecebris potens, et cui expeditius fuerit tradere **imperium** quam obtinere.

6. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 10

   Occulta fati et ostentis ac responsis destinatum Vespasiano liberisque eius **imperium** post fortunam credidimus.

7. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 14

   Sed Galba post nuntios Germanicae seditionis, quamquam nihil adhuc de Vitellio certum, anxius quonam exercituum vis erumperet, ne urbano quidem militi confisus, quod remedium unicum rebatur, comitia **imperii** transigit; adhibitoque super Vinium ac Laconem Mario Celso consule designato ac Ducenio Gemino praefecto urbis, pauca praefatus de sua senectute, Pisonem Licinianum accersiri iubet, seu propria electione sive, ut quidam crediderunt, Lacone instante, cui apud Rubellium Plautum exercita cum Pisone amicitia; sed callide ut ignotum fovebat, et prospera de Pisone fama consilio eius fidem addiderat.

8. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 15

   Igitur Galba, adprehensa Pisonis manu, in hunc modum locutus fertur: 'si te privatus **lege** curiata apud pontifices, ut **moris** est, adoptarem, et mihi egregium erat Cn. Pompei et M. Crassi subolem in penatis meos adsciscere, et tibi insigne Sulpiciae ac Lutatiae decora nobilitati tuae adiecisse: nunc me deorum hominumque consensu ad **imperium** vocatum praeclara indoles tua et amor patriae impulit ut **principatum**, de quo maiores nostri armis certabant, bello adeptus quiescenti offeram, exemplo divi Augusti qui sororis filium Marcellum, dein generum Agrippam, mox nepotes suos, postremo Tiberium Neronem privignum in proximo sibi fastigio conlocavit.

9. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 15

   Sed Augustus in domo successorem quaesivit, ego in **re publica**, non quia propinquos aut socios belli non habeam, sed neque ipse **imperium** ambitione accepi, et iudicii mei documentum sit non meae tantum necessitudines, quas tibi postposui, sed et tuae.

10. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 16

    'Si immensum **imperii** corpus stare ac librari sine rectore posset, dignus eram a quo **res publica** inciperet: nunc eo necessitatis iam pridem ventum est ut nec mea senectus conferre plus populo Romano possit quam bonum successorem, nec tua plus iuventa quam bonum **principem**.

11. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 22

    Multos secreta Poppaeae mathematicos, pessimum principalis matrimonii instrumentum, habuerant: e quibus Ptolemaeus Othoni in Hispania comes, cum superfuturum eum Neroni promisisset, postquam ex eventufides, coniectura iam et rumore senium Galbae et iuventam Othonis computantium persuaserat fore ut in **imperium** adsciscereturr.

12. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 23

    Labores itinerum, inopia commeatuum, duritia **imperii** atrocius accipiebantur, cum Campaniae lacus et Achaiae urbes classibus adire soliti Pyrenaeum et Alpes et immensa viarum spatia aegre sub armis eniterentur.

13. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 25

    Suscepere duo manipulares **imperium** populi Romani transferendum et transtulerunt.

14. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 29

    Ignarus interim Galba et sacris intentus fatigabat alieni iam **imperii** deos, cum adfertur rumor rapi in castra incertum quem senatorem, mox Othonem esse qui raperetur, simul ex tota urbe, ut quisque obvius fuerat, alii formidine augentes, quidam minora vero, ne tum quidem obliti adulationis.

15. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 29

    Quo domus nostrae aut rei publicae fato in vestra manu positum est, non quia meo nomine tristiorem casum paveam, ut qui adversas res expertus cum maxime discam ne secundas quidem minus discriminis habere: **patris** et senatus et ipsius **imperii** vicem doleo, si nobis aut perire hodie necesse est aut, quod aeque apud bonos miserum est, occidere.

16. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 30

    Vitia, quibus solis gloriatur, evertere **imperium**, etiam cum **amicum imperatoris** ageret.

17. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 30

    Habitune et incessu an illo muliebri ornatu mereretur **imperium**?

18. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 30

    Stupra nunc et comissationes et feminarum coetus volvit animo: haec **principatus** praemia putat, quorum libido ac voluptas penes ipsum sit, rubor ac dedecus penes omnis; nemo enim umquam **imperium** flagitio quaesitum bonis artibus exercuit.

19. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 30

    Minus triginta transfugae et desertores, quos centurionem aut tribunum sibi eligentis nemo ferret, **imperium** adsignabunt?

20. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 47

    Vocat senatum praetor urbanus, certant adulationibus ceteri magistratus, adcurrunt patres: decernitur Othoni tribunicia potestas et nomen Augusti et omnes principum honores, adnitentibus cunctis abolere convicia acprobra, quae promisce iacta haesisse animo eius nemo sensit; omisisset offensas an distulisset brevitate **imperii** in incerto fuit.

21. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 49

Hunc exitum habuit Servius Galba, tribus et septuaginta annis quinque **principes** prospera fortuna emensus et alieno **imperio** felicior quam suo.

22. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 49

Pro consule Africam moderate, iam senior citeriorem Hispaniam pari **iustitia** continuit, maior privato visus dum privatus fuit, et omnium consensu capax **imperii** nisi imperasset.

23. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 50

Tum duos omnium mortalium impudicitia ignavia luxuria deterrimos velut a d perdendum **imperium** fataliter electos non senatus modo et eques, quis ali qua pars et cura **rei publicae**, sed vulgus quoque palam maerere.

24. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 50

Prope eversum orbem etiam cum de principatu inter bonos certaretur, sed mansisse G. Iulio, mansisse Caesare Augusto victore **imperium**; mansura fuisse sub Pompeio Brutoque **rem publicam**: nunc pro Othone anpro Vitellio in templa ituros?

25. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 52

Sed profusa cupidine et insigni temeritate legati legionum Alienus Caecina et Fabius Valens; e quibus Valens infensus Galbae, tamquam detectam a se Verginii cunctationem, oppressa Capitonis consilia ingrate tulisset, instigare Vitellium, ardorem militum ostentans: ipsum celebri ubique **fama**, nullam in Flacco Hordeonio moram; adfore Britanniam, secutura Germanorum auxilia: male fidas provincias, precarium seni **imperium** et brevitransiturum: pander et modo sinum et venienti **Fortunae** occurreret.

26. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 52

Merito dubitasse Verginium equestri familia, ignoto patre, imparem si recepisset **imperium**, tutum si recusasset: Vitellio tris patris consulatus, censuram, collegium Caesaris et imponere iam pridem **imperatoris** dignationem et auferre privati securitatem.

27. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 55

Ac ne reverentiam **imperii** exuere viderentur, senatus populique Romani oblitterata iam nomina sacramento advocabant, nullo legatorum tribunorumve pro Galba nitente, quibusdam, ut in tumultu, notabilius turbantibus.

28. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 64

Nuntium de caede Galbae et **imperio** Othonis Fabius Valens in civitate Leucorum accepit.

29. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 64

Iurgia primum, mox rixa inter Batavos et legionarios, dum his aut illis studia militum adgregantur, prope in proelium exarsere, ni Valens animadversione paucorum oblitos iam Batavos **imperii** admonuisset.

30. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 67

Inritaverant turbidum ingenium Helvetii, Gallica gens olim armis virisque, mox memoria nominis clara, de caede Galbae ignari et Vitellii **imperium** abnuentes.

31. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 71

Otho interim contra spem omnium non deliciis neque desidia torpescere: dilatae voluptates, dissimulata luxuria et cuncta ad decorem **imperii** composita, eoque plus formidinis adferebant falsae virtutes et vitia reditura.

32. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 74

Addidit epistulas Fabius Valens nomine Germanici exercitus ad praetorias et urbanas cohortis de viribus partium magnificas et concordiam offerentis; increpabat ultro quod tanto ante traditum Vitellio **imperium** ad Othonem vertissent.

33. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 76

Idem Africae obsequium, initio Carthagine orto neque expectata Vipstani Aproniani proconsulis **auctoritate**: Crescens Neronis libertus (nam et hi malis temporibus partem se **rei publicae** faciunt) epulum plebi oblaetitiam recentis **imperii** obtulerat, et populus pleraque sine modo festinavit.

34. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 77

Sic distractis exercitibus ac provinciis Vitellio quidem ad capessendam **principatus** fortunam bello opus erat, Otho ut in multa pace munia **imperii** obibat, quaedam ex **dignitate rei publicae**, pleraque contra decus expraesenti usu properando.

35. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 82

Undique arma et minae, modo in centuriones tribunosque, modo in senatum universum, lymphatis caeco pavore animis, et quia neminem unum destinare irae poterant, licentiam in omnis poscentibus, donec Otho contradecus **imperii** toro insistens precibus et lacrimis aegre cohibuit, redieruntque in castra inviti neque innocentes.

36. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 83

Otho, quamquam turbidis rebus et diversis militum animis, cum optimus quisque remedium praesentis licentiae posceret, vulgus et plures seditionibus et ambitioso **imperio** laeti per turbas et raptus facilius ad civilebellum impellerentur, simul reputans non posse principatum scelere quaesitum subita modestia et prisca **gravitate** retineri, sed discrimine urbis et periculo senatus anxius, postremo ita disseruit: 'neque ut adfectusvestros in amorem mei accenderem, commilitones, neque ut animum ad virtutem cohortarer (utraque enim egregie supersunt), sed veni postulaturus a vobis temperamentum vestrae fortitudinis et erga me modumcaritatis.

37. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 83

Si cur iubeantur quaerere singulis liceat, pereunte obsequio etiam **imperium** intercidit.

38. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 84

Parendo potius, commilitones, quam **imperia** ducum sciscitando res militares continentur, et fortissimus in ipso discrimine exercitus est qui ante discrimen quietissimus.

39. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 84

Caput **imperii** et decora omnium provinciarum ad poenam vocare non hercule illi, quos cum maxime Vitellius in nos ciet, Germani audeant.

40. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 1, chapter 90

Profectus Otho quietem urbis curasque **imperii** Salvio Titiano fratri permisit.

41. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 1

Struebat iam fortuna in diversa parte terrarum initia causasque **imperio**, quod varia sorte laetum rei publicae aut atrox, ipsis principibus prosperum vel exitio fuit.

42. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 2

Laetam voluptatibus adulescentiam egit, suo quam patris **imperio** moderatior.

43. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 6

Mox, ut Othonem ac Vitellium scelestis armis res Romanas raptum ire vulgatum est, ne penes ceteros **imperii** praemia, penes ipsos tantum servitii necessitas esset, fremere miles et viris suas circumspicere.

44. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 11

Laeta interim Othoni principia belli, motis ad **imperium** eius e Dalmatia Pannoniaque exercitibus.

45. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 12

Sed Pacensis per licentiam militum vinctus, Antonio Novello nulla **auctoritas**: Suedius Clemens ambitioso **imperio** regebat, ut adversus modestiam disciplinae corruptus, ita proeliorum avidus.

46. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 19

Ipse postremo Spurinna, non tam culpam exprobrans quam rationem ostendens, relictis exploratoribus ceteros Placentiam reduxit minus turbidos et **imperia** accipientis.

47. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 28

Si provincia urbe et salute **imperii** potior sit, omnes illuc sequerentur; sin victoriae [sanitas sustentaculum] columen in Italia verteretur, non abrumpendos ut corpori validissimos artus.

48. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 33

Paulino et Celso iam non adversantibus, ne principem obiectare periculis viderentur idem illi deterioris consilii auctores perpulere ut Brixellum concederet ac dubiis proeliorum exemptus summae rerum et **imperii** seipsum reservaret.

49. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 33

Is primus dies Othonianas partis adflixit; namque et cum ipso praetoriarum cohortium et speculatorum equitumque valida manus discessit, et remanentium fractus animus, quando suspecti duces et Otho, cui uni apudmilitem fides,dum et ipse non nisi militibus credit, **imperia** ducum in incerto reliquerat.

50. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 38

Vetus ac iam pridem insita mortalibus potentiae cupido cum **imperii** magnitudine adolevit erupitque; nam rebus modicis aequalitas facile habebatur.

51. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 39

Profecto Brixellum Othone **honor imperii** penes Titianum fratrem, vis ac potestas penes Proculum praefectum; Celsus et Paulinus, cum prudentia eorum nemo uteretur, inani nomine ducum alienae culpae praetendebantur; tribuni centurionesque ambigui quod spretis melioribus deterrimi valebant; miles alacer, qui tamen iussa ducum interpretari quam exequi mallet.

52. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 40

Celso et Paulino abnuentibus militem itinere fessum, sarcinis gravem obicere hosti, non omissuro quo minus expeditus et vix quattuor milia passuum progressus aut incompositos in agmine aut dispersos et vallummolientis adgrederetur, Titianus et Proculus, ubi consiliis vincerentur, ad ius **imperii** transibant.

53. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 47

Alii diutius **imperium** tenuerint, nemo tam fortiter reliquerit.

54. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 48

Post Iulios Claudios Servios se primum in familiam novam **imperium** intulisse: proinde erecto animo capesseret vitam, neu patruum sibi Othonem fuisse aut oblivisceretur umquam aut nimium meminisset.

55. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 51

Ad Verginium versi, modo ut reciperet **imperium**, nunc ut legatione apud Caecinam ac Valentem fungeretur, minitantes orabant: Verginius per aversam domus partem furtim digressus inrumpentis frustratus est.

56. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 69

Ceterum ut largitionibus adfectae iam **imperii** opes sufficerent, amputari legionum auxiliorumque numeros iubet vetitis supplementis; et promiscae missiones offerebantur.

57. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 74

Esse privatis cogitationibus progressum et, prout velint, plus minusve sumi e x fortuna: **imperium** cupientibus nihil medium inter summa aut praecipitia.

58. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 76

Ego te, Vespasiane, ad **imperium** voco, quam salutare rei publicae, quam tibi magnificum, iuxta deos in tua manu positum est.

59. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 76

Non adversus divi Augusti acerrimam mentem nec adversus cautissimam Tiberii senectutem, ne contra Gai quidem aut Claudii vel Neronis fundatam longo **imperio** domum exurgimus; cessisti etiam Galbae imaginibus:torpere ultra et polluendam perdendamque rem publicam relinquere sopor et ignavia videretur, etiam si tibi quam inhonesta, tam tuta servitus esset.

60. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 76

Abiit iam et transvectum est tempus quo posses videri non cupisse: confugiendum est ad **imperium**.

61. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 77

Tuae domui triumphale nomen, duo iuvenes, capax iam **imperii** alter et primis militiae annis apud Germanicos quoque exercitus clarus.

62. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 77

Absurdum fuerit non cedere **imperio** ei cuius filium adoptaturus essem, si ipse **imperarem**.

63. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 78

Grande id prosperumque consensu haruspicum et summa claritudo iuveni admodum Vespasiano promissa, sed primo triumphalia et consulatus et Iudaicae victoriae decus implesse fidem ominis videbatur: ut haecadeptus est, portendi sibi **imperium** credebat.

64. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 79

Initium ferendi ad Vespasianum **imperii** Alexandriae coeptum, festinante Tiberio Alexandro, qui kalendis Iuliis sacramento eius legiones adegit.

65. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 83

Mucianus cum expedita manu, socium magis **imperii** quam ministrum agens, non lento itinere, ne cunctari videretur, neque tamen properans, gliscere famam ipso spatio sinebat, gnarus modicas viris sibi et maiora credide absentibus; sed legio sexta et tredecim vexillariorum milia ingenti agmine sequebantur.

66. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 84

Quae gravia atque intoleranda, sed necessitate armorum excusata etiam in **pace** mansere, ipso Vespasiano inter initia **imperii** ad obtinendas iniquitates haud perinde obstinante, donec indulgentia fortunae et pravis magistris didicit aususque est.

67. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 92

Munia **imperii** Caecina ac Valens obibant, olim anxii odiis, quae bello et castris male dissimulata pravitas amicorum et fecunda gignendis inimicitiis civitas auxerat, dum ambitu comitatu et immensis salutantium agminibus contendunt comparanturque, variis in hunc aut illum Vitellii inclinationibus; nec umquam satis fida potentia, ubi nimia est: simul ipsum Vitellium, subitis offensis aut intempestivis blanditiis mutabilem, contemnebant metuebantque.

68. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 92

Nec eo segnius invaserant domos hortos opesque **imperii**, cum flebilis et egens nobilium turba, quos ipsos liberosque patriae Galba reddiderat, nulla principis misericordia iuvarentur.

69. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 2, chapter 97

Quippe integrum illic ac favorabilem proconsulatum Vitellius, famosum invisumque Vespasianus egerat: proinde **socii** de **imperio** utriusque coniectabant, sed experimentum contra fuit.

70. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 3, chapter 8

Quae ignara Vespasiano aut vetita: quippe Aquileiae sisti bellum expectarique Mucianum iubebat, adiciebatque **imperio** consilium, quando Aegyptus, claustra annonae, vectigalia opulentissimarum provinciarum obtinerentur, posse Vitellii exercitum egestate stipendii frumentique ad deditionem subigi.

71. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 3, chapter 19

Spernuntur centuriones tribunique, ac ne vox cuiusquam audiatur, quatiunt arma, rupturi **imperium** ni ducantur.

72. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 3, chapter 46

Fonteius Agrippa ex Asia (pro consule eam provinciam annuo **imperio** tenuerat) Moesiae praepositus est, additis copiis e Vitelliano exercitu, quem spargi per provincias et externo bello inligari pars consilii pacisqueerat.

73. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 3, chapter 49

Dum hac totius orbis nutatione fortuna **imperii** transit, Primus Antonius nequaquam pari innocentia post Cremonam agebat, satis factum bello ratus et cetera ex facili, seu felicitas in tali ingenio avaritiam superbiam ceteraque occulta mala patefecit.

74. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 3, chapter 55

Ceterae cohortes ad tuendam urbem L. Vitellio fratri datae: ipse nihil e solito luxu remittens et diffidentia properus festinare comitia, quibus consules in multos annos destinabat; foedera sociis, Latium externis dilargiri; his tributa dimittere, alios immunitatibus iuvare; denique nulla in posterum cura lacerare **imperium**.

75. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 3, chapter 57

Vitellius Claudium Iulianum (is nuper classem Misenensem molli **imperio** rexerat) permulcendis militum animis delegit; data in auxilium urbana cohors et gladiatores, quibus Iulianus praeerat.

76. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 3, chapter 64

Gratiam patrati belli penes eum qui urbem occupasset: id Sabino convenire ut **imperium** fratri reservaret, id Vespasiano ut ceteri post Sabinum haberentur.

77. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 3, chapter 66

Nunc pecuniam et familiam et beatos Campaniae sinus promitti: set ubi **imperium** Vespasianus invaserit, non ipsi, non amicis eius, non denique exercitibus securitatem nisi extincto aemulo redituram.

78. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 3, chapter 68

Nec quisquam adeo rerum humanarum immemor quem non commoveret illa facies, Romanum principem et generis humani paulo ante dominum relicta fortunae suae sede per populum, per urbem exire de **imperio**.

79. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 3, chapter 68

Aspernante consule, reclamantibus qui in contione adstiterant, ut in aede **Concordiae** positurus insignia **imperii** domumque fratris petiturus discessit.

80. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 3, chapter 69

Praevenerat rumor eiurari ab eo **imperium**, scripseratque Flavius Sabinus cohortium tribunis ut militem cohiberent.

81. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 3, chapter 70

Luce prima Sabinus, antequam in vicem hostilia coeptarent, Cornelium Martialem e primipilaribus ad Vitellium misit cum mandatis et questu quod pacta turbarentur: simulationem prorsus et imaginem deponendi **imperii** fuisse ad decipiendos tot inlustris viros.

82. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 3, chapter 70

Contra Vitellium in Palatium, in ipsam **imperii** arcem regressum; inde armatum agmen emissum, stratam innocentium caedibus celeberrimam urbis partem, ne Capitolio quidem abstineri.

83. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 3, chapter 72

Id facinus post luctuosissimum foedissimumque rei publicae populi Romani accidit, nullo externo hoste, propitiis, si per mores nostros liceret, deis, sedem Iovis Optimi Maximi auspicato a maioribus pignus **imperii** conditam, quam non Porsenna dedita urbe neque Galli capta temerare potuissent, furore principum excindi.

84. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 3, chapter 74

Ac potiente rerum patre, disiecto aeditui contubernio, modicum sacellum Iovi Conservatori aramque posuit casus suos in marmore expressam; mox **imperium** adeptus Iovi Custodi templum ingens seque in sinu deisacravit.

85. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 3, chapter 75

Ferebant plerique etiam paci consultum dirempta aemulatione inter duos, quorum alter se fratrem imperatoris, alter consortem **imperii** cogitaret.

86. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 3, chapter 78

Alii ficta haec et in gratiam Muciani composita; quidam omnium id ducum consilium fuisse, ostentare potius urbi bellum quam inferre, quando validissimae cohortes a Vitellio descivissent, et abscisis omnibus praesidiis cessurus **imperio** videbatur: sed cuncta festinatione, deinde ignavia Sabini corrupta, qui sumptis temere armis munitissimam Capitolii arcem et ne magnis quidem exercitibus expugnabilem adversus tris cohortis tueri nequivisset.

87. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 3

Nec senatus obsequium deerat: ipsi consulatus cum Tito filio, praetura Domitiano et consulare **imperium** decernuntur.

88. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 4

Ipsa quoque insectatio in Vitellium sera et sine **libertate**: id vero erga **rem publicam** superbum, erga principem contumeliosum, quod in manu sua fuisse **imperium** donatumque Vespasiano iactabat.

89. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 6

Ceterum eo senatus die quo de **imperio** Vespasiani censebant, placuerat mitt i ad principem legatos.

90. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 7

Nullum maius boni **imperii** instrumentum quam bonos amicos esse.

91. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 12

Nec opibus (rarum in societate validiorum) attritis viros tantum armaque **imperio** ministrant, diu Germanicis bellis exerciti, mox aucta per Britanniam **gloria**, transmissis illuc cohortibus, quas vetere instituto nobilissimi popularium regebant.

92. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 14

Civilis primores gentis et promptissimos vulgi specie epularum sacrum in nemus vocatos, ubi nocte ac laetitia incaluisse videt, a laude **gloria**que gentis orsus iniurias et raptus et cetera servitii mala enumerat: neque enim societatem, ut olim, sed tamquam mancipia haberi: quando legatum, **gravi** quidem comitatu et superbo, cum **imperio** venire?

93. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 26

Apud imperitos prodigii loco accipiebatur ipsa aquarum penuria, tamquam nos amnes quoque et vetera **imperii** munimenta desererent: quod in pace fors seu natura, tunc fatum et ira dei vocabatur.

94. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 48

Legio in Africa auxiliaque tutandis **imperii** finibus sub divo Augusto Tiberioque principibus proconsuli parebant.

95. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 52

Non legiones, non classis proinde firma **imperii** munimenta quam numerum liberorum; nam amicos tempore, fortuna, cupidinibus aliquando aut erroribus imminui, transferri, desinere: suum cuique sanguinem indiscretum, sed maxime principibus, quorum prosperis et alii fruantur, adversa ad iunctissimos pertineant.

96. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 53

Tum Helvidius Priscus praetor, praeeunte Plautio Aeliano pontifice, lustrata suovetaurilibus área et super caespitem redditis extis, Iovem, Iunonem, Minervam praesidesque **imperii** deos precatus uti coepta prosperarent sedisque suas **pietate** hominum inchoatas divina ope attollerent, vittas, quis ligatus lapis innexique funes erant, contigit; simul ceteri magistratus et sacerdotes et senatus et eques et magna pars populi, studio laetitiaque conixi, saxum ingens traxere.

97. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 54

Sed nihil aeque quam incendium Capitolii, ut finem **imperio** adesse crederent, impulerat.

98. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 54

Captam olim a Gallis urbem, sed integra Iovis sede mansisse **imperium**: fatali nunc igne signum caelestis irae datum et possessionem rerum humanarum Transalpinis gentibus portendi superstitione vana Druidae canebant.

99. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 57

Superesse fidas provincias, victores exercitus, fortunam **imperii** et ultores deos.

100. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 58

Nam mihi exitium parari libens audio mortemque in tot malis [hostium] ut finem miseriarum expecto: vestri me pudet miseretque, adversus quos non proelium et acies parantur; id enim fas armorum et ius hostium est: bellum cum populo Romano vestris se manibus gesturum Classicus sperat **imperium**que et sacramentum Galliarum ostentat.

101. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 59

Dein sumptis Romani **imperii** insignibus in castra venit.

102. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 59

Nec illi, quamquam ad omne facinus durato, verba ultra suppeditavere quam ut sacramentum recitaret: iuravere qui aderant pro **imperio** Galliarum.

103. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 63

Saevitia ingenii et **cupidine** praedae ad excidium **civitatis** trahebantur: obstabat ratio belli et novum **imperium** inchoantibus utilis **clementiae fama**; Civilem etiam beneficii memoria flexit, quod filium eius primo rerummotu in colonia Agrippinensi deprehensum honorata custodia habuerant.

104. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 68

Is meditata oratione cuncta magnis **imperiis** obiectari solita contumeliasque et **invidiam** in populum Romanum effudit, turbidus miscendis seditionibus et plerisque gratus vaecordi facundia.

105. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 69

Quam, si cuncta provenissent, sedem **imperio** legerent?

106. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 70

Igitur non Treviri neque Lingones ceteraeve rebellium **civitates** pro magnitudine suscepti discriminis agere; ne duces quidem in unum consulere, sed Civilis avia Belgarum circumibat, dum Claudium Labeonem capereaut exturbare nititur; Classicus segne plerumque **otium** trahens velut parto **imperio** fruebatur; ne Tutor quidem maturavit superiorem Germaniae ripam et ardua Alpium praesidiis claudere.

107. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 71

Dilectus per Galliam habitos in **civitates** remittit ac nuntiare iubet sufficere **imperio** legiones: socii ad munia **pacis**redirent securi velut confecto bello quod Romanae manus excepissent.

108. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 74

Vitia erunt, donec homines, sed neque haec continua et meliorum interventu pensantur: nisi forte Tutore et Classico regnantibus moderatius **imperium** speratis, aut minoribus quam nunc tributis parabuntur exercitus quibus Germani Britannique arceantur.

109. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 75

Tenebantur victore exercitu Treviri, cum Civilis et Classicus misere ad Cerialem epistulas, quarum haec sententia fuit: Vespasianum, quamquam nuntios occultarent, excessisse vita, **urbem** atque Italiam interno bello

consumptam, Muciani ac Domitiani vana et sine viribus nomina: si Cerialis **imperium** Galliarum velit, ipsos finibus civitatium suarum contentos; si proelium mallet, ne id quidem abnuere.

110. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 82

Altior inde Vespasiano cupido adeundi sacram sedem ut super rebus **imperii** consuleret: arceri templo cunctos iubet.

111. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 85

Si status **imperii** aut salus Galliarum in discrimine verteretur, debuisse Caesarem in acie stare, Canninefatis Batavosque minoribus ducibus delegandos: ipse Luguduni vim fortunamque **principatus** e proximo ostentaret, nec parvis periculis immixtus et maioribus non defuturus.

112. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 86

Unde creditur Domitianus occultis ad Cerialem nuntiis fidem eius temptavisse an praesenti sibi exercitum **imperium**que traditurus foret.

113. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 4, chapter 86

Domitianus sperni a senioribus iuventam suam cernens modica quoque et usurpata antea munia **imperii** omittebat, simplicitatis ac modestiae imagine in altitudinem conditus studiumque litterarum et amorem carminum simulans, quo velaret animum et fratris se aemulationi subduceret, cuius disparem mitioremque naturam contra interpretabatur.

114. Cornelius Tacitus, *Historiae* book 5, chapter 21

Sane Cerialis parum temporis ad exequenda **imperia** dabat, subitus consiliis set eventu clarus: aderat fortuna, etiam ubi artes defuissent; hinc ipsi exercituique minor cura **disciplinae**.

7 from Tacitus, Agricola

1. Cornelius Tacitus, *Opera Minora* Agr, chapter 7, section 3

Igitur ad sollemnia pietatis profectus Agricola, nuntio adfectati a Vespasiano **imperii** deprehensus ac statim in partis transgressus est.

2. Cornelius Tacitus, *Opera Minora* Agr, chapter 13, section 1

   Ipsi Britanni dilectum ac tributa et iniuncta **imperii** munia impigre obeunt, si iniuriae absint: has aegre tolerant, iam domiti ut pareant, nondum ut serviant.

3. Cornelius Tacitus, *Opera Minora* Agr, chapter 16, section 1

   His atque talibus in vicem instincti, Boudicca generis regii femina duce (neque enim sexum in **imperiis** discernunt) sumpsere universi bellum; ac sparsos per castella milites consectati, expugnatis praesidiis ipsam coloniam invasere ut sedem servitutis, nec ullum in **barbaris** saevitiae genus omisit ira et victoria.

4. Cornelius Tacitus, *Opera Minora* Agr, chapter 24, section 1

   Quinto expeditionum anno nave prima transgressus ignotas ad id tempus gentis crebris simul ac prosperis proeliis domuit; eamque partem Britanniae quae Hiberniam aspicit copiis instruxit, in spem magis quam obformidinem, si quidem Hibernia medio inter Britanniam atque Hispaniam sita et Gallico quoque mari opportuna valentissimam **imperii** partem magnis in vicem usibus miscuerit.

5. Cornelius Tacitus, *Opera Minora* Agr, chapter 30, section 6

   Auferre trucidare rapere falsis nominibus **imperium**, atque ubi solitudinem faciunt, pacem appellant.

6. Cornelius Tacitus, *Opera Minora* Agr, chapter 33, section 1

   Iamque agmina et armorum fulgores audentissimi cuiusque procursu; simul instruebatur acies, cum Agricola quamquam laetum et vix munimentis coercitum militem accendendum adhuc ratus, ita disseruit: 'septimusannus est, commilitones, ex quo virtute et auspiciis **imperii** Romani, fide atque opera vestra Britanniam vicistis.

7. Cornelius Tacitus, *Opera Minora* Agr, chapter 41, section 2

   Et ea insecuta sunt rei publicae tempora, quae sileri Agricolam non sinerent: tot exercitus in Moesia Daciaque et Germania et Pannonia temeritate aut per ignaviam ducum amissi, tot militares viri cum tot cohortibus expugnati et capti; nec iam de limite **imperii** et ripa, sed de hibernis legionum et possessione dubitatum.

2 from Tacitus, Dialogus

1. Cornelius Tacitus, *Opera Minora* Dial, chapter 5, section 3

   Ego enim, quatenus arbitrum litis huius [inveni], non patiar Maternum societate plurium defendi, sed ipsum solum apud [eos] arguam, quod natus ad eloquentiam virilem et oratoriam, qua parere simul et tueri amicitias, adsciscere necessitudines, complecti provincias possit, omittit studium, quo non aliud in civitate nostra vel ad utilitatem fructuosius [vel ad voluptatem dulcius] vel ad dignitatem amplius vel ad urbis famam pulchrius vel ad totius **imperii** atque omnium gentium notitiam inlustrius excogitari potest.

2. Cornelius Tacitus, *Opera Minora* Dial, chapter 40, section 3

   Ne Macedonum quidem ac Persarum aut ullius gentis, quae certo **imperio** contenta fuerit, eloquentiam novimus.

5 from Tacitus, Germania

1. Cornelius Tacitus, *Opera Minora* Ger, chapter 7, section 1

   Nec regibus infinita ac libera potestas, et duces exemplo potius quam **imperio**, si prompti, si conspicui, si ante aciem agant, admiratione praesunt.

2. Cornelius Tacitus, *Opera Minora* Ger, chapter 29, section 1

   Omnium harum gentium virtute praecipui Batavi non multum ex ripa, sed insulam Rheni amnis colunt, Chattorum quondam populus et seditione domestica in eas sedes transgressus in quibus pars Romani **imperii** fierent.

3. Cornelius Tacitus, *Opera Minora* Ger, chapter 29, section 3

   Est in eodem obsequio et Mattiacorum gens; protulit enim magnitudo populi Romani ultra Rhenum ultraque veteres terminos **imperii** reverentiam.

4 Cornelius Tacitus, *Opera Minora* Ger, chapter 29, section 4

   Non numeraverim inter Germaniae populos, quamquam trans Rhenum Danubiumque consederint, eos qui Decumates agros exercent: levissimus quisque Gallorum et inopia audax dubiae possessionis solum occupavere;

mox limite acto promotisque praesidiis sinus **imperii** et pars provinciae habentur.

5 Cornelius Tacitus, *Opera Minora* Ger, chapter 33, section 2

Maneat, quaeso, duretque gentibus, si non amor nostri, at certe odium sui, quando urgentibus **imperii** fatis nihil iam praestare fortuna maius potest quam hostium discordiam.